

Revista **Linguística**

Volume 18, número 1, jan./abr. de 2022

Organizadores da edição:

Alessandro Boechat de Medeiros,
Cilene Rodrigues e
Maria Cristina Figueiredo Silva

Estudos em teoria da gramática *Studies on theory of grammar*

Reunindo investigações conduzidas por pesquisadores brasileiros sobre as propriedades formais da língua-l, este volume apresenta uma coleção de estudos que representa o estado da arte em diferentes domínios sintáticos, dos CPs aos DPs, buscando entender suas representações nos níveis de interface.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Gean Nunes Damulakis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores

Aniela Improta França, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Isabella Lopes Pederneira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marcus Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marije Soto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Aleria Lage, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Honorários

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Fundador

Lilian Ferrari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Anthony Naro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Ferreira Spoladore, Michigan State University, EUA

Gabriela Matos, Universidade de Lisboa, Portugal

Kees Hegenveld, Universidade de Amsterdam, Holanda

Leticia Sicuro Correa, Departamento de Letras - PUC/RJ

Leo Wetzels, Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Luiz Amaral, University of Massachusetts, USA

Maria Armanda Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Maria Cecília Mollica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Roberto Almeida, Concordia University, Canada

Ruth Lopes - Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Organização da Edição

Alessandro Boechat de Medeiros (UFRJ)

Cilene Rodrigues (PUC-RJ)

Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras da UFRJ

Av. Horácio de Macedo, 2151 - Sala F. 321. Ilha do Fundão Cidade Universitária

CEP 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: ppglinguistica@letras.ufrj.br

Editor Operacional e Editoração Eletrônica

Patricia Mabel Kelly Ramos, pattydesign/Brasil

Revista **Linguística**

RIO DE JANEIRO | VOLUME 18 | NÚMERO 1 | JAN. - ABR. DE 2022

ESTUDOS EM TEORIA DA GRAMÁTICA | STUDIES ON THEORY OF GRAMMAR

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Apresentação

- 6** **Investigações formais em línguas brasileiras: estado da arte**
Alessandro Boechat de Medeiros, Cilene Rodrigues e Maria Cristina Figueiredo Silva

Artigos

- 21** **Island sensitivity in Brazilian Portuguese *quem nunca?* Constructions**
Tarcisio Dias
- 39** **Sluicing and focus related particles in Brazilian Portuguese and Nupe**
Gesoel Mendes e Jason Kandybowicz
- 62** **A parameter-free underspecification approach to complementizer agreement**
Yushi Sugimoto e Acrisio Pires
- 82** **A influência do input na produção infantil de perguntas-QU em Português Brasileiro**
Clariana Lara Vieira
- 95** **V2 y la periferia izquierda en el Español Medieval**
Carlos Felipe Pinto
- 119** **Orações causais em Português Brasileiro**
Patricia Rodrigues
- 139** **A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas no Português Brasileiro**
Dalila Maria de Souza e Paula Roberta Gabbai Armelin
- 165** **Reassessing the existence of verb-stranding vP-ellipsis in Brazilian Portuguese**
Ezekiel Panitz
- 182** **Labeling small clauses**
Marcelo Amorim Sivaldo
- 201** **Prepositions in Brazilian Portuguese: on the rise of a novel system**
Heloisa Maria Moreira Lima Salles
- 223** **A estrutura do DP em Kaingang**
Cristina de Souza Prim e Marcos Carreira

- 243** **Sentenças relativas restritivas e apositivas em Língua de Sinais Brasileira: uma análise gerativa**
Lizandra Caires do Prado, Rozana Reigota Naves e Paulo Medeiros Júnior
- 268** **Palavrão pra lá, palavrão pra cá: notas sobre a posição sintática e a interpretação de alguns expressivos do Português Brasileiro**
Marina Nishimoto Marques e Renato Miguel Basso
- 290** **Efeitos da vagueza na interpretação de adjetivos**
Ana Paula Quadros Gomes
- 327** **A expressão da espécie no Português Brasileiro nomes nus e definido genérico**
Roberta Pires de Oliveira

INVESTIGAÇÕES FORMAIS EM LÍNGUAS BRASILEIRAS: ESTADO DA ARTE

FORMAL INVESTIGATIONS IN BRAZILIAN LANGUAGES: STATE OF THE ART

Alessandro Boechat de Medeiros¹

Cilene Rodrigues²

Maria Cristina Figueiredo Silva³

Introdução

O presente volume oferece ao leitor um conjunto de artigos que exemplifica o estado da arte de investigações teóricas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, atuantes em instituições nacionais e internacionais. A maioria dos artigos aqui reunidos resulta de apresentações realizadas na seção principal do *Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática (GTTG) da ANPOLL* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), realizado em outubro de 2021.

O GTTG tem grande importância no cenário nacional por possibilitar coesão entre pesquisadores, promoção e divulgação de pesquisa entre pares, e por dar visibilidade ao trabalho do grupo no âmbito da ANPOLL. É praxe, neste contexto, que as pesquisas apresentadas nos eventos do GTTG sejam organizadas e publicadas em periódicos com reconhecimento na área. Portanto, destacamos e agradecemos a colaboração dos colegas do Departamento de Linguística da UFRJ ao ceder um volume especial da *Revista Linguística* para a presente publicação.

Esta apresentação do volume está organizada da seguinte maneira: na seção 1, refletindo sobre nosso passado, apresentamos um breve histórico do GTTG – buscando reconstruir o percurso desse grupo de trabalho. Na seção 2, contemplando o presente, apresentamos os artigos que compõem o volume, com o intuito de estabelecer o estado da arte da pesquisa realizada no Brasil. Na seção 3, mirando o porvir, fazemos prospecções, considerando as potencialidades e fragilidades do nosso grupo e indicando tópicos de investigação que devem estar no radar de pesquisas futuras.

1. GTTG – Um breve histórico

O GT de Teoria da Gramática da Anpoll fez 30 anos em 2017, o que deu ensejo em 2018 a um texto curto, de Carvalho e Souza, publicado na *Revista da Anpoll*, que fazia um breve resumo da

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), alboechat@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0001-9925-2643>.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), crodrigues@puc-rio.br, <https://orcid.org/0000-0001-5324-7486>.

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR), figueiredosilvamc@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-0757-5910>.

sua história, em particular da sucessão de diretorias que garantiram que o GT chegasse a completar essa idade. Mas antes dele, lá em 2010, numa edição comemorativa dos 25 anos da Anpoll, a mesma *Revista da Anpoll* publicou um outro texto que dava conta do percurso do nosso GT, este um texto de muito fôlego que, em 50 páginas, montou um quadro detalhado dos trabalhos desenvolvidos na área naqueles 23 anos.

É sempre interessante fazer um apanhado da investigação que a área tem produzido, menos para um escrutínio preciso do que foi feito e mais para fazer uma reflexão sobre o significado desse nosso esforço histórico coletivo e também para calcular um pouco para onde ele está nos levando. Com esse intuito, vamos tentar mapear os diversos campos nos quais temos pesquisado, olhando um pouco o que os membros do GT (ou seus alunos) têm publicado em algumas revistas importantes do Brasil, como a *DELTA*, o *Cadernos* da Unicamp, a *Revista da Abralin* e a própria *Revista da Anpoll*, todas com avaliação no espectro do A no último *Qualis*.

E na verdade é notável o quanto a nossa área é articulada em termos de publicação. Não somos muitos – coisa de uma centena de pesquisadores, somando aqui alunos e ex-alunos – mas produzimos conhecimento como áreas muito maiores: temos artigos alinhados com a perspectiva formal em praticamente todos os números dos quatro periódicos examinados (mesmo que alguns deles não sejam tão simpáticos às abordagens formais). Olhando desde 2018, temos pelo menos um dossiê por ano (quando não dois ou três) em alguma das revistas citadas acima, dando conta tanto de eventos que realizamos quanto dos de que participamos – por exemplo, no *Cadernos*, em 2022 temos um dossiê que corresponde ao evento em homenagem à Mary Kato e à Charlotte Galves, sobre processos de contato, aquisição e mudança linguística, temas caros às homenageadas e a muitos de nós; em 2021 há o dossiê comemorativo dos 45 anos da revista, onde pelo menos a metade dos artigos do número é de integrantes deste GT; em 2020, é um dossiê sobre pragmática, semântica e sintaxe formal que traz contribuições do nosso grupo e temos também artigos fora do dossiê... 2018 é o ano de maior presença nossa nos periódicos examinados: um dossiê sobre estudos formais em tempo, modo e aspecto no *Cadernos*; uma edição especial da *Revista da Anpoll* comemorativa dos 30 anos do GTTG e, na *Revista da Abralin*, um dossiê sobre psicolinguística, que abarca uma grande variedade de temas e de pesquisadores deste grupo.

Por outro lado, quando olhamos o conteúdo específico das nossas contribuições para essas revistas, salta imediatamente aos olhos que o primeiro campo de estudos com o qual estamos todos comprometidos é a descrição da gramática do português brasileiro (doravante PB). Esse esforço, na verdade, precede a criação do grupo de trabalho da Anpoll e pode ser encontrado inclusive na obra pregressa da fundadora do GT, a professora Charlotte Galves – um exemplo é o seu texto sobre pronomes e categorias vazias no PB, publicado no *Cadernos* de 1984...

E não há dúvida de que temos construído um conhecimento estupendo sobre os mais diversos aspectos da gramática do português brasileiro, que vai desde a discussão sobre a distribuição nas posições de sujeito e objeto de pronomes e categorias vazias, passando pelos problemas de

concordância, mas também sobre exclamativas e perguntas eco, sobre complementação infinitiva ou sentenças causais e temporais – em resumo, demos cobertura para um grande número de tópicos da gramática do PB, além de termos cada vez mais trabalhos em morfologia e estrutura informacional da sentença, assuntos também presentes neste volume.

Sim, temos relações de longa data estabelecidas com outras áreas e pesquisadores que também participam de outros GTs vêm integrar nossas fileiras e nos levam além do PB: é digna de nota a nossa parceria com os colegas da Semântica formal, da Aquisição da linguagem, da Psicolinguística, com os pesquisadores de LIBRAS e de Línguas indígenas, mostrando que integram nosso conjunto de preocupações os trabalhos com as interfaces da gramática – sejam internas (da sintaxe com a morfologia, com a fonologia, com o léxico e com a semântica), sejam externas (da gramática com o processamento linguístico, com a aquisição de primeira ou segunda língua, com a estrutura informacional da oração). O que nos integra é fundamentalmente a abordagem formal – no mais das vezes gerativista – que dá lastro para o grande desejo de fazer descrições precisas dos fatos, ao mesmo tempo em que nos permite fornecer (ou arriscar) uma boa hipótese de por que as coisas são como são, e não de outro modo qualquer.

As parcerias também estão se alargando. De alguns anos para cá tem aumentado o interesse no grupo em investigar as relações que podem ser entretidas entre a linguística formal e a educação, em particular a educação básica. A gestão anterior do GTTG investiu bastante nesse tema, a assim chamada linguística educacional, dedicando a ele parte importante do evento de 2019 e também uma publicação em livro, mas é preciso reconhecer que esse tema vem se impondo já há alguns anos, como o número de 2018 da *Revista da Abralin* com o dossiê em psicolinguística mostrou. E a razão para isso é mais do que simplesmente responder à sociedade por uma demanda ligada ao fracasso do sistema educacional brasileiro, particularmente no que concerne ao ensino de língua materna; na verdade, aqui está em discussão uma decisão tomada há anos nas escolas, na direção de negligenciar o ensino de gramática como essencial para garantir também a proficiência em leitura e escrita. O que os trabalhos produzidos pelos linguistas formais nesse campo têm mostrado é que há um ganho indiscutível na formação da consciência metalinguística dos alunos do ensino fundamental, e um dos *workshops* realizados durante o *Encontro Intermediário do GTTG em 2021* foi exatamente no sentido de discutir essas contribuições.

Todavia, é bastante possível que o problema seja ainda mais sério, porque o que se vê, segundo o *Unesco Science Report: towards 2030*,⁴ é a retração geral de todo o investimento em ciência básica, uma decisão que nos afeta diretamente nas vagas de concurso para os nossos departamentos ou para o número de projetos da área contemplados com financiamento nacional ou local. De um modo geral, no mundo se vê um avanço grande de todas as áreas técnicas ou tecnológicas em detrimento da pesquisa em ciência de base. Entra aqui então a nossa segunda linha de contribuição: a Linguística evolutiva, que tem fortalecido principalmente a interface com a biologia, antropologia e as neurociências, com o

⁴ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *UNESCO Science Report: Towards 2030*. UNESCO Publishing, 2015.

intuito de compreender a história evolutiva da linguagem humana e contribuir para o desenvolvimento e aplicação de teorias formais em outros tipos de sistemas gramaticais (e.g., música, vocalização em primatas e gestos). Esse foi o tema do nosso segundo *workshop* do *Encontro Intermediário do GTTG/2021* que se dispôs a implementar uma visão plural do que se entende por evolução da linguagem.

2. Linguística formal no Brasil: estado da arte⁵

A presente coleção de artigos é uma amostra do estado da arte na linguística formal brasileira, particularmente em sintaxe, semântica e morfologia. Considerando os temas abordados pelos autores, o volume foi estruturado em blocos de artigos. No primeiro bloco, temos as análises que se dedicam ao domínio C-T. No segundo bloco, análises da estrutura do *vP* e sua periferia, e no terceiro bloco análises sobre domínios menores como PPs, DPs e NPs.

O artigo de Tarcísio Dias, intitulado *Island Sensitivity in Brazilian Portuguese ‘Quem nunca?’ Constructions*, abre o primeiro bloco, descrevendo e analisando a construção (*Quem nunca?*), comum no PB falado. Essa expressão ocorre em contextos como em (1), onde (1B) é uma pergunta retórica que expressa não surpresa pelo conteúdo da afirmação em (1A).

- (1) A. A Maria beijou o João.
B. Quem nunca?

Dias sugere que a estrutura subjacente a (1b) envolve elisão do TP (*sluicing*) ([quem_i nunca [t_i beijou o João]]). O problema central desta análise, foco do artigo de Dias, é que, em contraste com casos canônicos de *sluicing*, o *sluicing* em questão parece ser sensível à presença de ilha, como exemplificam os dados em (2). Com base em *Bošković* (a sair), Dias sugere que um sintagma-QU sujeito não ocorre em Spec-TP, mas em uma projeção acima de TP e abaixo de CP. Em *quem nunca?*, *quem* está no especificador desta posição, enquanto *nunca*, núcleo de NegP, se desloca para o núcleo da projeção em questão. Assim, a falta de identidade estrutural entre o constituinte elidido em (2B') e seu antecedente em (2A) leva à agramaticalidade de (2B'). O antecedente do TP elidido em (2B') é o TP da sentença encaixada de (2A). O especificador deste TP está preenchido pelo o sujeito [a Maria]. Em (2B'), o especificador do TP elidido está vazio, já que o constituinte-QU, *quem*, está em uma posição acima de TP. Portanto, para Dias, a agramaticalidade de (2B') não resulta de efeito de ilha, mas da falta de paralelismo sintático entre o TP elidido e seu antecedente.

- (2) A. Pedro contou quando a Maria beijou o João.
B. Quem nunca [contou quando a Maria beijou o João]?
B'. *Quem nunca [beijou o João]?

⁵ Os trabalhos citados nesta seção já fazem parte das referências bibliográficas dos artigos resenhados, e, portanto, não constarão das referências bibliográficas deste texto de apresentação.

O segundo artigo do primeiro bloco, *Sluicing and focus particles in Brazilian Portuguese and Nupe*, de Gesoel Mendes e Jason Kandybowicz, tem como objetivo a identificação do constituinte elidido em casos de *sluicing* em nupe e em PB. Em nupe, em contextos de resposta a pergunta, a partícula de foco “o” sobrevive ao processo de *sluicing*, indicando, portanto, a não validade da generalização *Sluicing-COMP* (MERCHANT, 2001), segundo a qual em *sluicing*, apenas operadores podem ocorrer em COMP. Em PB, no entanto, a partícula *que*, analisada como partícula de foco em Mito (2001) e de Mito e Kato (2005), não sobrevive a *sluicing*.

- (3) A. Joana viu alguém na praça.
B. Quem (*que)?

Mendes e Kandybowicz sugerem que a partícula *que* do PB é na verdade o núcleo de FinP, estabelecendo concordância com o núcleo de foco acima de FinP. Ainda, nesta língua, é FinP, e não TP, o alvo de elisão em casos de *sluicing*. Portanto, em PB, *que* não sobrevive ao processo de *sluicing*, como mostra a agramaticalidade do (3B).

Adotando uma análise distinta daquela de Mendes e Kandybowicz para a partícula *que*, o terceiro artigo, *A Parameter-free Underspecification Approach to Complementizer Agreement*, de Yushi Sugimoto e Acrisio Pires, investiga a opcionalidade de *que* em estruturas com sintagma-QU deslocado para o início da sentença. Com base em ideias de Obata *et al.* (2015), que defende que a ordem de aplicação das operações sintáticas é parametrizável, sendo decorrente de interação entre o primeiro, o segundo e o terceiro fatores (CHOMSKY, 2015), Sugimoto e Pires propõem que a partícula *que* realiza o núcleo C do CP se C concordar em traços *wh* e φ com o sintagma-QU. Não havendo essa dupla concordância (*Agree*), C não se materializa em PF. O licenciamento da concordância em questão depende da ordem em que as operações sintáticas se aplicam durante a derivação.

Ainda dentro do primeiro bloco de artigos, Clariana Vieira, autora do artigo *A influência do input na produção infantil em perguntas-QU do português brasileiro*, trata de aquisição de sentenças interrogativas com movimento de sintagma-QU para CP. Partindo de dados do corpus CHILDES, Vieira mostra a disparidade entre crianças, que preferem esmagadoramente interrogativas com deslocamento de QU, e adultos, que licenciam diferentes tipos de estruturas: (i) QU-*que* em posição inicial, (ii) o deslocamento simples de QU, (iii) QU *in situ*. A conclusão principal do trabalho, baseada em análises anteriores (e. g., GROLLA, 2009), é que a frequência do *input* não determina a estratégia preferida pelas crianças nas fases iniciais da aquisição para a formação de interrogativas com QU. A autora considera que o não amadurecimento de fatores pragmáticos complexos, como contextualização para suporte a pressuposições subjacentes a interrogativas com QU *in situ*, justifica a preferência por deslocamento de QU nos estágios iniciais de aquisição.

O artigo *V2 y la perifería izquierda en español medieval*, de Carlos Felipe Pinto, investiga a hipótese de que o Espanhol, assim como o Francês, era uma língua V2, com o verbo finito em segunda posição. Pinto propõe, seguindo a cartografia de Rizzi (1997), que o domínio do CP inclui os

núcleos Fin e Force. Nas línguas com V2 em sentenças matrizes e subordinadas (línguas simétricas) ou só em subordinadas de maneira opcional (línguas mistas), o verbo flexionado é realizado em Fin; nas línguas assimétricas (V2 apenas em matrizes), o verbo é realizado em Force. Assumindo que o espanhol medieval era uma língua V2 simétrica, o autor propõe que o verbo era realizado em Fin. Uma série de evidências é apresentada por Pinto para esta análise.

Ainda no domínio C-T, o artigo de Patrícia Araújo, *Orações causais em português brasileiro*, investiga as orações causais e explicativas iniciadas com *porque em PB*. Como (4a,b)

- (4) a. A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão (causativa).
b. Espere um pouco, porque ele não demora (explicativa).

Araújo, com base em critérios puramente sintáticos, classifica essas sentenças em três tipos: centrais, com adjunção interna ao TP, periféricas, com adjunção externa ao TP, e não integradas, com adjunção a uma projeção alta que codifica ato de fala. A autora mostra que as orações causais de conteúdo podem adjungir-se às três posições em questão. Os testes usados pela autora para avaliar a altura da oração adverbial se baseiam em efeito de Princípio C, escopo da negação dentro da matriz e grau de encaixamento da oração adverbial quando a sentença que a contém é complemento de um verbo de atitude proposicional, como *dizer*.

O próximo artigo, *A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas do português brasileiro*, de Dalila Maria de Souza e Paula Roberta Gabbai Armelin, abre o segundo bloco do volume. Pressupondo o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, de Souza e Armelin analisam nominalizações sentenciais em PB, como em (5), sugerindo que se trata de processo de normalização baixa, via inserção de núcleo nominalizador *n* acima da projeção de aspecto, com VoiceP apassivado. Nessas estruturas, tempo não é especificado, o sujeito não é marcado com Caso nominativo, indicando nominalização baixa, o objeto não é marcado com Caso acusativo e, em estruturas com verbo transitivo, a realização do argumento externo é opcional, o que indica processo de apassivação.

- (5) a. O cantar dos pássaros me encanta todas as manhãs.
b. O corrigir das provas (pelos auxiliares) durou horas.

O artigo de Ezekiel Panitz, *Reassessing the Existence of Verb-Stranding in vP-Ellipses Brazilian Portuguese*, argumenta contra a ideia de que o português brasileiro seja uma língua VVPE (Verb-stranding in VP Ellipses). Considere o exemplo em (6):

- (6) Pedro comeu duas barras de chocolate. Roberta também comeu.

A literatura (e. g., CYRINO; MATOS, 2005; TESCARI NETO, 2012) argumenta que em (6) ocorre elisão do vP sem apagamento do verbo (VVPE), que se desloca para T. Na esteira de Landau (2020), que argumenta que VVPE não é um processo gramatical, Panitz sugere que (6) envolve

apagamento do argumento interno e não VVPE, correlacionado este apagamento com propriedade *topic-drop* do PB.

Marcelo Sibaldo, em *Labeling Small Clauses*, baseando-se em *Problems of Projection* (CHOMSKY, 2013), propõe procedimento de rotulação das chamadas *small clauses* (SC), com base em dados do PB e do russo, argumentando que o rótulo de uma SC depende dos processos derivacionais de concordância (*Agree*) estabelecidos dentro do domínio.

O terceiro bloco de artigos começa com *Prepositions in Brazilian Portuguese: on the Rise of a Novel System*, de Heloísa Salles, que investiga o sistema preposicional do português brasileiro, com particular interesse nos diversos usos da preposição *para*, e na perda da preposição *a* em quase todos os contextos em que continua ativa em português europeu. Adotando a proposta de Manzini e Franco (2016) para estruturas sintáticas com argumentos dativos e construções D((ifferential) O(bject) M(arking), Salles considera os dados em (7), trabalhando com a hipótese de que a perda generalizada da preposição *a* e sua substituição por preposições como *para* apontam para uma identidade morfossintática da preposição (*para*) em diferentes contextos estruturais.

- (7) a. Maria entregou o livro *para* o João (<ao João)
 b. Maria foi/veio *para* o/no mercado (<ao mercado)
 c. Maria agradou __o amigo (<ao amigo)

Na sequência, temos o artigo *A estrutura do DP em kaingang*, de Cristina de Souza Prim e Marcos Carreira, com uma descrição inédita da estrutura do DP em kaingang. Prim e Carreira observam que a ordem aparentemente fixa dos elementos dentro do DP em kaingang é a dada em (8).

- (8) POSS > NOME > ADJ (+ADV) > NUMERAL > DEM > D-INDEF > GEN/NUM

Seguindo a proposta de Kayne (1994), de que a ordem universal básica é sempre especificador-núcleo-complemento e que outras ordens são geradas por movimentos, e a proposta de Aboh (1998) para a língua gungbe de movimentos “bola de neve”, Prim e Carreira sugerem que a ordem do kaingang é gerada, a partir da ordem básica de Kayne, via uma sequência de movimentos do tipo “bola de neve”.

Lizandra Caires do Prado, Rozana Reigota Naves e Paulo Medeiros Júnior apresentam uma análise de orações relativas restritivas e apositivas em LIBRAS, no artigo *Sentenças relativas restritivas e apositivas em Língua Brasileira de Sinais: uma análise gerativa*. Os autores argumentam que não há estrutura de adjunção nas relativas em LIBRAS, seguindo, em parte, o modelo *raising* de Kayne (1994). Os dados mostram que um sinal locativo ocorre tanto nas restritivas quanto nas apositivas. Assim, para as restritivas, a análise em (9) é proposta, com o pronome relativo realizando um morfema nulo em C, e o constituinte nominal movido para o especificador do CP. Já para as apositivas, a estrutura proposta é (10):

(9) [DP [CP [D N/(Mod)N+Loc]_i [C Ø [IP [LocNA/Loc] t_i]]]]

(10) [DP [CP [D N]_i [C Ø [IP [Loc/LocNA/LocNA+N/LocNA+Loc] t_i]]]]

Apesar de estruturalmente semelhantes, restritivas e apositivas são diferenciadas por um traço suprasegmental de pausa, inicial e final, presente nas apositivas, e ausente nas restritivas.

Os três últimos artigos do volume se voltam para a semântica dos sintagmas determinantes e nominais, trazendo importantes contribuições para o estudos sintáticos das construções analisadas.

Palavrão pra lá, palavrão pra cá: notas sobre a posição sintática e a interpretação de alguns expressivos do português brasileiro, de Marina Nishimoto Marques e Renato Miguel Basso, trata dos chamados termos expressivos ou uso-condicionais, que não contribuem para o cálculo das condições de verdade, mas estão associados a determinadas condições de uso. Marques e Basso investigam particularmente estruturas com as configurações sintáticas: [D IE de DP] (e.g. “a merda das chaves”) e sua inversão [DP de IE] (e.g. “as chaves de merda”), sendo IE = item expressivo. As perguntas que norteiam a análise são as seguintes. (i) A inversão muda a interpretação da sentença? (ii) Quais são os expressivos que se encaixam na estrutura [D IE de DP]? (iii) Todos se comportam da mesma forma? Uma diferença imediata entre as duas formas é que, enquanto na primeira as sentenças com o IE e sem o IE têm as mesmas condições de verdade, como vemos em (11) abaixo, o mesmo não se dá quando temos a inversão, como o mostra (12):

- (11) a. A merda da chave está perdida.
b. A chave está perdida.

- (12) a. A TV de bosta quebrou.
b. A TV quebrou.

Além disso, em (11a) a atitude negativa do falante que o IE expressa pode ser tanto em relação ao referente do DP a que pertence como em relação à proposição como um todo. Em (12a), por outro lado, a atitude negativa do falante se restringe ao referente do DP ao qual o IE pertence. Mas nem todos os IEs que ocorrem na forma [D IE de DP] podem ocorrer na ordem invertida discutida acima e a inversão do IE pode ocorrer sem a preposição *de* (e.g. “essa porcaria de asfalto”, “esse asfalto porcaria”). Marques e Basso observam que os IEs que podem aparecer nas duas ordens acima podem ocorrer em expressões de grau. Além disso, todos os IEs podem ter função predicativa, mas só os exclusivamente pré-nominais precisam, nessa função, vir precedidos de artigo indefinido. O artigo conclui-se mostrando que todos os IEs possuem as mesmas interpretações associadas às estruturas sintáticas em que podem ocorrer, e, com isso, propõem-se uma formalização de seus significados – ou, de fato, dos significados estruturais associados a eles quando estão antes ou depois dos nomes que os acompanham.

Efeitos de vagueza na interpretação dos adjetivos, de Ana Paula Quadros Gomes, faz uma apresentação das noções de adjetivos de grau e suas subdivisões, como os adjetivos relativos de grau, o caso do adjetivo *grande* (associados à ideia de vagueza), e os absolutos de grau, o caso do adjetivo *cheio* (associados à ideia de imprecisão). Ademais, entre os absolutos, a literatura ainda os distingue em adjetivos de escala fechada no limite inferior (como é o caso de *torto*) e adjetivos de escala fechada no limite superior (como é o caso de *reto*). O artigo apresenta um experimento para verificar se descrições definidas com adjetivos relativos de grau (e.g. *o elefante grande*) acomodam com maior facilidade as pressuposições de existência e unicidade no contexto em comparação com as descrições definidas com adjetivos absolutos de grau (e.g. *o copo vazio*). Trata-se de um experimento de *picture-matching*, no qual, para responder a uma pergunta do experimentador (e.g. *onde está o copo cheio?*), o participante escolhe, como resposta, uma de três imagens dadas, dentre as quais a imagem de uma caixa preta, opção de resposta quando nenhuma das outras imagens fornece resposta apropriada para a pergunta feita. Os resultados estatísticos obtidos favorecem a hipótese de que descrições definidas com adjetivos relativos de grau se acomodam, com maior facilidade, às pressuposições de existência e unicidade introduzidas por seu artigo definido.

Encerrando o volume, temos o artigo *A expressão de espécie no português brasileiro: nomes nus e definido genérico*, de Roberta Pires de Oliveira. O trabalho se volta para o estudo de três tipos de sintagmas nominais/determinantes: os singulares nus (SNU, exemplificado em (13a)); os plurais nus (PNU (13b)) e os DPs singulares com determinante definido, mas interpretação genérica (DG, *definido genérico* (13c)) – outra classe mencionada, mas não analisada no texto, é a dos definidos genéricos plurais, cuja sigla adotada é DgP. Os exemplos abaixo ilustram os três tipos em estudo:

- (13) a. Periquito está em extinção (SNU).
 b. Periquitos estão em extinção (PNU).
 c. O periquito está em extinção (DG).

A pergunta central do artigo é: há diferenças de interpretação entre essas três expressões de espécie? Retomando ideias de Pires de Oliveira (2022), a autora defende que PNUs são indivíduos plurais, e, portanto, (13b) afirma que a soma máxima dos indivíduos que são periquitos está em extinção; já os SNUs expressam espécie (a interseção de todas as propriedades que definem unicamente tal espécie), e assim (13a) afirma que é a espécie periquito que está em extinção, não simplesmente a soma máxima de indivíduos que são periquitos. DGs (como em (13c)), na análise proposta, introduzem uma pressuposição de familiaridade, pressupondo o fato de que estamos falando de espécie.

Em resumo, o presente volume oferece, ao leitor, uma variada e rica coletânea de artigos, que serve de amostra da produção atual em linguística formal no Brasil.

3. Futuro da Teoria Gerativa no Brasil: uma prospecção

Nesta última seção da apresentação, consideramos alguns tópicos que merecerem nossa atenção na promoção e fortalecimento da Gramática Gerativa no Brasil. Iniciaremos com a distribuição

geográfica dos grupos de pesquisa, incluindo, em seguida, uma nota sobre estudos das línguas de base não portuguesa faladas no território brasileiro. Para finalizar, discutimos alguns tópicos do português brasileiro ainda pouco explorados.

3.1. Distribuição geográfica dos grupos de pesquisa

A distribuição geográfica dos grupos brasileiros de pesquisa em Teoria da Gramática está desbalanceada, com maior concentração nos principais centros do sul e sudeste. Existem exceções, como UnB e UFBA, mas, de modo mais geral, os centros do norte, nordeste e centro-oeste têm número reduzido ou mesmo falta de docentes especializados na área. Este cenário prejudica o desenvolvimento de pesquisas teóricas sobre dialetos do português brasileiro, línguas orais nativas e línguas de sinais localizadas nas regiões com desfalque de pesquisador. Um desafio para o futuro, portanto, é fortalecer as equipes de pesquisa do norte, nordeste e centro-oeste, mantendo os centros do sul e sudeste, considerando tanto número de pesquisadores quanto qualidade e foco da pesquisa.

Para remediar o problema em questão, talvez seja interessante aumentar a mobilidade dos pesquisadores, promovendo colaborações entre centros e fortalecendo grupos menos robustos na área. Salientamos, do mesmo modo, que a formação e a contratação de novos pesquisadores devem envolver trocas entre grupos, com incentivo, na graduação e pós-graduação, ao diálogo com pesquisadores de outros centros e com preferência por contratação de egressos vindos de outros grupos. É interessante ainda fortalecer as colaborações com pesquisadores de outros países sul-americanos.

3.2. Descrição e análise das diferentes línguas faladas e sinalizadas no território brasileiro

A América do Sul detém $\frac{1}{4}$ das famílias de línguas do mundo (CAMPBELL, 2012), a maioria localizada em território brasileiro. O português brasileiro divide espaço com línguas nativas, línguas de quilombolas, dialetos de imigrantes e línguas de sinais. Esta é uma das riquezas da sociobiologia local, sendo preocupantes, portanto, os dados do *Ethnologue* (LEWIS, 2009) indicando que o Brasil é o terceiro país em perda linguística do planeta. Note que quase todas as nossas línguas são minoritárias, com menos de 600.000 falantes. Portanto, documentar, descrever e analisar teoricamente a gramática desses sistemas linguísticos é tarefa importante e urgente para nós, como linguistas locais, além da defesa política dessas populações, como cidadãos.

A participação de gerativistas em pesquisas sobre línguas nativas tem aumentado nas últimas décadas, mas ainda é reduzida, como exemplifica a desproporção do presente volume, que contém apenas um artigo sobre língua indígena (*A estrutura do DP em kaingang*, de Cristina de Souza Prim e Marcos Carreira).

Como exemplo das contribuições de línguas nativas para a teoria linguística, considere-se a nominalização sentencial, processo presente nas línguas de modo geral, mas marcadamente produtivo nas línguas nativas sul-americanas, como exemplifica a língua mēbengokre (família Jê, Brasil - SALANOVA, 2007).

Uma questão teórica central sobre nominalização sentencial é o tamanho do constituinte

nominalizado. Em português brasileiro, o processo toma como alvo projeções baixas na estrutura sentencial, como argumentam Dalila Maria de Souza e Paula Roberta Gabbai Armelin no artigo *A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas do português brasileiro*, mas em outras línguas sul-americanas, como quechua, projeções mais altas, do domínio C-T, é que são nominalizadas (LEFEBVRE; MUYSKEN, 1988). Portanto, estudos de línguas nativas sul-americanas são muito relevantes na elaboração de uma teoria ampla sobre nominalização sentencial.

Igualmente, o aumento nas pesquisas teóricas sobre a gramática das línguas de sinais locais é um dos nossos desafios. No presente volume há também apenas um artigo dedicado à LIBRAS (*Sentenças relativas restritivas e apositivas em Língua Brasileira de Sinais: uma análise gerativa* de Lizandra Caires do Prado, Rozana Reigota Naves e Paulo Medeiros Júnior). Além de LIBRAS, temos, no território brasileiro, outras línguas de sinais, incluindo sistemas emergentes. Análises desses sistemas podem nos dar pistas importantes sobre a arquitetura da gramática, evolução da linguagem na espécie e aquisição e desenvolvimento no indivíduo.

Importantes também são estudos comparativos entre línguas orais e de sinais. Macro diferenças entre estas duas modalidades parecem estar circunscritas ao modo de externalização da informação linguística, sendo o sistema computacional (Língua-I no sentido restrito) compartilhado pelas duas modalidades (v. De QUADROS et al., a sair). Portanto, muitas questões estruturais pertinentes para o estudo de línguas orais são também pertinentes para línguas de sinais, como é o caso das construções com verbos seriados (*serial verb constructions*), comuns em línguas orais nativas das Américas e da África, e em línguas de sinais, incluindo LIBRAS (v. SOUZA, a sair).

Quanto a dialetos de imigrantes e línguas de quilombolas, poucos estudos teóricos foram realizados até o momento (dentro e fora do Brasil), limitando nosso entendimento dos impactos das expansões territoriais sobre a gramática.

A reduzida participação de teóricos nessas arenas de pesquisa se deve, a nosso ver, a fatores externos e internos à área. Fatores externos, como custo financeiro e tempo de execução, dificultam pesquisas teóricas sobre línguas isoladas espacialmente. Os fatores internos estão relacionados à formação de pesquisadores. Ainda são poucos os centros que oferecem formação em pesquisa de campo em línguas diferentes do português brasileiro.

3.3. Tópicos de pesquisa ainda pouco explorados

Representante dos nossos atuais interesses de pesquisa, o presente volume mostra forte concentração de investigações nas interfaces da sintaxe com a semântica e a morfologia. É possível que isto se deva ao fato de as decisões paramétricas do português brasileiro moderno impactarem, de modo mais dramático, essas interfaces específicas. Por exemplo, a perda de traços de concordância na língua resultou em mudanças morfológicas visíveis no domínio sentencial e nominal. Do mesmo modo, o licenciamento de expressões nominais contendo singulares nus tem efeitos semânticos

claros, como mostra Roberta Pires de Oliveira em *A expressão de espécie no português brasileiro: nomes nus e definido genérico*. Defendemos, no entanto, que investigações conduzidas em línguas locais sobre as interfaces sintaxe-pragmática e sintaxe-fonologia podem ser igualmente informativas sobre a gramática subjacente à linguagem humana. Assim, no que se segue, faremos uma prospecção teórico-empírica, discutindo brevemente fenômenos do português brasileiro que podem oferecer novos *insights* sobre as interfaces sintaxe-fonologia e sintaxe-pragmática.

3.3.1. Elisão nominal e condições de interface sintaxe-fonologia

Martinho (1998) e Clara (2008) apontam que, em português europeu, nos contextos estruturais [Ddef N PP] a elisão de N depende da natureza da preposição que segue N. Apenas as preposições ‘de’ e ‘a’ licenciam elisão de N. Raposo (2018) analisa o fenômeno, considerando que: (a) em geral, preposições são núcleos de fases, mas ‘de’ e ‘a’ não são por não estarem presentes na estrutura sintática, sendo inseridas tardiamente em PF; (b) em português, o determinante definido se funde fonologicamente com o elemento que o segue. Em estruturas [Ddef N PP] com N elidido, preposições, que não ‘de’ e ‘a’, bloqueiam o processo fonológico de fusão do D porque são enviados para PF em um ciclo derivacional (fase) separado.

Dados experimentais coletados por Oliveira (2014) indicam, no entanto, que o português brasileiro é mais leniente no licenciamento de N elidido. Nos contextos [Ddef N PP], um N elidido pode ser seguido por diferentes preposições. Os dados em (14), por exemplo, são todos aceitáveis em português brasileiro.

- (14) a. O livro da Maria e o [-]do João...
 b. O presente para Maria e o [-] para o João...
 c. O jogo com os estados unidos e o [-] com o Japão...
 d. A pessoa por trás de mim e a [-] por trás de você...

Na análise teórico-experimental de Oliveira, o licenciamento de N elidido envolve processos fonológicos de formação de constituinte prosódico, relativos ao determinante definido, que pode formar um constituinte prosódico com o elemento que o precede. As elisões em (14) só são possíveis porque o artigo forma um constituinte prosódico com a conjunção ‘e’. Quando não há um constituinte prosódico [conjunção determinante], as elisões em (14b, c, d) não são licenciadas. Por exemplo, as observações experimentais de Oliveira indicam que a aceitabilidade dos dados em (15) caem significativamente quando comparada com a dos dados em (14).

- (15) a. O presente para Maria foi caro, porém o [-] para o João...
 b. O jogo com os estados unidos foi fácil, porém o [-] com o Japão...
 c. A pessoa por trás de mim é russa, porém a [-] por trás de você...

As análises de Raposo e de Oliveira podem ser convergentes, indicando que, no português

européu e no brasileiro, um D definido forma constituinte prosódico ou com o item que o precede ou como item que o segue, estando os dois itens dentro do mesmo domínio sintático (fase). No entanto, para se sustentar essa conclusão é preciso replicar, no português europeu, os resultados de aceitabilidade obtidos para o português brasileiro.

As pesquisas sobre elisões no nível sentencial apresentadas nos artigos *Island sensitivity in Brazilian Portuguese* quem nunca? (Tarcisio Dias), *Sluicing and focus particles in Brazilian Portuguese and Nupe* (Gesol Mendes e Jason Kandybowicz) e *Reassessing the existence of verb-stranding in vP ellipsis Brazilian Portuguese* (Ezekiel Panitz) examinam as estruturas sintáticas subjacentes aos processos de elisão e seus efeitos nas representações em LF. A elisão nominal discutida acima aponta para interações entre a sintaxe e a fonologia, fenômeno ainda muito pouco estudado nos contextos de *ellipsis*.

3.3.2. Evidencialidade: na interface sintaxe-pragmática

Sistemas de evidencialidade fazem referência à fonte e à confiabilidade da informação transmitida por uma proposição linguística. São informações de ordem pragmática, não contribuem de maneira composicional para a atribuição de valor de verdade à sentença. Ao invés disso, colocam em perspectiva o valor atribuído, fornecendo informações de medida de verificação e justificativa (CHAFE; NICHOLS, 1986; CINQUE, 1999; AIKHENVALD, 2004; ROORYCK, 2001a,b). Assemelham-se, assim, a morfemas avaliativos e marcadores de surpresa.

Investigações do fenômeno em línguas românicas, particularmente em espanhol, têm apontado para o uso da categoria complementizador como marcador de evidencialidade. Este marcador ocorre em sentenças como (16) abaixo, extraídas de Etxepare (2007, pp. 25-6) e Porroche Ballesteros (2000, p. 104), respectivamente.

- (16) a. Oye, que el Barça há ganado la champions
‘Olha, que Barça ganhou a liga dos campeões!’
- b. ¿Que no te has acordado?
‘(você está dizendo) que não se lembra?’

Etxepare (2007) observa que sentenças como (16a) são apropriadas se o falante for testemunha de um evento de fala envolvendo a proposição descrita (e.g. o falante ouve no rádio que o Barça ganhou a liga dos campeões e pronuncia (16a)). Demonte & Fernández-Soriano (2014) consideram que (16a) é uma sentença reportativa, caracterizada por um operador ilocucionário, enquanto (16b) é uma sentença ecoica/de repetição, uma pergunta retórica que indica surpresa ou sarcasmo.

Demonte e Fernández-Soriano (2014), pressupondo uma cartografia expandida da periferia esquerda da sentença, com um domínio de atos de fala sendo projetado acima de CP, propõem que informações relevantes para a pragmática se distribuem nesta cartografia, com o *que* reportativo (16a) realizando o núcleo da projeção avaliativa *EvalP*, localizada acima de CP, e o *que* ecoico realizando a categoria de ForceP, abaixo do CP.

Embora pesquisas sobre representações sintáticas de informações de ordem pragmática sejam

recentes, tendo por vezes um apelo mais descritivo do que explicativo, observamos que o português brasileiro tem uma gama de fenômenos que pode contribuir para pesquisas nesta área. Considere os dados abaixo.

- (17) a. Que me caia um raio na cabeça se eu estiver mentindo!
 b. Não chora, que estraga a maquiagem!
 c. Que você é o melhor que nada!
 d. Olha, que a CPI do Covid vai chamar o ex-presidente para depor!

Seguindo a esteira de pesquisas já em andamento sobre marcadores pragmáticos em português brasileiro (RODRIGUES; LUNGUINHO, 2017; MATOS; RODRIGUES, 2020), uma tarefa para o futuro será descrever e analisar teoricamente dados como (17), mapeando os marcadores de evidencialidade da língua e compreendendo as representações estruturais e restrições sintáticas que regulam a distribuição desses elementos, contribuindo para a formulação de uma teoria alargada que englobe a interface sintaxe-semântica.

Desejamos a você, que nos acompanhou até aqui, uma excelente leitura.

Referências

- AIKHENVALD, A. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CAMPBELL, J. P. Behavior, performance, and effectiveness in the 21st century. In: S. W. J. KOZLOWSKI (ed.), *The Oxford handbook of organizational psychology* (Vol. I). New York: Oxford Press, 2012, pp. 159-94.
- CHAFE, W, NICHOLS, J. *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*. Norwood: Ablex, 1986.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: a Cross-Linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CLARA, D. *A aquisição da elipse nominal em português europeu: produção e compreensão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2008.
- DEMONTE, V.; FERNÁNDEZ-SORIANO, O. Evidentiality and illocutionary force: Spanish matrix *que* at the syntax-pragmatics interface. In: DUFTER, A.; TOLEDO, A. (ed.) *Left Sentence Peripheries in Spanish: Diachronic, Variationist and Comparative Perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014, pp. 217-52.
- DE QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; KLAMT, M. M. Blending Libras and Portuguese: acceptability variables. Em: Rodrigues, C.; SAAB, A. (orgs.) *Formal approaches to languages of South America*. Londres: Springer, a sair.
- ETXEPAIRE, R. 2007. Some aspects of the quotative construction in Iberian Spanish Anuario del Seminario de Filología Vasca Julio de Urquijo: *International Journal of Basque Linguistics and Philology*, v. 41, n. 2, pp. 25-58, 2017.
- LEFEBVRE, C.; MUYSKEN, P. *Mixed Categories: Nominalizations in Quechua*. Dordrecht: Kluwer

Academic Press, 1988.

LEWIS, M. P. *Ethnologue: Languages of the World*. Sixteenth edition. Dallas, Texas: SIL International, 2009. <http://www.ethnologue.com/16>.

MATOS, G.; RODRIGUES, P. Estruturas paratáticas de que-conetivo em frases não-argumentais. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (7), pp. 209-25, 2020. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a13>

MARTINHO, F. *A elipse nominal em português e em francês*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

OLIVEIRA, T. B. *Elisão nominal e questões de interface: fronteiras prosódicas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

PORROCHE BALLESTEROS, M. Algunos aspectos del uso de que en el español conversacional. *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación*, v. 3, 2000, pp. 100-16.

RAPOSO, E. Nominal ellipsis and prepositional modifiers in Portuguese: a phrase-theoretical approach, *Probus*, v. 30, n. 2, pp. 277-303, 2018.

RODRIGUES, P.; LUNGUINHO, M. Ver como marcador pragmático em Português Brasileiro, *Revista Linguística*, v. 13, n. 2, pp. 231-62, 2017.

ROORYCK, J. Evidentiality – Part I. *Glott International* 5, pp. 3-11, 2001a.

ROORYCK, J. Evidentiality – Part II. *Glott International* 5, pp. 161-68, 2001b.

SALANOVA, A. *Nominalization and Aspect*. Tese de doutorado. Cambridge: MIT, 2007.

SOUZA, I. G. M. *Empilhamento verbal em libras: seriação ou coordenação?* Tese de doutorado, Universidade Católica do Rio de Janeiro, a sair.

ISLAND SENSITIVITY IN BRAZILIAN PORTUGUESE *QUEM NUNCA?* CONSTRUCTIONS
SENSIBILIDADE A ILHAS NAS CONSTRUÇÕES COM QUEM NUNCA? DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tarcisio Dias¹

ABSTRACT

This paper provides an account of why the remnant of the ellipsis site is not able to have a correlate within an island constituent in the antecedent, as attested in Brazilian Portuguese *Quem nunca?* (literally “Who never?”) constructions. By arguing that *Quem nunca?* involves clausal ellipsis, I show that ellipsis licensing in this case is sensitive to islandhood. This is discussed in view of Griffiths and Lipták (2014) approach to island repair under ellipsis based on the notion of scopal parallelism, in which lack of parallelism implies island effects. Their idea is that variables in the ellipsis site and in the antecedent must be bound from parallel positions. I argue that a contextual notion of parallelism is required, in the sense that different projections from the same domain count as parallel. I adopt Bošković’s (2021) contextual approach to EPP, in which EPP is satisfied in the highest projection of a domain, and not invariably by T. I have also claimed that under certain conditions the EPP domain can be expanded for the purpose of parallelism.

KEYWORDS: Structural parallelism. Ellipsis. Left periphery. Islands.

RESUMO

Este artigo oferece uma abordagem para o fato de que o item remanescente de elipse não é capaz de ter como correlato no antecedente um elemento presente em uma ilha, tal como atestado nas construções com *Quem nunca?* do Português Brasileiro. Argumentando que *Quem nunca?* envolve elipse sentencial, eu mostro que o licenciamento de elipse é sensível à ilha. Isto é discutido à luz da proposta de Griffiths e Lipták (2014) para reparo de ilha baseada na noção de paralelismo de escopo, em que a ausência de paralelismo implica efeitos de ilha. A ideia dos autores é a de que variáveis no sítio de elisão e no antecedente devem ser presas de posições paralelas. Eu argumento que uma noção contextual de paralelismo é necessária, no sentido de que diferentes projeções de um mesmo domínio contam como paralelas. Eu adoto a abordagem contextual do EPP de Bošković (2021), em que o EPP é checado na projeção mais alta de um domínio, e não invariavelmente por T. Eu também alego que sob certas condições o domínio do EPP pode ser expandido para os propósitos de paralelismo.

PALAVRAS-CHAVE: Paralelismo estrutural. Elipse. Periferia esquerda. Ilhas.

Introduction

In this paper I propose an account of why the remnant of the ellipsis site is unable to take a correlate in an island constituent in the antecedent, as attested in Brazilian Portuguese (BP) *Quem nunca?* (“Who never?”) constructions (QNC). This is intriguing in view of the known fact that island effects are usually ameliorated under deletion. The expression *Quem nunca?* is commonly used as a follow-up comment to a declarative statement, as in (1). The crossed-out elements correspond to the elided material.

¹ University of Connecticut (UConn), tarcisio.dias@uconn.edu, <https://orcid.org/0009-0003-5383-3559>.

- (1) A: Maria beijou João.
 M. kissed J.
 B: Quem nunca? [~~t-beijou João~~]
 who never kissed J.
 ‘Who did never kiss João?’

(1B) is felicitous in a context where speaker B is not at all surprised by the statement uttered by speaker A, being a type of rhetorical question. The continuation in (2), for instance, seems to simply restate the meaning expressed by the *Quem nunca?* (QN) proposition in this context.

- (2) Quem nunca? Ele é um mulherengo!
 who never he is a womanizer
 ‘Who did never kiss João? He is a womanizer!’

A curious fact about these constructions is that *Quem* cannot have a correlate with a DP sitting within an island. So, given an antecedent such as *John said* [_{ISLAND} *when Mary kissed John*], the wh-element in *Who never?* cannot have the embedded subject as its correlate; i.e., *Who never?* in this case means *Who has never said when Mary kissed John?*, but it cannot mean *Who has never kissed John?*. The latter interpretation is available if the embedded clause in the antecedent is not an island, e.g., *John said* [*that Mary kissed John*]. To account for this contrast, I will propose that the wh-remnant of the ellipsis site can only be associated with a DP from a parallel position in the antecedent. I will adopt a dynamic approach to parallelism, in a sense to be defined, that doesn't require the remnant and its correlate to be in the same category.

In section 1 I show these constructions are better understood as clausal ellipsis. In section 2 I show that ellipsis licensing is sensitive to islandhood. In section 3 I review an approach to island repair under ellipsis and then I present the proposal of island repair based on structural parallelism developed by Griffiths and Lipták (2014). In section 4 I present my analysis, and in section 5 I conclude.

1. *Quem nunca?* as TP ellipsis

In this section I will provide evidence that QNC are better characterized as clausal ellipsis licensed by the word *nunca*, thus militating against the idea of some sort of lower licensing (e.g., VP ellipsis). It is well known in the ellipsis literature that pronouns give rise to an ambiguity between a sloppy (cf. 3a) and a strict (cf. 3b) reading in the VP ellipsis site, a phenomenon first observed in Ross (1967, p. 348).

- (3) John₁ likes his₁ car and Peter₂ does, too.
 a. John₁ likes his₁ car and Peter₂ likes his₂ car, too.
 b. John₁ likes his₁ car and Peter₂ likes his₁ car, too.

The same ambiguity is tolerated in QNC (cf. 4), which I take as evidence that such constructions do indeed involve ellipsis, in addition to the fact that the linguistic antecedent in (1A) controls the interpretation in (1B).

- (4) A: João₁ beijou sua₁ patroa.
 ‘João kissed his boss’
 B: Quem₂ nunca? [~~beijou sua~~_{1/2} patroa]
 who never kissed his boss
 ‘Who has never kissed his boss?’

Another interesting sentence is given below.²

- (5) As pessoas raramente criticam o Biden. Já o Trump, quem nunca [~~t-critica t~~]?
 the people rarely criticize the B. already the T. who never criticize
 ‘People rarely criticize Biden. As for Trump, who never criticizes him?’

Notice that the object of the elided verb in the QN clause is topicalized. Considering topics are derived via movement,³ (5) shows that the DP *o Trump* originates as the complement of the elided verb in the silent structure.

Now let’s discuss which category is actually being elided. I will show that it is TP. According to Merchant (2013), voice mismatches are not allowed under clausal ellipsis, as observed in (6).

- (6) *Joe was murdered, but we don’t know who [~~t-murdered Joe~~].

(MERCHANT, 2013, p. 81)

Lower cases of ellipsis, such as VPE (cf. 7), do allow such mismatches because the target of deletion is arguably below a Voice head.

- (7) The system can be used by anyone who wants to [~~use it~~].

(MERCHANT, 2013, p. 79)

As we can see in (8), QNC and clausal ellipsis behave alike in this respect, since a voice mismatch is not allowed in the former as well.

- (8) A: João foi beijado pela Maria.
 ‘João was kissed by Maria’

² I thank Renato Lacerda for bringing this sentence to my attention.

³ The same point could be made here if one argues that topics are base generated in the left periphery binding a *pro* as the object of the elided verb. The relevant claim is the need to assume silent structure.

- B: Quem nunca? [~~foi beijado pela Maria~~]/*[beijou o João]
 ‘Who has never been kissed by Maria?’/*Who has never kissed John?’

Tense mismatches between the antecedent and the ellipsis site are an even more straightforward way to diagnose TP ellipsis. An example from Hungarian is provided below.

- (9) *Mari tegnap vásárolt a piacon, és nem holnap
 Mari yesterday shopped the market.on and not tomorrow
 ‘Mari was shopping at the market yesterday, and not tomorrow.’
 (GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 214)

As shown in (10), QNC also don’t allow tense mismatches. Notice that, given a past tense antecedent (10A), the tense in QNC must follow (10B,B’), suggesting an obligatory tense match between the ellipsis site and its antecedent.⁴

- (10) A: Maria beijou João na festa (ontem)
 Maria kissed João at.the party yesterday
 ‘Maria kissed João at yesterday’s party’
 B: Quem nunca? [~~t-beijou João~~] Ele já beijou todo mundo!
 who never kissed João he already kissed everybody
 ‘Who did never kiss João? He’s already kissed everybody!’
 B’: #Quem nunca? [~~t-vai beijar João~~] Ele beija / vai beijar todo mundo!
 who never will kiss João he kisses will kiss everybody
 ‘Who will never kiss João? He kisses/will kiss everybody!’

Additionally, there is another property QNC share with typical cases of sluicing, a well-known case of clausal deletion: the ban against a non-null C under ellipsis, even though this element is arguably out of the ellipsis site.⁵ Notice that the overt version of (11) in (12) does allow the sequence *quem que*.

- (11) *Sluicing*
 Alguém beijou João, mas eu não sei quem (*que).
 Somebody kissed John but I not know who that
 ‘Somebody kissed John, but I don’t know who.’

⁴ An anonymous reviewer pointed out that the “tense mismatch” argument is weakened when we consider that QNC doesn’t work in the future (cf. *i*). I agree with this judgment. I believe, however, that this is an independent issue. The argument would have been weakened in case a future antecedent were compatible with a past tense reading, which is not, or if a past tense antecedent were compatible with a future tense reading. In any case, this tense contrast is very interesting and should be investigated further, as *Quem nunca?* seems to force a past interpretation, therefore requiring a past antecedent (i.e., a tense matching antecedent).

(i) A: A Maria vai beijar o João. (*Mary will kiss John*)
 B: #Quem nunca? [~~t-vai beijar o João~~] (*Who will never kiss John?*)

⁵ See Ross (1969) and Merchant (2001) for discussion.

- (12) Alguém beijou João, mas eu não sei quem (que) beijou João.
 Somebody kissed John but I not know who that kissed John
 ‘Somebody kissed John but I don’t know who kissed John’
 Now let’s take a look at the *Quem nunca?* case.

- (13) A: Maria beijou João
 B: Quem nunca?
 B’: *Quem nunca que.
 B’’: ?/% Quem que nunca.

The presence of the complementizer *que* is never totally acceptable in (13), which I take to indicate QNC pattern with sluicing in the unavailability of a non-null C under ellipsis. The difference in acceptability between (13B’) and (13B’’) will not be discussed here due to limitations of space. For some BP speakers, however, (13B’’) is completely acceptable. So, in view of the evidence presented above, I will assume QNC are an instance of TP ellipsis.

2. Island sensitivity in *Quem nunca?* constructions

Ross (1969) has first observed that clausal ellipsis constructions tolerate island violations, claiming that deletion of the crossed constituent – an island – is responsible to repair the island effect that would have been otherwise observed in the non-deleted version of the sluice. He noticed that sluicing constructions are insensitive to islands such as (i) the Coordinate Structure Constraint, (ii) the Complex NP Constraint, and (iii) the Sentential Subject constraint. Here I exemplify with a case of sluicing alleviating the Coordinate Structure Constraint.

- (14) Irv and someone were dancing together, but I don’t know who [~~Irv and t were dancing together~~].

(ROSS, 1969, p. 276)

Quem nunca? constructions, however, show sensibility to islands, a seemingly surprising fact under the proposal that they encompass clausal ellipsis. In the following data, the remnant of QNC can have a correlate in a complement clause (cf. 15), but not in a Wh-island (cf. 16). The remnant corresponds to the Wh-element in the sluice, and its correlate refer to the element in the antecedent occupying a parallel position. The notion of parallelism will be discussed in more detail later on.

- (15) A: Pedro contou pro Renato que a Maria beijou o João.
 P. told to.the R. that the M. kissed the J.
 ‘Pedro told Renato that Maria kissed João.’

B: Quem nunca [~~t-contou pro Renato que a Maria beijou o João~~]?
 who never told to.the R. that the M. kissed the J.
 ‘Who did never tell Renato that Maria kissed João?’

B’: Quem nunca [~~t-beijou o João~~]?
 who never kissed the J.
 ‘Who did never kiss João?’

(16) A: Pedro contou pro Renato quando a Maria beijou o João.
 P. told to.the R. when the M. kissed the J.
 ‘Pedro told Renato when Maria kissed João.’

B: Quem nunca? [~~t-contou pro Renato quando a Maria beijou o João~~]?
 who never told to.the R. when the M. kissed the J.
 ‘Who did never tell Renato when Maria kissed João?’

B’: *Quem nunca [~~t-beijou o João~~]?
 who never kissed the J.
 ‘Who did never kiss João?’

As we can see, the island constituent is opaque for the ellipsis resolution in (16B’). In other terms, the ellipsis remnant *quem* in QNC can never take a correlate that sits within an island in the antecedent. Another example is given below with a relative clause.

(17) A: O João aprendeu a língua que a Maria descreveu.
 the J. learned the language that the M. described
 ‘João has learned the language that Maria described’

B: Quem nunca [~~t-aprendeu a língua que a Maria descreveu~~]?
 who never learned the language that the M. described
 ‘Who has never learned the language that Maria described?’

B’: *Quem nunca [~~t-a=descreveu~~]?
 who never it=described
 ‘Who did never describe it (=the language that Maria described)?’

Once again, the island constituent is opaque for ellipsis resolution, and it cannot serve as an antecedent. This is puzzling because the ungrammatical B’ cases in (16) and (17) do not seem to be instances of island violations, since there are no island constituents at all involved in the putative ellipsis site. Notice that the non-elliptical versions of (16B’) and (17B’) are fully acceptable as replies to (16A) and (17A), respectively. This means that we shouldn’t consider this case as a failure in island repair, as there are no islands to be repaired. The issue is that it seems to exist a restriction on what in the antecedent is a legitimate correlate for an ellipsis remnant, and how it relates to the remnant in the ellipsis site. Whatever blocks (16B’) and (17B’) has to refer to the structure available

in the antecedents (16A) and (17A). In the following, I will propose an analysis based on Griffiths and Lipták's (2014) theory of island repair, but first will reject an alternative approach to the island sensitivity phenomenon, claiming they are unable to account for the above data.

3. Island repair proposals

3.1 The “star” approach

Accounts like Lasnik (2001) and Merchant (2001) propose that island nodes are rendered PF-uninterpretable by being assigned an ill-formedness star (i.e. *-marker) whenever crossed by a moving element (cf. 18). Crucially, the star makes them unpronounceable, so overt realization of such structures makes the derivation crash at PF. Since islands are treated as a PF phenomenon, deletion of the star marked island node is able to repair the island effect.

- (18) a. ... X_i ... * $[_{ISLAND} \dots t_i \dots]$ (not a PF-legitimate object)
 b. ... X_i ... * $[_{ISLAND} \dots t_i \dots]$ (a PF-legitimate object)

Such a treatment to the cases at hand would wrongly predict that QNC would allow *-marked island nodes, contrary to fact:

- (19) A: Pedro contou pro Renato quando a Maria beijou o João.
 P. told to.the R. when the M. kissed the J.
 ‘Pedro told Renato when Maria kissed João.’
 B: *Quem o Pedro nunca [contou pro Renato * $[_{ISLAND} \dots t_i \dots]$ quando t beijou o João]]?
 who the P. never told to.the R. when kissed the J.
 B’: *Quem o Pedro nunca [contou pro Renato * $[_{ISLAND} \dots t_i \dots]$ quando a Maria beijou t]]?
 who the P. never told to.the R. when the M. kissed

The problem with this approach is that it predicts an unavailable interpretation such as ‘who has Peter never told to Renato when kissed John?’, given that PF deletion should repair the island violation, and it also remains clueless about the contrast attested between the B’ statements in (15) and (16), namely, why can a clausal complement serve as an antecedent, but an embedded Wh-island cannot?

In a different perspective, Merchant (2008) argues that island sensitivity is derived due to PF-uninterpretable copies of the moving element that is crossing the island node. In this approach, what is marked as ill-formed is not the island constituent itself, but the copy moving across the island node. However, as argued by Griffiths and Lipták (2014), Merchant’s (2008, p. 193) proposal doesn’t account for the fact that contrast sluicing is island-sensitive, and it is also unable to account for sprouting, a type of clausal ellipsis with an antecedentless Wh-remnant in which escaping copies are not found, but these constructions are nevertheless island-sensitive.

3.2 Island repair and contrastiveness

Griffiths and Lipták (2014) (G&L) argue that there are two types of TP ellipsis (TPE): TPE of the repairing type and TPE of the non-repairing type. The former has a noncontrastive remnant and it is island insensitive, whereas the latter has a contrastive remnant and it is island sensitive. First, they propose the following felicity condition on contrastive fragments (another type of clausal ellipsis), with an example in (21).

(20) “Contrastive fragments are only felicitous if their correlate is contrastively focused.”
(GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 202)

(21) A: Of all the things he likes, John decided that he will eat [_{Contrastive Focus} A PIZZA] in his favorite restaurant on his way home.
B: No, a salad₁ [_{TP} ~~he had t₊ in his favorite restaurant on his way home~~]
(GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 202)

Based on Merchant’s (2008) observation that sluicing repairs islands when the Wh-phrase is noncontrastive, but not otherwise, G&L formulated the generalization in (22), with the relevant examples in (23).

(22) Generalization on island repair

“Contrastive fragments cannot repair islands. Noncontrastive fragments can potentially repair islands.”
(GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p.207)

(23) a. *Noncontrastive fragment*
Abby wants to hire someone who speaks a Balkan language, but I don’t remember which.
b. *Contrastive fragment*
*Abby wants to hire someone who speaks GREEK fluently, but I don’t remember WHAT other language.

But which properties noncontrastive fragments have, which is lacking in contrastive ones, that allows them to alleviate island effects? Their answer is: the former obey a parallelism requirement, whereas the latter don’t.

3.3 Parallelism in island repair

G&L propose that island repair is only successful when the ellipsis remnant and the correlate are parallel in LF. The definition of parallelism they adopt is given in (24).

(24) *Scopal Parallelism in ellipsis*

“Variables in the antecedent and the elided clause are bound from parallel positions.”

(GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 210)

The authors claim that this condition is always satisfied for noncontrastive remnants under sluicing. For contrastive ones, on the other hand, it varies. Let’s consider the former situation, a case of island repair under sluicing.⁶ The LF representations of (25a) are given in (25b).

(25) a. They want to hire someone who speaks a Balkan language, but I don’t remember which.

b. [a Balkan language]₁ λx ([_{TP} they want to hire someone who speaks x_1]) (antecedent)

[which]₁ λx ([_{TP} they want to hire someone who speaks x_1]) (remnant + ellipsis)
(p. 212, ex. 70)

They assume with May (1985) that the weak quantifier (i.e. the indefinite) raises to a TP external position at LF, and the base-generated copy is replaced with a variable bound by a λ -operator scoping over TP. Crucially, the variables of the correlate and of the remnant must be bound from parallel positions by the λ -operator.

Contrastive fragments, on the other hand, do not observe scopal parallelism and, as a consequence, don’t alleviate island effects. Let’s take the example in (26a), with its LF representations in (26b). Notice that movement of the contrastive correlate in A pied-pipes the island in which it is contained at LF.

(26) a. A: Did John introduce the man that JILL admires to Sue?

B: *No, HEATHER.

B’: No, the man that HEATHER admires.

b. A: [[the man that JILL admires]₁ λx ([_{TP} John introduce x_1 to Sue])]

B: *No, [Heather]₁ λx ([_{TP} John introduced the man that x_1 admires to Sue])]

B: No, [the man that HEATHER admires]₁ λx [TP John introduced x_1 to Sue]

(GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 217)

As we can see, the variables x are not bound from parallel positions between (26b.A) and (26b.B), which blocks island repair. We now know that scopal parallelism is required for island repair, but what is the motivation behind this? The authors propose that contrastive fragments need to “minimally spell out the island itself” (p. 220), claiming this requirement follows from the scopal parallelism restriction. So, summing up: contrastive fragments require pied-piping of the island, whereas noncontrastive ones don’t. Also, scopal parallelism is a necessary condition for island repair.

In the next section I will show that *Quem nunca?* constructions are island sensitive because of a lack of scopal parallelism between the correlate and the remnant *quem*, as attested for contrastive fragments dealt with by G&L.

⁶ The fact that sluicing requires scopal parallelism was already observed in Merchant (2001).

4. Scopal parallelism in *Quem nunca?* constructions

4.1. *Quem nunca?* structure

Before proceeding to the discussion on parallelism in the relevant data, I will present my assumptions regarding clause structure and then propose a structure for QNC. Following work by Gribanova (2017), I will assume there are two positions associated with polarity (i.e., negation, affirmation) in the clausal structure: PolP (above TP) and NegP (below TP). The higher one is able to host focus features in addition to polarity features. Neg, on the other hand, hosts the morphosyntactic features responsible for sentential negation.⁷ She claims these projections are connected by *Agree*. The sentence skeleton is, provisionally, as follows:

$$(27) [_{CP} [_{PolP} [_{TP} [_{NegP} [_{vP}]]]]]$$

In languages with verb-stranding ellipsis in polarity focus contexts (e.g., Russian (cf. 28), Hungarian (cf. 29), Brazilian Portuguese (cf. 30)), it is assumed that the verb head-moves to Pol, from where it licenses TP ellipsis. Also relevant is Martins (2016), who argues for a polarity phrase Σ P above TP able to license ellipsis after verb movement to the Σ head.

- (28) A: Evgenija otpravila posylku v Moskvu?
 Evgenija send._{PST.3SG.F} package._{ACC} to Moscow
 ‘Did Eugenia send the package to Moscow?’
 B: (Net,) ne otpravila. / (Da,) otpravila.
 ‘(No,) she didn’t.’ / ‘(Yes,) she did.’

(GRIBANOVA, 2017, p. 1080)

- (29) A: Láta János a szomszédokat?
 saw János the neighbours
 ‘Did János see the neighbours?’
 B: Láta.
 saw
 ‘He did.’

(LIPTÁK, 2012, p. 85)

- (30) A: Maria beijou João?
 ‘Did Mary kiss John?’
 B: (Sim,) beijou. / (Não,) não beijou.
 yes kissed no not kissed
 ‘(Yes,) she did.’ / ‘(No,) she didn’t.’

⁷ See also Zanuttini (1997).

I will then assume that PolP is also projected in BP, thus being able to host a head that needs to check focus features in responsive constructions. First, let's derive the declarative sentence *Maria nunca beijou João* ("Mary never kissed John"), where no focus feature is involved. I will take *nunca* to head the "NegP" projection, which I will label here as *NeverP* for the matter of exposition.⁸ *Nunca* is licensed via *Agree* with the polarity head, which can be either null or host an emphatic negation (cf. 31; V-movement not represented). The subject checks nominative and the EPP feature on T as usual.

- (31) (Não,) Maria nunca beijou João.
 $[_{CP} [_{PolP} (N\tilde{a}o) [_{TP} Maria_i [_{NeverP} nunca [_{vP} t_i beijou\ Jo\tilde{a}o]]]]]$

Gribanova (2017) claims that the lower polarity (complex) head moves to Pol to derive VSO word orders in Russian, where the movement is motivated by the need to check focus features. The same movement operation followed by TP ellipsis derive responsive ellipsis⁹ as we saw in (28)-(30). In cases where *nunca* serves as the fragment answer to the antecedent, I propose *nunca* head-moves to Pol to check its focus feature prior to TP deletion.¹⁰

- (32) A: Maria beijou João?
 'Did Mary kissed John?'
 B: Nunca.
 'Never.'
 $[_{CP} [_{PolP} Nunca_i [_{TP} Maria_t [_{NeverP} t_i t_{vP} beijou\ Jo\tilde{a}o]]]]]$

Now let's go back to *Quem nunca?*. I propose that QN-*nunca* licenses TP ellipsis in the position represented in (32B), that is, heading a PolP projection after movement motivated by checking of its focus feature. In this sense, *Quem nunca?* would be an instance of responsive ellipsis, where speaker B adds a comment to a previous statement in the discourse. Considering we have two specifiers available, namely, Spec,C, and Spec,Pol, we need now to account for the position of the Wh-remnant.

Bošković (2021, in press) argues there are two distinct Wh-positions in the left periphery of clause structure, one confined to locally moved Wh-subjects, to the exclusion of Wh-objects, embedded Wh-arguments, and Wh-adjuncts, which all move to Spec,CP in his analysis. In particular, it is argued that *who* in (33b) is lower than *who* in (33a), but higher than *Amy* in (33c).

⁸ The sentential negation and *nunca* seem to distribute alike in BP. Both *não* and *nunca* are able to license a redundant negation at the end or the beginning of the sentence, for instance:

- (i) (Não,) Maria **não** beijou João (não). (*No, Mary did not kiss John, no*)
 (ii) (Não,) Maria **nunca** beijou João (não). (*No, Mary never kissed John, no*)

⁹ I have borrowed this term from McCloskey (2017).

¹⁰ The derivation in (25B) is based on Merchant's (2004) proposal to fragment answers, which he claims to be ellipsis remnants.

- (33) a. I wonder [**who** Amy met].
 b. I wonder [**who** left].
 c. I think [**Amy** left].

He has independently argued for the existence of a subject-dedicated position above TP and below CP¹¹. He shows this position hosts local Wh-subjects which move straight to this position without passing through Spec,TP. As an A/A' position, it can (i) satisfy EPP, (ii) check nominative Case, and (iii) check A' features, e.g., [+Wh], [+Focus]. I will label such projection as ${}_{L}CP$, which stands for “lower CP”, and will call the other Wh-position ${}_{H}CP$, i.e., “higher CP”. So, in his approach local Wh-subjects move to ${}_{L}CP$, and non-local-Wh-subjects move to ${}_{H}CP$. Regular subjects, on the other hand, occupy Spec,TP as usually assumed.

- (34) [${}_{H}CP$ [${}_{L}CP$ *Wh-Subj*]_{LOC} [_{TP} ...

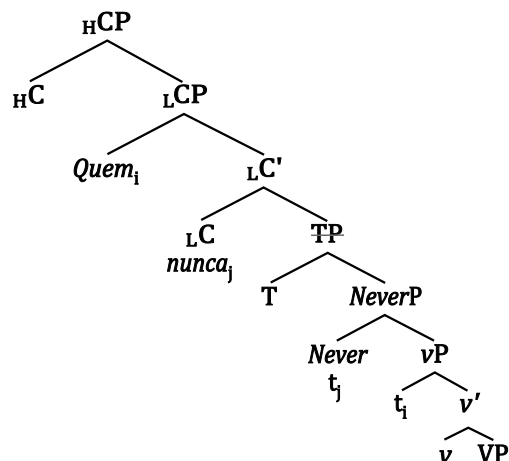
To illustrate, let's take a look at the structure for *Who left?* in (35):

- (35) [${}_{L}CP$ *who*_i [_{TP} T [_{vP} t_i *left*]]]

Under this approach, EPP is treated contextually, and not as an intrinsic property of T: “there is an EPP domain, with the highest projection in this domain the locus of the EPP” (BOŠKOVIĆ, 2021, p. 14). Such domain corresponds to the clausal domain to where Wh(A/A'), regular, and quirky subjects move. Therefore, ${}_{L}CP$ and TP correspond to the EPP domain, and I will take ${}_{L}CP$ to subsume the aforementioned PolP/ΣP. Therefore, I assume the following structure for QNC when *Quem* corresponds to the Wh-subject:

¹¹ For instance, he shows that non-subject Wh-elements, contrary to Wh-subjects, can occupy a position above the topic. We can observe the same distribution in BP:

- (i) a. Maria quer saber qual livro, pra Pedro, João deve comprar. (*Mary wants to know which book, for Peter, John should buy*)
 b. *Maria quer saber qual aluno, pra Pedro, deve comprar aquele livro. (*Mary wants to know which student, for Peter, should buy that book*)
 (ii) a. ??Eu quero saber em qual mesa, aquele livro, Maria colocou. (*I want to know in which table, that book, Mary put*)
 b. *Eu quero saber qual homem, aquele livro, colocou na mesa. (*I want to know which man, that book, colocou na mesa*)

(36) *Quem nunca?* structure

Fonte: elaboração do autor

The polarity item *nunca* is generated in the lower “Neg” position (i.e., relabeled here as *Never*), being licensed via *Agree* with LC (our old Pol), in the sense of Gribanova (2017) as discussed above. In order to check its focus feature, *nunca* moves to LC , where ellipsis of its complement TP will be licensed.¹² The Wh-subject is base-generated in the *Spec,v* position and then it moves to *Spec,C*, where it checks EPP. Notice that there is no need for *Quem* to step by *Spec,T* in the system I am assuming.

In the following I will make the notion of scopal parallelism more precise by proposing what it takes to count as structurally parallel.

4.2. Scopal parallelism in *Quem nunca?*

As we saw in (24), scopal parallelism takes place when the variables in the antecedent and the ellipsis site are bound from parallel positions. In other terms, parallelism is “an LF constraint which requires that fragments and their correlates occupy a parallel left-peripheral position” (GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014, p. 229). We also saw I am adopting a contextual approach to the EPP, in which its satisfaction requirement is tied to the highest phrase in the EPP domain; see discussion in Bošković (2021). Therefore, I propose that the highest EPP phrase in the antecedent counts as parallel to the highest EPP phrase in the ellipsis site, even though they may correspond to distinct categories. So, a TP in the antecedent, for instance, counts as parallel to an LC in the ellipsis site provided they correspond to the highest phrase in the EPP domain in their own structure, as stated in (37) below. A parallelism fail will thus block ellipsis.

(37) Contextual scopal parallelism

¹² TP ellipsis is represented as TP in the tree, where TP and all the nodes it dominates are PF-deleted.

The highest phrase of a domain in the antecedent counts as parallel to the highest phrase of the same domain in the ellipsis site.

First, I would show how scopal parallelism obtains in the simple case in (1), repeated below as (38).

- (38) A: Maria beijou João.
 M. kissed J.
 B: Quem nunca? [~~t~~beijou João]
 who never kissed J.
 ‘Who did never kiss João?’

- (39) A: [_{TP} Maria₁ [_{vP} t₁ beijou João]]
 [_{TP} Maria₁ λx [_{vP} x₁ beijou João]] (LF)
 B: [_{LCP} Quem₁ nunca [_{TP} [_{vP} t₁ beijou João]]]
 [_{LCP} Quem₁ λx nunca [_{TP} [_{vP} x₁ beijou João]]] (LF)

Under our contextual approach to scopal parallelism, the variables in the LFs of A and B are bound from parallel positions (TP and _LCP, respectively), thus allowing for TP ellipsis in (39B). The analysis predicts that QNC will not allow a Wh-object or a Wh-adjunct remnant, since it occupies _HCP, being unable to parallel with its correlate in vP. This is indeed borne out.

- (40) A: Maria beijou João
 M. kissed J.
 B: *Quem Maria nunca? [~~beijou~~t] (cf. *Quem Maria nunca beijou?*✓)
 who Maria never kissed

- (41) A: [_{TP} Maria₁ [_{vP} t₁ beijou João]]
 [_{TP} Maria₁ λx [_{vP} x₁ beijou João]] (LF)
 B: *_{[HCP} Quem₂ [_{LCP} Maria₁ nunca [_{TP} [_{vP} t₁ beijou t₂]]]]
 *_{[HCP} Quem₂ λy [_{LCP} Maria₁ λx nunca [_{TP} [_{vP} x₁ beijou y₂]]]] (LF)

Notice that parallelism doesn't obtain in the relevant sense since the object variable y doesn't have a suitable correlate in (41A). In order to (41A) and (41B) to be parallel, a variable should be in place of *João* and should be bound by an operator from _HCP.

Now I turn to the island sensitive cases of QNC. Let's start with (16), repeated as (42). In (42B) *quem* takes the matrix subject *o Pedro* as a correlate and, in (42B''), it takes the subject in the embedded Wh-clause. The LF representations are given in (43).

- (42) A: Pedro contou pro Renato quando a Maria beijou o João.
 P. told to.the R. when the M. kissed the J.
 ‘Pedro told Renato when Maria kissed João.’
- B: Quem nunca? [~~t contou pro Renato quando a Maria beijou o João~~]?
 who never told to.the R. when the M. kissed the J.
 ‘Who did never tell Renato when Maria kissed João?’
- B’: *Quem nunca [~~t beijou o João~~]?
 who never kissed the J.
 ‘Who did never kiss João?’
- (43) A: [_{TP} O Pedro₁ λx [_{VP} x₁ contou pro Renato [_{LCP} quando [_{TP} a Maria₂ λy [_{VP} y₂ beijou o João]]]]]]
- B: [_{LCP} Quem₁ λx nunca [_{VP} x₁ contou pro Renato quando a Maria beijou o João]]?
- B’: *[[_{LCP} Quem₂ λy nunca [_{TP} [_{VP} y₂ beijou o João]

In (43B) parallelism is obtained since matrix TP and matrix _LCP are parallel under the system I am adopting: they both correspond to the highest projection in their EPP domains. Notice that the ellipsis site in (42B’) cannot recover its content from the embedded clause in (42A), a Wh-island. This is surprising considering that the remnant *quem* in matrix Spec,_LCP takes the DP *a Maria* in the embedded Spec,TP of the antecedent as correlate, which means that parallelism seems to be satisfied. However, remember that in order to count as parallel, it is the highest projection of the same domain in each sentence that needs to be taken into consideration. Also remember that _HCP is responsible to host A’-moved elements, which are absent in the antecedent in (43A). Therefore, I propose that *quando* (“when”) is base generated in the Spec of _LCP, the highest projection of the EPP domain. With Spec,_LCP filled, the subject satisfies EPP in Spec,TP, possibly via _LC. The crucial thing here is that the highest projection of the relevant domain in the ellipsis site, i.e., embedded _LCP, does not count as parallel to the embedded TP in the antecedent, since the latter is not the highest projection, which now is _LCP. In other words, I am assuming that the merging of a specifier to _LC expands the EPP domain, even though a DP could still satisfy EPP in Spec,TP. That being so, it’s easy to see why scopal parallelism fails: the variable *y* in (43B’) is bound from _LCP, whereas *y* in (43A) has no operator binding it within embedded _LCP. By the end of this section we will see that treating Wh-words like *quando* (“when”) as base generated in _LCP instead of _HCP helps capture the complement/Wh-island asymmetry we observed in section 2 (cf. 15 vs. 16/17).

In (17), repeated as (44), we have a similar issue, being impossible to obtain scopal parallelism when *Quem* has the subject of the relative clause as its correlate.

- (44) A: O João aprendeu a língua que a Maria descreveu.
 the J. learned the language that the M. described
 ‘João has learned the language that Maria described’
 B: Quem nunca [~~t aprendeu a língua que a Maria descreveu~~]?
 who never learned the language that the M. described
 ‘Who has never learned the language that Maria described?’
 B’: *Quem nunca [~~t a=descreveu~~]?
 who never it=described
 ‘Who did never describe it (=the language that Maria described)?’

- (45) A: [_{TP} o João₁ λx [_{VP} x₁ aprendeu [_{DP} a língua₃ [_{CP} que [_{TP} a Maria₂ λy [_{VP} y₂ descreveu z₃]]]]]]]
 B: [_{LCP} Quem₁ λx nunca [_{TP} [_{VP} x₁ aprendeu a língua₃ que a Maria descreveu z₃]]]?
 B’: *[[_{LCP} Quem₂ λy nunca [_{TP} [_{VP} y₂ a=descreveu]]]]

In (45B) the variable is bound from (matrix) Spec,_LCP, whereas in (45A) its correlate is bound from matrix Spec,TP, so parallelism is observed - they are parallel because they correspond to the highest projection in their domains. In (45B’), the remnant *quem* in Spec,_LCP takes the DP in the embedded Spec,TP as its correlate. Considering the variable *y*, parallelism is also satisfied, since embedded TP in (45A) and matrix _LCP in (45B’) are the highest projection of their EPP domain: notice that in (45A) *que* heads C, so it really doesn’t matter if it is generated under _LC or _HC, since no specifier is projected above TP in the embedded clause, which qualifies TP as the highest projection, thus parallel to _LCP. But still, (44B’) is ungrammatical. The absence of parallelism here is due to the lack of an additional variable *z* in the ellipsis site in (45B’). The variable *z* in (45A), therefore, is unable to find a parallel in the ellipsis site, thus blocking parallelism. Notice that if we assume that an Op is the actual object of the embedded verb in (45A), it would still not find a suitable remnant in (45B’), which doesn’t enclose a relative clause.

Lastly, I will discuss the cases of complement non-Wh clauses, in which the remnant is able to take an embedded element as its correlate, as we saw in (15), repeated below as (46).

- (46) A: Pedro contou pro Renato que a Maria beijou o João.
 P. told to.the R. that the M. kissed the J.
 ‘Pedro told Renato that Maria kissed João.’
 B: Quem nunca [~~t contou pro Renato que a Maria beijou o João~~]?
 who never told to.the R. that the M. kissed the J.
 ‘Who did never tell Renato that Maria kissed João?’
 B’: Quem nunca [~~t beijou o João~~]?
 who never kissed the J.
 ‘Who did never kiss João?’

- (47) A: [_{TP} Pedro₁ λx [_{vP} x₁ contou pro Renato [_{CP} que [_{TP} a Maria₂ λy [_{vP} y₂ beijou o João]]]]]
 B: [_{LC_P} Quem₁ λx nunca [_{vP} x₁ contou pro Renato [_{CP} que [_{TP} a Maria₂ λy [_{vP} y₂ beijou o João]]]]]
 B': [_{LC_P} Quem₂ λy nunca [_{TP} [_{vP} y₂ beijou o João]]]

In (47B), the variable x in the ellipsis site is bound from matrix $_{L}CP$, and the variable x in the antecedent is bound from matrix TP. Scopal parallelism is then obtained, allowing ellipsis to be licensed by *nunca*. (47B') is also grammatical, so we expect it to obey parallelism as well. By comparing the matrix $_{L}CP$ in (47B') with the embedded CP in (47A), we see that the variables y are bound from Spec, $_{L}CP$ and Spec, TP, respectively, thus parallelism is satisfied, since each correspond to the highest projection in their EPP domains. Without postulating that merging of a specifier in $_{L}C$ is able to expand the EPP domain, which might still be satisfied at a lower position, it seems it would be impossible to capture the asymmetry observed between (42)/(44) and (46).

5. Conclusion

In this paper I have shown that *Quem nunca?* constructions in Brazilian Portuguese are better understood as an instance of clausal ellipsis, instead of a lower ellipsis, licensed by the polarity head *nunca*. I have also shown that remnants in QNC are unable to have a correlate in an island antecedent. This empirical generalization was discussed in light of the theory of island repair proposed by Griffiths and Lipták (2014), which have claimed that island sensitivity emerges from the lack of scopal parallelism between the remnant element and the correlate, more specifically, due to variables failing to be bound from parallel positions. I have proposed that the notion of parallelism should be contextual based on Bošković's (2021) contextual approach to the EPP, in the sense that the highest projections of the same domains may count as parallel. I have also claimed that merging of a specifier to $_{L}C$ is able to expand the EPP domain for the purpose of parallelism, while EPP satisfaction can still take place downstairs.

References

- BOŠKOVIĆ, Zeljko. *Merge, Move, and Contextuality of Syntax: The Role of Labeling, Successive-Cyclicity, and EPP Effect*. Ms. University of Connecticut. 2021.
- BOŠKOVIĆ, Zeljko. The Comp-trace effect and the contextuality of the EPP. *To appear in Proceedings of WCCFL 39*.
- GRIBANOVA, Vera. Head movement and ellipsis in the expression of Russian polarity focus. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 35, n. 4, pp. 1079-121, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11049-017-9361-4>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- GRIFFITHS, James; LIPTÁK, Anikó. Contrast and island sensitivity in clausal ellipsis. *Syntax*, v. 17, n. 3, pp. 189-234, sep. 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/synt.12018>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/synt.12018>.

LASNIK, Howard. When can you save a structure by destroying it? *Proceedings of NELS*. v. 31, pp. 301-20, 2001.

LIPTÁK, Anikó. V-stranding ellipsis and verbal identity: The role of polarity focus. *Linguistics in the Netherlands*, v. 29, n. 1, pp. 82-96, 2012. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/avt.29.07lip>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1075/avt.29.07lip>.

MARTINS, Ana Maria. VP and TP Ellipsis: sentential polarity and information structure. In: FISCHER, Susann; GABRIEL, Christoph (org.). *Grammatical Interfaces in Romance*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. pp. 457-85. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110311860-018/html>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110311860-018>.

MAY, Robert. *Logical Form: Its structure and derivation*. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

MCCLOSKEY, Jim. Ellipsis, polarity, and the cartography of verb-initial orders in Irish. In: ABOH, Enoch; HAEBERLI, Eric; PUSKÁS, Genoveva; SCHÖNENBERGER, Manuela (org.). *Elements of comparative syntax*. v. 127, 2017. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9781501504037-005/html?lang=en>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781501504037-005>.

MERCHANT, Jason. *The syntax of silence: Sluicing, islands, and the theory of ellipsis*. Oxford University Press, 2001.

MERCHANT, Jason. Fragments and ellipsis. *Linguistics and Philosophy*. Netherlands. v. 27, pp. 661-738, 2004.

MERCHANT, Jason. Variable island repair under ellipsis. In: JOHNSON, Kyle (org.). *Topics in ellipsis*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2008, pp. 132-53. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/topics-in-ellipsis/variable-island-repair-under-ellipsis/700516C93442239FFC95809C2E876A03#access-block>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511487033.006>.

MERCHANT, Jason. Voice and ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 44, n. 1, pp. 77-108, 2013. Disponível em: <https://direct.mit.edu/ling/article-abstract/44/1/77/530/Voice-and-Ellipsis?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.1162/LING_a_00120.

ROSS, John. *Constraints on variables in syntax*. Ph.D. dissertation, MIT, Cambridge, MA, 1967.

ROSS, John. Guess who. *Proceedings of the 5th Chicago Linguistic Society*. pp. 252-86, 1969.

ZANUTTINI, Raffaella. *Negation and clausal structure: A comparative study of Romance languages*. Oxford University Press, 1997.

SLUICING AND FOCUS RELATED PARTICLES IN BRAZILIAN PORTUGUESE AND NUPE¹*SLUICING E PARTÍCULAS ASSOCIADAS A FOCO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E NUPE*Gesael Mendes²Jason Kandybowicz³**ABSTRACT**

We argue that the C-element *que*, following fronted *wh*-elements and fronted focused elements more generally in Brazilian Portuguese, is realized as Fin, rather than Foc (MENDES & KANDYBOWICZ, 2021; *pace* MIOTO, 2001; MIOTO & KATO, 2005). We put together three observations from the literature: (i) the appearance of *que* is contingent on *wh*/focus fronting; (ii) *que* introduces a finite clause, and (iii) *que* disappears under sluicing. We present novel evidence that Nupe's focus particle is a left-periphery element and that Nupe provides a concrete counterexample to Merchant's (2001) sluicing-COMP generalization. A comparison between Nupe and Brazilian Portuguese regarding the presence of nonoperator material in sluicing constructions is crucial to establishing sluicing as FinP ellipsis (BALTIM, 2010; ABOH, 2010), instead of TP ellipsis, as standardly assumed, as well as *que* as a Fin element. We offer an analysis that captures all of the Brazilian Portuguese distributional facts, according to which *que* is a Fin head with a [FINITE] feature and an uninterpretable [uFOC] feature that must be licensed by Agree with a higher focus head.

KEYWORDS: Left periphery. Brazilian Portuguese. Nupe. Sluicing-COMP generalization. FinP ellipsis.

RESUMO

Argumentamos que o elemento *que*, que se segue a constituintes-*wh* fronteados e constituintes focalizados fronteados em português brasileiro, é realizado em Fin, e não em Foc (MENDES & KANDYBOWICZ, 2021; *pace* MIOTO, 2001; MIOTO & KATO, 2005). Nós combinamos três observações da literatura: (i) a presença do *que* depende do fronteamto *wh* ou de foco; (ii) *que* introduz uma oração finita; e (iii) *que* desaparece em *sluicing*. Novas evidências são apresentadas para o posicionamento da partícula de foco do nupe na periferia esquerda e para a tomada do nupe como um contraexemplo concreto para a Generalização Sluicing-COMP de Merchant (2001). A comparação entre o português brasileiro e o nupe em relação a possibilidade de realização de material diferente do operador em *sluicing* é crucial para o estabelecimento de *sluicing* como elipse de FinP (BALTIM, 2010; ABOH, 2010), ao invés de TP, como assumido geralmente, e para o estabelecimento de *que* como a realização de Fin. Oferecemos um análise que captura a distribuição de *que* na qual esse elemento possui um traço [FINITO] e um traço não interpretável de foco, [uFOC], que precisa ser licenciado por meio de Agree com um núcleo de Foco mais alto.

¹ We thank our Nupe consultant Ahmad Ndanasu Kawu; two anonymous reviewers for insightful comments; and Marcel den Dikken for discussion.

The Nupe data discussed in this article come from fieldwork on the dialect spoken in Lafiagi, Nigeria. Abbreviations used in the glosses of Nupe examples are as follows: COMP = complementizer; FOC = focus particle; FT.NEG = pre-verbal floating High tone for negation; FUT = future; NEG = negation; PL = plural; PRT = particle; PST = past; REL = relativizer/relative clause particles; SG = singular.

² Universidade da Pensilvânia (UPenn), gmendes@sas.upenn.edu, <https://orcid.org/0000-0003-1564-1970>.

³ City University of New York -The Graduate Center – CUNY, jkandybowicz@gc.cuny.edu, <https://orcid.org/0000-0002-5245-0551>.

PALAVRAS-CHAVE: Periferia esquerda. Português brasileiro. Generalização Sluicing-COMP. Elipse de FinP.

Introduction

In Brazilian Portuguese, fronted *wh*-phrases (and focused phrases more generally), are optionally followed by the particle *que* (1) (MIOTO, 2001; MIOTO & KATO 2005, among others). In the central Nigerian language Nupe, *wh*/focus-fronting triggers the appearance of the sentence-final particle *o*, glossed as FOC (KANDYBOWICZ, 2008, and references therein):

- | | | |
|----|---|------------------|
| 1) | Quem (que) a Maria viu <i>t</i> ? | [Br. Portuguese] |
| | who QUE the Mary saw | |
| | ‘Who did Mary see?’ | |
| 2) | Ké Musa pa <i>t</i> *(o)? | [Nupe] |
| | what Musa pound.PST FOC | |
| | ‘What did Musa pound?’ | |

In this article, we investigate the nature of these particles, following up on previous literature (e.g. MIOTO, 2001; MIOTO & KATO 2005; KANDYBOWICZ 2008; MENDES & KANDYBOWICZ, 2021).

Rizzi’s (1997) influential work on the articulation of the left periphery divides the CP domain into different layers according to the following dominance scheme:

- 3) ForceP > TopP* > FocP > TopP* > FinP > TP

The distribution of left peripheral material in this domain has been the topic of much research ever since (MIOTO, 2001; ABOH, 2004; HAEGEMAN, 2012; among many others). For further discussion of subsequent developments and refinements, (see RIZZI & BOCCI, 2017).⁴

We argue that the C-element *que* in Brazilian Portuguese is realized as Fin, rather than Foc (MENDES & KANDYBOWICZ, 2021; *pace* MIOTO, 2001, MIOTO & KATO, 2005). In support of this analysis, we put together three observations from the literature: (i) the appearance of *que* is contingent on *wh*/focus fronting; (ii) *que* introduces finite clauses, and (iii) *que* disappears under sluicing. Turning to Nupe, we present novel evidence that the language’s focus particle *o* is indigenous to the left-periphery and that Nupe provides a concrete counterexample to Merchant’s (2001) Sluicing-COMP Generalization. We demonstrate that a comparison between Nupe and Brazilian Portuguese regarding the presence of nonoperator material in sluicing constructions is

⁴ The discovery of functional projections has a long and notable tradition in Generative Grammar. One of the biggest achievements of classical transformational grammar was the discovery of Infl (CHOMSKY, 1957). Subsequent work in the 60’s and 70’s used functional categories to analyze the distribution of elements associated with negation (KLIMA, 1964) and the left periphery (BRESNAN, 1970), which were later integrated into Chomsky’s (1970) X-bar template (CHOMSKY, 1986; LAKA, 1990). The IP and CP domains, among other functional categories, were then argued to be more articulated, corresponding to multiple syntactic layers (POLLOCK, 1989; RIZZI, 1997; CINQUE, 1998; among many others).

crucial to establishing sluicing as FinP ellipsis (BALTIM, 2010; ABOH, 2010) rather than TP ellipsis, as standardly assumed, as well as identifying *que* as a Fin element. We offer an analysis that captures all of the Brazilian Portuguese distributional facts, according to which *que* is a Fin head with both a [FINITE] feature and an uninterpretable focus feature [uFOC] that must be licensed by Agree with a higher focus head, as schematized in (4).⁵

- 4) [FocP quem **Foc** [FinP **que**_[FINITE, uFOC] [TP a Maria viu t]]]?
 who QUE the Maria saw

We begin, in section 1, by reviewing the analysis and observations made in Miotto (2001) and Miotto & Kato (2005) regarding the distribution of *que* in Brazilian Portuguese. In section 2, we review Mendes & Kandybowicz's (2021) argumentation for both treating sluicing as FinP ellipsis and analyzing *que* as a Fin head, conclusions which are based on the comparison between Brazilian Portuguese and Nupe (as well as other languages) regarding the availability of nonoperator material in sluicing constructions. In this section, we also provide further evidence that Nupe's focus particle is truly a left peripheral element. In section 3, we present a more detailed formal analysis of *que* and its interaction with ellipsis. Section 4 concludes with a brief summary of the article and considerations for future research directions.

1. The distribution of *que*: initial considerations

Miotto (2001) presents an important contribution to the understanding of the Brazilian Portuguese left periphery. Two empirical observations made by Miotto are important here. The first is the dependency of *que* on finite clauses. That is, *que* is impossible in non-finite contexts (5b, 6b):

- 5) a. O que fazer? [Br. Portuguese]
 the what do.INF
 'What to do?'
 b. *O que **que** fazer?
 the what QUE do.INF
 Intended: 'What to do?'
- 6) a. O João perguntou o que fazer. [Br. Portuguese]
 the João asked the what do.INF
 'João asked what to do.'
 b. *O João perguntou o que **que** fazer.
 the João asked the what QUE do.INF
 Intended: 'João asked what to do.'

⁵ The idea that left peripheral heads can enter into non-local Agree relations is by no means an innovation of the present work, (see e.g. RIZZI, 2017; SHLONSKY, 2021), among many others.

The examples in (5b) and (6b) could, in principle, be ruled out by an obligatory haplology rule converting sequences like ‘*que que*’ into ‘*que*’, a possibility we reject momentarily. The second observation is the dependence of *que* on *wh*/focus movement. The particle *que* cannot appear in *wh-in-situ* clauses (7b):

- 7) a. A Maria fez o que? *wh-in-situ* [Br. Portuguese]
 the Maria did the what
 ‘What did Maria do?’
 b. ***Que** a Maria fez o **que**? *wh-in-situ*
 QUE the Maria did the what
 Intended: ‘What did Maria do?’

Compare the *wh*- movement examples in (8), in which peripheral *que* may optionally appear, with the *wh-in-situ* baseline examples in (7), in which the particle may not surface:

- 8) a. O que a Maria fez t? *wh-movement* [Br. Portuguese]
 the what the Maria saw
 ‘What did Maria do?’
 b. O que **que** a Maria fez t? *wh-movement*
 the what QUE the Maria saw
 ‘What did Maria do?’

The comparison between (8b) and (5b) also demonstrates that the haplology analysis alluded to before for (5b) is untenable, as the sequence ‘*que que*’ in (8b) is perfectly acceptable.

There is thus a clear relation between the presence of *que* and both finiteness and *wh*/focus movement. Miotto (2005) suggests that *que* is a Foc head, which justifies its appearance only when *wh*/focus fronting occurs. Furthermore, Miotto & Kato (2005) claim that *que* selects a finite clause – more specifically, a FinP whose head has a [FINITE] feature. Miotto & Kato’s analysis is quite elegant and accounts for the distribution of *que* in the examples above using only a few standard analytical tools.

Before moving on, we briefly consider and reject an alternative analysis of post-*wh*/focus *que*. First, observe that the subordinator introducing finite non-interrogative clauses is also realized as *que* in Brazilian Portuguese:

- 9) O João disse **que** a Maria chegou. [Br. Portuguese]
 the João said that the Maria arrived
 ‘João said that Mary arrived.’

Miotto (2001) shows that subordinative *que* and focus *que* can both appear together in a single clause, as illustrated in example (10):

- 10) O João disse **que** com Pedro (**que**) a Maria dançou.
 the João said that with Pedro QUE the Mary danced
 ‘João said that it was with Pedro that Mary danced.’

For Mioto, while the *que* that appears right-adjacent to the focused element is an instance of Focus, the subordinative *que* that introduces embedded finite clauses is an instance of Force. Thus, the two can be combined in a single articulated CP-system.

- 11) O João disse [_{ForceP} **que** [_{FocP} com o Pedro **que** [_{TP} a Maria dançou]]]
 the João said that with the Pedro QUE the Maria danced
 ‘João said that it was with Pedro that Mary danced.’

An alternative analysis for our baseline examples would be to assume that we are dealing with bi-clausal structures with copular deletion (see LOPES-ROSSI, 1996, for an analysis along these lines), where *que* and the fronted constituent do not belong to the same CP domain. One possibility would be to represent this process as follows:

- 12) a. Quem **é que** a Maria vai ver? *input structure*
 who is that the Mary will see
 ‘Who is it that Mary will see?’
 b. Quem ~~é~~ **que** a Maria vai ver? *copula deletion*
 who is that the Mary will see
 ‘Who is it that Mary will see?’

Under this approach, post-*wh*/focus *que* would not be related to *wh*/focus fronting at all. Instead, this instance of *que* would be merely the subordinative *que* that introduces embedded finite clauses, as in (9). This analysis appears to receive some support from the fact that copular deletion constructions are independently attested in Brazilian Portuguese *wh*-questions:

- 13) a. Qual **é** o seu nome? [Br. Portuguese]
 what is the your name
 ‘What is your name?’
 b. Qual ~~é~~ o seu nome? *copula deletion*
 what is the your name
 ‘What is your name?’

Despite its initial appeal, this approach is unsound, as copula deletion in Brazilian Portuguese in these environments is highly limited. Specifically, it is restricted to specificational *wh*-questions, which in Brazilian Portuguese are limited to the *wh*-phrase *qual* ‘which’ (see BARROS, 2010, for detailed discussion). With every *wh*-phrase other than *qual*, copular deletion fails. The data in (14)

and (15) illustrate with two *wh*-items.⁶

- 14) a. Quem é o presidente? [Br. Portuguese]
 who is the president
 ‘Who is the president?’
 b. *Quem ~~é~~ o presidente? *copula deletion
 who is the president
 Intended: ‘Who is the president?’
- 15) a. O que é isso? [Br. Portuguese]
 the what is it
 ‘What is it?’
 b. *O que ~~é~~ isso? *copula deletion
 the what is it
 Intended: ‘What is it?’

Crucially, the particle *que* can appear after any type of *wh*- phrase, including those where copula deletion is impossible. Here are two examples:

- 16) Quem **que** a Maria viu *t*? [Br. Portuguese]
 who QUE the Mary saw
 ‘Who did Mary see?’
- 17) O que **que** o João comeu *t*? [Br. Portuguese]
 the what QUE the João ate
 ‘What did João eat?’

We also refer the reader to Miotto & Figueiredo-Silva, 1995, for further discussion of potential problems with the bi-clausal analysis of *wh*/focus-*que* constructions in Brazilian Portuguese.

We thus agree with Miotto (2005) and Miotto & Kato (2005) that in [DP *que* ...*t*...] constructions, the fronted DP and *que* belong to the same CP domain. In the next section, however, we question the status of *que* as a Foc particle, examining sluicing data from a cross-linguistic perspective, specifically considering the possibility of non-operator material accompanying *wh*- remnants in these constructions.

⁶ In contrast with (15), a reviewer provides the following example, with a missing copula:

Que isso?
 what this
 ‘What this?’

We suspect that in this example, the copula (underlyingly /*ε*/) is not deleted but has phonologically coalesced with *que* ‘what’ (underlyingly /*ke*/). When fronted, the *wh*-element *que* ‘what’ can be prosodically weakened and participate in several post-lexical rules, such as vowel neutralization as well as diphthongization, *e*-deletion, and external sandhi with the following word when that word begins with a vowel (VIEIRA, 2022). ‘Que é isso?’ /*ke ε iso*/ in (i), can thus be derived by the application of both *e*-deletion and vowel reduction: /*ke ε iso*/ → *kε iso* → [ke iso]. Since the presence of the article preceding *que* ‘what’ in (i) seems to block the joint application of these process, as shown in (15b), they are likely to be subject to further syntactic or prosodic constraints, which we leave for future research.

2. Brazilian Portuguese, Nupe and the Sluicing-COMP generalization

In this section, we make two arguments. First, we argue that Brazilian Portuguese *que* appearing after *wh*/focus fronted phrases is an instance of *Fin* rather than *Foc*.⁷ Second, we argue that sluicing is an instance of *FinP* ellipsis, rather than *TP* ellipsis, as standardly assumed. Our discussion is based on the argumentation presented by Mendes and Kandybowicz (2021), though we expand on it in several ways. The empirical motivation for this analytical move comes from crosslinguistic patterns regarding the possibility of the survival of non-operator material in sluicing constructions, in particular, the differences between Brazilian Portuguese, Nupe, and English.

Consider the following crosslinguistic generalization, presented by Merchant (2001), dubbed the ‘Sluicing-COMP generalization’:

- 18) In sluicing, no non-operator material may appear in COMP.

Brazilian Portuguese and English can be used to exemplify this generalization. Specifically, in English matrix *wh*-questions, the auxiliary moves to the CP domain (19), but in sluicing constructions, the auxiliary is obligatorily deleted (20b).

- 19) Who will Mary kiss?
 20) a. Mary will kiss someone.
 b. Who (*will)?

⁷ This analysis has two precedents worth noting, namely, Ribeiro & Torres-Morais 2012 and Ribeiro 2011. Ribeiro & Torres-Morais (2012) analyze XP-*que* constructions in Old Portuguese and Modern Portuguese. Ribeiro and Torres-Morais’ analysis adapts Roberts’s (2004) proposal for V2, according to which *Fin* must be phonologically realized. They claim that when split-CP is activated in Brazilian Portuguese, as in our example (10), *Fin* is realized as *que* instead of triggering V-to-*Fin* movement in V2. Ribeiro (2011) places *que* in *Fin* by noting the possibility of lack of adjacency between the fronted element and *que*, which implies that these elements are not in a Spec-head configuration:

- i) **O João**, segundo a Maria, **que** continuou o trabalho.
 the João according the Maria that continued the work
 ‘I was João that, according to Maria, continued the work.’

A reviewer, however, points out that sometimes the fronted *wh*-/focused phrase and *que* seem to appear in obligatorily adjacent positions (see also QUAREZEMIN 2009, for further data), which could be taken as supporting a Spec-head configuration.

- ii) a. *Pra quem esse livro **que** você já recomendou várias vezes.
 to who this book QUE you already recommended several times
 ‘Who did you recommend this book several times.’
 b. Pra quem **que** esse livro você já recomendou várias vezes.
 to who QUE this book you already recommended several times
 ‘Who did you recommend this book several times.’

In (iia), ‘this book’, an apparently low topic, cannot intervene between the fronted *wh*-phrase and *que*. To rule out examples like (iia) under the analysis defended in this article, we must assume that ‘esse livro’ this book cannot reach the low TopP position from Rizzi’s original proposal. In fact, Benincà (2001), using Italian data, challenges Rizzi’s claim that there is a low TopP projection between *FocP* and *FinP*, suggesting that some apparently fronted elements below *FocP* may not actually reach the left periphery. Haegeman (2012), while not abandoning low TopP, discusses several examples showing that *FocP* and low TopP cannot in general be activated at the same time in English (e.g. ‘*To Robin this book I gave’). We assume that *esse livro* ‘this book’ in (iib) must be lower than *FinP*, either adjoined to *TP* (... [*FinP* [*TP* esse livro [*TP* ... t ...]]) or in the specifier of a maximal projection below *FinP* (... [*FinP* [*XP* esse livro X [*TP* ... t ...]])], and defer further discussion about the contrast between (i) and (ii) for future work.

Likewise, in Brazilian Portuguese, the particle *que* can appear in between the fronted *wh*- phrase and the rest of the clause, but *que* is obligatorily deleted if sluicing obtains:⁸

- 21) Quem (que) saiu? [Br. Portuguese]
 who COMP left
 ‘Who left?’
- 22) a. Alguém saiu. [Br. Portuguese]
 someone left
 ‘Someone left.’
 b. Quem (*que)?
 who COMP
 ‘Who?’

Two additional illustrative examples are presented in (23) and (24):

- 23) a. O João viu um dos fillos da Maria.
 the João saw one of.the sons of.the Maria
 ‘João saw one of Maria’s sons.’
 b. Qual deles (*que)?
 which of.them QUE
 ‘Which of them?’
- 24) a. O João comprou muitos livros.
 the João bought many book
 ‘John bought many books.’
 b. Quantos (*que)?
 how.many QUE
 ‘How many?’

As shown by Merchant, this effect is crosslinguistically robust and can be found, for instance, in Danish, Norwegian, Frisian, Dutch varieties, Irish, Yiddish and Icelandic. Several apparent counterexamples, however, have been documented in the literature, some of them already noted by Merchant, including Hungarian, Japanese, Slovenian, Gungbe, Korean, Tuki, Basaa, Nupe, and French (MERCHANT, 2001; BALVIN, 2010; ABOH, 2010; YIM, 2012; BILOA & BASSONG, 2015; MARUŠIČ *et al.* 2015; MENDES & KANDYBOWICZ, 2021; SHLONSKY, 2022).

Let’s first consider Gungbe. In Gungbe, *wh*- question formation involves fronting of a Q-marked *wh*-phrase and the insertion of a focus particle between the *wh*-phrase and the remainder of the clause (ABOH, 2010):

⁸ There might be some dialectal variation here, an issue to which we return in the final section.

- 25) Nú-tɛ̀ wɛ̀ Kòfi xó tʔ [Gungbe]
 thing-Q FOC Kofi buy
 ‘What did Kofi buy?’

In contrast to Brazilian Portuguese, however, the focus particle survives sluicing (ABOH, 2010; LIPTÁK & ABOH, 2013):

- 26) Kòfi ná yró mè dɛ̀ bó ùn kànbíó dʒó ménù wɛ̀ [Gungbe]
 Kòfi FUT call person IND but/and I ask that person.Q FOC
 ‘Kofi will call someone and I wonder who.’

Since in Gungbe the focus particle is typically adjacent to the fronted *wh*/focus phrase, one might entertain the idea that the focus particle is not the realization of Foc in the clausal spine (27a), but instead the realization of a focus feature or head attached to the fronted operator element itself (27b). In this case, Gungbe would not serve as a counterexample to the Sluicing-COMP Generalization.

- 27) a. [_{FocP} **XP** [_{Foc'} wɛ̀ [... t ...]]]
 b. [_{FocP} [**XP wɛ̀**] [_{Foc'} FOC [... t ...]]]

Ginsburg (2009), for instance, argues that in several languages (Sinhala, Okinawan, Pre-Modern Japanese, Sateré-Mawé, Assurí, and Ewen), question particles can be both generated in the left periphery (28a) and in a TP-internal position directly attached to the focused element (28b). As an illustration, consider the Sinhala data provided by Ginsburg (KISHIMOTO, 2005 apud GINSBURG, 2009):

- 28) a. Chitra ee potə kieuwa dəʔ [Sinhala]
 Chitra that book read.A Q
 ‘Did Chitra read that book?’
 b. Chitra [ee potə]-də kieuwe?
 Chitra that book-Q read.E
 ‘Was it that book that Chitra read?’

Similarly, Cable (2007) presents thorough argumentation for this type of attached *wh*-particle analysis in Tlingit, a *wh*-fronting language like Gungbe. One must therefore be extra cautious in drawing firm conclusions about the Sluicing-COMP Generalization from data like (26).

Nupe, on the other hand, provides clearer counterexamples to the Sluicing-COMP Generalization since the focus particle accompanying *wh*/focus movement appears obligatorily in a high left peripheral sentence-final position (29) (KANDYBOWICZ, 2008), and thus cannot possibly form a constituent with the fronted element at the surface level:

- 29) **Ké** Musa pa t *(o)? [Nupe]
 what Musa pound.PST FOC
 ‘What did Musa pound?’

Crucially, the focus particle *o* obligatorily survives sluicing, counterexemplifying (18):

- 30) a. Musa pa ejan ndoci. [Nupe]
 Musa pound.PST thing certain
 ‘Musa pounded something.’
 b. **Ké** *(o)?
 what FOC
 ‘What ~~did Musa pound?~~’

One counter-analysis would be to say that Nupe’s focus particle is not a left peripheral element, but instead a particle that forms a constituent with the fronted element, but only in its base-generated position. This would be analogous to P-stranding in languages like English.⁹

- 31) **Who_i** is John jealous [of *t_i*]?

On this analysis, the focus particle in Nupe would then be obligatorily stranded in the base position of the fronted element in non-elliptical sentences (e.g. [...*t* Foc]), while it would be obligatorily pied-piped with the fronted element in cases of sluicing. The latter effect could plausibly be attributed to the identity condition on ellipsis, which typically cannot cope with new lexical material within the ellipsis site that is not already present in the antecedent (CHUNG, 2006; MERCHANT, 2013; RUDIN, 2018; see also RANERO, 2021, for a more fine-grained view on this issue, and ROSEN, 1976, for initial discussion). The following English examples illustrate.

- 32) a. John is jealous **of** someone, but I don’t know **who** ~~John is jealous~~ [of *t*].
 b. *John is jealous, but I don’t know **who** ~~John is jealous~~ [of *t*].
 c. John is jealous, but I don’t know [of who] ~~John is jealous~~ *t*.

In (32b), the preposition ‘of’ cannot remain within the ellipsis site because it does not have a correlate in the antecedent. In such cases, pied-piping the preposition is obligatory (32c). Since, in Nupe, the focus particle is never contained in the antecedent, it would be obligatorily pied-piped in sluicing constructions under a counter-analysis of the sort described above.

The first challenge for this approach is that it requires the stranded focus particle to appear in the very same position of the trace of the fronted element. The distribution of Nupe’s focus particle, however, does not pattern according to this expectation. In the following example involving a *wh*- subject, the focus particle appears clause-finally, far removed from the pre-tense/verb trace of the *wh*- subject:

⁹ We thank Marcel den Dikken for suggesting this type of alternative analysis for Nupe’s focus particle, as well as some of its specific implementations that we discuss in the remainder of this section.

- 33) **Zě** t à pa eci o? [Nupe]
 who FUT pound yam FOC
 ‘Who will pound yam?’

To maintain a stranding analysis as stated above, one would have to further stipulate that the stranded focus particle must be displaced to clause-final position. Furthermore, the nature of the obligatory stranding of the focus particle in non-elliptical constructions as well as how this restriction is overcome if sluicing takes place would also require extra assumptions.

A second challenge to the idea that the Nupe focus particle merges directly with *wh*- phrases comes from multiple *wh*- questions, where only the highest interrogative element moves to the left periphery. As shown in example (34), the focus particle appears only once despite there being two *wh*- phrases in the clause. A similar observation is made for Gungbe by Aboh (2004).

- 34) **Zě** t à si ké o? [Nupe]
 who FUT buy what FOC
 ‘Who will buy what?’

Locating Nupe’s focus particle high, in the left periphery, also straightforwardly predicts that it will follow high middle-field particles like modals and negation, which as documented by Kandybowicz (2008), can appear in postverbal positions in the language. The example in (35) demonstrates that this prediction is borne out.

- 35) Eci Musa (‘) pa t wô à yin o. [Nupe]
 yam Musa FT.NEG pound can NEG PRT FOC
 ‘It’s a yam that Musa cannot pound.’

It is worth noting that modal particle *wô* in (35) can have both a deontic and an epistemic interpretation. While deontic modality is often taken to scope low in the clausal spine, epistemic modals, on the other hand, are said to scope very high (CINQUE 1999; HACQUARD 2006, among others). If that is the case, example (35) provides independent evidence for treating Nupe’s focus particle as a left peripheral element, and not merely a TP-internal remnant left behind by *wh*/focus movement. Another example that makes the same point is given in (36). In this sentence, the clause-initial adjunct forces an exclusively epistemic reading of the modal particle, which is once again followed by the focus marker as expected under a left peripheral analysis of *o*.

- 36) Bè ejan na yi: kpe na yin, zě (‘) t dzò eyì
 with thing REL 1.PL know REL PRT who FT.NEG plant.PST corn
 wô tsúwó à yin o?
 can yesterday NEG PRT FOC
 ‘According to what we know, who couldn’t have planted corn yesterday?’

To maintain the stranding analysis, two lines could be pursued. The first, which we call “split movement” would be to say that the focus particle and the *wh*/focus phrase form a constituent in the position from which the *wh*/focus movement is launched (see BAE, 2020 for an analysis along these lines for *amwu*-phrases in Korean), but then both move independently in cases where sluicing does not take place. Specifically, while the *wh*/focus phrase moves leftwards to the left periphery, the focus particle right-adjoins to some constituent in the clausal middle field. A second possibility, which we call “base generation”, would be to assume that the “stranded” focus particle is actually base-generated right-adjoined to some constituent in the clausal spine lower than CP. This approach would be in line with some analyses of quantifier float, in which the floating quantifier is base-generated as an adjoined adverbial element (DAVID & BRODIE, 1984; BOBALJIK, 1995; DOETJES, 1997; among others). Given the considerations made above about the position of the focus particle in relation to modal elements, the focus particle could conceivably right-adjoin to the TP. Though in both cases, more would have to be said about how the placement of the focus particle is determined in sluicing, so that the particle is only pied-piped with *wh*/focus phrases in sluicing constructions, there are independent empirical reasons to reject both of these approaches.

Against the “split movement” approach, consider the following example:

- 37) **Zě** Musa (') gàn [gànán **u:** nì enyà] à **o?**
 who Musa FT.NEG say.PST COMP 3.SG beat.PST drum NEG FOC
 ‘Who didn’t Musa say beat a drum?’
 NOT: ‘Who did Musa say didn’t beat a drum?’

Given a “split-movement” analysis, in this example, the focus particle would be base-generated in the embedded clause alongside the resumptive pronoun (which is there to circumvent a COMP-trace violation¹⁰), but would have to move rightwards past the matrix negation marker *à* across a finite clause boundary, in violation of the Right Roof Constraint (ROSS, 1967). A “split-movement” analysis would thus wrongly predict structures like (37) to be ungrammatical. Notice that this rightward movement of the focus particle would have to be syntactic, as displacement operations at PF are unlikely to be able to dislocate the focus particle that far (EMBICK & NOYER, 2001) - see also example (33). Furthermore, the fact that the focus particle appears high in the matrix clause rather than in the embedded clause would require further stipulations for either of the stranding accounts we are considering.

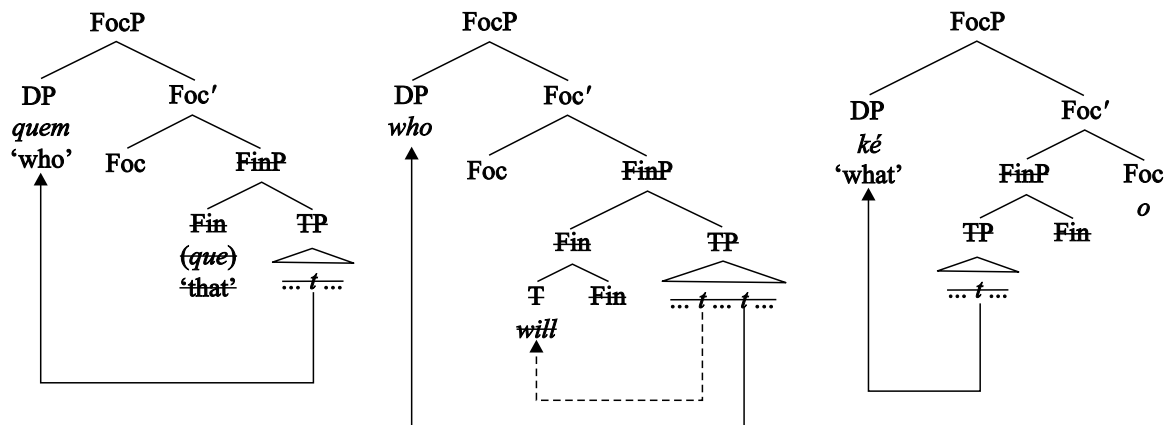
Finally, both the “split movement” and the “base generation” approaches would have problems accounting for the fact that the focus particle must follow right-adjoined TP adverbials:

¹⁰ Evidence that movement is implicated even in the presence of the resumptive pronoun in constructions like this comes from the fact that it does not ameliorate island violations. We refer the reader to Kandybowicz, 2008, section 4.3.1, and Mendes & Kandybowicz, 2021, for data and further discussion.

- 38) a. Ké Musa dzò t tsúwó o?
 what Musa plant.PST yesterday FOC
 ‘What did Musa plant yesterday?’
 b. *Ké Musa dzò t o tsúwó?
 what Musa plant.PST FOC yesterday
- 39) a. Zě t à dzò eyì èsun o?
 who FUT plant corn tomorrow FOC
 ‘Who will plant corn tomorrow?’
 b. *Zě t à dzò eyì o èsun?
 who FUT plant corn FOC tomorrow

If the focus particle adjoins to TP, either via movement or base-generation, there is no obvious principled way to enforce the requirement that the focus particle appear as the final adjunct.

We thus conclude that the Nupe focus particle is base generated in the left-periphery, more specifically, in Foc, and that Nupe represents a conclusive counterexample to the Sluicing-COMP Generalization. To account for the difference between languages like Brazilian Portuguese and English, on one hand, and Nupe type languages on the other, Mendes and Kandybowicz (2021) (following BALTIN, 2010; see also ABOH, 2010), argue that sluicing involves FinP ellipsis, not TP deletion, as standardly assumed. Cross-linguistic variation is thus derived from differences in the placement of nonoperator material in the left periphery:¹¹

40) *Brazilian Portuguese**English**Nupe*

¹¹ Works within the cartographic tradition often adopt Antisymmetry theory (KAYNE, 1994), according to which, in general terms, precedence is a reflex of asymmetric c-command. Under the Antisymmetric view, phrase markers are never head-final in the base, and surface head-final structures always involve further movement of the head's complement to a higher position inverting the asymmetric c-command relation (e.g. [XP (...) [Y t_{XP}]]). While we do not adopt this view and assume a head-final structure for Nupe's FocP, our claims about the positioning of Nupe's focus particle as a Foc head and sluicing as FinP ellipsis are entirely consistent with Antisymmetry theory (see KANDYBOWICZ, 2008, section 1.3.1, and SHLONSKY, 2022, for a more detailed discussion on this point and possible Antisymmetry-compliant derivations of sentence-final particles; see also BIBERAUER & SHEEHAN, 2013, for a more nuanced take on the LCA and ABELS & NEELEMAN, 2012, for a critical view of the LCA).

In languages that comply with Merchant's Sluicing-COMP Generalization, non-operator material in the left periphery is positioned below FinP and thus cannot appear outside the ellipsis site in sluicing constructions. In languages like Nupe, by contrast, where the focus particle is located higher than FinP in Foc, the particle lies outside the ellipsis site (FinP), and therefore survives sluicing.¹²

With this background in place, we now turn to our analysis of the distribution of *que* in Brazilian Portuguese, putting together the conclusions from this section and section 1.

3. Brazilian Portuguese: formal analysis

In this section, we present the technical implementation of our analysis of Brazilian Portuguese *que* to account for the generalizations we have observed, which are repeated below:

- 41) a. *Que* only appears when there is *wh*/focus movement.
- b. *Que* only appears in finite clauses.
- c. *Que* disappears in sluicing constructions.

In the last section, we argued that *que* is positioned in Fin. Since sluicing is taken to be FinP ellipsis, *que* disappears if sluicing takes place, in contrast with Nupe's focus particle in sluicing contexts. This accounts for the generalization in (41c). Since *que* is positioned in Fin, it is easy to account for the generalization in (41b). We simply say that *que* is lexically specified as [FINITE]. Finally, we implement the connection between the appearance of *que* and *wh*/focus fronting by assuming that *que*, alongside the [FINITE] feature, also has an uninterpretable focus feature [uFOC] that needs to be licensed under Agree against a c-commanding¹³ Foc head. This leads to the following lexical representation:

¹² A possible alternative would be to say that the syntactic object targeted by sluicing is not cross-linguistically stable. For instance, one could contend that Nupe has TP ellipsis and thus the focus particle located in C survives sluicing (e.g. [CP XP [C' C {_{TP}... t ...}]]), whereas languages like Brazilian Portuguese and English have C'-deletion and this is why nonoperator material located in the C-layer disappears in sluicing (e.g. [CP XP {_{C'} C {_{TP}... t ...}]]). The C'-deletion approach to sluicing has in fact been proposed in the literature (see e.g. THOMS, 2010; MESSICK & THOMS, 2016), but there has been debate on whether intermediate projections can be affected by transformations (see e.g. CHOMSKY & LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995, chapter 4; and URIAGEREKA, 1998). Although a thorough empirical discussion on such a restriction is scarce, evidence that such a constraint obtains comes, for instance, from movement restrictions and the licensing of ellipsis itself, which is often taken to involve a head-complement configuration (LOBECK, 1995; MERCHANT, 2001; AELBRECHT, 2010, and subsequent literature):

- i) a. [AP Too [A' good to be true]] though it was *t*, he nonetheless believed it.
- b. *[A' Good to be true] though it was [AP too *t*], he nonetheless believed it.

(Adapted from URIAGEREKA, 1998, p. 181)

- ii) a. Mary thinks she should play the piano, but I don't think she [_{TP} should [_{VP} plays the violin]]
- b. * Mary thinks she should play the piano, but I don't think she [_{TP} should [_{VP} plays the violin]]

While Thoms (2010) interprets examples like (ii) in a different way and provides a promising licensing theory, it should be noted that his analysis is too strict, as it predicts that sluicing will consistently involve C'-deletion across languages and thus that no counterexamples to the sluicing-COMP generalization, like Nupe, should be found.

¹³ We assume that upward Agree is also available in the grammar. For further discussion we refer the reader to (BAKER, 2008; BJORKMAN & ZEIJLSTRA, 2019), and references therein.

$$42) \text{ que}_{\text{FIN}} : \begin{bmatrix} \text{CAT}[\text{FIN}] \\ \text{INFL} \begin{bmatrix} \text{FINITE} \\ \text{uFOC} \end{bmatrix} \\ \text{Sel}[\text{T}] \end{bmatrix}$$

Let's consider now some sample derivations. In the object *wh*-fronting structure represented in (43), FocP projects, hosting the *wh*-phrase, and the [uFOC] feature on Fin is checked against the Focus head. The derivation thus converges.

$$43) \begin{array}{ccccccc} [\text{FocP} & \text{quem} & \text{FOC} & [\text{FinP} & \text{que}_{[\text{finite}, \text{uFOC}]} & [\text{TP} & \text{a} & \text{Maria} & \text{viu} & t]]? \\ & \text{who} & & \text{QUE} & & \text{the} & & \text{Maria} & \text{saw} & \\ & & & & & & & & & \text{'Who did Maria see?'} \end{array}$$

Turning now to *wh-in-situ* structures, we assume that in this case the Focus head does not project, at least not in the overt syntax (see LASNIK & BOŠKOVIĆ 1999 for a proposal along these lines for *wh-in-situ* in French). If FocP does not project, the [uFOC] feature on *que* will not be checked and the derivation will fail to converge:

$$44) \begin{array}{ccccccc} *[\text{FinP} & \text{que}_{[\text{finite}, \text{uFOC}]} & [\text{TP} & \text{a} & \text{Maria} & \text{viu} & \text{quem}]]? \\ & \text{QUE} & & \text{the} & & \text{Maria} & \text{saw} & \text{who} \end{array}$$

A convergent derivation for *wh-in-situ* constructions requires a null Fin head without the [uFOC] feature (45), a head that is used in a variety of different environments in the language (46-48):

$$45) \text{ } \emptyset_{\text{FIN}} : \begin{bmatrix} \text{CAT}[\text{FIN}] \\ \text{INFL}[\text{FINITE}] \\ \text{Sel}[\text{T}] \end{bmatrix}$$

$$46) \begin{array}{ccccccc} [\text{FinP} & \emptyset_{[\text{finite}]} & [\text{TP} & \text{a} & \text{Maria} & \text{viu} & \text{quem}]]? & \textit{wh-in-situ, null Fin} \\ & & & \text{the} & & \text{Maria} & \text{saw} & \text{who} \\ & & & & & & & \text{'Who did Mary see?'} \end{array}$$

$$47) \begin{array}{ccccccc} [\text{FocP} & \text{quem} & [\text{FinP} & \emptyset_{[\text{finite}]} & [\text{TP} & \text{a} & \text{Maria} & \text{viu} & t]]? & \textit{wh-movement, null Fin} \\ & \text{who} & & & & \text{the} & & \text{Maria} & \text{saw} & \\ & & & & & & & & & \text{'Who did Mary see?'} \end{array}$$

$$48) \begin{array}{ccccccc} [\text{FinP} & \emptyset_{[\text{finite}]} & [\text{TP} & \text{a} & \text{Maria} & \text{viu} & \text{o} & \text{Pedro}]] & \textit{declarative, null Fin} \\ & & & \text{the} & & \text{Maria} & \text{saw} & \text{the} & \text{Pedro} \\ & & & & & & & & \text{'Maria saw Pedro.'} \end{array}$$

Finally, we consider derivations involving ellipsis. We assume that ellipsis is triggered by an E-feature, which in the case of sluicing will be uniformly merged into Foc. For concreteness, we adopt the following formalisms adapted from Merchant (2001, 2004, 2013):

- 49) a. Syntax of [E]: $E_{[uFOC]}$ *sluicing*
 (merge [E] with a Foc head)
- b. Phonology of [E]: $XP \rightarrow \emptyset / [YP Y_{[E]} _]$
 (do not pronounce the complement of the head with an E-feature)
- c. Semantics of [E]: $\llbracket [E] \rrbracket = \lambda p : e\text{-GIVEN}(p).p$, where an expression is e-GIVEN iff α has a salient antecedent A such that, modulo \exists -type shifting, $\llbracket [A] \rrbracket \rightarrow F\text{-clo}(\llbracket [\epsilon] \rrbracket)$ and $\llbracket [\epsilon] \rrbracket \rightarrow F\text{-clo}(\llbracket [A] \rrbracket)$.
 (\exists -type shifting is an operation that existentially binds open variables. F-clo(sure) is an operation that replaces F-marked material with existentially bound variables of the same type)
- d. No New Lexeme: $\forall m[(m \in M_E \wedge m \neq t) \rightarrow \exists m'(m' \in M_A \wedge m = m')]$
 where M_E is the set of lexemes in the elided phrase marker and M_A is the set of lexemes in the antecedent phrase marker.
 ($[M_E - t] \subseteq M_A$)
 (Any non-trace lexeme m that occurs in an elided phrase must have an equivalent overt correlate m' in the elided phrase's antecedent.)

Consider now the following example:

- 50) a. A Maria viu alguém.
 the Maria saw someone
 'Mary saw someone.'
- b. Quem (*que)?
 who QUE
 'Who did Maria see?'

Let's first consider following derivation without *que* in the Fin head, but instead with null Fin (45), a possible derivation for the sluice in (51b):

- 51) $[FocP \text{ quem } Foc_{[E]} [FinP \emptyset_{[finite]} [TP \text{ a Maria viu } t]]]?$
 who the Maria saw
 'Who did Maria see?'
- a. *e-GIVENness is satisfied:*
 $\llbracket [FinP_A] \rrbracket = F\text{-clo}(\llbracket [FinP_A] \rrbracket) = \exists x.saw(Maria, x) \leftrightarrow$
 $\llbracket [FinP_E] \rrbracket = F\text{-clo}(\llbracket [FinP_E] \rrbracket) = \exists x.saw(Maria, x)$
- b. *No New Lexeme is satisfied:*
 $M_A = \{\emptyset_{[finite]}, Maria, viu, alguém\} \supseteq$
 $M_E - t = \{\emptyset_{[finite]}, Maria, viu\}$

Now let's consider what would happen if the ellipsis site had *que* in Fin. Notice that *que* is not in the antecedent and as mentioned in the last section, the ellipsis site typically cannot contain material that is not in the antecedent. This is ensured by the 'No New Lexeme' requirement in (49d).

- 52) a. John is jealous **of** someone, but I don't know **who** ~~John is jealous~~ [**of** *t*].
 $[M_E - t = \{John, be, T_{pres}, jealous, of\}] \subseteq M_A = \{John, be, T_{pres}, jealous, of, someone\}$
- b. *John is jealous, but I don't know **who** ~~John is jealous~~ [**of** *t*].
 $[M_E - t = \{John, be, T_{pres}, jealous, of\}] \not\subseteq M_A = \{John, be, T_{pres}, jealous\}$
- c. John is jealous, but I don't know [**of** who] ~~John is jealous~~ *t*.
 $[M_E - t = \{John, be, T_{pres}, jealous\}] \subseteq M_A = \{John, be, T_{pres}, jealous\}$

Under the assumptions that we made about ellipsis, there are two ways to deal with this issue. The first is to say that *que* is indeed never allowed within the ellipsis site in sluicing constructions. The second possibility would be to say that the identity condition, including the 'No New Lexeme' requirement, is computed at LF. At LF, only formal features matter. Once the [uFOC] feature on *que* is checked and deleted, the featural difference between que_{Fin} and \emptyset_{Fin} is neutralized, thereby sidestepping the 'No New Lexeme' requirement (e.g. $que_{[finite, uFOC]} \sim \emptyset_{[finite]}$).¹⁴

- 53) [_{FocP} quem _{Foc_[E]} [_{FinP} ~~que_[finite, uFOC]~~ [_{TP} ~~a~~ Maria viu ~~t~~]]]?
 who QUE the Maria saw
 'Who did Maria see?'
 a. *e-GIVENness is satisfied:*
 $[[FinP_A]] = F-clo([[FinP_A]]) = \exists x.saw(Maria, x) \leftrightarrow$
 $[[FinP_E]] = F-clo([[FinP_E]]) = \exists x.saw(Maria, x)$
- b. *No New Lexeme is satisfied:*
 $M_A = \{\emptyset_{[finite]}, Maria, viu, alguém\} \supseteq$
 $M_E - t = \{que_{[finite, uFOC]}, Maria, viu\}$

¹⁴ While we will not pursue these issues further, these mechanics can also provide a handle on the possible ellipsis/antecedent mismatches in English matrix sluices:

- i) a. Mary will kiss someone.
 b. Who (*will)?

If sluicing is derived by FinP ellipsis, the ellipsis site will plausibly contain T-to-Fin movement, a movement that doesn't happen in the antecedent. If T-to-Fin movement is triggered by a [uT] feature on Fin, once Fin receives T, this feature is checked and deleted, thus neutralizing the difference between Fin in the antecedent (e.g. $Fin_{[finite]}$) and Fin in the ellipsis site (e.g. $Fin_{[finite, uT]}$). As a result, the 'No New Lexeme' requirement is neutralized:

- ii) a. [_{FinP} Fin [_{TP} Mary will kiss someone]].
 b. Who _{Foc} [_{FinP} ~~will+Fin~~ [_{TP} ~~Mary~~ *t* kiss *t*]]]?

Recently, Landau (2020) has argued that Subject-Aux inversion doesn't take place in English matrix sluicing. Evaluation of the evidence presented by Landau, however, goes beyond the scope of this article. If Landau's claim turns out to be correct, the analysis proposed here can be accommodated by saying that the relevant feature checking mechanism can be accomplished at a distance in the syntax and that T-to-Fin movement itself is enforced at PF and thus bled by ellipsis. We refer the reader to Lasnik, 1999, for discussion of different ways in which ideas along these lines could be implemented.

4. Conclusion and future research

We have argued that post-*wh*/focus fronted *que* in Brazilian Portuguese is an instance of Fin, and thus cannot appear outside the ellipsis site in sluicing constructions, which we take to be uniformly FinP deletion (rather than TP ellipsis). For Nupe, we argued that the focus particle *o* is placed higher than Fin in Foc, and thus survives sluicing because it occupies a position above the ellipsis site. We also provided a formal of two Fin heads in Brazilian Portuguese, namely que_{Fin} and \emptyset_{Fin} , and discussed how they interact with the identity condition on ellipsis.

While our Brazilian Portuguese language consultants, who come mainly from Southern Brazil, consistently reject all possible sluices that do not comply with the sluicing-COMP generalization (tested with different types and sizes of *wh*- phrases), it should be noted that Rodrigues, Nevins, and Vicente (2009) claim that in some dialects Brazilian Portuguese sluices do not need to comply with the Sluicing-COMP Generalization. The examples they provide, however, were rejected by all of our consultants.¹⁵ We believe that we are dealing with a case of micro-variation which should be further investigated. Apart from investigating the acceptability of such examples across dialects, another possible line of inquiry on this would be to conduct a corpus-based study to probe whether such examples are indeed attested. For this, we suggest *Corpus do Português* (DAVIES, 2016-). The *Corpus of Portuguese* is composed of three sub-corpora: (i) *Genre/Historical* (41 million words) with text from 1300-1900; (ii) *Web/Dialects* (1 billion words) with texts from webpages from Brazil, Portuguese, Angola, and Mozambique; and (iii) *NOW* (1.1 million words) with magazines and page newspapers also from four Portuguese speaking countries from 2012-2019.

Although our discussion has been centered on Brazilian Portuguese and Nupe, it has broader consequences. Whether a sluicing phenomenon in a language represents a true counterexample for the Sluicing-COMP Generalization is not always easy to determine. We hope to have made the case that this is indeed so for Nupe. Furthermore, we believe that the various tests we applied in the article, e.g. (i) multiple *wh*-questions, (ii) scope of negation and epistemic modality, (iii) long distance extraction, and (iv) the ordering of TP adjuncts, can make for a useful toolkit to be applied in other languages to investigate the exact position of sentence final particles associated with *wh*/focus fronting, and to establish whether a given language represents a true counterexample to the Sluicing-COMP generalization.

Finally, another important issue raised by the material we presented has to do with the licensing of ellipsis, an issue that is still poorly understood (see e.g. ZAGONA, 1982; LOBECK, 1995;

¹⁵ The following example is provided by Rodrigues, Nevins, and Vicente (2009):

- i) a. O João falou com alguém.
the João talked with someone
b. Será (com) quem que?
will.be with who that

They suggest that this complementizer retention might be due to prosodic cliticization of the complementizer *que* onto the *wh*-phrase. Under the analysis pursued here, another possibility would be to say that, in these dialects, *que* is a Focus particle akin to Nupe's marker *o*.

JOHNSON, 2001; MERCHANT, 2001; AELBRECHT, 2010, THOMS, 2010). Assuming that ellipsis is triggered by the presence of an E-feature, the question is whether in sluicing structures the E-feature should be placed uniformly in Foc, triggering FinP ellipsis, or on some other head in the C-system. We believe that addressing this issue will help pave the way for a more restrictive theory of licensing, and that our data and analysis can indeed contribute in this way.

References

- ABELS, Klaus, NEELEMAN, Ad. Linear asymmetries and the LCA. *Syntax*, v. 15, n. 1, pp. 25-74, 2012.
- AELBRECHT, Lobke. *The syntactic licensing of ellipsis*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010.
- ABOH, Enoch O. *The morphosyntax of complement-head sequences*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ABOH, Enoch O. Information structure begins with the numeration. *IBERIA*, v. 2, pp. 12-42, 2010.
- BAE, Sooyoung. *An analysis of negation dependent items, 'amwu'-phrases in Korean and theoretical consequences*. Doctoral dissertation, University of Maryland, 2020.
- BAKER, Mark C. *The syntax agreement and concord*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BALTIN, Mark. The nonreality of doubly filled COMPS. *Linguistic Inquiry*, v. 41, pp. 331-35, 2010.
- BARROS, Matthew. Sluicing and the Brazilian Portuguese null copula. *Rutgers Working Papers in Linguistics*, v. 3, 2010.
- BENINCÀ, Paola. The position of Topic and Focus in the left periphery. In: CINQUE, Guglielmo; SALVI, Giampaolo (org.). *Current studies in Italian syntax. Essays offered to Lorenzo Renzi*. Amsterdam: Elsevier-North Holland, pp. 39-64, 2001.
- BÉJAR, Susana, REZAC, Milan. Cyclic agree. *Linguistic Inquiry*, v. 40, pp. 35-73, 2009.
- BIBERAUER, Theresa; SHEEHAN, Michele. Theoretical approaches to disharmonic word order. In: BIBERAUER, Theresa; SHEEHAN, Michele (org.), *Theoretical approaches to disharmonic word order*. Oxford University Press, 2013, pp. 1-46.
- BILOA, Edmond ; BASSONG, Paul Roger. Sluicing and functional heads in Bantu. In: BILOA, Edmond (org.). *Cartography and antisymmetry*. Essays on the nature and structure of the C and I. Ms. University of Yaoundé I, 2015. <https://afranaphproject.afranaphdatabase.com/images/stories/downloads/general/CartographyManuscript.pdf>
- BOBALJIK, Jonathan. *Morphosyntax: The syntax of verbal inflection*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1995.
- BRESNAN, Joan. On complementizers: toward a syntactic theory of complement types. *Foundations of Language*, v. 3, pp. 297-321, 1970.

- BRONWYN, M. Bjorkman; ZEIJLSTRA, Hedde. Checking up on (ϕ -)Agree. *Linguistic Inquiry*, v. 50, n. 3, pp. 527-69, 2019.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S (org.). *Readings in English transformational grammar*, Waltham, Mass.: Blaisdell Publishing, 1970, p. 184-221.
- CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of principles and parameters. In: JACOBS, J. et al. (org.) *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research, Vol. 1*. Walter de Gruyter, pp. 506-69, 1993.
- CHUNG, Sandra. Sluicing and the lexicon: The point of no return. In: COVER, Rebecca T. & Yuni KIM (org.) *Berkeley Linguistic Society 31*. Berkeley Linguistics Society, Berkeley, California: UC, Berkeley, 2006, pp. 73-91.
- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective*. Oxford studies in comparative syntax. Oxford and New York: Oxford University Press, 1999.
- DAVIES, Mark. *Corpus do Português: Web/Dialects*, 2016-. Available online at <http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>.
- DOETJES, Jenny. *Quantifiers and selection*. The Hague: Holland Academic Graphics, 1997.
- DOWTY, David; BRODIE, Belinda. A semantic analysis of 'floated' quantifiers in a transformation less grammar. In: COBLER, Mark; MACKAYE, Susannah; WESCOAT, Michael T. (org.). *Proceedings of WCCFL 3*. Stanford, CA: Stanford Linguistics Association, 1984, pp. 75-90.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax, *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 4, pp. 555-95, 2001.
- GINSBURG, Jason. *Interrogative features*. Doctoral dissertation. University of Arizona, 2009.
- GUESSER, Simone. Sentenças Foco+que do PB na interface sintaxe-pragmática. *ReVEL*, edição especial, n. 10, 2015.
- HACQUARD, Valentine. *Aspects of modality*. Doctoral dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 2006.
- HAEGEMAN, Liliane, *Adverbial clauses, main clause phenomena, and the composition of the left periphery: The cartography of syntactic structures, Volume 8*, Oxford Studies in Comparative Syntax. New York, Oxford Academic, 2012.
- JOHNSON, Kyle. What VP ellipsis can do, and what it can't, but not why. In: BALTIN, Mark & Chris COLLINS (org.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001, pp. 439-79.

KANDYBOWICZ, Jason. *The grammar of repetition: Nupe grammar at the syntax-phonology interface*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

KANDYBOWICZ, Jason. Embracing edges: Syntactic and phono-syntactic edge sensitivity in Nupe. *Natural Language and Linguistic Theory*. v. 27, pp. 305-44, 2009.

KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

KISHIMOTO, Hideki. Wh-in-situ and movement in Sinhala questions. *Natural Language and Linguistic Theory*. v. 23, pp. 1-51, 2005.

LAKA, Itziar. *Negation in syntax: On the nature of functional categories and projections*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1990.

LANDAU, Idan. A Scope Argument against T-to-C Movement in Sluicing. *Syntax*, v. 23, n. 4, pp. 375-93, 2020.

LASNIK, Howard. On feature strength: Three minimalist approaches to overt movement. *Linguistic Inquiry*. vol. 30. pp. 197-217, 1999.

LASNIK, Howard; BOŠKOVIĆ, Željko. How strict is the cycle? *Linguistic Inquiry*. v. 30, pp. 691-703, 1999.

LOBECK, Anne. *Ellipsis: Functional heads, licensing and identification*. New York: Oxford University Press, 1995.

LOPES-ROSSI, M. Aparecida. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português*. Doctoral dissertation, University of Campinas, 1996.

LIPTÁK, Aniko; ABOH, Enoch. O. Sluicing in relatives: The case of Gungbe. *AVT Publications*, v. 30, pp. 102-18, 2013.

MARUŠIČ, Franc *et al.* On a potential counter-example to Merchant's Sluicing-COMP generalization. *Grazer linguistische Studien*. v. 83, n. 1. pp. 47-65, 2015.

MENDES, Gesoel; KANDYBOWICZ, Jason. Salvation by deletion in Nupe. *Linguistic Inquiry*. Early Access, 2021.

MERCHANT, Jason. *The syntax of silence: Sluicing, islands, and the theory of ellipsis*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MERCHANT, Jason. Fragments and ellipsis. *Linguistics and Philosophy*. v. 27, pp. 661-738, 2004.

MERCHANT, Jason. Polarity items under ellipsis. In: CHENG, Lisa L.-S.; CORVER, Norbert (org.) *Diagnosing syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 441-62.

MESSICK, Troy; THOMS, Gary. Ellipsis, economy, and the (non)uniformity of traces. *Linguistic Inquiry*. v. 47, pp. 306-32, 2016.

MIOTO, Carlos. Sobre o sistema CP no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, pp. 97-139, 2001.

- MIOTO, Carlos; KATO, Mary. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*, v. 4, n. 1 e 2, pp. 171-96, 2005.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO-SILVA, Maria Cristina. Wh que = Wh é que? *DELTA*, v. 11, n. 2, pp. 301-11, 1995.
- POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*. v. 20, pp. 365-424, 1989.
- QUAREZEMIN, Sandra. *Extratégias de focalização no português brasileiro*. Doctoral dissertation. University of Arizona, 2009.
- RANERO, Rodrigo. *Identity conditions on ellipsis*. Doctoral dissertation, University of Maryland, 2021.
- RIBEIRO, Ilza; TORRES-MORAIS, Maria A. Doubling-*que* embedded constructions in Old Portuguese: a diachronic perspective, In: GALVES, Charlotte, Sonia CYRINO, Ruth LOPES, Filomena SANDALO, and Juanito AVELAR (org.), *Parameter theory and linguistic change*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 97-116.
- RIBEIRO, Ilza. Construções de focalização: Comentários ao texto de Simone Guesser. In: NAVES, Rozana Reigota & Heloisa Maria LIMA-SALLES (org.). *Estudos formais da gramática das línguas naturais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.
- RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997, pp. 281-337.
- RIZZI, Luigi; BOCCI, Giuliano. Left periphery of the clause: primarily illustrated for Italian. In: EVERAERT, Martin; VAN RIEMSDIJK, Henk (org.), *The Wiley Blackwell companion to syntax II*. 2017.
- RIZZI, Luigi. Locality and the functional sequence in the left periphery. In: ABOH, Enoch *et al.* (org.). *Elements of comparative syntax*. Berlin: De Gruyter. 2017, pp. 319-48.
- ROBERTS, Ian. The C-system in Brythonic Celtic languages, V2, and the EPP. In: RIZZI, Luigi (ed.), *The structure of CP and IP (The cartography of syntactic structures, vol. 2)*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 297-328.
- RODRIGUES, Cilene; NEVINS, Andrew; VICENTE, Luis. Cleaving the interactions between sluicing and P-stranding. In: TORCK, Daniele; W. Leo WETZELS (org.). *Romance languages and linguistic theory 2006: Selected papers from 'Going Romance', Amsterdam, 7-9 December 2006*. Amsterdam: John Benjamins, 2009, pp. 175-98.
- RUDIN, Deniz. Head-based syntactic identity in sluicing. *Linguistic Inquiry*. v. 50, pp. 253-83, 2019.
- ROSS, John Robert. *Constraints on variables in syntax*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1967.
- ROSEN, Carol. Guess what about? In: FORD, Adam; REIGHARD, John; SINGH, Rajendra (org.). *Papers from the 6th meeting of the North Eastern Linguistic Society*, ed. Montreal: Montreal Working Papers in Linguistics, 1976, pp. 205-11.

SHLONSKY, Ur. Cartography and selection in subjunctives and interrogatives. *In: Si, F.; RIZZI, Luigi. Current issues in syntactic cartography: A crosslinguistic perspective.* Amsterdam: John Benjamins, 2021, pp. 15-25.

SHLONSKY, Ur. Sluicing and its remnants: a squibón for Hagit. *In: STOCKALL, Linnaea et al. (org.). For Hagit: a celebration.* London: School of Languages, Linguistics and film, 2022, p. 7.

THOMS, Gary. “Verb floating” and VP-ellipsis: Towards a movement account of ellipsis licensing. *Linguistic Variation Yearbook*, v. 10, pp. 252-97, 2010.

URIAGEREKA, Juan. *Rhyme and Reason.* Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

VIEIRA, Clariana Lara. Aplicação de regras fonológicas ao clítico “que” interrogativo assimetria entre o qu-movido e o qu-*in situ*. *VERBUM*, v. 11, n. 1, pp. 254-70, 2022.

YIM, Changguk. Fragment answers containing -yo in Korean: New evidence for the PF deletion theory of ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 43, pp. 514-18, 2012.

ZAGONA, Karen. *Government and proper government of verbal projections.* Doctoral dissertation, University of Washington, Seattle, 1982.

A PARAMETER-FREE UNDERSPECIFICATION APPROACH TO COMPLEMENTIZER AGREEMENT*UMA ABORDAGEM SUB-ESPECIFICADA, SEM PARÂMETROS, PARA A REALIZAÇÃO DE COMPLEMENTADORES**Yushi Sugimoto¹**Acrisio Pires²***ABSTRACT**

The issue of linguistic variation, corresponding to parametric variation in syntax, has not been explored comprehensively in the minimalist approach (but see e.g. ROBERTS, 2019 and references in). Two partially distinct, central views of linguistic variation in this framework are (i) variation comes from the lexicon (the so-called Borer-Chomsky conjecture, see BAKER, 2008) and (ii) variation is spelled out through externalization (or the Berwick-Chomsky conjecture). In this paper, we explore a third view of linguistic variation, invoking underspecification of rule ordering in narrow syntax, based on Obata et al. (2015). To implement this approach, we compare two languages, Brazilian Portuguese (BP) and Cabo Verdean Creole (CVC), regarding complementizer agreement in argument and adjunct *wh*-questions. Whereas CVC requires an overt complementizer in argument *wh*-questions, BP shows a general pattern of optionality in both argument and adjunct *wh*-questions. We argue that both systems can be accounted for in terms of rule-ordering underspecification in the grammar.

KEYWORDS: Generative grammar (minimalism). Syntactic variation; Underspecification of rule ordering; Complementizer agreement.

RESUMO

O tema da variação linguística, correspondendo à variação paramétrica na sintaxe, não tem sido explorado de modo compreensivo na abordagem minimalista (veja-se, no entanto, ROBERTS, 2019 e as referências lá citadas). Duas visões centrais e parcialmente distintas da variação linguística nesse arcabouço são: (i) a variação se origina no léxico (a chamada conjectura Borer-Chomsky, cf. BAKER, 2008) e (ii) a variação reside na externalização (a conjectura Berwick-Chomsky). Neste artigo, exploramos uma terceira visão da variação linguística, invocando a subespecificação do ordenamento de regras na sintaxe estrita, baseada em Obata et al. (2015). Para implementar essa abordagem, comparamos duas línguas, o português brasileiro (PB) e o crioulo cabo-verdiano (CCV), quanto à concordância do complementador em perguntas-WH envolvendo argumento e adjunto. Enquanto o CCV exige a expressão do complementador nas perguntas-WH, o PB apresenta um padrão geral de opcionalidade nas perguntas-WH tanto de argumento quanto de adjunto. Defendemos que os dois sistemas podem ser explicados em termos de subespecificação do ordenamento de regras na gramática.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática gerativa. Minimalismo. Sintaxe. Variação. Subespecificação de traços. Concordância. Complementadores.

Introduction

In this paper, we analyze complementizer realization, which we will treat as an effect of complementizer agreement, by comparing Brazilian Portuguese (BP) and Cabo Verdean Creole (CVC). The morphological realization of the complementizer is partially different between these

¹ University of Michigan, Ann Arbor, University of Tokyo, yushis@umich.edu, <https://orcid.org/0000-0002-7980-5770>.

² University of Michigan, Ann Arbor, pires@umich.edu, <https://orcid.org/0000-0003-3528-8027>.

languages. We build upon Obata et al.'s (2015) analysis of CVC and argue that the crosslinguistic difference we consider in this paper comes from variation in the order of application of rules in the narrow syntax. However, we extend Obata et al.'s (2015) approach by adopting a derivational model where derivations proceed in a strictly cyclic way. In addition, we show how the optional realization of a complementizer in *wh*-questions in BP can result from variation in rule order application within the same language. Finally, after unifying the analysis of complementizers in argument *wh*-questions in BP and CVC, we extend the analysis to adjunct *wh*-questions in each language, which were not accounted for in Obata et al. (2015).

Before moving to our analysis of complementizer alternation phenomena, we briefly review the current state of the minimalist approaches to linguistic variation. Under the minimalist framework (CHOMSKY, 1995 and much later work), there are at least three main approaches to linguistic variation;

- (1) a. The Borer-Chomsky Conjecture (e.g. BORER, 1984; CHOMSKY, 1995; BAKER, 2008)
- b. The Berwick-Chomsky Conjecture (e.g. BERWICK and CHOMSKY, 2011, 2016)
- c. The Third-Factor Principle Approach (e.g. BIBERAUER, 2019a, ROBERTS, 2019)

The first approach (1a) indicates that the linguistic variation comes from the lexicon; more specifically, the feature make-up of functional categories (cf. FUKUI, 1995). For example, some languages might have a formal-feature *F* on a certain functional category *X*, then *F* has to be checked/valued before it is sent to the interfaces, whereas other languages might not have *F*. As for (1b), Berwick and Chomsky claim that different varieties of languages result from variation in how externalization takes place, assuming that the core component of the linguistic system (i.e., narrow syntax) is uniform (CHOMSKY, 2001). Combining these two approaches to linguistic variation, a theory of linguistic variation would provide an account of (micro-)parameters based on the feature specification of individual lexical items (1) and language-specific variation based on morpho-phonological externalization (1b), although the existence of macro-parameters is not clear in either approach. If macro-parameters exist, then there must be a theory in which macro-parameters are built as a component of UG in addition to Merge. This is not desirable given the strong minimalist thesis (CHOMSKY, 2000), by which Language is an optimal solution to the interface conditions, or due to evolvability, a condition by which UG must have naturally evolved as a biological system (CHOMSKY, 2021). If parameters evolved in our mind/brain system, then a question is how many parameters could have evolved within the evolutionary time span that was necessary for the emergence of human language? Given the evolvability challenge, there is a possibility that macro-parameters do not exist at all (CHOMSKY, 2017).

Another approach to linguistic variation is that parameters 'emerge' as consequences of other properties, without having to be encoded as basic properties of UG. Instead of taking parameters as given properties of UG, the second and the third factor for the development of language (CHOMSKY, 2005) could derive parameters (e.g., ROBERTS et al., 2014; BIBERAUER and ROBERTS, 2015;

BIBERAUER, 2019a,b). In a similar vein, Obata et al. (2015) argue that the rule ordering in narrow syntax is not fixed by UG, but the interaction between the first, second and third factors that determine the human knowledge of language (CHOMSKY, 2005) derive linguistic variation. Under this approach, rule ordering is underspecified or not specified by UG, but arises as the result of other second or third factors (experience or principles not specific to the faculty of languages).

In this paper, we explore a view of linguistic variation that invokes underspecification of rule ordering in narrow syntax, along the lines of Obata et al. (2015). We expand upon this approach by comparing Brazilian Portuguese (BP) and Cabo Verdean Creole (CVC) regarding the overt vs. null realization of complementizers, which we analyze as a type of complementizer agreement, following Obata et al. and other related work. Whereas CVC requires an overt complementizer in argument *wh*-questions, BP shows a pattern of optional complementizer realization in both argument and adjunct *wh*-questions. We reconcile the analysis of both systems within an approach built upon rule-ordering underspecification in the grammar.

This paper is organized as follows: Section 1 summarizes Obata et al.'s (2015) approach to complementizer alternation in CVC. Section 2 modifies Obata et al.'s approach in view of a strictly cyclic derivational approach to phase computation (CHOMSKY, 2015). Section 3 deals with the complementizer agreement in BP, in comparison to CVC.

1. Complementizer realization in CVC

Given a minimalist architecture of the narrow syntax, there is a structure-building operation Merge that generates syntactic structures. Phase-based derivations are assumed, as below.

- (2) Phase Theory (cf. CHOMSKY, 2007, 2008, 2013)
 - a. The structure building proceeds phase by phase
 - b. Phase heads are C and v^* ³
 - c. Phase heads have unvalued features (e.g., unvalued phi-features)
 - d. Feature inheritance takes place from a phase head to a non-phase head (RICHARDS, 2007; CHOMSKY, 2008)

- (3) Phase Impenetrability
 - a. The complement of a phase head becomes inaccessible (i.e., Phase Impenetrability Condition: PIC) in the next higher phase (CHOMSKY, 2000, 2001)
 - b. The complement of the phase head is transferred to the interfaces as part of Transfer. (CHOMSKY, 2004)

We also assume with Chomsky (2008) that there is a syntactic operation Agree (CHOMSKY, 2000, 2001) to value unvalued features.

³ As for the nominal domain, D/n might be a phase head. See e.g. Chomsky, 2005; 2007 for details. In this paper, we will not discuss nominal structures.

- (4) Agree (CHOMSKY, 2000, 2001)
- a. The probe P has (un)valued features and the goal G have matching (un)valued features
 - b. P c-commands G.
 - c. G is the closest goal to P.⁴

Thus, we have Phase theory and Agree, as well as Merge. Move is an instance of Merge, namely, internal Merge (CHOMSKY, 2004). Our derivations are based on these assumptions, taking (internal/external) Merge and Agree as operations or rules available as part of UG. More specifically, what are the possible derivations given that rule (e.g., AGREE; MERGE) ordering is underspecified, e.g., is Move-Agree order possible in addition to Move-Agree, for instance?

The final assumption that we adopt in this paper comes from Takahashi and Gračanin-Yuksek (2008), which is adopted in Obata et al. (2015). Takahashi and Gračanin-Yuksek (2008) propose that when the complementizer and wh-phrase agree in both Q and phi-features (in Haitian Creole (HC), in their analysis), the complementizer is morphologically realized (as *ki* in HC).

- (5) “C is spelled out as *ki* only if both *uw*h and *uphi*-features on C are checked off by a single goal.” (TAKAHASHI and GRAČANIN-YUKSEK, 2008, p. 229)

The assumption here, based on Germanic languages (CARSTENS, 2003; HAEGEMAN and van KOPPEN, 2012) and Bantu languages (CARSTENS, 2005), is that the C⁰ head possesses unvalued phi-features that are valued under Agree, as in Kilega:

- (6) Kilega
- Bikí bi-á-kás-íl-é bábo bíkulu mwámí mu-mwílo?
 8what 8ca-a-give-perf-fv 2that 2woman 1chief 18-3village
 ‘what did those women give the chief in the village’ (CARSTENS, 2005, p. 220)

Carstens (2005) argues that (6) shows the complementizer agreement with the wh-phrase. Let’s consider corresponding derivations in Cabo Verdean Creole (CVC). CVC also has a complementizer *ki* that is obligatorily realized in both subject and object wh-phrases (see BAPTISTA and OBATA, 2015).

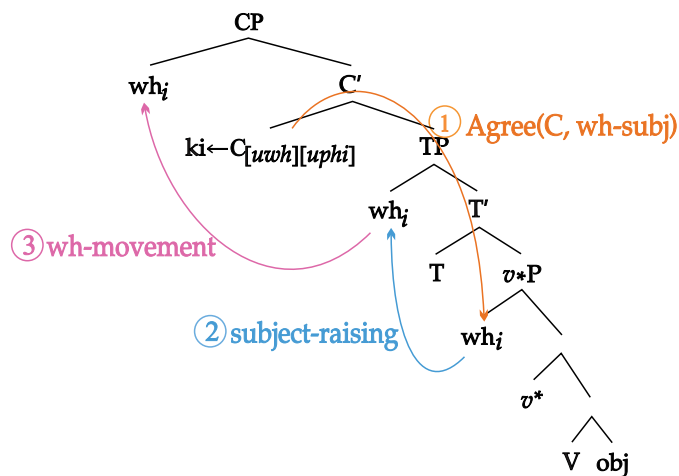
- (7) a. Kenhi ki odja João?
 who COMP see João
 ‘Who saw João?’
- b. *Kenhi odia João?
 Who see João
 ‘What saw João?’

⁴ See also Hiraiwa (2005) for relevant discussion.

- (8) a. Kuze ki nhos odja?
 What COMP you see
 ‘What did you see?’
 b. *Kuze nhos odja?
 what you see
 ‘What did you see?’ (OBATA et al., 2015, pp. 5-6)

Obata et al. (2015) argue that *ki* is spelled-out when C agrees with a single element that has both *wh*- and *phi*-features. They assume that the properties of the complementizer are similar to HC (see their paper for the corresponding analysis of HC, based on TAKAHASHI and GRAČANIN-YUSEK, 2008). Obata et al. (2015) argue that the steps of the derivation for subject *wh*-extraction in CVC are as follows (starting at the point where the C head is merged):

- (9) a. {C, {T, {wh, {v*,{V,Obj}}}}} }
 b. External Merge (EM) of C
 c. Agree (C,wh-subj)
 d. Internal Merge (IM) of the *wh*-subject to[spec,TP]
 e. IM of the *wh*-subject to [spec,CP]
 f.

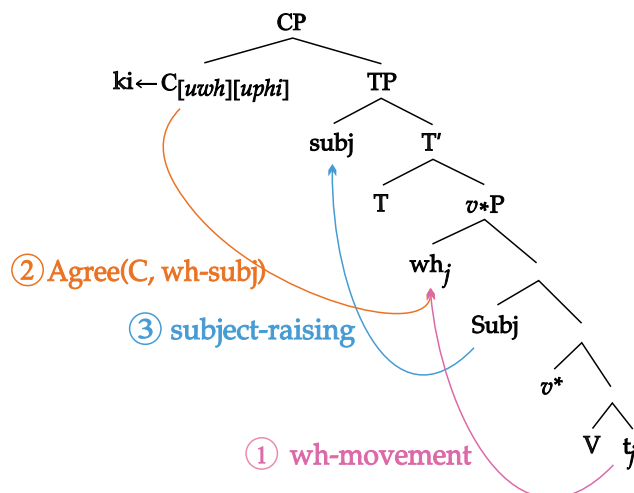


C agrees with the *wh*-subject in [spec, v*P] both in *wh*-feature and *phi*-features. According to Obata et al. (2015), this triggers the morphological realization of *ki*. After Agree takes place between C and *wh*-phrase, the *wh*-phrase moves up to the [spec, CP] via [spec, TP].

Next is the case of object *wh*-extraction in CVC (OBATA et al., 2015, p. 8).

- (10) a. {C, {T, {wh_j, {subj_i, {v*,{V,wh<sub>j
 b. Agree (C,wh)
 c. IM of the *wh*-phrase to [spec,CP]
 d. IM of the subject to [spec,TP]</sub>

e.



Assume that at the v^* phase level, the object *wh*-phrase moves to the edge of $[\text{spec}, v^*P]$, which is higher than the subject in $[\text{spec}, v^*P]$. After C is introduced, Agree takes place. C finds the higher element, namely *wh*-phrase. Notice that Agree takes place before subject raising from $[\text{spec}, v^*P]$ to $[\text{spec}, \text{TP}]$. Given this rule ordering, C agrees with a single element, namely, the *wh*-phrase in terms of both *wh*-feature and phi-features, which again triggers the morphological realization of *ki*.

To summarize, Obata et al.'s (2015) point out that, in both HC and CVC, the morphological realization of the complementizer *ki* depends on how C agrees with the *wh*-phrase; the complementizer *ki* is spelled out when C agrees with a single element (i.e., a *wh*-phrase) in both *wh*-feature and phi-features (following TAKAHASHI and GRAČANIN-YUKSEK, 2008, (5)). The subject raising takes place after Agree. In overt C cases, C Agrees with the *wh*-object in both *wh*- and phi-features, which explains the morphological realization of *ki*.

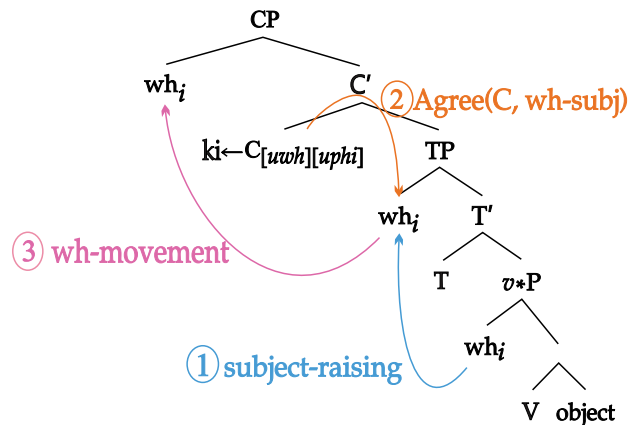
2. Strictly cyclic derivations

One conceptual question arises regarding the derivations of CVC in (9) and (10). In both derivations, C agrees with the *wh*-phrase before subject raising to spec, TP , which is a countercyclic movement, rejected in Chomsky (2015).

Let's assume a cyclic derivation which wasn't explored in Obata et al. (2015) and Epstein, Obata, and Seely (2018). In Chomsky (2015), subject raising takes place before reaching the phase level (i.e. before merge of a phase head C). Therefore, under this strictly cyclic approach, subject raising has to apply before C is introduced in the derivation.

Considering conceptual arguments for strictly cyclic derivations, we propose the following derivation, which shows strictly cyclic movement in the *wh*-subject extraction in CVC. That is, the subject raises to the $[\text{spec}, \text{TP}]$ before C is introduced.

- (11) a. $\{C, \{wh_i, \{T, \{v^*, \{wh_i, \{V, Obj\}\}\}\}\}\}$
 b. IM of the subject to [spec,TP]
 c. EM of C
 d. Agree(C,wh-subj)
 e. IM of the wh-subj to [spec, CP]
 f.

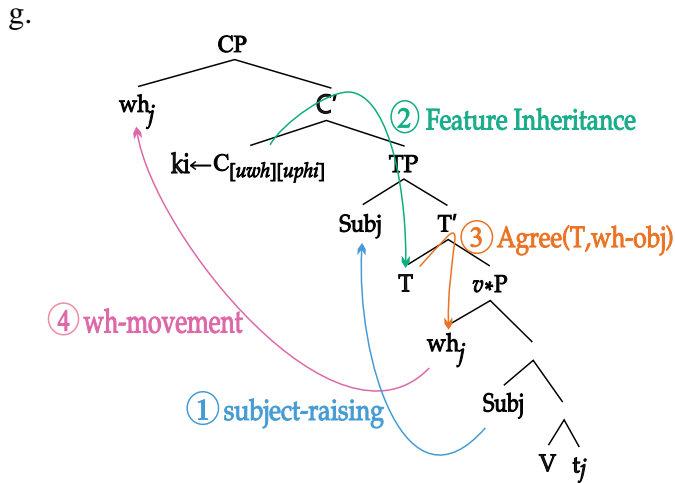


Since the *wh*-subject moves to the [spec,TP] before C is introduced, when C seeks the closest element, the *wh*-subject is found and C agrees with it in terms of both *wh*-feature and phi-features. Therefore, *ki* is morphologically realized. This derivation is representationally similar to (9). In (9), subject raising follows C-Agree, but counter-cyclic movement is involved in Obata et al. (2015). That is, in Obata et al.'s derivation in (9), only after C is introduced in narrow syntax, does subject raising to [spec,TP] take place. We propose here that (11) is the legitimate derivation for *wh*-subject extraction in CVC to capture the morphologically realized *ki*.

The next derivation is *wh*-object extraction. The strictly cyclic derivational model in Chomsky (2015) does not allow counter-cyclic subject movement, therefore we need to find another derivation where C agrees with a single element, namely, the *wh*-object. We will show two possible derivations, though we will adopt the second derivation as the expected one.

The first possible derivation for *wh*-object extraction in CVC is shown below.

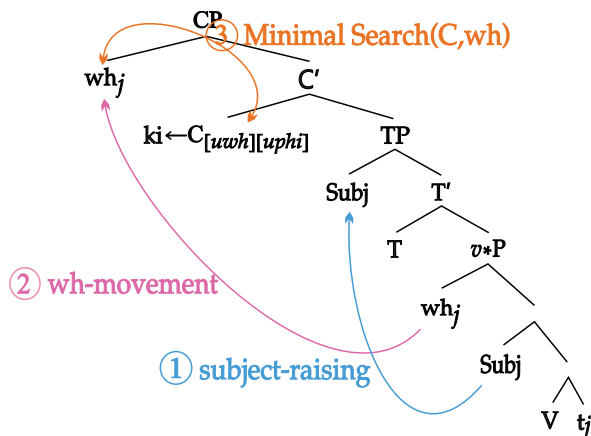
- (12) a. $\{wh_j, \{C, \{subj_i, \{T, \{subj_i, \{v^*, \{wh_j, \{V, wh_j\}\}\}\}\}\}\}\}$
 b. IM of subj to[spec,TP]
 c. EM of C
 d. Feature inheritance
 e. Agree (T,wh-obj)
 f. IM of the *wh*-obj to [spec,CP]



In order to make the derivation strictly cyclic, the subject has to move to [spec,TP] before C is introduced. From C, the closest goal would be the raised subject. However, in the wh-object extraction, this is not desirable since C has to agree with the wh-object in both wh- and phi-features. Suppose feature inheritance applies and the relevant features transmit from C to T before Agree takes place. Then T agrees with the wh-object in both wh- and phi-features, whereas the wh-phrase moves to [spec,CP]. Unfortunately, this derivation cannot correctly predict that the complementizer *ki* is morphologically realized since what agrees with the wh-object is T, not C.

Alternatively, we consider that the following derivation is the accurate one.

- (13) a. $\{wh_j, \{C, \{subj_i, \{T, \{subj_i, \{v^*, \{wh_j, \{V, wh_j\}\}\}\}\}\}\}\}$?
- b. IM of subj to [spec,TP]
- c. EM of C
- d. IM of the wh-obj to [spec,CP]
- e. Minimal Search/MS (C,wh-obj)
- f.



First, subject raising takes place. Then C is introduced, and *wh*-movement takes place to CP. C directly agrees with the *wh*-object in [spec,CP] in a spec-head relation via minimal search, which is introduced as an alternative to allow Agree to take place. In fact, Baptista and Obata (2015) argue that the complementizer *ki* in CVC is realized only in a spec-head configuration. Since *wh*-feature and *phi*-features on C are valued by a single element (i.e., *wh*-object), the complementizer *ki* is again morphologically realized.

To summarize, this and the previous subsection discussed the possible derivations of complementizer agreement in CVC in terms of different derivational models (CHOMSKY, 2013 and CHOMSKY, 2015). Obata et al. (2015) explore two different rule orderings in CVC that yield distinct outcomes regarding the realization of the complementizer *ki*, based on Takahashi and Gračanin-Yukseš (2008). Our particular interest was how to capture *wh*-object extraction in CVC, since in order to yield the derivation, counter-cyclic movement was assumed in Obata et al. (2015). However, Chomsky (2015) does not allow counter-cyclic movement because it is an illegitimate operation not possible as the result of the Merge operation. We proposed that we can avoid counter-cyclic movement assuming minimal search, and still capture the derivation where the *wh*-object in CVC can agree in all features with C, so the complementizer *ki* is morphologically realized, as shown in (13).

In the next subsection, we analyze a pattern of complementizer agreement in Brazilian Portuguese (henceforth BP), which was not previously explored in an approach to variation in rule ordering. In the BP pattern, complementizer realization is optional in both *wh*-subject extraction and *wh*-object extraction.

3. On Optional complementizer in *wh*-questions

In this section, we extend and generalize Takahashi and Gračanin-Yukseš's (2008) proposal, as in (5), repeated as (14).

- (14) C is morphologically realized only if both *uwh* and *u ϕ* -features on C are valued/checked off by a single goal (e.g., a *wh*-subject or a *wh*-object).

In a more specific way, we propose the following.

- (15) In Brazilian Portuguese (BP), the complementizer *que* 'that' in *wh*-questions is morphologically realized on the main clause C only when C is valued by Agree with another element in both *uwh* and *uphi*-features.

Unlike CVC, BP shows another relevant pattern. The complementizer is optionally realized in both subject *wh*-questions and object *wh*-questions.

- (16) Brazilian Portuguese
- a. Quem (que) viu o João?
who (C) saw the João?
'who saw João?'
 - b. Quem (que) você viu?
whom (C) you saw
'who did you see?'

This is different from, for instance, Standard French, where the overt complementizer *qui/que* cannot occur with the *wh*-subject/object in the matrix clause, as shown below:

- (17) French
- a. *Quel garçon qui est venu?
which boy C has come
'which boy has come?'
(TAKAHASHI and GRAČANIN-YUKSEK, 2008, p. 234, fn12)
 - b. *Qui que tu as vu?
who that you have seen
'Who did you see?' (KAYNE, 1976, cited from TORRENCE, 2013, p. 245, (37a))

In BP, an optional *wh-in-situ* pattern is also allowed, but the complementizer is not morphologically realized in such cases.

- (18) Você viu quem?
you saw who
'Who did you see?' (see PIRES & TAYLOR, 2007; KATO, 2013)

The *wh-in-situ* question can be interpreted as an ordinary question or an echo question.⁵ Therefore, in BP, when the *wh*-phrase is fronted, the morphological realization of the main clause complementizer is optional, whereas the main clause complementizer cannot be realized when the *wh*-phrase stays *in-situ*.

In what follows, we argue and demonstrate that the optional realization of the complementizer in a main clause in BP *wh*-questions is due to the different rule orderings as well. However, in the *wh-in-situ* cases, we argue that there is no way to realize the complementizer, since there is a closer candidate for Agree with C, therefore, an intervention effect takes place.

3.1. Rule orderings for movement of *wh*-subjects and *wh*-objects

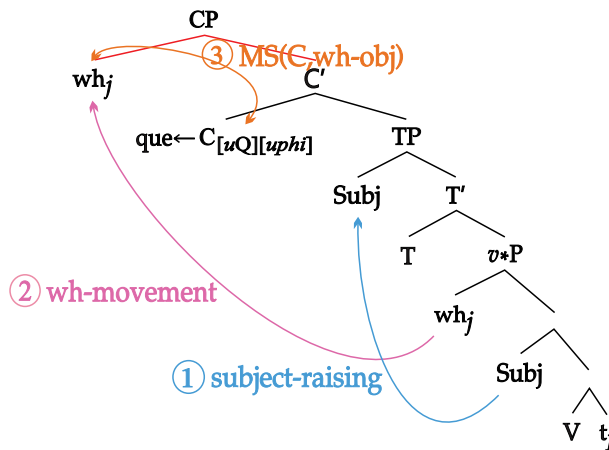
The first relevant pattern in BP is the presence of the complementizer with a *wh*-object. This is same as CVC, not the same as HC.

⁵ Which depends on prosody. See Pires and Taylor (2007), Kato (2013) for details.

(19) Quem que você viu?⁶

whom C you saw
'who did you see?'

- $\{C, \{subj_i, \{T, \{subj_i, \{v^*, \{wh_j, \{V, wh_j\}\}\}\}\}\}\}$
- IM of subj to [Spec,TP]
- EM of C
- IM of the *wh*-object to [spec,CP]
- MS (C,wh-obj)
-



In this derivation, as we proposed for the *wh*-object extraction in CVC, the subject raises to [Spec,TP]. Then the object *wh*-phrase moves to [spec,CP], and C agrees with the *wh*-object in both *wh*-feature and phi-features via minimal search (matching a spec-head configuration), which results in the morphological realization of *que*.

Next, consider the absence of the complementizer in the *wh*-object extraction case.

(20) Quem você viu?

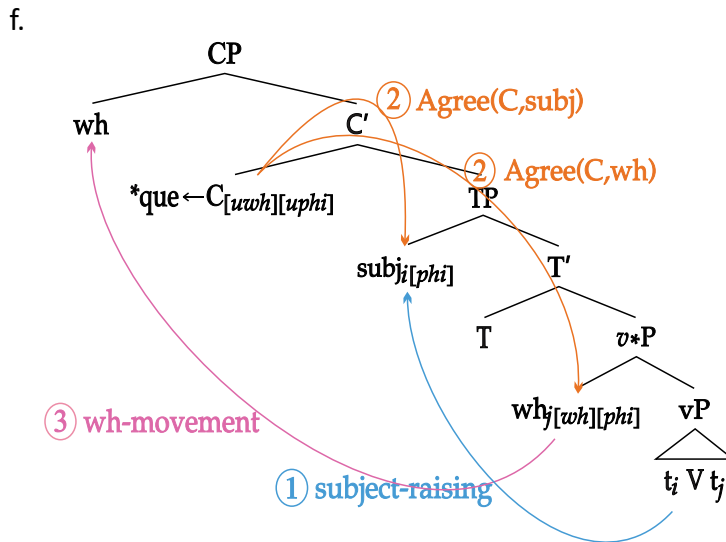
whom you saw
'who did you see?'

- $\{C, \{subj_i, \{T, \{wh_j, \{subj_i, \{v^*, \{V, wh_j\}\}\}\}\}\}\}$
- IM of subj to [spec,TP]
- c, Agree (C,subj)
- Agree (C,wh-obj)
- IM of the *wh*-obj to [spec,CP]

⁶ One anonymous reviewer points out that PP *wh*-extraction needs more elaboration in terms of minimal search. The following example is provided by the reviewer.

- De quem que você gosta.
of whom C you like
'who do you like?'

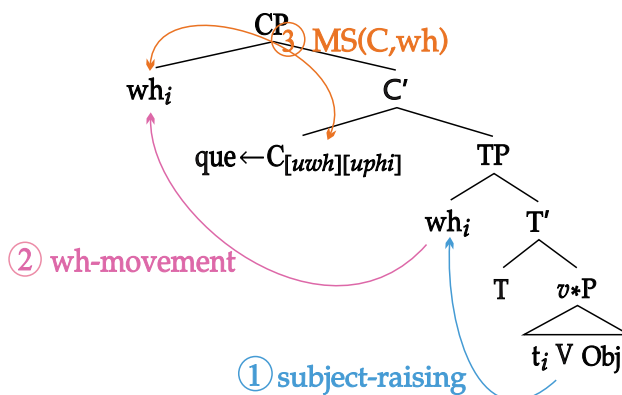
Although the paper does not propose an analysis of *wh* PP pied-piping, relevant points were previously discussed in the minimalist literature. See Cable (2010), Narita (2014).



In this derivation, C agrees with the subject in terms of phi-features since subject raising takes place before Agree with the wh-phrase. At the same time, C also agrees with the object in wh- feature. Since C does not agree with the wh-object in both phi-features and wh-feature, the complementizer is not morphologically realized.

Let's consider now the presence of the complementizer *que* with the wh-subject. This is the same as in CVC wh-subject questions.

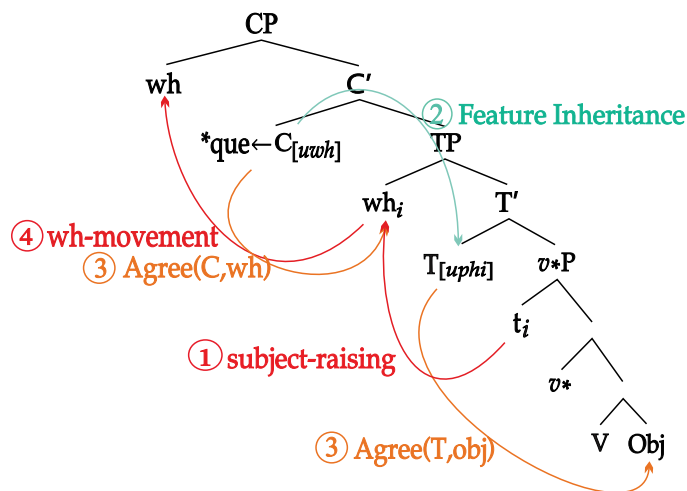
- (21) Quem que viu o João?
 who C saw the João?
 'who saw João?'
- {C, wh_i {T, {wh, {v*, {V, Obj}}}}}
 - IM of wh-subj to [spec,TP]
 - EM of C
 - IM of wh-subj to [spec,CP]
 - MS (C,wh-subj)
 -



The *wh*-subject moves to [spec,TP], and C agrees with the subject. Then *wh*-movement takes place. In this derivation, C agrees with the *wh*-subject in both *wh*- and phi-features, thus *que* is morphologically realized.

The last argument *wh*-movement pattern is the absence of the complementizer with the *wh*-subject.

- (22) Quem viu o João?
 who saw the João?
 ‘who saw João?’
- {C, {wh_i, {T, {wh_i, {v*, {V,obj}}}}}}}
 - IM of the *wh*-subj to [spec,TP]
 - EM of C
 - Feature inheritance(C-T)
 - Agree(T,obj)⁷
 - Agree(C,wh)
 - IM of the *wh*-subj to [spec,CP]
 -



This is a pattern where the *wh*-subject moves to [spec,CP] without phi-agreement with C, and C agrees with the *wh*-subject only in *wh*-features. Interestingly, neither HC nor CVC have this pattern.^{8,9}

⁷ One might wonder why the T-object agreement pattern would not override subject-T agreement, a question we leave open for further research. An alternative is to have T agree with the subject before *wh*-subj raises to agree with C, to match the pattern of T-subject agreement.

⁸ Another possible derivation is that the sentence involves a cleft formation, as suggested by Kato (2013)

- (i) (É) quem (que) chegou?
 is who that arrived
 ‘Who has arrived?’

As the example above shows, Kato (2013) needs to argue that in such a derivation the copula would later be deleted.

⁹ A reviewer suggests that the lack of morphological realization of *que* in *wh*-object extraction is degraded, whereas *wh*-subject extraction without *que* is not degraded. There are possible dialectal differences in such cases, which we

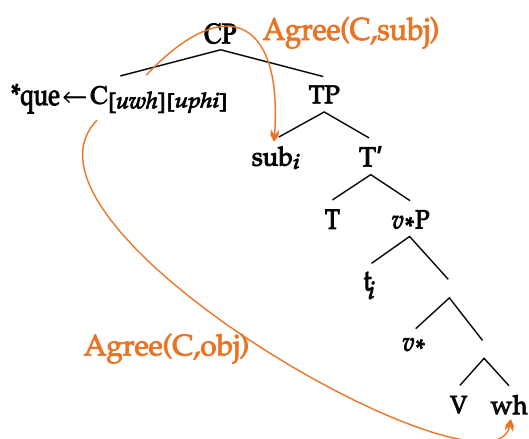
3.2. A *wh-in situ* pattern

As we pointed out before, the *wh-in situ* pattern shows no realization of the complementizer in main clauses in BP.

- (23) Você viu quem?
 you saw who
 ‘Who did you see?’

The derivational steps that we propose to account for this generalization with object *wh-in-situ* are shown below.

- (24) Você viu quem?
 a. $\{C, \{subj_i, \{T, \{subj_i, \{v^*, \{V, wh\}\}\}\}\}\}$
 b. EM of C
 c. Agree (C, subj)
 d. Agree (C, wh-obj)
 e.



Since C finds the subject to value the unvalued phi-features, C only agrees with the *wh*-object in terms of the *wh*-feature, which results in non-realization of the complementizer. The pattern that accounts for what corresponds to subject *wh-in-situ* would be akin to the *wh*-subject case in (22), just without the step of overt *wh*-movement to Spec, CP.

3.3. Adjunct *wh*-questions

We have analyzed multiple patterns regarding argument *wh*-questions (including *wh-in-situ*

leave for future research. Furthermore, the reviewer points out that the overt realization of a complementizer blocks the presence of a weak pronominal. Such a pattern can be explained by the fact the weak pronominal *cê* ‘you’ (a reduced form of *você* ‘you’) is only possible in non-standard dialects, whereas the lack of realization of the complementizer *que* in the main clause in *wh*-questions is more characteristic of a formal or standard dialect of BP.

- (i) Quem *(que) *cê* viu?
 whom C you saw
 ‘Who did you see?’

clauses). Yet, there are some patterns that we have not explored yet, regarding adjunct *wh*-movement.¹⁰ Consider the following example.

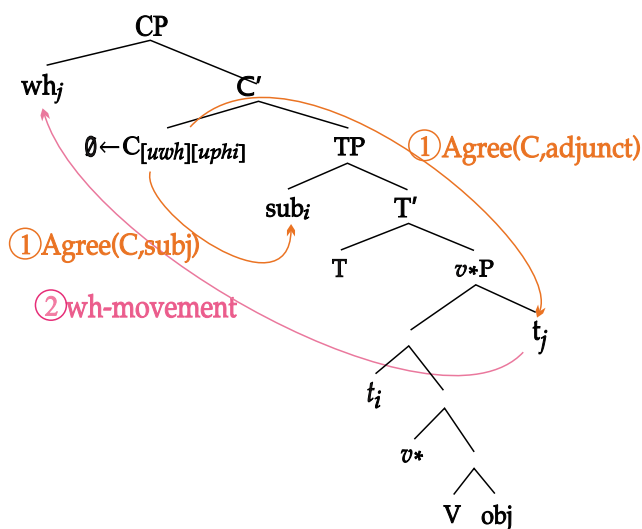
- (25) Desde quando (que) você gosta dele
 Since when (that) you like him
 ‘Since when do you like him?’

Notice that *wh*-adjuncts do not have ϕ -features. In this case, the generalization (5) does not seem to apply in the same form to adjunct *wh*-questions. Suppose that (5) can be extended in the following way.

- (26) When C only agrees with a single element (meeting the requirement that it will agree in all features with a single goal), C will be morphologically realized.

Assuming this, the optional realization of the complementizer can be captured in general, accounting for cases in which C agrees with a single goal and is morphologically realized in *wh*-argument questions, as discussed in previous sections. In what follows, we will show the corresponding derivations for *wh*-adjunct examples. The first example shows no realization of the complementizer, corresponding to (25) without an overt C.

- (27) Desde quando você gosta dele
 Since when you like him
 ‘Since when do you like him?’
- {*wh*, {C, {subj, {T, {subj, {v*, {V, obj} *wh*}}}}}}
 - EM of C
 - Agree(C, subj) (in phi-features)
 - Agree (C, *wh*-adjunct) (in *wh*-feature)
 - wh*-movement
 -

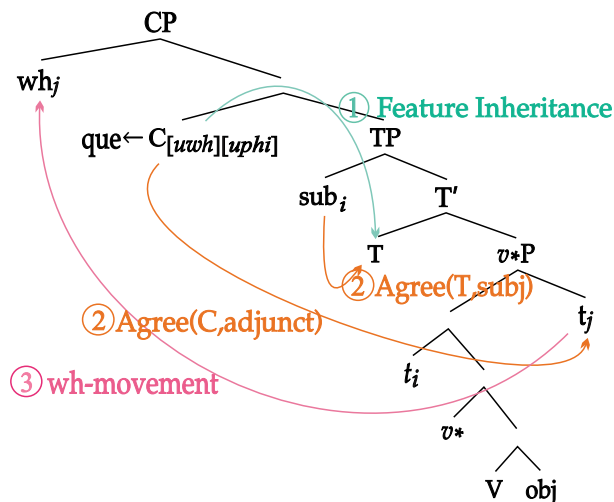


¹⁰ We thank an anonymous reviewer for asking about this pattern.

In this derivation, C agrees with the subject and the *wh*-adjunct separately, which results in no morphological realization of the complementizer.

Next is the case of the overt realization of the complementizer. In this case, feature inheritance takes place first, then C maintains only its *wh*-feature. In this case, C only agrees with the *wh*-adjunct phrase, which satisfies (26).

- (28) Desde quando que você gosta dele
 Since when that you like him
 ‘Since when do you like him?’
- $\{wh_j, \{C, \{subj_i, \{T, \{subj_i, \{v^*, \{V, obj\} wh_j\}\}\}\}\}\}$
 - EM of C
 - Feature Inheritance of phi-features from C to T
 - Agree(T, subj) (in phi-features)
 - Agree (C, *wh*-adjunct) (in *wh*-feature)
 -



These two patterns reiterate the observation that the status of the C head and the timing at which it agrees with different elements determine whether the complementizer is overtly realized.

Interestingly, CVC shows a pattern in which the realization of *ki* with adjunct-*wh* words is also optional, similar to BP, but unlike argument *wh*-questions in CVC.¹¹

- (29) a. Undi bu bai?
 where you go
 ‘Where did you go’
 b. Undi ki bu bai?
 where ki you go
 ‘Where did you go.’

(OBATA et al. 2015, p. 5, fn8)

¹¹ Notice that Obata et al. (2015) point out the optionality of the realization of *ki*, although they don’t provide an account for this pattern.

Since the derivations for both patterns are identical to the BP *wh*-adjunct, we won't illustrate the derivation. Given the analysis above, the optionality of the realization of the complementizer with *wh*-adjuncts is captured by our analysis in both BP and CVC.

4. Conclusion

To summarize, we analyzed in a unified way the distribution of the complementizer *ki/que* 'that' in both argument and adjunct *wh*-questions in CVC and BP (See Table 1).

Table 1: The distribution of the complementizer in CVC and BP. () indicates optionality

	wh-subject	wh-object	wh-adjunct
CVC	ki	ki	(ki)
BP	(que)	(que)	(que)

This different distribution in the realization of the complementizer in CVC and BP can be captured by our proposed analysis, as the result of variation in the order of application (rule ordering) of Agree, feature inheritance, and movement.

In this paper, we expanded on alternatives to derive linguistic variation under the minimalist framework (CHOMSKY, 1995). Adopting an approach involving underspecification of rule ordering (OBATA et al., 2015), we accounted for the distinct and variable distribution of *wh*-complementizers in *wh*-questions in CVC and BP. In particular, this paper showed how this approach could account for the derivation of adjunct *wh*-questions in both languages, which were previously not captured in Obata et al. (2015).

Overall, this paper also develops a strictly cyclic derivational analysis of these phenomena in terms of complementizer agreement, extending a theory that does not assume parameter specification as part of UG, which is desirable, considering a third-factor restriction on UG, namely, evolvability.

An additional question is why BP grammar allows such optionality of complementizer realization in *wh*-questions (which is also observed in adjunct *wh*-questions in Cabo Verdean Creole). As we briefly addressed in our introduction, the principles and parameters approach may not be tenable in terms of evolvability. Even if parameters were possible, the optionality would not be accounted by them, under the view that parametric settings are binary and deterministic (yes or no, and not both). This limitation does extend to the underspecification approach developed here for complementizer realization, since it does not encode parameters as primitives, but only the variable ordering of operations in narrow syntax, which is enough to generate the range of legitimate/grammatical structures we considered. Alternative rule orderings might be fixed through language acquisition (though see OBATA and EPSTEIN, 2016; EPSTEIN et al., 2018 on 'intra'-variation). Concerning the generalized optionality of an overt complementizer in *wh*-questions in BP, it might be the case that it maintains multiple orderings (or underspecification) of rule application due to dialectal variation. However, the

underspecification approach we developed in principle allows the variable rule orderings to co-exist in the same grammar, as we observed not only in BP, but also in CVC adjunct wh-questions, offering an account of variability within the same grammar.¹² This is a welcome outcome, which is also hard to implement in theories assuming parameters as primitive properties of universal grammar.

References

- BAKER, M. The macroparameters in a microparametric world. In: T. BIBERAUER (ed.), *The limits of Syntactic Variation*, pp. 351-73. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- BAPTISTA, M. and M. OBATA. Complementizer-alternation in Creole Languages: New evidence for spec-head agreement. *PAPIA*, São Paulo 25(2), pp. 155-76, 2015.
- BERWICK, R. and N. CHOMSKY. The biolinguistic program: the current state of its evolution and development. In: A. M. DI SCIULLO and C. BOECKX (eds.) *The Biolinguistic Enterprise: New Perspectives on the Evolution and Nature of the Human Language Faculty*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2011.
- BERWICK, R. C. and N. CHOMSKY. *Why only us: Language and Evolution*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.
- BIBERAUER, T. Children always go beyond the input: The maximise minimal means perspective. *Theoretical Linguistics*, v. 45, n. 3-4, pp. 211-24, 2019a.
- BIBERAUER, T. Factors 2 and 3: A principled approach. *Catalan Journal of Linguistics*, Special Issue, pp. 45-88, 2019b.
- BIBERAUER, T. and I. ROBERTS. Rethinking formal hierarchies: A proposed unification. *COPiL* 7, pp. 1-31, 2015.
- BORER, H. *Parametric Syntax: Case Studies in Semitic and Romance Languages*. Amsterdam: Mouton De Gruyter, 1984.
- CABLE, S. *The Grammar of Q: Q-Particles, Wh-Movement, and Pied Piping*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CARSTENS, V. Rethinking complementizer agreement: Agree with a case-checked goal. *Linguistic Inquiry* 34, pp. 393-412, 2003.
- CARSTENS, V. Agree and EPP in Bantu. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 23, n. 2, pp. 219-79, 2005.
- CHOMSKY, N. *The minimalist Program*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: The framework. In: D. M. R. MARTIN and J. URIAGEREKA (eds.), *Step By Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, Chapter 3, pp. 89-156. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

¹² This also raises interesting questions for language change and language contact. Due to the scope of this paper, we will not discuss these questions here.

- CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: M. KENSTOWICZ (ed.), *Ken Hale: A life in Language*, Chapter 1, pp. 1-52. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001.
- CHOMSKY, N. Beyond explanatory adequacy. In: A. BELLETTI (ed.), *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures*, pp. 104-31. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry* v. 36, n. 1, pp. 1-22, 2005.
- CHOMSKY, N. Approaching UG from below. In: U. SAURELAND and H.-M. GÄRTNER (eds.), *Interfaces + Recursion = Language? Chomsky's Minimalism and the View from Semantics*, pp. 1-29. Mouton De Gruyter, 2007.
- CHOMSKY, N. On phases. In: R. FREDIN, C. P. OTERO, and M. L. ZUBIZARRETA (eds.), *Foundational issues in Linguistic Theory*, pp. 133-66. The MIT Press, 2008.
- CHOMSKY, N. Problems of projection. *Lingua*, v. 130, pp. 33-49, 2013.
- CHOMSKY, N. Problems of projection extensions. In: S. M. Elisa Di DOMENICO, Cornelia HAMANN (ed.), *Structures, Strategies and Beyond: Studies in honour of Adriana Belletti*, Chapter 1, pp. 1-16. Amsterdam: John Benjamins, 2015.
- CHOMSKY, N. The language capacity: architecture and evolution. *Psychonomic Bulletin & Review* v. 24, n. 1, pp. 200-03, 2017.
- CHOMSKY, N. Genuine explanations. Talk at the 39th annual meeting of the *West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL39)*, University of Arizona, April 9, 2021.
- EPSTEIN, S. D., M. OBATA, and T. D. SEELY. Is linguistic variation entirely linguistic? *Linguistic Analysis* v. 41, n. 3-4, pp. 481-516, 2018.
- FUKUI, N. The principles-and-parameters approaches: a comparative syntax of English and Japanese. In: M. SHIBATANI and T. BYNON (eds.), *Approaches to Language Typology*, pp. 327-71, 1995. Reprinted in Fukui, 2006.
- HAEGEMAN, L. and M. van KOPPEN. Complementizer agreement and the relation between C⁰ and T⁰. *Linguistic Inquiry*, v. 43, n. 3, pp. 441-54, 2012.
- HIRAIWA, K. *Dimensions of symmetry in syntax: Agreement and clausal architecture*. Ph.D. thesis, MIT, 2005.
- KATO, M. A. Deriving “wh-in-situ” through movement in Brazilian Portuguese. In: V. CAMACHO-TABOADA, Á. L. JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, J. MARTÍN-GONZÁLEZ, and M. REYES-TEJEDOR (eds.), *Information structure and Agreement*, pp. 175-92. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- KAYNE, R. S. French relative *que*. In: F. H. M. Luján (ed.), *Current Studies in Romance Linguistics*, pp. 255-99. Washington DC: Georgetown University Press, 1976.
- NARITA, H. *Endocentric Structuring of Projection-free Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2014.

OBATA, M. and S. EPSTEIN. Eliminating parameters from the narrow syntax: Rule ordering variation by third factor underspecification. In: K. FUJITA and C. BOECKX (eds.), *Advances in Biolinguistics: The Human Language Faculty and its Biological Basis*, pp. 128-38. London & New York: Routledge, 2016.

OBATA, M., S. EPSTEIN, and M. BAPTISTA. Can crosslinguistically variant grammars be formally identical? Third factor underspecification and the possible elimination of parameters of UG. *Lingua* v. 156, pp. 1-16, 2015.

PIRES, A. and H. TAYLOR. The syntax of wh-in-situ and common ground. In Proceedings of the annual meeting of the *Chicago Linguistic Society* 43, v. 2, pp. 201-15, 2007.

RICHARDS, M. On feature inheritance: An argument from the phase impenetrability condition. *Linguistic Inquiry* v. 38, n. 3, pp. 563-72, 2007.

ROBERTS, I. *Parameter Hierarchies and Universal Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

ROBERTS, I., T. BIBERAUER, M. SHEEHAN, and A. HOLMBERG. Complexity in comparative syntax: the view from modern parametric theory. In: F. J. NEWMAYER and L. B. PRESTON (eds.), *Measuring grammatical complexity*, pp. 103-27. Oxford University Press, 2014.

TAKAHASHI, S. and M. GRAČANIN-YUKSEK. Morphosyntax of movement dependencies in Haitian Creole. *Syntax* v. 11, n. 2, pp. 223-50, 2008.

TORRENCE, H. *Clause Structure of Wolof: Insights into the Left Periphery*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2013.

A INFLUÊNCIA DO INPUT NA PRODUÇÃO INFANTIL DE PERGUNTAS-QU EM PORTUGUÊS BRASILEIRO*THE EFFECT OF INPUT IN THE CHILD PRODUCTION OF WH-QUESTIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE*Clariana Lara Vieira¹**RESUMO**

No português brasileiro (PB), podemos fazer perguntas movendo o elemento interrogativo à esquerda (“O que o gato comeu __?”) ou mantendo-o *in situ* (“O gato comeu o quê?”). As estratégias parecem, à primeira vista, opcionais e o QU-*in situ* é reportado como uma estratégia produtiva no PB paulistano adulto (LOPES-ROSSI, 1996; OUSHIRO, 2012). Todavia, estudos com base no PB paulistano infantil espontâneo observam que as crianças quase nunca (ou nunca) produzem essa opção (SIKANSI, 1999; GROLLA, 2000; GROLLA, 2009). Já no dialeto falado em Vitória da Conquista (BA), observado por Lessa-de-Oliveira (2003), a construção emerge bem cedo na fala das crianças, sendo o mais utilizado no *input* recebido por elas. Para a autora, as crianças seguem um percurso de aquisição das estruturas interrogativas guiado por sua frequência no *input*. Com o objetivo de explorar a ordem de emergência das estratégias interrogativas na fala infantil e comparar ao *input* recebido pelas crianças, observamos um *corpus* de dados naturalísticos de cinco crianças falantes de PB paulistano, com faixa etária entre 1;02.28 e 4;11.12. Em nossos dados, as crianças preferiram o QU-movido, enquanto os adultos optaram mais vezes pelo QU-que. Além disso, o QU-*in situ*, sendo a estratégia menos utilizada pelas crianças, no geral, foi produtiva na fala adulta. Os resultados indicam que uma alta frequência no *input* de dada construção não induz necessariamente a sua maior produtividade na fala infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Perguntas-QU. QU-*in situ*. Aquisição. *Input*. Dados espontâneos.

ABSTRACT

In Brazilian Portuguese (BrP), Wh-questions can be formed by moving the interrogative phrase (“What did the cat eat __?”) or keeping it *in situ* (“The cat ate what?”). The strategies seem, at first sight, optional and the Wh-*in situ* is reported as a productive strategy in BrP “paulistano” (dialect spoken in São Paulo) (LOPES-ROSSI, 1996; OUSHIRO, 2012). However, studies based on spontaneous data from children speaking BrP “paulistano” note that they almost never (or never) use this option (SIKANSI, 1999; GROLLA, 2000; GROLLA, 2009). As for the dialect spoken in Vitória da Conquista (BA), studied by Lessa-de-Oliveira (2003), the construction emerges rather early in children speech, being the most produced one in the input received by them. For the author, children follow the acquisition path of Wh-questions guided by the frequency found in the input. Aiming to explore the emergency of Wh-questions in child speech, comparing it to the input received by them, we studied a *corpus* of spontaneous speech of five children speaking BrP “paulistano”, between the ages 1;02.28 and 4;11.12. In our data, children preferred the moved-Wh, while adults opted more often for the Wh-que question. Furthermore, the Wh-*in situ*, being the least produced strategy by children was, overall, productive in adult speech. The results suggest that a high frequency in the input of a given construction does not, necessarily, amounts to a larger productivity in child speech.

KEYWORDS: Wh-questions. Wh-*in situ*. Acquisition. *Input*. Spontaneous data.

¹ Universidade de São Paulo (USP), clariana.lvieira@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6021-6231>.

Introdução

As perguntas-QU, ou seja, as interrogativas que utilizam pronomes interrogativos, como *onde*, *como*, *o que*, entre outros, são um tema de bastante interesse para a Linguística, visto que as línguas naturais se comportam de formas distintas quanto à possibilidade ou não do movimento interrogativo. Em línguas como o inglês, o constituinte-QU deve obrigatoriamente se mover para a periferia esquerda da sentença; já em línguas como o japonês, este elemento deve permanecer *in situ* para que a sentença seja gramatical²; mas há também línguas em que ambas as opções são permitidas - ou o elemento-QU permanece *in situ* ou ele é movido - como é o caso do português brasileiro (doravante PB), francês, espanhol, entre outras línguas.

Em línguas de movimento-QU obrigatório, como o inglês, as crianças parecem logo cedo perceber que sua língua obriga o fronteamo do constituinte interrogativo. Guasti (2000) examinou as transcrições de quatro crianças falantes de inglês com idades entre 1;06 e 5;01 anos e, de todas as 2.809 perguntas-QU produzidas, em apenas 1% delas foi empregado o QU-*in situ* com interpretação majoritariamente eco³. Também em línguas de movimento-QU proibido, como o chinês, as crianças reconhecem logo cedo que devem fazer perguntas com elemento-QU *in situ*. Chang (1992) notou que as perguntas com palavra interrogativa surgiram a partir do segundo estágio de aquisição (MLU entre 1.75 e 2.25) e estas nunca eram produzidas com o deslocamento do constituinte-QU.

Em línguas de movimento-QU obrigatório e proibido, no geral, as crianças não parecem ter dificuldade em reconhecer, logo nos primeiros estágios de aquisição, o que sua gramática alvo permite, produzindo consistentemente o QU-movido em línguas como o inglês e o QU-*in situ* em línguas como o chinês. Nelas, a definição do parâmetro como [+ movimento-QU] ou [- movimento-QU] parece mais clara para as crianças. Quando passamos, entretanto, para línguas de movimento-QU opcional, esta definição depende de um *input* ambíguo, em que a criança entra em contato tanto com perguntas com movimento-QU, como com perguntas sem movimento-QU.

No dialeto paulistano do PB, temos quatro formas de realizar perguntas-QU: **QU-movido**, com movimento do elemento interrogativo (1a); **QU-que**, com movimento e inserção do complementizador “que” (1b); **QU-é-que**, com movimento e acréscimo da cópula “é-que” (1c); e **QU-*in situ***, com permanência do elemento interrogativo em sua posição de base.

² Japonês é tipicamente uma língua de QU-*in situ*. No entanto, conforme aponta Li (2021), ela também permite o *scrambling*, o que faz com que o constituinte-QU apareça à esquerda ou à direita de sua posição canônica, resultando em palavras-QU em posição inicial da sentença, sem, contudo, terem sofrido movimento, como acontece em línguas como o inglês.

³ As perguntas-eco podem por vezes tomar a forma com elemento interrogativo *in situ*, todavia, diferente do QU-*in situ* comum, não requerem novas informações. Elas são produzidas em contextos em que o falante não ouviu bem a sentença anterior, ou está surpreso ou espantado com o que foi dito. A pergunta-eco feita pelo falante B no exemplo abaixo tem características bem específicas: a entonação marcadamente ascendente (representada pelas letras maiúsculas) e o fato de o falante não estar necessariamente pedindo novas informações, e sim uma confirmação do que foi dito. Estes aspectos diferenciam a pergunta-eco de uma pergunta com QU-*in situ* normal, que de fato pede novas informações.

A: Eu comprei um avião.

B: Você comprou O QUÊ?

- | | | | |
|-----|----|---------------------------------------|--------------------|
| (1) | a. | O que a Maria comeu ___? | QU-movido |
| | b. | O que que a Maria comeu ___? | QU-que |
| | c. | O que é que a Maria comeu ___? | QU-é-que |
| | d. | A Maria comeu o quê ? | QU- <i>in situ</i> |

Na fala adulta, Lopes-Rossi (1996, p. 68) coletou dados espontâneos e reportou uma frequência de 32,4% de QU-*in situ* no *corpus* televisivo⁴ e 12,5% em entrevistas com oito informantes do NURC/SP. Oushiro (2012, p. 57), a partir de uma amostra do dialeto paulistano composta por 53 entrevistas sociolinguísticas, observou a seguinte distribuição: 28,9% de QU-movido; 40,8% de QU-que; 7,5% de QU-é-que; e 22,7% de QU-*in situ*, de um total de 999 dados. A partir desses dados, é possível concluir que o QU-*in situ* é, em geral, produtivo na fala adulta.

Dada a aparentemente opcionalidade entre as estratégias de pergunta, é esperado que o QU-*in situ* seja o preferido nos primeiros estágios de desenvolvimento linguístico da criança, uma vez que a estrutura aparentemente não envolve movimento do elemento-QU e, portanto, é derivacionalmente mais econômica. Além disso, conforme vimos acima, esta é uma construção produtiva na fala adulta. No entanto, não é isso que notamos nos dados infantis: Sikansi (1999, p. 99), por exemplo, observou dados longitudinais de uma criança entre 2;04 e 3;10 anos de idade e notou que em todo o *corpus* não houve ocorrências de QU-*in situ* na fala da criança.

As perguntas que se impõem agora são: caso as construções sejam, de fato, opcionais, o que leva a criança a rejeitar a estratégia supostamente mais econômica, sendo ela produtiva na fala adulta? Como a criança deve se portar diante dos dados que recebe do ambiente? A preferência dela recairá sobre alguma das opções? Alguma das estratégias será adquirida antes? Neste artigo, pretendemos investigar se o *input* oferecido às crianças corresponde ao que Lopes-Rossi (1996) e Oushiro (2012) relatam em seus estudos com PB adulto e se a frequência na fala dirigida à criança pode explicar esta suposta assimetria entre os dados infantis e adultos, observada a partir de dados espontâneos do PB paulistano. Para tanto, este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, trataremos da assimetria entre o PB paulistano infantil e adulto, considerando estudos feitos com base em dados espontâneos; na segunda seção, discutiremos a provável influência do *input* na produção de perguntas-QU pelas crianças brasileiras, considerando trabalhos feitos com base no PB paulistano e no dialeto falado em Vitória da Conquista (BA); na terceira seção, apresentaremos o *corpus* de dados espontâneos utilizado na pesquisa; na quarta seção, discutiremos os resultados e; por fim, na quinta seção, traremos as considerações finais. Não pretendemos, com isso, encerrar a discussão, visto que outras possibilidades se impõem. Por isso, ao fim do artigo traremos outra hipótese que poderia contribuir para esta explicação.

⁴ Os dados televisivos utilizados por Lopes-Rossi (1996) foram coletados de programas de televisão, em interações espontâneas, como entrevistas na rua e debates ao vivo.

1. Assimetria entre o PB paulistano adulto e infantil

No PB, conforme vimos acima, a estratégia com QU-*in situ* é possível em perguntas genuínas e produtiva na fala adulta, segundo sugerem Lopes-Rossi (1996) e Oushiro (2012). Entretanto, os dados infantis apontam em uma outra direção. Além do estudo de Sikansi (1999, p. 99), que não encontrou nenhuma pergunta com QU-*in situ* em um total de 124 perguntas produzidas pela criança observada, os dados reportados por Grolla (2000, 2009) também indicam uma assimetria com os dados adultos.

Grolla (2000, p. 41) observou a fala espontânea de uma criança com idade entre 2;0 e 4;0 anos. Das 520 perguntas-QU produzidas por ela, apenas 1,7% das ocorrências foi de QU-*in situ*, enquanto o QU-movido foi realizado em 66% das interrogativas, o QU-que em 29,4% e o QU-é-que em 2,9%. A autora também notou o quão tardia foi a emergência do QU-*in situ* nos dados infantis, uma vez que as poucas observações da estratégia se deram apenas a partir dos 3;9 anos, embora ela tenha demonstrado conhecer construções bem mais sofisticadas já a partir dos 2 anos e meio. A criança, por exemplo, produziu nessa idade a primeira estrutura de tópico-comentário “Tudo você tem”; e com 2;6 anos sua primeira sentença clivada, “O papai que jogou fora...no lixo...aqui”. Ainda mais complexa foi a primeira oração relativa que apareceu no *corpus* aos 2;10 anos. Em outras palavras, a criança observada produziu orações bem mais complexas que o QU-*in situ*, que à primeira vista não apresenta nenhuma operação de movimento, muito antes de a primeira ocorrência desta construção emergir em seus dados. Mais tarde, Grolla (2009, p. 9) observou a fala espontânea de mais uma criança, com idade entre 1;10 e 5;6 anos, e esta produziu novamente pouquíssimos dados de QU-*in situ* - apenas 7 ocorrências de um total de 412 perguntas-QU (1,7%) - e a estrutura emergiu nos dados somente a partir dos 3;11 anos de idade.

Um outro estudo que se utilizou de dados espontâneos em sua análise foi o de Silveira (2011) que observou amostras transversais e longitudinais, de 17 e 6 crianças, respectivamente, com faixa etária entre 1;10 e 5;0 anos de idade. Os dados foram coletados no Rio de Janeiro e em São Paulo e o autor encontrou ocorrências de QU-*in situ* já a partir de 2;04 anos. Silveira (2011) não apresenta em seu trabalho a frequência da construção na fala das crianças observadas, mas constatou uma aquisição não tão tardia da estrutura em relação àquela reportada por Grolla (2000, 2009): em seu *corpus* houve ocorrências de QU-*in situ* já a partir de 2;04 anos⁵. Ainda assim, o QU-*in situ* emergiu, segundo o autor, de forma tardia em relação às outras estratégias e estruturas A-barras mais sofisticadas, seguindo a ordem: QU-movido > QU-que > QU-é-que/QU-*in situ* (SILVEIRA, 2011, p. 185), também sugerida por Grolla (2000).

⁵ O autor não relata uma diferença dialetal entre as crianças falantes do dialeto paulistano e carioca, contudo é possível que esta emergência precoce tenha ocorrido na fala das cariocas, mas não das paulistanas. Entretanto, esta diferença entre os achados de Grolla (2000, 2009) e Silveira (2011) pode ter ocorrido, mais provavelmente, conforme veremos a partir de nossos dados, por ordem do acaso: nas gravações analisadas por Grolla, acidentalmente, não ocorreram construções do tipo antes dos 3;9 anos.

Outro dado interessante do PB foi reportado por Vieira (2018, p. 115). A pesquisadora aplicou um teste de produção eliciada com crianças na faixa etária de 4;6 a 5;6, cujo objetivo era investigar o comportamento delas na produção de perguntas em um contexto de antecedente discursivo saliente, que, teoricamente, aumentaria as chances de produção do QU-*in situ*, conforme apontam Pires e Taylor (2007, p. 3). Segundo esperado, os adultos que formavam o grupo controle produziram 648 perguntas com QU-*in situ* dentre todas as estratégias de pergunta - totalizando 43,9% - e as crianças, 173 perguntas - totalizando 20,6%. Este estudo mostrou que, dado o contexto adequado para emergência da estrutura, as crianças a utilizam em taxas produtivas e com ele foi possível observar crianças produzindo uma alta frequência do QU-*in situ*, em comparação aos dados espontâneos antes observados na literatura. Ainda assim, os adultos empregaram a construção em aproximadamente o dobro de oportunidades. Os resultados de Vieira (2018), então, sugerem que as crianças nessa faixa etária já possuem a estrutura em sua gramática, mas ainda a utilizam pouco em relação ao adulto, preferindo outras estratégias que envolvam o movimento do elemento-QU.

Esta assimetria entre os dados adultos e infantis é observada também no francês, embora de forma completamente oposta: as crianças adquirindo esta língua começam a produzir o QU-*in situ* logo nos primeiros estágios de aquisição e esta é a estrutura interrogativa preferida por elas (em média 81,6%, conforme reportado por HAMANN (2006, p. 162)). No entanto, esta forma não é produtiva na fala adulta, totalizando 5% das construções, de acordo com Zuckerman (2001, p. 101). Segundo o autor, a criança tende a preferir a opção menos custosa nos primeiros estágios de aquisição e mais tarde, quando nota outras opções mais pragmaticamente aceitáveis em seu *input*, passa a produzi-las, aproximando-se da gramática adulta (ZUCKERMAN, 2001, p. 53). Isso, porém, não poderia ser verdadeiro para o PB, posto que a construção supostamente mais econômica - o QU-*in situ* - não é a mais produtiva na fala infantil e nem a primeira estratégia interrogativa a emergir nos dados, o que levou Kato (2004, 2013) a concluir que talvez nosso QU-*in situ* não seja, de fato, tão econômico quanto parece ser⁶.

2. Influência do *input*

Considerando que os dados de Lopes-Rossi (1996) e Oushiro (2012) sugerem uma produtividade do QU-*in situ* na fala adulta, resta explicar por que as crianças ainda evitam massivamente a construção no dialeto paulistano, distanciando-se do adulto. Uma explicação razoável seria postularmos uma

⁶ Para Kato (2004, 2013), há dois tipos de perguntas-QU com o elemento interrogativo *in situ*: as perguntas genuínas, que de fato pedem novas informações e que possuem entonação descendente; e as perguntas-eco, que não são pedidos de informações e que possuem entonação marcadamente ascendente, similar à das perguntas sim/não. Segundo a autora, a pergunta-eco é o QU-*in situ* canônico, ou seja, nesta forma interrogativa o elemento-QU permanece verdadeiramente *in situ*. Por sua vez, a pergunta comum apresenta um falso *in situ*, envolvendo, na realidade, dois movimentos: um curto do elemento-QU para uma posição baixa de FocP para checagem do traço-QU e um segundo movimento remanescente de IP, conforme derivação abaixo:

Você viu quem?

a. [FocP **quemi** [vP você viu ti]]

b. [CP [IP **você viu** [FocP quem [vP ...

diferença no que diz respeito ao emprego de perguntas-QU entre o que os adultos produzem em entrevista com outros adultos, como é o caso do banco de dados NURC/SP ou da fala televisiva, de onde Lopes-Rossi (1996) coletou o *corpus* analisado, e o que eles empregam em sua fala dirigida à criança. Se este for o caso, não é possível comparar a fala infantil a um estudo como o de Lopes-Rossi, pois seu *corpus* não equivaleria a dados de um *input* em potencial. Ou seja, se os adultos produzem junto a seus pares muito mais QU-*in situ* do que produziriam com uma criança, haverá então uma diferença entre o que a criança ouve e a fala não dirigida a ela. Por esse motivo, esperamos encontrar, neste trabalho, dados interessantes comparando as produções da criança e a fala dirigida a ela.

Este ponto foi considerado por Lessa-de-Oliveira (2003), ao investigar as perguntas-QU de duas crianças - Luana e Ester - adquirindo o dialeto falado em Vitória da Conquista, Bahia e com idades entre 18 e 30 meses. A pesquisadora notou um cenário bastante diferente daquele reportado no PB paulistano. Enquanto nos achados de Sikansi (1999) e Grolla (2000, 2009), as crianças não produziram nada ou quase nada de QU-*in situ* em suas interrogativas, no dialeto analisado por Lessa-de-Oliveira, a construção emergiu nos dados de Luana a partir de 1;07.09 ano de idade e foi produzida em abundância em seu *input*, totalizando 81,7% das perguntas-QU; enquanto na fala de Ester a construção surgiu um pouco mais tarde, aos 1;09.06, após a estratégia com QU-movido, sendo menos frequente em seu *input*, totalizando 53,5% das construções (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2003, p. 412). Os resultados sugerem, assim, que a variação dialetal exerce influência sobre a aquisição das interrogativas de constituinte pelas crianças brasileiras. Além disso, para a autora, a frequência com que a construção aparece no *input* desempenha papel fundamental na definição da ordem de emergência das estratégias, tendo em vista que o QU-*in situ*, forma interrogativa a primeiro surgir na fala das crianças de Vitória da Conquista, é também a forma mais frequente no *input* recebido. Para ela, então, as crianças seguem um percurso de aquisição das estruturas interrogativas guiadas por sua frequência no *input*: a estratégia mais empregada no *input* emerge primeiro na fala infantil, sendo também mais frequente nos primeiros meses de desenvolvimento linguístico.

Os resultados de Grolla (2000, 2009) e de Lessa-de-Oliveira não podem ser comparados, uma vez que são frutos de dialetos que se comportam de maneiras distintas no que concerne às perguntas-QU: enquanto no dialeto baiano, aceita-se a construção *non-D-linked* “que diabo” (e variações dela) em posição *in situ*, no dialeto paulistano, a consideramos bastante degenerada. Além disso, Lessa-de-Oliveira relata também a observação da estrutura “é-QU-que”, como em “É o que que ele quer?”, que não encontramos no dialeto paulistano. Desse modo, Grolla (2009, p. 13) assume que se trata de estruturas distintas com suas respectivas particularidades, sendo a construção falada na Bahia mais econômica do que a falada em SP, por esta envolver dois movimentos (KATO, 2004, 2013), sendo aquela verdadeiramente *in situ*.

A variação tão diferente encontrada no *input* dos dois dialetos pode explicar esta assimetria na ordem de emergência das construções na fala das crianças observadas. Sikansi (1999, p. 99), por exemplo, não encontrou nenhum QU-*in situ* em todo o *corpus* analisado e em seu *input* observou

apenas 3,75% da construção. Grolla (2000, p. 41) encontrou na fala de L. apenas 7 ocorrências de perguntas com QU-*in situ* (1,7%), a partir de 3;11 anos de idade, enquanto em seu *input* observou 67 ocorrências da estrutura (9,3%). Parece-nos, então, que o QU-*in situ* no *input* das crianças observadas por Sikansi e Grolla não é tão produtivo quanto nos achados de Lopes-Rossi (1996) e de Oushiro (2012). É possível considerar que na fala dirigida à criança os adultos privilegiem o uso do QU-movido, em oposição ao QU-*in situ*; ou também que haja variações individuais no uso das estruturas, que influenciam, por sua vez, a preferência das crianças. Tendo isso em vista, observamos a produção espontânea de 5 crianças, com faixa etária entre 1;02.28 e 4;11.12, comparando à fala dos adultos que interagem com elas, a fim de identificar, dentre outras coisas, o papel do *input* na produção do QU-*in situ* pelas crianças.

3. Apresentação do *Corpus*

O *corpus* analisado neste estudo consiste em amostras longitudinais de cinco crianças, com faixa etária entre 1;02.28 e 4;11.12, gravadas em 213 sessões com duração média de 30 minutos cada, padronizadas seguindo dados da plataforma CHILDES (MACWHINNEY, 2000). O material coletado faz parte de dois projetos: (i) Projeto de aquisição do ritmo em português brasileiro (Santos, 2005), contendo transcrições das crianças Luana, Leonardo, Túlio e Maria Eliza; (ii) CEDAE, organizado pela Profa. Dra. Cláudia de Lemos (UNICAMP) e cedidos à Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (UNICAMP) pelo antigo CEAAL da PUCRS, contendo as transcrições da criança Raquel.

As perguntas, coletadas a partir de transcrições de áudios, foram produzidas em situações cotidianas das crianças em interação com os adultos, geralmente envolvidas em atividades como leituras de livros, brincadeiras diversas, alimentações, entre outros. Neste trabalho, foram consideradas também as falas espontâneas dirigidas às crianças produzidas pelos adultos, que fazem parte do *input* - mais frequentemente mãe, pai, investigador, babás ou irmãos mais velhos. Para esta análise, foram excluídas as sentenças agramaticais, indiretas, com entonação eco ou frutos de repetição.

4. Resultados

Em nosso estudo, foram coletadas 8.450 perguntas-QU, sendo 906 produzidas pelas 5 crianças e 7.544 pelos 17 adultos com quem elas interagiram ao longo das gravações.

As perguntas com QU-movido e QU-que foram as primeiras estratégias a emergirem na fala de todas as cinco crianças. A coleta de dados de Leonardo e Túlio começa a partir dos 2 anos e, por isso, é possível especular que a emergência dessas estruturas tenha se iniciado bem antes das primeiras sessões gravadas. Na fala de Raquel e de Luana o QU-que foi a primeira estrutura a emergir nos dados, seguida do QU-movido, apesar de na fala de Raquel a emergência desta última ter sido tardia (apenas aos 2;09.10). Este fato, contudo, não pode ser explicado pela ausência da estrutura na gramática da criança ou por uma aquisição tardia, mas sim pela baixa frequência de perguntas-QU em seus dados, visto que ela produziu apenas 15 perguntas-QU no total. A forma com QU-é-que

apareceu tardiamente no *corpus* de Leonardo e Túlio, mas emergiu já aos 2;04.09 na fala de Luana e aos 2;10.14 na de Raquel. Por fim, o *QU-in situ*, embora não tenha surgido nos dados de Raquel e Maria Eliza, emergiu relativamente cedo no *corpus* de Leonardo, Túlio e Luana, se comparado aos achados de pesquisas anteriores (SIKANSI, 1999; GROLLA, 2000; GROLLA, 2009) - aparecendo nos dados já aos 2;03.01 anos de idade.

Tabela 1: Idade de emergência das perguntas-QU na fala das crianças observadas (N=5)

Estratégia	Raquel	Leonardo	Túlio	Maria E.	Luana
QU-movido	2;09.10	2;00.14	2;00.07	1;08.24	2;01.04
QU-que	1;06.22	2;00.14	2;00.07	1;08.24	1;07.12
QU-é-que	2;10.14	3;08.16	3;02.04	-	2;04.09
QU-in situ	-	2;03.01	2;10.11	-	2;05.07

Fonte: elaboração da autora

Considerando agora a frequência das construções interrogativas na fala das cinco crianças, temos o seguinte cenário:

Tabela 2: Frequência das perguntas-QU na fala das crianças observadas (N=5)

Estratégia	Raquel	Leonardo	Túlio	Maria E.	Luana
QU-movido	46,7%	57,6%	70,3%	57,7%	77,5%
QU-que	40%	30,4%	27,8%	42,3%	19,2%
QU-é-que	13,3%	2,4%	1,7%	0%	2%
QU-in situ	0%	9,6%	0,2%	0%	1,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração da autora

Todas as crianças produziram, no geral, mais *QU-movido*. A segunda estratégia mais utilizada foi o *QU-que*. O *QU-é-que*, quando realizado, foi a terceira estratégia mais empregada por três das quatro crianças e o *QU-in situ* foi mais utilizado que o *QU-é-que* apenas por Leonardo, que foi a criança que mais produziu a construção e a única em cujos dados a estratégia foi de fato produtiva.

Comparando individualmente cada criança ao *input* recebido - tabelas 2 e 3 - notamos alguns pontos importantes: a criança **Raquel**, por exemplo, privilegia o uso do *QU-movido* e, em seguida, do *QU-que*, não produzindo sequer uma pergunta de *QU-in situ*, enquanto em seu *input* a construção preferida é o *QU-que* (segunda estratégia mais utilizada pela criança) e o *QU-in situ* é razoavelmente produtivo; já o **Leonardo** é a única criança que segue seu *input* - a construção mais produzida por ele é também a mais produtiva no *input* (*QU-movido*) e a menos utilizada é também a menos frequente na fala adulta (*QU-é-que*); **Túlio**, por sua vez, utiliza mais frequentemente o *QU-movido*, embora em seu *input* a escolha recaia sobre o *QU-que*, e produz menos frequentemente o *QU-in situ*, estratégia também menos frequente na fala dos adultos com quem interage; a criança **Maria Eliza**, assim como

todas as outras, produz mais QU-movido, embora em seu *input* a preferência recaia sobre o QU-que e não produz nenhuma pergunta com QU-*in situ*, sendo a terceira estratégia mais empregada pelos adultos; por fim, **Luana** produz majoritariamente o QU-movido, sendo a segunda estratégia mais produtiva em seu *input* - esta com apenas 16% das construções na fala adulta, bem próxima do QU-é-que e QU-*in situ* - enquanto o QU-*in situ* é a forma menos frequente, sendo também a menos empregada no *input*.

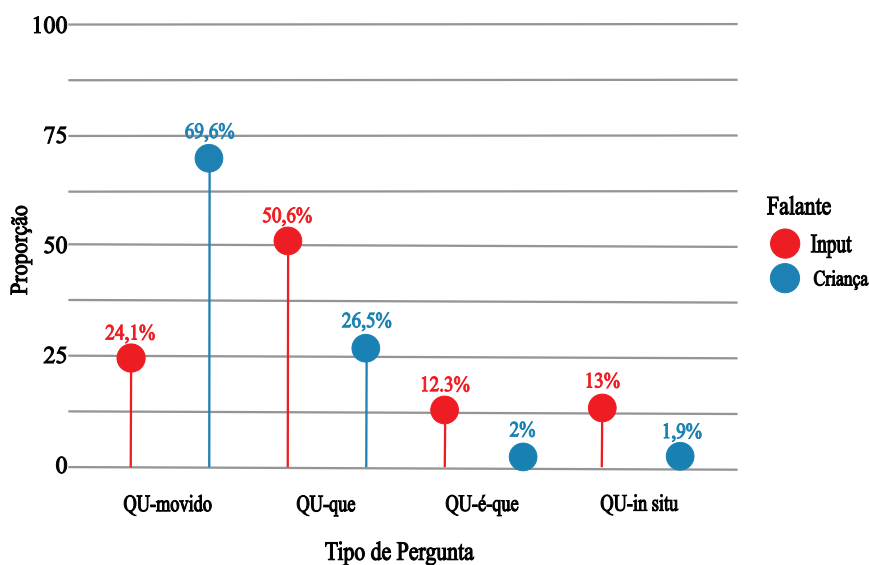
Tabela 3: Frequência das perguntas-QU no *input* (N=17)

Estratégia	Raquel (I)	Leonardo (I)	Túlio (I)	Maria E. (I)	Luana (I)
QU-movido	25,1%	35,8%	30,5%	22,1%	16%
QU-que	44,5%	31,4%	43,6%	63%	56,4%
QU-é-que	13,5%	13%	13,4%	5,9%	14,8%
QU- <i>in situ</i>	16,9%	19,8%	12,5%	9%	12,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração da autora

Comparando agora aos dados adultos, no gráfico abaixo, notamos que o QU-movido foi produzido pelas crianças em 69,6% das ocorrências, enquanto os adultos empregaram-no em 24,1% dos casos. Inversamente, o QU-que foi empregado pelas crianças em 26,5% das perguntas, embora os adultos o tenham utilizado em 50,6% dos dados. Quanto ao QU-é-que, as crianças o produziram em 2% das ocorrências, enquanto os adultos o fizeram em 12,3%. Por fim, o QU-*in situ* foi mais produtivo somente na fala adulta, totalizando 13% dos dados, enquanto na fala infantil foi empregado apenas em 1,9% das perguntas-QU.

Gráfico 1: Comparação entre as estratégias de perguntas-QU empregadas e os grupos etários



Fonte: elaboração da autora

Os adultos, então, produziram mais o QU-que, diferente do que se observou na fala das crianças. A segunda estratégia mais empregada foi o QU-movido, ficando em terceiro lugar o QU-é-que e o QU-*in situ*. Os dados sugerem, então, que a preferência do adulto segue a ordem em (i), enquanto as crianças seguem a ordem em (ii):

(i) **QU-que > QU-movido > QU-*in situ* / QU-é-que**

(ii) **QU-movido > QU-que > QU-é-que / QU-*in situ***

Apartir dos dados acima, não é possível concluir que a produção infantil é guiada diretamente pela construção mais frequente em seu *input*. Enquanto os adultos com quem elas interagiam empregaram mais vezes o QU-que, as crianças produziram majoritariamente o QU-movido. E, apesar de o QU-*in situ* ter sido uma estratégia relativamente produtiva na fala adulta, as crianças pouco a produziram, sendo esta a menos frequente em seus dados, como podemos visualizar a partir do gráfico acima. Mesmo considerando individualmente as crianças e seu *input* recebido, não é possível traçar um paralelo direto entre as preferências adultas e as produções infantis: mesmo que o Leonardo, a criança que mais produziu QU-*in situ* tenha sido também a que mais o ouviu, a Raquel, a segunda que mais teve contato com a construção em seu *input*, não produziu nenhuma pergunta do tipo. Além disso, nenhuma delas acompanha a preferência do adulto pelo QU-que, produzindo todas majoritariamente o QU-movido.

Considerações finais

A partir dos resultados acima, não é possível concluir que as crianças seguem diretamente o *input* ao qual estão expostas em sua aquisição de perguntas-QU, preferindo majoritariamente o QU-movido e desfavorecendo o uso de QU-*in situ* e QU-é-que, corroborando, assim, os achados de Grolla (2009) e Silveira (2011). Os resultados indicam, com isso, que uma alta frequência no *input* de dada construção não induz necessariamente a sua maior produtividade na fala infantil. Além disso, os resultados apontam para uma diferença dialetal entre o PB falado em São Paulo e o falado em Vitória da Conquista: de fato, parece que os dialetos se comportam de maneiras distintas no que concerne às perguntas-QU - enquanto em São Paulo as crianças pouco produzem a construção com QU-*in situ*, no dialeto baiano ela é uma construção produtiva e a primeira a emergir nos dados de uma das crianças observadas por Lessa-de-Oliveira (2003).

Um ponto importante a se considerar e que nos leva a não descartar completamente o efeito do *input* na produção infantil é que em nossos dados tanto as crianças como os adultos preferiram majoritariamente o movimento do elemento interrogativo ao invés de sua permanência *in situ*. Em uma análise alternativa, poderíamos pensar que, em um contexto que já favorece a produção de QU-movido, o *parser* inicia a geração de uma estrutura com movimento, procedendo à seleção dos itens lexicais, incluindo aí os itens “que” ou “é que”. Assim, se considerarmos que a produção das sentenças

envolveria um *parser* que primeiro escolhe a estratégia e depois seleciona itens na Numeração, as contrapartes com QU-que e QU-é-que poderiam ser consideradas junto ao QU-movido, como uma classe única. Considerando que 98,1% das perguntas infantis foram realizadas com movimento do elemento interrogativo (seja com ou sem o preenchimento do complementizador ou da cópula) e esta foi também a preferência dos adultos - 87% do total de perguntas-QU - é possível prever, então, que nos primeiros estágios a criança seja “cega” aos itens lexicais como “que” e “é que”, percebendo apenas que sua língua produz o elemento interrogativo à esquerda. Nesta abordagem, a criança seria sim guiada pelo *input* que recebe. E então, se o que estiver em jogo é o movimento do elemento-QU (englobando nesta classe o QU-movido, o QU-que e o QU-é-que) em oposição ao não movimento (QU-*in situ*), isso explicaria também os dados de Lessa-de-Oliveira (2003): as crianças notariam que em seu *input* as perguntas são majoritariamente produzidas com o elemento-QU *in situ*, marcando o parâmetro como [- movimento-QU].

Todavia, isso nem sempre acontece. A título de exemplo, Yang (2015), a partir de um *corpus* robusto do inglês infantil contendo 3 milhões de palavras, observou que palavras irregulares bastante frequentes são tão suscetíveis a passarem por erros de sobre-regularizações quanto palavras menos frequentes: por exemplo, *blew* foi regularizado como “blowed” em 41% das vezes, *drank* foi produzido como “drinked” em 33%, e *feet* como “feets” em 3% - *blew* foi a palavra mais sobre-regularizada, embora tenha sido bastante frequente no *input* recebido pela criança. Em outras palavras, uma alta frequência das formas no *input* não impediu que as crianças cometessem erros de regularização; elas continuam cometendo os mesmos erros mesmo tendo ouvido mais vezes as formas corretas. Além disso, no francês, as crianças começam a produzir o QU-*in situ* logo nos primeiros estágios de aquisição e esta é a estrutura interrogativa preferida por elas - em média **81,6%** (HAMANN, 2006, p. 162) e **88,2%** (BECKER; GOTOWSKI, 2015, p. 5). No entanto, esta forma não é a mais produtiva na fala adulta - totalizando **5%** (ZUCKERMAN, 2001, p. 101) e **16,6%** (BECKER; GOTOWSKI, 2015, p. 5), gerando uma assimetria entre fala infantil e adulta.

Uma outra possibilidade para explicar os dados, e que nos parece a mais provável, seria considerar o QU-movido e o QU-*in situ* estruturas não completamente opcionais. Segundo esta abordagem, o QU-*in situ* estaria sujeito a restrições sintáticas, fonológicas e pragmáticas que o diferenciam do QU-movido. Uma delas, discutida mais recentemente na literatura, é o fator pragmático a que o QU-*in situ* parece estar sujeito. Vários autores defendem que seu uso está restrito a contextos marcadamente pressupositionais e, por isso, elas não podem aparecer em situações *out-of-the-blue*, isto é, em contextos sem qualquer antecedente, seja ele discursivo ou extralinguístico, diferente do QU-movido, que seria uma estratégia interrogativa mais neutra da língua (PIRES; TAYLOR, 2007; DEROMA, 2010; VIEIRA, 2018). Nesse sentido, em um primeiro momento da aquisição, as crianças, na linha do que propõe Zuckerman (2001), podem não ser sensíveis a essas restrições discursivas e, diante da diferença entre as estratégias, optam pela opção mais neutra da língua e que pode ser produzida em todos os contextos, a saber, o QU-movido.

Referências

- BECKER, M; GOTOWSKI, M. Explaining children's wh-in situ questions: Against economy. *Proceedings of the 39th annual Boston University Conference on Language Development* [BUCLD 39]. 2015.
- CHANG, Hsing-Wu. The Acquisition of Chinese Syntax. In: *Language Processing in Chinese*. CHEN, H.C.; TZENG, O. J. L. (ed.), Elsevier, 1992. pp. 277-311.
- GUASTI, Maria Teresa. An excursion into interrogatives in early English and Italian. In: FRIEDEMANN, Marc-Ariel; RIZZI, Luigi (org.). *The acquisition of syntax: Studies in comparative developmental linguistics*, Routledge, 2000. pp. 105-28.
- DEROMA, Cynthia Levart Zocca. *Divide et Impera—Separating Operators from their Variables*. Tese de doutorado, University of Connecticut, 2010.
- GROLLA, E. *Aquisição da periferia esquerda da sentença em português brasileiro*. Dissertação de mestrado, Campinas: UNICAMP, 2000.
- GROLLA, E. Speculations about the Acquisition of Wh-Questions in Brazilian Portuguese. *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition: Case Studies across Portuguese*, Alemanha: Mouton deGruyter, 2009.
- HAMANN, Cornelia. Speculations about early syntax: The production of wh-questions by normally developing French children and French children with SLI. *Catalan Journal of Linguistics* v. 5, pp. 143-89, 2006.
- KATO, Mary Aizawa. *Dislocated and in-situ wh-questions in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no Symposium on Spanish and Portuguese, UC Santa Barbara, 2004.
- KATO, Mary Aizawa. *Deriving “wh-in-situ” through movement in Brazilian Portuguese*. Information structure and agreement 177, John Benjamins Publishing Company, pp. 175-91, 2013.
- LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. *Aquisição de constituintes-QU em dois dialetos do português brasileiro [Acquisition of wh-constituents in two dialects of Brazilian Portuguese]*. Master Thesis, Unicamp, Brazil, 2003.
- LI, Lulu. *Discourse-conditioned wh- in situ in L1 Francilian French and as acquired by advanced English and Mandarin-speaking learners*. 2021. Tese (doutorado em filosofia) - French Studies, University of Toronto, 2021.
- LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do Português*. 1996. 210 f. Tese (doutorado em linguística) - Departamento de Linguística, Unicamp, 1996.
- MACWHINNEY, Brian. The CHILDES Project: Tools for analyzing talk. transcription format and programs. Vol. 1. *Psychology Press*, 2000.
- PIRES, A.; TAYLOR, H. *The syntax of wh-in-situ and common ground*. Proceedings from the Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society, v. 43, n. 2, Chicago Linguistic Society, pp. 201-15, 2007.
- SANTOS, Raquel Santana. *Projeto de Aquisição do Ritmo em Português Brasileiro*. FAPESP 2003/13565-4, 2005.

SIKANSI, Nilmara Soares. As interrogativas-Q na gramática infantil do PB. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 36, pp. 85-103, 1999.

SILVEIRA, Victor Luiz. *A Emergência de Estruturas A-Barra no Contexto da Aquisição do Português Brasileiro como Língua Materna*. 2011. 256 f. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OUSHIRO, Lívia. Análise sociolinguística da posição variável do constituinte interrogativo. *Revista da ABRALIN*, v. 11, n. 2, pp. 43-87, jul./dez. 2012.

YANG, Charles. For and against frequencies IN *Journal of Child Language*. *Cambridge University Press*, v. 42, pp. 287-93, 2015.

VIEIRA, Clariana. O constituinte-QU in situ no português brasileiro infantil. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ZUCKERMAN, Shalom. *The Acquisition of "Optional" Movement*. 2001. Tese de Doutorado. Boston, Massachusetts, 2001.

V2 Y LA PERIFERIA IZQUIERDA EN EL ESPAÑOL MEDIEVAL¹*V2 E A PERIFERIA ESQUERDA NO ESPANHOL MEDIEVAL**V2 AND THE LEFT PERIPHERY IN MEDIEVAL SPANISH**Carlos Felipe Pinto²***RESUMEN**

En este texto, vuelvo al análisis V2 para el español medieval. Para hacerlo: 1) presento la definición empírica de lenguas V2 y pongo los del español medieval como una lengua V2 simétrica; 2) presento el análisis formal inicial para la variación de V2; 3) discuto la posición del verbo y los argumentos más recientes en contra V2 en el español medieval; 4) vuelvo al análisis formal para V2 discutiendo el orden V>2; 5) presento tres propuestas alternativas para explicar V2 en el español medieval. La conclusión es que el español medieval sí era una lengua V2 y que el problema pendiente es exclusivamente cuál análisis es más adecuado para explicar las aparentes excepciones al V2 de las lenguas germánicas bien descritas.

PALABRAS CLAVE: Español medieval. Verbo segundo. Periferia izquierda.

RESUMO

Neste texto, retomo a análise V2 para o espanhol medieval. Para atingir o objetivo: 1) apresento a definição empírica de língua V2 e os dados do espanhol medieval como uma língua V2 simétrica; 2) apresento a análise formal inicial para a variação na manifestação do efeito V2; 3) discuto a posição do verbo e apresento argumentos recentes contra V2 no espanhol medieval; 4) volto à análise formal para V2 discutindo os casos de ordem V>2; 5) apresento três propostas alternativas para explicação de V2 no espanhol medieval. A conclusão é que o espanhol medieval era uma língua V2 e que o problema é exclusivamente qual análise mais adequada para explicar as aparentes infrações aos efeitos V2 bem descritos.

PALAVRAS-CHAVE: Espanhol medieval. Efeito V2. Periferia esquerda.

ABSTRACT

In this work, I take up the V2 analysis to Medieval Spanish. To do it: 1) I present the empirical definition of the V2 language and the data of Medieval Spanish as a symmetrical V2 language; 2) I present the initial formal analysis for the variation in V2; 3) I discuss the verb placement and I present recent arguments against the V2 in Medieval Spanish; 4) I back to the formal analysis to V2 discussing V>2 orders; 5) I present three alternative proposals to explain V2 in medieval Spanish. The conclusion is that Medieval Spanish was a V2 language and that the problem is exclusively which analysis is most adequate to explain the apparent exceptions of well-described Germanic V2.

KEYWORDS: Medieval spanish. Verb second. Left periphery.

¹ Este texto es una versión detallada de mi conferencia en el Encuentro Intermedio del GTTG-ANPOLL, realizado en octubre de 2021. Se lo dedico a Ilza Ribeiro (in memoriam) como recuerdo de lo que hizo para el desarrollo de la investigación sobre las lenguas romances medievales en el marco generativista en Brasil, especialmente como agradecimiento de lo que hizo por mi propia investigación. Seguramente, si con nosotros estuviera, Ilza sería mi principal interlocutora y aportaría elementos imprescindibles para el desarrollo de mi investigación.

² Profesor de Lengua Española de la Universidade Federal da Bahia (UFBA). Becario de Productividad en Investigación PQ2 del CNPq (Proceso 317607/2021-9), cfcfpinto@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4322-0199>.

Introducción

La Teoría de la Gramática Generativa tuvo un giro de perspectiva con la proposición del Modelo de Principios y Parámetros (CHOMSKY, 1981). Esa perspectiva, además de fomentar y desarrollar estudios comparativos entre diferentes lenguas y variedades de lenguas actuales, estimuló y desarrolló el estudio entre fases distintas de una misma lengua y buscó explicar cómo las gramáticas, comprendidas como entidades mentales e individuales, son sustituidas y cambian la lengua con el paso del tiempo (cf. LIGHTFOOT, 1991).

Dirigiendo la discusión hacia el estudio de la descripción y caracterización de las gramáticas de fases antiguas de las lenguas contemporáneas e incluso de lenguas que ya no se hablan (como el latín), muchísimos estudios desde, por lo menos, Battye y Roberts (1995) mostraron que el orden de constituyentes en esas variedades lingüísticas pretéritas, incluidas aquí las lenguas románicas medievales (cf. ADAMS, 1987, para el francés; FONTANA, 1993, para el español; RIBEIRO, 1995, para el portugués) era distinto al orden observado en sus correspondientes actuales. Se propuso, entonces, que las lenguas romances medievales tenían una sintaxis V2, a semejanza de las lenguas germánicas contemporáneas (cf. HAIDER; PRINZHORN, 1986).

Es importante notar que, aunque el estudio sintáctico se haya desarrollado desde la antigüedad clásica en la perspectiva de la Gramática Tradicional (que tenía como objeto principal las partes que componen el discurso), sólo a partir del surgimiento de la Gramática Generativa pasó a recibir el enfoque propuesto por Chomsky (1957):

La sintaxis es el estudio de los principios y procesos por los cuales se construyen oraciones en lenguas particulares. La investigación sintáctica de una dada lengua tiene como objetivo la construcción de la gramática que puede ser vista como un compartimiento de algún tipo para la producción de oraciones en la lengua bajo que se está analizando. (CHOMSKY, 1957, p. 13. Traducción del autor)

Se puede notar, entonces, que, aunque el estudio del cambio lingüístico se haya desarrollado desde el siglo XIX, el estudio de los cambios sintácticos sólo empieza a tener protagonismo a partir de los años 1980 en el marco teórico mencionado anteriormente. Así, los estudios sintácticos diacrónicos desarrollados en el modelo generativista, aunque necesitan del respaldo histórico y filológico, tienen una perspectiva extremadamente innovadora.

En el caso específico de la sintaxis histórica del español, al hacer una retrospectiva sobre la gramática en la Escuela de Filología Española, señala que “R. Menéndez Pidal nunca llegó a completar su Manual de gramática histórica con una sección dedicada a la ‘Sintaxis’...” y “Tampoco la sintaxis descriptiva fue cultivada” (CATALÁN, 1974, pp. 72-3).

De esta manera, este trabajo tiene el objetivo principal de echar algunas ideas más sobre el conocimiento de la sintaxis histórica del español, discutiendo algunos aspectos del orden de palabras del español medieval. Asumiendo la idea dominante de que el español medieval tenía algún tipo de gramática V2, retomaré algunas de las propuestas ya hechas por mí en trabajos anteriores,

actualizándolas y relacionándolas con otros aspectos desarrollados posteriormente por otros investigadores del tema. Mi objetivo general es discutir datos que pongan en evidencia el carácter V2 de la gramática del español medieval y discutir posibles análisis alternativos que puedan explicar dicha perspectiva.

1. Las lenguas V2 y el español medieval como una lengua V2 simétrica

Las lenguas V2 (“*Verbo Segundo*”) son un grupo heterogéneo de lenguas cuya característica empírica principal es que el verbo finito es el segundo constituyente de la cláusula, independientemente de su función sintáctica. Si el sujeto no es el primer constituyente, debe seguir inmediatamente al verbo. Véase (1) del alemán, a continuación:

- (1) a. Hans **kauft** das Buch gestern
Hans compró el libro ayer
b. Das Buch **kauft** Hans gestern
El libro compró Hans ayer
c. Gestern **kauft** Hans das Buch
Ayer compró Hans el libro (TORRES MORAIS, 1995, p. 64)

En todos los ejemplos, el verbo finito es el segundo constituyente. Lo preceden: en (1a) el sujeto; en (1b) el complemento directo; en (1c) el adyacente adverbial de tiempo. En (1b) y (1c) el sujeto de cada oración sigue inmediatamente al verbo³.

Las lenguas germánicas actuales son las lenguas V2 más bien descritas, salvo el inglés, que perdió la propiedad V2 hacia el inglés medio (cf. LIGHTFOOT, 1991 entre muchos otros). Den Besten (1989)⁴ mostró que el alemán y el holandés ubican el verbo en la segunda posición en las cláusulas principales pero lo ubican en la posición final en las cláusulas subordinadas. Sin embargo, el volumen organizado por Haider y Prinzhorn (1986) mostró que las lenguas V2 no tienen un comportamiento uniforme. Obsérvense los datos en (2-4):

- (2) a. Das Buch **kauft** Hans gestern. (lenguas asimétricas)
El libro compró Hans ayer
b. ... dass Hans dans Buch gestern **kauft**.
que Hans el libro ayer compró (TORRES MORAIS, 1995, p. 64)
- (3) a. ...daß er ihr etwas gasagt **hat**. (alemán)
que él ella.DAT alguna cosa dicho ha (HAIDER, 1986, p. 54)
b. ...at Jens ikke **skjønte** dette apØrmålet. (noruego)
que Jean no entendió esta cuestión (TARALDSEN, 1986, p. 8)

³ El simple hecho de que el verbo sea el segundo constituyente no implica una lengua V2. Lo que caracteriza una lengua como V2 es el hecho de que otros constituyentes además del sujeto puedan estar en la primera posición.

⁴ La publicación de Den Besten (1989) empezó a circular en versión manuscrita desde 1983.

- (4) a. Oyfn veg **vet** dos yingl zen a kats. (lenguas simétricas - iídiche)
 En la avenida va el niño ver un gato
 b. az oyfn veg **vet** dos yingl zen a kats.
 que en la avenida va el niño ver un gato (SANTORINI, 1989, p. 49-50)

En (2), hay un ejemplo de una lengua asimétrica, como el alemán, en que el orden V2 solo se observa en las cláusulas principales. En (3), se muestra que las lenguas asimétricas dividen las oraciones subordinadas en dos grupos: en (3a), el dato del alemán muestra el verbo en posición final; en (3b), el dato del noruego muestra el verbo en posición medial. En (4) los datos del iídiche muestran simetría entre los dos tipos de oración.

Lightfoot (1991) busca argumentos en la adquisición del lenguaje para explicar el cambio lingüístico y analiza, entre otros fenómenos, el cambio del orden O-V al orden V-O, o sea, la pérdida de la propiedad V2 en el inglés antiguo e indica algunas propiedades que lo ponen en el grupo de las lenguas V2. Lightfoot (1991) empieza sus argumentos con la presentación de tres evidencias de que el holandés es una lengua V2:

- (5) a. in Utrecht **vonden** de mensen bet idee gek
 en Utrecht juzgaron las personas la idea loca
 b. Jan **belt** de hoogleraar **op**
 Jan llamó el profesor PART
 c. Jan **loopt** niet
 Jan anda no (LIGHTFOOT, 1991, pp. 52-54)

En (5a), el sujeto “de mensen” está entre el verbo y el objeto “bet idee”. En (5b), hay un caso de verbo con partícula y el verbo aparece separado de su respectiva partícula. En (5c), el verbo precede la negación. Mientras (5b) sugiere que el verbo salió de la posición final, (5a)-(5c) sugieren que ese movimiento se hace hacia una posición más alta en los dominios oracionales, dado que el verbo precede elementos de polaridad y concordancia.

Considerando que las gramáticas son instancias mentales y atemporales, Lightfoot (1991) presenta evidencias de que el inglés antiguo pudiera caracterizarse como el holandés:

- (6) a. ond pa **ahof** Drihten hie **up**
 y PART llevó Dios ellos para.arriba
 b. paet he ðone cwelmbæran hlaf **aweg** **bære**
 que él el mortal pan para.lejos cargó (LIGHTFOOT, 1991, p. 61)

En (6a), hay una oración principal y el verbo finito aparece a la izquierda del sujeto, separado de su partícula. En (6b), hay una oración subordinada y el verbo aparece pegado a su partícula al final de la cláusula. Para Lightfoot (1991), esos datos, semejantes a los del holandés, ofrecían al niño evidencias de que el inglés antiguo tenía una gramática V2.

En ese mismo espíritu, en Pinto (2011) presenté evidencias de que el español medieval era una lengua V2 simétrica a través de los siguientes datos (los ejemplos en (a) son de oraciones principales y los ejemplos en (b) son de oraciones subordinadas):

- (7) a. armas odiosas tomaste, matando a tu madre Clitemestra
 b. como agora fezieron el maestre don Pero Núñez
- (8) a. E esta carta otorga la abatíssima Sancha Garcíez,[...]
 b. si corazon has.
- (9) a. y así comienzo el espíritu por las medulas descender:
 b. que no puede mi paciencia tolerar [...]
- (10) a. si el deudor otros bienes tuviese
 b. porque este cuerpo muchas lágrimas ha dejado a sus parientes: y amargos dolores.
- (11) a. De todo crebantamiento de casa haya el quereloso el tercio.
 b. si non pagare yo, o mis herederos, las dichas tres carga de pan.

(7) muestra el verbo como el segundo constituyente: (7a) tiene un complemento directo; (7b) tiene un adverbio (*orden lineal V2*). En (8), se observa el orden O-V sin duplicación clítica. (9) contiene perífrasis verbales cuyo verbo flexionado está ubicado a la izquierda del sujeto, separado de su respectiva forma no finita (*orden Aux/Modal-XP-V*). (10) son construcciones de *object shift*, observado en islandés, una lengua V2 simétrica (*el orden S-O-V*). En (11), el sujeto está ubicado entre el verbo y su complemento directo (*el orden V-S-XP*)⁵. Al contrario del inglés antiguo y el holandés, el español medieval no tenía verbos con partículas y la negación, siempre preverbal⁶, no ofrecía evidencias para la posición del verbo.

2. El análisis formal para V2

Presentados los datos empíricos de las lenguas V2, en esta sección, discutiré algunas propuestas formales para su explicación. No haré una discusión exhaustiva, deteniéndome exclusivamente en el primer análisis para las lenguas asimétricas y simétricas, los argumentos para asumir que V2 es verbo en C y los argumentos recientes para la explicación del fenómeno a partir de la perspectiva cartográfica de Rizzi (1997). Después de esa breve revisión, presentaré mi análisis para la variación en la realización de V2.

⁵ Las lenguas románicas actuales poseen el orden V-O-S, imposible en lenguas V2.

⁶ Asumo que la negación es clítica en el español medieval y debe moverse con el verbo. El principal argumento para proponerlo es que, en las lenguas V2 actuales, la negación no necesariamente está adyacente al verbo:

(i) **Hafði** Pétur þá ekki enn lesið bókina

Ha Pétur entonces no todavía leído libro.DEF (VIKNER, 1995, p. 88)

la negación “ikke” está separada del verbo por el sujeto y un adverbio, lo que indica que la negación no es clítica. La negación del español medieval sería equivalente a “ne” y en el islandés, la negación sería equivalente a “pas” del francés actual en la línea de lo que propuso Pollock (1989).

Den Besten (1989) fue uno de los primeros estudiosos a discutir V2 en el marco de la gramática generativa. Al comparar el orden de los pronombres débiles con la conjunción en las oraciones subordinadas y con el verbo en las oraciones principales del holandés, se muestra que se manifiestan de igual modo. Véanse los ejemplos (12-14):

(12) ...dat (*gisteren) je/ze (gisteren) ziek **was**
que ayer tú/ella ayer enfermo estaba

(13) **Was** (*gisteren) ze (gisteren) ziek?
Estaba ayer ella ayer enferma

(14) Toch **was** (*gisteren) ze (gisteren) ziek.
Todavía estaba ella ayer enferma (adaptado de DEN BESTEN, 1989, pp. 25-6)

En los ejemplos (12-14) arriba, la única opción gramatical es la que presenta adyacencia entre el pronombre débil y la conjunción “dat”, en el caso de la oración subordinada, y el verbo “was”, en el caso de la oración principal (interrogativa o declarativa). Dada la asimetría entre las oraciones principales y subordinadas en lo tocante a la posición del verbo, la propuesta de Den Besten (1989) es que el verbo esté ubicado en el mismo lugar que la conjunción en la estructura de la cláusula, o sea, en el núcleo COMP.

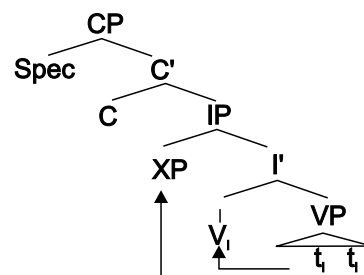
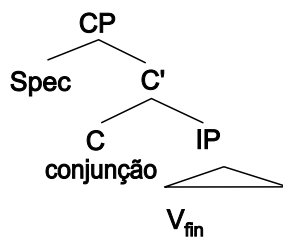
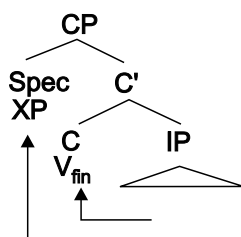
Al analizar el islandés, Thráinsson (1986) muestra que el mismo orden observado en la oración principal se observa en la oración subordinada con la presencia de la conjunción:

(15) a. Helgi **hefur** trúlega keypt bókina.
Helgi ha probablemente comprado libro.DEF
b. Jón segir að Helgi **hefur** trúlega keypt bókina.
Jón dice que Helgi ha probablemente comprado libro.DEF
(THRÁINSSON, 1986, p. 171)

A partir de los datos en (15), Thráinsson (1986) propone que, si V2 se manifiesta en la presencia de la conjunción, el verbo no puede estar en la posición ocupada por la conjunción; debe estar en una posición más baja, en el caso INFL.

Así, se llegó a las siguientes propuestas para V2 en la década de 1980:

(16) V2 en lenguas asimétricas (17) V2 en lenguas simétricas
a. oraciones principales b. oraciones subordinadas



Las estructuras en (16) y (17) indican que: a) en las lenguas asimétricas, en las oraciones principales, el verbo se mueve para C° pero, en las oraciones subordinadas, la conjunción ocupa el núcleo C° y el verbo se ubica más bajo; b) en las lenguas simétricas, el verbo se mueve únicamente hasta I° en ambos tipos de oración.

2.1. V2 es verbo en C°

Muchos trabajos en los años 1980 y 1990 siguieron proponiendo que, en las lenguas simétricas, el verbo ocupa una posición más baja que en las lenguas asimétricas, entre ellos Santorini (1989), Diesing (1990) e Iatridou y Kroch (1991). Esos trabajos proponían que SpecIP funcionaba como una posición A' (no argumental) en la que otros constituyentes más allá del sujeto podrían estar. Sin embargo, Vikner (1995) empezó a cuestionar ese análisis asumiendo la hipótesis de que V2 implicaba categóricamente el verbo en C°. Para demostrar su hipótesis de que V2 es verbo en C° incluso en las lenguas simétricas, Vikner (1995) presenta diversos argumentos, de los cuales presentaré dos.

El primer argumento es que SpecIP es siempre una posición A. Para demostrarlo, Vikner (1995) discute las llamadas construcciones V1 narrativo del islandés, en que incontrovertidamente se asume que el verbo finito está alto en C°. Si SpecIP es una posición A', tanto el sujeto como el objeto pueden ocuparla, como representado en (18):

- (18) SpecCP C° SpecIP I° SpecTP/SpecVP
 a. (nulo) — verbo finito — sujeto — (nulo) — (nulo) ...
 b. (nulo) — verbo finito — tópico — (nulo) — sujeto ...
- (19) a. **Hafði Pétur** þá ekki enn lesið bókina
 Ha Pétur entonces no todavía leído libro.DEF
 b. ***Hafði bókina** Pétur þá ekki enn lesið
 Ha libro.DEF Pétur entonces no todavía leído (VIKNER, 1995, p. 88)

Los datos en (19) muestran que sólo (19a) en que el sujeto sigue al verbo es gramatical, lo que indica que SpecIP es exclusivamente una posición A. Entonces, si SpecIP es siempre una posición A, cuando hay V2 en otros tipos de construcción, el verbo tampoco está en I°.

El segundo argumento es que hay evidencias independientes de que CP puede tener más que una proyección. Vikner (1995) ofrece evidencias de que una lengua puede tener dos posiciones de C° realizadas por dos conjunciones diferentes:

- (20) Hij weet hoe of je dat **moet** doen
 Ele sabe como se você isso deve fazer (VIKNER, 1995, p. 119)

Vikner (1995), al final, mostró que el análisis V2-IP era inadecuado y que se hacía necesaria una reinterpretación del fenómeno a partir del movimiento del verbo para CP.

2.2. V2 y periferia izquierda

El trabajo seminal de Rizzi (1997), en donde se propuso que las proyecciones VP, IP y CP más bien que proyecciones son campos. Así, se propone que CP es un campo en el que se ubican diferentes proyecciones con valores pragmáticos y discursivos. Rizzi (1997) hace su propuesta a partir de los distintos órdenes de constituyentes en posición preverbal (tópicos, focos y complementantes) y llega a la proposición de que el campo CP es constituido por diferentes proyecciones como se ilustra sintéticamente en (21)⁷:

(21) ForceP – TopP* – FocP – TopP* – FinP

Para Rizzi (1997), el sistema Force-Fin es el único obligatorio en todas las oraciones pues ForceP indica el tipo de oración y FinP indica la finitud. El sistema Top-Foc sólo se proyecta cuando algún constituyente carga dichos rasgos. Rizzi (1997) además discute algunas diferencias importantes entre el tópico y el foco y muestra que el foco tiene unicidad mientras el tópico puede ser recursivo.

Posteriormente, Poletto (2000), Benincà y Poletto (2004), Benincà (2006) desarrollaron la propuesta de Rizzi (1997), corrigiendo algunos detalles y refinándola. La propuesta más reciente de Benincà (2006) sugiere que no hay recursividad de tópicos y que tampoco el tópico puede seguir al foco. Su propuesta es una estructura más fina y rigurosa:

(22) [Force C°][Rel_{wh} C°]{Frame[ScSett][HT] C°}{TOPIC[LD] [LI] C°}
 {Focus[I Focus][II Focus][Interr_{wh}] C°}[Fin C°] (BENINCÀ, 2006, p. 61)

En (22), los elementos entre corchetes (Force/Rel y Fin) son los núcleos obligatorios y los elementos entre llaves son los opcionales, que tienen una estructura rigurosa cuando aparece más de uno: FrameP ubica los marcadores de escena y los tópicos pendientes; TopP abriga las dislocaciones a izquierda (clítica) y los ítems en lista; FocP contiene los focos contrastivos, informativos y los elementos interrogativos.

La propuesta que hice en Pinto (2011, 2020) asume que las realizaciones empíricas de V2 en cualquier lengua deben traducirse estructuralmente en la ubicación del verbo en alguno de los núcleos funcionales del campo CP propuestos en (22) o equivalente.

2.3. V2, EPP y Asertividad

Roberts (2004) parte de la propuesta de Roberts y Roussou (2003) de que el núcleo C° puede manifestarse de distintas maneras en diferentes lenguas:

⁷ En realidad, asumo que toda la estructura oracional es extendida. VP e IP tienen más de una proyección en el sentido inicial de Larson (1988) y Pollock (1989). Cuando no sea relevante distinguirlas, usaré CP, IP, VP.

- (23) a. Did John see Mary? (inglés: Q* - *movimiento*)
 AUX.pas J. ve M.
- b. A welodd Jonh Mary? (galés [welsh]: Q* - *unión*)
 PART vio J. M.
- c. Jean a vu Marie? (francés coloquial: Q - nulo)
 J. ha visto M. (ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 30)

En (23a) del inglés, el auxiliar “did”, que carga los rasgos de tiempo, se mueve de I° para C°. En (23b) del galés, una partícula “A” es colgada en C°. En (23c) del francés, ningún elemento se realiza en C°, que está silencioso.

A partir de esa discusión, Roberts (2004) propone que V2 es la necesidad de realización fónica de un rasgo EPP en FinP. Ese rasgo exige que el verbo se mueva al núcleo Fin* y otro constituyente se mueva a la posición de especificador. Una distinción fundamental, sin embargo, entre Roberts (2004) y Rizzi (1997) es que, para Roberts (2004), una oración declarativa principal no tiene ForceP y se interpreta como tal por defecto.

V2 en las lenguas germánicas tienen cuatro componentes según Roberts (2004): a) V en Fin*; b) movimiento de XP para SpecFinP; c) restricción de un solo XP a la izquierda del verbo; d) asimetría principal/subordinada. La propiedad (a) es un rasgo paramétrico que separa las lenguas V2 de las lenguas no V2; la propiedad (b) viene como corolario de (a); la propiedad (c) es derivada de minimalidad relativizada (*relativized minimality*); la propiedad (d) viene del hecho de que la conjunción cumple el requisito fónico en FinP⁸. Roberts (2004) concluye que V2 es, entonces, resultado de un rasgo EPP en FinP.

Julien (2009, 2010) debate el controvertido tema de V2 en las oraciones subordinadas de las lenguas escandinavas y propone que el verdadero disparador de V2 en esas oraciones es el rasgo de asertividad. Siempre que una oración subordinada porte el rasgo [+aserción] será una oración V2. Para demostrarlo, Julien (2009, 2010) presenta una serie de datos, de los cuales discutiré tan solo dos: predicados de verbos copulativos (24) y las malas palabras (25):

- (24) Mitt poeng er at vi **kjenner** ikke omfanget. (noruego)
 Mi punto es que nosotros conocemos no el tamaño (JULIEN, 2010, p. 13)

Para Julien (2010), la oración principal hace una introducción y la verdadera aserción está contenida en la oración subordinada.

⁸ Roberts (2004) sugiere que el movimiento del verbo para Fin* se debe a la ausencia de partículas. Así, la conclusión es que oraciones subordinadas dan preferencia a la conjunción que al movimiento del verbo.

- (25) a. Det **er** for faen ikke farten som dreper. (noruego)
 EXP es por diablo no rapidez.DEF que mata
- b. ***Er** det for faen (ikke) farten som dreper?
 Es EXP por diablo (no) rapidez.DEF que mata?
- c. **Er** det (ikke) farten som dreper?
 Es EXP (no) rapidez.DEF que mata? (JULIEN, 2010, pp. 39-40)

Los ejemplos en (25) muestran que la mala palabra “for faen” solo es posible en la oración declarativa afirmativa (25a), que es la que puede ser asertiva. El contraste entre la agramaticalidad (25b) con “for faen” y la gramaticalidad de (25c) sin “for faen” muestra que la mala palabra no puede ocurrir en contextos interrogativos o negativos⁹.

Para concluir, la propuesta que presentaré a continuación utilizará los dos ingredientes presentados aquí, EPP en Fin* y el rasgo [+aserción], para la explicación de V2 en diferentes lenguas. Es más, la propuesta de Julien (2009, 2010) refuerza, al contrario de Roberts (2004), que ForceP es una proyección obligatoria incluso en oraciones declarativas principales dado que asertividad es un rasgo de fuerza ilocucionaria.

2.4. Mi análisis general para V2

La sistematización empírica muestra que las lenguas V2 se dividen en tres grupos:

- (26) a. lenguas asimétricas (alemán): [+V2] oración principal; [-V2] oración subordinada
 b. lenguas simétricas (islandés): [+V2] oración principal; [+V2] oración subordinada
 c. lenguas mixtas (noruego): [+V2] oración principal; [±V2] oración subordinada

Dado que V2 está relacionado con el rasgo [+aserción], en mi propuesta, las lenguas asimétricas tratan todas las oraciones subordinadas como [-asertivas], las lenguas simétricas tratan todas las oraciones subordinadas como [+asertivas] y las mixtas tratan las subordinadas como [±asertivas]¹⁰.

A partir de las observaciones de que las proyecciones de ForceP e FinP son las responsables por la manifestación de V2, propongo que, además del rasgo EPP en FinP, hay tres rasgos en ForceP que son los responsables por la realización del fenómeno: [±seleccionado; ±declarativo; ±asertivo]. Véase el esquema en (27):

⁹ Dialectos del norte italiano también muestran que V2 es obligatorio en declarativas, pero no en interrogativas:

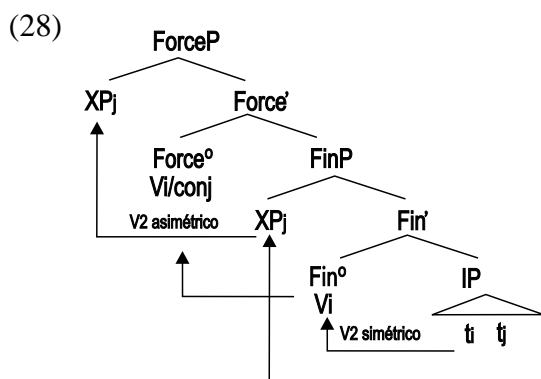
(15) Gianì, duman l **vaighes-t** *(?)
 Gianì, mañana él ve-tú(cl) (POLETTI, 2000, p. 93)

¹⁰ El alemán tiene V2 en oraciones subordinadas a un restringido grupo de verbos llamados “verbos-puente”, como “decir” y “pensar”, SIN la presencia del complementante. O sea, en esos casos, la oración subordinada recibe características de oración principal: si no hay conjunción, el verbo puede moverse.

- (27) a. [-sel; +dec; +ass] = oración principal V2 en todas las lenguas V2 y oración subordinada en frisio¹¹.
- b. [+sel; +dec; +ass] = oración subordinada V2 en las todas las lenguas simétricas y algunas veces en las escandinavas.
- c. [+sel; +dec; -ass] = oración subordinada no V2 en todas las lenguas asimétricas y a algunas veces en las escandinavas.
- d. [-sel; +dec; -ass] = oración principal no V2 (inexistente en las lenguas V2)¹².

La propuesta general para las oraciones declarativas de las lenguas V2 es: siempre que tengan el rasgo [-seleccionado] serán V2 puesto que contienen la aserción superior de la estructura; si tienen el rasgo [+seleccionado], serán V2 si tienen también el rasgo [+aserción].

Por fin, hay que explicar cómo funciona la asimetría y la simetría entre oraciones principales y subordinadas. Desde los análisis de los años 1980, V2 asimétrico se realiza en proyecciones más altas que V2 simétrico. Mantengo esa distinción, proponiendo que los dos tipos de V2 se realizan en distintas proyecciones del campo CP. Así, considerando los hechos empíricos del holandés, señalados por Den Besten (1989), de que V2 en holandés/alemán se realiza en la misma posición que la conjunción, propongo, desde Pinto (2011), que V2 se realiza en ForceP en las lenguas asimétricas y se realiza en FinP en las lenguas simétricas¹³. Las lenguas mixtas funcionan como las simétricas dado que se observa V2 con la conjunción. La representación en (28) ilustra el fenómeno:



(28) muestra que, en V2 simétrico, el verbo se mueve hasta Fin° y un XP se mueve hasta SpecFinP en cualquier tipo de oración, y, en V2 asimétrico, en las oraciones principales, tanto el verbo como el XP se mueven para FinP y enseguida se mueven hasta ForceP. En las subordinadas de las lenguas asimétricas, no hay ningún movimiento para la periferia izquierda dado que la conjunción está presente y es suficiente para satisfacer el EPP.

¹¹ En Pinto (2011) discuto la particular situación de las subordinadas del frisio, el cual tiene yuxtaposición en lugar de subordinación, y por razones de espacio es imposible recuperar aquí

¹² La discusión sobre V2 tiene como objeto las oraciones declarativas. Las oraciones interrogativas, por ejemplo, tienen otro funcionamiento, lo que se denominó “V2 residual”.

¹³ Aunque Wolfe (2015) haga un análisis similar, mi análisis de Pinto (2011) es innédito o y anterior.

3. V2 en el español medieval

En Pinto (2011) analicé oraciones del español desde el siglo XII hasta el siglo XX. Considerando específicamente los datos del español medieval (siglos XII-XV), se registró la siguiente cantidad de oraciones clasificadas según la posición del verbo (V1, V2, V>2):

Tabla 1: Distribución general de la posición lineal del verbo en el español medieval

	Siglo XII	Siglo XIII	Siglo XIV	Siglo XV
V1	44,77%	55,88%	51,61%	47,89%
V2	42,18%	40,04%	42,06%	43,68%
V>2	12,93%	3,74%	5,55%	8,70%
Total de oraciones finitas	502	906	893	904

Fuente: Pinto (2011, p. 142)

Los resultados de la Tabla 1 señalan que el español medieval no tenía una gramática V2 consistente. La mayoría de las construcciones analizadas oscilaban entre V1 y V2. Una pequeña porción tenía el orden V>2. Los datos en (29) y (30) ilustran casos de orden V1, en (31) y (32) casos de orden V2 y en (33) y (34) casos de orden V>2 (cf. PINTO, 2011):

- (29) a. **vino** el mancebo al cuerpo (11YY)
 b. **saco** a mi dellos (1299)
 c. E **dixo** la enperatriz (1340B)
 d. **Retuerce** sus manos . (1450B)
- (30) a. E el dijo que **era** mucho (11XX)
 b. que **auemos** en el termino de Yuarra (1231)
 c. a quien **fizieren** el furto(1345)
 d. aunque **fuesse usando** de algunos rodeos (1500)
- (31) a. E esta carta **otorga** la abatissima Sancha Garciez, e la priora doña María Fortúnez e tod el convento. (1206)
 b. Quebrantamiento **es** de casa. (1242)
 c. e asy **serían engannados** los vezinos. (1367)
 d. E quando el leon llego a los amigos de ihesu xristo **baxo** la cabeça (1325)
- (32) a. porque fija **soy** de rey y mujer de rey: (11YY)
 b. las cibdades que en ella **son** (12YY)
 c. si no que la carta del rey **ponia** por su demanda (1310)
 d. Rrogad a Dios por él, ca esta noche **finó**. (1411)
- (33) a. yo siempre **llore** mi pecado. (11XX)
 b. e del molino de Ribiella el medio **diemos** al monesterio (1206)
 c. y por esto aqui **digamos** que cosa es edad. (1390B)
 d. Por cierto, cosas nuevas **son** para mí. (1500)

- (34) a. dicen otrosi que un ortolano todo quanto había **daba** por dios en limosnas (11XX)
 b. et si por auentura algunos ommes estrannos de fuera de casa **baraiaren** et se **acogieren** a alguna casa (1242)
 c. e quando estos **conusco** non **estouieren**, nos lo entendemos fazer conlos otros del nuestro consejo que con nos andouieren. (1385)
 d. bajo el mas compendio breve que a **mi posible** **fuese** (1400)

Como se puede ver, el español medieval disponía de distintos órdenes y posición para el verbo. Fontana (1993) ya había discutido esas aparentes excepciones a V2 en el español medieval (especialmente: a) el verbo en posición final; b) el orden V1; c) el orden V>2; d) V2 y sujeto nulo) y resume su análisis de la siguiente manera:

En resumen, dados los hechos arriba, se hace claro que la noción de V2 debe relativizarse si es para ser útil en absoluto como un término descriptivo. Ninguna de las putativas lenguas V2 discutidas requieren que el verbo finito esté en la segunda posición absoluta en las oraciones principales. Además, el denominador común que las distingue crucialmente de lenguas como el inglés, el francés y el español modernos, es el hecho de que en el marco teórico adoptado aquí las lenguas V2 se caracterizan por el movimiento obligatorio del verbo (para INFL o para COMP según el grupo de lenguas) y por la disponibilidad de una posición A-barra (SpecIP o SpecCP), que actúa como un lugar de aterrizaje potencial para ambos constituyentes sujetos o no sujetos. Como vimos, esta es la única generalización que puede hacerse si seguimos utilizando V2 para caracterizar un único grupo de lenguas. Más allá de eso, las lenguas en ese grupo difieren considerablemente unas de las otras, incluyendo si permiten las llamadas construcciones V1 declarativo, y si permiten una cierta clase de constituyentes que estén anexados a posiciones externas a las fronteras de IP o CP. (FONTANA, 1993, p. 126, traducción mía)

La idea general es que ni mismo las lenguas V2 prototípicas son rigurosas en relación con la posición lineal del verbo y que hay evidencias de que, aunque en construcciones V1 o V>2, que también se observan en lenguas indudablemente V2, el verbo está en la posición donde V2 categórico se manifiesta. Hinterhölz y Petrova (2010) estudiaron algunas lenguas germánicas antiguas y mostraron que, en esas lenguas, el orden básico era V1. V2 ocurría ocasionalmente cuando había un tipo específico de tópico que debía figurar en la primera posición (lo interesante es que las lenguas germánicas actuales hayan generalizado el uso de la primera posición). La discusión de Fontana (1993), que compara esas aparentes excepciones en diferentes lenguas, sumado al análisis de Hinterhölz y Petrova (2010), llevan a creer y a proponer que V2 es, en realidad, un requisito estructural que exige que el verbo esté ubicado en el campo CP, que nada tiene que ver con una rigurosa equivalencia lineal de que el verbo sea el segundo constituyente de la cláusula. Así, si hay evidencias, en construcciones V1 y V>2, de que el verbo se haya desplazado al campo CP, dicha lengua debe analizarse como V2 independiente de si hay una restricción lineal rigurosa.

Sitaridou (2019) argumenta que el español medieval tenía muchas construcciones ambiguas entre una gramática V2 y una gramática no V2, lo que imponía dificultades a la adquisición de V2 como la opción más marcada. Sin embargo, hay que tener en cuenta lo que propuso Lightfoot (1991, 1998, 2006): la ambigüedad existe exclusivamente para el lingüista. El niño se guía por las pistas que manifiestan un determinado parámetro. En ese sentido, una vez que haya en el input datos que expresen claramente el parámetro V2, las demás construcciones se analizan de acuerdo con ese parámetro. Es de imaginarse que el niño no se queda en duda para analizar las oraciones con orden S-V-O si hay otros datos robustos que expresen si la lengua es V2 o S-V-O.

En síntesis, se puede decir que la estructura en (28) explica cualquier lengua V2, incluso el español medieval. En el español medieval, dado que exhibía un V2 simétrico, el verbo se movía hasta FinP. Los órdenes V1, V2 y V>2 deben analizarse dentro de esa perspectiva: en las oraciones V1, solo el verbo se movía; en las oraciones V>2 se movían el verbo y un XP; en las construcciones V>2, además del movimiento del verbo y un XP, se tenía la ubicación de otro constituyente antes del verbo. Las francas infracciones a esas posibilidades deben encontrar alguna solución, las cuales discutiré más abajo.

3.1. Contra V2 en el español medieval

Tomando como argumento principal el orden V>2, Martins (2019) y Sitaridou (2019) argumentan que el español medieval no pudo haber sido una lengua V2. Los ejemplos en (35) y (36) son los argumentos de Martins (2019) y Sitaridou (2019) respectivamente:

(35) Ya nunca [vos yo mas] veré! (MARTINS, 2019, p. 10)

(36) a. XP-XP-V (OK español antiguo; *Old High German)

En este lugar d' esta razón tornó Moisés

b. Spro-XP-V (OK español antiguo; *Old High German)

E ellos cuando esta razón oyén a Noé riyén se d' ello (SITARIDOU, 2019, p. 136)

Para Martins (2019), el hecho de haber más de un elemento no tópico en posición preverbal señala que más que un elemento se mueve a la periferia izquierda y que, por lo tanto, esta sería una operación no permitida en lenguas V2, que solo exhiben más de un elemento en posición preverbal cuando hay algún tipo de tópico (cf. ROBERTS, 2004).

Para Sitaridou (2019), el argumento tiene como punto de partida el Old High German (la fase más antigua del alemán), en que el orden V>2 es muy escaso, notando que muchas construcciones con este orden son posibles en el español medieval pero no en el Old High German, concluyendo que dichas construcciones no caracterizan al español medieval como ningún tipo de lengua V2 conocida.

Se pueden destacar, sin embargo, dos puntos débiles de las propuestas. Martins (2019) asume una perspectiva de múltiples especificadores y, desde Cinque (1999), se demostró que esa perspectiva es inadecuada debido a la rigurosidad del orden de constituyentes. Sitaridou (2019) altera, sin

justificación, la jerarquía de las estructuras cartográficas proponiendo una posición de FocP entre FinP y TP para analizar una construcción con orden O-V:

(37) ca menester les era [_{FinP} de [_{FocP} consejo [_{TP} **tomar**... (SITARIDOU, 2019, p. 148)

La autora analiza la preposición “de” como un complementante en FinP como “di” del italiano propuesto por Rizzi (1997). Pero, para Rizzi (1997), los elementos discursivos aparecen a la derecha del complementante “che” y a la izquierda del complementante “di”:

- (38) a. Credo che il tuo libro, loro lo apprezzerebbero molto
Creo que tu libro, ellos podrían apreciarlo mucho
b. *Credo, il tuo libro, che loro lo apprezzerebbero molto
Creo, tu libro, que ellos podrían apreciarlo mucho (RIZZI, 1997, p. 288)
- (39) a. *Credo di il tuo libro, apprezzarlo mol to
Creo de tu libro apreciarlo mucho
b. Credo, il tuo libro, di apprezzarlo malta
Creo, tu libro, de apreciarlo mucho (RIZZI, 1997, p. 288)

El contraste entre (38) y (39) sugiere que el análisis de Sitaridou (2019) está equivocado: el comportamiento de “de” en español no es semejante al de “di” en italiano; por ende, “consejo” no puede ubicarse entre FinP y TP.

Frente a la exposición de esta breve subsección, mantengo la propuesta de que el español medieval sí era una lengua V2 asumiendo que el reto es proponer dentro del marco V2 un análisis adecuado para las construcciones con orden V>2 con ítems no tópicos.

4. Volviendo al análisis formal para V2

El análisis que presenté arriba lleva a la ponderación que hay lenguas V2 rigurosas y lenguas V2 flexibles. Benincà (1995) propone que en lenguas V2 flexibles hay una posición adicional en la periferia izquierda, TopP, que también sería la responsable por derivar la CLLD¹⁴. Como señalé en Pinto (2011), Taraldsen (1986) y Cinque (1995) indicaron que V2 y CLLD son valores opuestos para el mismo parámetro. Así, o una lengua tiene estructuras V2 o tiene CLLD. Además, un aspecto relevante es que las distinciones sintácticas propuestas por Rizzi (1997) para tópico y foco son relevantes para lenguas en que hay una posición preverbal exclusiva para el sujeto y no se aplican a lenguas V2. En lenguas V2, el movimiento del XP para SpecCP no ocurre por razones discursivas, sino por razones formales, en el caso, EPP. De esta forma, la posición adicional que propongo que puede proyectarse en las lenguas V2 flexibles es FrameP, donde estarían los marcadores de escena y los tópicos pendientes, como ilustran los datos en (40) del español medieval:

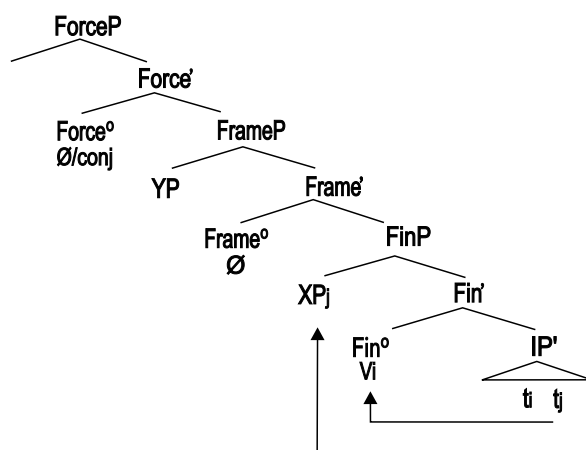
¹⁴ En 1995, todavía no se tenía la representación de FrameP en la estructura. Así que TopP podría ser un buen equivalente. El problema en realidad reside en la proposición de que las lenguas V2 tengan CLLD.

- (40) a. a la fin el fisico **dijo** que si no le cortaban el pie todo el cuerpo pereceria (11YY)
 b. Mas si presente fuere el principal deudor primero le **debe demandar** el su deudor la deuda que le debe en juicio (1310)
 c. y fasta que aya Respuesta desto yo non **comere** (1340B)
 d. e del molino de Ribielli el medio **damos** al monesterio e otro medio **damos** a vós (1206)
 e. Et sobre el que cayere la suerte, aquel **sea** iuez et no otro. (1218)
 f. mas de las cosas del ladron primeramente **sean tornados** los furtos al señor de las cosas a quien fizieren el furto; (1345)
 g. & la muger simplemente lo **creo** (1350)

El primer constituyente en (40a-40c) ilustra casos de marcadores de escena. Los ejemplos (40d-40g) expresan tópicos pendientes. El ejemplo (40d) es el más claro de todos porque es compartido informativamente por dos oraciones.

La estructura en (41) es la actualización de (28) para oraciones V>2 de las lenguas V2 simétricas cuando el primer elemento es un tópico pendiente o un marcador de escena:

(41)



Como ya señalé de manera muy sencilla arriba, esa posición adicional no hiere los requisitos de minimalidad relativizada dado que el elemento en SpecFrameP no es movido y, por lo tanto, no tiene característica de operador (cf. RIZZI, 2004). O sea, la estructura realiza V2 en FinP y adicionalmente añade un XP en SpecFrameP. Además, hay casos de orden lineal V>2 que pueden interpretarse estructuralmente como un tipo V1 o V2:

- (42) a. & algunas vezes, cayendo en tierra, **lançava** espuma (1350)
 b. E yo la dicha Maria Domínguez estando presente, **otorgo** todo quanto sobre dicho es en esta carta. (1271)
 c. Mas uos compliendo las conuenientias deuant ditas, **ningun abbat ni monge de Yrach** non **aya poder de toller** uos las deuant ditas heredades,
 d. Et por esto, car puesto que la dicta garitas fues fecha en deffension et goarda de toda la uilla, aqueilla **seria fecha** enel muro que es enla casa

Los datos en (42a) y (42b) pueden interpretarse estructuralmente como V1 con dos elementos marcadores de escena o tópicos pendientes coordinados en FrameP. SpecFinP estaría vacío. Los datos en (42c) y (42d) pueden interpretarse estructuralmente como V2: los dos primeros XP estarían coordinados o yuxtapuestos en SpecFrameP y el tercero XP estaría ubicado en SpecFinP.

Para finalizar, una breve discusión sobre *object shift* y V1 narrativo. Parece que dichas posibilidades en lenguas V2 están ligadas al movimiento del verbo para Fin^o:

Tabla 2: Correlación entre V2 y *object shift*/V1 narrativo

V2 asimétrico	V2 simétrico mixtas	V2 simétrico generalizado
alemán/holandés	escandinavas	islandés/español medieval
<i>object shift</i> (*)	<i>object shift</i> (DP pronominal)	<i>object shift</i> (DP pleno)
V1 narrativo (*)	V1 narrativo (ok)	V1 narrativo (ok)

Fuente: Adaptado de Pinto (2011, p. 226)

La gramática de las lenguas asimétricas, con V2 en ForceP, no tienen ni *object shift* ni V1 narrativo. Por otro lado, la gramática de las lenguas simétricas, con V2 en FinP, ya sean las mixtas o las generalizadas, tienen ambas construcciones. Se puede concluir que las lenguas asimétricas son lenguas V2 rigurosas y las lenguas simétricas son lenguas V2 flexibles. Bobaljik y Jonas (1996) analizan *object shift* en islandés como resultado de V2-IP, con el sujeto en SpecAgrP y el objeto en SpecTP. Pero si Vikner (1995) está correcto, dichas construcciones deben reinterpretarse como V en Fin^o. Obsérvense las oraciones en (43):

- (43) a. porque esta doncella mucha pecunia **traxo** consigo. (11YY)
 b. dicen otrosi que un ortolano todo cuanto había **daba** por dios en limosnas salvo lo que hab'a menester para su mantenjmiento (11XX)
 c. porque este cuerpo muchas lágrimas **ha dejado** a sus parientes: y amargos dolores. (11YY)
 d. con todas las otras cosas con que yo estos castiellos **éy** (1244)
 e. si el deudor otros bienes **tuviese** (1310)

Así, las oraciones en (43) con el orden S-O-V deben interpretarse en la estructura de (41): el sujeto sería un tópico pendiente en SpecFrameP y el objeto cumpliría V2 en SpecFinP¹⁵. En todos los casos de orden S-O-V, no hay otro elemento en cualquier posición antes del verbo.

La discusión hasta aquí aclara la propuesta de (28). El holandés y el alemán tienen diversas propiedades en común: 1) V2 solo en cláusulas principales; 2) restricción de uno y solo un constituyente en primera posición; 3) el pronombre débil está ligado al primer elemento de la cláusula (V-pro en

¹⁵ Es importante recordar que Mathieu (2009) muestra que *object shift* es distinto a *scrambling* del objeto. Mathieu (2009) muestra que *object shift* es exclusivo de lenguas cuyo verbo está ubicado en CP. Luego, se encuentra un argumento más para el análisis V2 para el español medieval.

oraciones principales; Conj-pro en oraciones subordinadas); 4) oraciones subordinadas V2 sin la presencia del complementante (V2 en ForceP); 5) ausencia de construcciones de *object shift* y V1 narrativo.

Para concluir, una nota sobre FrameP. Propuse desde Pinto (2011, 2020) que la periferia izquierda de las lenguas V2 es más corta que la de las lenguas no V2:

- (44) a. Periferia izquierda en lenguas V2 asimétricas/rigurosas. Verbo en Force*:
[Force*P... [FinP... [IP...
b. Periferia izquierda en lenguas V2 simétricas/flexibles. Verbo en Fin*:
[ForceP... ([FrameP...]) [Fin*P... [IP...
c. Periferia izquierda lenguas no V2. Verbo en IP o VP:
[ForceP... ([FrameP...]) ([TopP...]) ([FocP...]) [FinP... [IP...

Mi análisis propone que: a) las lenguas no V2 no activan SpecFinP, aunque pueden activar el núcleo Fin°; b) TopP y FocP no están activas en lenguas V2, cuya interpretación de foco o tópico se verificaría de alguna manera por el discurso o de manera sincrética en SpecForceP o SpecFinP; c) la jerarquía universal se mantiene.

Wolfe (2019) vuelve a la tipología de las lenguas V2, asume la distinción V2-Force/V2Fin y propone que lenguas V2 manifiestan TopP y FocP y que FrameP domina ForceP dadas las distintas posibilidades de orden $V > 2$, especialmente en lenguas como el alemán y el francés medieval (lenguas V2 rigurosas) y llega a la siguiente sistematización:

- (45) a. V2-Fin: Frame-Setter + Topic + Focus
b. V2-Force 1: Frame-Setter + Topic/Focus
c. V2-Force 2: Frame-SetterHT/LD +Topic/Focus (WOLFE, 2019, p. 19. Citado del manuscrito)

En el análisis de Wolfe (2020) el orden $V > 2$ es más libre en las lenguas V2-Fin, menos libre en las lenguas V2-Force 1, y muy restringido en las lengua V2-Force 2. Pero el tema que quisiera discutir es la posición de FrameP. Wolfe (2020) analiza exclusivamente oraciones principales. Para que su análisis esté correcto (FrameP-ForceP en vez de ForceP-FrameP), se tienen que considerar también las oraciones subordinadas. Una vez que ForceP es la proyección que abriga los elementos subordinantes (conjunción y pronombre relativo), para que la jerarquía FrameP-ForceP sea la correcta, se espera que el marcador de escena o el tópico pendiente estén antes del elemento subordinante. Obsérvense los ejemplos en (46):

- (46) a. Den Hans, jeder **mag** ihn (dato de WOLFE, 2019, p. 13. Citado del manuscrito)
O Hans, todo o mundo gusta dele
b. ?Ich sagte Den Hans, jeder **mag** ihn
Eu disse O Hans, todo o mundo gusta dele

- c. *Ich sagte dass Den Hans, jeder **mag** ihn
Eu disse que O Hans, todo o mundo gosta dele
- d. *Ich sagte Den Hans dass jeder **mag** ihn
Eu disse O Hans que todo o mundo gosta dele
- e. *Ich sagte dass Den Hans, jeder ihn **mag**
Eu disse que O Hans, todo o mundo dele gosta

(46a) es la oración principal de Wolfe (2019). (46b-46d) son oraciones subordinadas creadas por mí para averiguar el orden entre el tópico pendiente y la conjunción. Los hablantes de alemán consultados evaluaron que (46b) es dudosa y todas las demás son agramaticales. Que (46b) no sea agramatical no ofrece ningún problema dado que es una oración V2 subordinada a verbo-puente; su estatuto es de oración principal. El problema es que, si ninguna de las demás es gramatical, no se puede aclarar el problema porque se puede asumir que los tópicos pendientes son exclusivos de oraciones principales. Sin embargo, si la estructura de Wolfe (2019) FrameP-ForceP es universal, los datos del español medieval en (40b-40e), con oraciones coordinadas, y en (43), con oraciones subordinadas, aclaran el tema: el elemento en FrameP sigue la conjunción coordinante en (40) y a la subordinante en (43). Mantengo, entonces, el análisis de que ForceP es la categoría más alta de la estructura y sugiero que se requiere otra explicación para el restringido grupo de oraciones V>2 en alemán, por ejemplo.

5. V2, El orden V>2 y la periferia izquierda del español medieval

Los órdenes V1 y V>2 en que el primer constituyente es un elemento tópico se pueden fácilmente analizar en una perspectiva V2: en el primer caso, sólo el verbo se mueve para FinP; en el segundo, el verbo y un constituyente se mueven para FinP y un elemento tópico es anexado a FrameP. En esta sección presentaré tres propuestas alternativas para explicar el orden V>2 con ítems no tópicos en el español medieval compatibilizándolo con V2.

5.1. Gramáticas en competición

El español actual solo exhibe el orden O-V sin duplicación clítica cuando el objeto es un foco. Cuando es un tópico, la duplicación es obligatoria y, cuando es neutro, el orden es V-O. Eso sucede porque el español actual no tiene movimiento de verbo para CP. El único constituyente que puede moverse a la periferia izquierda, caracterizándose como operador, es el foco. El tópico, como es anexado directamente a TopP, no tiene dicha característica. El español medieval, como una lengua V2, tenía EPP en FinP, lo que possibilitaba el movimiento de cualquier XP sin duplicación a esa posición dado que ese XP era un operador.

Taraldsen (1986) y Cinque (1995) señalan que V2 y CLLD son valores opuestos para la misma opción paramétrica. Sin embargo, Salvi (2001) y Mensching (2012) señalan que las lenguas románicas medievales presentaban las dos opciones paramétricas:

- (47) a. El molino ganólo ell abade don Martino teniendo aquella casa.
 b. E esta carta otorga la abatíssima Sancha Garcéz, (PINTO, 2011)

(47a) tiene el orden O-V con clítico y (47b) lo tiene sin clítico. Además, el español medieval oscilaba entre los órdenes V-XP-S y V-S-XP, el único posible en las lenguas V2 actuales.

En esta perspectiva, la existencia de construcciones claramente incompatibles con una gramática V2 se explicaría por la existencia de otra gramática no V2 en paralelo.

5.2. Distintas categorías funcionales en la periferia izquierda

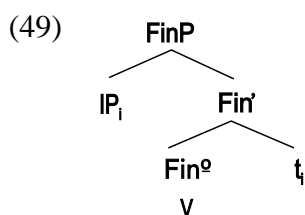
Galves (2020) analiza el orden de constituyentes en el portugués clásico y presenta un resultado semejante al que presenté en la Tabla 1: V1 – 28%; V2 – 59%; V3 – 13%. Aunque haya predominio de oraciones con orden V1 y muy especialmente V2, hay una porción considerable de construcciones con el orden V3. Galves (2020) propone que en el portugués clásico había una categoría informativa llamada “kontrast”, que es distinta a tópico y foco, y debía codificarse en la sintaxis según el ejemplo de (48a) y la estructura equivalente en (48b):

- (48) a. [_{Top} O que fazeis]_i, [_{Kontrast} isso]_i sois, e nada mais.
 b. [ToP* [Foc [k [Fin [IP (GALVES, 2020, p. 28-29. Citado del manuscrito)

El examen del análisis de Galves (2020) supone la conclusión de que no habría diferencias sustanciales en la periferia izquierda del portugués clásico, que proyectaría FocP y TopP, y la fase actual del portugués, por ejemplo. Así, en el análisis de Galves (2020), el orden V>2 con ítems no tópicos se explicaría a través de la existencia de diferentes categorías funcionais, incluso una categoría no tópica como Kontrast.

5.3. Remnant Movement

Diversos autores, como Müller (2004), Hinterhölz (2006) y Lechner (2009) han propuesto que V2 en las lenguas germánicas involucra algún tipo de *remnant movement*, que básicamente es la extracción de un constituyente de alguna proyección y el posterior movimiento de dicha proyección con la copia nula. En esa propuesta, lo que se espera que ocurra en el orden V>2 con ítems no tópicos es la estructura en (49):



En (49), lo que se propone es que el verbo finito se desplace a Fin^o y, enseguida, todo el IP o alguna porción del IP con la copia nula del verbo se mueva a SpecFinP. Para eso, el orden de constituyentes en posición preverbal en SpecFinP debe ser el mismo observado en la posición posverbal. Los datos en (50) dan evidencia de que puede haber habido *remnant movement*:

- (50) a. Mucho a dios_i **avemus agradescer** t_i (11XX)
 b. en que [tu ahora]_i **entras** t_i. (12YY) (PINTO, 2021)

En (50a), el orden preverbal es complemento directo-complemento indirecto. En (50b), el orden es sujeto-adverbio de lugar). Se puede suponer que en ambos casos el verbo se movió a Fin^o y el IP remanente con OD-t-OI en un caso y S-t-Adv en otro se movió integralmente a SpecFinP.

Conclusiones

Hay que tenerse en cuenta que los textos históricos con los que se maneja en la investigación lingüística son instancias de lenguas-E y no de lenguas-I, a las cuales es imposible tener acceso en el estudio diacrónico. De esta manera, hay que tenerse en cuenta también que los textos históricos se producen en circunstancias históricamente construidas. Kroch (2001) subraya, de manera muy acertada, que los hablantes presentan competencia multidialectal en su propia lengua. Además, como la amplia literatura en lingüística románica pone en evidencia, la historia del Imperio Romano se constituyó a través de intensas y permanentes situaciones de contacto de lenguas. Chomsky (1986) reconoce que los humanos pueden adquirir distintas lenguas en una comunidad lingüística pero deben igualmente ser capaces de adquirir una sola gramática en una comunidad monolingüe. Se puede suponer entonces que, dado el contexto multilingüe de la Europa Medieval, esos hablantes no adquirirían una sola gramática.

Caso el más aferrado lingüista generativo ahistórico no quede satisfecho con un análisis multidialectal para explicar la variación gramatical del español medieval, argumentando que no hay opcionalidad en el sistema computacional, es posible recurrir a otros expedientes como los que señalé en 5.2 y 5.3. Sin embargo, al ingresar en ese camino, le queda el reto de explicar por qué unas lenguas V2 utilizarían distintas posiciones en la periferia izquierda y cuándo y por qué *remnant movement* ocurre.

Como señalé en Pinto (2011), la hipótesis de las gramáticas en competición es la mejor opción sociohistórica y quizás la más económica derivacionalmente para explicar la variación gramatical en el español medieval visto que encuentra justificación incluso en la adquisición del lenguaje como propone Yang (2002). Sin embargo, en futuros trabajos, desarrollaré las otras alternativas, incluso para examinar su (in)adecuación y/o recharlas.

Referencias

ADAMS, M. *Old French, Null Subjects and Verb Second Phenomena*. 1987. Tesis de Doctorado, University of California.

- BATTYE, A.; ROBERTS, I. *Clause structure and language change*. Nueva York, Oxford: Oxford University Press, 1995.
- BENINCÀ, P. A Detailed Map of the Left Periphery of Medieval Romance. En: ZANUTTINI, R. *et al.* (eds.). *Negation, Tense and Clausal Architecture: Cross-linguistics Investigations*. Washington: Georgetown University Press, 2006. pp. 53-86.
- BENINCÀ, P. Complement Clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law. In: BATTYE, A.; ROBERTS, I. (eds.). *Clause structure and language change*. Nueva York, Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 325-44.
- BENINCÀ, P.; POLETTI, C. Topic, Focus and V2: Defining the CP Sublayers. En: RIZZI, L. (ed.). *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2004. pp. 52-75.
- BOBALJIK, J.; JONAS, D. Subject positions and the roles of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 27, pp. 195-236. 1996.
- CATALÁN, D. *Lingüística iberorrománica*. Crítica retrospectiva. Madrid: Gredos, 1974.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: Its Nature, Origin and Use*. Nueva York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Nova Iorque/Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads*. A cross-linguistic perspective. Nueva York/Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, G. Bare quantifiers, quantified NPs, and the notion of operator at S-structure. En: CINQUE, G. *Italian syntax and Universal Grammar*. New York: Cambridge U. Press, 1995. pp. 104-20.
- Den BESTEN, H. On the Interaction of Root Transformations and Lexical Deletive Rules. *Studies in West Germanic Syntax*, n. 20, pp. 14-100, 1989.
- DIESING, M. Verb Movement and the Subject Position in Yiddish. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 8, pp. 41-79, 1990.
- FONTANA, J. M. *Phrase structure and the Syntax of clitics in the history of Spanish*. Tesis de Doctorado, University of Pennsylvania, 1993.
- GALVES, C. Relaxed V-Second in Classical Portuguese. En: WOODS, R.; WOLFE, S. (eds.). *Rethinking Verb Second*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 368-95.
- HAIDER, H. V-Second in German. En: HAIDER, H.; PRINZHORN, M. (eds.). *Verb second Phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris, 1986. pp. 49-75.
- HAIDER, H.; PRINZHORN, M. *Verb second Phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris, 1986.
- HINTERHÖLZ, R. *Scrambling, Remnant Movement, and Restructuring in West Germanic*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- HINTERHÖLZL, R.; PETROVA, S. From V1 to V2 in West Germanic. *Lingua*, v. 120, n. 2, pp. 315-28. 2009.
- IATRIDOU, S.; KROCH, A. The Licensing of CP-recursion and its Relevance to the Germanic Verb-Second Phenomenon. *Working Papers in Scandinavian Linguistics*, v. 50, pp. 1-25. 1992.
- JULIEN, M. *Embedded clauses with main clause word order in Mainland Scandinavian*. Citado do Manuscrito. 2010.
- JULIEN, M. The force of the argument. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, v. 84, pp. 225-32. 2009.
- KROCH, A. Syntactic Change. En: BALTIN, M.; COLLINS, C. (eds.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2001. pp. 699-730.
- LARSON, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, n. 19, pp. 335- 91, 1988.
- LECHNER, W. A Puzzle for Remnant Movement Analyses of Verb-Second. *Linguistic Inquiry*, v. 40, n. 2, pp. 346-56. 2009.
- LIGHTFOOT, D. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge U. Press. 2006.
- JULIEN, M. Cue-based acquisition and change in grammars. En: JULIEN, M. *The development of language, acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell, 1998, pp. 144-77.
- JULIEN, M. *How to set parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 1991.
- MARTINS, A. M. Against V2 as a general property of Old Romance languages. En: FELDHAUSEN, I. *et al.* (eds). *Romance Languages and Linguistic Theory 15: Selected papers from 'Going Romance' 30*, Frankfurt. Amsterdam: John Benjamim, 2019, pp. 9-33.
- MATHIEU, E. On the Germanic properties of Old French. In: CRISMA, P; LONGOBARDI, G. (eds.). *Historical Syntax and Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 344-57.
- MENSCHING, G. Old Romance word order: a comparative minimalist analysis. En: GALVES *et al.* (eds.). *Parameter theory and linguistic change*. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 21-42.
- MÜLLER, G. Verb-Second as vP-First. *Journal of Comparative Germanic Linguistics*, v. 7, n. 3, pp. 179-234. 2004.
- PINTO, C. F. A periferia esquerda em línguas V2 e não V2. In: Quarezemin, S; Tescari Neto, A. (eds.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. Campinas: Pontes, 2020, pp. 169-98.
- PINTO, C. F. *Ordem de palavras, movimento do verbo e efeito V2 na história do espanhol*. 2011. Tesis de Doctorado, Universidade Estadual de Campinas.
- POLETTTO, C. Rhaetoromance verb second. A split CP perspective. En. POLETTTO, C.: *The Higher functional field. Evidence from Northern Italian dialects*. Nueva York/Oxford: Oxford University Press, 2000. pp. 88-107.
- POLLOCK, J-Y. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, pp. 365-424, 1989.

- RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. 1995. Tesis de Doctorado, Universidade Estadual de Campinas.
- RIZZI, L. Locality and Left Periphery. En: BELLETTI, A. (ed.). *The Cartography of Syntactic Structures*, Volume 3. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 223-51.
- RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. En: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. pp. 281-337.
- ROBERTS, I. The C-System in brythonic celtic languages, V2 and the EPP. En: RIZZI, L (ed.). *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2004. pp. 297-328.
- ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. *Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.
- SALVI, G. The two sentence structures of early Romance. En: CINQUE, G.; SALVI, G.o (eds.). *Current Studies in Italian Syntax*. Ámsterdam: Elsevier, 2001. pp. 297-312.
- SANTORINI, B. *The Generalization of the Verb-Second Constraint in the History of Yiddish*. Tesis de Doctorado, University of Pennsylvania, 1989.
- SITARIDOU, I. Against V2 in Old Spanish. En: BREITBARTH, A. et alii (eds.). *The Determinants of Diachronic Stability*. Amsterdam: John Benjamins, 2019. pp. 131-56.
- TARALDSEN, K. On verb second and the functional content of syntactic categories. En: HAIDER, H.; PRINZHORN, M. (eds.). *Verb second Phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris, 1986. pp. 7-25.
- TORRES MORAIS, M. A. *Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo diacrônico da cliticização e do movimento do verbo*. Tesis de Doctorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- THRÁINSSON, H. V1, V2 e V3 in Icelandic. En: HAIDER, H.; PRINZHORN, M. (eds.). *Verb second Phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris, 1986. pp. 169-94.
- VIKNER, S. *Verb movement and expletive subjects in the Germanic languages*. Oxford: Oxford University Press. 1995.
- WOLFE, S. *Redefining the typology of V2 languages: the view from Medieval Romance and beyond*. *Linguistic Variation*, n. 91, v. 1, pp. 16-46, 2019.
- WOLFE, S. *Microvariation in Medieval Romance Syntax: A Comparative Study*. Tesis de Doctorado, University of Cambridge, 2015.
- YANG, C. Grammar competition and language change. In: LIGHTFOOT, D. (org.). *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 367-80.

ORAÇÕES CAUSAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

CAUSAL CLAUSES IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Patricia Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho discute as orações causais/explicativas do português brasileiro introduzidas por *porque*. Propõe-se que essas orações se adjungem a três posições distintas na matriz. Para descrever esses diferentes níveis de integração, adota-se a classificação proposta por Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022), em que as orações adverbiais são classificadas como centrais (adjungidas internamente a TP), periféricas (adjungidas externamente a TP) e não-integradas (adjungidas a uma projeção ligada ao ato de fala). Essa descrição sintática não é obtida a partir do significado das orações: as posições de adjunção são definidas a partir de diagnósticos sintáticos envolvendo o domínio de escopo da matriz. O trabalho discute também as orações causais com respeito às conhecidas relações estabelecidas por Sweetser (1990) entre as adverbiais e a matriz: relações no domínio do conteúdo, no domínio epistêmico e no domínio dos atos de fala. Ainda que, à primeira vista, pareça haver uma correspondência direta entre as três posições de adjunção mencionadas e os três domínios propostos por Sweetser, propõe-se, com base em Frey (2016), que essa relação se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser adjungidas às três posições, as orações epistêmicas podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas.

PALAVRAS-CHAVE: Orações causais. Orações adverbiais. Subordinação. Português Brasileiro.

ABSTRACT

This paper discusses causal clauses in Brazilian Portuguese introduced by *porque* 'because'. It is proposed that these clauses are adjoined to three distinct positions in the matrix. To describe these different levels of integration, I adopt the classification proposed by Frey (2016) and Badan and Haegeman (2022), in which adverbial clauses are classified as central (internally attached to TP), peripheral (externally attached to TP), and non-integrated (attached to a projection linked to the speech act). This syntactic description is not obtained from the meaning of the clauses: the adjunction positions are defined from syntactic diagnostics involving the scope domain of the matrix. The paper also discusses causal clauses with respect to the well-known relations established by Sweetser (1990) between adverbials and the matrix: relations in the domain of content, in the epistemic domain, and in the domain of speech acts. Although, at first glance, there seems to be a direct correspondence between the three adjunction positions and the three domains established by Sweetser, it is proposed, based on Frey (2016), that this correspondence takes place as follows: content clauses can be adjoined to all three positions, epistemic clauses can be peripheral or non-integrated, and speech act clauses can only be non-integrated.

KEYWORDS: Causal clauses. Adverbial clauses. Subordination. Brazilian Portuguese.

Introdução

Este artigo examina a sintaxe das chamadas orações causais/explicativas do português brasileiro (PB) introduzidas pelo conectivo *porque*. Para a tradição gramatical, de modo geral (cf.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), patricia.rodrigues@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0002-3534-284X>.

CUNHA; CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2010; entre outros), essas orações são classificadas como subordinadas causais ou como coordenadas explicativas.² A oração causal (1a) “indica o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na principal” (ROCHA LIMA, 2010, p. 274), ao passo que a oração explicativa (1b) relaciona “pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a razão de ser da primeira” (ROCHA LIMA, 2010, p. 186).

- (1) a. A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão. (ROCHA LIMA, 2010, p. 274)
 b. Espere um pouco, porque ele não demora. (ROCHA LIMA, 2010, p. 186)

A classificação tradicional implica a assunção de que todas as orações causais são subordinadas e de que todas as orações explicativas são coordenadas. Essa classificação já foi questionada em diversos trabalhos sobre as orações causais/explicativas do português. Matos (2004; 2006), bem como Matos e Raposo (2013), por exemplo, propõem que as orações explicativas são mais bem analisadas como subordinadas de caráter mais apositivo ou periférico (adjuntos de frase), estabelecendo, assim, uma outra correspondência semântico-sintática: as orações causais seriam subordinadas adjuntos de predicado (subordinadas integradas) e as orações explicativas seriam subordinadas adjuntos de frase (subordinadas periféricas). Ainda há autores, como Lobo (2003) e Colaço e Matos (2016), que consideram que não existe correspondência direta entre a estrutura sintática dessas orações e o seu significado causal ou explicativo, pois orações iniciadas por conectivos com sentido mais explicativo (como *que*) poderiam também denotar a causa real da situação descrita na oração associada.³

Essas questões não são, contudo, propriamente investigadas, conforme observa Rodrigues (2018), que mostra que os trabalhos examinados, em geral, assumem a separação clássica entre causais e explicativas, focando nos exemplos prototípicos de cada classe na definição de suas estruturas sintáticas. Isso resulta, na prática, em estabelecer igualmente uma correspondência direta entre a estrutura sintática e o significado das orações, em que as causais são analisadas como subordinadas integradas e as explicativas são analisadas ou como coordenadas (LOBO, 2003, 2013) ou como subordinadas periféricas (MATOS, 2004, 2006; MATOS; RAPOSO, 2013). Em suma, enquanto a análise das orações ditas causais é consensual, as estruturas propostas para as orações ditas explicativas são divergentes, mas, em última análise, assume-se que cada significado corresponde a uma estrutura sintática.

Questionando essa correspondência direta entre o significado das orações causais e suas estruturas sintáticas, Rodrigues (2018), que discute as orações causais/explicativas do PB introduzidas por *porque*, propõe que uma análise mais adequada para as orações interpretadas como causa direta

² Alguns autores, como Said Ali (1969, p. 147), por exemplo, utilizam o termo “causal” para identificar tanto as orações causais como as explicativas, diferenciando-as em subordinadas ou coordenadas conforme a pausa existente entre a oração causal e a oração inicial.

³ Conforme Colaço e Matos (2016, p. 45), “it has been remarked that the connectors presenting an explicative import may also head clauses that denote the real or inferred cause of the state of affairs expressed in the main clause”.

deve levar em conta a estrutura informacional da sentença. Na análise apresentada, orações causais introduzidas por *porque* podem ser consideradas tanto como adjuntos de predicado quanto como adjuntos de frase, a depender da estrutura informacional da construção causal. Essa análise foca, assim, na sintaxe externa das orações causais/explicativas, ou seja, em suas posições de adjunção à matriz, e deixa claro que não é possível determinar a sintaxe dessas orações a partir de seu significado.

O objetivo do presente trabalho é ampliar o estudo de Rodrigues (2018), refinando a descrição sintática das orações do PB introduzidas por *porque*. Assumo, com Rodrigues (2018), que as orações causais/explicativas do português brasileiro são orações subordinadas,⁴ mas proponho que, conforme seu nível de integração, podem ser adjungidas não a duas, mas sim a três posições distintas na matriz. Para descrever esses diferentes níveis de integração, adoto a classificação proposta por Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022), em que as orações adverbiais são classificadas como centrais (adjungidas internamente a TP), periféricas (adjungidas externamente a TP) e não-integradas (adjungidas a uma projeção ligada ao ato de fala). Vale notar que essa descrição sintática não parte do significado das orações: as posições de adjunção são definidas a partir de diagnósticos sintáticos envolvendo o domínio de escopo da matriz. É a partir de sua posição de adjunção que a adverbial adquire um significado: adverbiais centrais modificam a eventualidade codificada na matriz, adverbiais periféricas fornecem uma proposição que serve como evidência para a relevância da proposição principal e adverbiais não integradas modificam o ato de fala. Nos termos de Frey (2020), que segue Krifka (no prelo), teríamos, respectivamente, uma proposição, um julgamento e um ato de fala.

No entanto, quando se fala em significado das orações causais/explicativas, é necessário mencionar a conhecida proposta de Sweetser (1990), que distingue as relações estabelecidas entre as adverbiais e a matriz considerando o domínio a que pertencem: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala. Em comparação com a classificação causais vs. explicativas, pode-se dizer que as orações causais correspondem às orações de conteúdo e que o grupo das orações explicativas é subdividido em dois: orações epistêmicas e de ato de fala. Tendo em mente essa classificação, utilizarei o termo geral “oração causal” para designar as orações tradicionalmente denominadas causais/explicativas e os termos mais específicos “oração causal de conteúdo”, “oração causal epistêmica” e “oração causal de ato de fala” para diferenciá-las. As orações causais de conteúdo expressam uma causa para a eventualidade descrita na oração principal, ao passo que as orações epistêmicas apresentam uma evidência para a verdade da proposição enunciada na oração principal e as orações de ato de fala apresentam uma justificativa para a enunciação da oração principal. Com relação aos diferentes níveis de integração discutidos acima, argumento que as orações de conteúdo são centrais, as orações epistêmicas são periféricas e as orações de ato de fala são não-integradas.

Contudo, ainda que, à primeira vista, pareça haver uma correspondência biunívoca entre as três posições de adjunção mencionadas e os três domínios propostos por Sweetser, é necessário esclarecer

⁴ Para uma argumentação convincente sobre o estatuto de subordinadas das orações causais, o leitor pode consultar Matos (2004, 2006).

que a proposta de Sweetser visa a intenção do falante e contempla o significado do conteúdo das adverbiais, não o significado derivado das suas posições de adjunção. A propósito, veremos que a relação entre as diferentes posições de adjunção mencionadas e as diferentes interpretações propostas por Sweetser (1990) não é uma relação de um para um. Com base em Frey (2016), este trabalho propõe que essa relação se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser adjungidas às três posições, as orações epistêmicas só podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas. Inversamente, as orações centrais só podem obter uma leitura de conteúdo, as orações periféricas podem obter tanto uma leitura epistêmica quanto uma leitura de conteúdo e as orações não-integradas podem obter as três leituras.

O artigo está organizado como segue. A seção 1 apresenta a proposta para as diferentes posições de adjunção das orações adverbiais, bem como a proposta de classificação de Sweetser (1990) para essas orações. A seção 2 discute as orações causais do PB. Inicialmente, retoma a classificação de Sweetser (1990) proposta para as orações do inglês introduzidas por *because* ‘porque’ e argumenta que as orações causais do PB podem ser interpretadas de acordo com essa classificação. Em seguida, argumenta que as orações causais podem ser adjungidas às três posições propostas na seção 1. Para tanto, alguns diagnósticos sintáticos, como *binding* ‘ligação’, escopo da negação e possibilidade de encaixamento, são apresentados. A seção 3 apresenta o trabalho de Rodrigues (2018) e busca refinar a análise proposta, defendendo as relações entre significado e posições de adjunção introduzidas no parágrafo anterior. Por fim, a seção 4 apresenta algumas considerações finais.

1. Orações adverbiais: estrutura externa e significado

1.1. Três níveis de integração das orações adverbiais

É consenso na literatura que as orações adverbiais não formam sintaticamente um grupo homogêneo, podendo ser classificadas em subgrupos distintos conforme o nível de integração estrutural em relação à oração que modificam. Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022) reconhecem três níveis distintos de integração sintática das orações adverbiais: orações adverbiais centrais, orações adverbiais periféricas e orações adverbiais não-integradas.⁵ Essa classificação é fundamentada em diagnósticos relacionados, principalmente, a fenômenos de ligação (*binding*), de escopo (de operadores de foco e de negação, por exemplo) e de possibilidade de encaixamento. Além disso, essa classificação também se apoia em propostas que preveem diferentes projeções funcionais acima de TP, incluindo uma projeção funcional ligada ao ato de fala (e.g. SPEAS; TENNY, 2003; KRIFKA, no prelo).

Os dois primeiros diagnósticos distinguem as orações centrais dos outros dois tipos: se operadores na oração matriz podem estender seu escopo para a oração adverbial, isso indicaria que a oração adverbial é mais fortemente integrada à matriz. Inversamente, se esse efeito de escopo não é obtido, a oração adverbial apresentaria um nível de integração menor com a matriz. Em termos de

⁵ Trabalhos anteriores de Haegeman (1991, 2002, 2003, 2004, 2006, 2012, entre outros) propõem para as orações adverbiais uma classificação binária em centrais e periféricas. Badan e Haegeman (2022), com base nos trabalhos de Frey, revisam essa classificação e propõem a classificação ternária mencionada.

significado, as orações no escopo da matriz modificam a eventualidade nela codificada, ao passo que as orações fora do escopo da matriz não podem realizar esse tipo de modificação. Propõe-se assim que as primeiras seriam adjungidas internamente a TP e chamadas de centrais (ou integradas), enquanto as segundas seriam adjungidas externamente a TP (cf. HAEGEMAN, 1991, 2003, 2012). As orações adverbiais que recaem fora do escopo da matriz podem, por sua vez, ser diferenciadas entre si a partir da possibilidade de serem ou não encaixadas juntamente com a oração hospedeira como uma oração completiva. A possibilidade de encaixamento indica que a oração adverbial se relaciona com a proposição principal da completiva, e não com a proposição principal que contém o verbo que seleciona a completiva. Essas adverbiais são denominadas de periféricas. Já a impossibilidade de encaixamento mostra que a adverbial não estaria modificando a proposição principal da completiva (ou a eventualidade que ela denota), mas, sim, o ato de fala. Ou seja, a impossibilidade de encaixamento dessas orações seria resultado da impossibilidade de encaixamento de um ato de fala (cf. FREY, 2020, no prelo). Essas são as orações denominadas não-integradas.

Os resultados obtidos a partir desses diagnósticos apontam para (i) a adjunção das orações periféricas a uma projeção intermediária entre TP e a projeção ligada ao ato de fala, introduzindo proposições contextualmente salientes que evidenciam a relevância da proposição principal, e (ii) a adjunção das orações não-integradas a uma projeção ligada ao ato de fala, modificando-o (cf. CHARNAVEL, 2017, 2019; FREY, 2020; BADAN; HAEGEMAN, 2022; ÁNGANTÝSSON; JEĐRZEJOWSKI, no prelo).

Badan e Haegeman (2022, p. 2) exemplificam esses diferentes níveis de integração, e suas diferentes leituras, com orações do inglês introduzidas pela conjunção *while* (2).

- (2) a. While we were talking about Theresa May, the BBC announced her resignation.
‘Enquanto nós estávamos falando de Theresa May, a BBC anunciou sua renúncia.’
- b. While Theresa May may be viewed as a conservative, some of her proposals are innovative.
‘Embora Theresa May possa ser vista como uma conservadora, algumas de suas propostas são inovadoras.’
- c. While we are talking about Theresa May, some of her proposals were innovative.
‘Já que estamos falando de Theresa May, algumas de suas propostas foram inovadoras.’

Em (2a), *while* tem uma leitura temporal e a oração adverbial é central, modificando o evento codificado na oração principal; em (2b), *while* tem um sentido adversativo e a oração adverbial é periférica, introduzindo no contexto uma assunção que enfatiza a pertinência da proposição principal; já em (2c), *while* tem, como em (2a), uma leitura temporal, mas é uma oração que modifica o ato de fala, sendo considerada uma oração não-integrada.⁶

⁶ Badan e Haegeman (2022) se referem a esse tipo de oração como ‘orações adverbiais centrais recicladas como modificadoras de eventos de fala’.

Os exemplos em (3) mostram que uma oração introduzida por *while* com leitura temporal pode estar no escopo de uma negação sentencial (3a), ao passo que uma oração introduzida por *while* com sentido adversativo não pode (3b). Já o exemplo em (4), em que ocorre o encaixamento da adverbial juntamente com a matriz que essa adverbial modifica, mostra que a sentença só pode ser interpretada se for atribuído a *while* um sentido temporal estrito; a leitura com sentido temporal modificando o ato de fala não está disponível.

- (3) a. Thieves enter the house, not while you are all at home together but more likely during the weekend, when you are away.
 ‘Ladrões entram na sua casa, não enquanto vocês estão todos juntos lá, mas mais provavelmente durante o fim de semana, quando vocês estão fora.’
- b. We will not cancel our trip in September, (*not) while we will cancel our trip in June.
 ‘A gente não vai cancelar nossa viagem em setembro, (*não) embora a gente vá cancelar nossa viagem em junho.’
- (4) The secretary of state will announce [that [while they are talking about Theresa May], five cabinet ministers will be voting with the opposition].
 ✓ ‘O secretário de estado vai anunciar [que [enquanto eles estão falando de Theresa May], cinco ministros vão votar com a oposição].’
 * ‘O secretário de estado vai anunciar [que [já que eles estão falando de Theresa May], cinco ministros vão votar com a oposição].’

Em síntese, as orações adverbiais podem se adjungir à matriz em três diferentes posições: internamente a TP, modificando a eventualidade principal; externamente a TP, colocando em evidência a relevância da proposição principal; e a uma projeção de ato de fala, modificando-o.

A seção a seguir apresenta a proposta de Sweetser (1990) para classificação das orações adverbiais causais com relação ao seu significado.

1.2. SWEETSER (1990)

De acordo com Sweetser, uma relação causal pode ser caracterizada em termos de diferentes domínios de uso, correspondentes a níveis cognitivos distintos: o domínio do conteúdo, o domínio epistêmico e o domínio dos atos de fala. Assim, a especificação das orações causais é feita de acordo com o domínio em que atuam. A sentença expressa uma relação causal pertencente ao domínio do conteúdo quando a eventualidade descrita na oração causal é interpretada como a causa direta da eventualidade descrita na oração matriz. Esse é o caso de (5), que estabelece uma relação causal em que o amor de John por uma pessoa referenciada como *her* ‘ela’ é a razão, a causa, de sua volta.⁷

⁷ Os exemplos (5) a (8) estão em Sweetser (1990, p. 77)

- (5) John came back because he loved her.
 John voltar-_{PST} porque ele amar-_{PST} ela
 ‘John voltou porque a amava.’

Já orações causais no domínio epistêmico apresentam uma evidência para a verdade de uma proposição expressa na oração associada, como em (6). Nesse caso, o conhecimento do falante sobre a volta de John é uma evidência, um argumento, para confirmar a conclusão expressa na matriz de que John a amava.

- (6) John loved her, because he came back.
 John amar-_{PST} ela, porque ele voltar-_{PST}
 ‘John a amava, porque ele voltou.’

Por fim, orações causais no domínio dos atos de fala constituem uma justificativa para a enunciação da oração associada, como em (7). A interpretação desse exemplo seria aproximadamente “eu estou te perguntando o que você vai fazer hoje à noite porque eu gostaria de sugerir que podemos ir ver esse filme”.

- (7) What are you doing tonight, because there’s a good movie on.
 o que está você fazendo hoje-à-noite, porque tem um bom filme em
 ‘O que você vai fazer hoje à noite, porque tem um bom filme passando’.

Sweetser ainda argumenta que há casos em que somente o contexto pode tirar a ambiguidade com relação ao domínio de atuação da oração causal, como em (8), em que é possível interpretar “ela saiu” como uma afirmação, seguida da causa de sua saída (buscar seu livro no cinema), ou como uma conclusão a partir do conhecimento do fato de que ela deixou seu livro no cinema.

- (8) She went, because she left her book in the movie theater last night.
 ela ir-_{PST} porque ela deixar-_{PST} seu livro em o filme teatro passada noite
 ‘Ela saiu, porque deixou seu livro no cinema ontem à noite.’

Sweetser chama a atenção para o fato de que a conjunção *because* ‘porque’ do inglês pode iniciar orações nos três domínios mencionados. Para a autora, a interpretação da sentença não depende da forma da conjunção, mas, sim, de uma escolha pragmaticamente motivada.

As propostas apresentadas nesta seção enquadram a discussão da seção seguinte sobre as orações causais do PB introduzidas por *porque* com relação aos seus níveis de integração sintática e aos seus significados.

2. As orações causais do PB

2.1. As orações causais do PB e a classificação de Sweetser (1990)

As orações do PB introduzidas por *porque*, da mesma forma que no caso do inglês, podem estar relacionadas aos domínios do conteúdo, epistêmico e dos atos de fala, como pode ser constatado na tradução dos exemplos do inglês em (5)-(7) e nos exemplos em (9).⁸

- (9) a. O João conseguiu o emprego porque é cunhado do chefe.
 b. A Maria foi ao médico, porque vi uma receita sobre a mesa.
 c. Chegue mais cedo hoje, porque o auditório estará lotado.
 d. Quem chegou, porque eu ouvi a campainha.

Em (9a), a oração causal expressa uma relação no domínio do conteúdo – o fato de o João ser cunhado do chefe é a causa, a razão direta, de ele ter conseguido o emprego. Já em (9b), a oração causal expressa uma relação no domínio epistêmico, resultado de um processo inferencial – é do conhecimento do falante a plausibilidade de ter-se ido ao médico para obter-se uma receita; a partir desse conhecimento e da constatação da existência de uma receita médica no nome da Maria, ele enuncia a conclusão de que Maria foi ao médico. A oração causal constitui, dessa forma, uma evidência para a verdade da proposição enunciada na oração inicial.⁹ As orações causais em (9c) e em (9d) expressam uma justificativa para a enunciação da oração principal: em (9c), a oração *chegue mais cedo* veicula um ato de fala injuntivo, e a oração causal expressa uma justificativa para esse pedido/essa ordem; em (9d), a oração *quem chegou* veicula um ato de fala interrogativo, e a oração causal expressa uma justificativa para essa pergunta.

No PB, tal qual no inglês, também há casos em que só o contexto pode eliminar a ambiguidade, como em um dos exemplos discutidos por Ilari (2008, p. 829), reproduzido em (10), em discussão sobre a dificuldade na classificação semântica dos nexos inter-sentenciais, com foco na conjunção *porque*.

- (10) O criminoso voltou ao local do crime *porque* deixou impressões digitais na porta de vidro.

Ilari esclarece que essa sentença poderia ser usada em duas situações distintas, que dizem respeito, respectivamente, ao *dictum* e ao *modus*. Essas situações correspondem ao que Sweetser denomina domínio do conteúdo e domínio epistêmico:

‘Situação a’: O detetive que investiga o caso descobriu que o criminoso, depois de deixar o local do crime, se lembrou de ter passado pela porta de vidro e retornou para apagar as impressões digitais.

⁸ Neves e Braga (2016) também adotam a classificação de Sweetser para enquadrar a discussão sobre as construções hipotéticas/adverbiais num quadro funcionalista.

⁹ Charnavel (2017, 2019) identifica esse tipo de relação causal como ‘evidencial’.

‘Situação b’: O detetive que investiga o caso concluiu que o criminoso voltou ao local alguns dias depois do crime, ao descobrir na porta de vidro algumas impressões digitais não observadas pela polícia técnica, logo em seguida ao crime. (ILARI, 2008, p. 830)

Da mesma forma que pode haver construções ambíguas entre uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica, como no exemplo anterior, exemplos em que as três leituras são possíveis, dependendo do contexto, também existem, como (11).

- (11) A Maria vai comprar um carro, porque o João tem insistido que isso vai facilitar a vida dela.

Na leitura de conteúdo, a razão para a Maria comprar um carro é a insistência do João. Na leitura epistêmica, o falante conhece a insistência do João e presume, conclui, que Maria vai (provavelmente) comprar um carro – a oração causal é apresentada como evidência para essa conclusão. Na leitura de ato de fala, o falante realiza uma asserção, e essa asserção é justificada pela oração causal. Nesse caso, o conteúdo da oração causal também veicula a razão pela qual a Maria vai comprar um carro, mas esse conteúdo é apresentado como justificativa para o ato de fala assertivo; assim, a oração causal constitui um comentário acrescentado pelo falante, modificando o ato de fala e veiculando a razão por que o falante asseverou que Maria vai comprar um carro. Como observado na introdução deste trabalho, argumento que essas diferentes interpretações correspondem a diferentes estruturas sintáticas: na interpretação de conteúdo, a oração causal estaria adjungida internamente a TP, na interpretação epistêmica, a oração causal estaria adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala, e na interpretação de ato de fala, a oração causal estaria adjungida à uma projeção de ato de fala. Na seção 3, argumentarei que essa correspondência não é de um para um e discutirei as outras possibilidades de interpretação para cada nível de adjunção.

Vale notar que muito da confusão que se observa na literatura sobre causais e explicativas reside no fato de que uma asserção é um ato de fala, e a oração causal que segue um ato de fala assertivo pode ou não fazer parte da asserção. Quando a oração causal veiculando a razão da situação descrita na matriz não faz parte da asserção, ela constitui um enunciado independente que fornece uma justificativa para asserção. Teríamos, nesse caso, a situação apontada por Colaço e Matos (2016), em que uma oração com “sabor” explicativo denota a causa real da eventualidade expressa na oração principal.¹⁰ Esse é o principal ponto da análise proposta por Rodrigues (2018), que será discutida na seção 3.

2.2. Níveis de adjunção das orações causais introduzidas por *porque*

Para mostrar que as orações causais do PB também podem ser classificadas como centrais, periféricas e não-integradas, discuto a seguir três diagnósticos mencionados na seção 1.1: ligação

¹⁰ Ver Nota 2.

(*binding*), escopo da negação e a propriedade de encaixamento em uma oração completiva. Os testes envolvendo os fenômenos de ligação e de escopo distinguem as orações centrais das orações periféricas e das não-integradas, enquanto o teste sobre a possibilidade de encaixamento distingue as orações periféricas das orações não-integradas.

Para maior clareza dos testes e das explicações, os exemplos examinados nesta seção ilustram a seguinte correspondência: para mostrar que as orações causais podem ser orações centrais, os exemplos trazem orações de conteúdo; para mostrar que as orações causais podem ser periféricas, os exemplos trazem apenas orações epistêmicas; e para mostrar que as orações causais podem ser não-integradas, os exemplos trazem apenas orações de ato de fala.

2.2.1 Ligação e escopo da negação

Se a oração é adjungida internamente a TP, espera-se que ela esteja no domínio de c-comando dessa projeção funcional. Os exemplos em (12) mostram que as orações iniciadas por *porque* no PB podem ocupar essa posição.

- (12) a. *Ela_i vai embora porque a Maria_i tá cansada.
 b. Nenhuma criança_i chorou porque seu_i brinquedo quebrou.
 c. A Maria não vai embora porque o Pedro chegou (ela vai embora porque é tarde).

Em (12a), há uma violação do Princípio C da teoria da ligação: a oração causal não aceita uma expressão-R correferenciada com um pronome sujeito na matriz, o que seria possível se a expressão-R não estivesse no domínio de c-comando do pronome. Em (12b), ocorre a situação oposta: o possessivo de 3ª pessoa *seu* pode ser ligado por uma expressão antecedente quantificada na matriz, indicando que a oração causal está no domínio de c-comando da matriz. Já em (12c), a oração causal pode ser interpretada no domínio da negação da matriz. As orações causais em (12) podem, portanto, ser classificadas como adverbiais centrais.

Alternativamente, se a oração é adjungida externamente a TP, ela não estará no domínio de c-comando do sujeito ou da negação, como pode ser visto em (13) e em (14). Em (13), não há violação do princípio C; em (14), a oração causal não se encontra no domínio da negação principal.

- (13) a. Ela_i deve ter saído, porque a Maria_i nunca deixa a luz apagada.
 b. Eu sei que você tá esperando o Pedro. Que horas ele_i chega, porque o Pedro_i não gostaria de me encontrar aqui.

- (14) a. *A Maria não deve ter saído, porque o carro tá na garagem (mas porque o portão está fechado).
 b. *João, olha, a Maria não tá bem de saúde, porque eu sei que você tá sempre querendo saber da vida dela (mas porque eu preciso compartilhar essa notícia).

Esses testes mostram que as orações em (13) e (14) não são centrais, contudo não as diferenciam com relação ao seu estatuto de periféricas ou não-integradas. Essa distinção pode ser estabelecida pelo teste de encaixamento, como veremos a seguir.

2.2.2 Encaixamento

Apropriedade de encaixamento da construção causal como uma oração completiva pode distinguir uma oração periférica de uma oração não-integrada. Enquanto a possibilidade de encaixamento indica que a oração causal modifica a oração completiva, a impossibilidade de encaixamento indica que a oração causal não está associada à completiva. Os exemplos em (15) mostram casos em que é possível encaixar uma oração causal juntamente com a matriz que ela modifica.

- (15) a. Pedro: “A Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada”.
 b. O Pedro disse que a Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada.
 c. O Pedro disse que, porque a luz tá apagada, a Maria deve ter saído.
 d. *Ele_i disse que, porque o Pedro_i viu uma receita sobre a mesa, a Maria deve estar doente.

Em (15b-c), a oração causal, por estar encaixada, fornece evidência para a proposição “a Maria deve ter saído”, não para a proposição principal “o Pedro disse que a Maria deve ter saído”. A anteposição da oração causal em (15c) garante que ela está de fato encaixada, que não está modificando a oração principal. O exemplo em (15d) confirma essa análise: há violação do Princípio C quando o DP “o Pedro” aparece correferenciado com o pronome “ele” na oração principal, indicando que a oração causal está no escopo da oração com o verbo “disse”; está encaixada, portanto, sob essa oração. A oração causal é, nesse caso, periférica.

Já os exemplos em (16) mostram um caso em que um encaixamento desse tipo não é possível.

- (16) a. Pedro: “Maria, minha filha não gosta de você, porque eu preciso ser sincero.”
 b. #O Pedro confessou que sua filha não gosta da Maria porque ele precisa ser sincero.
 c. *O Pedro confessou que porque ele precisa ser sincero a filha dele não gosta da Maria.
 d. Ele_i confessou que a filha dele não gosta da Maria, porque o Pedro_i precisa ser sincero.

Em (16a), a oração causal modifica o ato de fala assertivo “Maria, minha filha não gosta de você”. Em outras palavras, Pedro afirma que sua filha não gosta da Maria e acrescenta uma justificativa para a realização desse ato de fala, qual seja o desejo de ser sincero. Os exemplos em (16b-c), em que o ato de fala assertivo de Pedro é reportado na oração completiva, mostram que a oração causal não pode ser entendida como modificadora desse ato de fala reportado. O exemplo em (16b) só pode ser interpretado se a oração causal estiver modificando o ato de fala expresso por “O Pedro confessou

que não gosta da Maria” (ou estiver modificando a eventualidade principal). A anteposição da oração causal em (16c) garante que ela está de fato encaixada. O exemplo em (16d) confirma essa análise: a não violação do Princípio C mostra que a oração causal não está encaixada juntamente com a oração “a filha dele não gosta da Maria”; a oração causal está modificando o enunciado “Ele confessou que a filha dele não gosta da Maria”.

Em conclusão, os testes apresentados nesta seção mostram que, em PB, as orações causais podem ser classificadas em (i) centrais, quando se adjungem internamente a TP, modificando a eventualidade codificada na matriz; (ii) periféricas, quando se adjungem externamente a TP, modificando a proposição principal; e (iii) não integradas, quando se adjungem a uma projeção de ato de fala, modificando o ato de fala.

3. Proposta de análise para as orações causais do PB

Nesta seção, apresento inicialmente o trabalho de Rodrigues (2018), para, em seguida, propor uma ampliação de sua análise.

3.1. Rodrigues (2018)

Rodrigues questiona a frequente utilização da distinção causais vs. explicativas como ponto de partida para a discussão da estrutura sintática dessas orações e propõe que uma análise mais adequada para as orações interpretadas como causa direta deve levar em conta a estrutura informacional da sentença. Com relação à sintaxe externa dessas orações, Rodrigues assume, seguindo Haegeman (2002, 2006), a classificação binária central (adjunto de predicado) vs. periférica (adjunto de frase), propondo que as orações centrais são adjungidas no nível da projeção verbal, ao passo que as orações periféricas seriam adjungidas a CP. No que concerne a estrutura informacional, assume, com base em Frey e Truckenbrodt (2015), que

um enunciado complexo, quando formado por orações não integradas ou fracamente integradas entre si, não pode ser associado a uma única estrutura foco-background nem a uma única curva prosódica. Assim, as orações adverbiais periféricas, por estarem conectadas ao CP, seriam parcialmente (ou fracamente) integradas à oração principal; um enunciado com orações desse tipo possuiria dois contornos prosódicos distintos, podendo também ser associado a duas estruturas foco-suposição distintas. Já uma adverbial central e sua oração matriz seriam integradas sintaticamente, e o enunciado todo possuiria um contorno prosódico único e corresponderia a uma única estrutura foco-suposição. (RODRIGUES, 2018, p. 552)

O artigo em questão argumenta que a análise tradicional das orações ditas causais invariavelmente como adjuntos de predicado está equivocada,¹¹ pois não é o significado de causa direta do evento que determina a sintaxe das orações, mas sim o tipo de integração que a oração estabelece com

¹¹ Tradicionalmente, como citado na introdução do trabalho, a oração causal “indica o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na principal” (ROCHA LIMA, 2010, p. 274).

a matriz. Dessa forma, orações que veiculam a causa da eventualidade principal também podem modificar uma asserção, funcionando conseqüentemente como um adjunto de frase, não como um adjunto de predicado. Conforme apontado no artigo, a análise tradicional de uma oração causal como subordinada de predicado resulta do assentimento implícito de que uma oração que veicula a razão da eventualidade descrita na matriz só pode ser associada a um tipo de estrutura informacional específico, em que a matriz representa a pressuposição e a subordinada, o foco. Em uma estrutura desse tipo, a oração estaria modificando de fato a eventualidade principal. No entanto, no caso em que a oração matriz e a oração causal formam duas estruturas foco-pressuposição separadas, a oração causal, ainda que veicule um conteúdo descrevendo a causa da eventualidade principal, estaria modificando um ato de fala assertivo.

Em síntese, para Rodrigues (2018), as orações causais que denotam a causa direta da eventualidade principal podem tanto modificar essa eventualidade, quando são adjungidas a TP, quanto modificar o ato de fala, quando adjungidas acima de TP. Os exemplos mencionados no artigo ajudam a entender a questão:

- (17) a. Eu fiquei sabendo que o João casou com uma milionária, e que, dois meses depois, ela morreu num acidente de avião. Me disseram que ele não recebeu um tostão furado de herança.
Por que que ele não herdou nada?!
- b. **O João não herdou nada porque casou com separação de bens.**
- (18) a. Eu fiquei sabendo que o João casou com uma milionária, e que, dois meses depois, ela morreu num acidente de avião. O que aconteceu com ele? Ficou rico?
- b. **O João não herdou nada, porque ele casou com separação de bens.**
(RODRIGUES, 2018, p. 552, exemplos (8) e (9))

Tanto em (17b), como em (18b), as orações causais denotam a causa da eventualidade principal: a causa para o não recebimento da herança é o casamento com separação de bens. No entanto, as duas construções são associadas a estruturas informacionais distintas, com contornos prosódicos distintos, marcados pela ausência/presença da vírgula. Assim, (17b) possui um único contorno prosódico, indicando que a oração causal é uma oração central, ao passo que (18b) possui dois contornos prosódicos distintos, indicando que a oração causal é periférica. Rodrigues acrescenta que, no caso de (18b), “mesmo que a informação veiculada na oração causal não tenha sido pedida pelo interlocutor, o falante considera pertinente acrescentar a causa da situação descrita na oração *O João não herdou nada*”, introduzindo, assim, um comentário que justifica a asserção principal.

Essa é a questão central do artigo de Rodrigues (2018). Ainda que fundamentalmente correta, a proposta de análise pode ser refinada, como discutiremos na seção que segue.

3.2. O estatuto sintático das orações causais e seu significado

O presente trabalho parte da hipótese, já discutida por Rodrigues (2018), de que o conteúdo das orações causais não pode determinar a sintaxe externa dessas orações. Dito de outro modo, o fato, por exemplo, de uma oração causal veicular a causa direta da situação descrita na matriz não determina que essa oração deva ser adjungida internamente a TP, como modificadora da eventualidade principal. É o nível de adjunção da oração que vai determinar se ela está ou não modificando essa eventualidade. Nesse sentido, como vimos anteriormente, é possível para uma oração com determinado conteúdo descritivo modificar tanto a eventualidade principal quanto o ato de fala.

Para detalhar essa discussão, retomo as três leituras de Sweetser e argumento, seguindo Frey (2016, 2020), que a relação entre essas leituras e as posições de adjunção das orações causais se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser centrais, periféricas ou não-integradas, as orações epistêmicas só podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas. Dito de outro modo, (i) as orações adjungidas internamente a TP (centrais) só podem ser interpretadas no domínio do conteúdo, enquanto (ii) as orações adjungidas externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala (periféricas), permitem as leituras de conteúdo e epistêmica e (iii) as orações adjungidas à projeção de ato de fala (não-integradas) permitem as três leituras. Dessa forma, as orações não-integradas não têm somente uma leitura no domínio do ato de fala e as orações periféricas não têm somente uma leitura no domínio epistêmico. As orações centrais, no entanto, só podem ter uma leitura no domínio do conteúdo. O restante desta seção argumenta pela procedência das relações definidas em (i)-(iii).

3.2.1 Orações causais centrais: leitura de conteúdo

Como vimos nas seções 1.1 e 2.2, as orações centrais são aquelas que se encontram no escopo da oração matriz. Nos exemplos em (12) do PB, repetidos em (19), as orações causais são centrais, pois estão no domínio de c-comando do sujeito e da negação na oração principal: em (19a), há violação do Princípio C da teoria da ligação, indicando que a Expressão-R “a Maria” está no domínio de c-comando do pronome “ela”; em (19b), a possibilidade de ligação entre o possessivo “seu” e o sintagma quantificado sujeito “nenhuma criança” também mostra que a oração causal está no domínio de c-comando do sujeito matriz; já (19c) mostra que o escopo da negação alcança a oração causal, outra indicação de que essa oração está no domínio de c-comando da matriz. Essas propriedades sugerem que a posição de adjunção da oração causal é interna a TP (centrais).

- (19) a. *Ela_i vai embora porque a Maria_i tá cansada.
 b. Nenhuma criança_i chorou porque seu_i brinquedo quebrou.
 c. A Maria não vai embora porque o Pedro chegou (ela vai embora porque é tarde).

Por serem centrais, as orações causais em (19) modificam a eventualidade principal, logo a única interpretação possível para elas é no domínio do conteúdo.

3.2.2 Orações causais periféricas: leituras de conteúdo e epistêmica

Conforme a discussão na seção 2.2, as orações periféricas são aquelas que não se encontram no escopo da oração matriz, como ilustrado em (20a) (=13a) e em (20b) (=14a), e que podem ser encaixadas, juntamente com a matriz que modificam, sob um verbo que seleciona uma completiva (21) (=15a-b).

- (20) a. Ela_i deve ter saído, porque a Maria_i nunca deixa a luz apagada.
 b. *A Maria não deve ter saído, porque o carro tá na garagem (mas porque o portão está fechado)
- (21) a. Pedro: “A Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada”.
 b. O Pedro disse que a Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada.

O exemplo em (20a) mostra que pode haver uma ligação entre a Expressão-R “a Maria” na causal e o pronome “ela” sujeito da principal, indicando que a oração causal não está no domínio de c-comando do pronome. Já o exemplo em (20b) mostra que a oração causal não se encontra no alcance da negação na principal, indicando que oração está fora do domínio de c-comando desse operador. Quanto ao exemplo em (21b), ele mostra que a oração causal é adjunto da oração completiva, pois é possível interpretar a oração causal como uma justificativa dada por Pedro para sustentar a conclusão que ele enuncia de que a Maria deve ter saído.

Tanto em (20) como em (21), a oração causal é do tipo epistêmico, pois apresenta uma justificativa para a conclusão enunciada na oração principal. Assim, orações periféricas podem ter uma leitura no domínio epistêmico.

Contudo, a hipótese defendida neste trabalho é que, além de poderem ter uma leitura no domínio epistêmico, as orações periféricas aceitam igualmente uma leitura no domínio do conteúdo; ou seja, mesmo estando adjungida externamente a TP, a oração periférica pode afirmar a causa de uma eventualidade.

De acordo com Frey (2020), uma oração periférica pode veicular a causa da eventualidade principal nos casos em que o falante considera uma relação causal como parte de sua avaliação do mundo. Em outras palavras, uma relação causal entre eventualidades p e q pode levar de forma natural a uma relação entre proposições baseadas em p e q , i.e. a uma relação entre atitudes: a suposição de que p é verdadeira leva à suposição de que q é verdadeira (cf. também FREY, 2016). Ou seja, a oração causal não versa diretamente sobre uma relação entre fatos, mas sobre uma relação entre assunções de que certos fatos são verdadeiros. Nos termos de Badan e Haegeman (2022), as adverbiais periféricas fornecem uma proposição que evidencia a relevância da proposição principal. Isso aconteceria quando a relação causal no domínio do conteúdo é expressa por uma oração periférica, como em (22).

- (22) João acredita [que Pedro está nervoso porque infelizmente suas mãos estão tremendo]. Ele tem medo de ter Parkinson como seu pai.

Em (22), João assume como verdadeiro que Pedro está nervoso e que suas mãos estão tremendo, e que o segundo fato é a causa do primeiro; ou seja, o fato de as mãos de Pedro estarem tremendo é a causa direta do seu nervosismo. Essa relação causal é parte da avaliação do mundo de João, como atesta o advérbio *infelizmente* presente na causal. Com relação à presença desse advérbio na oração causal, Ángantýsson e Jędrzejowski (no prelo), bem como Frey (2020), argumentam que, se uma oração se adjuge a uma determinada projeção funcional, espera-se que ela possa abrigar modificadores adverbiais associados com essa projeção. Assim, uma oração periférica poderia conter advérbios altos, avaliativos, como *infelizmente*, ou evidenciais, como *supostamente*, como é o caso de (22). Esse não seria, contudo, o caso de uma oração central. Nesse sentido, esses advérbios não poderiam ocorrer em uma oração causal que só pode ser analisada como central, como a oração causal em (19b). A modificação desse exemplo com a inclusão de um advérbio desse tipo, como ilustrado em (23), mostra que a ligação entre o possessivo e a expressão quantificada não é mais possível na presença de *infelizmente/supostamente*.

- (23) * Nenhuma criança_i chorou porque infelizmente / supostamente seu_i brinquedo quebrou.

Dessa forma, a possibilidade de abrigar advérbios avaliativos ou evidenciais indicaria que a oração é periférica. O exemplo em (22) mostra assim uma oração periférica com uma leitura no domínio do conteúdo. As orações periféricas podem, portanto, apresentar tanto uma leitura epistêmica quanto uma leitura de conteúdo.

3.2.3 Orações causais não-integradas: leituras de conteúdo, epistêmica e de ato de fala

De acordo com a discussão realizada na seção 2.2, as orações não-integradas são aquelas que não se encontram no escopo da matriz e que não podem ser encaixadas em uma oração completiva. Os exemplos vistos em (13b), (14b) e (16), repetidos em (24a), (24b) e (25), respectivamente, ilustram essas propriedades.

- (24) a. Eu sei que você tá esperando o Pedro. Que horas ele_i chega, porque o Pedro_i não gostaria de me encontrar aqui.
 b. *João, olha, a Maria não tá bem de saúde, porque eu sei que você tá sempre querendo saber da vida dela (mas porque eu preciso compartilhar essa notícia).
- (25) a. Pedro: “Maria, minha filha não gosta de você, porque eu preciso ser sincero.”
 b. #O Pedro confessou que sua filha não gosta da Maria porque ele precisa ser sincero.
 c. *O Pedro confessou que porque ele precisa ser sincero a filha dele não gosta da Maria.
 d. Ele_i confessou que a filha dele não gosta da Maria, porque o Pedro_i precisa ser sincero.

Os exemplos em (24) mostram que a oração causal não está no domínio de c-comando do sujeito ou da negação da principal, e os exemplos em (25) mostram que a construção causal não pode ser encaixada, indicando que a oração causal não está modificando a completiva. Em suma, essas orações causais são não-integradas, associadas a uma projeção de ato de fala, modificando, portanto, o próprio ato de fala.

Com relação à classificação de Sweetser (1990), essas orações causais veiculam uma leitura de ato de fala: em (24a), o falante enuncia a oração causal para justificar a pergunta “que horas ele chega”, e em (25a), o falante enuncia a oração causal para justificar o ato de fala assertivo “Maria, minha filha não gosta de você”. Em (26), temos um outro exemplo em que a oração causal não-integrada tem uma leitura de ato de fala.

- (26) Quem foi que convidou o Pedro pro Natal, porque, honestamente, quem suporta esse cara?

No entanto, como defendido neste trabalho, as orações causais não-integradas não veiculam exclusivamente uma leitura de ato de fala, podendo igualmente veicular uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica. Os exemplos abaixo atestam essas duas leituras.

- (27) a. E o João, como ele está? Você tem notícias dele?
b. O João acabou aceitando o emprego na empresa do pai, porque, francamente, né, ele não tinha outra oferta.

- (28) A Ana deve estar doente, porque, honestamente, ela está muito pálida!

Advérbios como *honestamente* e *francamente* são também advérbios altos, mas ligados ao ato de fala. Consequentemente, se a oração causal pode hospedar esses advérbios, isso indicaria que ela é uma oração não-integrada, pois está se adjungindo a uma projeção de ato de fala. As orações causais em (27) e em (28) contêm esses advérbios, indicando que o seu estatuto é o de uma oração não-integrada. Contudo, elas expressam diferentes leituras: em (27b), a oração causal estabelece uma relação no domínio do conteúdo, ou seja, a razão por que o João aceitou o emprego foi o fato de ele não ter outra oferta, mas a oração causal não está modificando a eventualidade denotada pela principal; essa oração é acrescentada como um comentário do falante, logo está modificando o ato de fala, mas veiculando a causa da eventualidade principal.¹² Já em (28), a oração estabelece uma relação no domínio epistêmico: a oração causal veicula uma justificativa para a conclusão de que Ana deve estar doente.

Dessa forma, a possibilidade de abrigar advérbios ligados ao ato de fala indicaria que a oração é não-integrada. Os exemplos em (27) e (28) mostram que a oração causal não-integrada, além de

¹² Esse é o caso também do exemplo em (18b). Da mesma forma que Badan e Haegeman (2022) (ver nota 5), é possível se referir a esse tipo de oração como ‘orações adverbiais centrais recicladas como modificadoras de eventos de fala’.

veicular uma leitura de ato de fala, também pode veicular uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica.

Resumindo brevemente, esta seção discutiu a análise de Rodrigues (2018) e propôs uma ampliação de sua análise, assumindo três posições de adjunção para as adverbiais causais e estabelecendo uma correspondência entre as posições de adjunção e os significados das adverbiais introduzidos por Sweetser (1990).

4. Conclusão

Este artigo examinou a sintaxe das orações causais do PB introduzidas por *porque*. Em termos sintáticos, argumentou-se que essas orações podem ser analisadas como centrais, periféricas e não-integradas, integrando-se estruturalmente em três níveis distintos com relação à oração principal: internamente a TP, externamente a TP e a uma projeção ligada ao ato de fala. Em termos de significado, o trabalho mostrou que as orações causais do PB podem ser interpretadas como causais de conteúdo, epistêmicas e de ato de fala, conforme a proposta de Sweetser (1990), mas que não há uma correspondência direta entre essas leituras e as posições de adjunção das orações. Nesse sentido, as orações de ato de fala só podem ser não-integradas, as orações epistêmicas podem ser tanto periféricas quanto não integradas e as orações centrais podem se adjungir às três posições. Essas relações podem ser compreendidas em termos de escopo do adjunto: uma oração adjungida internamente a TP, por estar associada à eventualidade expressa pela matriz, só permitiria uma interpretação relacionada ao domínio do conteúdo; uma oração adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção relacionada ao ato de fala, por estar associada à proposição expressa pela matriz, permitiria interpretações relacionadas tanto ao domínio do conteúdo quanto ao domínio epistêmico; já uma oração adjungida a uma projeção de ato de fala, no topo da estrutura, por estar associada ao enunciado, permitiria interpretações nos três domínios cognitivos.¹³ Uma implementação dessa proposta poderá ser pensada em trabalhos futuros nos termos de Krifka (no prelo), como propõem Frey (2020) e Ángantýsson e Jędrzejowski (no prelo).

Referências

ÁNGANTÝSSON, Á.; JĘDRZEJOWSKI, Ł. Layers of subordinate clauses: A view from causal af-því-að-clauses in Icelandic. In: JĘDRZEJOWSKI, Ł.; FLEczORECK, C. (ed.). *Micro- and Macro-variation of Causal Clauses. Synchronic and Diachronic Insights*. Amsterdam: John Benjamins, no prelo.

BADAN, L.; HAEGEMAN, L. The syntax of peripheral adverbial clauses. *Journal of Linguistics*, pp. 1-42, 2022.

¹³ Gostaria de agradecer a um dos pareceristas deste artigo a sugestão para o acréscimo desta explicação. Ele acrescenta, no entanto, que seria necessário observar se também uma leitura de ato de fala estaria disponível para uma oração adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala. Para uma discussão adequada sobre essa questão, será necessário aprofundar o entendimento da relação entre a presença de advérbios altos nas orações causais e o seu nível de integração na matriz, além de outras propriedades que essas construções possam apresentar.

CHARNAVEL, I. *French causal puisque-clauses in the light of (not)-at-issueness*. In: 47TH LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES. University of Delaware, 2017. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/isabellecharnavel/research/presentations/conference-and-workshop-presentations>>. Acesso em: 29 maio. 2022.

CHARNAVEL, I. Perspectives in Causal Clauses. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 37, n. 2, pp. 389-424, 2019.

COLAÇO, M.; MATOS, G. Explicative clauses in portuguese as a case of parentheses. Em: FIÉIS, ALEXANDRA; LOBO, MARIA; PEREIRA, SANDRA (ed.). *Romance languages and Linguistic Theory: Selected papers from Going Romance 28*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2016. pp. 43-60.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 2001.

FREY, W. On some correlations between interpretative and formal properties of causal clauses. In: REICH, I.; AUGUSTIN, S. (ed.). *Co- and Subordination in German and Other Languages*. Hamburg: Helmut Buske Verlag GmbH, 2016. pp. 153-79.

FREY, W. German concessives as TPs, JPs and ActPs. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 5, pp. 1-31, 2020.

FREY, W. On the categorical status of different dependent clauses. In: HARTMANN, J. M.; WÖLLSTEIN, A. (ed.). *Propositional arguments in cross-linguistic research: Theoretical and empirical issues*. Berlin: Mouton de Gruyter, no prelo.

FREY, W.; TRUCKENBRODT, H. Syntactic and prosodic integration and disintegration in peripheral adverbial clauses and in right dislocation/afterthought. In: TROTZKE, A.; BAYER, J. (ed.). *Syntactic Complexity across Interfaces*. Berlin: De Gruyter, 2015. pp. 75-106.

HAEGEMAN, L. Parenthetical adverbials: The radical orphanage approach. In: CHIBA, S. *et al.* (ed.). *Aspects of Modern English: Papers presented to Masatomo Ukaji on his 60th birthday*. Tokyo: Kaitakushi, 1991. pp. 232-54.

HAEGEMAN, L. Anchoring to Speaker, adverbial clauses and the structure of CP. *Georgetown University Working Papers in Theoretical Linguistics*, v. 2, pp. 117-80, 2002.

HAEGEMAN, L. Conditional Clauses: External and Internal Syntax. *Mind and Language*, v. 18, n. 4, pp. 317-39, set. 2003.

HAEGEMAN, L. The syntax of adverbial clauses and its consequences for topicalisation. In: COENE, M.; DE CUYPER, G.; D'HULST, Y. (ed.). *Antwerp Papers in Linguistics - Current Studies in Comparative Romance Linguistics 107*. Antwerp: University of Antwerp, 2004. pp. 61-90.

HAEGEMAN, L. Conditionals, factives and the left periphery. *Lingua*, v. 116, n. 10, pp. 1651-69, 2006.

HAEGEMAN, L. *Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery: The Cartography of Syntactic Structures*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012.

- ILARI, R. As conjunções. In: *Gramática do Português culto falado no Brasil - Classes de palavras e processos de construção*. [s.l.] Editora UNICAMP, 2008, v. 2, pp. 809-60.
- KRIFKA, M. Layers of assertive clauses: Propositions, judgements, commitments, acts. In: HARTMANN, J. M.; WÖLLSTEIN, A. (ed.). *Propositional Arguments in Cross-Linguistic Research: Theoretical and Empirical Issues*. Berlin: Mouton de Gruyter, no prelo.
- LOBO, M. *Aspectos da Sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português*. 2003. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- LOBO, M. Subordinação Adverbial. In: RAPOSO, E. et al. (ed.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1981-2057.
- MATOS, G. Coordenação Frásica vs. Subordinação Adverbial. In: FREITAS, T.; MENDES, A. (ed.). *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2004, pp. 555-67.
- MATOS, G. Coordination de phrases vs. subordination adverbiale - propositions causales en portugais. Em: BRILL, I.; REBUSCHI, G. (ed.). *Faits de Langues: Revue de Linguistique, n. 28 — Coordination et subordination: typologie et modélisation*. Paris: Ophrys, 2006, pp. 169-80.
- MATOS, G.; RAPOSO, E. Estruturas de coordenação. In: RAPOSO, E. et al. (ed.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1761-817.
- NEVES, M. H. de M.; BRAGA, M. L. As construções hipotáticas / adverbiais. In: *A construção das orações complexas*. Gramática do português culto falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Edição revista segundo o novo acordo ortográfico ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SPEAS, M.; TENNY, C. Configurational properties of point of view roles. In: DI SCIULLO, A. M. (ed.). *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. pp. 315-44.
- SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

A INTERFACE MORFOLOGIA-SINTAXE: UMA PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA AS NOMINALIZAÇÕES INFINITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

THE SYNTAX-MORPHOLOGY INTERFACE: A STRUCTURE FOR INFINITIVE NOMINALIZATIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Dalila Maria de Souza¹

Paula Roberta Gabbai Armelin²

RESUMO

Este trabalho investiga o fenômeno de nominalização das formas infinitivas no português brasileiro (*cantar – o cantar*). Assumimos, a partir da perspectiva sintática de formação de palavras desenvolvida na Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), que as propriedades do infinitivo nominal podem ser explicadas através da combinação dos diferentes núcleos funcionais presentes na sua estrutura sintática. A questão de base deste trabalho é, então, especificar quais são esses núcleos e em que sequência hierárquica eles são organizados na sintaxe. Para tanto, descrevemos as propriedades empíricas dos infinitivos nominais do PB e propomos que eles funcionam como os Nominais de Evento Complexo, na tipologia de Grimshaw (1990). A partir desse comportamento, argumentamos em favor da existência de três núcleos de natureza verbal na constituição do infinitivo nominal: (i) o categorizador *v*, responsável pela categoria verbal da base, pela leitura de evento e pela introdução do argumento interno; (ii) o núcleo *Voice* (KRATZER, 1996), responsável pela introdução do argumento externo e (iii) um núcleo de aspecto, que traz a leitura imperfectiva e abriga a morfologia de infinitivo. Essa sequência funcional está abaixo de núcleos de natureza nominal: o categorizador *n* e o núcleo *D*, responsáveis pelas propriedades nominais da formação. Essa estrutura sintática é capaz de abarcar as propriedades empíricas do infinitivo nominal, além de revelar uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que os argumentos presentes na estrutura são inseridos antes mesmo que a forma nominal esteja efetivamente formada na sintaxe. Por fim, argumentamos que esses infinitivos nominais constituem uma importante evidência (contra GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) de que nominalizações zero podem ter estrutura argumental obrigatória.

PALAVRAS-CHAVE: Nominalização. Infinitivo. Categoria. Estrutura argumental.

ABSTRACT

This work investigates the nominalization of infinitive forms in Brazilian Portuguese. We assume, based on the Distributed Morphology framework (HALLE and MARANTZ 1993; MARANTZ, 1997), that the properties of the nominal infinitive may be explained through the combination of different functional heads in its syntactic structure. The main question we address in this work is to specify each of these heads and the hierarchical sequence in which they are organized. In order to do so, we describe the empirical properties of the nominal infinitives of PB and propose that they function as Complex Event Nominals, in the typology of Grimshaw (1990). Based on this behavior, we argue in favor of the existence of three heads of a verbal nature in the

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Programa de Pós-Graduação em Linguística, dalila.masouza@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2006-076X>.

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Programa de Pós-Graduação em Linguística, armelin.paula@ufjf.br, <https://orcid.org/0000-0003-4751-2831>.

Agradecemos aos pareceristas anônimos pelas importantes contribuições. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

constitution of the nominal infinitive: (i) the categorizer *v*, responsible for the verbal category of the base, for the event reading and for the introduction of the internal argument; (ii) the Voice head (KRATZER, 1996), responsible for introducing the external argument and (iii) an aspectual head, which brings the imperfective reading and hosts the infinitive morphology. This functional sequence is below nominal heads: the categorizer *n* and *D*, responsible for the nominal properties of the formation. This syntactic structure can account for the empirical properties of the nominal infinitive, besides revealing a strong interaction between morphology and syntax, since the arguments present in the structure are inserted even before the nominal form is effectively formed in the syntax. Finally, we argue that these nominal infinitives constitute important evidence (against GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) that zero nominalizations may have obligatory argument structure. **KEYWORDS:** Nominalization. Infinitive. Category. Argument structure.

Introdução

Este trabalho se insere no âmbito dos estudos que investigam a interface entre morfologia e sintaxe, tomando como o fenômeno empírico o processo de formação de nomes a partir de formas infinitivas no português brasileiro, doravante PB, tais como em (1a-b) abaixo:

- (1) a. O cantar dos pássaros durante as manhãs alegrava os moradores.
b. O corrigir das provas (pelos professores) adiantou o andamento dos trabalhos.

Este recorte se justifica diante de três importantes características salientes desse tipo de formação: (i) seu potencial de produtividade, uma vez que, basicamente, qualquer verbo na forma infinitiva pode ser nominalizado pela anteposição de um determinante; (ii) sua previsibilidade semântica, já que a interpretação das nominalizações infinitivas é bastante previsível a partir do verbo de base e (iii) a manutenção da estrutura argumental do verbo de base, considerando que as nominalizações infinitivas parecem preservar a estrutura argumental do verbo de base, o que abre perspectivas interessantes a respeito das relações entre categoria, formação de palavras e estrutura argumental. É importante ressaltar que as nominalizações formadas a partir de verbos na forma infinitiva não se limitam apenas ao tipo de nominalização infinitiva a ser tratada neste trabalho. Na verdade, vários autores, como Miguel (1996), Vázquez (2002), Brito (2012, 2013), Resende (2020) já apontaram para a existência de diversos subtipos de infinitivos nominais em diversas línguas com características particulares. No PB, por exemplo, podemos ver nos dados (2), nominalizações infinitivas que apresentam propriedades distintas umas das outras, como por exemplo a possibilidade de serem pluralizadas e a introdução por diferentes tipos de determinantes.

- (2) a. O andar mais alto do prédio pegou fogo.
b. Os cantares nordestinos são o foco de uma importante pesquisa linguística.
c. Ao comprar uma nova casa, toda a família comemorou.
d. O comer doces estraga os dentes.

Em (2a), por exemplo, encontramos o que é conhecido na literatura como infinitivo lexicalizado³, ou seja, um tipo de infinitivo cristalizado que até já se distanciou do significado verbal da base. Em

³ É importante ressaltar, no entanto, que o termo “lexicalizado” não tem estatuto teórico no quadro da Morfologia Distribuída e que o estamos empregando aqui com caráter meramente descritivo. Além disso, em (2a), como não há leitura de evento, uma discussão interessante diz respeito à existência ou não de uma camada verbal nessa formação.

(2b), por sua vez, temos uma ocorrência em que a forma infinitiva está pluralizada, realização que parece ter algumas restrições de ocorrência que escapam, no entanto, do âmbito de sistematização deste trabalho⁴. Já em (2c), ressaltamos o fato de que a forma nominalizada aparece antecedida não simplesmente por um determinante, mas ocorre como parte de um sintagma preposicional. Por fim, em (2d), temos uma forma de infinitivo nominal que se realiza com um complemento não preposicionado, sugerindo que ‘doces’ receba caso acusativo⁵. Dessa forma, o paradigma em (2), apesar de não exaustivo, parece ser ilustrativo da diversidade de ocorrências e propriedades que as nominalizações infinitivas parecem apresentar no PB. Assim, é necessário que façamos um recorte de escopo no objeto de estudo deste artigo. Mais especificamente, então, a análise desenvolvida neste trabalho se debruça sobre o conjunto de nominalizações infinitivas que apresentam que seguem o padrão em (1) e cujo comportamento empírico é descrito na próxima seção.

Em um panorama mais amplo, a nominalização infinitiva está inserida no contexto do processo de formação de palavras denominado Conversão Morfológica⁶, que se caracteriza pelo fato de uma forma linguística poder ser classificada em diferentes categorias sem sofrer qualquer alteração morfológica (DON, 1993; BAUER; VARELA, 2005; VILALVA, 2013). Consideramos que a existência de um fenômeno linguístico desse tipo constitui uma importante evidência empírica em favor da hipótese de que a categoria é resultado não de uma especificação lexical, mas da organização dos morfemas no interior da palavra e do ambiente sintático propriamente dito em que essa formação se encontra, podendo, dessa forma, ser mais bem analisada sob a ótica de um modelo teórico que possibilita a interação entre a estrutura da palavra e a estrutura da sentença.

Nessa linha de raciocínio, apoiamo-nos, ao longo deste trabalho, em uma perspectiva sintática de formação de palavras, a Morfologia Distribuída, (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997 e muitos trabalhos subsequentes), doravante MD, que propõe que palavras, sintagmas e sentenças são construídos no mesmo componente, a sintaxe. Tal quadro se mostra especificamente apropriado para a análise dos infinitivos nominais, uma vez que as tradicionais categorias lexicais, tais como verbo e nome, por exemplo, não têm estatuto de primitivo dentro do modelo. Dessa mesma forma, a MD desponta como um modelo interessante para a análise do infinitivo nominal, uma vez que possibilita uma interface transparente e direta entre a formação de palavras e sentenças.

A partir desse modelo teórico, propomos que o comportamento empírico do infinitivo nominal do PB pode ser explicado através da combinação dos diferentes núcleos funcionais presentes na sua estrutura sintática. A questão de base deste trabalho é, então, especificar quais são esses núcleos e em que sequência hierárquica eles são organizados na sintaxe. Na implementação da proposta, argumentamos em favor da existência de três núcleos de natureza verbal na constituição do infinitivo

⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre a possibilidade de pluralizar em nominalizações com estrutura argumental, indicamos ao leitor Alexiadou, Iordăchioaia e Soare (2009).

⁵ Como observado por parecerista anônimo, em (2d), não parece ser possível utilizar um clítico acusativo no lugar de ‘doces’ (*O comê-los estraga os dentes), ao passo que a ocorrência de um clítico da mesma natureza em (2c) é possível, o que pode sugerir a ocorrência de um caso *default* em (2d).

⁶ Para maiores discussões sobre a natureza do fenômeno de Conversão Morfológica, ver Souza e Armelin (2018).

nominal, a saber, o categorizador *v*, o núcleo *Voice* (KRATZER, 1996) e o núcleo de aspecto. Essa sequência funcional, no entanto, está abaixo de núcleos funcionais de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e o núcleo *D*. Propomos, então, que essa estrutura sintática é capaz de explicar as propriedades empíricas do infinitivo nominal, revelando uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que os argumentos presentes na estrutura são inseridos antes mesmo que a forma nominal esteja efetivamente formada na sintaxe.

Para tanto, este trabalho está dividido da seguinte maneira: na seção 1, descrevemos as propriedades empíricas que delimitam o comportamento do infinitivo nominal analisado neste trabalho. Na seção 2, discutimos algumas propostas existentes na literatura para tratar dos infinitivos nominais, dentre as quais Miguel (1996) para o espanhol, Vázquez (2002) para espanhol e italiano, Brito (2013) que trata dos infinitivos nominais no português europeu e, sobre os infinitivos nominais no português brasileiro, Resende (2020). Na seção 3, por sua vez, apresentamos, brevemente, o modelo da MD, adotado como panorama teórico no âmbito desta pesquisa. Já na seção 4, elaboramos nossas hipóteses teóricas para tratar do infinitivo nominal no PB e desenvolvemos nossa proposta sintática para essas formações. Por fim, a seção 5 encerra o artigo com as considerações finais.

1. O Infinitivo Nominal no PB: propriedades empíricas

Esta seção tem como objetivo central descrever e sistematizar as características empíricas do infinitivo nominal no PB contemplados no recorte deste artigo. Como ponto de partida, é interessante ressaltar que o comportamento que Grimshaw (1990) atribui aos Nominais de Evento Complexo parece ser encontrado também no funcionamento das nominalizações infinitivas do PB.

Dessa forma, Grimshaw (1990) propõe uma tripartição que divide os nominais nas seguintes classes: Nominais de Evento Complexo (*Complex Event Nominals*), Nominais de Evento Simples (*Simple Event Nominals*) e Nominais de Resultado (*Result Nominals*). A partir dessa divisão, na tipologia da autora, o contraste mais claro e central coloca de um lado os Nominais de Evento Complexo, que tomam argumentos obrigatoriamente e possuem uma estrutura de evento a eles associada que deve ser totalmente satisfeita e, de outro, os Nominais de Evento Simples e de Resultado, que não possuem estrutura argumental nem estrutura eventiva. Mais especificamente, os infinitivos nominais no PB denotam evento e, assim como o verbo de base, precisam de uma estrutura de argumentos que os completem. É importante notar ainda que tais formações não são ambíguas entre leitura de evento e de resultado de evento.

- (3) a. *O corrigir terminou ontem.
 b. *O corrigir das provas está sobre a mesa.
 c. O corrigir das provas terminou ontem.

Dessa maneira, é possível dizer que o dado em (3a) é agramatical porque a estrutura argumental

da forma infinitiva não está satisfeita. Em (3b), por sua vez, o argumento interno está presente na estrutura, no entanto, a agramaticalidade ainda prevalece, uma vez que os nominais infinitivos não licenciam a leitura de resultado de evento. Por outro lado, a gramaticalidade de (3c) parece estar atrelada a três pontos centrais que definem os Nominais de Evento Complexo: (i) a leitura de evento que acompanha a nominalização; (ii) a presença do argumento interno exigido pelo verbo de base e (iii) a conceitualização de um argumento externo que, embora não explicitamente especificado, é conceitualmente interpretado.

Além disso, uma das propriedades mais salientes do infinitivo nominal do PB é a sua produtividade. Essas formações parecem se configurar como um processo produtivo, no sentido não do uso propriamente dito, mas da potencialidade da formação. O infinitivo nominal do PB pode, então, ser formado a partir de verbos de variadas estruturas argumentais, como inergativos, inacusativos, transitivos e bitransitivos, por exemplo.

- (4) a. O dançar da bailarina foi a melhor performance do show de talentos.
- b. O nascer da filha mais nova uniu toda a família
- c. O atropelar de inocentes por motoristas embriagados é crime nesse estado.
- d. O doar dos livros pelo herdeiro para a biblioteca enriqueceu o acervo da universidade.

Além disso, a interpretação do infinitivo nominal é bastante previsível, de modo que o significado associado ao verbo de base é mantido, sem que qualquer leitura não composicional ou arbitrária possa ser atrelada ao infinitivo nominal. Com isso em mente, comparemos, por exemplo, as formas verbais e nominais nos exemplos abaixo:

- (5) a. O João comprou a casa da fazenda.
- b. O comprar da casa da fazenda pelo João.
- c. A Maria chorou desesperadamente.
- d. O chorar desesperado da Maria.

Outra propriedade importante é a possibilidade do infinitivo nominal ser antecedido por diferentes tipos de determinantes, tais como artigo definido, artigo indefinido ou pronome demonstrativo, por exemplo. Nesse mesmo sentido, é interessante notar que o infinitivo nominal do PB pode ainda ser introduzido por um pronome possessivo.

- (6) a. O cantar alegre dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.
- b. Esse cantar alegre dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.
- c. Um cantar desafinado dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.
- d. Seu comprar desenfreado de coisas inúteis levou a família à falência.

Embora uma análise dos possessivos esteja fora do escopo deste artigo, podemos notar que

a presença de um possessivo antecedendo o infinitivo é suficiente para definir o caráter nominal da formação, ou seja, na presença da forma de possessivo, o determinante se torna opcional, podendo ou não ser realizado, tal como acontece com nomes sem camadas verbais no PB: *(o) seu filho*.

É ainda uma propriedade recorrente dos nominais de evento complexo, e também dos infinitivos nominais, o fato de que tais formações não podem ser pluralizadas⁷, diferentemente do que se espera de formações que pertencem à categoria dos nomes.

- (7) a. *Os estudares para a prova.
 b. *Os plantares de soja
 c. *Os venderes de imóveis

Nessa mesma linha de raciocínio, as nominalizações de infinitivo que nos interessam neste trabalho parecem não aceitar a flexão de número e pessoa que é licenciada, por exemplo, nos infinitivos flexionados.

- (8) a. *O sairmos de casa cedo para o trabalho nos deixa mais distantes.
 b. *O comerem de gorduras é o principal agravante dos níveis de obesidade.

Quanto às possibilidades de modificação, propriedade importante também na descrição de Grimshaw (1990), temos que o infinitivo nominal do PB parece poder ser modificado tanto por adjetivos quanto por advérbios:

- (9) a. O belo cantar dos pássaros alegres [...]
 b. O vencer heroico dos atletas traz esperança de um futuro melhor
 c. O conversar pausadamente da babá tranquilizou o choro do bebê.
 d. O corrigir das provas cuidadosamente pelo professor [...]

Além disso, é possível também modificar o infinitivo nominal do PB com uma negação, o que tem sido apontado na literatura como um diagnóstico relevante para detectar camadas verbais na estrutura das nominalizações:

- (10) a. O não ensaiar do coral foi a causa do evento ter sido um desastre
 b. O não estudar para as provas fez com que o João reprovasse outra vez.
 c. O não quitar das dívidas foi o que faliu a empresa do Pedro.

No que diz respeito à estrutura argumental, como previsto por Grimshaw (1990) em relação aos nominais de evento complexo, os nominais infinitivos parecem estar atrelados à realização dos argumentos que são previstos na estrutura do verbo de base.

⁷ Como apontamos em (2b), é importante reconhecer que alguns infinitivos nominais podem ser pluralizados, enquanto outros, como em (7a-c) não aceitam a pluralização. O estabelecimento dos limites desse licenciamento é um tema importante de pesquisa que será abordado em desenvolvimentos futuros.

- (11) a. O doar dos livros pelo herdeiro para a biblioteca enriqueceu o acervo da universidade.
b. O correr da maratona pelo atleta olímpico deixou os habitantes orgulhosos.

É possível notar, ainda que, quando o verbo apresenta somente um argumento, seja ele interno, como no caso dos inacusativos, ou externo, como no caso dos inergativos, esse argumento parecer ser obrigatório na nominalização infinitiva.

- (12) a. O dançar da bailarina emocionou os espectadores do teatro.
b. *O dançar emocionou os espectadores do teatro.
c. O cantar dos pássaros anuncia o verão.
d. *O cantar anuncia o verão.

Por outro lado, quando o verbo possui dois ou mais argumentos somente o argumento interno parece ser obrigatoriamente explicitado, sendo que o externo, por sua vez, pode ser explicitado ou não na formação, muito próximo ao que ocorre, por exemplo, na formação das sentenças passivas. No entanto, é importante atentarmos para o fato de que mesmo que o infinitivo nominal ocorra sem a explicitação do argumento externo, se o verbo de base for agentivo, um agente é conceitualmente interpretado na estrutura, mesmo que ele não estando realizado ou especificado na forma de superfície.

Da mesma forma, se o argumento externo é o único elemento presente na estrutura argumental, ele é introduzido pela preposição funcional *de*, reflexo da marcação de caso. Quando, no entanto, o argumento interno está presente, o agente passa a ser introduzido pela preposição *por*, sendo que o argumento interno, por sua vez, parece vir sempre marcado com a preposição *de*:

- (13) a. O plantar de soja pelos grandes produtores desterroou os pequenos produtores.
b. O comprar da casa pela família alegrou os filhos mais novos.
c. O cantar dos pássaros/*pelos pássaros espanta os fantasmas da alma.
d. O dançar da bailarina/*pela bailarina foi em prol da causa animal na cidade.

Mais especificamente, quando se olha para a marcação de caso do argumento que ocorre junto ao infinitivo nominal, é possível observar que tal formação não pode tomar um elemento com caso nominativo como seu argumento, tal como exemplificado nos dados abaixo:

- (14) a. *O cantar ela na abertura do show vai animar o público.
b. O cantar da Maria na abertura do show vai animar o público.
c. *O discursar ele na feira foi prolixo e desconexo.
d. O discursar dele na feira irritou foi prolixo e desconexo.

Por fim, o infinitivo nominal não parece estar atrelado a qualquer noção de tempo no sentido de que a propriedade temporal da sentença poderá ser definida, tanto pela especificação de tempo da sentença, que está morfologicamente expressa como um afixo verbal, como por modificadores temporais ao núcleo T da sentença.

- (15) a. O plantar de soja empobrece o solo.
 b. O dançar da bailarina ontem emocionou a todos.
 c. O discursar do ministro amanhã tratará de jurisprudência.

O conjunto de propriedades elencadas nesta seção servirá como base para a construção de uma análise sintática para a nominalização infinitiva no PB, conforme objetivamos neste trabalho. Antes, porém, colocamos em discussão, na seção seguinte, algumas das propostas já existentes na literatura que se debruçou sobre o tema.

2. Perspectivas de análise para o infinitivo nominal

Privilegiando o escopo sintático estabelecido como linha teórica deste trabalho, optamos, nesta seção, por fazer um recorte que contempla essencialmente propostas nessa mesma linha de análise. Esse recorte nos possibilita um diálogo mais robusto, fornecendo um ponto estável de comparação para a proposta que será desenvolvida neste artigo. Mais especificamente, serão apresentadas as análises de Miguel (1996) para o espanhol, Brito (2012, 2013) para os casos de nominalização infinitiva em português europeu e Resende (2020) para os dados do PB.

Miguel (1996) trata das distinções entre dois tipos de estruturas infinitivas introduzidas por determinante em espanhol. Os dados abaixo, reportados em Miguel (1996, p. 29) e retirados de obras de Cervantes, ilustram o contraste entre os dois tipos de formação:

- (16) a. *El decirlo tu y entenderlo yo me causa nueva admiración.*
 O dizer o(acus) tu(nom) e entender o(acus) eu(nom) me causa nova surpresa
- b. *El sosiego, ..., la serenidad de los cielos, el murmurar de las fuentes [...]*
 O sossego, ..., a serenidade de os céus, o murmurar de as fontes [...]

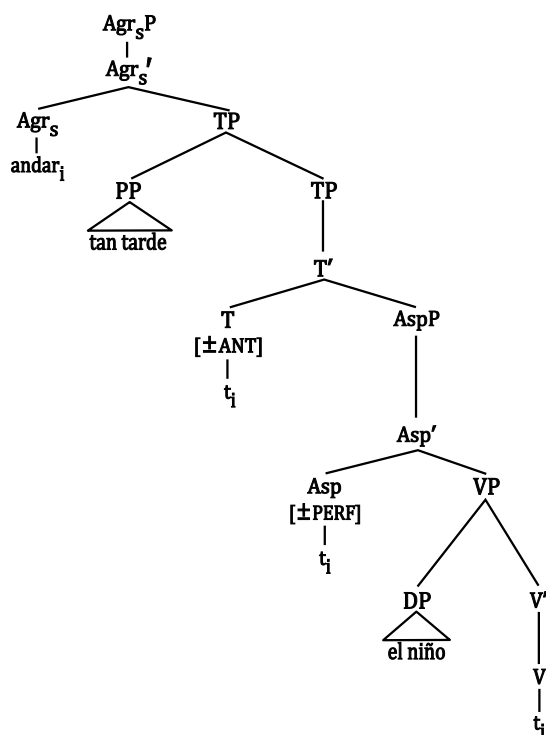
Tanto (16a) como (16b) consistem na seguinte estruturação: um infinitivo (*decir* e *murmurar*); um DP semanticamente identificável como o sujeito do infinitivo (*tu* e *las fuentes*) e um determinante (*el*). No entanto, enquanto (16a) seria um tipo de infinitivo que apresenta um sujeito marcado com caso nominativo e um objeto que aparece com um clítico acusativo (*lo*), (16b), por sua vez, apresenta um argumento que aparece com caso genitivo. Além disso, outro contraste interessante apontado pela autora é que, em exemplos como em (1a), a presença do determinante é opcional, ao passo que, em casos como (1b), o determinante parece ser obrigatório.

De acordo com a autora, os infinitivos não são uma categoria mista, uma vez que nunca exibem propriedades verbais e nominais simultaneamente. O que ocorre, na verdade, é que os infinitivos podem ter um comportamento mais próximo a verbos ou a nomes, por consequência, diferentes tipos de estrutura são projetados dependendo do tipo de infinitivo que as encabeça.

A partir das características elencadas para os infinitivos verbais e nominais do espanhol, Miguel (1996) discute o estatuto do afixo *-r* que aparece em cada um dos subtipos de infinitivo. A proposta da autora é que há dois morfemas homófonos: um derivacional, presente nos infinitivos nominais e um flexional, que se realiza nos infinitivos verbais. Nesse sentido, segundo a autora, o afixo *-r* que deriva os infinitivos nominais se anexa a um radical verbal e o recategoriza como [+N], o que explica a obrigatoriedade de um núcleo D com infinitivos nominais. Além disso, é importante ressaltar que, mesmo sendo de natureza nominal, tal elemento carrega, segundo a autora, uma informação aspectual não perfectiva. Em contrapartida, o segundo tipo de afixo *-r* tratado na proposta de Miguel (1996) tem natureza flexional. Esse elemento é o que ocorre nos infinitivos de natureza verbal e, segundo a autora, ele não impõe qualquer restrição semântica ao radical verbal e não o recategoriza como [+N], o que explica as propriedades verbais que o infinitivo a que tal afixo se anexa apresenta. Assim, na implementação da análise acima descrita, as estruturas propostas por Miguel (1996) para o infinitivo verbal e nominal do espanhol podem ser vistas na estrutura abaixo:

(17) a. Infinitivo Verbal

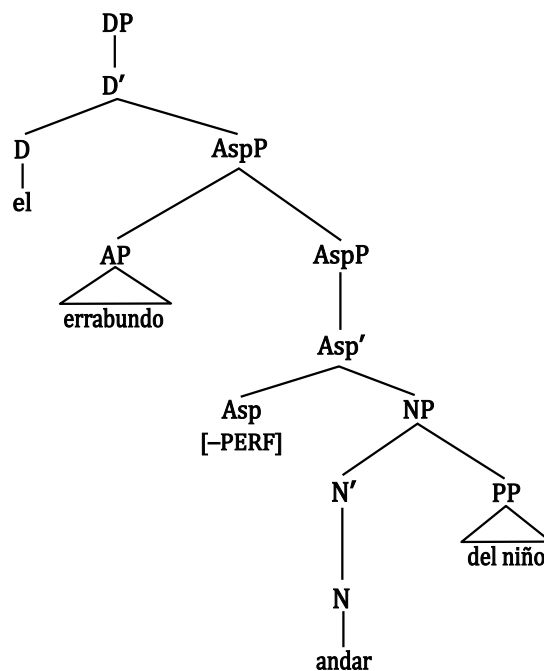
a'. El andar el niño tan tarde



(MIGUEL, 1996, p. 46)

b. Infinitivo Nominal

b'. El andar errabundo del niño



(MIGUEL, 1996, p. 48)

Segundo a análise de Miguel (1996), a estrutura envolvendo o infinitivo verbal inclui tanto um TP, como um AspP, responsáveis, respectivamente, pela leitura de tempo e aspecto da formação. Ambos os traços de tempo e aspecto são considerados traços fortes (nos moldes de CHOMSKY, 1995) e, portanto, devem ser checados antes de LF para que a derivação seja convergente. A checagem desses traços é feita através da subida do verbo para os núcleos de Asp e T sucessivamente. A natureza

verbal do infinitivo explica a possibilidade de atribuição de caso acusativo, enquanto a estrutura do TP explica o fato de que um sujeito marcado com caso nominativo também pode ser licenciado nessas formações. Quanto aos infinitivos nominais, estes são núcleos de um NP, o que explica a ausência de atribuição de caso acusativo. Ainda segundo a autora, esse NP é o complemento de um núcleo de aspecto, que é especificado como [-perfectivo]. Além disso, o núcleo Asp, que permite o licenciamento de modificadores que adicionam, por exemplo, a interpretação de modo, frequência e duração do evento, é selecionado pelo próprio determinante. É interessante ressaltar ainda que a estrutura acima proposta para o infinitivo nominal não apresenta um núcleo T, ao contrário dos infinitivos verbais, não licenciando, portanto, sujeito nominativo.

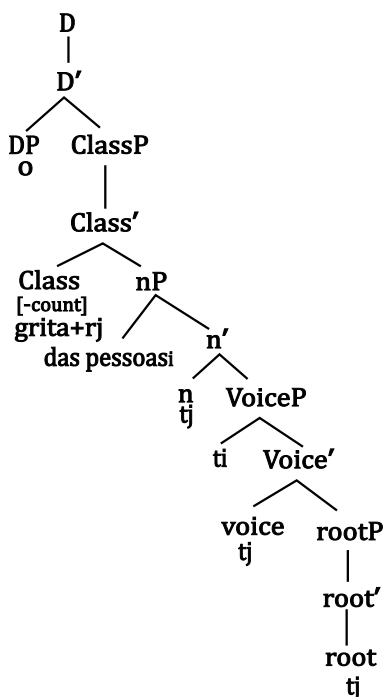
Já Brito (2012) analisa as nominalizações infinitivas no português europeu (PE), argumentando que o PE possui três tipos distintos de infinitivos: um deles com características verbais, outro com características nominais e um terceiro tipo misto, que mescla características dos dois primeiros tipos de formação. Seguindo as proposições de Miguel (1996), Brito (2012) propõe que o marcador *-r* do infinitivo não é um elemento uniforme, analisando tal afixo ora como elemento derivacional, como nos infinitivos de natureza nominal, ora como elemento flexional, como nos infinitivos verbais e mistos.

O modelo de análise adotado por Brito (2012) para representar as nominalizações infinitivas em PE é baseado em Alexiadou (2001) e Alexiadou, Iordăchioaia e Schäfer (2011), em que uma raiz é categorizada como verbal ou nominal a depender dos núcleos funcionais que a dominam. Nessa perspectiva, a estrutura proposta em Brito (2012) para o infinitivo nominal apresenta as seguintes camadas:

(18) a. [DP [ClassP [nP [VoiceP [RootP]]]]]

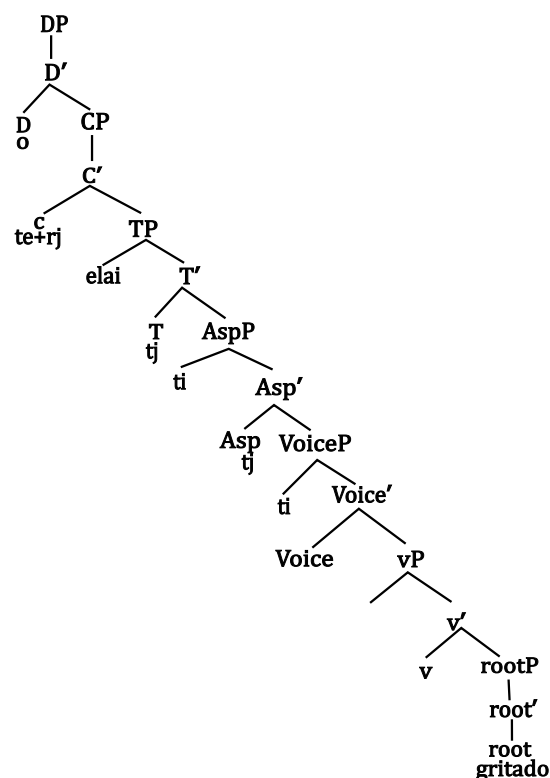
A presença de um núcleo nP garante o aparecimento de sufixos nominalizadores, além de ser o lugar da checagem do caso genitivo. Brito (2012), baseando-se em Alexiadou, Iordăchioaia e Schäfer (2011), além de Borer (2005), assume que o núcleo ClassP, responsável pela leitura aspectual interna das expressões nominais, contém um traço [+/- cont.] que está relacionado à noção aspectual das expressões nominais. Mais especificamente, o traço [+cont.] gera uma nominalização télica e contável, sendo o gatilho para o licenciamento de uma projeção NumP. Além disso, nos casos em que as estruturas de infinitivo nominal apresentam um possessivo, a estrutura projeta um núcleo do tipo PossP e, por fim, o núcleo da projeção DP é entendida como a responsável por determinar a natureza referencial do nome, nos moldes de Abney (1987) e Longobardi (1994). Seguindo Alexiadou, Iordăchioaia e Schäfer (2011, pp. 32-3), Brito (2012) assume que AspP não é projetado nos casos em que as estruturas não apresentem operadores aspectuais. Nesses casos, a informação aspectual proveniente da raiz atélica seria suficiente para delimitar as propriedades aspectuais da construção. Além disso, para os infinitivos nominais, a autora assume a presença de VoiceP (KRATZER, 1996), projeção responsável pela introdução do argumento externo. Em suma, a comparação entre as estruturas propostas em Brito (2012) para o infinitivo verbal e nominal do PE pode ser vista a seguir:

- (19) a. Infinitivo nominal
a'. O gritar das pessoas



(BRITO, 2012, p. 111)

- b. Infinitivo verbal
a. O ter ela gritado surpreendeu-nos.

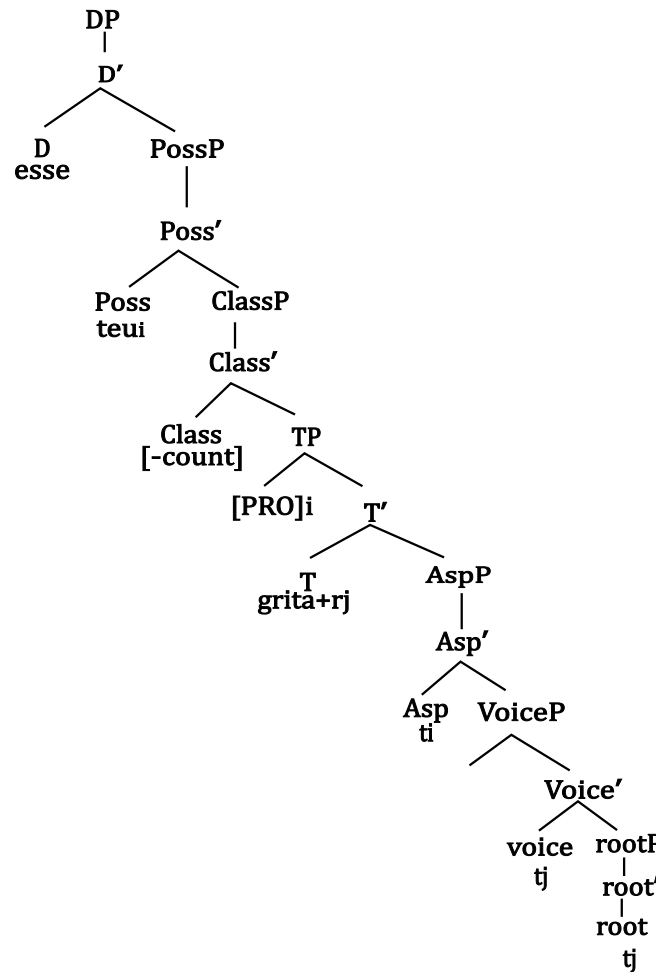


(BRITO, 2012, p. 112)

Dessa forma, para os infinitivos nominais em PE, a autora assume que a raiz – que abriga a informação aspectual – se move para o núcleo funcional *n*, que abriga o afixo *-r*. Esse movimento, segundo a autora, é o que permite capturar a natureza derivacional desse afixo. Além disso, os argumentos do infinitivo nominal são marcados com caso genitivo e a autora assume que a ocorrência de genitivo se deve ao movimento do DP relevante para Spec de *n*, justamente para verificar caso. É interessante ressaltar que a altura da entrada das projeções de natureza nominal é delimitada pelo núcleo *Voice*. Já para o infinitivo verbal, a proposta da autora é que tais formações se configuram como uma nominalização de CP. É importante lembrar que a marca *-r* que aparece nessas formações é considerada como flexional, o que é capturado pela ideia de que tal elemento seja projetado em Asp. Ainda segundo a autora, não há uma projeção *nP* nesse tipo de infinitivo, uma vez que eles não apresentam a atribuição de caso genitivo, nem podem ser modificados por adjetivos. Por fim, a projeção *vP* é compreendida como responsável por exprimir evento, além de atribuir caso acusativo, se um argumento interno estiver presente na sentença.

Finalmente, Brito (2012) argumenta em favor de um terceiro tipo de nominalização de formas infinitivas em PE, as nominalizações mistas, caracterizadas por uma mistura de propriedades presentes nos dois primeiros tipos. A estrutura proposta pela autora especificamente para esse terceiro tipo de infinitivo pode ser vista abaixo:

(20)



(BRITO, 2012, p. 117)

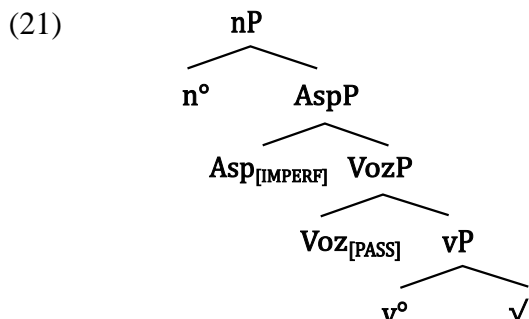
É interessante ressaltar que, na proposta da autora, os infinitivos mistos não apresentam nenhum indício de núcleo nominal que motive a presença de um núcleo do tipo *nP*, uma vez que não há, por exemplo, a atribuição de genitivo marcado por *de*. De qualquer forma, a estrutura pode conter uma projeção Poss, que abriga um possessivo capaz de controlar um sujeito pronominal nulo em TP. Por fim, o morfema *-r* é novamente tomado como um morfema de natureza flexional que é projetado como núcleo de AspP que faz movimento para T.

Resende (2020) aborda as nominalizações do PB de maneira ampla, investigando o comportamento dessas formações em relação aos diferentes níveis de gramática assumidos no modelo da MD. Em relação especificamente às nominalizações infinitivas, o autor busca propor uma tipologia de infinitivos, distinguindo-os a partir de sua estrutura interna em três grandes grupos: os infinitivos nominais, os infinitivos mistos e os infinitivos verbais⁸. Na proposta de Resende (2020), os infinitivos nominais são ainda subdivididos em três outros subgrupos, a saber, as nominalizações imperfectivas, os adjuntos aspectuais e os infinitivos nus⁹.

⁸ Sendo puramente verbais, tais formações não são introduzidas por DPs e também não apresentam *nP* em sua estrutura.

⁹ Resende (2020) ainda discute a existência de expressões com modificação adjetival (como *ser vivo*, *ser humano* e *fazer docente*) e com modificação adverbial (aqueles que aparecem com *mal* ou *bem*).

As nominalizações imperfectivas compartilham a estrutura básica de [o + infinitivo + de + complemento], além de apresentarem uma especificação do núcleo Asp para [imperfectivo], o que gera uma leitura de evento não concluído. A estrutura das nominalizações imperfectivas, tal como proposta pelo autor, pode ser vista abaixo:



(RESENDE, 2020, p. 216)

Na estrutura acima, é interessante destacar que o autor assume a existência de um *Voice*_[PASS], que licencia a projeção de argumento externo apenas como adjunto, mas não como especificador, além de não ser capaz de checar o caso do seu complemento. Já os adjuntos aspectuais, tal como denominados pelo autor, são compostos por expressões que indicam a passagem de um período de tempo e caracterizam-se pela presença de preposição antes do determinante, sendo construídos com um verbo intransitivo, inergativo ou inacusativo, tal como nos dados abaixo:

- (22)
- a. No decorrer dos anos...
 - b. Com o passar do tempo...
 - c. No cair da noite...
 - d. No calar da noite...
 - e. Pelo andar da carruagem...
 - f. No frigir dos ovos...

(RESENDE, 2020, p. 217)

A derivação desse subgrupo, de acordo com Resende (2020), é bastante semelhante ao diagrama arbóreo em (21). Entretanto, esse segundo tipo não apresentaria em sua estrutura um núcleo *Voice*, já que, segundo o autor, o tipo de verbo e a ausência de leitura puramente composicional inviabilizariam a projeção de argumento externo. Por sua vez, os infinitivos nus caracterizam-se, na tipologia do autor, por não apresentarem complemento ou material sintático adicional, à exceção do determinante, denotando evento (como em *olhar*, *jantar*, *amanhecer*, *alvorecer*, *entardecer*) ou estado (como em *saber*, *poder*, *dever*). Sintaticamente, tais formações também seriam caracterizadas pelo traço de imperfectivo e pela ausência do núcleo *Voice*.

Em suma, Resende (2020) entende que a classe dos nominais infinitivos do PB não é homogênea, isto é, ela abarca o que se pode chamar de subtipos de infinitivos nominais. A fundamentação utilizada pelo autor para determinar a diferença estrutural entre esses tipos de infinitivos nominais estaria

relacionada à leitura aspectual imperfectiva, bem como à presença ou ausência de um núcleo *Voice* na estrutura. Finalmente, na visão do autor, o morfema *-r* nos infinitivos nominais é entendido como a realização do núcleo nominalizador em um contexto de aspecto imperfectivo.

Por sua vez, o grupo dos chamados infinitivos mistos é caracterizado como estruturas defectivas, em que o categorizador nominal está ausente. Assim, as propriedades nominais desse tipo de infinitivo não estariam relacionadas à presença de um sintagma nominal (*nP*), mas sim, à projeção da camada D, ainda que tal elemento apresente realização nula. Alguns exemplos de infinitivos mistos podem ser vistos abaixo:

- (23) a. O saber matemática ajuda no desenvolvimento do cérebro.
 b. Praticar alpinismo entretém a Marta.
 c. O Pedro decidiu/planejou/prometeu morar em Paris.

(RESENDE, 2020, p. 224)

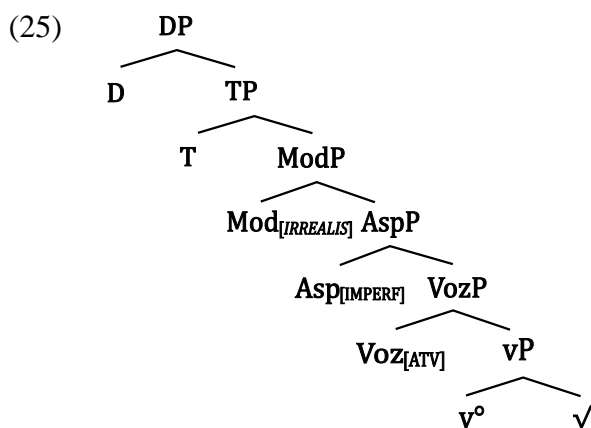
Além disso, é importante destacar que o autor propõe ainda a presença de um núcleo T na estrutura dos infinitivos mistos. Nessa proposta, a ocorrência de uma projeção do tipo TP se justifica sintaticamente pela possibilidade de ocorrer com infinitivo flexionado (24a), pela atribuição de caso nominativo ao argumento externo (24b), pela ocorrência de clíticos (24c) e pela compatibilidade com advérbios de TP (24d):

- (24) a. O João e a Maria viajarem de avião preocupa o piloto.
 b. Eu chegar atrasado é difícil.
 c. Preocupar-se demais faz mal à saúde.
 d. O Carlos (já) ser o primeiro da classe deixou a professora surpresa.

(RESENDE, 2020, p. 229)

De acordo com o autor, no entanto, o TP dos infinitivos mistos não impõe restrições sobre a marcação temporal e, portanto, não deve ser especificado para tempo. Na estrutura dos infinitivos mistos, Resende (2020) assume também o traço [irrealis], conforme proposto por Stowell (1982), responsável pela leitura de “evento em potência”, que é codificado em ModP. Além da presença de TP e ModP, a porção verbal das estruturas de infinitivo misto também apresenta um núcleo de aspecto que é compatível somente com o [imperfectivo], “uma vez que não faz sentido caracterizar como conclusivo um evento que nem mesmo se sabe se vai ocorrer e, por consequência, se vai ser concluído” (p. 232). Além disso, os infinitivos mistos, em dissonância ao comportamento apresentado pelos infinitivos nominais, atribuem caso acusativo ao argumento interno e caso nominativo ao argumento externo. A estrutura funcional das nominalizações mistas proposta por Resende está replicada a seguir¹⁰:

¹⁰ Como apontado por parecerista anônimo, é interessante ressaltar que não fica claro que haja uma projeção D nessas formações. De fato, parece que o que motivou essa proposta é o fato de esses infinitivos estarem em posição de sujeito e essa posição ser associada tradicionalmente a um DP. No entanto, talvez essas podem ser simplesmente orações nessa posição, sem que haja nominalização envolvida, a não ser que se apresentem evidências de que há um D não foneticamente realizado.



(RESENDE, 2020, p. 233)

Finalmente, nos infinitivos mistos, o autor propõe que um requerimento de boa formação morfológica da língua determina que se aplique uma regra de fusão entre T, Mod e Asp, sendo o morfema *-r* a peça vencedora da inserção de vocabulário relevante.

3. O modelo teórico: A Morfologia Distribuída (MD)

A vertente teórica da MD pode ser caracterizada como um dos desenvolvimentos recentes da Teoria Gerativa, especialmente dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), sendo inicialmente proposta em Halle e Marantz (1993) e, posteriormente, refinada em Marantz (1997) e muitos outros trabalhos subsequentes. A ideia central do modelo da MD é a existência de um único componente gerativo, a sintaxe, capaz de gerar estruturas complexas através da estruturação de unidades menores de maneira hierárquica e sistemática.

Dessa forma, a MD dilui as fronteiras entre a formação de palavras e sentenças, que passam a ser compreendidas como resultado de operações similares no componente sintático. Assim, as propriedades que no modelo lexicalista estavam diretamente associadas aos itens lexicais são distribuídas em três diferentes listas, cada qual contendo informações de naturezas distintas, acessadas em momentos diferentes no decorrer da derivação.

A Lista 1, ou Léxico Estrito, armazena os primitivos que serão manipulados na derivação sintática: raízes e traços morfossintáticos. Enquanto a natureza das raízes ainda se coloca como tema de debate na literatura, os traços morfossintáticos são consensualmente abstratos, isto é, desprovidos de conteúdo fonológico. As operações sintáticas estruturam hierarquicamente os primitivos selecionados da Lista 1 através da combinação de traços morfossintáticos e raízes a partir da concatenação desses sob nós terminais. Para os propósitos deste trabalho, é interessante ressaltar que, na MD, a categoria deixa de ter estatuto de primitivo para ser sintaticamente derivada, o que é consequência da ideia de que as raízes são entendidas como elementos desprovidos de categoria. A hipótese de que as raízes são elementos acategoriais tem sido implementada na teoria através da postulação da existência de núcleos funcionais especializados (*n*, *v*, *a*), responsáveis por fornecer categoria à estrutura a que eles se anexam.

A Lista 2, denominada Vocabulário, é o lugar de armazenamento dos Itens de Vocabulário (IVs), que são associações entre os expoentes fonológicos disponíveis no inventário da língua e os traços morfossintáticos a eles correspondentes. Essa lista é acessada somente depois da sintaxe, de modo que os nós terminais sintáticos ganham conteúdo fonológico através da operação de Inserção de Vocabulário, que é, por sua vez, regulada pelo Princípio do Subconjunto (HALLE, 1993).

Finalmente, a Lista 3, também conhecida como Enciclopédia, é responsável pelo armazenamento das informações conceituais arbitrárias, armazenando o significado idiossincráticos, por exemplo, das raízes associadas ao respectivo contexto estrutural.

Especificamente no que diz respeito às nominalizações infinitivas do PB que são foco deste trabalho, é importante ressaltar as motivações que apontam para o quadro da MD como aporte teórico interessante, a saber: (i) a noção de categoria adotada no modelo e (ii) as possibilidades de interação entre a formação de palavras e a formação de sentenças licenciadas na MD.

No que diz respeito à noção de categoria, na contramão dos pressupostos lexicalistas, a MD propõe que as formas não são categorizadas à priori. Na verdade, as categorias lexicais tradicionais, como nome, verbo, adjetivo, não são tomadas como primitivos no modelo, uma vez que as raízes são entendidas como elementos acategoriais, que serão rotulados posteriormente a partir da concatenação com um núcleo categorizador. Os núcleos categorizadores, por sua vez, são núcleos de natureza funcional, cuja função é fornecer categoria às estruturas em que se concatenam. Essa ideia encontra nas nominalizações infinitivas do PB um campo fértil de aplicação empírica, uma vez que tais formações, apresentando um comportamento misto entre verbo e nome, ainda mantêm uma mesma raiz, seja qual for o contexto categorial. Já a interação entre a formação de palavras e sentenças é naturalmente licenciada no modelo da MD, diante da assunção de que as operações sintáticas que atuam na formação de objetos complexos são as mesmas, independentemente da natureza desse elemento. É dessa forma que se delineia uma interface transparente entre sintaxe e morfologia. A consequência direta de um modelo que relaciona sintaxe e morfologia é que a palavra não é mais um domínio privilegiado, uma vez que no modelo da MD, palavras e sentenças são o *output* do mesmo componente, a sintaxe.

4. Uma proposta de análise para o infinitivo nominal no PB

A presente seção tem como objetivo central delinear uma proposta de análise para os infinitivos nominais do PB, tomando como escopo teórico uma perspectiva sintática de formação de palavras nos moldes da MD. Dentro dessa abordagem, propomos que a presença e organização hierárquica dos núcleos funcionais que participam da estrutura seja capaz de descrever e explicar o comportamento dos infinitivos nominais. Assim, tomando como ponto de partida especificamente a estrutura de argumentos que pode estar atrelada aos infinitivos nominais do PB a depender do verbo de base, discutimos, na implementação da nossa análise, os mecanismos de introdução dos argumentos externo e interno que tais formações possivelmente comportam.

Quanto ao argumento externo, propomos que tal elemento é sintaticamente representado por um PRO (cf. MIGUEL, 1996) na posição de especificador do núcleo *Voice*, sendo que tal PRO pode:

- (i) Manter-se conceitualmente interpretado, mas não ser especificado ou explicitado na estrutura;
- (ii) Ser especificado ou explicitado por um adjunto introduzido por PP;
- (iii) Ser realizado como um DP pleno, quando tal elemento é o único argumento do verbo de base;
- (iv) Ter a sua leitura controlada, por exemplo, por um possessivo que será, mais tarde, introduzido na estrutura interna do DP;

Em termos formais, então, a obrigatoriedade desse argumento é dada pela presença de um núcleo *Voice* na estrutura, que introduz o argumento externo em seu especificador. A opcionalidade na explicitação ou na realização fonológica dele, no entanto, é interpretada neste trabalho através da postulação de uma categoria vazia, ou mais especificamente um PRO, que é licenciado nessa posição. O PRO no especificador de *Voice* tem como consequência sintática a satisfação da grade argumental da formação de base. Por outro lado, a consequência semântica da presença de tal elemento é que o evento denotado é interpretado como algo necessariamente desencadeado por um agente, apesar de tal elemento não estar explicitado.

A presença de um agente implícito, representado por um PRO, pode ser fortalecida por algumas evidências interessantes, conforme apontado em Cornilescu (2001) em sua investigação sobre nominalizações no romeno, tais como: (i) a possibilidade de ocorrência de adjetivos orientados para o agente (26a); (ii) a possibilidade de que o agente implícito atue como antecedente de uma anáfora (26b) e (iii) a possibilidade de o agente implícito controlar o sujeito de uma sentença de finalidade (26c).

- (26) a. O destruir deliberado das provas pelo congresso.
- b. O defender-se das acusações era a única preocupação do deputado.
- c. O estudar das lições difíceis em voz alta para facilitar a memorização.

Se a proposta de um PRO como argumento externo estiver no caminho correto, uma das maneiras de se explicitar tal argumento em uma nominalização infinitiva pode ser através da coindexação entre o PRO no especificador de *Voice* e o DP interpretado como agente, que é inserido pela *por*. Propomos uma coindexação com o DP mais especificamente e não com o PP propriamente dito, uma vez que, sendo o PP um adjunto de *Voice*, a primeira projeção que o domina (*VoiceP*), também domina o especificador do *Voice* e eles estão em uma relação de c-comando. Para evitar uma relação de ligação, que seria licenciada pela coindexação aliada a c-comando, propomos que o PRO esteja coindexado com o DP dentro do PP. Dessa forma, a primeira projeção que domina o DP (PP) não domina o PRO e eles estão apenas coindexados, não ligados¹¹.

¹¹ A coindexação do PRO com o PP foi proposta em trabalhos anteriores, como em Souza (2020). Agradecemos ao parecerista anônimo pela sugestão de implementação proposta neste artigo.

Dada a opcionalidade dessa explicitação, analisamos o PP mais especificamente, como adjunto de *Voice*. Nessa configuração, o DP que está no interior do PP recebe caso diretamente da preposição que o acompanha. A proposta de um PRO no especificador de *Voice* é interessante, uma vez que possibilita a manutenção, na nominalização infinitiva, da estrutura de argumentos do verbo de base. Isso explica, por exemplo, o potencial de produtividade dessas formações, além de tornar previsíveis as relações interpretativas entre a forma verbal e a forma nominal. Ao mesmo tempo, essa proposta dá conta de explicar uma assimetria de realização nos argumentos externos e internos: enquanto o argumento interno é obrigatoriamente realizado, o argumento externo tem opcionalidade de realização fonológica. Propomos que essa opcionalidade não é, no entanto, sintática, uma vez que, do ponto de vista da estrutura, o argumento externo está presente, ainda que através de um elemento não fonologicamente realizado.

Além dessa coindexação, na análise do argumento externo das nominalizações infinitivas do PB propomos que é possível também que o especificador de *Voice* seja preenchido por um DP pleno. Para explorar essa possibilidade, tomamos como base as formações em que o DP agente é o único argumento do verbo de base da nominalização infinitiva, como nos inergativos. Nesses casos o argumento externo não é introduzido pela preposição *por*, mas sim pela preposição *de*. Propomos que a diferença no tipo de preposição ilustra, também uma diferença no mecanismo de licenciamento sintático. Assim, a nossa proposta de análise para esses casos é que o agente na forma de um DP pleno seja inserido diretamente no especificador de *Voice*. Assim, propomos que a preposição *de* nada mais é que o reflexo morfofonológico pós-sintático da atribuição de Caso genitivo¹² que, no nosso sistema, é fornecido pela camada nominal mais acima na estrutura. Mais especificamente, assumimos que o caso genitivo é valorado por projeções nominais. Na verdade, a relação entre caso genitivo e projeções nominais não é uma novidade deste trabalho. Em Picallo (1991), por exemplo, o genitivo é atribuído através do movimento do DP relevante para a posição de especificador na projeção de gênero. Para Engelhardt (2000), por sua vez, sintagmas genitivos são licenciados por um núcleo funcional (D) no estabelecimento de uma relação de concordância.

Em relação à presença de camadas nominais, Iordăchioaia (2014, 2020) argumenta por um paralelismo entre a flexibilidade/rigidez de vários padrões de nominalizações na seleção de determinantes e a presença/ausência de sintaxe interna em sua estrutura. Mais especificamente, segundo a autora, nominalizações que apresentam a camada *nP* permitem variação no determinante, enquanto nominalizações que não apresentam tal camada de categorização, sendo nominalizadas por D, apresentam uma realização rígida de determinante. Considerando que as nominalizações infinitivas podem ser introduzidas por diferentes determinantes, assumimos a presença de uma camada *n* nessa estrutura. Mais especificamente, na implementação da estrutura, assumimos que o caso genitivo seja um traço do categorizador nominal *n*.

¹² Um parecerista anônimo questionou a utilização da nomenclatura “genitivo”, uma vez que a preposição “de” nos dados relevantes não é marcadora de origem ou posse, o que caracterizaria genitivo, sugerindo, alternativamente, o termo “oblíquo”. Optamos, neste momento, por manter a nomenclatura em consonância com a literatura com a qual dialogamos, como Picallo (1991), Miguel (1996), Brito (2012), entre outros.

Nesse sistema, pelo DP em especificador de *Voice* ser alto na estrutura sintática, além de ser o único DP disponível, como acontece nos inergativos, então, o Caso genitivo é atribuído a tal elemento no especificador de *Voice*, resultando, posteriormente, na realização da preposição *de*. A valoração desse traço acontece por meio de uma operação do tipo *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001), que, em linhas gerais, pode ser entendida como uma relação de traços estabelecida entre uma sonda que busca, na estrutura sintática, um alvo que apresente o traço relevante valorado.

Para o licenciamento do argumento interno, partimos da ideia de que as raízes são incapazes de selecionar argumento. As motivações dessa hipótese de trabalho se dão tanto no nível teórico, como empírico. Do ponto de vista teórico, a raiz, sendo desprovida de traços sintático-semânticos, como se tem assumido no modelo da MD, acaba por ser sintaticamente inerte, o que exclui, portanto, a possibilidade de que ela contenha qualquer informação sobre a estrutura argumental que será inserida da derivação. Por sua vez, do ponto de vista empírico, os dados de alternância argumental em diferentes estruturas sintáticas, mas com a preservação de uma mesma raiz, tal como explorado em Bassani e Minussi (2015), parecem apontar exatamente para o estatuto inerte da raiz em relação à estrutura de argumentos. Assim, entendemos que a entrada de um argumento deve acontecer estritamente via núcleos de natureza funcional. Especificamente em relação ao argumento interno, assumimos que a introdução desse elemento cabe ao categorizador *v* e não à raiz.

Do mesmo modo como propusemos para os inergativos, entendemos que a preposição *de* que introduz o argumento interno nas nominalizações infinitivas é o reflexo pós-sintático da valoração do traço de caso do núcleo categorizador *n* para o argumento interno. Nesse cenário, duas questões importantes surgem a partir do sistema desenvolvido até aqui:

- (i) Como o núcleo *n* atribui genitivo para o argumento interno, dada a intervenção do argumento externo presente no especificador de *Voice*?
- (ii) Por que não há atribuição de caso acusativo via *Voice*, se o especificador dessa projeção *Voice* está preenchido?

A respeito da primeira questão, assumimos que o PRO no especificador de *Voice* seja invisível para atribuição de caso ou porque esse elemento não tenha traços de caso¹³ e, portanto, seja ignorado na relação de *Agree* ou porque o PRO apresente algum tipo de caso nulo (CHOMSKY; LASNIK, 1993) que não dependa da estrutura sintática. Dessa maneira, o PRO não causa qualquer efeito de intervenção entre o núcleo *n* e o argumento interno do categorizador verbal. É interessante notar ainda que quando o especificador de *Voice* é preenchido por um DP propriamente dito, como acontece nos inergativos, o caso genitivo é atribuído exatamente a ele. No entanto, essa abordagem parece não ser suficiente, uma vez que a fase desencadeada pelo núcleo *Voice* faria com que o argumento interno sofresse *spell-out* e, portanto, tal argumento não estaria visível à sondagem do núcleo *n* para atribuição de Caso genitivo. Para lidar com essa problemática, propomos que o argumento interno se mova para

¹³ Ressaltamos que no clássico Teorema do PRO (CHOMSKY, 1981) tal elemento, por definição, não possui caso.

Spec de AspP; esse movimento parece ser necessário uma vez que se aloca em algum dos núcleos abaixo de *Voice* esse elemento, por questões de localidade como explicitamos acima, não estaria acessível para receber o caso do núcleo nominal. Essa análise segue os moldes propostos por Collins (2005) para as sentenças passivas. De acordo com a abordagem de *smuggling*, proposta pelo autor, o argumento interno nas passivas é carregado através do movimento de uma projeção máxima de participio em direção a uma posição de pouso que, para os limites da nossa discussão, é precisamente mais alta do que a posição que licencia o argumento externo. Esse movimento é, em última análise, uma solução para escapar do efeito de intervenção causado pela presença do argumento externo em especificador de *Voice*, uma das proposições de base na análise de Collins (2005) na estrutura de sentenças passivas. Uma vez que o caso é atribuído pelo categorizador nominal, sendo a preposição apenas reflexo dessa operação, o movimento fica motivado em termos formais.

Quanto à segunda questão, é interessante ressaltar que, na sintaxe minimalista, o caso acusativo é atribuído via *Voice* (KRATZER, 1996) – ou *v* na nomenclatura de CHOMSKY, 1995) – núcleo que também é responsável pela introdução do argumento externo. No entanto, o núcleo *Voice* presente no infinitivo nominal, diferentemente disso, não atribui caso acusativo, o que fica explícito pela necessidade de preposição na introdução do argumento interno. Do ponto de vista empírico, esse cenário não é novidade, dado que ele pode ser, por exemplo, diretamente comparado ao que acontece nas passivas. Ainda que uma análise detalhada dessa questão extrapole o escopo deste artigo, queremos abrir a perspectiva de que a falta de atribuição de acusativo seja, na verdade, consequência do tipo de *Voice* presente na estrutura. Nessa linha de raciocínio, se assumirmos, por exemplo, a existência de um *Voice* passivo (cf. ALEXIADOU, 2013), podemos levantar como hipótese que, em oposição ao *Voice* ativo, tal núcleo tenha pelo menos duas propriedades que nos são salientes nesse momento da análise: (i) O núcleo funcional *Voice* do tipo passivo não atribui caso acusativo; (ii) O núcleo funcional *Voice* do tipo passivo é compatível com projeções, projeções de natureza nominal acima dele.

Além disso, propomos que as nominalizações infinitivas do PB sob escopo deste trabalho não apresentam um núcleo T em sua estrutura. Um dos argumentos que evidencia a ausência de T nos nominais infinitivos do PB é a impossibilidade de que formas verdadeiramente flexionadas em tempo possam ser nominalizadas. Outro argumento que sustenta a ausência de um núcleo T nas formações em questão é a impossibilidade de que o infinitivo nominalizado apresente flexão de número e pessoa, de modo que o chamado infinitivo flexionado torna a formação agramatical. Outra evidência que vai na mesma direção é a impossibilidade de atribuição de caso nominativo nessas formações. Se assumirmos que o nominativo é atribuído via T, então a correlação entre a ausência de T e de caso nominativo é prontamente explicada.

Continuando a discussão a respeito da estrutura sintática dos infinitivos nominais do PB, propomos que, acima do núcleo de *Voice*, o próximo núcleo da estrutura sintática é um núcleo aspectual. Mais especificamente, a partir da proposta de Miguel (1996) e Resende (2020), propomos

que o infinitivo nominal do PB apresenta leitura imperfectiva¹⁴, denotando um evento em andamento, ou mais especificamente, que está acontecendo simultaneamente ao desenvolvimento do evento expressado pela oração matriz, que pode ser entendido, por sua vez, como passado, presente ou futuro em relação ao momento do ato de fala. Do ponto de vista da estrutura, esse traço de aspecto seria realizado por um núcleo específico, Asp, acima de *Voice*, que também seria responsável pela realização morfológica da marca de infinitivo, o afixo *-r*, que aparece tanto nas formas verbais, como na forma nominalizada.

É interessante ressaltar, então, que rejeitamos a ideia de que o afixo *-r* seja homófono entre o comportamento derivacional e flexional, contra Miguel (1996) e Brito (2012). Isso porque tal afixo não é, na nossa análise, responsável por nominalizar a formação. Um dos argumentos que parecem sustentar essa ideia é que o morfema *-r* ocorre nas formas infinitivas ainda que estas não estejam nominalizadas. Além disso, é importante ressaltar que a simples ocorrência do morfema não é suficiente para nominalizar a forma infinitiva, que necessita de um determinante fonologicamente realizado ou de um elemento que revele a existência da camada DP, tal como os possessivos o fazem por exemplo. Da mesma forma, a proposta de homofonia parece não capturar a relação sistemática e previsível entre a forma verbal e a forma nominal.

Além dos núcleos de natureza verbal discutidos acima, a saber, *v*, *Voice* e Asp, assumimos que a estrutura dos infinitivos se nominaliza a partir da concatenação de, pelo menos, dois núcleos funcionais de natureza nominal: o núcleo categorizador *n* e o núcleo D. Como dissemos anteriormente, a presença do categorizador se justifica, seguindo Iordăchioaia (2014, 2020), pela flexibilidade de realização dos determinantes na nominalização infinitiva. Em termos formais, propomos que tal núcleo carrega um traço valorado de caso genitivo, a partir da ideia de que caso como é um epifenômeno da valoração de traços-phi, como proposto em Chomsky, 2000, 2001. Dessa forma, a preposição funcional é entendida como um reflexo dessa atribuição de Caso e não como uma sonda atuante na sintaxe propriamente dita. O núcleo D, por sua vez, abriga o determinante, que pode ser realizado através de artigo definido, pronome demonstrativo, artigo indefinido, sempre com traços de masculino singular. Entendemos que o pronome possessivo também pode ser tomado como evidência da camada DP, embora extrapole o escopo deste trabalho determinar exatamente a posição sintática desse elemento. De qualquer forma, o possessivo também se manifesta no masculino singular.

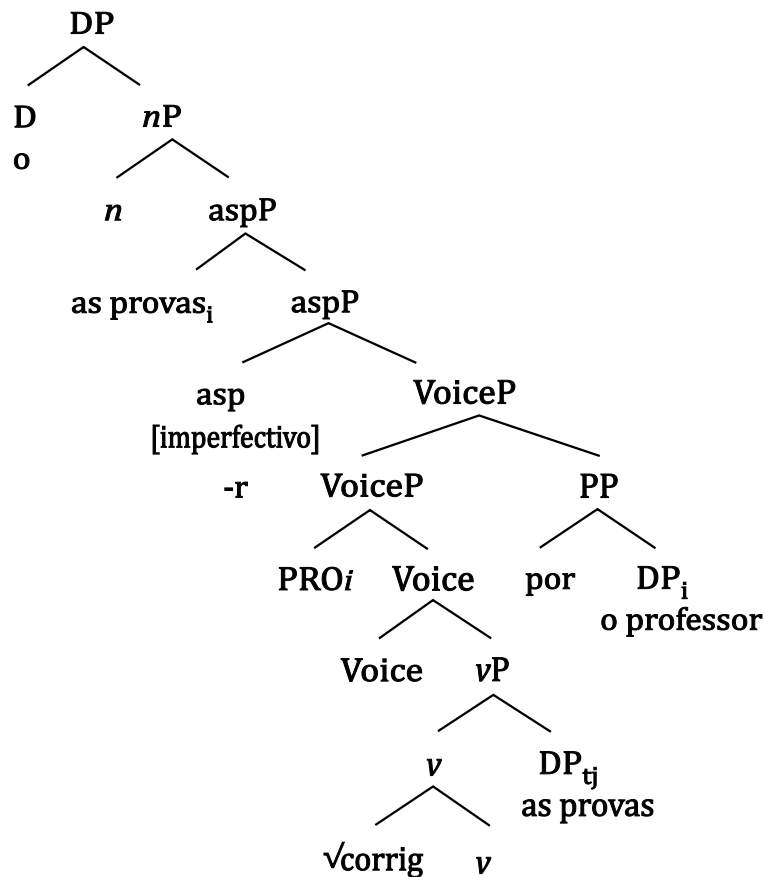
É interessante ressaltar que essa estrutura nominal assumida é consideravelmente empobrecida, no sentido de não conter todas as projeções funcionais que uma categoria nominal normalmente apresenta (cf. (18)). Nesse sentido, propomos, por exemplo, que uma projeção de número esteja ausente nos infinitivos nominais. A ausência de uma projeção desse tipo prevê que tais formações não podem ser pluralizadas. Dessa forma, a expressão do singular no determinante parece ser fruto de um valor *default*, como estratégia de último recurso e não resultado de concordância entre determinante e nome.

¹⁴ Como observado por um parecerista anônimo, algumas nominalizações infinitivas parecem não apresentar leitura aspectual imperfectiva. O mapeamento das possíveis configurações aspectuais associadas a verbos de diferentes naturezas é um passo futuro desta pesquisa. Para mais discussões sobre a natureza aspectual das nominalizações infinitivas do PB, recomendamos Resende e Oliveira (2022).

Especificamente no que diz respeito ao gênero, abrimos algumas possibilidades de análise para a implementação teórica do traço de masculino que aparece no DP que encabeça o infinitivo nominal. Se por um lado consideramos, por exemplo, que o traço de gênero possui uma projeção específica do tipo GenP (PICALLO, 1991), então é possível que o infinitivo tenha uma estrutura reduzida em termos de camadas nominais, não apresentando a camada GenP e, portanto, o traço de gênero que aparece no determinante seria também um traço *default*, tal como proposto para o traço de singular. Por outro lado, se consideramos que o traço de gênero é abrigado pelo categorizador *n* (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2009; KRAMER, 2011), que integra a estrutura sintática do infinitivo nominal, então talvez seja possível pensar em duas possibilidades analíticas: (i) o núcleo *n* dos infinitivos nominais é especificado para o traço masculino que se superficializa também no determinante via *Agree* ou (ii) o categorizador nominal do infinitivo nominal é ele mesmo defeutivo, no sentido de não possuir traço de gênero. Uma discussão mais completa a respeito das consequências das duas hipóteses levantadas acima fica como perspectiva futura no desenvolvimento desta pesquisa.

A partir das discussões desenvolvidas nesta seção, a nossa proposta para uma derivação completa do infinitivo nominal do PB pode ser vista na estrutura abaixo:

(26) a. O corrigir das provas pelo professor



É importante ressaltar ainda que a ordem linear da estrutura é atingida através de movimento de núcleo. Mais especificamente, respeitando a *Head Movement Constraint*, originalmente formulada por Travis (1984), a raiz se move para os núcleos imediatamente acima dela até chegar ao categorizador nominal, sem que nenhum núcleo possa ser pulado, gerando a forma nominal.

Por fim, é comum na literatura sobre nominalização a assunção de que os nominais zero, ou formados por Conversão Morfológica, não possuem estrutura argumental obrigatória (cf. GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001 entre outros). Ao contrário dessa posição, se nossa proposta estiver no caminho correto, então os nominais infinitivos do PB constituem-se como uma importante evidência de que tal generalização não se sustenta.

5. Considerações finais

A discussão desenvolvida neste trabalho procurou motivar e explicitar uma proposta de estrutura funcional para os infinitivos nominais do PB a partir de uma perspectiva sintática. Em linhas gerais, assumimos que a nominalização ocorre em um lugar relativamente alto na estrutura sintática, isto é, após toda uma sequência de núcleos de natureza verbal, que inclui, mais especificamente, o categorizador *v*, um núcleo *Voice* de natureza passiva e um núcleo de Aspecto. Em linhas gerais, o núcleo *v* tem a função de codificar a leitura de evento, categorizar a raiz e introduzir o argumento interno. Por sua vez, o núcleo *Voice* abriga o argumento externo, seja ele um DP, seja ele um PRO, que pode ou não estar coindexado a outro elemento na sentença. Finalmente o núcleo Asp traz a noção de imperfectividade, abriga a morfologia *-r* que é a marca do infinitivo verbal e nominal e funciona como projeção de pouso do argumento interno, após o movimento que o retira de dentro da fase estabelecida por *Voice*, mantendo-o ativo para receber Caso genitivo.

Essa estrutura verbal é, no entanto, dominada por núcleos de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e a projeção DP. Enquanto o primeiro deles carrega um traço valorado de caso genitivo, o segundo, por sua vez, fornece referencialidade para a normalização, abrigando elementos como artigos, pronomes demonstrativos e possessivos que licenciam o infinitivo nominal no PB.

Finalmente, é interessante ressaltar que uma análise dessa natureza só é possível dentro de um modelo teórico que permite uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que a entrada dos argumentos é anterior à própria formação da forma nominal analisada.

Referências

- ABNEY, Steven. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph. D. Diss., MIT, Cambridge, Mass. 1987.
- ACQUAVIVA, Paolo. Roots and Lexicality in Distributed Morphology. In: GALANI, Alexandra; REDINGER, Daniel; YEO, Norman (eds.). YPL2 York-Essex Morphology Meeting (YEMM). *Fifth York-Essex Morphology Meeting (YEMM)*, 9th February and 10th February 2008, Department of Language and Linguistic Science, University of York, pp. 1-21, 2009.

- ALEXIADOU, Artemis. *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*, Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- ALEXIADOU, Artemis; IORDĂCHIOAIA, Gianina; SCHÄFER, Florian. Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations. In: SLEEMAN, Petra; PERRIDON, Harry (eds.). *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation and change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 25-40, 2011.
- ALEXIADOU, Artemis *et al.* The realization of external arguments in nominalizations. *Journal of Comparative Germanic Linguistics*, v. 16, pp.73-95. 2013
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena. The subject-in-situ generalization and the role of Case in driving computations. *Linguistic Inquiry*, v. 32, pp. 193-231, 2001.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena. The subject-in-situ generalization revisited. In: GÄRTNER, H.-M.; Sauerland, U. (eds.), *Interfaces + Recursion=Language?: Chomsky's Minimalism and the View from Syntax-Semantics*. Mouton de Gruyter, Berlin, pp. 31-60. 2007.
- ALEXIADOU, Artemis; IORDĂCHIOAIA, Gianina; SORARE, Elena. Plural marking in argument supporting nominalizations. *Layers of Aspect*. CSLI Publications, 2009.
- BASSANI, Indaiá; MINUSSI, Rafael Dias. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 13, pp. 139-73, 2015.
- BAUER, Laura; VARELA, Salvador. (eds.). *Approaches to Conversion / Zero-derivation*. Münster: Waxmann, 2005.
- BORER, Hagit. *In Name Only: Structuring Sense*, Vol. I. Oxford: Oxford University, 2005.
- BRITO, Ana Maria. A nominalização do infinitivo no português europeu: aspectos sintáticos e semânticos. In: *Encontro Nacional da Associação Portuguesa De Linguística*, 2012, Lisboa. Textos selecionados. Lisboa: APL, pp. 88-120, 2013.
- BRESNAN, Jhon. Mixed categories as head sharing constructions. In: BUTT, M.; HOLLOWAY KING, T. (eds.), *Proceedings of the LFG97*. Conference, CSLI, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- CHOMSKY, Noam, *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 89-156, 2000.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.) *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT, pp. 1-52, 2001.
- CHOMSKY, Noam. LASNIK, Howard. *The Theory of Principles and Parameters*. *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*, pp. 506-69, 1993.
- COLLINS, Cris. A smuggling approach to the passive in English. *Syntax*, v. 8, n. 2, pp. 81-120, 2005.

CORNILESCU, Alexandra. Romanian Nominalizations: case and aspectual structure. *Journal of Linguistics*, v. 37, pp. 367-501, 2001.

DON, Jan. *Morphological Conversion*. Utrecht: Research Institute for Language and Speech, 1993.

MIGUEL, Elena. Nominal Infinitives in Spanish: an Aspectual Constraint, Canadian. *Journal of Linguistics*, v. 41, n. 1. pp. 29-53.1996.

GRIMSHAW, Jane. *Argument Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press. 1990.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. (eds.). *The view from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 111-76, 1993.

HALLE, Morris. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In: *MIT Working Papers in Linguistics* v. 30, pp. 425-39, 1997.

IORDĂCHIOAIA, Gianina. The interaction between nP and DP in nominalizations. In: HUANG, Hsin-Lun; POOLE, Ethan; RYSLING, Amanda (eds.), *Proceedings of the 43rd annual meeting of the North-East Linguistic Society (NELS)*, v. 1, pp. 179-90. Amherst, MA: GLSA, 2014.

IORDĂCHIOAIA, Gianina. D and N are different nominalizers. *Glossa: a journal of general Linguistics* v. 5(1). n. 53, pp. 1-25, 2020.

IORDĂCHIOAIA, Gianina. Categorization and nominalization in zero nominals. In: ALEXIADOU, Artemis; BORER, Hagit (eds). *Nominalization: 50 Years on from Chomsky's Remarks*. Oxford: Oxford University Press, January 2021.

KRAMER, Ruth. *The morphosyntax of gender: evidence from Amharic*. Handout presented at the Yale Colloquium, 2011.

KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (eds.) *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, pp. 109-37, 1996.

LONGOBARDI, Giuseppe. Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, pp. 609-65, 1994.

LOWENSTAMM, Jean. On little n, $\sqrt{\quad}$, and types of nouns. In: HARTMANN, Jutta; HEGEDŰS, Veronika; RIMESDIJK, Henk van (eds). *Sounds of Silence: Empty Elements in Syntax and Phonology*. Amsterdam: Elsevier, pp. 105-44, 2008.

MARANTZ, Alec. No scape from Syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your lexicon. In: DIMITRIADIS, Alexis; SIEGEL, Laura; SUREK-CLARK, Clarissa; WILLIAMS, Alexander. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, pp. 201-25, 1997.

PANAGIOTIDIS, Phoevos; GROHMANN, Kleantes. Mixed projections: categorial switches and prolific domains. *Linguistic Analysis* 36, pp. 141-61. 2009.

PICALLO, Maria Carme. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus*. Vol. 3, Issue 3, Pages 279-316, 1991.

RESENDE, Maurício Sartori. *A Morfologia Distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfossintaxe, morfossemântica*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2020.

STOWELL, Tim. Subjects across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, n. 3, pp. 285-312, 1982.

VILLALVA, Alina. Bare Morphology. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 8, pp. 121-41, 2013.

TRAVIS, Lisa. *Parameters and effects of word order variation*. PhD dissertation. MIT, 1984.

VÁZQUEZ, Pérez. A Mixed Extended Projection: The Nominalized Infinitive in Spanish and Italian. *Quaderni del Laboratorio di Linguistica della Scuola Normal e Superiore di Pisa*, n. 14, pp. 143-59, 2002.

REASSESSING THE EXISTENCE OF VERB-STRANDING *v*P-ELLIPSIS IN BRAZILIAN PORTUGUESE*REAVALIANDO A EXISTÊNCIA DE VERB-STRANDING *v*P-ELLIPSIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*Ezekiel Panitz¹**ABSTRACT**

Previous studies of *v*P-ellipsis in Brazilian Portuguese (BP) have claimed that BP permits verb-stranding *v*P-ellipsis (VVPE), a variant of *v*P-ellipsis in which the lexical verb raises out of the elliptical *v*P, thereby stranding the ellipsis site. The present study revisits this claim and argues that BP does not, in fact, permit VVPE. The argument against the existence of VVPE presented in this article proceeds in two steps. First, existing arguments in support of the claim that BP has VVPE are reassessed and shown to be unconvincing. Second, it is argued that VVPE overgenerates, thus calling into question the claim that BP has VVPE.

KEYWORDS: Verb-stranding *v*P-ellipsis. Brazilian Portuguese. Ellipsis.

RESUMO

Diversos trabalhos sobre a elipse de *v*P no português brasileiro (PB) afirmam que esta língua permite *verb-stranding vP-ellipsis* (elipse de *v*P com encalhe do verbo; doravante VVPE), uma forma de elipse de *v*P em que o verbo lexical é alçado para fora do *v*P elidido, e assim sobrevive à elipse. O presente trabalho revisita essa afirmação e argumenta que o PB, na verdade, não permite VVPE. O argumento contra a existência de VVPE no PB apresentado neste artigo é construído em dois passos. Primeiro, os argumentos existentes a favor da afirmação de que o PB tem VVPE são reavaliados e se argumenta que não são convincentes. Em seguida, argumenta-se que VVPE sobregera, o que coloca em dúvida a afirmação de que o PB tem VVPE.

PALAVRAS-CHAVE: Verb-stranding *v*P-ellipsis. Português brasileiro. Elipse.

Introduction

Within the literature on Brazilian Portuguese (BP), a fair amount of attention has been devoted to sentences such as (1), in which the entire content of the *v*P goes missing, minus the lexical verb (CYRINO; MATOS, 2002, 2005; TESCARI NETO, 2012).

- (1) Quando a Ana pôs os óculos na mesa, a Maria também pôs.
 when the A. put the glasses on.the table the M. also put
 ‘When Ana put her glasses on the table, Maria also put her glasses on the table.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 182)

Such sentences are standardly assumed to involve verb-stranding *v*P-ellipsis (hereafter, VVPE), a variant of *v*P-ellipsis in which the lexical verb escapes the ellipsis site by raising to some *v*P-external

¹ Ezekiel Panitz is currently a post-doctoral researcher at the University of São Paulo (USP), ezekiel.panitz@usp.br, <https://orcid.org/0000-0002-1551-5643>.

functional head (e.g., Asp or T).²

- (2) Quando a Ana pôs os óculos na mesa, a Maria_i também [pôs+v]_{+X} [_{vP} t_i t_v [_{vP} t_v os óculos na mesa]]

Relevantly, BP also has vP-ellipsis of the more familiar sort, in which the lexical verb remains internal to the ellipsis site (CYRINO; MATOS, 2002, 2005).

- (3) A Ana já tinha lido o livro à irmã, mas a Paula não tinha.
the A. already had read the book to.the sister but the P. NEG had
'Ana had already read the book to her sister, but Paula hadn't.'

(CYRINO; MATOS, 2002, p. 187)

Moreover, BP has verb movement to a vP-external position in non-elliptical sentences (GALVES, 1994; SILVA 2001; TESCARI NETO 2012, *inter alia*).

- (4) O João acabou+X [_{vP} completamente [_{vP} t_v [_{vP} t_v o seu trabalho]]
the J. finished completely the his work
'João completely finished his work.'

(GALVES, 2001, p. 109)

Thus, there is initial plausibility to the assumption that BP allows VVPE. After all, VVPE is simply the combination of vP-ellipsis and verb movement to a vP-external position, both of which are independently possible in BP.

Of course, plausible conclusions are sometimes incorrect. In this article, I revisit the claim that BP has VVPE and conclude that BP does not have VVPE, contrary to previous thinking. I demonstrate that positing VVPE for BP is neither necessary nor desirable. It is not necessary, as apparent cases of VVPE can in fact be accounted for without VVPE; and it is not desirable, as VVPE overgenerates.

The present article builds upon a series of recent articles by Landau (2018, 2020a, 2020b). In 2018 and 2020b, Landau examines four languages which were previously thought to allow VVPE (Hebrew, in 2018; Hindi, European Portuguese, and Russian, in 2020b) and argues that these languages do not permit VVPE. Landau's conclusion is based upon the same two observations utilized here: (i) VVPE is unnecessary, as the data it purports to account for are independently accounted for; (ii) VVPE is undesirable, as it overgenerates. Having concluded that these languages disallow VVPE, Landau asks why they do so, noting that this question is particularly pressing in languages that independently allow both vP-ellipsis and verb movement to a vP-external position. Landau addresses this question in his 2020a paper, where he proposes that VVPE is impossible — not just in some languages, but universally — as it runs afoul of a UG constraint regulating ellipsis of head-less XPs.

² In what follows, it will not be necessary to establish which vP-external functional head the lexical verb raises to in BP. I will therefore abstract away from the precise identity of this functional head and represent it as "X". For verb-movement in BP, see Galves (2001), Silva (2001), Tescari Neto (2012), among others.

Presently, a number of languages are still believed to allow VVPE. Landau's proposal that VVPE is universally barred invites a reassessment of these languages. The current article does just this for one language, Brazilian Portuguese.

The paper is structured as follows. In section 1, I review the arguments that have been put forward within the BP literature in support of VVPE. I argue that the arguments are unconvincing, as the data VVPE purports to account for are independently accounted for. Section 2 goes one step further and argues that VVPE overgenerates. Section 3 concludes.

1. Positing VVPE is unnecessary: Reassessing existing arguments in support of VVPE

1.1. Missing PP arguments

In order to establish that a given language has VVPE, it is necessary to examine sentences that are unambiguously analyzable as involving VVPE. In other words, one must use sentences which not only *can* be analyzed as involving VVPE, but moreover *must* be so analyzed.

For instance, suppose one considers sentences such as (5), in which the verb's object DP has gone missing (English words are used for convenience.)

- (5) Susan saw the movie, and Fred also saw.
(Interpretation: Susan saw the movie, and Fred also saw the movie.)

In principle, such sentences can be generated via two distinct strategies: (i) VVPE, (ii) argument drop³.

- (6) Susan saw the movie, and Fred also saw+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v the movie]]
(7) Susan saw the movie, and Fred also saw+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ec_{DP}]]

In languages that do not allow object DPs to undergo argument drop, the only option for generating sentences like (5) is VVPE. In such languages, then, the acceptability of sentences like (5) motivates the conclusion that these languages have VVPE. By comparison, in languages that *do* permit argument drop of object DPs, sentences like (5) can be independently generated via argument drop and therefore do not furnish an argument in support of the existence of VVPE.

As is widely acknowledged within the BP literature, BP is a language that productively licenses argument drop of object DPs (CYRINO, 1997; CYRINO; LOPES, 2016, FARRELL, 1990; FERREIRA, 2000; *inter alia*). The following sentences provide a few examples.⁴

³ The term 'argument drop' is used here as a cover term for the following three processes: (i) argument ellipsis, (ii) topic drop, and (iii) *pro* drop. Argument-dropped arguments are represented as *ec*.

⁴ A number of proposals have been made regarding the nature of null object DPs in BP. Ferreira (2000), Grolla (2005), and Nunes and Santos (2009) argue that the null object is *pro*. Cyrino (1997) and Cyrino and Lopes (2016) argue that the null object is generated through argument ellipsis. Panitz (2021) argues that both of the above strategies are in fact available. Meanwhile, Kato, Martins, and Nunes (2023) show that the null object can additionally be generated under topic drop. Thus, the null object in BP appears to be three-ways ambiguous: it can be generated via *pro*, argument ellipsis, or topic drop.
(footnote continued on following page)

- (8) [Esse tipo de garrafa]_i impede as crianças de abrirem ec_i sozinhas.
 this type of bottle impedes the kids of open alone
 ‘This type of bottle prevents kids from opening (this type of bottle) alone.’
 (BIANCHI; FIGUEIREDO SILVA, 1994, p. 187)
- (9) Ele trouxe [o livro]_i para a escola e ela trouxe ec_i para o escritório
 he brought the book to the school and she brought to the office
 ‘He brought the book to the school, and she brought (it) to the office.’
 (CYRINO; LOPES, 2016, p. 488)
- (10) Ontem o João pôs [o dinheiro]_i na gaveta, mas Pedro guardou ec_i
 yesterday the J. put the money in.the drawer, but P. kept
 no cofre.
 in.the safe
 ‘Yesterday, João_i put his_i money in the drawer, but Pedro_j kept his_{i/j} money in the safe.’
 (CYRINO; LOPES, 2016, p. 486)

Since BP allows argument drop of object DPs, sentences like (5) are therefore of no use in deciding whether BP has VVPE, a fact that is universally recognized within the literature on VVPE in BP. Cyrino and Matos (2002, 2005) therefore use the sentences in (11) to argue for the existence of VVPE in BP. The crucial property of these sentences is that they contain a null PP object (in addition to a null DP object).

- (11) a. Ele está mandando as cartas aos clientes
 he is sending the letters to.the clients
 e ela está também mandando.
 and she is also sending
 ‘He is sending the letters to the clients and she is too.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 192)
- b. A Ana não leva o computador para as aulas,
 the A. NEG brings the computer to the classes
 porque os amigos também não levam.
 because the friends also NEG bring
 ‘Ana does not bring her computer to the classes because her friends do not either.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 180)
- c. Quando a Ana pôs os óculos na mesa, a Maria também pôs.
 when the A. put the glasses on.the table, the M. also put
 ‘When Ana put her glasses on the table, Maria did too.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 182)

At the present point in the discussion, it suffices to simply point out that BP allows null object DPs. Whether the null object is generated via *pro*, argument ellipsis, or topic drop—or some combination thereof—is not relevant, presently.

The implicit assumption underlying Cyrino and Matos's (2002) use of such sentences is that BP does not have argument drop of PP arguments, and hence that the sentences above cannot be generated as in (12a-c), which involve argument drop of the object PP (in addition to argument drop of the object DP). These sentences, so the reasoning goes, thus provide evidence for concluding that BP has VVPE (see (13a-c)), as it is necessary to draw this conclusion if one is to account for the acceptability and interpretation of sentences such as (11a-c).

- (12) a. ... e ela está também mandando+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ec_{DP} ec_{PP}]
 b. ... porque os amigos também não levam+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ec_{DP} ec_{PP}]
 c. ... a Maria também pôs+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ec_{DP} ec_{PP}]
- (13) a. ... e ela está também mandando+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ~~as cartas aos clientes~~]]
 b. ... porque os amigos também não levam+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ~~o computador para as aulas~~]]
 c. ... a Maria também pôs+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v ~~os óculos na mesa~~]]

However, BP *does* allow PP arguments to independently drop. The examples in (14) demonstrate this. Each of the right-hand sentences in (14) is interpreted as containing a null PP (e.g., *naquele cofre* ‘in that safe’, in (14a)), thus confirming that BP does indeed allow PP arguments to independently drop.

- (14) a. A Maria guardou um anel naquele cofre.
 the M. kept a ring in.that safe
 Já a Ana guardou um colar.
 but the A. kept a necklace
 ‘Maria kept a ring in that safe. But Ana kept a necklace in that safe.’
- b. A Maria pôs uma televisão no meu escritório.
 the M. put a television in.the my office
 Já a Ana pôs um rádio.
 but the A. put a radio
 ‘Maria put a television in my office. But Ana put a radio in my office.’
- c. A Maria comprou uma camisa pro João.
 the M. bought a shirt for.the J.
 Já a Clara comprou um chapéu.
 but the C. bought a hat
 ‘Maria bought a shirt for João. But Clara bought a hat for João.’
- d. A Bruna mandou as cartas aos clients
 the B. sent the letters to.the clients
 e o João mandou os comprovantes
 and the J. sent the receipts
 ‘Bruna sent the letters to the clients, and João sent the receipts to the clients.’

- e. A Clara levou o notebook para a aula
 the C. brought the laptop to the class
 e a Bianca levou o celular.
 and the B. brought the cellphone
 ‘Clara brought her laptop to class, and Bianca brought her cellphone to class.’

Sentences like (11a-c) can therefore be generated as depicted in (12a-c), contrary to what Cyrino and Matos implicitly assume. Such sentences do not, therefore, provide any evidence in support of postulating VVPE in BP.

Before concluding this section, a remark is in order. An anonymous reviewer questions whether the sentences in (14a-e) succeed in showing that BP has argument drop of PPs. Specifically, the reviewer observes that there are languages which plausibly do not have argument drop of PPs but which nonetheless allow PPs to go missing in sentences like (14). English is one such language, as the following examples attest.

- (15) a. Bianca sent the letters to the clients, and Paul sent the receipts.
 (Interpretation: ... and Paul sent the receipts to the clients.)
 b. Clara brought her laptop to class, but Susan brought her cellphone.
 (Interpretation: ... but Susan brought her cellphone to class.)

Assuming that English indeed does not have argument drop of PPs, it follows that there is more than one way to omit argumental PPs: argument drop and some other mechanism, M_{pp} . Hence, one cannot conclude on the basis of the sentences in (14) that BP has argument drop of PP; after all, the omission of the PPs in these sentences might be due to M_{pp} .

Fortunately, it is not necessary to determine whether the omission of PPs in BP is due to argument drop or to M_{pp} . The sentences in (14) clearly show that BP has some mechanism for omitting argumental PPs. If the omission is due to argument drop, the grammaticality and the interpretation of the sentences in (11) are accounted for via argument drop of the DP and PP objects, as described above (see (12)). If, on the other hand, the omission of PPs in BP is due to M_{pp} , the grammaticality and the interpretation of (11a-c) are accounted for via the joint application of M_{pp} and argument drop, where M_{pp} silences the PP argument and argument drop silences the DP object. Thus, the grammaticality and the interpretation of the sentences in (11) are accounted for without appeal to VVPE, irrespective of whether the omission of PP arguments in BP is ultimately due to argument drop or to M_{pp} . This being so, the conclusion reached above stands: namely, that the sentences in (11) do not provide evidence for concluding that BP has VVPE.⁵

⁵ Since it is not necessary to decide whether the omission of PPs is due to argument drop or to M_{pp} , I have omitted a discussion of what sort of process M_{pp} might be. I nonetheless briefly offer two possibilities here.

M_{pp} may be some hitherto, undiscovered syntactic process which silences PP arguments. If PPs in BP are silenced by this process, the sentences in (14) are generated as follows, where the PP is silenced by M_{pp} .

(i) ... [_X [_v V+v]+X] [_{vp} t_v [_{vp} t_v DP ec_{pp}]] (footnote continued on following page)

1.2. The verb-identity requirement

Consider (1), repeated here.

- (16) Quando a Ana pôs os óculos na mesa, a Maria também pôs.
 when the A. put the glasses on.the table the M. also put
 ‘When Ana put her glasses on the table, Maria also put her glasses on the table.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 182)

The verb heading the antecedent ν P and the verb heading the elliptical ν P are identical (*pôr*; *pôr*). Cyrino and Matos (2002) claim that (16) becomes ungrammatical when the two verbs are distinct (*colocou*; *pôr*).

- (17) *Quando a Ana colocou os óculos na mesa, a Maria também pôs.
 when the A. put the glasses on.the table the M. also put
 ‘When Ana put her glasses on the table, Maria also put her glasses on the table.’
 (CYRINO; MATOS, 2002, p. 182)

Cyrino and Matos account for the contrast between (16) and (17) as follows. Recall, first, that Cyrino and Matos implicitly assume (incorrectly, as observed above) that BP does not allow argument omission of PPs⁶ and that examples like (16) and (17) must therefore be generated under VVPE. They therefore take the contrast between (16) and (17) to indicate that VVPE is subject to a verb-identity requirement. This requirement, they argue, follows from the more general requirement that ellipsis sites be identical to their antecedents. In (17), the elliptical ν P and the antecedent ν P are not identical, as the copies (i.e., the traces) of the two verbs are distinct from one another. (On the distinctness of the copies of the two subjects, see fn. 7, directly below).

- (18) Quando a Ana colocou+X [_{ν P} <a Ana> [_{ν P} <colocou> os óculos na mesa]], a Maria também pôs+X [_{ν P} <a Maria> [_{ν P} <pôs> os óculos na mesa]]

Since the two ν Ps are not identical in (17), VVPE is not possible; moreover, since VVPE is assumed to be the only mechanism for generating (17), the ungrammaticality of this sentence is

Alternatively, the PPs in (14) are simply not projected, syntactically—that is, the PPs are absent from the syntax, altogether. The right-hand sentences in (14) would then have the following structure, in which the missing PP is absent from the syntax.

- (ii) ... [_X [_{ν} V+v]+X] [_{ν P} t _{ν} [_{ν P} t _{ν} DP]]]

Under this approach, M_{pp} is the mechanism that incorporates the unprojected PP into the sentence’s interpretation. (On the incorporation of unprojected arguments into the interpretation of sentences containing unprojected arguments, see Williams (1985) and Jackendoff (1990), among others.)

⁶ As noted above, the examples in (14) demonstrate that BP has some sort of mechanism for silencing PP arguments. This mechanism may be argument drop, or it may be some distinct mechanism, referred to above as M_{pp} . Going forward, I will use the term *argument omission of PPs* to refer to the mechanism that silences argumental PPs in BP, whatever this mechanism ultimately turns out to be.

purportedly explained. By comparison, the elliptical *vP* and the antecedent *vP* in (16) are indeed identical.⁷

- (19) Quando a Ana pôs+X [_{vp} <a Ana> [_{vp} <pôs> os óculos na mesa]], a Maria também pôs+X [_{vp} <a Maria> [_{vp} <pôs> os óculos na mesa]]

VVPE is thus possible in (16), thus accounting for the grammaticality of (16).

The ungrammaticality of (17) comes as a surprise, given the results of the preceding section. There, it was argued that BP allows argument omission of PPs. It should therefore be possible to generate (17) via argument drop of the object DP and argument omission of the PP.

Indeed, upon closer inspection, it turns out that sentences like (17) are in fact grammatical. The majority of the speakers I have consulted (indeed, all but one) accept (17). Moreover, *all* of the speakers I have consulted accept the examples in (20) thru (23).

- (20) A Ana colocou os óculos na mesa ontem. Já a Maria pôs hoje.
the A. put the glasses on.the table yesterday. but the M. put today
'Ana put her glasses on the table yesterday. But Maria put (her glasses on the table) today.'
- (21) [Context: João and Maria participated in a cooking game show. The announcer is recounting the sequence of events.]
O João pôs um quilo de açúcar no bolo às 9h02. Já a Maria colocou às 9h04
the J. put a kilo of sugar in.the cake at 9:02. but the M. put at 9:04
'João put a kilo of sugar in the cake at 9:02. But Maria put (a kilo of sugar in the cake) at 9:04.'
- (22) [Context: Paulo and Ana participated in a cooking game show. Paulo and Ana should have both put a kilo of sugar in the cake, but only Paulo did.]
O Paulo pôs um quilo de açúcar no bolo, mas a Ana não colocou.
the P. put a kilo of sugar in.the cake, but the A. NEG put
'Paulo put a kilo of sugar in the cake, but Ana didn't put (a kilo of sugar in the cake).'
- (23) [Context: The detective has examined the scene of the crime and is now making a deduction.]
Se a Ana colocou a arma dela no armário, a Maria (certamente) não pôs
if the A. put the gun of.her in.the closet, the M. certainly NEG put
'If Ana put her gun in the closet, Maria (certainly) didn't (put her gun in the closet).'

⁷ Actually, the two *vPs* in (16) are not fully identical, as the copies (i.e., traces) of the two subjects are distinct (see (19)). However, it is well-known that the identity requirement tolerates non-identical copies (traces), provided the traces are bound by expressions that stand in a contrastive relation with one another. For instance, (i) is good, as *Jill* and *Frank* contrast with one another; and (ii) is likewise good, as *the book* and *the article* contrast.

- (i) Jill [_{vp} <Jill> seems [<Jill> happy]] and Frank also does [_{vp} <Frank> seem [<Frank> happy]]
(ii) The book, I [_{vp} liked <the book>]. The article, I didn't [_{vp} like <the article>]

Crucially, the traces of the two verbs in (17) are bound by distinct elements which do *not* stand in a contrastive relation to one another; i.e., *colocou* 'put' and *pôs* 'put' mean the same thing, hence are evidently not contrastive. The non-identity of the two verbal traces in (17) therefore cannot be ignored by the identity requirement on ellipsis, thereby ruling out ellipsis.

Sentences like (17) and ((20)-(23)) are thus accounted for without appealing to VVPE.

1.3. Missing adverbs

Consider the examples in (24), which Tescari Neto (2012) presents as evidence in support of the conclusion that BP has VVPE.

- (24) a. O Mané limpou o banheiro cuidadosamente e a Mara também limpou.
 the M. cleaned the bathroom carefully and the M. also cleaned
 ‘Mané cleaned the bathroom carefully, and Mara also cleaned the bathroom carefully.’
 (TESCARI NETO, 2012, p. 154)
- b. O Mané limpou a casa de novo e a Mara também limpou.
 the M. cleaned the house of new and the M. also cleaned
 ‘Mané cleaned the house again, and Maray also cleaned the house again.’
 (TESCARI NETO, 2012, p. 153)

Both examples contain an adverb in the left-hand conjunct which is merged ν P-internally (either adjoined to ν P or merged lower down). If BP has VVPE, it is predicted that the adverb should be recoverable in the right-hand conjunct, as shown below.

- (25) a. O Mané limpou o banheiro cuidadosamente e a Mara também
 limpou+X $\{_{\nu P} t_{\nu} \text{ o banheiro cuidadosamente} \}$
- b. O Mané limpou a casa de novo e a Mara também limpou+X $\{_{\nu P} t_{\nu} \text{ a casa de novo} \}$

As the glosses to (24) attest, this prediction is borne out.

The examples in (24) involve ν Ps that are situated in a matrix clause. Consider, now, the following examples, in which the ν P is embedded within an island. If BP indeed has VVPE, it is expected that the adverb in (26), (28), and (30) should be recovered in the interpretation of the right-hand conjuncts/sentences, as is illustrated in (27), (29), and (31). However, the adverb is not recovered, contrary to what analyses that posit VVPE for BP would lead us to expect.⁸

⁸ There is some variation from speaker to speaker—and for each speaker, from sentence to sentence—with regard to the interpretation of the right-hand conjuncts/sentences in (26), (28), and (30). At one end of the extreme, the reading under which the adverb is recovered is totally out. At the other end of the extreme, this reading is quite marginal, though not totally excluded. The relevant contrast is with the sentences in (32)–(34), which show that traditional (i.e., non-V-stranding) ν P-ellipsis is fully allowed island-internally in BP. Thus, if BP has VVPE, the null hypothesis is that VVPE should likewise be fully allowed island-internally, which in turn predicts that the adverbs in (26), (28) and (30) should be fully recoverable. This prediction is not borne out, as the judgements in the body of the text attest.

- (26) a. O fato que o João nada bem me alegra.
 the fact that the J. swims well me gladdens
 Já [_{island} o fato que o Pedro também nada] me surpreende.
 but the fact that the P. also swims me surprises
 ‘The fact that João swims well gladdens me. But the fact that Pedro
 {?*swims well/✓swims} surprises me.’
- b. O fato que a Maria dirige rápido me assusta.
 the fact that the M. drives fast me frightens
 Já [_{island} o fato que a Júlia também dirige] me surpreende.
 but the fact that the J. also drives me surprises
 ‘The fact that Maria drives fast frightens me. But the fact that Julia also
 {?*drives fast/✓drives} surprises me.’
- (27) a. Já [_{island} o fato que o Pedro também nada+X [_{vP} t_v bem]] me surpreende
 b. Já [_{island} o fato que a Júlia também dirige+X [_{vP} t_v rápido]] me surpreende
- (28) a. A Maria ficou com orgulho quando ela soube que a filha
 the M. stayed with pride when she learned that the daughter
 dela nadou bem. Já a Clara ficou com orgulho [_{island} quando ela
 of.her swam well but the C. stayed with pride when she
 soube que a sobrinha dela também nadou]
 learned that the niece of.her also swam
 ‘Maria became proud when she learned that her daughter swam well.
 But Clara became proud when she learned that her niece also {?*swam well/✓swam}.’
- b. A Ana ficou com raiva quando ela soube que a filha dela
 the A. stayed with anger when she learned that the daughter of.her
 dirige rápido. Já a Clara ficou com raiva [_{island} quando ela soube
 drives fast but the C. stayed with anger when she learned
 que o marido dela também dirige]
 that the husband of.her also drives
 ‘Ana became angry when she learned that her daughter drives fast. But
 Clara became angry when she learned that her husband also
 {?*drives fast/✓drives}.’
- (29) a. ... [_{island} quando ela soube que a sobrinha dela também nadou+X
 [_{vP} t_v bem]]
 b. ... [_{island} quando ela soube que o marido dela também dirige+X
 [_{vP} t_v rápido]]

- (30) a. Esse é o cara que disse que o João nada bem e aquele é
 this is the guy that said that the J. swims well and that is
 [_{island} o cara que disse que o Pedro também nada]
 the guy that said that the P. also swims
 ‘This is the guy who said that João swims well, and that is the guy who said that Pedro also {?*swims well/✓swims}.’
- b. Esse é o cara que disse que a Maria dirige rápido e aquele é
 this is the guy that said that the M. drives fast and that is
 [_{island} o cara que disse que a Júlia também dirige]
 the guy that said that the J. also swims
 ‘This is the guy who said that Maria drives fast, and that is the guy who said that Julia also {?*drives fast/✓drives}.’
- (31) a. ... [_{island} o cara que disse que o Pedro também nada+X [_{vP} t_{v+V} bem]]
 b. ... [_{island} o cara que disse que a Júlia também dirige+X [_{vP} t_{v+V} rápido]]

If BP has VVPE, it is necessary to explain why VVPE apparently cannot apply island-internally. Moreover, it is necessary to explain why VVPE differs from traditional (i.e., non-V-stranding) vP-ellipsis, which *can* occur island-internally in BP, as the following examples attest (see also CYRINO; MATOS, 2002, p. 178)

- (32) O fato que a Maria tá nadando bem me alegra.
 the fact that the M. is swimming well me gladdens
 Já [_{island} o fato que a Clara também tá [_{vP} nadando bem]] me surpreende.
 But the fact that the C. also is me surprises
 ‘The fact that Maria is swimming well gladdens me. But the fact that Clara is also swimming well surprises me.’
- (33) Essa é a pessoa que disse que a Júlia tá nadando bem
 this is the person that said that the J. is swimming well
 e [_{island} aquela é a pessoa que disse que a Clara também tá [_{vP} nadando bem]]
 and this is the person that said that the C. also is
 ‘This is the person who said that Julia is swimming well, and that is the person who said that Clara is swimming well, too.’
- (34) A Ana ficou com raiva quando ela soube que a filha dela tava
 the A. stayed with anger when she learned that the daughter of her was
 dirigindo rápido. Já a Clara ficou com raiva [_{island} quando ela soube que
 driving fast But the C. stayed with anger when she learned that
 o marido dela também tava [_{vP} dirigindo rápido]]
 the husband of her was also
 ‘Ana became mad when she learned that her daughter was driving fast. But Clara became mad when she learned that her husband was driving fast, too.’

Absent an explanation for why VVPE should be impossible island-internally and for why it should differ in this respect from traditional vP-ellipsis, the examples in (24) provide only a weak argument in support of positing VVPE in BP. Clearly, it would be preferable to posit an alternative analysis of the examples in (24) that avoids overgenerating the impossible readings in examples like (26), (28), and (30). In the remainder of this section, I sketch the main features of such an analysis.

BP is a language that allows topic drop (FERREIRA, 2000; KATO; MARTINS; NUNES, 2023; MODESTO, 2000; RODRIGUES, 2004). Topic drop, as is well known, is unable to apply to material that is internal to islands. For instance, topic drop (of the subject) is possible in (35), but not in (36), where the topic-dropped subject is internal to a wh-island.

- (35) a. Onde está a Maria_i?
 where is the M.
 ‘Where is Maria?’
 b. ec_i acabou de sair.
 just of left
 ‘(She) just left.’ (KATO; MARTINS; NUNES, 2023)
- (36) a. Onde está a Maria_i?
 where is the M.
 ‘Where is Maria?’
 b. *O que ec_i fez desta vez?
 the what did of.this time
 ‘What did (she) do this time?’ (KATO; MARTINS; NUNES, 2023)

As was observed above, adverbs are also unable to drop island-internally. In this connection, it is notable that (at least some) languages with topic drop allow adverbs to undergo topic drop. For instance, German allows topic drop of adverbs.

- (37) a. Was machst du heute?
 what make you today
 ‘What do you make today?’
 b. ec_i mach ich mal gar nichts
 make I PRT at.all nothing
 ‘Today I make nothing at all.’ (TRUTKOWSKI, 2016, p. 3)

I therefore suggest that adverb drop in BP is generated under topic drop, a phenomenon which is independently available in BP. Analyzing adverb drop in BP in this fashion is preferable to analyzing it in terms of VVPE for the following reasons: (i) if VVPE is to account for the existence of adverb drop in BP (i.e., if it to account for the ability to recover the adverb when the adverb is in the matrix clause, as in (24a-b)), one must explain why VVPE is unable to apply island-internally; (ii) moreover, one must explain why VVPE differs from traditional vP-ellipsis in being unable to apply island-internally;

(iii) furthermore, there is no independent evidence for the existence of VVPE in BP (see the preceding two subsections), whereas there *is* independent evidence for the existence of topic drop in BP; as such, it is preferable to extend the analysis of topic drop to adverbs than it is to posit VVPE, whose existence in BP is otherwise unmotivated; (iv) finally, VVPE overgenerates elsewhere in the grammar, as will be shown below (section 2); thus, positing VVPE to account for island-external instances of adverb drop comes at a cost.

2. Positing VVPE is undesirable: The case from overgeneration

The preceding section argued that the evidence for positing VVPE for BP is unconvincing. In each case, the relevant data can be accounted for without positing VVPE. In the present section, I go one step further and argue that VVPE overgenerates. Therefore, positing VVPE for BP is not only undermotivated, but also undesirable.

2.1. Raising verbs

Consider the sentences in (38) and (39), each of which involves a raising verb. The sentences in (38) involve the familiar sort of raising, in which the raising verb takes an infinitival complement. The sentence in (39) involves hyper-raising, which is a variant of raising in which the raising verb takes a finite CP complement.⁹

- (38) a. Os meninos não perigam repetir de ano, mas [as meninas]_i
 the boys NEG on.verge.of repeat of year but the girls
 perigam [_{TP} t_i repetir de ano]
 on.verge.of repeat of year
 ‘The boys aren’t on the verge of being held back, but the girls are on the verge of being held back.’
- b. A Maria acabou perdendo o ônibus e [o João]_i também
 the M. ended.up missing the bus and the J. also
 acabou [_{TP} t_i perdendo o ônibus]
 ended.up missing the bus
 ‘Maria ended up missing the bus, and João also ended up missing the bus.’
- c. O clima político na França (ainda) não parou de piorar, mas
 the climate political in.the France still NEG stopped of get.worse but
 [o clima político no Brasil]_i (já) parou de [_{TP} t_i piorar]
 the climate political in.the Brazil already stopped of get.worse
 ‘The political climate in France (still) hasn’t stopped getting worse, but the political climate in Brazil has (already) stopped getting worse.’

⁹ On hyper-raising in BP, see Martins and Nunes (2005) and Nunes (2008, 2019).

- (39) O João não parece que vai ganhar a corrida, mas [o Pedro]_i parece
 the J. NEG seems that will win the race but the P. seems
 [_{CP} que t_i vai ganhar a corrida] Mas vamos aguardar pra ver quem acaba ganhando!
 that will win the race but let's wait for see who ends.up winning
 'It seems that João won't win the race and that Pedro will win the race. But let's wait and see who ends up winning!'

If BP has VVPE, it should be possible to generate (40a-c) from (38a-c) via VVPE, as (41) demonstrates. Similarly, it should be possible to generate (42) from (39) via VVPE (see (43)). However, the sentences in (40) and (42) are unacceptable. Sentences with raising verbs thus show that VVPE overgenerates in BP.

- (40) a. *Os meninos não perigam repetir de ano, mas as meninas perigam
 the boys NEG on.verge.of repeat of year but the girls on.verge.of
 (intended) 'The boys aren't on the verge of being held back, but the girls are on the verge of being held back.'
- b. *A Maria acabou perdendo o ônibus e o João também acabou
 the M. ended.up missing the bus and the J. also ended.up
 (intended) 'Maria ended up missing the bus, and João also ended up missing the bus.'
- c. *O clima político na França (ainda) não parou de piorar, mas
 the climate political in.the France still NEG stopped of get.worse but
 o clima político no Brasil (já) parou
 the climate political in.the Brazil already stopped
 (intended) 'The political climate in France (still) hasn't stopped getting worse, but the political climate in Brazil has (already) stopped getting worse.'
- (41) a. ... mas [as meninas]_i perigam+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v [_{TP} t_i repetir de ano]]]
 b. ... e [o João]_i também acabou+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v [_{TP} t_i perdendo o ônibus]]]
 c. ... mas [o clima político no Brasil]_i não parou+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v [_{TP} t_i de piorar]]]
- (42) *O João não parece que vai ganhar a corrida, mas o Pedro parece.
 the J. NEG seems that will win the race but the P. seems
 Mas vamos aguardar pra ver quem acaba ganhando!
 but let's wait for see who end.up winning
 (intended) 'It seems that João won't win the race and that Pedro will win the race. But let's wait and see who ends up winning!'
- (43) ... mas [o Pedro]_i parece+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v [_{CP} que t_i vai ganhar a corrida]]]

2.2. VP-idioms

The following sentences contain VP-idioms: specifically, *abotoar o paletó* 'to die' and *picar a mula* 'go away quickly'. As can be observed, the idiomatic reading is preserved under traditional vP-ellipsis.

- (44) a. A Maria vai abotoar o paletó. A Carla também vai.
the M. will button the jacket. the C. also will
'Maria will die. Carla will, too.'
- b. A Maria vai picar a mula. A Ana também vai.
the M. will prick the mule. the A. also will
'Maria will go away quickly. Ana will, too.'

Having observed that the idiomatic reading is, in principle, preserved under ellipsis, consider the following sentences.

- (45) a. A Maria abotoou o paletó. #A Carla também abotoou.
the M. buttoned the jacket. the C. also buttoned
'Maria died. #Carla also buttoned.'
- b. A Maria picou a mula. #A Carla também picou.
the M. pricked the mule. the C. also pricked
'Maria left quickly. #Carla also pricked.'

If BP indeed has VVPE, it should be possible to generate the right-hand sentences in (45) under VVPE (see (46)), which predicts that the right-hand sentences in (45) should allow the idiomatic reading.

- (46) a. A Carla também abotoou+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v o paletó]]
b. A Carla também picou+X [_{VP} t_v [_{VP} t_v a mula]]

The right-hand sentences in (45) do not, however, allow the idiomatic reading. VVPE thus overgenerates non-existent readings in sentences containing VP-idioms.

3. Closing remarks

The claim that BP has VVPE is widely accepted within the BP literature. This article has revisited this claim and argued that it is incorrect. The argument consisted of two parts. First, existing arguments in support of the existence of VVPE in BP were revisited and argued to be unconvincing. Second, it was argued that VVPE produces overgeneration in BP, overgenerating non-existent interpretations and ungrammatical sentences.

Given VVPE's overgeneration problem, the claim that BP has VVPE comes with a cost and should be maintained only if there is good reason to. The absence of convincing arguments in support of BP having VVPE indicates that such good reason is lacking, meaning that VVPE both can and should be jettisoned.

References

- BIANCHI, Valentina; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. On some properties of agreement-object in Italian and Brazilian Portuguese. In: MAZZOLA, Michael Lee (org.), *Issues and theory in Romance Linguistics: Selected papers from the linguistic symposium on Romance Languages*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1994.
- CYRINO, Sonia. *O objecto nulo no português do Brasil: Um estudo sintático-diacrônico [The null object in Brazilian Portuguese: A syntactico-diachronic study]*. Londrina, Brazil: Editora da UEL, 1997.
- CYRINO, Sonia; LOPES, Ruth. Null objects are ellipsis in Brazilian Portuguese. *The Linguistic Review*, v. 33, n. 4, pp. 483-502, 2016. DOI 10.1515/tlr-2016-0012
- CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese: A comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 1, n. 2, pp. 177-95, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.41>
- CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. Local licensers and recovering in VP ellipsis. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 2, pp. 79-112, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.160>
- FARRELL, Patrick. Null objects in Brazilian Portuguese. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 8, n. 3, pp. 325-46, 1990.
- FERREIRA, Marcelo. Barra. *Argumentos nulos em português brasileiro [Null arguments in Brazilian Portuguese]*. Unpublished master's thesis. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brazil. 2000.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português [Essays about the grammars of Portuguese]*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.
- GROLLA, Elaine. Pronomes resumptivos em português brasileiro adulto e infantil [Resumptive pronouns in adult and child Brazilian Portuguese]. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. 2, pp. 167-82, 2005.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic Structures*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- KATO, Mary A.; MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. *The syntax of Portuguese*. Cambridge, Cambridge University Press. 2023.
- LANDAU, Idan. Missing objects in Hebrew: Argument ellipsis, not VP ellipsis. *Glossa*. v. 3, n. 1, p. 1-37, 2018. DOI: <http://doi.org/10.5334/gjgl.560>
- LANDAU, Idan. Constraining head-stranding ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 51, n. 2, pp. 281-318, 2020a.
- LANDAU, Idan. On the nonexistence of verb-stranding VP-ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 51, n. 2, pp. 341-65, 2020b.
- MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. Raising issues in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 2, pp. 53-77, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.159>
- MODESTO, Marcello. *On the identification of null arguments*. PhD thesis. University of Southern California, 2000.

NUNES, Jairo. Inherent case as a licensing condition from A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 7, n. 2, pp. 83-108, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.129>.

NUNES, Jairo. Remarks on finite control and hyper-raising in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 18, n. 1, pp. 1-50, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.196>

NUNES, Jairo; SANTOS, Raquel. Stress shift as a diagnostics for identifying empty categories in Brazilian Portuguese. In NUNES, Jairo (org.) *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

PANITZ, Ezekiel. *Brazilian Portuguese argument ellipsis: A hidden case of clitic doubling*. Ms. University of São Paulo, 2021.

RODRIGUES, Cilene Aparecida Nunes. *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. PhD thesis. University of Maryland, 2004.

SILVA, Gláucia V. *Word order in Brazilian Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.

TESCARI NETO, Aquiles. *On verb movement in Brazilian Portuguese: A cartographic study*. PhD dissertation. Università Ca' Foscari Venezia, Venice, Italy, 2012.

TRUTKOWSKI, Ewa. *Topic drop and null subjects in German*. Berlin, de Gruyter, 2016.

WILLIAMS, Edwin. PRO and subject of NP. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 3, n. 3, pp. 297-315, 1985.

LABELING SMALL CLAUSES¹

ROTULANDO PEQUENAS CLÁUSULAS

Marcelo Amorim Sibaldo²

ABSTRACT

There are several studies on the categorial status of *Small Clauses* (SCs) (STOWELL, 1981; MORO, 2000, and others), PrP (BOWERS, 1993), and PredP (BAILYN, 2001) etc.). Given that a theory of exocentric phrase structure requires Syntactic Objects to be labeled so that Full Interpretation can interpret it in CI, we ought to understand which label is given to SCs. The objective of this paper is to analyze data from Portuguese and Russian to argue that the system presented in two recent papers, *Problems of Projection, PoP*, (CHOMSKY, 2013, 2015), can explain the case and agreement morphology within SCs crosslinguistically. I propose that SCs can be labelled as ϕ in the PoP system when subject and predicate share these features. Otherwise, in case of mismatch between the morphological specifications of the subject-predicate set, the subject must be raised so that the predicate's case feature can be valued.

KEYWORDS: Small Clause. Case. ϕ -features. Label.

RESUMO

Existem vários estudos sobre o *status* categorial das Small Clauses (SCs) (STOWELL, 1981; MORO 2000, e outros), PrP (BOWERS, 1993), e PredP (BAILYN, 2001) etc.). Dado que uma teoria da estrutura de frases exocêntricas requer que os Objetos Sintáticos sejam rotulados para que o princípio de Interpretação Plena possa interpretá-los em no componente CI, devemos entender qual rótulo é dado às SCs. O objetivo deste artigo é analisar dados do português e do russo para argumentar que o sistema apresentado em dois artigos recentes, *Problems of Projection, PoP*, (CHOMSKY, 2013, 2015), pode explicar a morfologia de caso e concordância dentro de SCs de forma interlinguística. Proponho que as SCs podem ser rotuladas como ϕ no sistema PoP quando sujeito e predicado compartilham esses traços. De outro modo, em caso de incompatibilidade entre as especificações morfológicas do conjunto sujeito-predicado, o sujeito deve ser alçado para que o traço de Caso do predicado possa ser checado.

PALAVRAS-CHAVE: *Small Clause*. Caso. Traços- ϕ . Rótulo.

Introduction

Despite the intense debate around the topic, there seems to be consensual in the Generative

¹ A slightly modified version of this paper was published in Portuguese as Sibaldo (2020). Parts of this work were presented at *I Linguística Formal* (Federal University of Santa Catarina – UFSC) and at the Intermediary Summit of the Grammar Theory Work Group of ANPOLL (Catholic University of Rio de Janeiro – PUC-Rio). I would like to thank these events' organizers for their invite, especially Cilene Rodrigues, Cristina Figueiredo Silva, and Marco Antonio Martins. I would also like to thank the audiences of these conferences and Marcel den Dikken, Michelle Sheehan, Ian Roberts, Jairo Nunes, and Marco Antonio Martins, as their comments and suggestions help enhance this paper. Remaining errors are my sole responsibility. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001 and by UFPE.

² Professor of Portuguese at Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), marcelo.sibaldo@ufpe.br, <https://orcid.org/0000-0003-2119-8899>.

literature that sentences involving copulative verbs are generated at the base by what is known as a Small Clause (hereinafter denominated SC), i.e., a subject-predicate structure in which the latter is s-selected by the former.

However, within the theoretical apparatus of Generative Grammar, there are several questions pertaining to SCs “layout” which will be addressed here, such as: Do these elements have a head or do they have a “bare” configuration? Is there a label for SCs? If so, what would it be? These questions derive from the Government & Binding apparatus, within X-bar theory’s endocentric model, and go through at the first moment of the Minimalist Program (MP), in Bare Phrase Structure Theory. They remain in a more recent version of MP (an exocentric model of syntactic objects). Chomsky published this version in *Problems of Projection* (PoP) in 2013 and its continuation in 2015 — *Problems of Projection: Extensions*, proposing that the simpler merge does not assign a label to its output.

This paper aims to descriptively show that case morphology in Russian and inflectional morphology (ϕ -features³) in Portuguese may bear a similar explanation in SC contexts and, theoretically, argue that an exocentric theory of phrasal structure labeling (cf. CHOMSKY, 2013 and 2015) may explain case and inflectional morphology in SCs, as proposed by Moro (2000 and 2006).

The remaining of paper is divided in 3 main sections. Section 1 introduces my understanding of Small Clauses and summarizes the proposals available in the literature to account for the configurations of these syntactic object. Section 2 addresses the role of syntactic object labels based on the PoP system (CHOMSKY, 2013, 2015), and section 3 puts forward my SC labeling proposal within an exocentric model for syntactic object. Closing the paper, some final considerations are presented.

1. About small clauses and agreement

As far as I know, the first researcher to use the term *Small Clause* in Generative literature was Williams (1975) in a paper called *Small Clause in English*. Despite using the term *Small Clause* in his title, the author did not explore the concept in the study.

The first propositions on Small Clause intended to discuss English sentences whose verbs end in *-ing* (WILLIAMS, 1975), like the ones in (1), as well as showing that all larger syntactic projections (S, NP, AP, VP etc.) may include a subject position (STOWELL, 1981, 1983), as seen in sentences in (2):

- (1) a. The man **driving the bus** is Norton’s best friend.
 b. John decided to leave, **thinking the party was over**.
 c. **John’s evading his taxes** infuriates me.

(WILLIAMS, 1975, p. 249, exs. (1)-(3))

³ For the purposes of this paper, I understand ϕ -features as related to gender, number, and person features. Refer to Harbour, Adger, and Béjar (2008) for studies more extended notions of the concept.

- (2) a. Alexandra proved [_{AP} the theory [false]].
 b. I expect [_{PP} that man [off my ship]].
 c. Mary had [_{VP} her brother [open the door]]

(STOWELL, 1983, p. 297, exs. (24b), (25a), (26a))

The main difference between Williams' and Stowell's SC theories lies in the fact that the latter considers SC as forming one single constituent, whereas the former — especially in *Against Small Clause* (WILLIAMS, 1983) — considers SCs as involving more than one constituent. Stowell's theory became known in the literature as *The SC Theory* — in it, AP, PP, and VP in (2) are SCs and hence form one single constituent. In its turn, William's theory became known as *The Predication Theory* — for its advocates, by definition, the subject is not contained in the same phrase as the predicate, hence the name *external argument* for subjects in general.

I will leave larger matters for other studies. For now, I shall adopt Stowell's view and assume that a Small Clause is nothing more than a *predication* of a predicate over its subject. Therefore, in examples under (3), we see SC instances — base of a copulative sentence — and, in examples under (4), we see what is referred to in literature as a complement SC. Both examples include an SC with a predicate selecting a subject.

- (3) a. A Maria está cansada.
 “Maria is tired_{sing/fem.}.”
 b. Os meninos estão cansados.
 “The boys are tired_{pl/masc.}.”
- (4) a. O João considera a Maria uma boa aluna.
 “João considers Mary a good student.”
 b. O João considera os meninos bons alunos.
 “João considers the boys good students.”

In addition to gender and number agreement between [A Maria] and [cansada/uma boa aluna] (3a) and (4a), on one end, and [Os meninos] and [cansados/bons alunos] (3b) and (4b), on the other end — I shall address this later in this paper —, another way of saying that the predicative (SC's predicate) predicates over subjects is that there are semantic restrictions in relation to the subject, as we can see below:

- (5) a. *O piso está cansado.
 “The floor is tired.”
 b. *O João considera a pedra uma boa aluna.
 “João considers the rock a good student.”

Thus, with respect to sentences (3) and (4), data in (5) is ill-formed because the predicate poses semantic restrictions to the copulatives' subjects. In other words, it is the predicate that semantically selects (predicates) over the subject.

Still, on the morphologically visible agreement between subject and SC's predicates, one can crosslinguistically observe that this is true in relation to both case and inflectional morphology, as seen in the examples below (where agreement is mandatory):

- (6) a. [Ciceronem clarum] habent. *Latin*
Cicero_{ACC} famous_{ACC} consider/hold
 "They consider Cicero famous"
 (MATUSHANSKY, 2008)
- b. Hún er kennari/ *kennara. *Icelandic*
she-NOM is teacher-NOM/ ACC*
 "She is teacher."
 (MALING & SPROUSE, 1995, p. 168)
- c. *O Pedro considera [a Maria bonito]. *Portuguese*
the_{masc} Pedro considers the_{fem} Maria beautiful_{masc}

However, several data from different languages show the lack of agreement is also possible:

- (7) a. Ja sčitaju ee lingvistkoj. *Russian*
I consider her_{ACC} linguist_{INSTR}
 "I consider her a linguist."
- b. Mari pea-b Jaani targa-ks. *Finnish*
Mari.NOM considers Jaani.PART intelligent.TRIS
 "Mari considers Jaani intelligent."
 (MATUSHANSKY, 2006)

As this study is focused on copulative structures, I would like to introduce an even more interesting matter — in Russian, one can observe an asymmetry with respect to case morphology, as the predicate can showcase both nominative and instrumental cases in some copulative structures:

- (8) a. Puškin byl velikij poët. *Russian*
Pushkin was great poet_{NOM}
- b. Puškin byl velikim poëtom.
Pushkin was great poet_{INSTR}
 "Pushkin was a great poet."
 (MATUSHANSKY, 2006)

Therefore, as far as we can observe, the copula can be omitted in present tense in copulative sentences in Russian. Nevertheless, it is worth noting that, without the copula, only the nominative case in predicate is allowed:

- (9) a. Vera assistent.
*Vera assistant*_{NOM}
 “Vera is an assistant.”
 b. *Vera assistentom.
*Vera assistant*_{INSTR}

An interesting point arises when we compare data on case morphology in Russian with data on inflectional morphology in Portuguese, as seen below:

- (10) a. As meninas estão bonitas.
*the*_{pl/fem} *girls* *are*_{estar} *pretty*_{pl/fem}
 b. As meninas são bonitas.
*the*_{pl/fem} *girls* *are*_{estar} *pretty*_{pl/fem}
 “Girls are pretty.”
- (11) a. As meninas são o orgulho do pai.
*the*_{pl/fem} *girls* *are*_{ser} *the*_{sing/masc} *pride* *of.the father*
 b. *?As meninas estão o orgulho do pai.⁴
*the*_{pl/fem} *girls* *are*_{estar} *the*_{sing/masc} *pride* *of.the father*
 “Girls are the father’s pride”

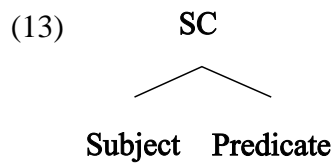
In light of these analyses, I shall now address how Generative Grammar showcases SC’s configuration in a tree diagram.

According to contemporary literature, copulative sentences *always* contain an SC in its base, whereas the opposite is not true, as an SC does not always derive from a copular sentence, as observed in (12) below:

- (12) a. A Maria é bonita.
 b. [_{TP} A Maria_i [_{TP} é [_{SC} *t*_i bonita]]]
 c. O João considera a Maria bonita.
 d. O João considera [_{SC} a Maria bonita]

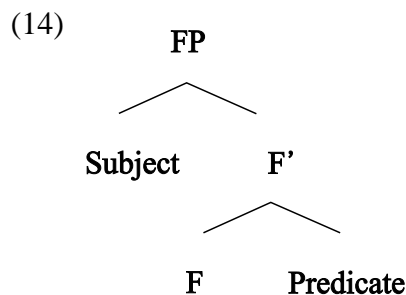
⁴ Some Portuguese speakers told me this sentence can work in specific contexts, maybe motivated by coercive effects (see MOLINA, 2008). Besides, to my understanding, these contexts are always taking *estar* (be) as an aspectual auxiliary and not as an “actual” copula, triggering the sentence “As meninas estão *sendo* o orgulho do pai” (The girls are being their father’s pride), where the “actual” copula, *ser* (be), is observed.

In the current Generative Theory, there are two configurational propositions to accommodate data from sentences like (12a): (i) the bare Small Clause (symmetric); and (ii) the rich Small Clause (configurational). (i) is represented like (13) below:



Moro (2000 and 2006) is one of the main authors in favor of (i). According to him, it is the symmetric structure in (13) that triggers syntactic movements, and not just morphological features, as Chomsky (2001) presumes. SC's structure in (13) is symmetric and thus violates Kayne's (1994) *Linear Correspondency Axiom* (LCA), which triggers subject or predicate raising to break down such symmetry.

Other authors, in their turn, presume a rich SC, as illustrated in (14) below:⁵



The structure in (14) is presumed by several authors due to both empirical data and theoretical matters (cf. BOWERS, 1993; CITKO, 2008; CONTRERAS, 1995; GUERÓN & HOEKSTRA, 1995; ADGER & RAMCHAND, 2003; HARVES, 2002; DEN DIKKEN, 2006; and many others.)⁶

A point worth mentioning is that, as it is placed, the structure in (13) poses a great problem for X-Bar Theory — which is essentially endocentric. This is because (13) does not have a head. Another point is that, as one can observe, neither (13) nor (14) carry any categorial status from SC. Is syntactic computation able to manipulate any categorial status in SCs? Some authors that presume a configurational status for SC has assigned to it different labels: AgrP (STOWELL, 1981 and 1983; MORO, 1988);⁷ PrP (BOWERS, 1993); PredP (BAILYN, 2001); RP (DEN DIKKEN, 2006), among others.

Another question that arises is: Does the computational system really need that constituents have labels? Collins (2002, p. 42) states that the computational system does not require labels: “[...] the labels of phrasal categories (e.g. VP versus NP) are not needed in syntactic theory.”

⁵ Where F = any functional category.

⁶ I shall not go into detail here due to space constraints.

⁷ The idea behind this label (*Agr(ement)*) has to do with the fact that, in some constructions, SC's subject and predicate must agree morphologically, as previously seen. Nevertheless, we have also seen that agreement is not always triggered and, hence, this label stopped being used.

However, at a personal communication published by Fry (2013), Chomsky argues that labels are needed for interpretation:⁸

(15) The book John read

- a. $[_{DP} [\text{the book}] [_{CP} \text{op C } [_{TP} \text{John read } \langle \text{op} \rangle]]]]$
- b. $[_{CP} \text{C } [_{FocP} [\text{the book}] \text{Foc } [_{TP} \text{John read } \langle \text{the book} \rangle]]]]$

As we know, “the book” in (15) can be interpreted either as a DP that may be relativized, as in (15a), or as a focus, as in (15b). The system uses labels to provide this interpretation. I will come back to these arguments during my analysis of SC and of data from copulative sentences in Portuguese and Russian.

In the next section, I shall address the PoP system (CHOMSKY, 2013, 2015), an exocentric theory of syntactic objects that requires them to be labelled so that the *Principle of Full Interpretation* can be satisfied at the Conceptual-Intentional interface. I shall then apply such postulates to data from Russian and Portuguese with the aim to unify case and inflectional morphology, as it has been regularly done in the Generative theory.

2. Labeling syntactic objects

Chomsky (2013, 2015) puts forward an interesting proposal regarding theoretical linguistics’ operation merge. The question is: When a Syntactic Object (hereinafter, SO) is merged to another, how does the system know which is the newly formed object’s label? Chomsky proposes that SOs are built upon merge and a Labeling Algorithm, which assigns the “label” feature to labeled heads — hence, he proposes an exocentric theory for SOs (different than X-Bar’s endocentricity).

Therefore, Chomsky presumes that labels are placed during derivation, and when two SOs are merged, no label is added to the newly created node. The operation responsible for the new node’s label is what Chomsky (2015, p. 3) calls Labeling Algorithm (LA), “a special case of minimal search (as *Agree*), that fits within minimal computation.” Labeling would then be a “label” feature to labeled heads. It is important to note that labeling does not produce a new category, but the SO can be labeled to be interpreted in the Conceptual-Intentional (CI) interface — otherwise, it violates the *Principle of Full Interpretation* (cf. EPSTEIN, KITAHARA & SEELY, 2014).

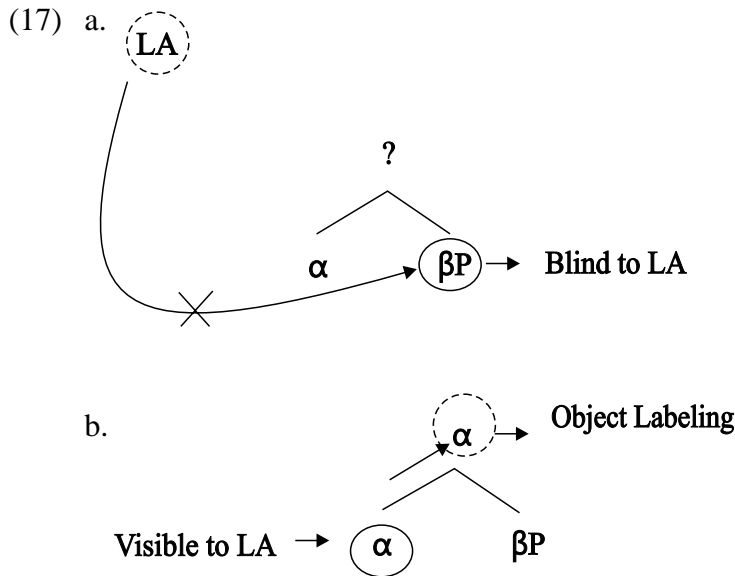
Chomsky (2015, p. 7) presents three contexts that trigger the three labeling possibilities:

- (16) a. $\{H, \beta P\}$
- b. $\{\alpha P, \beta P\}$
- c. $\{\alpha, \beta\}$

⁸ In this example, according to Fry (2013), copies are indicated by chevrons: <, >. In other data mentioned in this paper, copies are indicated as usual by a t (for *trace*) or by a **contoured** font.

The contexts are: (16a) merge between a head and a phrase; (16b) merge of two phrases; and (16c) merge of two heads. For the purposes of this paper, I shall discuss (16a) and (16b).⁹

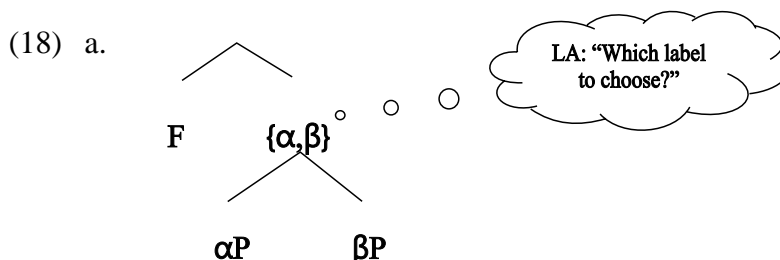
For Chomsky (2015, p. 7), labeling in (16a) — head-phrase merge — is “trivial”: since the head is a lexical item, it makes available for the interfaces what matters, i.e., its categorial feature; however, the system cannot read a phrase in the same way as it is a *set* of other features. Therefore, to (16a), the label is always the head:



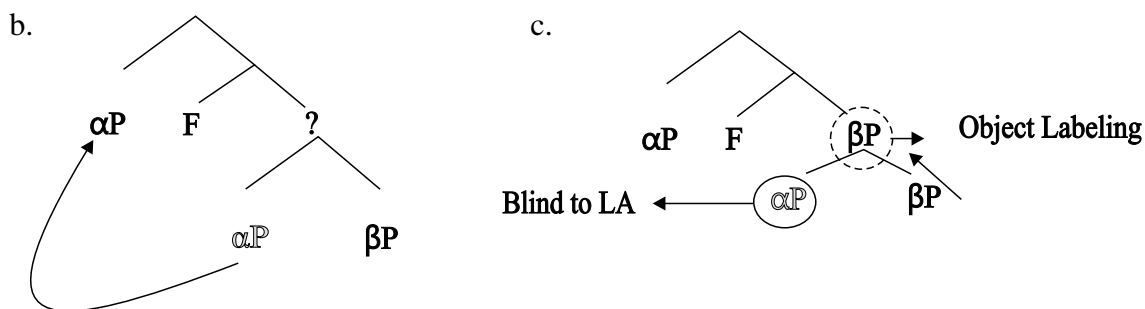
Consequently, Chomsky proposes that the LA seeks to label headless nodes so that they can be interpreted at the CI interface and, thus, meet the *Principles of Full Interpretation*. As it is “simpler,” in the case of (17a), the node in question is labeled as a head, as it can be more quickly identified by the LA. This way, the system does not see any ambiguity in this labeling.

Nevertheless, the labeling process seen in (16b) — labeling of two phrases — gives rise to two possibilities, since the system can see both α and β sets.

In the first scenario, Chomsky proposes that there is an SO modification, in the sense that one of the SOs must move so the LA is able to see the OS that remained *in situ* and, consequently, label the node created through this OS merge. Labeling takes place in a similar fashion to the examples below:



⁹ For the case of two-heads merge, I refer to Saito (2013).



As seen in (18a), the algorithm does not understand which label to give to the newly created node — if none of the phrases move, there is no labeling and, consequently, derivation fails. (18b) shows that one of the (αP) sets is raised — the LA can only see the *in situ* phrase (βP), whose features are spread through the node and, then, LA labels the lowest node as βP (cf. 18c). In this scenario, raising one of the phrases is mandatory and must take place before labeling.

In the second scenario, in order to label the resulting node from the merge of the two phrases, Chomsky makes the following proposition: If the two SOs can share a relevant feature,¹⁰ then there is no movement needed and the newly created node's label must be ϕ to indicate agreement. Refer to the step by step below:



In (19a), upon the merge of two SOs (in this case, two phrases), the system tries to find a way of labeling the newly created node. These two SOs share common features, represented in (19) by ϕ . As in Chomsky's (2001) system, while one of the phrases — let us say XP — carries an interpretable version of this ϕ -feature set, the other phrase — YP — carries the non-interpretable version. By matching these two ϕ -feature sets, *Agree* happens and the algorithm labels the node as ϕ , exactly as in (19b). Now, this SO can be interpreted at the CI interface, meeting the *Principle of Full Interpretation*.

This was a brief overview of the theoretical framework I used to analyze SCs in Russian and Portuguese. Now, I shall go on to present the data.

3. The SC projection issue

To begin this section, let us consider the sentence below:

- (20) João considera [_{SC} a Maria muito bonita].
João considers the_{sing/fem} Maria very beautiful_{sing/fem}.
 “João considers Maria very beautiful.”

¹⁰ To Chomsky (2015), the phrases must share relevant features for labeling to take place. In addition to ϕ , he proposes that the same happens to Q-features shared in interrogative sentences, for example.

How does the system label the SC in (20) in its derivation? In other words, which would be the next step after (21)?

- (21) a. Merge(DP,AP) → {_{DP} *a Maria*, _{AP} *muito bonita*}
 b. {_? {_{DP} *a Maria*, _{AP} *muito bonita*}}

As previously mentioned, at an SO {XP, YP}, LA can see both categorial features in (21), namely D and A, respectively. Two possibilities arise: (i) either there is a modification of the SO and one of the elements moves so that the LA can “see” the *in-situ* object’s label and then label the newly created node; or (ii) D and A share a relevant feature (Q or ϕ) and this feature can thus work as a label for the SC’s node.

As a result, based on the PoP’s idea of labeling through identifying ϕ -features that Chomsky uses for other syntactic contexts — such as in (22) and (23) —, it is reasonable to say that (24) takes place in SCs, since DP and AP share these features.¹¹

- (22) [_? DP_{i ϕ} [TP_{u ϕ}]] → [_{ϕ} DP_{i ϕ} [TP_{u ϕ}]]

- (23) [_? DP_{i ϕ} [AP_{u ϕ}]] → [_{ϕ} DP_{i ϕ} [AP_{u ϕ}]]

- (24) a. João considera [_? [_{DP} *a Maria*] [_{AP} *muito bonita*]]
 b. João considera [_{ϕ} [_{DP} *a Maria*] [_{AP} *muito bonita*]]

Note that, overall, this idea resembles the one raised by Stowell (1981, 1983) and Moro (1988) in the 1980s, which postulates that AgrP is the label for SCs. The proposition of ϕ postulation seems to contemplate the Portuguese facts, which do now allow for non-compatibility of ϕ -feature in the context of complement SC (cf. (25a)), as well as the Latin data presented above — in relation to case morphology (cf. (25b)) — and the data from copulative sentences in Icelandic (cf. (25c)):

- (25) a. **O Pedro considera* [_{SC} *a Maria muito bonito*]. *Portuguese*
The Pedro considers the _{sing/fem} *Maria very beautiful* _{sing/masc}
 “Pedro considers Maria very beautiful.”
 b. *Ciceronem clarum] habent.* *Latin*
Cicero _{ACC} *famous* _{ACC} *consider/hold*
 “They consider Cicero famous”

(MATUSHANSKY, 2008)

¹¹ Letters “u” and “i” followed by subscribed ϕ refer, respectively, to uninterpretability and interpretability of these features, which makes both phrases (DP and AP) able to be in an *Agree* relation and agree between themselves (see CHOMSKY, 2001).

- c. Hún er kennari/ *kennara. *Icelandic*
she-NOM is teacher-NOM/ ACC*
 “She is teacher.”

(MALING & SPROUSE, 1995, p. 168)

However, as seen in the previous section, the proposition of labeling *all* SCs as ϕ does not account for several other pieces of data in which feature incompatibility is observed. I shall now focus on Portuguese and Russian data to address this issue.

I will start by exploring Russian and copulative sentence data. As previously shown, one can observe the following asymmetry in Russian:

- (26) a. Puškin byl velikij poët. *Russian*
Pushkin was great poet_{NOM}
 b. Puškin byl velikim poëtom.
Pushkin was great poet_{INSTR}
 “Pushkin was a great poet.”

(MATUSHANSKY, 2006)

- (27) a. Vera assistent.
Vera assistant_{NOM}
 “Vera is an assistant.”
 b. *Vera assistentom.
Vera assistant_{INSTR}

(MATUSHANSKY, 2008)

As previously discussed, both nominative and instrumental cases can be in the predicate (cf. (26)) — however, when the copula is absent, only the nominative case is licensed (cf. (27)). It is worth noting that Russian speakers realize a difference in interpretation whether the predicate is marked with nominative case or with instrumental case. Let us see the data below:

- (28) a. Ivan byl xrabryj soldat. *Russian*
Ivan was brave._{NOM} soldier._{NOM}
 “Ivan was a brave soldier.”
 b. Ivan byl xrabrym soldatom.
Ivan was brave._{INSTR} soldier._{INSTR}
 “Ivan was a brave soldier.”

(PERELTSVAIG, 2001, p. 98)

For Pereltsvaig (2001, p. 98), meaning is different in the pair illustrated in (28): While the nominative marking in (28a) assigns a permanent interpretation (at individual level) to the predicate, the instrumental marking in (28b) assigns a temporal interpretation (at stage level).

It is worth noting that this distinction is widely known in the literature in relation to the type of copula in Portuguese, *ser* or *estar*, as we can see below:

- (29) a. As meninas são bonitas.
 “The girls are_{SER} pretty.”
 b. As meninas estão bonitas.
 “The girls are_{ESTAR} pretty.”

Similarly to Russian data in (28), in Portuguese, the verb *ser* in (29a) triggers an interpretation of permanent state, i.e., the girls are naturally beautiful; while in (29b), the verb *estar* triggers the interpretation of a transient state.

It is interesting to note that, in Portuguese, an asymmetry pretty similar to the one found in (27) from Russian can be observed:

- (30) a. [_{gen: fem/ num: pl} As meninas] *são* [_{gen: masc/ num: sg} o orgulho do pai].
 b. *? [_{gen: fem/ num: pl} As meninas] *estão* [_{gen: masc/ num: sg} o orgulho do pai].

Broadly speaking, it seems that the gender and number features in the subject of the SC can be in disagreement with the verb *ser*, while agreement is mostly mandatory in the case of the verb *estar*. Refer to the example in (30) — it shows equative sentences, in which (30a) is a well-formed sentence while (30b), which presents a gender mismatch between subject and SC predicate, is not.

In addition, as pinpointed by Foltran and Rodrigues (2013), Portuguese allows one single copula with *ser*, which became known in literature as a “pancake sentence” — predicational copulative sentences (leveraging typology from Higgins 1976) that do not show gender and/or number agreement between subject and predicate; on the other hand, *estar* triggers agreement in Portuguese, as seen in the examples below:

- (31) a. Alunas que bebem é chato.
*students*_{FEM/PL} *who drink*_{PL} *is* *annoying*_{MASC/SING}
 “The situation of students drinking is annoying.”
 b. Crianças pequenas é divertido.
*children*_{FEM} *little*_{FEM/PL} *is*_{SING} *fun*_{MASC/SING}
 “Some activity involving little children is fun.”

(FOLTRAN e RODRIGUES, 2013, p. 270)

- (32) a'. *Alunas que bebem está chato.
students who drink ESTÁ annoying.
 b'. *Crianças está divertido.
children ESTÁ fun.

(FOLTRAN e RODRIGUES, 2013, p. 287)

Portuguese also allows for predicative clitics, but then again, solely in the case of verb *ser*:

- (33) a. A Maria o é.
 the_{sing/fem} Maria it is_{SER}
 “Maria is it.”
 b. *A Maria o está.
 the_{sing/fem} Maria it is_{ESTAR}

Another important question now is reflecting upon the differences between *ser* and *estar* in Portuguese so we can understand the observed asymmetries. A likely indication may come from Gallego and Uriagereka (2016) — the authors go back to Benveniste (1966) and many others (URIAGEREKA, 2001; ZAGONA, 2008; BRUCART, 2010) to suggest that *ser*'s selection seems to be more basic than *estar*'s (p. 124). In other words: *estar* seems to be the result of the incorporation of copula *ser* plus another element (maybe a preposition, in the authors' view), as seen below:

- (34) *Estar* = *ser* + X

I shall bring two pieces of empirical evidence that Gallego and Uriagereka (2016, p. 129) discuss and that can be relevant for my analysis. The first case is related to locatives formed with *estar*:

- (35) a. Is John *(there)?
 b. O João está (aí)?
 the_{masc/sing} João is_{ESTAR} there
 c. A festa é *(aí)?
 the_{masc/sing} party is_{SER} there

Comparing Portuguese and English (which has one single copula, *be*), one can observe that, in locative structures, the use of “there” is mandatory in English while it is optional in Portuguese. This seems to imply that, in Portuguese, *estar* carries an embedded locative preposition and thus does not require the use of another. Also note that, using a sentence with a SER verb, the presence of the locative is obligatory (cf. (35c)).

(36) showcases a second data set that corroborates my proposal, also used by Gallego and Uriagereka (2016, p. 130):

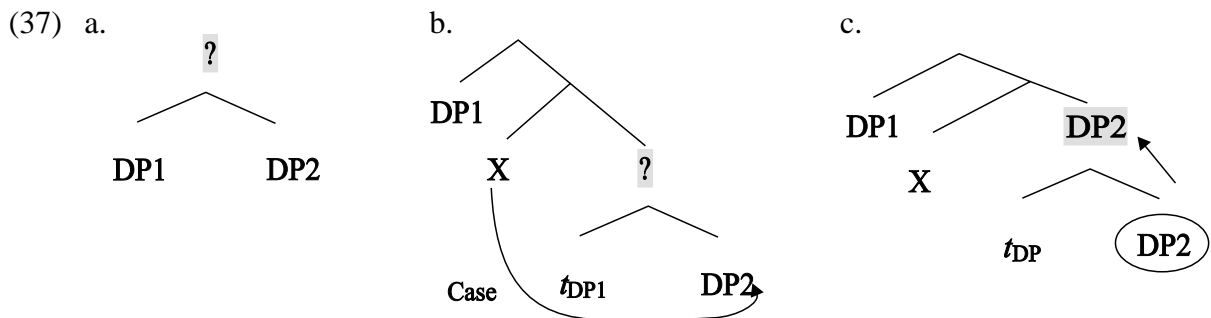
- (36) a. A dívida está sendo negociada. ESTAR >> SER
The debt is_{ESTAR} being_{SER} negotiated
- b. *A dívida é estando negociada. SER >> ESTAR
The debt is_{SER} being_{ESTAR} negotiated
 “The debt is being negotiated.”

The data suggest that *estar* is derived at a higher position than *ser*.

Having that said, I shall address how Chomsky’s (2013, 2015) labeling theory helps us understand what happens in relation to inflectional and case morphology in natural languages.

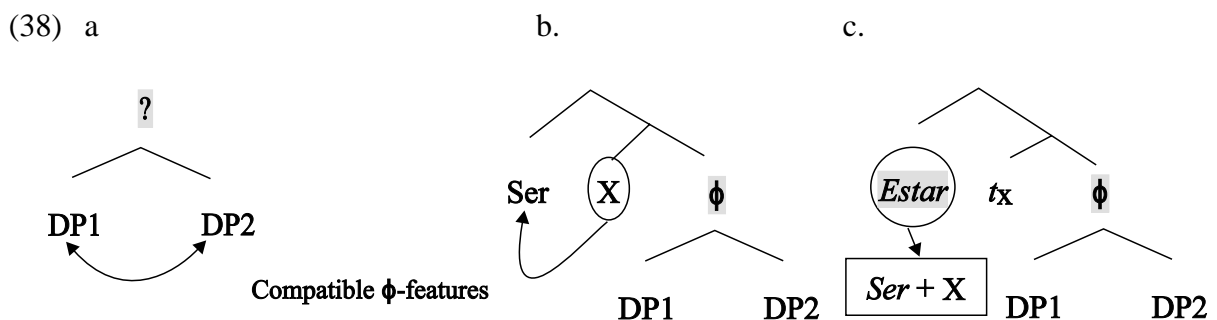
- Scenario 1: DPs that do not share features

Where features are incompatible, i.e., where SC’s DPs do not agree — as in sentences with *ser* and in Chomsky’s previously mentioned theory — one of the DPs must be raised. This leaves an element X (likely a preposition) that allows to verify the remaining DP (cf. (37b)). Since one of the DPs was raised, the LA can only see the label of the remaining DP; the SC’s node is labeled as the phrase that remained *in situ* (cf. (37c)).



- Scenario 2: DPs that share features

When SC’s DPs share relevant features (Q or ϕ , according to Chomsky), *Agree* happens and, consequently, the LA labels the SC node as ϕ (cf. (38b)). Since the element with prepositional value X was not used to verify Case (since *Agree* handles this), X is incorporated to copula *ser*, deriving *estar*.



These two scenarios explain, for instance, why (27b)—repeated below as (39b)—is agrammatical:

- (39) a. Vera assistant.
 Vera assistant_{NOM}
 “Vera is an assistant.”
 b. *Vera assistantom.
 Vera assistant_{INSTR}

(MATUSHANSKY, 2008)

According to my analysis, (39a) is grammatical because the elements share the same case morphology, and labeling with ϕ happens due to *Agree*. (39b) is ungrammatical because subject and predicate do not share case morpheme and, hence, there is no feature compatibility. Since neither subject nor predicate are raised and both remain internalized within SC, labeling does not take place and the derivation crashes in the CI interface.

The system devised above predicts that, should any element intervene between subject and predicate of a copulative sentence, the sentence is grammatical even in the absence of any compatible case morphology. This happens because one of the DPs could have been raised from SC and, consequently, the system could have labeled the SC node with the DP that remained *in situ*. This is what happens when one adds a locative between subject and predicate, with distinct case morphemes, at a copulative in Russian:

- (40) Saša **zdes'** studentom
 Sasha.**NOM here** student.**INSTR**
 “Sasha is here as a student.”

(BAILYN & EDWARD, 1991, p. 121)

According to the system I proposed, since case morphemes of SC's subject and predicate in (40) are incompatible, the subject is raised so that the LA can label SC with the *in-situ* phrase and, thus, it is a well-formed sentence.

Let us get back to Portuguese: one can explain why *estar* can also select an NP as predicate. However, since it does not trigger subject agreement and the prepositional element has already been incorporated into the copula to form *estar*, a preposition must surface to verify the Case of the *in-situ* nominal. This can be observed in (41), where preposition *de* is realized to mark the Case of *babá* “babysitter”.

- (41) a. *João está babá.
 João is_{ESTAR} babá
 b. João está **de** babá.
 João is_{ESTAR} **of** babá
 “João is serving as a babysitter.”

Lastly, I would like to show independent evidence from Portuguese for the system presented here. If I am correct, lack of agreement is accepted in NPs with one adjectival modifier agreeing with the head (as it is the case in 42a and 42b) provided that a preposition intervenes. Please refer to (42a) and (42b):

- (42) a. $[_{NP} \text{ Amor materno}]$ (**amor materna*) a'. $[_{NP} \text{ Amor de mãe}]$
 $\begin{pmatrix} \text{G: m} \\ \text{N: sg} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: m} \\ \text{N: sg} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: m} \\ \text{N: sg} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: f} \\ \text{N: sg} \end{pmatrix}$
love motherly._{masc} *love motherly*._{fem} *love of mother*
- b. $[_{NP} \text{ Problemas estomacais}]$ (**problemas estômago*) b'. $[_{NP} \text{ Problemas de estômago}]$
 $\begin{pmatrix} \text{G: f} \\ \text{N: pl} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: f} \\ \text{N: pl} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: f} \\ \text{N: pl} \end{pmatrix}$ $\begin{pmatrix} \text{G: m} \\ \text{N: sg} \end{pmatrix}$
problems stomach.pl *problems stomach.sing* *problems of stomach.sing*

As seen in the above data, in cases known by traditional grammar as “adjectival locutions,” N and A share gender and number features when there is no preposition between name and adjective (such as in “amor materno” - maternal love - and “problemas estomacais” - stomach problems). Otherwise, a preposition is added, and non-agreement is likely to take place (cf. (42a’), where there is no gender agreement, and in (42b’), where there is neither gender nor number agreement.) According to my proposal, the latter is interpreted as a system’s indication of lack of agreement between this phrase’s elements. As a result, a preposition is added to verify the Case of the *in-situ* element. Unlike other proposals, I presume it is not the preposition that “blocks” agreement, as implied by previous frameworks — the preposition serves as a “warning” that the system needed to intervene to trigger a well-formed construction. This is necessary to ensure SOs are properly labeled and interpreted in the CI interface.

4. Final considerations

In this paper, I sought to argue in favor of an exocentric theory of syntactic structure labeling (CHOMSKY 2013, 2015) — in which *Merge* does not add labels — in order to unify the analysis of SC’s case and inflectional morphology in Russian and Portuguese, as carried out by previous theoretical frameworks. This seems to be a *desideratum* from the theory since at least Chomsky (2000), who unifies Case-Agreement as a set.

Furthermore, I argued that, unlike in previous frameworks, prepositions can be seen as a system’s indication of feature incompatibility between SOs.

References

ADGER, D.; RAMCHAND, G. Predication and Equation. *Linguistic Inquiry*, v. 34, n. 3, pp. 325-59, 2003.

BAILYN, J. The Syntax of Slavic Predicate Case. *ZAS Occasional Papers in Linguistics*, Berlin, 2001. pp. 1-26.

BAILYN, John; RUBIN, Edward J. The unification of Instrumental case assignment in Russian. In: *Cornell Working Papers in Linguistics*, vol. 9, ed. by A. Toribio and Wayne Harbert, 99-126. Ithaca, New York: Department of Modern Languages and Linguistics, Cornell University, 2001.

BENVENISTE, Émile. “Ser” e “Ter” nas suas Funções Lingüísticas. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. pp. 204-27.

BOWERS, John. The syntax of predication. *Linguistic Inquiry* v. 24, pp. 591-656, 1993.

BRUCART, J. M. La alternancia ser/estar y las construcciones atributivas de localización, in A. Avellana (ed.) *Actas del V Encuentro de Gramática Generativa*. Maestría en Lingüística, Universidad Nacional del Comahue, 2010. pp. 115-52.

CHOMSKY, N. Minimalist Inquires: The Framework. In: MARTIN, Robert; MICHAEL, David; URIAGEREKA, Juan. (eds.). *Step-by-Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000. pp. 89-155.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001. pp. 1-52.

CHOMSKY, Noam. Problems of projection. *Lingua* v. 130, pp. 33-49, 2013.

CHOMSKY, Noam. Problems of projection: Extensions. In: Di DOMENICO, Elisa; HAMANN, Cornelia; MATTEINI, Simona (eds.) *Structures, Strategies and Beyond*, 2015, pp. 1-16.

CITKO, Barbara. Small Clauses Reconsidered: Not so Small and Not All Alike. *Lingua*, 118, pp. 261-95, 2008.

COLLINS, C. Eliminating Labels. In: EPSTEIN, S. D.; SEELY, T. D. (eds.). *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Malden, Mass.: Blackwell, 2002. pp. 42-64.

CONTRERAS, H. Small Clauses and Complex Predicates. In: CARDINALETTI, A.; GUAISTI, M. T. (eds.). *Syntax and Semantics: Small Clauses*. v. 28. California: Academic Press, 1995. pp. 135-52.

DEN DIKKEN, Marcel. *Relators and linkers: The syntax of predication, Predicate Inversion, and copulas*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2006.

EPSTEIN, Samuel D.; KITAHARA, Hisatsugu; SEELY, Daniel. Labeling by minimal search: Implications for successive cyclic A-movement and the elimination of the postulate “phase”. *Linguistic Inquiry*, v. 45, pp. 463-81, 2014.

FOLTRAN, Maria José D. G.; RODRIGUES, Patrícia Araújo. On Denoting Abstract Entities. *Revista da ABRALIN*, v. 12, pp. 269-91, 2013.

FRY, Brandon. Some notes on Chomsky 2013. Ms. University of Ottawa. Handout presented at Syntax-Semantics Reading Group, 2013.

GALLEGO, Ángel J.; URIEGEREKA, Juan. Estar = Ser + X. *Borealis. An International Journal of Hispanic Linguistics*, 5/11, 2016. pp. 123-56.

- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- GUÉRON, J.; HOEKSTRA, T. The Temporal Interpretation of Predication. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (eds.). *Syntax and Semantics: Small Clauses*. v. 28. California: Academic Press, 1995. pp. 77-107.
- HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. *Phi-Theory*. Oxford: Oxford, 2008.
- HARVES, S. Where Have All the Phases Gone? (Non-)Defective Categories and Case Alternations in Russian. In: TOMAN, J. (ed.). *Formal Approaches to Slavic Linguistics: The Second Ann Arbor Meeting*. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 2002. pp. 97-118.
- HIGGINS, F. R. *The Pseudo-Cleft Construction in English*. PhD Dissertation: Indiana University Linguistics Club, 1976.
- KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1994.
- MALING, Joan; SPROUSE, Rex A. Structural case, specifier-head relations, and the case of predicate NPs. In: HAIDER, Hubert; OLSEN, Susan; VKNER, Sten (eds.). *Studies in Comparative Germanic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1995, pp. 167-86.
- MATUSHANSKY, Ora. Predication: a case study. In: F. Marušič and R. Žaucer, eds., *Studies in Formal Slavic Linguistics. Contributions from Formal Description of Slavic Languages 6.5*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2006, pp. 213-39.
- MATUSHANSKY, Ora. Some cases of Russian, *Formal Description of Slavic Languages (FDSL) 7.5*. Moscow, December, 6-8, 2008.
- MOLINA, S. G. Sobre las diferencias entre ser y estar. El tipo de predicado y el tipo de sujeto. *Redele*, n. 13, jun. 2008.
- MORO, Andrea. Per una teoria unificata delle frasi copulari. *Rivista di Grammatica Generativa*, v. 13, 1988. pp. 81-110.
- MORO, Andrea. *Dynamic Antisymmetry*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.
- MORO, Andrea. *Some Notes on Unstable Structures*. Ms., Università San Raffaele di Milano, 2006.
- PERELTSVAIG, Asya. *Copular sentences in Russian*. Dordrecht: Springer, 2007.
- SAITO, M. Case and labeling in a language without ϕ -feature agreement. Ms. Nanzan University, 2013.
- SIBALDO, Marcelo A. Small Clause é PoP. *Fórum Linguístico*, v. 17, pp. 4673-88, 2020.
- STOWELL, T. *Origins of Phrase Structure*. Ph.D. Dissertation: MIT, 1981.
- STOWELL, T. Subjects across Categories. *The Linguistic Review*, n. 2., 1983. pp. 285-312.
- URIAGEREKA, J. "Adjectival Clues," keynote speech at Acquisition of Spanish & Portuguese/Hispanic Linguistics Symposium, University of Illinois at Urbana-Champaign (USA), October, 2001. pp. 11-14.

WILLIAMS, Edwin. Small Clauses in English. *In: KIMBALL, J. Syntax and Semantics*, v. 4. New York: Academic Press, 1975. pp. 249-73.

WILLIAMS, Edwin. Against Small Clauses. *Linguistic Inquiry*, 14, pp. 287-308, 1983.

ZAGONA, K. Ser and estar differ in both structure and aspectual features. *Plenary talk given at Chronos 8. International Conference on Tense, Aspect, Mood, and Modality*, University of Texas at Austin, 2008.

PREPOSITIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE: ON THE RISE OF A NOVEL SYSTEM
PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: SOBRE O SURGIMENTO DE UM NOVO SISTEMA

Heloisa Maria Moreira Lima Salles¹

ABSTRACT

The study examines the prepositional system of Brazilian Portuguese, considering the loss of the dative preposition *a* (to) in constructions with dative arguments and differential object marking (DOM), as well as in unaccusatives predicates with directional motion verbs. It is argued that the occurrence of *para* (to) in both ditransitive predicates and predicates with motion verbs as well as the convergence of the preposition *em* (in) in the grammatical encoding of both inessive and allative interpretation point to their morphosyntactic identity in the relevant contexts. This hypothesis stems on Manzini; Franco's (2016) unified analysis of dative as well as DOM constructions, in which the relevant argument is licensed in the projection of a prepositional head that introduces an inclusiveness/ possession relation with either the *theme* argument in ditransitive predicates or the embedded nominal layer in the internal structure of the event in monotransitive predicates, which amounts to the syntactic expression of oblique case. This analysis is extended to unaccusative predicates with motion verbs, in which the spatial preposition introduces a relation between the *theme* argument and the locative argument in the internal structure of the predicate.

KEYWORDS: Prepositions. Oblique case. Structural case. Locatives.

RESUMO

Este estudo examina o sistema preposicional no Português Brasileiro, considerando a perda da preposição *a* em construções ditransitivas com argumento dativo e em construções de marcação diferencial do objeto (DOM), assim como em predicados bi-argumentais inacusativos com verbos de movimento direcional. Argumenta-se que a ocorrência da preposição *para* tanto em predicados ditransitivos como em predicados com verbos inacusativos de movimento, bem como a convergência da preposição *em* na codificação gramatical da interpretação inessiva e alativa apontam para a identidade morfossintática dessa categoria nos contextos citados. Essa hipótese toma por base a análise unificada de Manzini; Franco (2016) para construções com argumentos dativos e construções DOM, em que o argumento relevante é licenciado na projeção de um núcleo preposicional que introduz uma relação de inclusividade/ posse com o argumento *tema*, em predicados bitransitivos, ou com a camada nominal da estrutura interna do evento, em predicados monotransitivos, o que corresponde à expressão sintática do caso oblíquo. Essa análise é estendida a predicados inacusativos bi-argumentais, com verbos de movimento, em que a preposição espacial relaciona o argumento *tema* e o argumento locativo, na estrutura interna do predicado.

PALAVRAS-CHAVE: Preposições. Caso oblíquo. Caso estrutural. Locativo.

¹ Professora Associada, Universidade de Brasília (UnB), hsalles@unb.br, <https://orcid.org/0000-0002-4190-1804>.

Introduction²

The present study investigates the morphosyntax of prepositions in Brazilian Portuguese (BP), taking into consideration the loss of the preposition *a* (to), giving rise to innovative uses of the preposition *para* (to), in the grammatical encoding of dative and locative case (cf. (1), (2a), (2b)), as well as the absence of the preposition in monotransitive contexts involving the dative argument (cf. (3)).³

- (1) Maria entregou o livro *para* João. (<ao João)
- (2) a. Maria foi *para* o mercado/ *no* mercado. (<ao mercado)
 b. Maria veio *para* o mercado/ *no* mercado. (<ao mercado)
- (3) Maria agradou ___ o amigo. (<ao amigo)

The working hypothesis is that the innovative uses involving the generalized loss of the preposition *a* both in dative and locative contexts and the related substitution for the preposition *para* point to their morphosyntactic identity – despite distinctions with respect to theta roles. This analysis is also confirmed in predicates with a single internal argument, in which dative and Differential Object Marking (DOM) constructions are not found, the loss of the preposition *a* implying a type of structural reduction.

The discussion will be developed as follows. In Section 1, we will discuss the syntax of prepositions – reviewing the distinction between structural and inherent/ oblique Case. In Section 2, an analysis of the innovative uses of the preposition in ditransitive and dative/DOM monotransitive constructions is provided, in which it is assumed that the relevant argument is realized as an oblique argument within a P projection, in terms of Manzini; Franco (2016) and Franco; Manzini's (2017) analyses of genitives, datives and instrumentals. This analysis is followed by an account of the innovative use of the preposition *em* (in) introducing allative locatives in motion predicates, giving rise to an alignment with inessive locatives in stative predicates in BP, further allowing for a unified approach with respect to datives in ditransitive predicates. In turn the loss of the preposition *a* in constructions with dative/ DOM arguments is analysed as structural reduction. While the former are analysed as instances of an innovative encoding of oblique case in a configuration involving two

² I would like to express my gratitude to Maria Cristina Figueiredo Silva and Cilene Rodrigues, for their leadership in the Grupo de Trabalho “Teoria da Gramática” da Associação Nacional de Pós-Graduação de Letras e Linguística (GTTG/ ANPOLL) 2020-22, which rendered it possible to gather ideas and new prospects for our field. I am also grateful to the audience of the GTTG/ANPOLL meeting, which was held in October, 2021, and to the anonymous reviewers, for their insightful comments to this article. All errors are my own.

³ It should be noticed that the preposition *a* may be found in BP, particularly in connection with the Standard language. Moreover, the preposition *a* may be found in some dialects of BP, depending on the construction (cf. SALLES; SCHERRE, 2003). We will assume that the facts illustrated in (1)-(3) correspond to the preferred pattern, following various studies investigating the syntax of the preposition in ditransitive predicates as well as in unaccusative predicates with motion verbs (which will be quoted in the course of the discussion). It will be further shown that the innovative facts concerning the prepositional system in BP do not reduce to the choice of the lexical items, as they involve structural and categorial reanalysis.

internal arguments, the latter is analysed as an instance of objective/ structural case, under the loss of animacy marking on the relevant DP.

1. On the syntax of prepositions

1.1. Lexical and functional prepositions and the grammatical distinction between structural and inherent Case

As is well known, prepositions have been widely investigated from different theoretical perspectives, which systematically converge in treating them as relational items, thus allowing for a parallel with grammatical/ functional categories.⁴ However, their role as lexical categories has been also postulated in terms of their ability to occur as predicates, thus defining an argument structure.

These contrastive properties have been noted back in Chomsky (1965, p. 101) in relation to the ambiguous interpretation of the construction in (1), in which the prepositional phrase may occur as either an internal argument/ complement or an adjunct: while in the latter case the preposition is a lexical head selecting the argument ‘the boat’, in the former case, the argument ‘the boat’ is selected by the verb – possibly under a compositional relation with the preposition ‘on’.

- (4) John decided on the boat.

The idea that V and P enter a compositional relation in theta role assignment is assumed in Chomsky (1981, p. 93), in the following terms (see also JACKENDOFF, 1990):

[...] each lexical element alpha assigns a theta-role to every NP or clause in its complement (if there are any), including NP in PP linked to alpha, in which case the theta-role will be determined compositionally by alpha and the P head of PP.

- (I) promise NP – S (*promise John that S/ to VP*)
- (II) promise NP – NP (*promise John victory*)
- (III) promise NP – PP (*promise victory to John*).

The structural conditions concerning theta-assignment are taken to extend to all lexical categories, as part of their specification, which include abstract morpho-phonological structure as well as their syntactic projection. In turn, the categorial properties of P are formulated in terms of a system based on the features [+/-V] and [+/-N], in which P is defined as [-V, -N], N as [+N, -V], V as [-N, +V], and A as [+N, +A] (cf. CHOMSKY, 1981).

⁴ A more neutral designation should be ‘adposition’, as it is the cover label for its prenominal and postnominal occurrence. We shall retain the label ‘preposition’, as most examples referred in the present study involve the prenominal positioning.

Other properties have been proposed in the analysis of P within the generative framework. In particular, the distinction between lexical and functional prepositions was formalized in the GB framework, in Chomsky's (1986) revision of Case theory. Assuming Vergnaud's idea according to which all languages are subject to a core system of Case assignment on nominal phrases, morphological realization being restricted to some, the author distinguishes "the 'structural Cases', objective and nominative, assigned at the S-structure level, from the 'inherent Cases' assigned at D-structure" (CHOMSKY, 1986, p. 193). While inherent Case includes oblique and genitive Case, being assigned by prepositions and nouns/adjectives, respectively – under theta-marking –, *structural* Case is assigned by verbs and INFL, independently of *theta*-marking.

Chomsky's (1986, p. 193) conclusion is that "[n]ow all lexical categories assign Case: P, N and A assign inherent Case at D-structure; whereas V (along with INFL containing AGR) assigns structural Case at S-structure". The association of inherent Case and *theta*-marking includes the distinction between *Case assignment* and *Case realization*, which arises in genitive Case marking. Genitive Case is assigned (by N and A) to the argument in complement position at D-Structure (cf. (5a) and (6a)), and is realized under '*of*-insertion' at S-structure (cf. (5b) and (6b)), a possession (POSS) marker being also possible in (5c) (not relevant for the present discussion):

- | | | | |
|-----|-----|-------------------------------------|---------------|
| (5) | a. | construction [the city] | [D-structure] |
| | b. | construction [<i>of</i> -the city] | [S-structure] |
| | b'. | [the city]'s destruction <i>e</i> | |
| (6) | a. | proud [John] | [D-structure] |
| | b. | proud [<i>of</i> -John] | [S-structure] |

According to Chomsky (1986, p. 194), '*of*-insertion' "[...] is a 'default case', applying only when there is no preposition available that inherently assigns the appropriate *theta*-role". In (7), the preposition 'to' inherently assigns Case to the argument bearing the *goal* role, exactly as in the verbal counterpart in (7).

- (7) Our promise to John

A crucial point then is that the preposition assigning inherent case is inserted at the base component (D-structure), as a lexically determined property, while the so-called *default* preposition is inserted at the surface structure (S-structure), as a functional category. A related fact is that languages differ in the expression of the latter property, allowing alternatively for the occurrence of a (genitive) case affix. This marking in turn may extend to other contexts, giving rise to the so-called case system, as found in Latin, Greek and many other languages.

A related question is whether prepositions and case affixes are grammatical equivalents. This problem has been investigated in previous studies, leading to the conclusion that P is an independent

category, with the ability to project its features as a head, in terms of a theory of phrase structure. A relevant argument is put forward in Riemsdijk's (1990, p. 17) seminal work on the categorial status of PP.

[...] A preposition may select in its complement another PP, *from behind the door*, but an NP in a certain case may never be in the complement of another 'case marker'. [...] Case on one NP may influence or dictate case agreement or case attraction. [...] P can never be distributed inside the NP onto the determiner, the adjective, the noun, the way case is in many languages.

The author also observes that there is a many-to-many relation between syntactic categories and semantic functions, as can be shown, for instance, by the fact that "a function like manner can be expressed by different syntactic categories. [...] Examples are 'We'll do it *the right way*' (NP); 'He should do it *in a different manner*' (PP)" (RIEMSDJIK, 1990, p. 24). We shall assume the above-mentioned conclusions about the categorial status of P, further noting that case affixes may be analysed as independent syntactic heads, thus having their own projection, namely K(ase)P, as proposed in Bittner and Hale (1996), a matter that we will not take into consideration presently.

Regarding the above-mentioned distinction between lexical and functional prepositions, in terms of the level at which it is inserted, whether D- or S-Structure, it should be noted that it cannot be formulated within the Minimalist framework, as these levels of representation are not at stake, under the so-called Strong Minimalist Thesis (SMT). The SMT is stated in Chomsky (2004, p. 3) as follows:

(...) language is an optimal solution to interface conditions that FL must satisfy; that is, language is an optimal way to link sound and meaning, where these notions are given a technical sense in terms of the interface systems that enter into the use and interpretation of expressions generated by an I-language.

A linguistic expression is then a formal object satisfying the interpretive conditions of both interfaces, as determined by the condition on Full Interpretation. Accordingly, the interface levels consist of the rearrangement of the properties of the lexical items (under (external) Merge and (internal) Merge), thus dispensing the intermediate levels of representation, and excluding any feature extraneous to the ones characterized as the properties of sound and meaning (*inclusiveness*). In particular, the derivations proceed as generalized transformations, in order to generate the grammatical descriptions for the relevant interfaces, namely the Logical Form (LF) and the Phonological Form (PF) (cf. CHOMSKY 1995, 2001). Accordingly, the GB Case system based on Case assignment and realization, by different categories types (namely, functional T, as opposed to V and P) cannot be formulated in terms of the properties of the interfaces.

A comprehensive discussion on the development of case theory is provided in Pesetsky and Torrego (2012, p. 1), who observe that "the phenomenon of case represents one of the more outstanding challenges for the minimalist conjecture", due to the well-established conclusion that

case is not interpretable at the interfaces. As noted by the authors, a crucial development in the Minimalist approach to abstract Case, stems from Burzio's (1981, 1986) generalization, which states that if a verb licenses accusative case, it has an external argument. In particular, it is assumed that the projection of a transitive predicate includes a functional v projection, which selects VP, being responsible not only for introducing the external thematic argument (as proposed in Hale and Keyser 1993), but also for licensing accusative (ACC) on the internal DP argument. Given this, a unification with nominative case is obtained, as it is also licensed by a functional head, namely T. Nominative and accusative case are then analysed as a by-product of the so-called *Agree* operation, which eliminates uninterpretable features on T and v , under checking against their interpretable counterparts on DP, as required by Full Interpretation.

Pesetsky and Torrego (2012) further observe that while structural Case arises as a property of (finite) T and v , members of 'lexical' categories – for example, specific verbs – in many languages, may require dative case on their complement (e. g. Latin, Icelandic, Warlpiri), dispensing with a structural licenser such as abstract case. Accordingly, dative case is lexically determined, and a condition on its occurrence is that the relevant nominal be selected as an argument. This property is referred in the generative literature as inherent case, as already seen. Its special nature has been widely investigated, with relevant results for the understanding of the variety of case systems and case types. This is illustrated with data from Russian.

- (8) Ivan pomog studentam (Russian)
 Ivan helped student.DAT.PL 'Ivan helped the student'.

(example from PESETSKY; TORREGO, 2012, p. 10)

We shall assume Chomsky's (1995, 2001) view on structural Case, as the reflex of an *Agree* relation between the relevant DP argument and a phase head, either v or *C-T*, implying accusative or nominative case, respectively. In this sense, the relevant morphosyntactic properties are projected from the lexicon in the syntactic structure, by the core operations of the grammar, namely *Merge* (whether external or internal) and *Agree*.

In what follows we will provide a brief outline of Manzini; Franco's (2016) as well as Franco; Manzini (2017) approaches to dative/ genitive/DOM obliques and instrumentals, which are identified by a common property, namely that of *inclusion/ part-whole/ possession*. We shall extend their analysis to obliques in BP.

1.2. Oblique case as P-projections denoting *possession/ inclusion/ part-whole*

In this section we shall briefly outline Manzini; Franco's (2016) view on oblique case, on which our analysis of the innovative properties of BP prepositional system is based. In the discussion we shall include the conclusions of Franco; Manzini's (2017) study on instrumentals, which confirm the

results of the previous article, broadening the empirical import, while pointing to the adequacy of treating obliques as operators denoting a *possession/part-whole* relation. According to their approach, the lexical items (LI) expressing oblique case (whether prepositions or case affix/ particles) project their properties in the syntax, as a way to introduce participants (themes, initiators) in the structure of VP or vP predicates, as can be inferred from the authors' statement.

We take a conservative view under which the lexicon precedes syntax, and in fact projects it, in keeping with the minimalist postulate of Inclusiveness (Chomsky 1995). Correspondingly, the question of how the lexical items involved, including prepositions/ case, interact with one another under syntactic Merge (effectively projecting syntactic structures), becomes interesting, and is in fact crucial. (FRANCO; MANZINI, 2017, p. 6).

In their analysis, the case system reduces to a split between direct/accusative case – also referred as structural Case –, which is a reflex of the *Agree* operation (cf. Section 1.1), and oblique case.⁵ As such, oblique case is a cover name for a number of various case types, which often manifest morphological syncretisms (cf. CAHA, 2009, cited by the authors). These facts have been analysed in terms of case hierarchies, which are meant to account not only for the case types, but also for the morphological clustering. As noted in Franco; Manzini (2017), despite their descriptive effectiveness, the conditions determining these hierarchies imply the determination of the nature of the hierarchy itself, and this question brings back the original point of explaining the case system.⁶

Manzini; Franco's (2016, p. 198) study of Differential Object Marking (DOM)/ dative arguments in Romance provides an investigation on the nature of oblique case, in which they propose that the coincidence in use of the preposition *a* (to), as illustrated in (8), as opposed to (9), is not a matter of morphological opacity, rather it “reflects a real underlying (syntactic and interpretive) identity”. The relevant facts are illustrated with data from the Southern Italian dialect Sasso di Castalda (Italo-Romance), in which (9a) and (9b) illustrate DOM, (9c) illustrates a transitive verb without DOM, and (9d) illustrates the dative argument in a ditransitive predicate :

- (9) a. camene *a* mmi/tti/jidde ‘They call me/you/him.’
 they.call to me/you/him
- b. camene *a* kwedda femmena ‘They call that woman’
 they.call to that woman

⁵ The label ‘direct’ case is used in the original. We quote it as equivalent to accusative case, following the suggestion of an anonymous reviewer.

⁶ Franco and Manzini (2016, p. 6) observe that another way to account for syncretisms is under the Distributed Morphology framework, in which a realizational concept of the lexicon is adopted, along with the assumption that “[...] abstract clusters of features may be realized by certain phonological strings, giving rise to syncretisms, which are treated in terms of underspecification/ impoverishment and other morphological readjustments”. We shall not discuss this alternative view.

- c. anne piλλate ___ nu libbre ‘They took a/ that book’
 they.have taken a book
- d. u raine a mmi/tti/ jidde ‘They give it to me/ you/ him’
 it they.give to me/you/him

(examples from MANZINI; FRANCO, 2016, p. 198)

A well-known descriptive property of DOM constructions is the presence of animate/specific objects. This phenomenon has been analysed from various theoretical points of views. As pointed out by the authors, the traditional analysis takes (9a) and (9b) as instances of prepositional accusative, thus aligning them with the bare accusative in (9c). This is confirmed by passivization, allowed with (9a-c), but not with the goal dative (9d).⁷ Accordingly, the traditional analysis applies “different syntactic categories to animate/ specific objects and goal datives - despite the identical Spell-Out” (p. 199). The authors instead defend that “goal and DOM datives form a natural class in morphosyntax” (p. 199), hence (oblique) case reduces to predicative categories. In languages in which genitive and dative are lexicalized by prepositions, as in Italian *di* (of) and *a* (to), respectively, these elements bear the possession relation.

While in ditransitive predicates P introduces a possessive relation between two internal arguments (*theme-goal*), in monotransitive predicates, the possessive relation is established between the internal dative argument and a subevent of the predicate, which is expressed by a nominal category (cf. HALE; KEYSER’s, (1993) theory of argument structure). This account goes back to Svenonius’ (2002) idea that transitive predicates differ as to whether their complementation structure displays a type of sensitivity to the presence of (potential) subevents/ states in it.

Accordingly, dative and DOM arguments are introduced in the projection of a head denoting an inclusion relation $P(\subseteq)$, a notion that is based on Belvin; den Dikken’s (1997, p. 170, cited by the authors) definition of the meaning of ‘have’, which states that entities are associated with zones which may include objects or eventualities. Manzini; Franco (2016) further observe that the inclusion head (\subseteq) also resembles previous proposals postulating an abstract preposition, P_{HAVE} , or an abstract HAVE (as opposed to a lexical P) (cf. KAYNE, 1984; PESETSKY, 1995; HARLEY, 2002, cited by the authors).

- (10) ...CAUSE [_{PP} Mary [_{HAVE} P_{HAVE} a letter]] (HARLEY, 2002)

The contrastive structures are illustrated in (11a-c) and (12): whereas the possession/ inclusion head (\subseteq) introduces the internal argument in (11a), (11b) and (12), in which the dative argument is found, it is absent in (11c):

⁷ The authors develop a discussion on passivization, arguing that it crucially amounts to *-arity* reduction on the EA, giving rise to arbitrarization, but not necessarily to loss of accusative. In the discussion, they take into consideration impersonal passives/ *si* constructions, as opposed to periphrastic passives. Their conclusion is that “if the internal argument is allowed to remain in VP, then the ordinary range of V-internal argument is allowed to remain in VP, and structural cases is observed, including accusative and DOM” (p. M; F 2016, p. 222).

- (11) a. EA [CAUSE/ v [parl- [_{P(⊆)} a Gianni]]] ‘talk to G.’
 b. EA [CAUSE/ v [parl- [_{Q(⊆)} gli]]] ‘talk-3s.CL.DAT’
 c. EA [CAUSE/ v [colp- [_{DP} lo]]] ‘hit-3s.CL.ACC’
- (12) (...) dato [il libro [_{P(⊆)} a Gianni]] ‘give the book to G.’

(adapted from MANZINI; FRANCO, 2016, p. 213)

The discussion on the nature of oblique case is further entertained in Franco and Manzini (2017), in which it is argued that the fundamental oblique cases are genitive/ dative and instrumental, starting from Levinson’s (2011, cited by the authors) observation that the instrumental P (*with*), in expressions such as *The woman with the children/ the books*, denote possession, the embedded DP being the *possessum*, while the *possessor* is the head of the DP. Accordingly, they add, “the instrumental inflections/ adpositions denote the reverse relation with respect to genitives or datives, by which the *possessum*, rather than the possessor is in the oblique case.” (p. 3). In the discussion, the syntax of instrumental case/P is investigated, in terms of their basic meanings, namely instrument, causer, comitative, and their relation to the semantic structuring of the event, as reflected by the syntactic categories V, v , Voice.

An important conclusion of the study is that the instrumental P (*with* in English, or *con* in Italian) has “an extremely impoverished meaning”, which simply allows an extra argument in a transitive or intransitive event to be introduced/ included. While animate referents yield a comitative interpretation, inanimate give rise to different readings, depending on the eventive layer at which the adjunct PP is attached (whether causative or resultative) (p. 14). This is summarized in the concluding remarks:

(...) [*w*]*ith/ con* PPs can be attached to a VP or a v P predicate; they may be interpreted as generic participants, as plural forming comitatives, as causers, as instruments depending on a rather elementary ontology including the ranking of the event participants in the animacy hierarchy (human/ non-human), and the causative/ resultative nature of the event – as independently highlighted by the literature (FRANCO; MANZINI, 2017, p. 15).

It is then proposed that the instrumental case/P (*with*) corresponds to the reverse relation, “in which a DP is introduced as *possessed/ included* by DP or a state/ event” (FRANCO; MANZINI, 2017, p. 15). This relation can be illustrated with the instrumental/ dative alternation, in which the relevant DP is introduced in opposite directions, by the instrumental P *with*, in (13a), and the dative P *to*, in (13b), respectively.⁸

⁸ It should be noted that Franco; Manzini’s (2017) analysis of instrumentals as involving a reverse relation stems from Hale and Keyser’s (1993) theory of argument structure, in which it is proposed that P is the *default* head of the basic dyadic lexical structure, distinguishing ‘terminal’ and ‘central’ coincidence, and giving rise to the so-called *locatum*

- (13) a. He presented [_{pp} the museum [_{p(=)} with his pictures]]
 b. He presented [_{pp} his pictures [_{p(=)} to the museum]]

In the fundamental oblique system then (genitive-dative-instrumental), the common head, which is characterized as *part/ whole*, provides ways of attaching extra participants in an event (i. e arguments that have accessory causation roles). Another relevant point of this proposal is that the *possession/ part-whole* is independent of locative meaning. As noted by the FRANCO; MANZINI (2017, p. 17),

[...] we see no reason why spatial meanings should be primitive with respect to meanings connected to relations between events or between events and their participants, suggesting that it is in fact spatial relations that may be conceived as specialization of all-purpose relations (contains/ is part of) when a location is involved.

Under this view, it is possible to account for variation in the lexicalization of oblique P occurring in the structure of motion verbs predicates, in which locative meaning/specification on the preposition can be absent – we shall return to these facts.

With this view on oblique case in mind, let us move to the BP facts.

2. The BP facts: the rise of a novel P system

In this section we discuss the rise of a novel P system in the grammatical encoding of the dative argument in ditransitive and monotransitive predicates as well as the locative argument in motion verbs.⁹

2.1. Dative P in ditransitive predicates

As we have mentioned, an innovative feature of Brazilian Portuguese is that the *goal* argument occurs in the projection of the preposition *para*, in ditransitive predicates, as illustrated in (1), repeated here as (14), giving rise to an alignment with predicates introducing the benefactive argument, in which the preposition *para* is found as well, as illustrated in (15).¹⁰ This innovative fact has been

verb (as in ‘provide X with a saddle’/ ‘to saddle X’), and the *location* verb (as in ‘put the book on the shelf’/ ‘to shelf the book’). In Hale; Keyser’ (1993, p. 15) terms, in the terminal coincidence meaning, the incorporated nominal (*shelf*) represents an ‘endpoint’ of motion or transfer of the entity denoted by the variable argument (*the books*), while in the central coincidence meaning, the incorporated argument (*saddle*) corresponds to something which the entity denoted by the variable argument (*the horse*) comes temporarily or permanently to ‘have’ or to ‘wear’, or to ‘be with’.

⁹ The present discussion as well as most of the empirical facts in this section are strongly based in two previous studies, namely Torres Morais; Salles (2010) and Salles; Torres Morais (2020), advancing some ideas, under the framework developed in the previous section.

¹⁰ The alignment with benefactives is confirmed by the ambiguity that arises in (14), in which the argument *João* may be interpreted as either the *goal* of transference or the *beneficiary* from the event, the latter allowing for two readings, namely a transference reading, and a reading in which the external argument *Maria*, in the subject position, performs the event

widely discussed in the literature, in different theoretical approaches (RAMOS, 1992; BERLINCK, 1996; SALLES, 1997, 2016; GOMES, 2003; BERLINCK; TORRES MORAIS, 2006, 2018; FIGUEIREDO SILVA, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2010; CALINDRO, 2015; SALLES; TORRES MORAIS, 2020, among many others).

(14) Maria entregou o livro *para* João.

‘M. gave a book to John/ him’

(15) Maria preparou um jantar *para* João.

‘M. made dinner for him’

A related fact is that third person clitics are not found in BP, hence the pronoun necessarily occurs in the P projection (cf. 16).¹¹ In first and second person, the clitic pronoun occurs in variation with the full pronoun introduced by P (cf. 17a and 17b).

(16) Maria deu um livro *para* ele.

M. gave the book P_{para} him

(17) a. Maria *me/te* deu o livro.

Maria 1s/2s.CL gave the book

b. Maria deu o livro *pra mim/ pra você*.

Maria gave the book to me/ to you

In double pronominalization, different combinations arise, as the dative clitic and the dative PP occur with the full pronoun in object position and with the accusative clitic, as illustrated in (18).

(18) a. Maria *me*_{DAT} apresentou *ela*_{ACC}.

Maria 1s.CL.DAT introduced she._{ACC}.

b. Maria *me*_{ACC} apresentou *para* ela.

Maria 1s.CL.ACC introduced to her.

Assuming a crosslinguistic perspective, it is worth noting that the preposition *para* is ungrammatical in European Portuguese (EP) in ditransitive predicates denoting transference of possession, although it is found in contexts denoting benefactive reading. In particular, the *goal* argument in EP is obligatorily introduced by the preposition *a* in transfer of possession predicates,

on behalf of the argument introduced by the preposition *para* (for), namely *John*, which implies event modification. I am grateful to an anonymous reviewer for pointing out the relevance of this distinction, leaving the discussion on the syntax of the *beneficiary* argument for future work (on this matter, see CALINDRO, 2021).

¹¹ The loss of third person clitics in BP is a well investigated topic within the generative framework, with relevant contributions. I refer Roberts; Kato's (1993) pioneer collection of studies, as well as Galves' (2003) essays, and the references therein, which include the facts about the pronominal system, providing inspiring background for the subsequent work on the rise of Brazilian Portuguese grammar.

while the *benefactive* argument may be introduced either by *a* or *para* (cf. (19a), as opposed to (19b)). Moreover, in BP, *para* hosts the complete series of full pronouns in both ditransitive and benefactive predicates, while in EP they are freely allowed only in benefactive predicates introduced the preposition *para* (cf. RAPOSO, 2013).

- (19) a. A Maria deu o livro *a*/**para* o João.
M. gave the book P_{goal} J.
- b. A Maria fez o bolo ao João/ *para* o João.
M. baked the cake P_{goal} J./ for J.
- (20) a. A Maria deu o livro *para* mim / nós/ ele(s)/ela(s). (BP/*EP)
M. gave the book to me/ us/ him/ her/ them
- b. A Maria fez um bolo *para* mim/ nós/ ele(s)/ela(s). (BP/ EP)
M. baked the cake for me/ us/ him/ her/ them

As noted in Torres Morais (2006), in EP, in the presence of the full pronoun introduced by the dative preposition *a*, clitic doubling is required – whether in ditransitives or benefactives constructions:

- (21) a. A Maria deu-*(me) *a mim* o livro [**para* mim]
b. A Maria deu-*(te) *a ti* o livro [**para* ti]
c. A Maria deu-*(lhe) *a ele* o livro [**para* ele]
M. gave-1s/2s/3s.CL the book P_a me/you/him [*P_{para} me/you/him]
- (22) A Maria fez-*(lhe) *a ele* um bolo [**para* ele]
M. baked-3s.CL P_a him a cake [*P_{para} him]

A related fact is that the strong pronoun may occur in the PP projection, as a repair strategy in double pronominalization in EP, whenever the accusative argument is not a third person pronoun (**me te*; **te me*; **lhe me/te*), given that clitic clusters are subject to the Person-Case Constraint (PCC). However, the preposition *para* (to) is excluded (cf. (23)).

- (23) A Maria te_{ACC} apresentou *a mim*. [**para* mim]
M. 2s.CL introduced P_a me. [*P_{para} mim]

The above-mentioned conditions on clitic doubling and the occurrence of the repair strategy under double pronominalization in EP are tangential to the present discussion. In Torres Morais; Salles (2010) and Salles; Torres Morais' (2020) analyses, these facts point to a grammatical implication between the (dative) clitic and the preposition *a*, thus allowing for a distinction between the preposition *a* as a dative marker and its occurrence in other types of oblique case. We shall not pursue this conclusion at this point.

According to Salles' (1997) analysis, the occurrence of the lexical preposition *para* introducing the *goal* argument in ditransitive constructions further relates to the loss of the third person accusative/

dative distinction in the system of clitic pronouns in BP.¹² In fact, it is possible to show that in EP the preposition *a* is required under clitic doubling, with dative and accusative clitics (cf. (21)), as well as in the repair strategy involving the dative argument in double pronominalization (cf. (23)) – the analysis of the EP facts will be left open in the present analysis.¹³

The facts about BP in turn are analysed in Salles (1997) in terms of the projection of a lexical P denoting possession, as originally proposed in Kayne's (1984) and Pesetsky's (1995) analyses of the dative alternation in English, as well as in Hale and Keyser's (1993) seminal theory of argument structure, in which these predicates are projections of the lexical categories P and N. Assuming Manzini; Franco (2016) and Franco; Manzini's (2017) approach to oblique case, as formulated in section 1, the preposition *para* in BP is the lexicalization of a head denoting *inclusion/ possession*, which introduces the *goal* argument further establishing a relation with the *theme* argument, in the *vP* projection, under predication (cf. (24)).

(24) [_{vP} [_{DP} o livro] [_v [_{vP} deu [_{PP} [_{P(ε)} para [_{DP} o João/ ele]]]]]]]

Given the alignment of dative and benefactive constructions with respect to the use of the preposition *para*, the natural conclusion is that the beneficiary argument occur in a projection internal to VP in BP, as illustrated in (25). This conclusion is crucially based on Pylkkänen's (2002) distinction between high and low benefactives, in which it is postulated that they imply event modification and transfer of possession, respectively – the latter being the relevant interpretation in (25) (cf. note 9).¹⁴

(25) ...[_{vP} [_{DP} o bolo] [_v [_{vP} fez [_{PP} [_{P(ε)} para [_{DP} o João/ ele]]]]]]]

2.2. The loss of the preposition *a* in Dative/ DOM constructions in monotransitive predicates

As extensively discussed in Salles; Torres Morais (2020), another relevant feature of BP is the loss of the preposition *a* in dative/ DOM constructions in monotransitive predicates – although the preposition *a* remains with the (strong) third person pronoun. A common property of these predicates

¹² In (dialectal) BP, clitic doubling is found with the preposition *para/ pra*, with first and second person clitics, as illustrated in (i), in connection with other properties, such as the occurrence of Double Object Constructions (cf. DINIZ 2007; MACHADO 2016; BARROS, 2018; PEREIRA, 2019):

(i) Eu tô *te* falando *pra* você (...) 'I am 2s.CL speaking P_{para} you' (MACHADO-ROCHA, 2016, p. 113)

¹³ A recent trend of research postulates that the dative argument is introduced by a functional applicative head (cf. PYLKÄNEN, 2002; CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2006; DIACONESCU; RIVERO, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2010; PINEDA 2013; CALINDRO 2015, among many others). We shall leave aside the discussion of this proposal, pointing out with Manzini; Franco (2016) that the applicative model provides an alternative view to similar problems.

¹⁴ I refer the reader to Armelim (2011) and Calindro (2015, 2021), which are well-developed studies on the syntax of the preposition introducing dative and benefactive constructions in BP.

is that they select an animate DP.¹⁵

- (26) a. Obedecer [_{DP} o pai] ‘to obey the father’
 b. Obedecer [_{DP} ele] [_{PP} a [ele]]/ (*para) ‘to obey him/P_a-him’
- (27) a. Agradar [_{DP} o amigo] ‘to please his friend’
 b. Agradar [_{DP} ele] [_{PP} a [ele]]/ (*para) ‘to please him/P_a-him’
- (28) a. Servir [_{DP} o cliente] ‘to serve the client’
 b. Servir [_{DP} ele] [_{PP} a [ele]]/ (*para) ‘to serve him/P_a-him’
- (29) a. Chamar [_{DP} o aluno] ‘to call the student’
 b. Chamar [_{DP} ele] [_{PP} a [ele]]/ (*para) ‘to call him/P_a-him’

(data extracted from SALLES; TORRES MORAIS, 2020, pp. 477-8)

In some predicates, the dative P varies with the direct object, and the preposition *para* is semantically possible (cf. 30a-b); with a verb like ‘telefonar’ (to phone), the mapping as a direct object is excluded (cf. 31a-b):

- (30) a. Ensinar [o menino]/ [para [_{DP} o menino] ‘to teach the boy/ to the boy’
 b. Ensinar [_{DP} ele] [*para* ele] ‘to teach him/ to him’
- (31) a. Telefonar [para/ ao amigo] ‘to phone P_{to} the friend’
 b. Telefonar [a/ para ele] ‘to phone P_{to} him’

Assuming Manzini; Franco’s (2016) unified analysis of DOM constructions and dative case in terms of the projection of a lexical P denoting a possession/ inclusion relation, the conclusion is that in BP, the occurrence of the lexical P in monotransitive constructions is restricted to pronominal DPs – direct/ accusative objects being the preferred strategy. Moreover, due to the grammatical split affecting pronominalization in BP, the PP is only found with third person strong pronouns, first and second person pronouns being expressed by the clitic pronoun (namely *me* and *te*). The relevant configurations are the following:

- (32) ... [_{VP} EA obedecer [_{VP} [_{DP} o pai]]]
- (33) ... [_{VP} EA [CAUSE/ v [_{VP} obedecer [_{P(ε)} a ele]]]]

In the following section we will address the loss of the preposition *a* with motion verbs in BP (as compared to EP and other Romance languages), as well as the related substitution for the preposition *para* (to), further considering the occurrence of the preposition *em* (in), which points to an alignment in allative and inessive contexts.

¹⁵ I refer the reader to Ramos’s (1989) original study on the loss of the preposition *a* in BP in DOM contexts, in which word order rigidification is identified as a crucial factor.

2.3. More on the novel system of prepositions in BP: the case of motion verbs

As mentioned at the outset of this study a relevant fact about the syntax of prepositions in BP (as opposed to EP and other Romance languages) is the loss of the preposition *a* in predicates with motion verbs, such as *ir* (to go), *vir* (to come), *levar* (to take), the prepositions *para* (to) and *em* (in) occurring in these contexts. This is illustrated in (2a) and (2b), repeated as (34a) and (34b), with the verbs *ir* (to go) and *vir* (to come).

- (34) a. Maria foi *para* o mercado/ *no* mercado. (<ao mercado)
 M. went to the market/ P_{in} the market
 b. Maria veio *para*/ *no* mercado. (<ao mercado)
 M. came to/P_{in} the market

These facts are confirmed in various studies examining different varieties of BP within the Labovian approach, which have shown a stable variation between *para* and *em*, as well as a clear tendency to the loss of the preposition *a* in this context (cf. MOLLICA, 1995; WIEDEMER, 2015; CITÉLI; TESCH, 2021, among others). In EP the preposition *a* (to) is widely found, as well as the preposition *para* (to), while the preposition *em* (in) is excluded (cf. MATEUS *et al.*, 2003). Accordingly, the occurrence of the preposition *em* (in) with motion verbs can be considered an innovation of BP, as compared to EP. In this sense, BP displays an alignment with stative predicates with respect to the use of the preposition *em* (in), which can be formulated as an alignment in the grammatical encoding of allative and inessive case, as illustrated in (35), as opposed to (34a-b)¹⁶.

- (35) Maria está *no* mercado/ *em* Brasília
 M. is in-the marked/ in Brasília

The innovative facts about the prepositional system of BP with motion verbs are discussed in Farias (2005) within the generative framework, in terms of the idea that in this context, the preposition is a ‘half way’ category regarding the lexical and functional distinction, as it is an auxiliary predicate in assigning the locative theta role conjointly with the verb (V+P). According to the author, the formation of V+P is determined by the specification of the locative argument, which blocks the occurrence of the so-called ‘wild’ topicalization. As noted in Duarte (2003, cited by FARIAS, 2006, p. 230), this configuration requires referential and thematic connectivity, not categorial and casual identity), as illustrated in (36a) and (36b), as opposed to (37a) and (37b).

¹⁶ Other varieties of Portuguese display a similar phenomenon, such as Mozambican Portuguese (MP), as discussed in Gonçalves and Chimbutane (2004) (cf. (i)). In their analysis, the preposition occurring with motion predicates in MP is a functional category in a bilingual context, as it establishes a parallel with the locative marker in the corresponding construction of the Bantu language which is the first language (L1) (cf. also RABELO, 2016).

(i) Nem todos íamos *na* mesma escola. ‘Not all of us would go in-the same school’

- (36) a. O João foi *a/ para/ em* Lisboa (ungrammatical in PE with ‘em’ (in))
 J. went to/ in Lisbon
 b. *Lisboa, o João foi (examples from FARIAS, 2006, p. 231)
- (37) a. Eu não gosto dessa cerveja
 I do not like P_{of} this beer
 b. Essa cerveja, eu não gosto
 (examples from DUARTE, 2003, p. 501, cited by FARIAS, 2006, p. 230)

Considering Farias’ (2006) idea of analysing the preposition in motion verbs as a ‘half-way category’, we would like to point out that this condition translates in terms of Chomsky’s (1981) notion of inherent case, thus allowing for a unified account with the dative preposition ‘to’, in verbs such as ‘to promise’ (cf. section 1. 1).

Assuming that *ir* (to go) is a bi-argumental unaccusative (as well as other motion verbs) (cf. MUNHOZ; NAVES; SOUTO, 2016), this analysis amounts to saying that the spatial preposition introduces a relation between the *theme* argument and the *path/ endpoint* of the dislocation. Following Manzini; Franco (2016) and Franco; Manzini’s (2017) analyses of oblique case (cf. Section 1), we would like propose that this head denotes an *inclusion* relation in this syntact context as well (*location* being the relevant semantic feature, not possession). Whereas in the denotation of the *endpoint of the dislocation*, the inclusion head is (canonically) lexicalized by the prepositions *para* (to) and *em* (in), as illustrated in (38), in the denotation of the *path of the dislocation* it is (canonically) lexicalized by *por/per* (across), as illustrated in (39), thus implying that the lexical properties of P are restricted by the lexical properties of the locative DP (as pointed out in FARIAS, 2006, above).

- (38) [_{VP} ir [_{PP} [_{DP} Maria_{THEME}] [_{P(ε)} *em/para* [_{DP} o mercado_{LOC}]]]]
- (39) [_{VP} ir [_{PP} [_{DP} Maria_{THEME}] [_{P(ε)} *per* [_{DP} a ponte_{LOC}]]]] (= *pela ponte/ across the bridge*)

This analysis extends to the motion verb *chegar* (to arrive), in which the preposition *em* (in) introduces a relation between the *theme* argument and the *locative* argument denoting the endpoint of the dislocation, whereas *por/per* (across) denotes the path of the dislocation, as illustrated in (40) (cf. SOUTO, 2016).

- (40) a. [_{VP} chegar [_{PP} [_{DP} Maria_{THEME}] [_{P(ε)} *em* [_{DP} o mercado_{LOC}]]]
- b. [_{VP} chegar [_{PP} [_{DP} Maria_{THEME}] [_{P(ε)} *per* [_{DP} a ponte_{LOC}]]] (= *pela ponte*)

In turn, in stative predicates with the (stage level) auxiliary *estar*, which is a raising predicate, the preposition denotes an inclusion relation between the *theme* argument and the locative DP, the interpretation being determined exclusively by the lexical properties of the preposition, giving rise to

the inessive interpretation if the preposition is *em* (in), as illustrated in (41). Other denotations arise depending on the preposition – *path of the dislocation*, if it is *por/per* (across), as illustrated in (42), *end of the dislocation*, if it is *para* (to), as illustrated in (43) (the latter denoting a state of dislocation in a path and towards an endpoint).

- (41) [_{TP} [_{T/AUX} *estar* [_{DP} *Maria*_{THEME}] [_{P(ε)} *em* [_{DP} *o mercado*_{LOC}]]]]] (=no mercado)
- (42) [_{TP} [_{T/AUX} *estar* [_{DP} *Maria*_{THEME}] [_{P(ε)} *per* [_{DP} *o mercado*_{LOC}]]]]] (=pelo mercado)
- (43) [_{TP} [_{T/AUX} *estar* [_{DP} *Maria*_{THEME}] [_{P(ε)} *para* [_{DP} *o mercado*_{LOC}]]]]]

A related property regarding spatial prepositions is that they have been analysed as projecting an internal structure, in which the locative meaning is decomposed in two basic nodes, namely PlaceP (locative) and PathP (directional), these properties being projected in the layered structure [PathP [PlaceP]] – hence directional P (*a/para*) is morphologically more complex than locative P (*em*) (cf. KOOPMAN, 2002, 2010; HELMANTEL, 2002; SVENONIUS, 2007, among many others). This approach is explored in Souto's (2016) analysis of the motion verb *ir* (to go), in which an account for the alignment between the preposition *para* (to) and *em* (in) in this context is provided, taking into consideration Ramchand's (2008) idea that PP occurs as a rhematic projection in the structure of different event types.¹⁷

3. Final remarks

We have seen that a unifying property concerning the grammatical licensing of the (dative) DP in both ditransitive and monotransitive predicates is that they are all animate. This property gives rise to different grammatical encodings within the Romance stock. A relevant fact is that variation is found with respect to the occurrence of oblique case, introduced by P, as opposed to accusative case (cf. PINEDA, 2013, on CATALAN).

Following Manzini; Franco (2016) and Franco; Manzini's (2017) analyses on oblique case (cf. Section 1), we assumed that, in ditransitive predicates, a P head expressing *possession/ inclusion* introduces the goal argument/participant in BP (an approach that goes back to previous analyses postulating a prepositional head introducing the *theme* and the *goal* argument). By hypothesis, this analysis extends to *goal* arguments in monotransitive predicates, as well as to constructions involving Differential Object Marking (DOM). In particular, the *goal* argument enters a relation with a subevent in the structure of the predicate, thus allowing for a uniform account for these predicates, as involving an oblique case.

It was further shown that a structural alignment arises between the *goal* argument in ditransitive predicates and the *benefactive* argument in BP, as they are both introduced by the preposition *para*,

¹⁷ The idea of a layered configuration is assumed in Calindro's (2015) analysis of dative prepositions in BP, in which a little *p* hosts FIGURE (*theme*), and P hosts GROUND, following an original proposal in Wood (2012), cited by the author.

allowing for a unified analysis in terms of the projection of a *possession/ inclusion* relation with the *theme* argument. In monotransitive predicates, the innovation consists in the absence of P as a grammatical category introducing the internal/ goal argument, thus implying the absence of animacy/ specificity marking. Consequently, the internal argument is assigned direct case, under the *Agree* operation (cf. CHOMSKY, 2001).

In turn, pronominalization gives rise to different patterns, as a residual occurrence of DP marking by *a* is found with the third person (full) pronoun *ele(s)/ ela(s)*, as opposed to the occurrence of first and second person clitics (which remain productive, pointing to a split pronominal system in BP). The facts concerning the third person were analysed in terms of Manzini; Franco's (2016) account of dative DP/DOM, the preposition *a* lexicalizing the *possession/ inclusion* relation. In Manzini; Franco's (2016) terms, the absence of P in BP implies that argument licensing is not sensitive to the internal structure of the event/ state, namely to its subparts. Conversely, animacy/ specificity marking by P amounts to sensitivity to the structure of the event/state.

Regarding motion verbs it is shown that BP displays a variable use of the prepositions 'para' (to/ for) and 'em' (in), the latter being an innovative use, as it is not found in EP. Accordingly, an alignment arises in the use of the preposition 'em' (in) in predicates with motion verbs and stative predicates. A unifying property that can be drawn with respect to the losses and innovative alignments in the syntax of prepositions introducing (monotransitive / ditransitive) DOM/goals and locative arguments in BP is that they all converge to argument embedding. As shown in the present analysis, the innovative alignments in this context imply "an underlying (syntactic and interpretive) identity", as pointed out in Manzini; Franco (2016, p. 198), in which (oblique) case reduces to predicative categories denoting *possession/ inclusion*.

In this sense, the nature of the relation between locatives and possession must be drawn. According to Franco; Manzini (2017), locatives should be taken as specification in the inclusion zone, not the inverse. This idea can be discussed in terms of Jackendoff's (1993, p. 62) proposal that possession should be seen as a cognitive primitive – not as "a suitable extension or abstraction or progression from the understanding of location and motion in space" – as proposed in the localist view. A relevant result is that the above-mentioned models of spatial PP internal structure can be maintained, as formal specifications of the *possession/ inclusion* relation. Other preposition alignments involving the use of prepositions in BP support this approach, as in the substitution of the preposition *em* (in) for *a* (to) in ditransitive predicates involving a nominal *theme* denoting an event, as in *dar um beijo no filho (<ao filho)* (give his son a kiss), in which both dative and locative meaning converge. We leave the discussion of these constructions for future research.

References

ARMELIM, Paula Roberta G. *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria dos núcleos aplicativos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

- BARROS, Isis Juliana F. de. *O dativo em construções ditransitivas nas atas oitocentistas da Sociedade Protetora dos Desvalidos: um estudo sob a proposta dos núcleos aplicativos*. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, 170p., Salvador, 2013.
- BELVIN, Robert; DEN DIKKEN, Marcel. There, happens, to be, have. *Lingua* vol. 101, Issues 3-4, pp. 151-83, 1997.
- BERLINCK, Rosane. Datives. In: VAN BELLE, William; VAN LANGENDOMCK, Willy (eds.) *The Dative*, 1 Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins, 1996, pp. 119-51.
- CAHA, Pavel. *The nanosyntax of case*. Ph. D. Dissertation. Center for Advanced Study in Theoretical Linguistics (CASTL). Tromsø, 2009.
- CALINDRO, Ana R. *Introduzindo argumentos: Uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CALINDRO, Ana R. The *i** single argument introducer: a solution for representing the beneficiary argument of creation verbs in Brazilian Portuguese. In: TANASE-DOGARU, Mihaela *et al.* (De)Constructing Language Structure and Meaning. *Studies on Syntax, Semantics and Phonology*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2021, pp. 45-75.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language*. Its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase, In: Michael Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A life in language*. Cambridge: The MIT Press, 2001, pp. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. *On phases*. ms., Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2004.
- CITÉLI, Bárbara Gomes; TESCH, Leila Maria. A regência variável do verbo de movimento ir na fala capixaba: o comportamento de fatores extralinguísticos. *Diadorim*, v. 23, n. 1, pp. 222-44, junho-julho, 2021.
- CUERVO, María Cristina. *Datives at large*. PhD Thesis. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2003.
- DIACONESCU, Constanta R.; RIVERO, Maria Luísa. An applicative analysis of double object constructions in Romanian. *Probus* v. 19, pp. 171-95, 2007.
- DINIZ, Carolina R. “*Eu te amo você*” – O redobro de pronomes clíticos sob uma abordagem minimalista. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- FARIAS, Jair. Variação entre *a*, *para* e *em* no português brasileiro e no português europeu: algumas notas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1. pp. 213-34, 2006.

- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. A perda do marcador dativo e algumas de suas consequências. In: CASTILHO, Ataliba; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sônia (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português*. Campinas, Pontes Editora, 2007, pp. 85-110.
- FRANCO, Ludovico; MANZINI, Maria Rita. Instrumental prepositions and case: Contexts of occurrences and alternations with datives. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 2, n. 1, pp. 1-37, 2017.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GOMES, Christina A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, Maria Conceição; DUARTE, Maria Eugênia (eds.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contra Capa, 2003, pp. 81-96.
- GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das línguas Bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativo e direcionais. *PAPIA*, n. 14, pp. 7-30, 2004.
- HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: HALE, Kenneth L.; KEYSER, Samuel Jay (eds.). *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge, MIT Press: pp. 53-109, 1993.
- HARLEY, Heidi. Possession and the double object construction. In: *Linguistic Variation Yearbook*, 2 (1), pp. 31-70, 2002.
- HELMANTEL, Marjon. *Interactions in the Dutch adpositional domain*. Utrecht: Landelijke Onderzoekschool Taalwetenschap, 2002.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- JACKENDOFF, Ray. *Languages of the mind. Essays on mental representation*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.
- KAYNE, Richard. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht, Foris, 1984.
- KOOPMAN, Hilda. Prepositions, Postpositions, Circumpositions, and Particles: the structure of Dutch PPs. In: KOOPMAN, Hilda (ed.) *The Syntax of Specifiers and Heads*. Collected Essays of Hilda J. Koopman, London: Routledge, 2000, pp. 204-60.
- KOOPMAN, Hilda. Projections of P. In: *Syntax and Semantics of Spatial P*, ed. ASBURY, Anna et al. Amsterdam: Benjamins, pp. 63-84. 2008.
- MACHADO-ROCHA, Ricardo. *O redobro de clítico no português brasileiro dialetal*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.
- MANZINI, Maria Rita; FRANCO, Ludovico. Goal and DOM datives. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, vol. 34, pp. 197-240, 2016.
- MATEUS, Maria Helena M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, pp. 181-203.

MOLLICA, Maria Cecília de M. A regência variável do verbo 'ir' de movimento. In: Silva, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (org.) *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 147-67, 1996.

MUNHOZ, Ana Terra; NAVES, Rozana R. Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. *Signum. Estudos de Linguagem* v. 15, pp. 245-65, 2012.

PESETSKY, David. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge: MIT Press, 1995.

PESETSKY, David; TORREGO, Ester. Case. In: BOECZX, Cedrix. *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. OUP, 2011.

PEREIRA, Manoel B. *Predicados bitransitivos do português dialetal do Brasil Central (PBC)*. Construções de objeto duplo e de redobro do clítico. Tese de Doutorado, 192p., Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINEDA, Anna. Double object constructions and dative/accusative alternations in Spanish and Catalan: A unified account. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, v. 2, pp. 57-115, 2013.

PYLKÄNNEN, Lina. *Introducing arguments*. PH. D thesis. MIT, 2002.

RABÊLO, Sarah Freitas. *Sintagmas locativas no português de Moçambique e no português do Brasil: o papel do contato de línguas*. MA Dissertation. Universidade de Brasília (UnB), 2016.

RAMCHAND, Gillian C. *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. New York: Cambridge University Press, 2008.

RAMOS, Jânia. O emprego de preposições no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. São Paulo: Pontos, 1989, pp. 83-93.

RAMOS, Jânia. *Marcação sintática e mudança sintática no português*. Tese (Doutorado). 1992. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RAPOSO, Eduardo. Verbo e Sintagma Verbal. In: RAPOSO, Eduardo et al. (coords.) *Gramática do Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2, pp. 1155-80, 2013.

RIEMSDJIK, Henk van. *A Case Study in Syntactic Markedness*. Dordrecht: Foris, 1978.

RIEMSDJIK, Henk van. Functional prepositions. In: PINKSTER, Harm; Pinkster and Ige Genee (eds) *Unity in Diversity: Papers Presented to Simon C. Dik on his 60th Birthday*, pp. 229-41. Dordrecht: Foris, 1983.

ROBERTS, Ian G.; KATO, Mary A. *O português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SALLES, Heloisa Maria M. L. *Prepositions and the syntax of complementation*. PhD Thesis. 158p., 1997. University of Wales, Bangor, 1997.

SALLES, Heloisa Maria M. L. The syntax of (ditransitive) predicates of transference in dialectal Brazilian Portuguese. *Quaderni di Linguistica e Studi Orientali*, 2, 2016, pp. 79-96.

SALLES, Heloisa Maria M. L.; SCHERRE, Maria Marta P. Indirect Objects in Brazilian Portuguese and in English. In: NÚÑEZ-CEDENO, R.; L. L. CAMERON (eds.) *A Romance Perspective in Language Knowledge and Use – Selected Papers from the 31st LSRL*, Amsterdam/ Philadelphia, 2003, pp. 151-65.

SALLES, Heloisa Maria M. L.; TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Estrutura argumental no português brasileiro: perdas e alinhamentos inovadores nos sistemas pronominal e preposicional. *Cuadernos de la ALFAL*, v. 12, n. 2, pp. 467-90, 2020.

SVENONIUS, Peter. Spatial P in English. In: *The Cartography of Syntactic Structures*, CINQUE, Guglielmo; RIZZI, Luigi (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOUTO, Keli Cristiane. *Categorias lexicais e funcionais no licenciamento de verbos de trajetória: o caso do verbo 'ir'*. Tese de doutorado, 153p., Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* v. 5, pp. 239-66, 2006.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane. O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionados. In: CYRINO, Sônia; TORRES MORAIS, Maria Aparecida (orgs.) *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 252-307.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; SALLES, Heloísa Maria M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, v. 22, n. 2, pp. 181-209, 2010.

WIEDEMER, Marcos Luís. Um retrato sociolinguístico da realização das preposições de complementos de verbos de movimento no português falado no interior paulista. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 44, n. 1, pp. 438-53, 2015.

A ESTRUTURA DO DP EM KAINGANG

DP STRUCTURE IN KAINGANG

Cristina Prim¹

Marcos Carreira²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a estrutura sintática dos DPs em Kaingang. O tema se mostra relevante devido à ausência de literatura gerativista que traga uma proposta de estrutura para a língua. A metodologia adotada é teórico-descritiva e os dados foram coletados de exemplos presentes na literatura não gerativista sobre a língua (em especial: WIESEMANN, 2011; GONÇALVES, 2007; DOMINGUES, 2013; NAVARRO, 2012). A descrição dos dados mostra similaridades com a estrutura da língua Gungbe (uma língua africana da família Gbe, subgrupo do Kwa), segundo a proposta de Aboh (1998). Por essa razão, estendemos a proposta de Aboh para os dados do Kaingang e encerramos com novos questionamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Kaingang. Expressões nominais. Sintaxe dos DPs. DP.

ABSTRACT

This paper aims to present an analysis of the DP structure in Kaingang. The theme is relevant due to the absence of generative literature that brings a proposal of this structure for that language. The methodology adopted is theoretical-descriptive and data were collected from examples present in the published non-generative research on the language (in particular: WIESEMANN, 2011; GONÇALVES, 2007; DOMINGUES, 2013; NAVARRO, 2012). The description of the data shows similarities with the Gungbe language structure (an African language of the Gbe family, Kwa subgroup), as proposed by Aboh (1998). For this reason, we extended Aboh's proposal to Kaingang data and we finish the paper with new questions.

KEYWORDS: Kaingang. Nominal expressions. DP syntax. DP.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar a estrutura dos DPs da língua Kaingang. Não há, até onde sabemos, trabalhos que se debruçam sobre este mesmo objetivo, para essa língua.

Para isso, organizamos este trabalho em quatro seções. Na primeira, trazemos uma contextualização sobre a língua Kaingang e explicitamos a metodologia deste trabalho, que contou com a coleta dos dados a partir de exemplos presentes na literatura sobre a língua. A segunda seção apresenta uma descrição do DP nesta língua, ainda que parcial, devido às limitações impostas pela metodologia. A terceira seção traz uma comparação com a língua Gungbe, a partir da proposta de Aboh (1998), para, em seguida, na quarta seção, estendermos a proposta de Aboh ao Kaingang, devido a sua similaridade sintática. Por fim, apontamos algumas questões que ficam em aberto para futuras pesquisas e apresentamos as conclusões deste estudo.

¹ Professora de Linguística do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cristinaprim@utfpr.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-7199-313X>.

² Professor da área de Língua Portuguesa e Linguística do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Letras (Estudos Linguística) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), marcoscarreira@uepg.br, <https://orcid.org/0000-0001-9529-5363>.

1. A Língua Kaingang

O Kaingang (Caingangue, Kanhgág), juntamente com o Xokleng e o Ingaín_r, formam o grupo meridional³ das línguas da família Jê, pertencente ao tronco Macro-Jê, de acordo com a classificação de Rodrigues (1999). Para este mesmo autor (1986 apud NASCIMENTO, 1995), o Kaingang é a mais diferenciada das línguas da família Jê, e também a com maior número de falantes. Os dados do IBGE de 2010 indicam que a população Kaingang é formada por 37.470 pessoas (NASCIMENTO, 2017, p. 25), e, segundo Navarro (2012) e o *Portal Kaingang*,⁴ 60% destes falam a língua Kaingang, constituindo assim uma das línguas indígenas mais faladas no Brasil e o terceiro maior povo indígena do Brasil.⁵ Mesmo assim, a língua é classificada como “definitivamente ameaçada de extinção” pelo *Atlas of the world’s languages in danger* da UNESCO, situação comum entre as línguas indígenas brasileiras.

A língua Kaingang é falada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Por conta de sua distribuição, encontramos estudos como o de Silva (2012), que se dedica a estudar e registrar sua variação linguística. Wieseman (1971 apud Navarro, 2012, p. 14), por sua vez, propõe uma categorização dos dialetos do Kaingang. Essa categorização separa as variações linguísticas em cinco grupos, a partir da distribuição geográfica:

- a) Dialeto de São Paulo (SP), entre os rios Tietê e Paranapanema;
- b) Dialeto do Paraná (PR), entre os rios Paranapanema e Iguaçú;
- c) Dialeto Central (C), entre os rios Iguaçú e Uruguai, no estado de Santa Catarina;
- d) Dialeto Sudoeste (SO), ao sul do rio Uruguai e a oeste do rio Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul;
- e) Dialeto Sudoeste, ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo.

A variação linguística é indiscutivelmente natural nas línguas, mas podemos também atribuir a distribuição do Kaingang em 30 terras indígenas diferentes parte da motivação para essa variação, além de migrações espontâneas de famílias de uma região para outra e o contato esporádico entre grupos de diferentes regiões ou mesmo com outras etnias (WIESEMANN, 2011, pp. 8-9).

³ Rodrigues (1999): Setentrional (Apinajé, Kayapó, Timbira, Paraná, Suyá), Central (Xerente, Xavante, Xakriabá), Meridional (**Kaingang**, Xokleng, Ingaín).

⁴ O *Portal Kaingang* trata-se de um espaço criado em 2005 pela antropóloga Juracilda Veiga e pelo linguista Wilmar da Rocha D’Angelis para divulgar informações a respeito do povo Kaingang (http://www.portalkaingang.org/index_home.html).

⁵ O Kaingang fica atrás do Tikuna, no Amazonas, e o Kaiowá-Guarani, no Mato Grosso do Sul, que contam, respectivamente, com 46 mil e 43 mil pessoas (NASCIMENTO, 2017, p. 25).

Em termos sintáticos, o Kaingang se constitui como uma língua SOV⁶, ou SV, no caso dos verbos intransitivos, de acordo com D'Angelis (2006) e Gonçalves (2007). Na literatura, discute-se se o sujeito é morfologicamente marcado (WIESEMANN, 2011) ou se há morfemas funcionais que seguem o sujeito e licenciam orações finitas (NASCIMENTO, 2017). Ainda em termos morfológicos, Nascimento (2017) a classifica como uma língua isolante, sem uma morfologia flexional muito rica. Além disso, a língua marca lexical e gramaticalmente as categorias de aspecto, tempo e modo (SILVA, 2012). Por fim, configura-se como uma língua posposicional. Esta última característica interessa sobremaneira a este trabalho, ainda que as demais também sejam relevantes ao nosso objetivo, devido à tendência de as línguas se harmonizarem no que se refere ao domínio verbal e nominal (cf. GREENBERG, 1966).

Antes de partirmos para a descrição e proposta deste trabalho, apresentemos a metodologia adotada. Todos os dados apresentados neste trabalho foram coletados da literatura especializada na língua Kaingang.⁷ Pesquisamos, em especial, os dados apresentados por Wiesemann (2011), Gonçalves (2007), Domingues (2013) e Navarro (2012). Essa metodologia só se tornou possível, pois os DPs são abundantes nas línguas, e praticamente todos os exemplos apresentados pelos autores se tornaram relevantes para nossa descrição. As glosas apresentadas foram retiradas dos autores consultados com adaptações para este trabalho a fim de buscar uniformidade terminológica. Os dados do Dicionário da Wiesemann, no entanto, não apresentavam glosas e, por isso, o fizemos (apenas aos DPs analisados, e não toda a sentença) a partir das traduções palavra-a-palavra do próprio dicionário de Wiesemann e de descrições dos demais trabalhos consultados. Como não trabalhamos diretamente com falantes do Kaingang, sabemos que as descrições que trazemos são parciais, pois se baseiam apenas em dados de produção. Contudo, devido à ausência de trabalhos com o mesmo objetivo trazido aqui, este trabalho pode servir de ponto de partida para uma discussão mais aprofundada e para um trabalho de campo, que sem dúvida é indispensável.

2. Descrição parcial do DP em Kaingang

Não há, na literatura sobre o Kaingang, uma descrição detalhada da estrutura dos DPs. O trabalho de Navarro (2012) dá alguns passos nessa direção, estudando o DP no Kaingang paranaense. O pesquisador propõe discutir restrição de domínio e a ideia de totalidade (expressa por *kar*, que, para Navarro, é um modificador que ocorre interno ao DP). O autor assume que: (i) os DPs em Kaingang seguem a ordem nome-determinante, compatível com a descrição da língua como de núcleo final; (ii) os determinantes definidos em Kaingang são capazes de retomar informações previamente apresentadas.

⁶ Nos casos de sujeito pronominal, o sujeito pode ser posposto ao objeto e ao verbo, segundo Navarro (2012), o que ainda preserva objeto e verbo adjacentes.

⁷ Duas razões nos levaram a esta metodologia. A primeira foi a pandemia da COVID-19, que impediu a realização de trabalhos de campo. A segunda razão é a completa ausência de literatura que trouxesse descrição dos dados do DP. Sem isso, sequer seria possível o estabelecimento de hipóteses para verificação. Consideramos então que, mesmo com seus limites, a metodologia adotada era fundamental como ponto de partida para os estudos do DP em Kaingang.

Ainda segundo Navarro (2012), os **determinantes definidos**⁸ assumem as formas fonéticas -ti e -fi para singular masculino e feminino (indicado como *sg.masc* e *sg.fem*), respectivamente; e -ag e -fag para o plural masculino e feminino (*pl.masc* e *pl.fem*), respectivamente.

- (1) [Kanhgág ag] vỹ [in ti] han Ø. (NAVARRO, 2012, p. 18)
 [Kaingang pl.masc] NUC/m.s [casa sg.masc] fazer ASP
 ‘Os kaingangs fizeram a casa’.
- (2) a. [Kanhgág ti/fi] ter Ø. (NAVARRO, 2012, p. 18)
 [Kaingang sg.masc/fem] morrer ASP.
 ‘O/ a Kaingang morreu.’
- b. [Kanhgág ag/fag] kãgter Ø.
 [Kaingang pl.masc/fem] morrer-PL ASP
 ‘Os/ as kaingangs morreram.’

No exemplo (1), vemos vỹ, classificado por Navarro como um dos possíveis marcadores de sujeito (m.s.) da língua (veja o apêndice ao final do artigo para uma lista de siglas). Já Nascimento (2017) os classifica como núcleos oracionais (NUC). Como mostra o exemplo em (2), nem sempre estes marcadores/núcleos estão foneticamente presentes.⁹ Não trataremos destes marcadores neste trabalho devido a discussão que ainda se faz pertinente sobre sua presença interna ao DP ou não; no entanto, eles têm importância para o modo como isolamos os DPs na língua, na medida em que eles são bons indicadores de fronteira do DP em posição de sujeito.

No trabalho de Silva (2012), encontramos exemplos nos quais o determinante definido se encontra nu em Kaingang (ver exemplo 3 e 4, de outros autores). Este tipo de sintagma nominal nu, de acordo com nossa verificação de dados, é permitido em todas as posições argumentais,¹⁰ assim como os DPs com D preenchido. Não encontramos nem marcas nas glosas nem uma descrição na literatura que tenha sinalizado uma possível diferença de interpretação dos DPs com e sem determinantes definidos.

⁸ Como mostraremos neste trabalho, os determinantes definidos têm um comportamento bastante diferente dos indefinidos, o que nos levará a argumentar por uma natureza distinta para estas partículas *ag/fag/ti/fi*. Por conta disso, seguiremos a mesma estratégia adotada por Nascimento ao glosar estas partículas apenas indicando número e gênero e não indicando que se trata de um determinante ou artigo, como o fazem os demais autores consultados.

⁹ Dentre os autores que classificam estas partículas como indicadores de sujeito, temos Wiesemann (2011, pp. 159-60), Navarro (2012), Domingues (2013), Gonçalves (2007). Nascimento (1995), por sua vez, as classifica como marcadores de caso. Já Nascimento (2017), as reinterpreta como núcleos oracionais. Ainda que Nascimento reconheça que estes marcadores ocorrem sempre após os sujeitos, ela os classifica como núcleos oracionais porque, como contribuição discursiva ou pragmática e semântica, estas partículas variam entre evidenciais e tipificação de sentenças como declarativas, interrogativas e negação. Remetemos o leitor em especial a Nascimento (2017, p. 57), onde encontramos uma tabela com as funções de diferentes núcleos oracionais do Kaingang. Morfossintaticamente, estas partículas estariam licenciando a oração matriz. Nas glosas, manteremos a classificação de que se trata de núcleos oracionais (NUC), ainda que estejamos apresentando exemplos de Navarro (2012), Domingues (2013), Gonçalves (2007), que os classificam como marcadores de sujeito.

¹⁰ Ver neste trabalho também os exemplos (6.) (9), (19-22), (25), (32).

- (3) [Giz kupri] vỹ tũg (DOMINGUES, 2013, p. 65)
 [Giz branco] NUC acabar
 ‘O giz branco acabou.’
- (4) [Kyrũ] vỹ prỹg kar mĩ ti pahn mỹ ěpã han tĩ (GONÇALVES, 2007, p. 164)
 [rapaz] NUC ano todo ‘em¹¹’ 3p pai para roça v.fazer ASP
 ‘O rapaz fazia roça para o pai dele todos os anos.’

Sobre a **marcação de gênero**, segundo Nascimento (2017, p. 61) e D’Angelis (2002, p. 227), essa é obrigatória com o gênero feminino (*fi/fag*), mas não o é com o masculino (*ti/ag*). Como os determinantes trazem essa informação de gênero, os nomes nus são esperados apenas com nomes de gênero masculino. Mais abaixo, retomaremos a discussão sobre os determinantes definidos, problematizando a descrição presente na literatura.

Estes itens, *ag*, *fag*, *fi* e *ti*, que descrevemos inicialmente como determinantes são também foneticamente idênticos ao que é descrito como pronomes pessoais de terceira pessoa, como vemos o *ti* em (5a), e aos **possessivos** de terceira pessoa, como o *ag* em (6) – veja também o apêndice ao final do artigo:

- (5) a. **Ti** tóg kasor tãnh. (NASCIMENTO, 2017, p. 42)
sg.3p NUC¹² cachorro bater.SG
 ‘Ele bateu no cachorro’
- b. **Ti** ãn ra ti vyr (ABREU, 2009, p. 51)
 poss.sg.3p casa posp sg.3p ir
 ‘Ele foi para casa dele’
- (6) Fóg ag tóg, [**ag** gãnh] kónhgrĩgrĩg tĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 49)
 [**pl.3p** cabelo]
 ‘Os não-índios enrolam seus cabelos’

É a sintaxe que estabelece a interpretação desses itens como pronomes pessoais, como possessivos ou determinantes. Por exemplo, *inh* pode ser usado como *eu* ou como *meu*, vide exemplo (7) e (8); *ã* como *teu* ou *tu/você*, (9); *ti* como *seu* (5b), *ele* (5a) ou o determinante *o* (2). Para o plural, o possessivo de primeira pessoa é *ẽg*, de segunda *ãjag* e de terceira *ag/fag*, (10).

- (7) [Inh jóg jave ag] tỹ ěkrãnh kamã ja nỹtĩ (GONÇALVES, 2007, p. 195)
 [sg.1p pai antepassado pl.masc] NUC caçador fazer sempre ASP ASP
 ‘Meus avós eram bom caçadores’
- (8) [Inh kósin] ta kusã mĩ rãnhrãj tĩ (GONÇALVES, 2007, p. 166)
 [sg.1p filho] NUC dia ‘em’ v.trabalhar ASP
 ‘Meu filho trabalha todos os dias’

¹¹ Segundo Gonçalves (2007), *mĩ*, em referência temporal, indica “ao longo de determinado tempo”.

¹² A autora classifica *tóg* como um núcleo oracional também.

- (9) [Ã kósin] tóg, krój nĩ ve nĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 52)
[sg.2p filho]
'Teu filho parece fraco'
- (10) Fóg ag tóg, [ag gãnh] kónhgrĩngřĩg tĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 49)
[pl.3p cabelo]
Os não-índios enrolam seus cabelos.

Pronomes possessivos são sistematicamente posicionados antes dos nomes por eles modificados, como mostramos também o exemplo (12). Além disso, tanto o pronome possessivo quanto as construções de posse podem coocorrer com o determinante (cf. exemplos (12) e (13)). Esses dados nos servem de base para afirmar que isto que está sendo interpretado como pronomes possessivos são sempre pré-nominais, e determinantes definidos são pós-nominais. Como podem ser, a princípio, foneticamente idênticos, é a posição sintática que determina a sua interpretação como pronome possessivo ou como determinante definido.

- (11) [*Fog ãjag] vỹ goj kygvénh Ø. (NAVARRO, 2012, p. 20)¹³
[Homem-branco pl.2p] NUC rio sujar-PL ASP
'Homens brancos vocês sujaram os rios.'
- (12) [Inh nỹ fi ãn]ra inh vyr Ø. (NAVARRO, 2012, p. 19)
[sg.1p mãe sg.fem casa] para eu ir ASP
'Eu fui para casa da minha mãe.'
- (13) Jũm vỹ [kanhgág ti ãn ti]han Ø. (NAVARRO, 2012, p. 19)
João NUC [kaingang sg.masc casa sg.masc] fazer ASP.
'João fez a casa do kaingang.'

Assim como os pronomes possessivos, as estruturas de posse nominal também precedem o núcleo modificado. Não há um marcador relacional aberto na língua.

- (14) [Inh panh ãn] vỹ kutẽ mũ kãka tỹ (GONÇALVES, 2007, p. 141)
[sg.1p pai casa] NUC v.cair ASP vento com
'A casa do meu pai caiu com o vento.'
- (15) Maria fi vỹ fóg ti mỹ [kanhgág ti garinh fi] feg Ø (NAVARRO, 2012, p. 19)
Maria sg.fem NUC homem-branco sg.masc para [kaingang sg.masc galinha sg.fem] dar ASP
'A Maria deu a galinha do kaingang para o homem branco.'

¹³ Segundo um dos pareceristas deste trabalho, este exemplo é gramatical nas variantes faladas no Rio Grande do Sul.

Este comportamento dos pronomes é reforçado por Rodrigues (1999, p. 185) quando descreve que “Há distinção de gênero masculino/feminino em pronomes de terceira pessoa nas línguas Jê sulistas (isto é, o Kaingang e Xoklég)” (tradução dos autores).¹⁴

Estes dados de estruturas de posse nos fazem questionar a existência de pronomes possessivos na língua Kaingang. Não há diferenças fonéticas entre pronomes retos e estes que foram classificados como possessivos (consultar o apêndice deste artigo). A ausência de um marcador relacional pode indicar que temos apenas pronomes pessoais em estruturas de posse. Assim, em (9), por exemplo, teríamos algo como “filho de você”, e não “seu filho”, e em (12), temos “mãe de eu”, e não “minha mãe”. Certamente este ponto merece uma investigação mais aprofundada, mas por conta destes apontamentos, não consideraremos os possessivos na estrutura do DP, visto que podem ser descritos simplesmente como DP encaixado em outro DP.

Com base nos exemplos de Navarro (2012) e em exemplos de Wiesemann (2011), Gonçalves (2007), Domingues (2013), observamos que os determinantes definidos e pronomes de terceira pessoa (todos foneticamente idênticos) apresentam a distinção masculino e feminino. Também é possível observar nos dados que nomes,¹⁵ adjetivos¹⁶, determinantes indefinidos e demonstrativos não concordam em gênero ou número com o pronome possessivo/ determinante definido.¹⁷

Sobre os **demonstrativos** (*ẽn; tag*), estes também ocorrem pospostos ao nome, e podem coocorrer com o que por ora chamamos determinantes definidos. A coocorrência de determinantes definidos e demonstrativos não é obrigatória, como mostram os exemplos (16) e (17), mas é possível observar essa possibilidade nos exemplos (18), (19), (20) e (21). É preciso que se investiguem quais traços os determinantes definidos compartilham com os demonstrativos em Kaingang, e quais as diferenças de leitura entre o uso do demonstrativo acompanhado ou não de determinante definido. Neste trabalho, apenas atestamos a possibilidade de coocorrência, dada nossa limitação metodológica, como vemos no exemplo (18), mas não sua obrigatoriedade, como vemos em (16) e (17). Os dados de (18) a (21) mostram consistentemente que os demonstrativos se posicionam entre o nome e o determinante definido nos casos de coocorrência.

¹⁴ No original: “*There is a masculine/feminine gender distinction in third person pronouns in the Southern Je languages (i.e. Kaingáng and Xoklég).*”

¹⁵ Nesse exemplo de Silva (2011) há uma análise de marca de plural no nome:

Kotit_e bák kronia goio
Criança_pl itens beber água
‘As crianças bebem muita água’.

No entanto, nos demais trabalhos consultados, não encontramos essa mesma marcação. No trabalho de D’Angelis (apud NASCIMENTO, 2017, p. 42), a partícula *e* aparece para indicar *muitos*. A nosso ver, pode se tratar de um problema na glosa feita por Silva (2011).

¹⁶ Ver em Nascimento (2017, p. 49) exemplos de um grupo limitado de adjetivos que podem concordar em número com o nome.

¹⁷ Christino e Lima e Silva (2012), em sua análise da concordância nominal e verbal na escrita em Kaingang, apontaram a existência de estruturas com marcação de plural exclusivamente no último elemento do sintagma nominal, o que as leva a postular que a marcação de plural ocorre sempre à direita do sintagma na língua Kaingang.

- (16) [Kyrũ ěn] vỹ, fe tũ pẽ jẽ. (WIESEMANN, 2011, p. 17)
[moço DEM] NUC
'Aquele moço é teimoso.'
- (17) [Fág ěn nĩno] tá kusé vỹ nĩ (WIESEMANN, 2011, p. 16)
[pinheiro DEM. copa]
'Na copa daquele pinheiro tem um irapuá'
- (18) [Kanhgág ěn fi] ne kajika han jẽn na. (GONÇALVES, 2007, p. 126)
[Índio DEM sg.fem] NUC canjica v. fazer MP marcador de modo
'Aquele índia está fazendo canjica.'
- (19) [Ûn vëgnĩ ěn ag] tóg tỹ, jagnẽ hã pẽ nỹtĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 26)
[alguém¹⁸ gêmeos DEM pl.masc]
"Aqueles gêmeos são muito parecidos"
- (20) [Kanhgág ěn fi] ta vajkỹ fi vãfy vëneme kej tĩg ma, cidade tá. (GONÇALVES, 2007 p. 163)
[Índio DEM sg.fem] NUC amanhã poss.sg.3p.fem artesanato v.vender mf v.andar ASP cidade lá.
Aquele índia amanhã vai vender seu artesanato na cidade.
- (21) [Ã kur tag ti] vỹ, ã ki há nĩ (WIESEMANN, 2011, p. 46)
[sg.2p roupa DEM sg.masc] NUC
Esta sua roupa cabe bem em você.

Os **determinantes indefinidos**, diferentemente dos que foram descritos como definidos, não trazem marcas de gênero ou número, como mostra o exemplo (22) (a retomada pelo determinante definido feminino dá evidências dessa ausência de marcação de gênero nos determinantes indefinidos).

- (22) Rãketá inh [mĩg ã] ve Ø. [Mĩg fi] tóg inh ãn rã jẽ ja nĩ.
(NAVARRO, 2012, pp. 18-19)
ontem eu [onça um] ver ASP. [Onça sg.fem] NUC 1poss casa perto ASP (?) ASP.
'Ontem eu vi uma onça. A onça estava perto da minha casa'
- (23) [Fóg ã ag] tóg, tigtéj nỹtĩgtĩ (WIESEMANN, 2011, p. 85)
[Não-índio D-indef pl.masc]
'Alguns não-índios são bem altos'
- (24) Médico vỹ, [ũn kaga ã ag] kygpãg tĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 57)
[alguém doente D-indef pl.masc]
'Os médicos operam certos doentes'

¹⁸ No dicionário de Wiesemann (2011), *Ûn* é traduzido como *alguém*, mas nos parece que esta palavra tenha um comportamento de nome, não de pronome. Talvez uma tradução mais adequada seria *pessoa*, mas optamos por seguir a tradução da Wiesemann neste e em todos os exemplos traduzidos por nós.

- (25) [Texto tag ã ag] tó mũ: a) Fóg ag ga ki kãge mũ kã [...] (VESTIBULAR INDÍGENA UFPR 2012, p. 13)
[texto DEM D-indef pl.masc]¹⁹
Possível tradução: ‘alguns destes textos’
- (26) [Pã’i ã] vỹ kanhgág ag mỹ garĩnh fi fẽg Ø. (NAVARRO, 2012, p. 17)
[Cacique D-indef] NUC Kaingang pl.masc para galinha sg.fem dar ASP
‘Um cacique deu a galinha para os kaingangs’

Um ponto importante aqui é que há casos de coocorrência de indefinidos com o que foi descrito como definidos (exemplos 23 e 24), ou mesmo com demonstrativos (exemplo 25), mas também é possível apenas a ocorrência do nome com o indefinido (exemplo 26). Precisamos de mais pesquisas para entender tais coocorrências. Mas o que podemos aventar a partir disso é que não há evidência para a existência de determinantes definidos nesta língua. A coocorrência com os indefinidos impossibilita a análise de que há determinantes definidos em kaingang e pode ser um argumento para defendermos que o que foi posto como determinante definido é apenas uma codificação dos traços de gênero e número.

Do ponto de vista sintático, podemos postular, com base nos exemplos, que os indefinidos se localizam entre os demonstrativos e os marcadores de gênero e número (ver exemplo (25)).

No que se refere a **numerais cardinais e ordinais**, vemos a ordem nome-numeral, como nos seguintes exemplos (27) a (31). Há a possibilidade de coocorrência com a marca de gênero e número (exemplos 28-29) e/ou com demonstrativo (exemplo 30), casos em que o numeral se encontra entre o nome e o demonstrativo ou marcado de gênero/número.

- (27) Vafy tỹ kre vỹ, [pénu vẽnhkagra] nĩgtĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 72)
[canto quatro]
‘O balaio do artesanato tem quatro cantos’
- (28) Ti tỹ [prũ tãgtũ fag] vãm vẽ há. (WIESEMANN, 2011, p. 93)
[esposa três pl.fem]
‘É a terceira esposa²⁰ que ele abandona’
- (29) Kanhgág ve ag] je tỹ ga ki kãpa kỹ nỹtĩ. (NASCIMENTO, 2017, p. 99)
[Kaingang primeiro pl.masc] REPORT NUC terra POSP sair então ASP
‘Conta-se os primeiros Kaingang originaram-se da terra’
- (30) “Inh hỹn [ũn régre tag ag] kã ã tỹ hẽ kavãn mũ ha?” he tóg (TOPE Vĩ RÃ, Mateus cap. 27, versículo 21, p. 71)
[alguém dois DEM pl.masc]

¹⁹ Não há tradução no documento. A glosa foi feita com base no dicionário de Wiesemann (2011).

²⁰ Neste exemplo, o determinante está com marca de feminino plural, o que não se reflete na tradução oferecida por Wiesemann. Este exemplo vem reforçar nossa dúvida sobre a natureza dos determinantes definidos no Kaingang, cf. novamente nota 8.

- (31) [Inh kósin ve kósin sĩ] mẽg (WIESEMANN, 2011, p. 172)
 [sg.1p filho primeiro filho pequeno] criação
 ‘A criação do filhinho do meu filho mais velho’

Por fim, **os adjetivos**. Há apenas um trabalho, até onde sabemos, que trata dos adjetivos em Kaingang. Sob uma abordagem funcionalista, Domingues (2013) descreve morfossintaticamente as classes dos nomes e dos verbos com o objetivo de contribuir para a construção da gramática pedagógica do Kaingang, projeto coordenado por Ludoviko Carnasciali dos Santos (UEL). A autora se interessa em discutir os adjetivos por reconhecer que estes possuem uma estabilidade intermediária entre nomes e verbos, em diversas línguas. A autora segue Payne (1997), que afirma que se uma língua possui uma classe morfossintaticamente distinta para os adjetivos, os adjetivos vão expressar as propriedades de idade, dimensão, cor, valor, dentre outros. Estas propriedades de fato são encontradas na língua Kaingang. Retomamos o exemplo (3) como (32) e acrescentamos (33) abaixo:

- (32) [Giz kupri] vỹ tũg. (DOMINGUES, 2013, p. 65)
 [Giz branco] NUC acabar.
 ‘O giz branco acabou’
- (33) Isỹ [kur si tag] janjãn kãn ke nẽ. (WIESEMANN, 2011, p. 28)
 [roupa velha DEM]
 ‘Vou acabar de rasgar esta roupa velha’

Contudo, apostar na dimensão semântica dos adjetivos para defender a existência da classe de palavras pode ser duvidoso. Como nos traz Panagiotidis (2016), defender categorias lexicais não é o mesmo que defender “escaninhos conceituais”. A categorização linguística é diferente da categorização conceitual. Se *branco* ou *velho* são tratados da mesma forma pela gramática, isso não significa que compartilhem propriedades nocionais. Panagiotidis (2016) nos lembra que, diferentemente de verbos, adjetivos não possuem construções leves, não existem na forma perifrástica; e diferentemente de nomes, não são nunca independentes. Em geral, o que temos, segundo Panagiotidis (2016), é um dos seguintes cenários:

- f) Línguas em que um nominal faz a função do adjetivo, geralmente em estruturas dativas. Nestas línguas há frequentemente uma classe fechada de adjetivos básicos.
- g) Línguas em que o adjetivo se comporta como uma subclasse da categoria dos verbos.
- h) Línguas em que o adjetivo se divide entre uma subclasse dos verbos e subclasse dos nomes.
- i) Línguas com adjetivos “bona fide”.

Se considerarmos que nomes criam *Kinds*, esperamos ter algum mecanismo para usar nomes com função atributiva ou predicativa, tipicamente reservada aos adjetivos, e este mecanismo pode ser uma marcação genitiva ou dativa. Ou seja, há uma saída sintática para a ausência de uma classe

de palavras separada para os adjetivos. Ainda assim, é comum encontrarmos em línguas com estes marcadores uma classe separada de palavras que existe apenas presa a nominais ou em posição predicativa e que não são derivados via recategorização de nome ou de verbo. No caso de *branco* e *velho*, temos de fato palavras que só existem em função atributiva ou predicativa e que não são derivados de nomes ou verbos. Assim, é neste sentido que devemos interpretar a existência de uma classe de adjetivos, mas como não temos como assegurar que esta mesma relação ocorra em Kaingang, este não é um argumento definitivo para a existência da classe de adjetivos.

Uma segunda observação é a posição sintática de *branco* e *velho* nos exemplos (32) e (33), que difere da posição assumida por nomes modificando outros nomes, como vimos em (13)-(15), dado que, nestes exemplos, os nomes modificadores se posicionam antes dos nomes modificados (sempre pré-nominais). E ainda, segundo descrição de Domingues, os adjetivos em Kaingang estão em posição subsequente ao nome e anterior ao determinante, o que nos faz defender que há de fato uma classe de adjetivos.²¹

Como a análise que faremos é baseada em exemplos presentes na literatura, não temos informações suficientes para saber como coocorrem dois ou mais adjetivos juntos em um mesmo DP, ou mesmo todas as possibilidades de modificação do adjetivo. Esta é mais uma questão que deixaremos em aberto.

No que se refere a sintaxe dos adjetivos, os exemplos (32) e (33) mostram a posposição do adjetivo em relação ao nome, ocorrendo entre o nome e os demonstrativos, como no exemplo (33), ou entre nomes e marcadores de gênero e número, como o exemplo (34), abaixo, indica.

- (34) [Kanhgág si ag] ĩmĩn han tĩ governo mĩ (GONÇALVES, 2007, p. 165)
 [Índio antigo pl.masc] estrada v.fazer ASP governo para.
 Os índios antigos abriram muitas estradas para o governo.

Os adjetivos podem ainda aparecer modificados por advérbio. A rigor, nesses casos, os advérbios estão estruturalmente relacionados aos APs e não aos DPs, mas acrescentaremos à nossa discussão notas sobre seu comportamento sintático. No caso de **advérbio modificando o adjetivo**, o advérbio aparece posposto ao adjetivo. Há processos morfológicos possíveis de intensificação ((tãg = gordo), (tãgy = muito gordo), (mág = grande), (mag = muito grande)), mas em termos sintáticos, o que temos é:

- (35) Mi junh vỹ tỹ, [pỹn mág pẽ] nĩgtĩ. (WIESEMANN, 2011, p. 60)
 [cobra grande muito]
 A anaconda é uma cobra muito grande.

A ordem de todos esses elementos parece fixa. Mas, como dito, essa asserção é baseada em observação de exemplos de diversos trabalhos publicados sobre a língua Kaingang, e não em pesquisa direta com falantes do Kaingang. Os exemplos de coocorrência de demonstrativos, determinantes,

²¹ A posição predicativa também está disponível para os adjetivos, mas não trataremos dela neste trabalho, pois estamos olhando para os limites do DP.

adjetivos e/ou numerais podem sugerir a ordem de um item em relação ao outro. No exemplo abaixo, podemos observar a coocorrência de nomes, adjetivos, numerais e determinantes definidos.

- (36) Ti vỹ tỹ [pã'i mág régre ag] tỹ jagnẽ kato rá rá kãgrén nĩ
 (ex. PROJ. WEB INDÍGENA)
 [chefe grande dois pl.masc]
 (...) os dois grandes chefes

Assim, com base nos exemplos apresentados acima, sobre a posição dos nomes e possessivos, dos adjetivos, dos demonstrativos, dos numerais, do determinante indefinido e do marcador de gênero e número, podemos deduzir que a ordem linear dos elementos na estrutura do DP do Kaingang seria:

- (37) POSS > NOME > ADJ. (+ADV) > NUMERAL > DEM > D-INDEF. > GEN/NUM.

Sobre os possessivos, como discutimos anteriormente e como vemos em (37), o único elemento que ocorre à esquerda do nome é o que a literatura descreve como possessivo. De fato, a hipótese que parece ser a mais plausível é de que não há possessivos em Kaingang, e sim pronomes retos em estruturas de posse. Uma segunda observação sobre (37) é que podemos ver que o Kaingang organiza os itens lexicais mais à esquerda, próximos ao nome, e os itens gramaticais mais à direita.

Sobre os adjetivos, vemos que em diversas línguas, estes apresentam posicionamento sintático variável, o que poderia ser o caso em Kaingang, mas não encontramos nenhum exemplo de adjetivo ocupando a posição anteposta ao nome (o que não quer dizer que não haja essa possibilidade). O alinhamento de itens lexicais de um lado e de itens gramaticais do outro pode tornar esta hipótese menos provável de ocorrência, mas sem dúvida valeria uma pesquisa mais aprofundada.

Como apresentado anteriormente, o Kaingang é uma língua SOV e [Gen N Adj²²]. Segundo a classificação de Hawkins (1986, p. 288 apud RIJKHOFF, 2002, p. 261) sobre as línguas, em contribuição à larga pesquisa de Greenberg (1966), foram encontradas 55 línguas que seguem este mesmo padrão sintático. Uma hipótese formulada com base no Princípio de Proximidade de Núcleo é de que em línguas nas quais o objeto precede o verbo (SOV), os modificadores adnominais tenderiam a preceder o nome. O “Princípio de Harmonia Transcategorial [...] não prevê que todos os operadores apareçam consistentemente de um mesmo lado da categoria núcleo [...] mas prevê que a distribuição de operadores em torno do núcleo se faça na mesma proporção em todas as categorias” (KATO, 1988, p. 210), mas este princípio não explica porque uns aparecem antes e outros depois. Assim, segundo os postulados do Princípio da Harmonia Transcategorial, línguas SOV contam em geral com posposição, não preposição, ordem Genitivo Nome e Nome Adjetivo, e este é de fato o caso do Kaingang.

Feita a descrição possibilitada pelos dados presentes na literatura, vejamos como se descrevem e analisam línguas bastante próximas do Kaingang em termos estruturais, ainda que genealógicamente distantes.

²² A proposta que trazemos para os possessivos se encaixariam nesta classificação, inclusive.

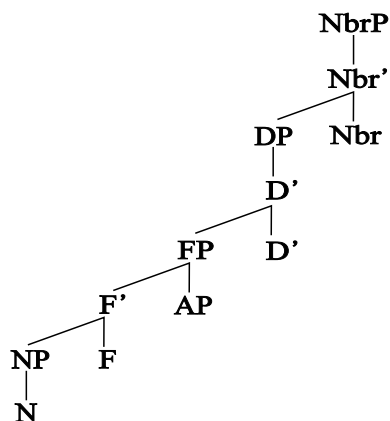
3. Uma comparação com as línguas Gungbe e Fongbe

A ordem ART DEM NUM ADJ N é, para Cinque (2005), a ordem de palavras mais comum nas línguas do mundo. Esta é especificamente a ordem espelhada do Kaingang, como vimos em (37). Com base na teoria gerativa, poderíamos pensar que estamos diante de um parâmetro que ordena a direcionalidade da projeção, de modo que os complementos precedam os nomes e os especificadores sucedam, ou seja, uma árvore sintática de direção espelhada ao que temos em português, por exemplo. De fato, este tipo de estrutura foi proposto por Brousseau & Lumsden (1992) para o Fongbe. Um exemplo de como se ordenam seus DPs pode ser visto em (38):

- (38) a. Dìdè dàgbé ó
Esboço bom o
b. Dìdè dàgbé ó le
esboço bom o-plural

Brousseau e Lumsden (1992) propõem que a ordem linear em Fongbe pode ser explicada pela variação paramétrica na direcionalidade da projeção. A ideia é de que há diferença entre as línguas na ordem linear do núcleo e de seus constituintes, seus especificadores e seus complementos, de modo que os complementos precedam os núcleos e os especificadores os sucedam em Fongbe. Em Alexiadou, Hargeman e Stavrou (2007, p. 378) encontramos uma representação compatível com a proposta de Brousseau e Lumsden (1992): o morfema de plural está no núcleo de NbrP, e este domina DP; já os adjetivos seriam gerados como especificadores de projeções funcionais.

(39)



Do ponto de vista descritivo, a ideia é adequada; mas, conforme discussão feita no trabalho seminal de Kayne (1994), do ponto de vista teórico, há divergências de opiniões. A hipótese que o autor defende é de que há uma ordem de base universal para as línguas, e são os núcleos que consistentemente precedem os complementos e os especificadores precedem a ambos. Isso traz mais clareza para as regras de movimento, que sempre ocorrem a esquerda, e para posições c-comandantes, o que altera a ordem linear. De acordo com Kayne, os elementos c-comandantes precedem os elementos c-comandados. Desse modo, derivar uma ordem diferente da ordem de base universal citada acima implica movimentar os sintagmas envolvidos.

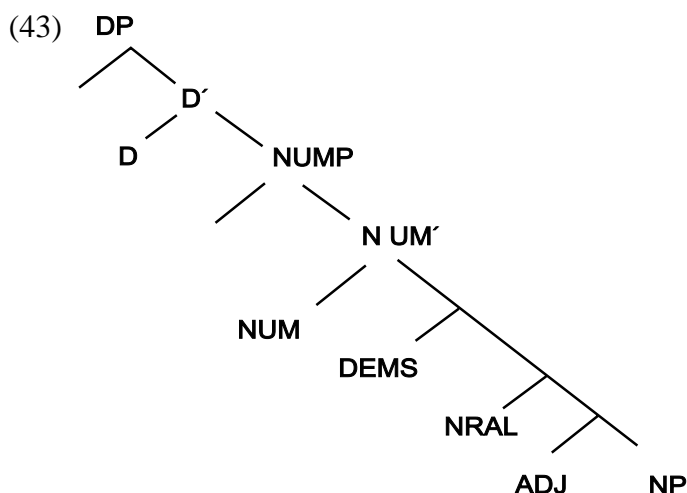
Aboh (1998) traz uma proposta para a sintaxe dos DPs do Gungbe que também se estende ao Fongbe, - as duas são línguas africanas da família Gbe, subgrupo das línguas Kwa. As variedades das duas línguas apresentada por Aboh são faladas no sul da República de Benim, país localizado na região ocidental da África. Como mostram os exemplos do Gungbe abaixo (adaptados de ABOH, 1998, pp. 1-2), a ordem linear do DP se inicia com o nome e seu determinante se encontra na periferia direita do DP, não sendo necessariamente o elemento final, pois ainda pode se incluir o marcador de plural.

- (40) a. távò lò
 mesa Det
 ‘a (específica) mesa’
- b. távò xóxó ló le
 mesa velha Det Num
 ‘as (específica) mesas velhas’
- c. távò xóxó éhè ló le
 mesa velha Dem Det Num
 ‘estas (específicas) mesas velhas’
- d. àgásá ðàxó àtòn éhè ló le
 caranguejo grande três Dem Det Num
 ‘estes (específicos) três grandes caranguejos’

É fácil perceber a semelhança sintática entre os dados em (38) e (40). Aboh (1998) propõe uma análise para o Gungbe e para o Fongbe baseada na hipótese kayneana, citada acima. Segundo essa proposta, o Gungbe não difere de outras línguas em sua estrutura, mas em seus movimentos: a ordem com N inicial é derivada via movimento de constituintes. O efeito deste movimento é a ordem dos constituintes invertida quando comparada ao inglês, por exemplo:

- (41) these three big dogs (inglês)
 [estes três grande cachorros]
- (42) àvun ðàxó àtòn éhè ló le (gungbe) (ABOH, 1998, p. 19)
 [cachorro grande três esse o Num]

Se assumirmos a hipótese Kayneana de que temos sempre estruturas especificador-núcleo-complemento, temos aqui uma proposta de um universal para a linguagem. As diferenças entre as línguas se explicam via movimentos a esquerda. Uma possível ordem seria:



Esta ordem é o espelho da ordem encontrada em Gungbe, em Fongbe e em Kaingang. Ou seja, se postularmos apenas o movimento do N ou do NP, não teremos como resultado a ordem observada. Por isso, Aboh propõe movimentos em forma de “bola de neve” em conjunto com movimentos cíclicos para derivar a ordem do Gungbe.

De acordo com a proposta de Aboh, o movimento de constituintes procede assim: o nome se move sobre adjetivo (movimento 1), que está no especificador de uma projeção funcional (FP); em seguida, ambos se movem sobre o numeral (movimento 2) para o especificador, em um movimento conhecido como “bola de neve”, pois o movimento carrega nome e adjetivo juntos. Por fim, nome+adjetivo+numeral se movem sobre demonstrativos (movimento 3). Esse *cluster* se move ciclicamente para *spec Num* e em seguida para *spec DP* (movimento 4).

(44) Ordem base:

[...DP... [...NUMP... [...DEM... [...NUMERAL... [...ADJ... [NP...]]]]]]

(45) Gungbe (e Fongbe):

[...DP... [...NUMP... [...DEM... [...NUMERAL... [...ADJ... [NP...]]]]]]



Assim, a estrutura do Gungbe não seria diferente da sua contraparte no inglês, no francês ou em qualquer outra língua que teria uma estrutura de núcleo inicial.²³

4. Proposta de estrutura para o Kaingang

Como visto anteriormente em (37), a ordem dos elementos nos DPs do Kaingang seria:

²³ Destacamos que a Gramática Gerativa, cf. Chomsky (1995) concebeu o movimento como uma operação de último recurso (*last resort*). No entanto, Aboh (1998) não discute essa questão em profundidade e não fica claro qual motivação dos movimentos propostos (o que é um desafio para muitos trabalhos nesta linha). Entendemos que esse é um problema importante que também se coloca a nosso trabalho, mas deixamos essa questão para trabalhos futuros. Agradecemos a um dos pareceristas anônimos pela lembrança.

(46) POSS > NOME > ADJ. (+ADV) > NUMERAL > DEM > D-INDEF. > GEN/NUM

Já dissemos que determinantes indefinidos não carregam a marca de número (e gênero). Assim, uma possibilidade de análise é considerar que indefinidos estão em DP, e GEN/NUM estão em NumP.²⁴ Essa hipótese precisa ser discutida melhor em trabalhos futuros. Mas, a favor desta hipótese, apontamos que a possibilidade de coocorrência do marcador de gênero e número com determinantes indefinidos indica que ambos não podem ter as mesmas funções, pois isto resultaria em uma leitura contraditória. D'Angelis (2002, pp. 227-8), de fato, nos explica que em Kaingang “a forma masculina é sempre necessária quando o número precisa ser esclarecido”²⁵ e que “o papel dos elementos *ti*, *fi*, *ag* e *fag* como numeral²⁶ parece bastante evidenciado²⁷, remetendo o gênero gramatical “feminino X não-feminino” a um claro caso de concordância.”

Assim, em (47) vemos a estrutura inicial de base que propomos para o Kaingang:

(47) [...DP... [...NUMP... [...DEM... [...NUMERAL... [...ADJ... [...NP...]]]]]

A partir de (47), vários movimentos são executados, tanto movimentos bola de neve, quanto movimentos cíclicos, semelhante ao proposto por Aboh (1998) e conforme indicado na lista abaixo:

1. movimento de núcleo do NP para *spec* Adjetivo;
2. movimento “bola de neve” do constituinte NP+ADJ para *spec* Numeral;
3. movimento “bola de neve” do constituinte NP+ADJ+NUM para *spec* Demonstrativo;
4. movimento cíclico de NP+ADJ+NUM+DEM para *spec* NUM seguido de movimento para *spec* DP.

Assim, o que estamos representando acima é algo bastante similar ao que Aboh propôs para o Gungbe.

²⁴ Não discutiremos a marca de gênero, pois é preciso mais estudos sobre a alocação de seus traços.

²⁵ Também em nota, D'Angelis traz como ressalva os casos em que já há uma marca de numeral explícita, situação em que parece não ser exigida a concordância. Seu exemplo é adaptado de Val Florianiana (1920, p. 169): *regre kosin tâte fi* (dois filho fêmea sg.fem), traduzido como “duas filhas”. Segundo um dos pareceristas deste trabalho, trata-se de um exemplo problemático, pois a palavra *regre* também pode ser traduzida como irmão, o que nos levaria a traduzir o exemplo como “filha mulher do irmão”, e não como “duas filhas”.

²⁶ O autor usou a palavra “numeral” no seu artigo, mas estamos compreendendo que o caso citado refira-se a número, isto é, singular e plural, conforme já indicado neste artigo.

²⁷ Também é importante pontuar que nos casos em que há pluralidade de ações ou de eventos indicada pelo verbo, o número no verbo pode, segundo Nascimento (2017, p. 41), dispensar a marca de plural no DP sujeito. Exemplos de D'Angelis (2004, p.76 apud NASCIMENTO, 2017, p. 41)

Kukrũ tỹ gów
 Panela nominativo quebrar(sg)
 ‘A panela se quebrou’
 Kukrũ tỹ gógów
 Panela nominativo quebrar(pl)
 ‘As panelas se quebraram’

A nosso ver, isso não invalida as generalizações trazidas neste trabalho.

Temos claro que várias questões surgem a partir da sequência de movimentos acima. São questões tanto de natureza descritiva (que demandam mais pesquisa), quanto questões teóricas que deem suporte ao que se propõe (veja nota 23). Algumas das motivações para os movimentos estão descritas em Aboh (1998). Remetemos o leitor a esse texto para maiores detalhes.

5. Conclusão

Evidentemente, necessitamos de mais estudos sobre os DPs do Kaingang para que possamos apresentar uma estrutura mais fina. Contudo, para os objetivos deste trabalho, que é descrever e propor uma estrutura inicial que motive maiores discussões, já foi possível verificar que a ordem padrão em Kaingang se assemelha a ordem padrão do DP em Gungbe.

Com este trabalho, percebemos uma série de temas que ainda carecem de estudos no Kaingang, mas não contamos com dados suficiente para inseri-los na proposta. Em especial, destacamos a falta de clareza sobre a natureza dos determinantes definidos no Kaingang, a ausência de dados que indiquem uma possibilidade de itens como adjetivos ocorrerem em diferentes posições, e ainda trabalhos que explorem mais a fundo a natureza dos possessivos.

Além das questões já apontadas, acrescentamos mais duas, não mencionadas no texto, mas que surgiram durante a coleta dos dados: onde encontramos aspecto dentro dos DPs (exemplo (48))? E onde se posiciona o modificador *kar* (todos) na estrutura nominal (exemplo (49))?

(48) [ěkré fej nỹ ěn] vỹ, Neco tũ nỹ (TABOSA, 2014, p. 157)
[plantação florida ASP DEM] NUC n.próprio objeto ASP
'Aquela plantação é do Neco.'

(49) Kanhgág kar ag vỹ vënh gringrén tĩ (NAVARRO, 2012, p. 27)
Kaingang total pl.masc NUC dançar-PL ASP
'Todos os kaingangs dançam.'

Deixamos estes temas em aberto para pesquisas futuras.

Para finalizar, acreditamos que essa proposta inicial de estrutura para os DPs do Kaingang possibilitará a formação de novas hipóteses para que um trabalho de campo possa ser realizado e a descrição dos dados possa ser refinada.

Referências

ABOH, Enoch Olade. *On the syntax of Gungbe noun phrases*. Paper presented at the African Language and Linguistics Colloquium, 1998. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED420209.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ABREU, Emília Rezende Rodrigues. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em Kaingang*. 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ALEXIADOU, Artemis; HAEGEMAN, Liliane; STAVROU, Melita. *Noun Phrase in the Generative Perspective*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2007.

BROUSSEAU, Anne-Marie; LUMSDEN, John S. Nominal Structure in Fongbe. *The Journal of West African Languages* 1992, 1, pp. 5-25.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge/MA: MIT Press, 1995.

CHRISTINO, Beatriz; LIMA E SILVA, Moana. Concordância Verbal e Nominal na escrita em Português-Kaingang. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 22, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/25081/16311>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CINQUE, Guglielmo. Deriving Greenberg's Universal 20 and Its Exceptions. *Linguistic Inquiry*, vol. 36, Number 3, Summer 2005, pp. 315-32.

D'ANGELIS, Wilmar. *A Língua Kaingang*. 2006. Disponível em: www.portalkaingang.org.

DOMINGUES, Gislaine. *Descrição morfossintática do nome e do verbo na Kaingang*. Dissertação. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013.

GONÇALVES, Solange Aparecida. *Aspecto no Kaingang*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

GREENBERG, Joseph H. (ed). *Universals of language*. 2nd edition. Cambridge, MA: MIT Press. 1966.

KAYNE, Richard S. *The antisymmetry of syntax*. Linguistic Inquiry monographs 25, Cambridge, /London: The MIT Press, 1994.

KATO, Mary A. A sequência Adj+N em português e o princípio da harmonia transcategorial. *Letras & Letras*, v. 4, n. 1-2, 1988, pp. 205-13.

NASCIMENTO, Marcia. *Evidencialidade em Kaingang: descrição, processamento e aquisição*. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato. *Aspectos Morfológicos e Sintáticos e Marcação de Caso da Língua Kaingáng*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1995

NAVARRO, Michel P Assis. *Restrição de domínio, distributividade e a expressão kar em um dialeto da língua Kaingang*. Dissertação. USP. São Paulo, 2012.

PANAGIOTIDIS, Phoevos. *Rethinking Adjectives*. AMGL, 12, 2016.

PAYNE, Thomas E. *Describing Morphosyntax: A guide for field linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PROJETO WEB INDÍGENA. *Kanhgág jógó*. Disponível em: <https://www2.iel.unicamp.br/kanhgag/node/5132>. Acesso em: 08 jun. 2021.

RIJKHOFF, J. *The Noun Phrase*. New York: Oxford University Press, 2002.

RODRIGUES, Aryon D. Macro-Jê. In: Dixon, R. M. W; AIKHENVALD, Alexandra. *The Amazonian Languages*. New York: Cambridge University Press, 1999

SILVA, Maria Sueli Ribeiro. *A Língua Kaingang na Aldeia Paulista Icatu: uma descrição funcional*. Tese. UNESP/São José do Rio Preto. 2011

TABOSA, Luciana Pereira. *Orações Complexas da Língua Kaingang*. Tese. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2014.

TOPÊ Vĩ RÃ: *O novo testamento na língua Kaingang*. Wychiffe/Liga Bíblica, 2012 [1977]. Disponível em: <https://www.scriptureearth.org/data/kgp/PDF/00-WNTkgp-web.pdf>.

VESTIBULAR INDÍGENA. Universidade Federal do Paraná. Edital 06/2012, NC/PROGRAD/UFPR, Prova 14/12/2012.

WIESEMANN, Ursula Gojtéj. *Dicionário Kaingang-Português / Português – Kaingang*. 2. ed. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2011 [2002].

Apêndice

DETERMINANTE	PRONOME DEMONSTRATIVO	PRONOME POSSESSIVO	PRONOME PESSOAL	PRONOME INDEFINIDO
Ag (determinante masc plural)	ẽn (aquilo, aquele)	Inh (sg.1p)	Inh (sg.1p)	Û (alguém, algum)
Fag (determinante feminino plural)	Tag (este, isto)	ẽg (pl.1p)	ẽg (pl.1p)	vẽnh (de alguém)
Ti (determinante masculino singular)		Ã (sg.2p)	Ã (sg.2p)	
Fi (determinante feminino singular)		Ãjag (pl.2p)	Ãjag (pl.2p)	
		Ti / Fi (sg.3p) masc/fem	Ti / Fi (sg.3p) masc/fem	
		Ag/Fag (pl.3p) masc/fem	Ag/Fag (pl.3p) masc/fem	

Fonte: os autores

Lista de Siglas Utilizadas:

ADJ – Adjetivo	NUC – núcleo Oracional
ADV – Advérbio	NUM – marca de número
AP – Sintagma Adjetival	PL – Plural
ASP – núcleo aspectual	pl.masc/fem – plural masculino ou feminino
DEM – Demonstrativo	pl.3p – plural/terceira pessoa
DET - Determinante	POSS – Possessivo
D-Indef – Determinante Indefinido	sg.masc/fem – singular masculino ou feminino
DP – Sintagma Determinante	sg.3p – singular/terceira pessoa
GEN – marca de gênero	v – verbo
m.s – marcador de sujeito	3p – terceira pessoa

Fonte: os autores

SENTENÇAS RELATIVAS RESTRITIVAS E APOSITIVAS EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: UMA ANÁLISE GERATIVA¹

RESTRICTIVE AND APOSITIVE RELATIVE CLAUSES IN BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: A GENERATIVE ANALYSIS

*Lizandra Caires do Prado*²

*Rozana Reigota Naves*³

*Paulo Medeiros Júnior*⁴

RESUMO

Este estudo investiga a estrutura formal das sentenças relativas restritivas e apositivas na Língua de Sinais Brasileira (LSB), sob uma perspectiva gerativa. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa dos dados, compostos por sentenças produzidas por surdos utentes da Libras como principal meio de comunicação. Por meio da observação de conjuntos de duas imagens sobre um mesmo referente, as participantes produziram os dados analisados, gravados em vídeo, transcritos por meio do Sistema de Escrita em Línguas de Sinais (SEL), glosados e traduzidos para o português. A análise indicou que existem sentenças relativas restritivas e apositivas em LSB, as quais apresentam a mesma estrutura sintática, mas com propriedades distintas quanto ao traço suprasegmental que marca a distinção entre restritivas e apositivas e que, possivelmente, tem relação com a propriedade das primeiras de restringir o referente, o que pode ser interpretado como um tipo de foco, em oposição à marcação de pausa inicial e final nas relativas apositivas. Considera-se que essas diferenças são a expressão da relação de (in)definitude entre o D^o e o CP, interpretadas em Forma Lógica – uma hipótese a ser confirmada.

PALAVRAS-CHAVE: Construções relativas. Correferência. Língua de sinais brasileira. Sintaxe. Teoria gerativa.

ABSTRACT

This study investigates the formal structure of restrictive and apositive relative sentences clauses in Brazilian Sign Language (LSB), under a generative perspective. In order to achieve the goals, it was developed a qualitative research of the data, composed of sentences produced by deaf users of Libras as the main means of communication. Through the observation of sets of two images on the same referent, the participants produced the analyzed corpus, recorded on video and transcribed with the Writing in Sign Languages System (SEL), and also glossed and translated into Portuguese. The analysis showed that there are restrictive and apositive

¹ Este estudo apresenta os resultados da tese de Doutorado em Linguística intitulada “Análise da Correferencialidade em Construções Relativas na Língua de Sinais Brasileira” (Prado, 2020). Agradecemos aos pareceristas *ad hoc* pelas sugestões e comentários que enriqueceram o artigo.

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), caireslizandra@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0529-9729>.

³ Professora e pesquisadora vinculada ao Programa em Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), rnaves@unb.br, <https://orcid.org/0000-0001-7517-0010>.

⁴ Professor e pesquisador vinculado ao Programa em Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), medeirosjunior@unb.br, <https://orcid.org/0000-0003-0555-366X>.

relative structures clauses in LSB, and that these constructions have the same syntactic structure, but show distinct properties with regard to the suprasegmental feature that marks the distinction between restrictive and appositive clauses. By hypothesis, and that feature is, possibly, is related to the property of the restrictive clauses to constrain the referent, phenomenon that can be interpreted as a kind of focus, as opposed to the initial and final pause marking in the appositive clauses. We considered that these differences are the expression of the (in)definite relationship between the D^0 and the CP, interpreted in Logical Form – a hypothesis to be confirmed in future works.

KEYWORDS: Relative constructions. Coreference. Brazilian sign language. Syntax. Generative theory.

Introdução

Este estudo tem como objeto de análise a ocorrência de sentenças relativas restritivas e apositivas na Língua de Sinais Brasileira (LSB) e as suas estruturas formais, em uma perspectiva gerativa. Partindo do pressuposto da existência de uma Gramática Universal que regulamenta o funcionamento das línguas naturais, supomos que os processos de relativização sejam comuns às línguas oroauditivas e às línguas de sinais (LS), considerando-se o conjunto de princípios e parâmetros que regem as línguas de modo relativamente regular.⁵

Do ponto de vista sintático, a relativização se constitui no processo de correferência entre elementos de uma oração matriz e de uma subordinada. Nessa estrutura, estão envolvidos três elementos: (i) o antecedente, (ii) o morfema relativo e (iii) a posição relativizada, que podem ser identificados no seguinte exemplo:

- (1) Este é o garoto que Julieta ama Ø.
- ▼ ▼ ▼
 antecedente morf. relativo posição relativizada

Orações relativas são tradicionalmente divididas considerando-se seus aspectos sintáticos e semânticos em dois grupos, a saber: (i) relativas com antecedente – que se subdividem em relativas restritivas (2a) e relativas apositivas (2b); e (ii) relativas sem antecedente, conhecidas como relativas livres (2c).⁶

- (2) a. A amiga [que Julieta convidou Ø para a festa] não compareceu ao evento.
 b. Romeu, [que Julieta convidou Ø para a festa], está presente.
 c. [Quem Julieta convidou Ø] confirmou presença.

⁵ Respondendo a um questionamento feito por um(a) dos(as) pareceristas, esclarecemos que, neste estudo, fazemos uma distinção entre LSB e Libras. A primeira sigla é utilizada em referência à gramática da Língua de Sinais Brasileira, em analogia às siglas utilizadas na teoria gramatical para outras línguas de sinais (americana – ASL, francesa – LSF, catalã – LSC, e assim por diante). A sigla Libras é reservada aos contextos de uso, como previsto na legislação brasileira. Acreditamos que o título, que traz o nome da língua por extenso, resolve possíveis questões relativas às buscas eletrônicas e indexação do artigo, para efeitos de divulgação científica.

⁶ Cf. Tarallo (1983), Smith (1964), Vergnaud (1974), Kayne (1994), Kato e Nunes (2007); entre outros.

Com relação às LS, as sentenças relativas não podem ocorrer de forma isolada e têm sido descritas como apresentando: (i) morfema relativo; (ii) núcleo nominal externo à relativa; (iii) núcleo nominal fora do escopo da marcação não-manual – que se espalha ao longo do escopo da relativa.⁷

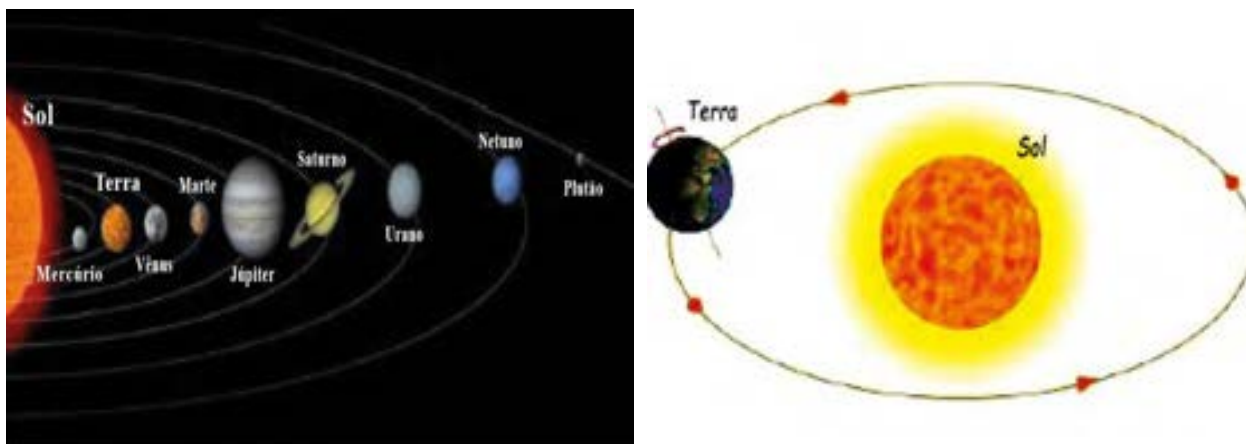
Nesse sentido, para desenvolver um estudo acerca da estrutura das sentenças relativas em LSB, este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 1, apresentamos os aspectos metodológicos para a constituição do *corpus* desta pesquisa; na seção 2, desenvolvemos o referencial teórico que embasou a nossa análise; na seção 3, discutimos os dados deste estudo; e, por fim, tecemos as nossas considerações finais.

1. Constituição do *corpus* da pesquisa

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, contamos com a colaboração de três estudantes surdas de cursos de pós-graduação na Universidade de Brasília, utentes de Libras como meio principal de comunicação. As participantes, com idade entre 20 a 40 anos, são provenientes de famílias ouvintes e adquiriram a Libras tardiamente.

Com o intuito de identificar construções de sentenças relativas em LSB, criamos pares de imagens que representassem duas informações sobre um mesmo referente, e que não apresentassem qualquer palavra ou letra em português, ou outra língua, evitando, assim, possíveis interferências interlinguísticas. Essas imagens foram selecionadas por meio do *Google* imagens e organizadas em *slides*, na ferramenta *PowerPoint*, do *Windows*, conforme ilustrado nas figuras a seguir:

Figura 1: Imagens para a sentença ‘A Terra, que é o terceiro planeta do sistema solar, gira ao redor do sol’.



Fonte: Prado (2020, p. 178).

A figura 1 apresenta um exemplo de imagens visualizadas pelas participantes para a produção das sentenças durante a coleta dos dados da pesquisa. O primeiro *slide* (à esquerda) apresentava a disposição dos planetas no sistema solar, tendo sido perguntado às participantes, com o auxílio da intérprete de Libras, qual a posição do planeta Terra. Feita essa observação, foi exibido o segundo

⁷ Cf. Pfau (2016).

slide (à direita), no qual se pode observar que a Terra faz um movimento ao redor do Sol. Com base nas duas informações contidas nas imagens apresentadas a respeito do nome próprio Terra, cada participante produziu uma sentença em LSB.

Figura 2: Imagens para a sentença ‘Os alunos que gostam de matemática levantaram a mão’.



Fonte: Prado (2020, p. 178, com adaptação)

A figura 2 apresenta a imagem de uma turma de alunos, sendo que alguns estavam com as mãos levantadas, e outros, não. Depois de observarem a imagem, foi explicado às participantes que os alunos cujas mãos estavam levantadas são os que gostam de matemática, enquanto os demais não gostam dessa matéria. Com base nessas informações, cada participante produziu uma sentença em LSB, correlacionando as duas informações sobre o referente “alunos”, que é um nome comum.

Depois de apresentadas as finalidades da pesquisa às participantes, sem explicitar o objeto gramatical específico do estudo, para não enviesar os resultados, e de colhidas suas assinaturas no Termo de Consentimento Formal para contribuir com o estudo, iniciamos a coleta dos dados, realizada de forma individual. No primeiro momento, cada participante observou pares de imagens contendo duas informações sobre um mesmo referente. A partir dessas imagens, elas produziram as sentenças, que foram gravadas em vídeo. Posteriormente, analisamos as sentenças coletadas e selecionamos as que, no primeiro momento, corresponderiam às estruturas relativas, tal como descritas pela literatura.

Após selecionados os dados, procedemos à transcrição das sentenças por meio do Sistema de Escrita em Línguas de Sinais – SEL (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2019), o qual é capaz de codificar todos os parâmetros fonológicos das LS em uma escrita linear.⁸ Registramos as glosas, identificando

⁸ Sobre o sistema SEL, ver também o Blog ‘sel-libras’, criado e atualizado pela autora (LESSA-DE-OLIVEIRA).

os aspectos gramaticais, em especial, dos elementos que compunham o foco deste estudo sobre as estruturas relativas, e fizemos as traduções livres dos dados para o português, para facilitar a compreensão pelo leitor.

Concluído o trabalho de coleta, transcrição e descrição dos dados, iniciamos a análise, observando, nos recortes que compõem as estruturas relativas na LSB, as respectivas estruturas sintáticas, comparando com análises encontradas na literatura para a Língua Italiana de Sinais (LIS) e a Língua Alemã de Sinais (DGS – do alemão, *Deutsche Gebärdensprache*), conforme Pfau (2016).

2. Propriedades gramaticais das sentenças relativas nas línguas orais e de sinais

Nesta seção, apresentamos os estudos teóricos sobre as propriedades gramaticais das sentenças relativas nas línguas orais e nas línguas de sinais, que dão suporte à nossa análise dos dados coletados. Especificamente, é abordada a questão da referencialidade e a construção de correferência na LSB. Em seguida, são apresentados os estudos prévios sobre sentenças relativas em línguas orais e nas línguas de sinais.

2.1. Referencialidade e correferência

A capacidade dos seres humanos de criar referência (dêitica e anafórica) é uma propriedade intrínseca às línguas naturais, de modo que os processos de referencialidade podem ser descritos tanto para as línguas orais quanto para as línguas de sinais. Entretanto, a diferença de modalidade linguística implica diferentes mecanismos de referencialidade.

Os determinantes (compreendidos como elementos funcionais) constituem uma categoria relevante para os processos de referencialidade de um item nominal, além de lhe conferirem o estatuto de argumento de um predicado. Segundo a chamada Hipótese do DP (FUKUI; SPEAS, 1986; ABNEY, 1987), os sintagmas determinantes (DP) apresentam uma estrutura hierárquica semelhante à estrutura de uma sentença, sendo constituídos por uma projeção funcional (DP) e outra lexical (sintagma nominal – NP), o que permite uma análise gramatical e semântica dessa estrutura. Ou seja, tomando por analogia a estrutura do sintagma verbal (VP), em que o item lexical é dominado por projeções funcionais, como o sintagma flexional (IP), os autores propõem que as estruturas nominais são dominadas por projeções funcionais. Assim, o NP é subcategorizado por D, que é responsável pela construção da referência do item nominal, uma vez que esse item não é capaz de construí-la sozinho.

Longobardi (1994), ancorado na Hipótese do DP, propõe a possibilidade de movimento do núcleo N para o núcleo D. O autor ainda afirma que todo sintagma nominal em posição de argumento é um DP, de forma que a posição do núcleo D deve ser sempre preenchida. O movimento do núcleo N ocorre devido à necessidade de checagem de um traço forte de referencialidade no núcleo D.

Quando um item possui a mesma referência que outro item na sentença, isso significa que a interpretação de ambos os itens está vinculada, ou seja, há correferência entre esses elementos na

Disponível em: http://sel-libras.blogspot.com/p/blog-page_13.html. Acesso em: 12/01/2021.

sentença. Esse fenômeno, presente nas línguas orais, também é observado nas LS. Bellugi e Klima (1982), por exemplo, apontam a presença de elementos responsáveis pela construção da referência nominal na Língua Americana de Sinais (ASL – do inglês, *American Sign Language*) como formadores da base de referência pronominal. No que se refere à LSB, Ferreira-Brito ([1995] 2010, p. 94) considera “a localização como parte do espaço de enunciação usada como estrutura linguística para os pronomes”.

Pizzuto *et al.* (2006), em estudo realizado sobre as línguas de sinais americana (ASL), francesa (LSF) e italiana (LIS), propõem uma divisão dos elementos com função de construir a referência de itens nominais em duas classes: (i) Sinal Manual Padrão e (ii) Estruturas Altamente Icônicas (EAI). A primeira classe se caracteriza pela articulação de um sinal contendo os segmentos (ou parâmetros) morfofonológicos (Configuração de Mão – Locação – Movimento – Direção – (e/ou) Expressão Facial), estabelecendo, assim, uma posição no espaço para o elemento referenciado. A segunda classe se caracteriza pela ausência dos segmentos existentes nas articulações dos sinais, sendo representadas pela direção do olhar e por movimentos de corpo (incluindo inclinações de cabeça, tronco ou ombros, em alguns casos), esses últimos caracterizando mudanças de personagens na enunciação. Nessa perspectiva, para os autores, o sinal manual padrão seria um recurso dêitico, introdutor de um referente no discurso, enquanto as EAIs seriam um recurso anafórico, ou seja, de retomada desses referentes no discurso.

Prado (2014), Naves e Lessa-de-Oliveira (2016) apresentam uma análise desses elementos com base em pressupostos gerativistas e da geometria de traços. As autoras denominam esses elementos de Localizadores (Loc ou Locs), uma vez que eles se caracterizam como recurso de localização de referentes no espaço de sinalização das LS. Nesse sentido, em oposição às propostas anteriores, os Locs são analisados não dentro de uma estrutura pronominal, mas sim como pertencentes à categoria dos determinantes (D/DP), ou seja, os Locs constituem o núcleo D. Ainda, segundo as autoras, em razão da natureza articulatória das LS, para construir a referência de um item nominal no espaço de sinalização, o falante o localiza de forma dêitica, por meio dos Locs.

Os Localizadores se dividem em duas classes: (i) Locs articulados; e (ii) Locs não-articulados (LocNA). Os Locs articulados são os que apresentam, na sua composição, a unidade mínima articulatória (Mão-Locação-Movimento – MLMov), conforme proposto por Lessa-de-Oliveira (2012). Já os LocsNA não apresentam essa configuração, sendo realizados por meio de expressões não-manuais, tais como a direção do olhar e o movimento de corpo, ou pela identificação dos pontos inicial e final do movimento de verbos direcionais. Esse ponto será retomado na seção 3, pois é relevante para a nossa análise da correferencialidade em construções relativas da LSB.

Prado e Lessa de Oliveira (2016) apresentam uma análise, segundo a qual a referencialidade na LSB tem a sua base construída por meio do traço dêitico, presente nos núcleos dos sintagmas funcionais do nome (Determinante, Possessivo, Quantificador), o qual deve ser obrigatoriamente checado para produzir a leitura referencial da estrutura. Seguindo Chomsky (1998), para quem, na valoração de

traços não-interpretáveis, a operação de *Agree* incorpora mecanismos de valoração sob a condição de haver correspondência (*match*) entre os traços da sonda (*probe*) e do alvo (*goal*), elas propõem que, em LSB, “o mecanismo de valoração de traços na parte funcional do nome em libras se baseia na obrigatoriedade de checagem do traço de dêixis conjuntamente com a checagem dos outros traços, dependendo disso a constituição da referenciação” (PRADO; LESSA-DE-OLIVEIRA, 2016, p. 162).

A proposta de Prado (2014) e Prado e Lessa-de-Oliveira (2016) sobre a natureza articulatória e formal da categoria dos determinantes serviu como base para a nossa análise sobre a construção de referência e de correferência nas construções relativas restritivas e apositivas na LSB.

2.2. Construções relativas restritivas e apositivas

As sentenças relativas possuem uma estrutura na qual uma lacuna estabelece uma relação de correferência com um DP localizado externamente, na oração matriz. Essa relação correferencial permite que a relativa modifique o DP da oração matriz, tal como um adjetivo, agindo diretamente na interpretação semântica do DP que a encabeça (o antecedente), o qual exerce um papel essencial nessa estrutura, chegando a definir o tipo de relativa selecionada e a entidade à qual as propriedades descritas na oração relativa serão atribuídas.

As sentenças relativas são subdivididas semanticamente em restritivas, como no exemplo (3), em que o relativizador “que” está vinculado ao antecedente “os livros de linguística” e à lacuna mais baixa no interior da relativa, representada pela categoria vazia [ec]; e apositivas (4), como os exemplos, a seguir:

- (3) [Julieta gosta de ler [os livros de linguística]_i [[que]_i a sua orientadora indicou [ec]_i] na aula].
- (4) [O planeta Terra]_i, [[que]_i[ec]_i é o terceiro planeta do sistema solar], gira em torno do sol.

Segundo Smith (1964), existe uma relação clara e forte entre o determinante (D) e a oração relativa (CP), de tal forma que é o D que determina não só se um referente pode ser relativizado, mas qual tipo de relativização é possível, se apositiva e/ou restritiva, ou seja, existe uma restrição seletional entre D e oração relativa. Nessa análise, o traço de indefinitude está relacionado às construções relativas restritivas e o traço de definitude está relacionado às construções relativas apositivas. Um D indefinido, por exemplo, não aceita uma relativa apositiva (5a), pois necessita de uma relativa que contribua para a sua definição (no caso, uma restritiva (5b)), o que se opõe ao que ocorre com um D definido (5c), como observa Smith (1964, p. 68):

- (5) a. **Any book, which is about linguistics, is interesting.*
 b. *Any book which is about linguistics is interesting.*
 c. *The book, which is about linguistics, is interesting.*

Segundo Smith (1964, p. 38), há, ainda, DPs que podem selecionar tanto estruturas de relativas restritivas (6) quanto apositivas (7):

(6) *They pointed to a dog who was looking at him hopefully.*

(7) *They pointed to a dog, who was looking at him hopefully.*

A essência dessa proposta concentra-se na existência de uma relação necessária entre o D e o CP relativo. Ainda, conforme Smith (1964), para as relativas restritivas, a presença de D é necessária, e, por consequência, a ausência desse elemento torna impossível a sua seleção, em alguns contextos. Já para as relativas apositivas, a autora as compreende como estruturas quase independentes, uma vez que estão fora do escopo que afeta a sentença inteira.

Com base nos postulados de Smith (1964) e Vergnaud (1974), que propõe que o nome relativizado (uma projeção N, não NP) é alçado do interior da oração relativa para fora da subordinada, Kayne (1994) desenvolve uma proposta de análise sobre a natureza das construções relativas, segundo a qual as relativas são estruturas do tipo CP que complementam um núcleo funcional D, não havendo, portanto, adjunção da oração relativa ao DP.⁹

Para tanto, Kayne (1994) propõe a noção de c-comando assimétrico, que atende à necessidade de organização linear dos enunciados – resultado direto das relações hierárquicas sintáticas, segundo o qual, adjunções ocorrem apenas à esquerda do núcleo e sempre de núcleo para núcleo, e não de não-núcleo para não-núcleo. Nessa perspectiva, a posição à direita dos núcleos é reservada somente aos complementos, inviabilizando-se a adjunção nessa posição, de forma que orações relativas devem ser, necessariamente, argumentos de um núcleo funcional D, ocorrendo sempre à direita desses núcleos, o que seria sua posição de base, conforme representado como em (8):

(8) [DP D⁰ CP]

Kayne (1994) descreve as relativas em inglês como apresentando três tipos de derivação, dependendo do tipo de construção que apresentem: (i) relativas-*that*, (ii) relativas-*that* com núcleo C⁰ nulo e (iii) relativas-*wh*.

⁹ A proposta de Kayne (1994) se opõe à de Chomsky (1977), para quem as sentenças relativas são adjunções à direita. Segundo Chomsky (1977), o NP da oração que viria a funcionar como a relativa seria apagado por meio da aplicação de várias regras e, em seguida, a oração relativa seria adjungida à outra oração, que conteria ainda o NP relativizado. O NP da relativa é interpretado como não tendo referência independente, isto é, um pronome com as flexões apropriadas que pode ter dado a interpretação “anafórica”. Na proposta de Chomsky, a lacuna e a posição do CP, ambas no interior da oração relativa, estariam conectadas por meio do movimento-*wh* de um pronome relativo ou de um operador vazio, gerado em posição de complemento (interno ao VP relativo) do IP contido no CP e, de lá, movido por adjunção para a posição de SpecCP, como na estrutura:

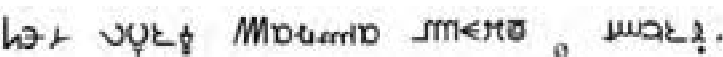
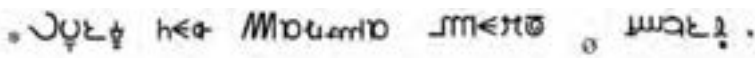
(i) a. [DP/NP [DP/NP alvo]_i [CP wh_i [IP... t_i ...]]]
b. [DP/NP [DP/NP a mulher]_i [CP que_i [IP t_i ama Romeu]]]

Neste artigo, a proposta de Chomsky (1977) é colocada de lado, em razão da argumentação e da proposta de Kayne (1994), a qual se mostra mais adequada para a análise dos dados desta pesquisa.




- (9) a. Relativas-*that* – [DP the [CP girl_i [C' that [IP I saw t_i]]]]
The girl that I saw.
- b. Relativas-*that* com C° nulo – [DP the [CP girl_i [C' Ø [IP I saw t_i]]]]
The girl Ø I saw.
- (10) Relativas-*wh* – [DP the [CP [DP book_j [D' which t_k]]_i [C° [IP I read t_i]]]]
The book which I read.

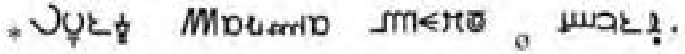
Neste estudo, considerando as evidências morfossintáticas identificadas nos nossos dados, adotamos a proposta de Kayne (1994) em dois aspectos: (i) não há adjunção à direita em relativas; e (ii) as relativas em LSB apresentam uma estrutura do tipo *that*.

No que se refere à relação de correferência nas sentenças relativas em LS, Prado (2014) afirma que o elemento Localizador (Loc) tem papel importante na constituição do termo antecedente (DP) – cf. (11a), o qual, segundo Smith (1964), é o responsável pela seleção da relativa restritiva ou apositiva.¹⁰ A posposição do Loc ao nominal (11b) ou a sua ausência (11c) tornam a sentença agramatical. Assim sendo, o Loc estabelece uma relação direta com o N antecedente da relativa, devendo sempre estar anteposto ao nominal antecedente, conforme os exemplos apresentados pela autora (PRADO, 2014, p. 62).¹¹

- (11) a. 
 Loc_{homem} HOMEM MARIA GOSTA EU CONHECER
 'Este homem que Maria gosta eu conheço.'
- b. 
 HOMEM Loc_{homem} MARIA GOSTA EU CONHECER
 'O homem que Maria gosta eu conheço.'

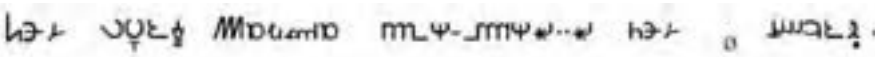
¹⁰ Nos exemplos transcritos no Sistema de Escrita em Línguas de Sinais (SEL) (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2012), o sinal que inicia a frase apresenta a grafia do macrosegmento Configuração de Mão (M) em maiúscula – primeiro macrosegmento da escrita do sinal -, tal como ocorre com a escrita de palavras em línguas orais. Desse modo, por exemplo, em (11 a), temos a grafia do sinal para 'homem' (HOMEM) com o M minúsculo (homem); e em (11b) e (11c) a seguir, em maiúscula (HOMEM).

¹¹ De acordo com Prado (2014), a posição em que o elemento localizador (Loc) se encontra dentro da estrutura do DP faz com que ele selecione um determinado conjunto de traços formais. Assim, em (11a), o Loc anteposto  (Loc_{homem}) ao nominal  (homem) seleciona o seguinte conjunto de traços: [D[Dêitico][Específico]] e [φ[Individual [Definido]]] – o que o aproximaria do demonstrativo (este/a) em português. Já em (11b) o Loc posposto  (Loc_{homem}) ao mesmo nominal seleciona os traços [φ[Indiv.[Definido]]], aproximando a sua leitura do que seria o artigo (o/a) em português, uma vez que, de acordo com a autora, esse Loc não seleciona o traço [DÊIXIS]. Dessa forma, neste contexto, “é o nominal que checka a raiz [D], não subespecificada. Essa checagem garante uma leitura referencial definida, em que a apontação serve apenas para a referenciação do nominal já realizado” (PRADO, 2014, p. 97). Portanto, para a autora, a grafia distinta entre o Loc anteposto e o Loc posposto ao nominal justifica-se pela seleção de traços formais licenciada por cada posição na estrutura.

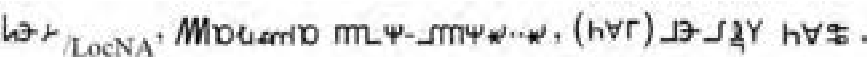
- c. .
HOMEM MARIA GOSTA EU CONHECER
 ‘Homem que Maria gosta eu conheço.’

Desse modo, segundo essa análise, o Loc deve estar foneticamente realizado na posição anteposta ao nominal antecedente de relativas restritivas (11a); portanto, a sua posposição (11b) ou o seu apagamento (11c) tornam a sentença agramatical.

Ainda, segundo a autora, existe em LSB a possibilidade de uma estrutura relativa com o Loc ocorrendo como pronome resumptivo, conforme apresentado em Prado (2014, p. 73):

- (12) .
Loc_{homem} HOMEM MARIA CONVIDAR Loc_{homem} EU CONHEÇO
 ‘O homem que Maria convidou ele eu conheço.’

Nos casos de relativas apositivas em LSB, a autora afirma que o Loc pode ocorrer na posição de termo antecedente (PRADO, 2014, p. 65):

- (13) .
Loc_{homem} MARIA CONVIDAR (É) EDUCADO NÃO
 ‘Ele/este, que Maria convidou, não é educado.’

A autora explica que o termo antecedente é composto apenas por Loc + pro, uma vez que esse elemento, nessa análise, seleciona os traços formais necessários para licenciar uma elipse nominal, pelo fato de checar o traço [D], em termos da geometria de traços.

Prado, Naves e Lima-Salles (2018) defendem, assim como Prado (2014), que, nas estruturas relativas em LSB, não é possível encontrar um elemento realizado na posição de relativizador, sejam eles articulados, que apresentam a unidade mínima articulatória de um sinal em línguas de sinais – M-L-Mov (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2012) –, ou não-articulados – direção do olhar e pontos inicial e final de verbos direcionais (PRADO, 2014).¹² Sobre as sentenças apositivas, as autoras afirmam que “o Loc funciona como um pronome resumptivo, e, nesse caso, constitui, sozinho [Loc + elipse nominal], um DP, enquanto em sentenças restritivas ele tem papel de determinante” (PRADO; NAVES; LIMA-SALLES, 2018, p. 23). Nessa perspectiva, a questão não é apenas de mudança de ordem, mas, antes, de mudança de estrutura. As autoras apontam, ainda, para uma divergência com a proposta

¹² Os dados dessa pesquisa corroboraram a descrição já feita pelas autoras citadas.

de Prado (2014), uma vez que identificam um Loc exercendo a função de um pronome resumptivo. Segundo elas, esse Loc, por selecionar um conjunto completo de traços formais ([D[Dêítico] [Específico]] [\varnothing][π][Indiv.][Definido][Humano]]), é capaz de criar a referência, licenciando uma elipse nominal.

A análise apresentada por Prado (2014) e ampliada por Prado, Naves e Lima-Salles (2018) foi construída com base na hipótese de complementação a D (KAYNE, 1994), especificamente, a estrutura de relativas-*wh*, considerada, na ocasião, como a que melhor explicaria as relativas em LSB. Entretanto, como se verá na seção 3 deste artigo, com base na descrição e análise dos dados coletados para esta pesquisa, a estrutura de relativas-*that* é a que se mostra mais adequada para explicar esse fenômeno na LSB.

Por fim, sobre a relativização nas LS, citamos o estudo de Pfau (2016), segundo o qual a estrutura de sentenças relativas nas LS possui variações tipológicas, mesmo em línguas que apresentam propriedades sintáticas semelhantes, como a DGS e a LIS, que têm estruturas SOV (Sujeito-Objeto-Verbo), mas apresentam diferentes estruturas de relativização.

Assim como nas línguas orais, nas LS o núcleo nominal pode ter diferentes funções gramaticais na sentença principal e na sentença relativa, como apresentado por Pfau (2016, p. 161) nos exemplos em LIS, em (14), com grifos do autor:

(14) a.

re

[TODAY MAN_{3A} PIE BRING PE_{3A}] YESTERDAY (IX_{3A}) DANCE.

'The man who brought the pie today danced yesterday'.

'O homem [que trouxe a torta hoje] dançou ontem'

b.

re

[YESTERDAY DOG_{3A} FIND ME PE_{3A}] WOMAN IX_{3B} (IX_{3A}) WASH.

'The woman washes the dog that I found yesterday'.

'A mulher lava o cachorro [que eu encontrei ontem]'

O autor chama a atenção para o fato de que, em ambos os exemplos acima, os núcleos nominais aparecem dentro das estruturas relativas (restritiva, em (14a), e apositiva, em (14b)), devendo ser analisados como núcleo interno à sentença relativa, com base em duas características.

Em primeiro lugar, os advérbios temporais são informativos (*today*, em (14a), e *yesterday*, em (14b)), modificam o predicado dentro das sentenças relativas a que pertencem (*bring* e *find*, respectivamente), devendo, portanto, ser analisados como parte da estrutura relativa, além de precederem os núcleos nominais (*man* e *dog*), que também fazem parte das sentenças relativas.

Em segundo lugar, as marcações não manuais (no caso, elevação de sobrelinhas) são importantes evidências para essas estruturas, expandindo-se em LIS sobre o núcleo nominal e o advérbio, ou seja, ambos estão sob o escopo dessa marcação não-manual. Além disso, as sentenças relativas em LIS também incluem uma marcação manual (PE3a) na posição final dessa estrutura, referindo-se ao núcleo nominal.

Outro ponto que interessa observar nessas estruturas marcadas entre colchetes é que elas não podem ocorrer isoladas, e, apesar de haver a possibilidade de articulação de uma estrutura como ‘*TODAY MAN PIE BRING*’, ela não envolve nem uma marcação manual (PE), nem uma marcação não-manual. Por essa razão, os exemplos em (14) não podem ser analisados, segundo o autor, como uma combinação de duas orações principais (por exemplo, ‘*TODAY THE MAN BROUGHT A PIE*’; ‘*YESTERDAY HE DANCED*’).

Com relação à DGS, Pfau (2016, p. 162) apresenta os seguintes exemplos:

(15) a.

re & bl-3a

YESTERDAY MAN (IX_{3A}) [RPRO-H_{3A} TODAY PIE BRING] DANCE.
 ‘*The man who brought the pie today danced yesterday*’.

b.

re & bl-3a

WOMAN DOG [RPRO-NH_{3A} IX₁ YESTERDAY FIND] WASH_{3A}.
 ‘*The woman washes the dog that I found yesterday*’.

Conforme se observa nas estruturas em (15), a DGS diverge da LIS. Segundo o autor, o advérbio temporal, localizado na oração inicial, em (15a), modifica o predicado da oração principal (*dance*), e não o predicado da oração relativa (*bring*). Nesse caso, o advérbio precisa estar localizado depois do núcleo nominal (como *today*, localizado no interior da estrutura relativa, em (15a)), o que seria a primeira indicação de que se trata de uma estrutura relativa com núcleo nominal externo (nesse sentido, os núcleos nominais *man* (em 15a) e *dog* (em 15b) estariam fora da estrutura das relativas). Além disso, o núcleo nominal, em ambos os exemplos, não está no escopo da marcação não-manual, ou seja, na DGS, diferentemente da estrutura em LIS, ocorre elevação de sobrelinhas, mas com uma inclinação cuja localização está associada com o núcleo nominal (indicado por ‘bl-3a’, na glosa). Em terceiro lugar, as sentenças relativas em DGS são introduzidas por pronomes relativos (glosados como RPRO nos exemplos).

Pfau (2016, p. 163) aponta ainda para o fato de que as diferenças entre a LIS e a DGS refletem padrões tipológicos comuns a estruturas relativas de línguas orais, com relação relativas de núcleo interno e de núcleo externo.

Por fim, o autor argumenta que as estruturas de relativas apositivas apresentam uma estrutura diferente, pelo menos em DGS, como mostra o exemplo (16), que difere dos exemplos em (15), porque: (i) a sentença entre colchetes não pode ser introduzida por um pronome relativo; e (ii) a marcação não-manual pode ser diferente – em (16), o autor observa uma combinação de lábios franzidos ('pl') e um repetido aceno de cabeça ('hn') (PFAU, 2016, p. 163):

(16)

pl & hn

1889, EIFFEL TOWER [INDEX₂ KNOW PARIS INDEX_{3A}] BUILD.

'In 1889, the Eiffel Tower – you know, the one in Paris – was build'.

Consideramos que alguns pontos dessa análise são importantes para este estudo sobre relativas em LSB. Um ponto relevante é a hipótese de, na LIS, ser atestada a presença de marcações não-manuais, em especial, a elevação de sobrelinhas que se expande ao longo da estrutura relativa, abarcando o núcleo nominal (interno à relativa), em oposição ao que ocorre com a DGS, na qual o núcleo nominal, externo à relativa, não pertence ao escopo dessa marcação. Essa marcação não-manual estabelece a relação anafórica, intrínseca às estruturas relativas.

Além disso, é importante notar que, segundo Pfau (2016), em DGS, que apresenta uma estrutura relativa de núcleo externo, as relativas restritivas são introduzidas por elementos interpretados como pronomes relativos, enquanto relativas apositivas não o são. Por sua vez, em LIS, que apresenta uma estrutura de núcleo interno, não há a ocorrência de um pronome relativo introduzindo a estrutura. Nesse sentido, essas línguas apresentam marcações não-manuais distintas para restritivas e apositivas.

Por fim, evidenciamos o fato de que as relativas em LIS e em DGS não podem ocorrer isoladamente, conforme demonstra Pfau (2016). Isso se justificaria pela presença da marcação não-manual (ou manual) estendida ao longo dessas estruturas, o que não ocorre com estruturas que apenas coordenam duas orações principais.

3. Descrição e análise das sentenças relativas em LSB

Nesta seção, apresentamos inicialmente uma descrição dos dados deste estudo e, em seguida, desenvolvemos a análise proposta no presente artigo, com base no aparato teórico-metodológico apresentado. Por falta de espaço, apresentamos apenas um dado de cada tipo de sentença relativa, podendo ser consultados outros dados e suas respectivas descrições e análises em Prado (2020).

3.1. A construção relativa restritiva em LSB

O dado em (17) corresponde a uma construção relativa restritiva, em que a relativa se refere a um subconjunto da referência do antecedente, ou seja, apenas uma parte de todos os alunos que participam da aula gosta de matemática.

(17)



sala.NOM.LOC-aluno.COMPL



todos.DET



ES.REL.participar.PL.DEF.ES¹³



gostar.3PL.DEF¹⁴




matemática.OBJ

‘Todos os alunos da sala que perguntam/participam [da aula] gostam de matemática’.

A construção é iniciada pela expressão nominal (sala.NOM.LOC-aluno.COMPL todos.DET), que funciona como antecedente da relativa. Nesse trecho, a participante inicia a estrutura inserindo o referente ‘sala’, que modifica o nominal núcleo do DP ‘alunos’, identificando o participante do evento a partir do local em que esse evento ocorre. É interessante notar que a participante identificou o conjunto total de indivíduos por meio do

¹³ A sigla ES representa o traço não-articulado ‘elevação de sobrancelhas’.


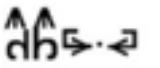
¹⁴ Em LSB, o sinal para ‘gostar’ () apresenta um movimento circular no plano frontal (), que, na escrita SEL, deve ser grafado após a escrita do macrosegmento Locação (). Contudo, optamos por grafar os dados coletados tal qual foram realizados pelos falantes, sem estabelecer um padrão de articulação. Como o movimento não foi realizado pela participante na articulação do sinal GOSTAR, o movimento não foi grafado nessa transcrição.

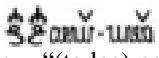
quantificador universal ‘todos’, que, como componente da estrutura do DP, contribui para a construção referencial do N. Uma vez que o DP ‘todos os alunos da sala’ é menos definido, ele pode selecionar uma relativa restritiva como complemento (cf. SMITH, 1964). A relativa  (ES.REL.participar.PL.DEF.ES) ‘alunos que participam’ está associada à expressão não-manual ES (elevação de sobrancelhas), que se espalha ao longo do escopo da relativa, como pode ser observado nas imagens recortadas da gravação do vídeo.¹⁵

A construção em (17) apresenta também o traço de plural, marcado pela repetição do movimento, e se conjuga com um Loc articulado, com traço de definitude, marcado pela articulação do movimento do verbo em um ponto específico, localizando somente o grupo de alunos que denota a restrição dos elementos do conjunto. Nessa estrutura, o Loc é correferente com o nominal núcleo do DP que funciona como antecedente, representado pelo próprio corpo do enunciador, que se mantém voltado para o mesmo ponto ao longo do escopo da relativa e também do predicado da oração principal.

Nesse exemplo, o antecedente contém, portanto, um modificador de N, anteposto a esse núcleo (‘sala.NOM.LOC-aluno.COMPL’) e o D que seleciona essa expressão (‘todos’) está posposto. Nesse caso, pode ter ocorrido um movimento adicional do NP, o que pode estar associado a outros fatores, uma vez que a LSB é uma língua em que a posição de tópico é muito ativa.¹⁶ Uma possível explicação pode ser encontrada em Prado (2014) e Prado e Lessa-de-Oliveira (2016), que defendem que a ordem N-Loc/LocNA é expressa quando o localizador (elemento que atua na construção da referência de um item nominal) (D) seleciona um conjunto de traços menos específico, o que impele o alçamento do N complemento para a posição de Spec do DP, em decorrência da necessidade de checagem do traço [+definido], que, não sendo checado pelo elemento em D, será checado por N. Com base em Abney (1987 apud PRADO, 2014), esse movimento ocorre sempre, mas pode ser encoberto.

O segundo ponto a ser considerado para a análise dessa construção é que não foram registrados elementos que ocupassem a posição de pronome relativo em relativas restritivas nessa língua, mas foi identificado um traço suprasegmental (ES) estendendo-se ao longo da relativa, em todos os dados desse tipo de construção.

Em (17), na construção relativa  ‘ES.REL.participar.PL.DEF.ES’, o Loc_{ALUNO} é selecionado como argumento externo do verbo ‘participar’, sendo coindexado com o termo antecedente  ‘sala.NOM.LOC-aluno.COMPL’. Isso significa que a posição relativizada mantém-se preenchida pelo que seria equivalente a um pronome lembrete ou resumptivo nas línguas orais.

¹⁵ Um(a) dos(as) pareceristas *ad hoc* cogitou que o sinal  pudesse não ser interpretado como “todos. DET”, mas que trouxesse em si uma ideia de LOC também – “(todos) os alunos na sala de aula” –, em correferência com o LOC-aluno, fazendo, inclusive, uso do mesmo espaço referencial na sinalização de “todos”. Essa possibilidade é interessante e poderá ser investigada futuramente. Para este trabalho, que apresenta os resultados da tese mencionada na nota 1, manteremos a análise original.

¹⁶ Esse movimento adicional do NP para fora do DP que seleciona o CP relativo será objeto de investigação futura.

3.2. A construção relativa apositiva em LSB

Com relação à construção relativa apositiva, construímos em cada bloco de imagens duas informações sobre um mesmo referente altamente definido, o que, de acordo com Smith (1964), obriga a seleção de uma relativa apositiva.

O exemplo (18), o qual remete à construção ‘A Terra, que é o terceiro planeta do sistema solar, gira ao redor do sol’, representa um contexto no qual há duas informações sobre o referente [planeta] Terra: (i) a Terra é o terceiro planeta do sistema solar; (ii) a Terra gira ao redor do Sol. Nesse caso, uma vez que Terra, como um nome próprio, é um item nominal altamente específico, a restrição referencial não se aplica a esse termo, devendo-se obter uma relativização do tipo apositiva.

(18)


 SL
 sol.LOC
 O
 $\text{Loc}_{\text{SOL}}.\text{LOC}-\text{LocNA}_{\text{SOL}}.\text{LOC}$

 OO
 $\text{Loc}_{\text{TERRA}}.\text{LOC}-\text{LocNA}_{\text{TERRA}}.\text{LOC}-\text{Loc}_{\text{SOL}}.\text{LOC}$

 T-E-V-V-O
 $\text{Terra.LOC}-\text{Loc}_{\text{SOL}}.\text{LOC}$



ᑦ ᑎ ᑎ ᑎ

PS.REL.LocNA_{TERRA}.LOC.Loc_{TERRA}.LOC.NOM-Loc_{TERRA}-girar.TR.Loc_{SOL}.LOC.PS¹⁷



ᑦ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ

LocNA_{TERRA}-Loc_{TERRA}.LOC-1°-2°-3°.LOC-Loc_{SOL}.LOC



ᑎ ᑎ ᑎ

LocNA_{TERRA}.LOC.Loc_{TERRA}-3°.LOC-Loc_{SOL}.LOC



ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ ᑎ

Terra.planeta.DET

‘A Terra, que gira ao redor do sol, é o terceiro planeta do sistema solar, a Terra’.

A participante inicia a oração introduzindo os referentes Sol, representado pela sua datilologia ᑎᑎ (‘sol’), seguido pela representação do sinal estabelecido para esse referente ᑎ ‘Loc_{SOL}’, e ‘Loc_{TERRA}’, representado pelo sinal ᑦ, seguido da datilologia ᑎ-ᑎ-ᑎ-ᑎ-ᑎ ‘T-E-R-R-A’

¹⁷ A sigla PS representa pausa, REL indica relativização e TR, o termo relativizado.

(Terra.LOC-Loc_{SOL}.LOC).¹⁸ A sentença relativa (PS.REL.LocNA_{TERRA}.LOC. Loc_{TERRA}.LOC. NOM-Loc_{TERRA}-girar.TR.Loc_{SOL}.LOC.PS) se estrutura por meio do LocNA_{TERRA}, correferente ao nominal Terra, que é o antecedente, seguida do predicado, e é marcada por uma pausa realizada no início e no final da estrutura. Essa pausa foi contabilizada no vídeo em 2 segundos entre o final da articulação do sinal ('Terra.LOC-Loc_{SOL}.LOC') e o início da articulação do sinal que representa a construção relativa, e de outros 2 segundos entre o final da articulação desse sinal e a articulação do sinal que representa o predicado da oração principal 'LocNA_{TERRA}-Loc_{TERRA}.LOC-1°-2°-3°.LOC-Loc_{SOL}.LOC'. É interessante notar que, nessa oração principal, há um movimento semicircular para cima repetido por três vezes (), indicando a posição que a Terra ocupa no espaço em relação ao sol – terceiro planeta.

Assim como nas restritivas, o termo antecedente das construções relativas apositivas em LSB é representado sempre por um NP. No exemplo dado, o termo antecedente é composto por pelo NP 'Terra.LOC-Loc_{SOL}.LOC', sendo o D externo nulo, uma vez que o Loc_{SOL} não pode ser o D de 'TERRA'. Supomos que o nome próprio licencie o apagamento do Loc, uma vez que apresenta alto grau de definitude, o que implica a seleção de uma relativa apositiva como seu complemento (SMITH, 1964).

Outro ponto importante para a análise das construções relativas apositivas é a presença de pausas marcadas no início e no final da sua articulação, representadas na interface fonológica. Por meio dessas pausas, podemos identificar que o núcleo nominal antecedente não pertence ao escopo da relativa, sendo quase independente da sentença inteira.

3.3. Construções relativas restritivas vs. relativas apositivas em LSB

Feitas as constatações acima, apresentamos, no quadro 1, as semelhanças e diferenças entre as construções relativas restritivas e apositivas em LSB, considerando os resultados alcançados em Prado (2020):

¹⁸ Nas línguas de sinais (LS), a datilologia é utilizada para “soletrar” nomes próprios ou nomes em línguas orais que não tenham sinal correspondente em LS. Por um processo natural da língua, essas datilologias vão se incorporando à estrutura gramatical em LS e tornando-se cada vez mais arbitrários (cf. FERREIRA-BRITO, 1995). Daí a articulação do sinal para ‘sol’ feita pela participante no exemplo (18), na qual houve um apagamento da configuração de mão referente à letra ‘o’, resultando na datilologia ‘S-L’, ao invés de ‘S-O-L’.

Quadro 1: Análise comparativa das construções relativas em LSB.

Construções relativas restritivas	Construções relativas apositivas
São compostas pela articulação de um sinal contendo uma só unidade MLMov (Mão-Localização-Movimento)	Podem ser compostas pela articulação de um sinal contendo uma só unidade MLMov, ou pela articulação de mais de um sinal
São selecionadas por antecedentes com traço de indefinidade	São selecionadas por antecedentes com traço de definitude
O antecedente pode ter as construções ‘N’ - ou ‘(Mod) N + Loc’	O antecedente nessas construções é sempre representado por um N
Não apresentam morfema relativo	Não apresentam morfema relativo
Apresentam ou um ‘Loc’ – ou um ‘LocNA’ – que compõe a estrutura argumental do verbo da relativa e está coindexado com o termo antecedente, funcionando como um pronome lembrete/resumptivo	Apresentam ou um ‘Loc’, ‘LocNA’, ‘LocNA + N’ ou ‘LocNA + Loc’ que compõe a estrutura argumental do verbo da relativa e está coindexado com o termo antecedente, funcionando como um pronome lembrete/resumptivo
Apresentam o traço suprasegmental ‘elevação de sobranças’ (ES) que se espalha ao longo do escopo da relativa	Apresentam uma pausa marcada no início e no final da relativa, que podem variar de 1 a 2 segundos

Fonte: Prado (2020, p. 143).

Portanto, nesta análise, consideramos que as construções relativas restritivas e apositivas possuem a mesma estrutura sintática, mas com propriedades distintas, no que se refere ao traço suprasegmental que marca a distinção entre restritivas e apositivas. Esse traço, possivelmente, tem relação com a propriedade das primeiras de restringir o referente, o que pode ser interpretado como uma espécie de foco, explicando-se, assim, o fato de o traço ES ser o mesmo utilizado em outras construções em que a noção de foco pode estar envolvida – hipótese a se confirmar em trabalhos futuros. Outras propriedades que distinguem esses dois tipos de construções são: a possibilidade de as construções relativas serem articuladas por meio de um sinal contendo uma só unidade MLMov, enquanto as construções apositivas podem ser compostas pela articulação de um ou mais sinais; a constituição do termo antecedente, que pode ser composto por N ou (Mod)N + Loc nas construções relativas restritivas, e por N nas construções relativas apositivas; e os elementos que compõem a posição relativizada, que pode ser um LocNA ou Loc para as restritivas, e LocNA, Loc, LocNA + N ou LocNA + Loc para as apositivas.

3.4. Proposta de estrutura formal para as construções relativas em LSB

Nesta seção, propomos a estrutura para as construções relativas restritivas e apositivas em LSB. Para isso, adotamos: (i) a análise de Prado (2014) e Prado e Lessa-de-Oliveira (2016), segundo a qual existe a categoria dos determinantes na LSB, composta por um elemento (Loc/LocNA) que ocupa o núcleo D^o na estrutura e que seleciona um NP como complemento; (ii) os postulados de Smith (1964) sobre a existência de uma relação clara e necessária entre o D e o CP relativo e sobre a

quase independência das relativas apositivas, uma vez que estão fora do escopo que afeta a sentença inteira; e (iii) a proposta de Kayne (1994) de que não há adjunção no processo de relativização e que as relativas são estruturas de alçamento de núcleo. Ainda, com base no trabalho de Kayne (1994), identificamos que as relativas em LSB apresentam uma estrutura do tipo *that*.

3.4.1. Configuração do DP nas construções relativas restritivas e apositivas

Com relação às diversas ordens internas ao DP entre Locs e Ns, retomamos a proposta de Prado (2014) e Prado e Lessa-de-Oliveira (2016) sobre a estrutura formal da categoria dos determinantes. De acordo com as autoras, os elementos localizadores articulados (Locs) ou não articulados (LocNAs) (do tipo direção do olhar e pontos inicial e final de verbos direcionais) são componentes do núcleo D/DP. Com relação a essa proposta para a estrutura do DP em LSB, retomamos aqui, de forma pontual, a explicação das autoras:

Como a libras é uma língua que se articula no espaço físico, por sua natureza gestovisual, verificamos importância capital da dêixis na construção da referenciação nominal. Assim, a codificação do referente nessa língua se dá, como vimos, com a anteposição ou pós-posição do Loc ao nome, mas também com nominais nus (...). Dessa forma é que, em D encontra-se o traço [DÊITICO], que torna a checagem da raiz [D] obrigatória. Essa checagem é feita ou por Loc ou pelo nome (N). Se [D] é checado por Loc, temos a ordem Loc N; se é checado pelo nome temos ou a ordem N-Loc ou um nominal nu (...). (PRADO; LESSA-DE-OLIVEIRA, 2016, pp. 163-4).

Compreende-se que o traço [D] é essencial na estrutura das relativas e sua valoração é obrigatória, seja por um Loc ou por um N, uma vez que a presença desse traço codifica um nominal com o argumento. A partir dessa valoração, têm-se as diferentes ordens entre Locs e Ns na estrutura. Remetemos ao artigo das autoras para a apresentação das estruturas arbóreas do DP em LSB.

3.4.2. Estrutura formal para as construções relativas restritivas em LSB

Com relação às relativas restritivas em LSB, Prado (2014) adota a estrutura *wh*, proposta por Kayne (1994), com base no argumento de que nessa língua não há constituintes relativos foneticamente realizados e, portanto, os relativizadores seriam operadores vazios (OP), que checam o traço relativo [R] no D do constituinte relativizado, que se adjunge a CP (PRADO, 2014, p. 105). Contudo, existe na LSB todo um léxico *wh*, muito semelhante ao do português, em que esse léxico (próprio de interrogativas) é homônimo do léxico usado para relativizar (por exemplo, ‘a forma como eu leio...’; ‘a razão por que eu me omiti...’ etc.), assim como ocorre em inglês e em muitas outras línguas. Dessa forma, parece mais natural que a LSB possa ser analisada como distinguindo relativas do tipo *wh* e as outras que compõem o *corpus* deste estudo.

Pfau (2016) identifica, em DGS, que as construções relativas restritivas apresentam núcleo nominal externo à relativa, que não pertence ao escopo da marcação não-manual e a relativa é introduzida por um pronome relativo. Já em LIS, o núcleo nominal é interno à relativa e esse núcleo

exerce papel de sujeito tanto na matriz quanto na relativa. Além disso, nessa língua, a marcação não-manual encontra-se em posição final na relativa, referindo-se ao núcleo nominal.

Nesta análise, os nossos dados mostram que, em LSB, as construções relativas restritivas: (i) são articuladas por meio de um sinal contendo uma única unidade MLMov; (ii) apresentam núcleo nominal externo; (iii) não há a presença de um pronome relativo foneticamente realizado; (iv) existe uma marcação não-manual no escopo da construção relativa (a elevação de sobrancelha); e (v) há um elemento (Loc/LocNA/N) que, em posição argumental interna à relativa, ocupa a posição relativizada, estabelecendo uma relação de correferência com o termo antecedente. Portanto, não houve evidências morfossintáticas que nos indicassem uma análise dessas estruturas como relativas-*wh*, conforme a proposta de Prado (2014), de forma que as analisamos como relativas-*that*.

Com base nessa constatação, propomos a seguinte estrutura formal para as construções relativas restritivas em LSB:

$$(19) [DP [CP [D N/(Mod)N+Loc]_i [C \emptyset [IP [LocNA/Loc] t_i]]]]$$

Retomamos, assim, o exemplo (17) para propormos a derivação representada em (20), com base na nossa proposta formal sobre a construção relativa restritiva em LSB.

(20)

$\begin{array}{c} \uparrow \uparrow \rightarrow \rightarrow \rightarrow \rightarrow \\ \alpha \beta \gamma \delta \end{array}$ <p>sala.NOM.LOC-aluno.COMPL</p>	$\begin{array}{c} \text{[rel]} \\ \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \\ \alpha \beta \gamma \delta \end{array}$ <p>ES.REL.participar.PL.DEF.ES</p>
$\begin{array}{c} \uparrow \uparrow \rightarrow \rightarrow \\ \alpha \beta \end{array}$ <p>gostar.3PL.DEF</p>	$\begin{array}{c} \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \uparrow \\ \alpha \beta \gamma \delta \end{array}$ <p>matemática.OBJ</p>

‘Todos os alunos da sala que perguntam/participam [da aula] são os que gostam de matemática’.

Nessa estrutura, temos o antecedente composto por ‘SALA ALUNO’ coocorrendo com um modificador quantitativo ‘TODOS’. Nesse caso, conforme discutimos na seção anterior, pode ter ocorrido um movimento adicional do N, após o alçamento da sua posição de argumento do verbo interno à relativa para a posição SpecCP, conferindo a ordem N-D, por outros fatores, uma vez que a LSB é uma língua em que a posição de tópico é muito ativa. Observe-se que esse elemento é alçado da sua posição de base, que localiza-se no interior da relativa, como argumento externo do verbo, para a posição SpecCP. Quando esse NP chega ao SpecCP ele se encontra no domínio do determinante mais alto e entra em *Agree* com ele. Nesse caso, um D menos definido (nome comum) seleciona uma construção relativa restritiva (SMITH, 1964). O NP em SpecCP é representado na oração relativa pelo Loc-aluno, que é correferente com o NP movido. Essa cópia funciona como um lembrete ou resumptivo na construção relativa em LSB (nos termos do que previu Tarallo (1983), para relativas do

PB). Assim, se temos um NP na posição de antecedente e um DP correferente na posição relativizada, isso demonstra claramente a cadeia sintática que define os constituintes nas construções relativas em LSB. Não encontramos representada na estrutura da relativa a expressão não-manual ‘elevação de sobrancelhas’ (ES) nesse e em todos os exemplos de construções relativas, porque esse elemento parece ser uma propriedade mais abstrata (possivelmente em um nível prosódico), relacionado ao que há de comum em outras construções em que esse tipo de marca aparece (tais como interrogativas, por exemplo), e carecem de investigações mais ampliadas.

3.4.3. Estrutura formal para as construções relativas apositivas em LSB

Pfau (2016) afirma que, em DGS, as construções relativas apositivas são de núcleo nominal externo e esse núcleo não pertence ao escopo da marcação não-manual, a qual se estende ao longo da construção relativa. É importante notar que o autor identifica que, nessa língua, a marcação não-manual das construções relativas apositivas se diferencia da relativa restritiva, sendo representada pela combinação de ‘lábios franzidos + repetido aceno de cabeça’. Além disso, segundo Pfau (2016), essas construções não são introduzidas por um pronome relativo (tal como ocorre com as restritivas). Para as relativas apositivas em LIS, Pfau (2016) defende tratar-se de construções com núcleo nominal interno, que exerce o papel de objeto tanto na matriz quanto na relativa.




Em nossa análise, com base nas evidências morfossintáticas identificadas em nosso *corpus*, propomos a seguinte estrutura formal para as construções relativas apositivas em LSB:

$$(21) [DP [CP [D N]_i [C \emptyset [IP [Loc/LocNA/LocNA+N/LocNA+Loc] t_i]]]]$$

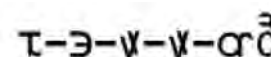
Nessa derivação, podemos identificar características específicas das construções relativas apositivas em LSB: (i) o antecedente é composto por N; (ii) a posição do pronome relativo (C^0) não é ocupada; (iii) há a presença de um pronome resumptivo, que pode ser expresso por *Loc / LocNA / LocNA + N / LocNA + Loc*.

Assim, retomamos o exemplo em (18) para propormos a derivação em (22) a seguir, em que o D externo ‘ $LocNA_{TERRA}$ ’ entra em relação de *Agree* com o elemento que ocupa a posição de *Spec* do CP complemento, o NP ‘*Terra.planeta.DET*’. Esse NP é alçado da sua posição de origem, argumento externo do verbo interno à relativa, e, assim, entra no domínio do DP externo. Por esse antecedente apresentar uma leitura altamente específica, característica dos nomes próprios, é selecionada uma construção relativa apositiva como complemento. Essa construção pode, inclusive, ser atestada pela marcação não-manual de uma pausa no início e outra no final da articulação dessa construção, análoga às línguas orais, deixando-a quase independente da sentença inteira. Ao ser movido da sua posição argumental no interior da relativa, esse NP deixa um elemento cópia \bar{E} ‘ Loc_{TERRA} ’, tal como um resumptivo, estabelecendo uma relação correferencial com ele.

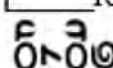
(22)

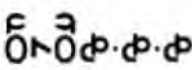
 sol.LOC Locsol.LOC-LocNASOL.LOC LOCTERRA.LOC-LocNATERRA-LOC-LoCSOL.LOC



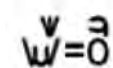
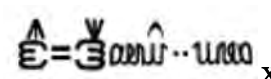
 Terra.LOC-LocsOL.LOC

 [rel]


 PS.REL.LocNATERRA.LOC-LOCTERRA-LOC.NOM-LOCTERRA-girar.TR.LocsOL.LOC-PS



 LocNATERRA-LOCTERRA.LOC-1°-2°-3°.LOC-LocsOL.LOC

 LocNATERRA-3°.LOC.LOCTERRA.LOC-LocsOL.LOC Terra.planeta.DET

4. Considerações finais

Neste artigo, construímos a nossa proposta de análise para as construções relativas restritivas e apositivas na Língua de Sinais Brasileira (LSB), tomando como referência os trabalhos prévios de Prado (2014) e Prado e Lessa-de-Oliveira (2016) sobre a categoria dos determinantes em LSB e as propostas teóricas de Smith (1964) e Kayne (1994), além das análises translinguísticas de línguas de sinais encontradas em Pfau (2016).

Conforme vimos, as construções relativas restritivas apresentam as seguintes características: (i) são constituídas por meio da articulação de um sinal contendo uma única unidade MLMov; (ii) são selecionadas por antecedentes com traço de indefinitude; (iii) o antecedente pode ter as construções ‘N’ ou ‘(Mod) N + Loc’; (iv) não apresentam morfema relativo; (v) apresentam um ‘Loc’ ou ‘LocNA’ interno à estrutura argumental do verbo da relativa e coindexado com o termo antecedente, funcionando como um pronome lembrete/resumptivo; (vi) apresentam o traço suprasegmental ‘elevação de sobrancelhas’ (ES), que se espalha ao longo do escopo da relativa.

Por sua vez, as construções relativas apositivas apresentam as seguintes características: (i) podem ser constituídas por meio da articulação de um sinal contendo uma única unidade MLMov ou pela articulação de mais de um sinal; (ii) são selecionadas por antecedentes com traço de definitude; (iii) o antecedente é representado por N; (iv) não apresentam morfema relativo; (v) apresentam um ‘Loc’, um ‘LocNA’, ‘LocNA + Loc’ ou ‘LocNA + N’ interno à estrutura argumental do verbo da relativa coindexado com o termo antecedente, funcionando como um pronome lembrete/resumptivo; e (vi) apresentam uma pausa marcada no início e no final da relativa.

Consideramos que existe em LSB uma relação direta e essencial entre o D° e a seleção do tipo de relativa que lhe servirá de complemento, tal como postulado Smith (1964) para as línguas orais. Assim, (i) se o D° é menos definido, selecionará uma construção relativa restritiva como complemento; (ii) se o D° é mais definido, selecionará uma construção relativa apositiva com complemento.

Além disso, tanto as construções relativas restritivas quanto as apositivas apresentam uma estrutura de relativas-*that*, com o núcleo C° nulo, tal como postulado por Kayne (1994) para a língua inglesa. Esse núcleo C° nulo também foi atestado para as construções relativas apositivas, em DGS, para as construções relativas restritivas e apositivas em LIS por Pfau (2016), e para a LSB por Prado (2014).

Também, as marcações não-manuais nas construções relativas restritivas e apositivas em LSB se diferenciam, assim como ocorre com essas construções em DGS, conforme Pfau (2016). E existe, em LSB, um elemento foneticamente realizado na posição relativizada, atuando como um resumptivo.

Portanto, foi proposto que as sentenças relativas restritivas e apositivas apresentam a mesma estrutura sintática, mas com propriedades distintas, no que se refere ao traço suprasegmental que marca a distinção entre restritivas e apositivas e que, possivelmente, tem relação com a propriedade das primeiras de restringir o referente, o que pode ser interpretado como uma espécie de foco, o que explica o fato de o traço elevação de sobranceiras (ES) ser o mesmo utilizado em outras construções em que a noção de foco pode estar envolvida – hipótese a se confirmar em trabalhos futuros.

Outras propriedades que distinguem esses dois tipos de construções são: a constituição da construção relativa, que pode ser realizada por meio da articulação de um sinal contendo uma única unidade MLMov nas restritivas, ou pela articulação de um sinal contendo uma única unidade MLMov ou mais sinais nas apositivas; a constituição do termo antecedente, que pode ser composto por N ou (Mod)N + Loc nas construções relativas, e por N nas construções relativas apositivas; e os elementos que compõem a posição relativizada, que pode ser um LocNA ou Loc para as restritivas, e LocNA, Loc, LocNA + N ou LocNA + Loc para as apositivas.

Este estudo reforça a hipótese forte de que existe uma gramática universal (GU) interna e biologicamente determinada que rege as línguas naturais (tanto as de modalidade articulatória oroauditiva, como as de modalidade gesto-visual).

Referências

- ABNEY, S. P. *The English noun phrase in sentential aspects*. MIT. Massachusetts. 1987.
- BELLUGI, U.; KLIMA, E. The acquisition of three morphological systems in American Sign Language. *Papers and Reports on child Language Development*, v. 21, 1982.
- CHOMSKY, N. On Wh Movement. In: CULICOVER, P. W.; WASOW, T. A. A.; (eds.). *Formal Syntax*. New York: Academic Press, 1977. pp. 71-132.
- FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática de línguas de sinais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1995] 2010.
- FUKUI, N.; SPEAS, M. Specifiers and Projection. *MIT working Papers*. v. 8, pp. 128-72, 1986.

KATO, M.; NUNES, J. *A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no Workshop do Projeto Temático: A Sintaxe do Português Brasileiro, 2007.

KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge. 1994.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. *As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição*. Tese (Doutora em Linguística) – Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas: São Paulo. 2014.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. v. 10, pp. 150-84, 2012.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. Componentes articulatórios da Libras e a escrita SEL. *Estudos da Língua(gem)*, v. 17, n. 2, pp. 103-22, junho 2019. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5338>. Acesso em: 12 set. 2019.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, pp. 609-65, 1994.

MEDEIROS-JUNIOR, Paulo. *Orações relativas livres no PB: sintaxe, semântica e diacronia*. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP. Campinas. 2014.

PFAU, R. Syntax: complex sentences. In: BAKER, A., et al. *The Linguistics of Sign Languages: an introduction*. [S.l.]: John Benjamins Publishing Company, 2016. Cap. 7, pp. 160-72.

PIZZUTO, E. et al. Dêixis, anáfora e estruturas altamente icônicas: evidências interlinguísticas nas Línguas de Sinais Americana (ASL), Francesa (LSF) e Italiana (LIS). In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS; BARBOSA, M. L. (orgs.). *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Florianópolis: Arara Azul, 2006.

PRADO, Lizandra Caires. *Sintaxe dos determinantes na Língua Brasileira de Sinais e aspectos de sua aquisição*. Dissertação (Mestre em Linguística) - UESB. Vitória da Conquista - BA. 2014.

PRADO, Lizandra Caires. *Análise da correferencialidade em Construções relativas na Língua de Sinais Brasileira*. Tese (Doutora em Linguística) - UnB. Brasília - DF. 2020.

PRADO, Lizandra Caires; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. C. A categoria dos determinantes na Língua Brasileira de Sinais. In.: PILATI, E. N. S. (org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem à Lúcia Lobato*. Curitiba: Blanche, 2016. pp. 157-67.

PRADO, Lizandra Caires; NAVES, Rozana Reigota; LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira. Correferência e relativização na Língua de Sinais Brasileira: descrição e verificação de hipóteses. *Domínios de Linguagem*, v. 12, pp. 147-78, 2018.

SMITH, C. S. Determiners and relative clauses in a Generative Grammar. In: REIBEL, D. A.; SCHANE, S. A. *Modern Studies in English: readings in transformation grammar* of. New York: Englewood Cliffs, 1964. pp. 247-63.

TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania. Pennsylvania. 1983.

VERGNAUD, J. R. *French Relative Clauses*. Paris: Massachusetts Institute of Technology, 1974.

PALAVRÃO PRA LÁ, PALAVRÃO PRA CÁ: NOTAS SOBRE A POSIÇÃO SINTÁTICA E A INTERPRETAÇÃO DE ALGUNS EXPRESSIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

CUSSING WORDS BACK AND FORTH: NOTES ON THE SYNTAX AND INTERPRETABILITY OF SOME EXPRESSIVE ITEMS IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Marina Nishimoto Marques¹

Renato Miguel Basso²

RESUMO

Neste artigo, investigamos itens expressivos (IEs) do português brasileiro que aparecem nas estruturas [D IE de DP] (“a merda das chaves”) e em sua versão invertida, i.e. com o expressivo posposto ao DP caracterizado, [DP de IE] (“as chaves de merda”). Fazemos um breve inventário de IEs que apresentam esse comportamento, e então exploramos suas interpretações. Como conclusão, argumentamos, seguindo Basso (2020), que a [D IE de DP] é exclusivamente uso-condicional, com interpretações local e não-local, e que a estrutura [DP de IE] veicula conteúdos mistos (simultaneamente veri- e uso-condicional), com interpretação exclusivamente local. **PALAVRAS-CHAVE:** Expressivos. Uso-condicional. Semântica. Sintaxe.

ABSTRACT

In this paper, we investigate Brazilian Portuguese expressive items (EIs) that appear in the structure [D IE de DP] (“a merda das chaves”, *the damn keys*) and in its inverted version, i.e. with the expressive postponed to the characterized DP, [DP of EI] (“as chaves de merda”, *the shitty keys*). We present a brief inventory of EIs that exhibit this behavior, and then explore their interpretations. In conclusion, we argue, following Basso (2020), that the structure [D EI of DP] is exclusively use-conditional, with local and non-local interpretations, and that the structure [DP of EI] conveys mixed content (simultaneously veri- and conditional use), with an exclusively local interpretation.

KEYWORDS: Expressives. Use-conditional. Semantics. Syntax.

Introdução

Embora a semântica formal tradicionalmente tenha se concentrado em estudar o significado vericondicional das línguas naturais, esse não é o único tipo de significado que pode ser veiculado por itens e estruturas linguísticas. Para autores como Kaplan (1999), Potts (2005; 2007), Gutzmann (2013; 2019), entre vários outros, itens expressivos ou uso-condicionais, mesmo que por vezes não carreguem informações sobre as condições de verdade no mundo em que são proferidos (como é o caso de várias interjeições, por exemplo), também podem ser estudados por uma teoria semântica de base formal.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bolsa CAPES (88887.499218/2020-00), mnmarques94@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5632-2170>.

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), rmbasso@ufscar.br, <https://orcid.org/0000-0003-2580-0365>.

Para tratar a expressividade por meio de uma teoria semântica, autores como Potts (2007), McCready (2010) e Gutzmann (2013) propõem que as expressões das línguas naturais sejam analisadas em duas dimensões de significado distintas: uma vericondicional e uma uso-condicional. Na dimensão vericondicional, uma sentença pode ser julgada como verdadeira ou falsa de acordo com suas condições de verdade, avaliadas num conjunto de mundos possíveis relevantes. Na dimensão uso-condicional ou expressiva, por outro lado, uma estrutura linguística não é julgada em relação às suas contribuições para as condições de verdade, mas sim em relação à sua adequação ao contexto em que é proferida, que seria justamente suas condições de uso. Para ilustrar essa diferença, trazemos em (1) e (2) exemplos adaptados de Gutzmann (2015, p. 16, tradução livre):

- (1) “A neve é branca” é **verdadeiro** sse a neve é branca.
- (2) “Ops!” é **usado com felicidade** sse o falante observou um pequeno erro.

Apesar de serem exemplos prototípicos da classe dos expressivos em língua natural, interjeições como ‘ops’, em (2), não são o único tipo de item que adiciona conteúdo na dimensão expressiva/uso-condicional. Basso (2020) analisa uma estrutura sintática do português brasileiro (PB) – esquematizada aqui como [D IE³ de DP] – que também contribui com um conteúdo uso-condicional. Essa estrutura é exemplificada em (3):

- (3) Eu perdi [a merda das chaves].

Em linhas gerais, os conteúdos veiculados pela sentença (3) em cada uma das duas dimensões são exemplificados abaixo, sendo (3a) a interpretação na dimensão vericondicional e (3b), na dimensão uso-condicional:

- (3a) (3) é **verdadeiro** sse o falante perdeu as chaves.
- (3b) (3) é **usado com felicidade** sse o falante tem uma atitude negativa em relação à situação reportada.

Di Tullio e Saab (2006), ao tratarem de uma estrutura similar no espanhol argentino, observam que esse tipo de construção pode permitir a inversão do elemento expressivo com o DP caracterizado. Verificamos que essa possibilidade também existe no PB, conforme mostramos em (4):

- (4) a. Eu perdi [a merda das chaves].
b. Eu perdi [as chaves de merda].

³ “IE” está por “item expressivo”, ou seja, um elemento que contribui para a dimensão uso-condicional da sentença em que aparece, e que, como veremos, pode ser instanciado por diferentes itens e estruturas.

A diferença de significado semântico entre (5a) e (5b), então, se dá no nível uso-condicional: enquanto (5b) não apresenta nenhum conteúdo nessa dimensão, (5a) veicula nessa dimensão a atitude negativa do falante com relação ao fato de a TV ter quebrado.

Quando há a inversão do elemento expressivo com o DP, há também uma atitude negativa do falante que é veiculada na dimensão uso-condicional da sentença. Em (6), é a atitude negativa do falante veiculada por “de bosta” a responsável por fazer com que a interpretação do diminutivo usado em “TVzinha” penda mais para uma interpretação dimensional, que tem a ver com o tamanho da TV (uma TV pequena), ou então para uma leitura de uso pejorativo do diminutivo.

(6) Ganhei uma TVzinha de bosta na rifa.

Esse contraste é importante porque o diminutivo no PB é comumente usado para expressar uma atitude positiva (afetiva, de carinho) do falante em relação a algo, mas essa leitura não está disponível em (6), já que não é possível que o falante expresse simultaneamente uma atitude positiva (com o diminutivo) e negativa (com o IE) em relação à TV. Ou seja, o exemplo em (6) mostra que há conteúdo expressivo na estrutura [DP de IE] e que o estado emocional do falante recai sobre a TV em questão (mais precisamente, sobre a qualidade da TV).

Porém, além do conteúdo expressivo, é importante notar que o IE posposto também veicula conteúdo vericondicional. Essa é uma característica que não aparece quando o item expressivo está em posição pré-nominal, como vimos nos exemplos em (5), apenas quando esse item está posposto ao DP caracterizado. Assim, se, por um lado, podemos concluir (5b) a partir da premissa em (5a), o mesmo padrão de inferência não é possível de (7a) para (7b), ou seja, não é possível concluir (7b) a partir da premissa em (7a):

- (7) a. A TV de bosta quebrou.
b. A TV quebrou.

Veja que, o mesmo ocorre quando usamos um adjetivo descritivo comum, como nos exemplos em (8), que utiliza o adjetivo descritivo comum (i.e., veri-condicional) ‘branco’. Por esse adjetivo restringir o domínio do DP que ele caracteriza, não podemos inferir (8b) a partir da premissa em (8a):

- (8) a. O cachorro branco ganhou o concurso.
b. O cachorro ganhou o concurso.

Por fim, trazemos em (9) mais um teste que mostra que estamos lidando com um item que contribui com informação veri-condicional. Comparando (9a) com (9b), vemos um contraste: enquanto parece contraditório afirmar que a TV tem boa qualidade quando há o uso do expressivo em posição pós-nominal (cf. (9a)), essa estranheza não aparece quando o expressivo aparece em posição pré-nominal, na estrutura [D IE de DP] (cf. (9b)).

- (9) a. Essa TV de bosta quebrou? apesar de ser muito boa.
 b. Essa bosta de TV quebrou apesar de ser muito boa.

Assim, enquanto a estrutura [D IE de DP] veicula conteúdo em apenas uma dimensão, a sua versão com o expressivo posposto ao DP [DP de IE] parece veicular conteúdo tanto na dimensão vericondicional quanto na uso-condicional. Dessa forma, essa estrutura parece se aproximar mais ao que é chamado na literatura de “expressivos mistos” (McCREADY, 2010) – itens que contribuem simultaneamente nas dimensões veri- e uso-condicional.

Em suma, quando o item expressivo aparece posposto ao nome (i.e. na posição canônica do adjetivo atributivo em PB), ele expressa conteúdos tanto na dimensão descritiva (veri-condicional) quanto na dimensão expressiva (uso-condicional). Isso explica a diferença entre as sentenças em (10):

- (10) a. A TV de péssima qualidade quebrou.
 b. A TV de bosta quebrou.

Do ponto de vista estritamente descritivo, (10a) e (10b) podem ter as mesmas condições de verdade, ou seja, veicular a mesma informação: a de que a TV tem uma qualidade ruim. Por outro lado, apenas (10b), por trazer o item expressivo “de bosta”, veicula também conteúdo expressivo: o de que o falante está exaltado ou emotivamente envolvido com o fato de a TV ser de péssima qualidade.

Passemos a ver com mais detalhe qual é o alvo da atitude negativa que essa estrutura veicula.

1.2. Alvo da atitude negativa do item expressivo

Basso (2020) aponta para uma peculiaridade da construção [D IE de DP]: ao mesmo tempo que ela expressa uma atitude negativa do falante em relação ao DP que ela toma como argumento (i.e. o indivíduo caracterizado pelo expressivo), ela também pode ter uma leitura não-local e expressar uma atitude negativa do falante em relação ao CP no qual ela está inserida (i.e. a situação reportada como um todo). Para ilustrar esse ponto, considere a sentença em (11):

- (11) Essa merda de gato fugiu.

A sentença em (11) é usada com felicidade em duas situações distintas: (i) o falante está bravo com o gato ou (ii) o falante está bravo com o fato de o gato ter fugido⁶. No primeiro caso, o alvo da atitude negativa do falante é o DP interno à estrutura [D IE de DP], conforme ilustrado no esquema semiformal em (11a’), enquanto no segundo caso o alvo da atitude negativa do falante é o CP no qual a estrutura está inserida, conforme podemos ver em (11b’):

⁶ É possível ainda que o falante esteja bravo com o gato e com o fato de ele ter fugido, mas não nos deteremos nessa interpretação aqui.

- (11') a. [MERDA[Esse gato]] fugiu.
 b. [MERDA[Esse gato fugiu]].

No entanto, quando consideramos uma sentença na qual o item expressivo ocupa uma posição pós-nominal, não temos as mesmas duas possibilidades: a leitura não-local não é mais possível, apenas a leitura de que o alvo da atitude negativa é o DP caracterizado. Para ilustrar melhor essa questão, considere o contraste entre as sentenças (12a) e (12b) e entre as sentenças (13a) e (13b):

- (12) a. Que bom que essa merda de gato fugiu!
 b. Que bom que esse gato de merda fugiu!
- (13) a. Essa merda de gato fugiu, mas tudo bem, porque ele sempre faz isso e depois volta.
 b. Esse gato de merda fugiu, mas tudo bem, porque ele sempre faz isso e depois volta.

A sentença em (12b) funciona, já que o falante demonstra, com o uso pós-nominal do expressivo, uma atitude negativa direcionada ao gato, e exatamente por isso a situação pode ser considerada como boa para ele. Por outro lado, a sentença em (12a), ainda que use a estrutura [D IE de DP], não gera a leitura de que o falante está com raiva da situação, apenas a de que o falante está com raiva do gato ou não gosta dele, justamente porque é contraditório que ele caracterize a situação como boa (com o “que bom”) e ruim (com a estrutura expressiva) ao mesmo tempo. Para ilustrar essa questão, os esquemas semiformais em (12') abaixo ilustram as interpretações possíveis e a interpretação bloqueada das sentenças em (12):

- (12') a. Que bom que essa merda de gato fugiu!
 1. Que bom que [MERDA[esse gato] fugiu]
 2. *[MERDA[Que bom que esse gato fugiu]]
 b. Que bom que esse gato de merda fugiu!
 1. Que bom que [MERDA[esse gato] fugiu]

As sentenças em (13a) e (13b) apresentam o mesmo tipo de contraste. A continuação “mas tudo bem, porque ele sempre faz isso e depois volta” é natural em (13b), já que o estado emocional do falante é direcionado ao gato, e não à situação; além disso, essa mesma continuação bloqueia a leitura de que o falante tem raiva da situação em (13a), fazendo com que essa sentença, que por usar a estrutura [D IE de DP] poderia ter duas leituras, tenha apenas uma: a de que o falante direciona sua atitude negativa ao gato, referência do DP posposto ao IE. Novamente, em (13') ilustramos as interpretações (possíveis e bloqueada) das sentenças em (13), levando em consideração o escopo da atitude negativa:

- (13') a. Essa merda de gato fugiu, mas tudo bem, porque ele sempre faz isso e depois volta.
 1. [MERDA[esse gato] fugiu], mas tudo bem...
 2. *[MERDA[Esse gato fugiu]], mas tudo bem...
- b. Esse gato de merda fugiu, mas tudo bem, porque ele sempre faz isso e depois volta.
 1. [MERDA[esse gato] fugiu], mas tudo bem...

Os exemplos em (12) e (13) mostram que a interpretação do item expressivo “de merda” é sempre local. No entanto, a aceitabilidade de uma sentença como aquela em (14) poderia levar a questionar a relevância do teste acima:

- (14) Essa é uma ideia de merda, mas gostei dela!

Afinal, como é possível o falante ter uma atitude negativa em relação à ideia e, ao mesmo tempo, expressar que gosta dela?

Note que a atitude negativa do falante sobre *x* não impede que ele goste de *x*; a contradição acontece quando temos simultaneamente uma atitude negativa e uma positiva, e *gostar* não expressa uma atitude dessa natureza, mas apenas um gosto pessoal. Em outras palavras, não há contradição em gostar que algo que se julga ruim; a contradição acontece quando julgamos como bom algo que julgamos ruim. Note o contraste abaixo:

- (15) a. Essa é uma ideia de merda, mas gostei dela!
 b. # Essa é uma ideia de merda, mas é uma excelente ideia!

Dito em outras palavras, *gostar* não tem necessariamente a ver com como o falante julga *x* – podemos detestar coisas que julgamos ótimas e gostar de coisas que julgamos ruins. Uma paráfrase semiformal para (15a) seria algo como:

- (15) c. Eu gosto dessa ideia & essa ideia é de baixa qualidade/ruim & eu tenho uma atitude negativa em relação a essa baixa qualidade.

É importante notar que mesmo que não seja contraditório dizer que alguém gosta de algo pelo qual tem uma atitude negativa, já que são conteúdos veiculados em diferentes dimensões (o gosto pessoal na dimensão descritiva e a atitude na dimensão expressiva), negar descritivamente uma atitude veiculada pelo item expressivo pode soar estranho em alguns casos. Consideremos, por exemplo, as injúrias, que são consideradas itens expressivos mistos (DAVIS: McCREADY, 2020), e o contraste entre os exemplos em (16), que apresentam a injúria ‘paraíba’⁷:

⁷De modo simplificado, podemos dizer que injúrias são ofensas a grupos de pessoas compostas por um conteúdo descritivo (ou neutro) e um conteúdo expressivo que é pejorativo. No caso de ‘paraíba’, o conteúdo descrito seria algo como ‘ser do Nordeste do Brasil’, e conteúdo expressivo, “o falante tem uma atitude negativa com relação a pessoas do Nordeste do Brasil”.

- (16) a. O João é um paraíba, mas eu gosto dele.
 b. O João é um paraíba, ?mas eu não tenho nada contra nordestinos.

A sentença em (16a) soa mais natural e aceitável do que aquela em (16b) justamente porque o alvo da atitude negativa da injúria ‘paraíba’ é o grupo dos nordestinos, e não o indivíduo caracterizado (João). Da mesma forma, dizer algo como a sentença em (14a) não soa estranho porque o alvo da atitude negativa veiculada pelo IE não é o DP caracterizado (essa ideia), mas sim a contraparte descritiva do IE, assim como ocorre com as injúrias (se considerarmos que ‘nordestino’ é a contraparte descritiva da injúria ‘paraíba’).

A sentença em (14) é possível porque a atitude negativa do falante veiculada pelo IE não é direcionada ao DP caracterizado, mas sim à dimensão descritiva do item. Em outras palavras, o falante tem uma atitude negativa não em relação à ideia em si, mas sim à caracterização da ideia como sendo uma ideia ruim. Nesse caso, poderíamos interpretar (14) da seguinte forma: (i) no nível descritivo, o falante considera a ideia ruim; (ii) no nível expressivo, o falante tem uma atitude emotiva direcionada à qualidade ruim da ideia/à caracterização da ideia como ruim; (iii) no nível descritivo, o falante gostou da ideia.

Ao longo da seção 1, mostramos que os expressivos ‘merda’ e ‘bosta’ se comportam de maneiras diferentes dependendo da sua posição na sentença (antes ou após o nome). Essa diferença de comportamento se dá de duas formas: (i) no tipo de conteúdo veiculado e (ii) no alvo da atitude negativa do item expressivo. O tipo de conteúdo veiculado por esses expressivos em posição pré-nominal é exclusivamente expressivo, enquanto em posição pós-nominal, eles veiculam além do conteúdo expressivo também conteúdo descritivo. Já o alvo da atitude do falante do item expressivo pode ser interpretado local e não-localmente quando esses IEs estão prepostos ao nome, mas apenas de forma local quando eles estão pospostos.

Como podemos ver, expressivos pós-nominais na estrutura que estamos investigando (i) garantem que a interpretação de atitude negativa (uso-condicional) do falante seja interpretada localmente, seja recaindo sempre sobre o DP interno à estrutura, seja recaindo sobre a dimensão descritiva do item expressivo, e (ii) podem fazer uma contribuição veri-condicional, na qual predicam sobre alguma característica qualitativa do N interno à estrutura. Assim, reforçamos a conclusão de que expressivos pós-nominais são itens mistos.

2. Classificação dos expressivos pré- e pós-nominais

Nesta seção, procuramos responder à segunda pergunta colocada na introdução: quais são os expressivos que se encaixam na estrutura [D IE de DP] e se todos se comportam da mesma forma. Considerando as discussões feitas na seção 1, para pensar sobre a resposta a essa pergunta, dois pontos principais a serem considerados são: (i) todos os expressivos que se encaixam nessa estrutura podem ocupar as mesmas posições, i.e. pré- e pós-nominal?; e (ii) todos os expressivos que se encaixam

nessa estrutura geram as mesmas interpretações em relação ao alvo da atitude negativa e ao tipo de conteúdo expressado? Veremos esses pontos nas seções 2.1 e 2.2, respectivamente.

2.1. Distribuição sintática dos itens expressivos

Não é por acaso que os exemplos de expressivos usados na seção 1 tenham se limitado a ‘merda’ e ‘bosta’, já que esses são os expressivos que, em PB, conseguem se inverter com o elemento caracterizado sem mudar mais nada na estrutura da sentença, como podemos ver nos pares em (17) e (18):

- (17) a. Essa bosta de internet caiu.
b. Essa internet de bosta caiu.
- (18) a. Essa merda de livro me traumatizou.
b. Esse livro de merda me traumatizou⁸.

No entanto, outros expressivos que se encaixam na estrutura [D IE de DP] não seguem esse esquema. Entre esses itens expressivos, há dois padrões: (i) aqueles que podem aparecer em posição pós-nominal mas apenas com a eliminação da preposição “de”, como adjetivos atributivos (cf. (19) a (21)), e (ii) aqueles que não podem aparecer em posição pós-nominal de maneira alguma (cf. (22) a (26)).⁹

Tabela 1: Distribuição de alguns IEs no PB

	Expressivo	Posição pré-nominal	Posição pós-nominal com preposição	Posição pós-nominal sem preposição
(19)	porcaria	Essa porcaria de TV	?Essa TV de porcaria	Essa TV porcaria
(20)	lixo	Esse lixo de TV	*Essa TV de lixo	Essa TV lixo
(21)	cu	Esse cu de TV	?Essa TV de cu	Essa TV cu
(22)	porra	Essa porra de TV	*Essa TV de porra	*Essa TV porra
(23)	caralho	Esse caralho de TV	*Essa TV de caralho	*Essa TV caralho
(24)	cacete	Esse cacete de TV	*Essa TV de cacete	*Essa TV cacete
(25)	inferno	Esse inferno de TV	*Essa TV de inferno	*Essa TV inferno
(26)	droga	Essa droga de TV	*Essa TV de droga	*Essa TV droga

Fonte: Elaboração dos autores

Todos os itens expressivos de (19) a (26) podem também aparecer em posição predicativa se acompanhados de artigo indefinido, como podemos ver em (27). No entanto, apenas aqueles itens que podem vir pospostos ao nome podem vir em posição predicativa sem um artigo indefinido ou modificados por um intensificador como ‘muito’, conforme vemos em (28).

⁸ Com relação ao exemplo (18), é interessante notar o seguinte: o livro pode ser muito bom em (18a) e ainda assim traumatizar o falante, mas o trauma que o livro causa em (18b) é provavelmente porque o livro é muito ruim.

⁹ A lista apresentada no quadro não é exaustiva, e a proposta aqui é apenas a de trazer exemplos para ilustrar a discussão.

- (27) a. Essa TV é uma porcaria.
 b. Essa TV é um lixo.
 c. Essa TV é um cu.
 d. Essa TV é uma porra.
 e. Essa TV é um caralho.
 f. Essa TV é um cacete.
 g. Essa TV é um inferno
 h. Essa TV é uma droga.
- (28) a. Essa TV é porcaria./Essa TV é muito porcaria.
 b. Essa TV é lixo./Essa TV é muito lixo.
 c. ?Essa TV é cu./Essa TV é muito cu.
 d. *Essa TV é porra./*Essa TV é muito porra.
 e. *Essa TV é caralho./*Essa TV é muito caralho.
 f. *Essa TV é cacete./*Essa TV é muito cacete.
 g. *Essa TV é inferno./*Essa TV é muito inferno.
 h. *Essa TV é droga./*Essa TV é muito droga.

Além disso, apenas os expressivos que podem aparecer pospostos ao nome podem aparecer em construções de grau, como as exclamativas-*wh* (cf. (29)), os comparativos (cf. (30)) e construções com ‘demais’ (cf. (31)) (testes adaptados de KENNEDY, 1999):

- (29) a. Que TV porcaria/lixo/cu!
 b. *Que TV porra/caralho/cacete/inferno/droga!
- (30) a. Essa TV é mais porcaria/lixo/cu que a minha TV.
 b. *Essa TV é mais porra/caralho/cacete/inferno/droga que a minha TV.
- (31) a. Essa TV é porcaria/lixo/cu demais para ser o prêmio da rifa.
 b. *Essa TV é porra/caralho/cacete/inferno demais para ser o prêmio da rifa.

Observamos, então, que a distribuição sintática dos expressivos que podem aparecer na estrutura [D IE de DP] não é homogênea para toda a categoria. Esses expressivos podem, por sua vez, ser classificados em duas categorias: (i) aqueles que podem aparecer tanto em posição pré- quanto em posição pós-nominal; e (ii) aqueles que podem aparecer apenas na posição pré-nominal. Além disso, vimos também que essas duas categorias apresentam um outro padrão: apenas os expressivos da categoria (i) podem aparecer em expressões de grau, enquanto os da categoria (ii) não o fazem. Finalmente, itens de ambas as classes podem aparecer em posição predicativa na sentença, mas apenas

os itens da categoria (ii) precisam, necessariamente, estar acompanhados de um artigo indefinido para que a sentença seja gramatical. Os padrões observados estão resumidos na tabela abaixo:

Tabela 2: Padrões dos IEs no PB

Categoria (Exemplo)	Posição em relação ao nome	Pode aparecer em construção de grau?	Pode aparecer em posição predicativa?
Categoria I (porcaria)	Duas opções: (i) Pré-nominal; (ii) Pós-nominal	Sim	Sim, de duas formas: (i) Com artigo indefinido; (ii) Sem artigo indefinido.
Categoria II (porra)	Apenas pré-nominal	Não	Sim, mas apenas com artigo indefinido

Fonte: Elaboração dos autores

Nesta seção, portanto, vimos quais posições na sentença podem ocupar os itens expressivos analisados neste texto. Na seção seguinte, olhamos para as interpretações que esses itens geram nessas diferentes posições sintáticas.

2.2. Diferentes itens expressivos e suas interpretações

De acordo com o que argumentamos na seção 1, há diferenças de interpretação entre as estruturas [D IE de DP] (ou seja, com o item expressivo em posição pré-nominal) e [DP de IE] (ou seja, com o item expressivo em posição pós-nominal). Essas diferenças de interpretação se dão em dois âmbitos: (i) no tipo de conteúdo expresso, que pode ser apenas uso-condicional ou então simultaneamente veri- e uso-condicional (misto), e (ii) no alvo da atitude negativa, que pode ser um alvo não-local (o CP, ou seja, a situação), ou então um alvo local (o DP caracterizado ou então o conteúdo descritivo do item expressivo misto). As diferentes interpretações das duas estruturas são retomadas e esquematizadas na tabela seguinte:

Tabela 3: Interpretação dos IEs

	Exemplo	Contribuição vericondicional	Contribuição uso-condicional
Expressivo em posição pré-nominal	Essa merda de TV quebrou.	Não.	Atitude negativa do falante direcionada à TV ou à situação.
Expressivo em posição pós-nominal	Essa TV de merda quebrou.	A TV tem uma qualidade ruim.	Atitude negativa do falante direcionada à (qualidade da) TV

Fonte: Elaboração dos autores

Considerando os expressivos do PB que se encaixam na estrutura [D IE de DP], apresentados na seção anterior, temos que muitos deles, embora possam aparecer também em posição pós-nominal, não mantêm a preposição ‘de’ nessa inversão, como ocorre com os exemplos ‘merda’ e ‘bosta’ dados na seção 1. Além disso, nem todos os itens expressivos que podem aparecer na estrutura [D IE de DP] podem aparecer em posição pós-nominal.

Assim, levando em consideração que a proposta de que as interpretações geradas pelos itens expressivos dependem de sua posição sintática (pré- ou pós-nominal) e a diferença nas distribuições sintáticas desses outros expressivos que se encaixam na estrutura [D IE de DP] apresentados na seção anterior, temos duas expectativas:

- (i) que os expressivos de (19) a (21), que aparecem tanto em posição pré- quanto pós-nominal (ainda que sem a preposição), também gerem leituras diferentes dependendo de sua posição sintática; e
- (ii) que os expressivos de (22) a (26), que só ocupam uma posição pré-nominal, resultem apenas naquelas leituras geradas pela estrutura [D IE de DP].

Veremos se esse é o caso nas subseções a seguir.

2.2.1. Expressivos pré- e pós-nominais

Como já argumentado, a diferença de posição do item expressivo em relação ao nome que ele caracteriza gera diferentes leituras em dois âmbitos: (i) em relação ao tipo de conteúdo expresso pela sentença, que pode ser apenas uso-condicional (posição pré-nominal) ou misto (posição pós-nominal); e (ii) em relação ao alvo da atitude negativa do falante, que pode ser o CP (i.e. a situação reportada), o DP (i.e. o objeto caracterizado) ou o conteúdo descritivo do IE.

Do ponto de vista do tipo de conteúdo veiculado, deveríamos esperar que esses itens, quando ocupam uma posição pré-nominal, não veiculassem conteúdo na dimensão veri-condicional. Esse padrão é seguido pelos expressivos ‘porcaria’ e ‘lixo’, como podemos ver nos exemplos (32) e (33) abaixo, que mostram que só não é possível negar a má qualidade da TV quando o expressivo é posposto ao nome:

- (32) a. Essa porcaria de TV quebrou apesar de ser muito boa.
- b. Essa TV porcaria quebrou ?apesar de ser muito boa.

- (33) a. Esse lixo de TV quebrou apesar de ser muito boa.
- b. Essa TV lixo quebrou ?apesar de ser muito boa.

No entanto, esse padrão não é mantido com o expressivo ‘cu’, que mesmo ao aparecer em posição pós-nominal, não gera uma leitura (descritiva e veri-condicional) de que a qualidade da TV é ruim:

- (34) a. Esse cu de TV quebrou apesar de ser muito boa.
- b. Essa TV cu quebrou apesar de ser muito boa.

Essa aparente quebra de padrão, no entanto, se deve ao fato de que ‘cu’ não veicula um conteúdo veri-condicional similar àquele veiculado por ‘porcaria’ e ‘lixo’, ou seja, o conteúdo de que a TV tem uma qualidade ruim. O conteúdo descritivo trazido por ‘cu’ em (34b) pode ser o de que a TV é complicada de se operar, de se configurar, mas não necessariamente o de que a TV é de baixa qualidade. Assim, ainda que (34b) quebre o padrão de (32b) e (33b), aceitando a continuação “apesar de ser muito boa” (justamente porque ‘cu’ não fala sobre a qualidade da TV), esse dado não nega que esse item expressivo veicule conteúdo vericondicional, ele apenas não tem a ver com a qualidade da TV¹⁰.

O problema do teste que usamos em (32) a (34) é que, para que ele funcione, dependemos de conseguir parafrasear o item expressivo usando itens descritivos, o que não é uma tarefa muito fácil considerando que a “inefabilidade descritiva”¹¹ é uma importante característica dos itens expressivos (POTTS, 2007). Seria preferível, então, um teste que não dependesse dessa manobra.

Assim, propomos um novo teste para verificar se o item expressivo posposto ao nome age na dimensão veri-condicional da sentença. Esse teste se baseia na ideia de que, caso o item expressivo veicule também um conteúdo descritivo, esse conteúdo agiria sobre o DP caracterizando-o de alguma forma e, portanto, restringindo o domínio desse DP de modo similar ao que faz um adjetivo intersectivo. Para ilustrar essa ideia, imagine a seguinte situação: na casa em que Ana e Beatriz moram há duas TVs e Ana percebe que uma delas (a de menor qualidade) está quebrada. Ela, então, resolve alertar Beatriz, que não sabe desse fato ainda. Nesse cenário, a resposta de Ana só é aceitável em (35b), mas não em (35a):

(35a) Ana: A TV quebrou.

Beatriz: Qual TV quebrou?

Ana: #A merda da TV quebrou.

(35b) Ana: A TV quebrou.

Beatriz: Qual TV quebrou?

Ana: A TV merda quebrou.

Nessa situação, a resposta de Ana em (35b) especifica qual das TVs quebrou: a TV “merda”, caso uma apresente essa característica (seja lá qual seja a sua equivalente descritiva) e a outra não, ou então a TV “mais merda”, caso as duas TVs apresentem essa característica. Assim, no cenário proposto, a última sentença em (35b) é mais informativa do que a última sentença em (35a), a partir da qual não podemos extrair a informação de qual das duas TVs quebrou.

O contraste de uso das respostas de Ana em (35) mostra que o mesmo item expressivo restringe o domínio do item caracterizado (no caso, o domínio das TVs da casa) na posição pós-nominal, mas não na posição pré-nominal e, portanto, mostra também que ele age na dimensão veri-condicional apenas

¹⁰ Um importante trabalho futuro é analisar caso a caso os IEs que apresentam as características que listamos aqui com relação à sua contribuição descritivo/veri-condicional, pois, como o exemplo com ‘cu’ mostra, nem sempre estamos falando da qualidade.

¹¹ Esse é o nome que Potts (2005) dá à propriedade dos expressivos de não poderem ser adequadamente parafraseados em termos exclusivamente descritivos, ou seja, *grosso modo*, não é possível traduzir um termo expressivo em termos descritivos sem perder conteúdo.

no primeiro caso. Vale lembrar que esse teste não nega que o expressivo na posição pós-nominal tem contribuição uso-condicional – a ideia é que esses expressivos pós-nominais, como vimos, sejam mistos e contribuam em ambos os níveis, uso- e veri-condicional.

Usando esse teste, podemos verificar que todos os itens listados como expressivos pré- e pós-nominais atuam da mesma forma: nos exemplos em (36), que trazem os expressivos em posição pré-nominal, não sabemos qual das TVs quebrou; já naqueles em (37), nos quais o expressivo vem posposto ao nome, sabemos qual das TVs quebrou¹²:

- (36) a. A porcaria da TV quebrou.
 b. O lixo da TV quebrou.
 c. O cu da TV quebrou.

- (37) a. A TV porcaria quebrou.
 b. A TV lixo quebrou.
 c. A TV cu quebrou.

Do ponto de vista do tipo de conteúdo veiculado, portanto, vimos que a classe de expressivos que pode aparecer tanto na estrutura [D IE de DP] quanto na sua versão que inverte o nome e o expressivo [DP de IE] se comporta de forma homogênea e veicula, além do conteúdo uso-condicional, conteúdo veri-condicional na posição pós-nominal, e não na pré-nominal.

Passemos, agora, para a questão do alvo da atitude negativa. Conforme vimos anteriormente, quando os expressivos ‘merda’ e ‘bosta’ estão prepostos ao nome, eles podem gerar tanto uma leitura local, na qual a atitude negativa é direcionada ao DP, quanto uma leitura não-local, na qual a atitude negativa é direcionada ao CP. Vamos ver se esse padrão é mantido pelos outros expressivos pré- e pós-nominais.

Em (38), a continuação “pena que ele sempre volta” tem a intenção de bloquear a leitura de que o falante está direcionando a sua atitude negativa à situação de fuga (veiculada pelo CP), já que essa continuação indica que o falante tem uma atitude positiva em relação à ausência do gato e, portanto, teria também uma atitude positiva caso ele fugisse. As sentenças em (38) não são contraditórias com essa continuação justamente porque, nesses casos, é possível termos uma leitura para as sequências [a porcaria/o lixo/o cu do gato] na qual ‘o gato’ é o alvo da atitude negativa do falante. Vemos por esses exemplos, portanto, que os expressivos prepostos ao nome podem ter como alvo da atitude negativa o DP caracterizado.

- (38) a. Essa porcaria de gato fugiu. Pena que ele sempre volta.
 b. Esse lixo de gato fugiu. Pena que ele sempre volta.
 c. Esse cu de gato fugiu. Pena que ele sempre volta.

¹² Em (36) e (37), usamos um artigo definido, mas é possível usar também demonstrativos.

Nos exemplos em (39), o uso do diminutivo ‘gatinho’ tem a intenção de bloquear, dessa vez, a leitura de que o falante direciona sua atitude negativa ao gato, já que ele está se referindo ao animal de uma forma carinhosa. Porém, note que, se as sentenças em (39) forem aceitáveis, a única interpretação possível será a de que a atitude negativa é direcionada ao CP (i.e. a situação), e não ao DP, e assim a contribuição do diminutivo nos exemplos em (39) pode ser afetiva (caso a atitude negativa seja direcionada ao CP) e é estritamente dimensional apenas no caso de o alvo da atitude negativa do falante ser interpretado como o DP “gatinho”.

- (39) a. Essa porcaria de gatinho fugiu.
 b. Esse lixo de gatinho fugiu.
 c. Esse cu de gatinho fugiu.

Finalmente, vamos olhar para esses expressivos agora em posição pós-nominal. De acordo com o comportamento dos expressivos ‘merda’ e ‘bosta’, quando esses itens vêm pospostos ao nome, a única leitura possível é a de que eles agem localmente, sobre o DP ou sobre a característica descritiva veiculada pelo IE, e uma leitura não-local não está disponível. O fato de que as sentenças em (40) e suas continuações são possíveis mostra que o expressivo pós-nominal pode ser usado quando o falante está satisfeito com a situação. Nesses casos, a atitude negativa do falante só pode estar direcionada ao DP ou à caracterização descritiva do N veiculada pelo IE.

- (40) a. Que bom que essa TV porcaria quebrou! Assim compramos outra.
 b. Que bom que essa TV lixo quebrou! Assim compramos outra.
 c. Que bom que essa TV cu quebrou! Assim compramos outra.

Em (40d), trazemos outro exemplo para mostrar que o IE não pode ser interpretado como atribuindo uma atitude negativa em relação à situação (CP). A continuação após o travessão soa estranha justamente por tentar atribuir a atitude negativa lançada pelo IE na primeira parte da sentença à situação, e não à prova. Essa estranheza mostra que o IE pós-nominal não pode atuar sobre o CP, ou seja, ter leitura não-local.

- (40) d. Acabei de corrigir a prova porcaria/lixo/cu do meu aluno – #não é que eu não gostei da prova, mas é que eu odeio corrigir provas.

O teste do diminutivo que usamos em (6) e em (39) também traz evidências de que a interpretação do IE pós-nominal é apenas local. Em (40e), o uso de um item expressivo que atribui a atitude negativa do falante ao DP faz com que o diminutivo seja interpretado como se referindo ao tamanho do objeto ou então como um pejorativo. A interpretação de que o diminutivo atribui uma atitude positiva do falante ao DP é bloqueada por conflitar com a atribuição da atitude negativa do falante em relação ao DP. Caso a atitude negativa do IE pudesse ser atribuída ao CP, a leitura do diminutivo como um

expressivo positivo não seria necessariamente bloqueada, como acontece em (39) – ela poderia existir desde que interpretássemos o alvo da atitude negativa do falante como sendo o CP. No entanto, o diminutivo não apresenta leitura positiva justamente porque a única possibilidade é a de que a atitude negativa do falante veiculada pelo IE é direcionada a um alvo local (o DP), sendo impossível que o IE, nessa posição pós-nominal, tenha seu conteúdo expressivo direcionado ao CP.

(40) e. Eu tenho um computadorzinho porcaria/lixo/cu.

Nesta seção, vimos, então, que os itens expressivos aqui investigados que podem aparecer tanto em posição pré- quanto pós-nominal seguem o padrão de comportamento que vimos na seção anterior com *merda* e *bosta*, resumido na tabela a seguir:

Tabela 3: Tipos de alvos dos IEs

Posição	Tipo(s) de conteúdo veiculado	Alvo(s) da atitude emotiva do falante
Pré-nominal	Expressivo	(i) Não-local (CP) (ii) Local (DP ou conteúdo descritivo do IE)
Pós-nominal	(i) Expressivo (ii) Descritivo	Local (DP ou conteúdo descritivo do IE)

Fonte: Elaboração dos autores

A partir de todo o exposto nesta seção, podemos definir pelo menos três formalizações possíveis para IEs que podem ocupar tanto a posição pré- quanto a pós-nominal. As formalizações em (41a) e (41b) representam esses IEs em posição pré-nominal, enquanto aquela em (41c) representa os mesmos IEs em posição pós-nominal:

- (41) a. $[[IE_{pre_nominal}]] = \emptyset \blacklozenge \textcircled{\smiley}(\lambda x . x) : \langle e, u \rangle^s$
 b. $[[IE_{pre_nominal}]] = \emptyset \blacklozenge \textcircled{\smiley}(\lambda S . S) : \langle t, u \rangle^s$
 c. $[[IE_{pos_nominal}]] = \lambda d . \lambda x . \mu_{DIM}(x) \geq d \blacklozenge \textcircled{\smiley}(\lambda d . \lambda x . \mu_{DIM}(x) \geq d) : \langle d, \langle e, t \rangle \rangle^a \times \langle \langle d, \langle t, e \rangle \rangle, u \rangle^s$

Nas fórmulas em (41), o símbolo “ \blacklozenge ” separa a parte veri-condicional (descritiva) da parte uso-condicional (expressiva) do termo, conforme proposto por McCready (2010) para itens mistos. A interpretação veri-condicional do termo fica à esquerda de “ \blacklozenge ”, enquanto a uso-condicional vem à direita. O tipo u é definido em Gutzmann (2019) como um tipo básico da dimensão uso-condicional e representa algum tipo de envolvimento emocional do falante. Por fim, os índices a e s são definidos em McCready (2010) e servem para identificar a qual dimensão o tipo proposto pertence: à dimensão *at-issue* ou veri-condicional (índice a) ou à dimensão expressiva ou uso-condicional (s).

Em (41a) e (41b), vemos que o IE pré-nominal não apresenta interpretação na dimensão veri-condicional do termo (indicado por “ \emptyset ”), apenas na sua dimensão uso-condicional. O IE

pré-nominal apresenta duas interpretações possíveis pois, como já vimos anteriormente, ele pode direcionar a atitude negativa do falante para dois alvos diferentes: o DP caracterizado ou então o CP como um todo. A fórmula em (41a) representa o IE que tem como alvo o DP caracterizado – ele toma como alvo um indivíduo x , de tipo $\langle e \rangle$, e é de tipo $\langle e, u \rangle$ na dimensão uso-condicional, ou seja, ele toma um indivíduo como argumento (o DP) e devolve uma atitude do falante em relação a esse indivíduo. A atitude negativa do falante nessa fórmula (e também nas fórmulas seguintes) é representada pelo símbolo ☹.

Já em (41b), temos a representação de um IE pré-nominal que tem como alvo o CP no qual ele aparece – ele toma como alvo uma sentença S e é do tipo $\langle t, u \rangle$ na dimensão uso-condicional, ou seja, ele toma uma sentença/proposição como argumento (o CP) e devolve uma atitude do falante em relação a essa sentença.

Por fim, em (41c) temos uma formalização para um IE pós-nominal. A presença de conteúdo dos dois lados de “♦” mostra que esse é um item misto, ou seja, que veicula conteúdo nas duas dimensões de significado: veri- e uso-condicional. Na dimensão veri-condicional, esse IE funciona como um adjetivo de grau que toma como argumentos um grau d e um indivíduo x e diz que a medida de x na dimensão DIM é superior a esse grau d definido pelo contexto. Para grande parte dos IEs pré- e pós-nominais apresentados neste trabalho (‘merda’, ‘bosta’, ‘porcaria’ e ‘lixo’), a dimensão DIM sobre a qual eles são medidos será uma dimensão de qualidade ruim, como vimos em (32) e (33), mas também é possível que essa dimensão mobilizada seja diferente de acordo com o IE usado, como vimos que acontece com o IE ‘cu’, que não atribui uma qualidade baixa ao objeto caracterizado, mas uma qualidade descritiva de alguma outra ordem, conforme vimos em (34). O IE em posição pós-nominal é de tipo $\langle d, \langle e, t \rangle \rangle$ na dimensão veri-condicional, que é o tipo de um adjetivo gradual comum. Já na dimensão uso-condicional, o IE pós-nominal atribui uma atitude emotiva do falante em relação à qualidade descritiva atribuída ao N, ou seja, em relação a própria parte descritiva do IE. Assim, esse IE é de tipo $\langle \langle d, \langle e, t \rangle, u \rangle$, ou seja, ele toma como argumento um adjetivo de grau e devolve uma atitude do falante em relação a esse adjetivo.

Assim, uma sentença como aquela em (42a) fica formalizada como em (42b), caso a atitude negativa seja direcionada à TV, ou (42c), se a atitude emocional do falante tiver como alvo o CP como um todo. Já uma sentença como aquela em (43a), que apresenta um IE pós-nominal, fica formalizada como em (43b).¹³

- (42) a. [[Essa merda de TV quebrou.]]
 b. = QUEBROU(essa TV)^a • ☹(essa TV)^s
 c. = QUEBROU(essa TV)^a • ☹(QUEBROU(essa TV))^s

¹³ O símbolo do círculo preto (●) separa a dimensão veri-condicional (à esquerda) e a dimensão uso-condicional (à direita) no nível sentencial, diferentemente de ♦, que é usado para separar as duas dimensões de um mesmo item que funciona como um expressivo misto, conforme proposto em Gutzmann (2019).

- (43) a. [[Essa TV porcaria quebrou.]]
 b. $= \lambda d . \mu_{\text{QUALIDADE_RUIM}}(\text{essa TV}) \geq d \blacklozenge \text{☹}(\lambda d . \mu_{\text{QUALIDADE_RUIM}}(\text{essa TV}) \geq d)$

Em resumo, a interpretação final da estrutura de dependerá composicionalmente dos elementos que a formam e de como estão combinados. Seguindo essa linha de raciocínio, seria de se esperar que IEs exclusivamente pré-nominais apresentassem apenas as interpretações que os IEs desta seção geram em posição pré-nominal. Na seção a seguir, vamos verificar essa hipótese.

2.2.2. Expressivos exclusivamente pré-nominais

Como vimos na seção 2.1, uma parte dos itens expressivos que se encaixa na estrutura [D IE de DP] não pode aparecer em posição pós-nominal. É o caso dos exemplos em (22) a (26) – ‘porra’, ‘caralho’, ‘cacete’, ‘inferno’ e ‘droga’. Como esses itens só aparecem em posição pré-nominal, a expectativa é de que eles tenham apenas as leituras geradas que os demais expressivos em posição pré-nominal, ou seja, que (i) não contribuam com conteúdo vericondicional para a sentença e (ii) que o alvo da atitude negativa seja ambíguo entre o CP e o DP.

Em relação ao tipo conteúdo expresso por essa categoria, os expressivos exclusivamente pré-nominais se diferenciam daqueles que podem aparecer tanto antes como depois do nome por não veicularem conteúdo veri-condicional, apenas conteúdo uso-condicional. Nesse sentido, esses expressivos funcionariam como epítetos expressivos, como o item *damn* do inglês nos exemplos abaixo. Fica claro que o epíteto *damn* não contribui na dimensão veri-condicional da sentença quando observamos que, a partir da premissa em (44a), podemos concluir (44b) (KAPLAN, 1999):

- (44) a. That damn Kaplan was promoted.
 Aquele maldito Kaplan foi promovido.
 b. Kaplan was promoted.
 Kaplan foi promovido.

Da mesma forma, a partir de (45a) podemos concluir (45b):

- (45) a. Essa porra/Esse caralho/Esse cacete/Esse inferno/Essa droga de TV quebrou.
 b. Essa TV quebrou.

Além disso, como argumentamos com os exemplos em (35), os expressivos que aparecem apenas em posição pré-nominal também não conseguem restringir o domínio do DP caracterizado. Assim, se, considerarmos uma situação em que Ana sabe que uma das TVs da casa quebrou, mas não sabe qual, vemos, nos exemplos em (46), que a resposta dada por Beatriz não parece uma resposta aceitável para a pergunta de Ana em nenhum dos casos,

(46) Ana: Qual TV quebrou?

Beatriz: #A porra/O caralho/O cacete/O inferno/A droga da TV quebrou.

Com esses dados, podemos concluir, novamente, que os expressivos exclusivamente pré-nominais têm o papel de contribuir somente na dimensão uso-condicional da sentença, e não veiculam conteúdo descritivo.

Finalmente, a última característica que esperamos que a categoria dos expressivos exclusivamente pré-nominais tenha é a de gerar leituras ambíguas quanto ao alvo da atitude negativa expressa pelo falante quando usa esses itens. Assim, seguindo o que já argumentamos para o expressivo ‘merda’, sentenças como aquelas em (47) deveriam gerar duas possíveis interpretações cada, expressas nos esquemas semi-formais em (48) (nos quais o alvo da atitude negativa é o DP [gato]) e em (49) (nos quais o alvo da atitude negativa é o CP, ou seja, a situação):

- (47) a. Essa porra de gato fugiu.
 b. Esse caralho de gato fugiu.
 c. Esse cacete de gato fugiu.
 d. Esse inferno de gato fugiu.
 e. Essa droga de gato fugiu.

- (48) a. [PORRA[esse gato]] fugiu
 b. [CARALHO[esse gato]] fugiu
 c. [CACETE[esse gato]] fugiu
 d. [INFERNO[esse gato]] fugiu
 e. [DROGA[esse gato]] fugiu

- (49) a. [PORRA[esse gato fugiu]]
 b. [CARALHO[esse gato fugiu]]
 c. [CACETE[esse gato fugiu]]
 d. [INFERNO[esse gato fugiu]]
 e. [DROGA[esse gato fugiu]]

Em (50), usamos o mesmo teste feito em (12), bloqueando a leitura não-local da atitude negativa por meio do encaixe da sentença na exclamativa “que bom”, que expressa a satisfação do falante:

- (50) a. Que bom que essa porra de gato fugiu!
 b. Que bom que esse caralho de gato fugiu!
 c. Que bom que esse cacete de gato fugiu!
 d. Que bom que esse inferno de gato fugiu!
 e. Que bom que essa droga de gato fugiu!

A partir desses exemplos, então, verificamos que todos os expressivos que listamos para essa categoria permitem a leitura local da atitude negativa, i.e. as leituras esquematizadas em (48), nas quais a atitude negativa é direcionada ao DP [esse gato].

Por fim, usando o teste feito em (39), no qual o diminutivo bloqueia a leitura de que o falante tem uma atitude negativa em relação ao DP, verificamos nos exemplos em (51) que também os expressivos exclusivamente pré-nominais geram leituras não-locais (aquelas esquematizadas em (49), nas quais o falante está insatisfeito com a situação, e não com o item caracterizado).

- (51) a. Essa porra de gatinho fugiu.
 b. Esse caralho de gatinho fugiu.
 c. Esse cacete de gatinho fugiu.
 d. Esse inferno de gatinho fugiu.
 e. Essa droga de gatinho fugiu.

A partir dos dados trazidos nesta seção, podemos concluir, então, que podemos formalizar os IEs exclusivamente pré-nominais da mesma forma que a proposta para os IEs da seção anterior (que podem aparecer tanto antes quanto depois do nome) quando eles estão em posição pré-nominal, já que o comportamento de ambos os tipos de item é o mesmo. Assim, há duas formalizações possíveis para os IEs exclusivamente pré-nominais, apresentadas em (41a) e (41b) e repetidas abaixo:

- (41) a. $[[IE_{pre_nominal}]] = \emptyset \blacklozenge \textcircled{\smile}(\lambda x . x) : \langle e, u \rangle^s$
 b. $[[IE_{pre_nominal}]] = \emptyset \blacklozenge \textcircled{\smile}(\lambda S . S) : \langle t, u \rangle^s$

Finalmente, como ilustração, mostramos em (52b) e (52c) as possíveis interpretações da sentença em (52a):

- (52) a. [[Essa porra de TV quebrou.]]
 b. = QUEBROU(essa TV)^a • $\textcircled{\smile}$ (essa TV)^s
 c. = QUEBROU(essa TV)^a • $\textcircled{\smile}$ (QUEBROU(essa TV))^s

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de investigar de maneira contrastiva os expressivos que são aceitos nas estruturas [D IE de DP] e [DP de IE] no português brasileiro, seus escopos e as interpretações que eles geram em cada uma dessas posições. Os dados trabalhados aqui indicam que são as diferentes estruturas sintáticas nas quais o expressivo se encaixa, e não apenas o item lexical propriamente dito, que geram as diferentes interpretações das sentenças. Assim, o mesmo item expressivo, a depender da posição sintática que ele ocupa na sentença (pré- ou pós-nominal), pode tanto sinalizar uma atitude negativa do falante (i) localmente (em relação ao indivíduo caracterizado (DP) ou à característica descritiva atribuída ao N caracterizado pelo IE) ou então (ii) não-localmente (em relação à situação

como um todo (CP)). Da mesma forma, quando o item expressivo tem a possibilidade de aparecer apenas em uma das posições, ele só gera interpretações relacionadas a essa posição.

Este trabalho, de caráter descritivo, no entanto, apresenta também algumas questões que ficam em aberto. Em primeiro lugar, falamos apenas de itens expressivos que apresentam leituras de atitude negativa do falante, já que os itens que podem se inverter com o DP estão nessa categoria. Também é possível encontrar, na estrutura [D IE de DP], IEs positivos, i.e. que expressam uma atitude positiva do falante, como é o caso de ‘maravilha’ ou ‘beleza’ (BASSO, 2020), mas esses itens positivos não se invertem com o DP, ou seja, não podem aparecer em posição pós-nominal, como é o caso de alguns IEs negativos que vimos anteriormente. À primeira vista, os IEs positivos, que são exclusivamente pré-nominais, parecem seguir o padrão apresentado neste texto e se comportar como os IEs negativos exclusivamente pré-nominais, não podendo aparecer em construções de grau e nem em posição predicativa sem a presença de um artigo indefinido. Por outro lado, Basso (2020) aponta para a impossibilidade de que esses IEs positivos tenham interpretações não-locais, o que vai contra o padrão apresentado neste texto. Assim, seria interessante explorar mais o assunto para verificar se esses IEs positivos apresentam características ou comportamentos específicos que justificariam a formação de uma terceira categoria que não as duas presentes neste trabalho.

Outra questão que também merece mais investigação é o motivo de alguns IEs poderem aparecer em posição pós-nominal acompanhados da preposição ‘de’ e outros somente como adjetivos atributivos, e se há diferença de interpretação entre IEs pós-nominais acompanhados de ‘de’ ou não. Deixamos também como um problema a ser futuramente investigado se o grau de gramaticalização de alguns dos IEs que investigamos, poderia, talvez, explicar por que alguns itens são claramente mistos, como ‘merda’ em “Essa TV é uma merda”, e outros são simplesmente expressivos, como é o caso de ‘porra’. A hipótese a ser investigada é se essa diferença pode ter a ver com graus de gramaticalização – quanto mais gramaticalizado o item, mas chance ele tem de ter uma interpretação mista ou veri-funcional.

Por fim, embora IEs exclusivamente pré-nominais não apresentem conteúdo descritivo (veri-condicional), eles podem aparecer em posição predicativa (ainda que sempre acompanhados de artigo indefinido). Esse é outro problema para o qual ainda não temos uma explicação, e que será alvo de pesquisas futuras.

Referências

BASSO, R. M. Use-conditional expressions and nonlocal interpretation: A case study of a Brazilian Portuguese structure. In: Roberta Pires de OLIVEIRA; Ina EMMEL; Sandra QUAREZEMIN (org.). *Brazilian Portuguese, syntax and semantics: 20 years of Núcleo de Estudos Gramaticais*. 1. ed. Amsterdã: John Benjamins, 2020, pp. 163-82.

DAVIS, C.; McCREADY, E. The instability of slurs. *Grazer Philosophische Studien*, v. 97, pp. 63-85, 2020.

DI TULLIO, A; SAAB, A. Dos clases de epítetos em el español: sus propiedades referenciales y distribución sintáctica. *Actas del XIV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)*. Monterrey, 2006.

GUTZMANN, D. Expressives and beyond: An introduction to varieties of use-conditional meaning. In: Daniel GUTZMANN; Hans-Martin GÄRTNER (org.). *Beyond expressives: Explorations in use-conditional meaning*. Leiden/Boston: Brill, 2013.

GUTZMANN, D. *Use-conditional meaning: Studies in multidimensional semantics*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

GUTZMANN, D. *The grammar of expressivity*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

KAPLAN, D. *The meaning of ouch and oops*. Los Angeles: University of California, 1999. Palestra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iaGRLlgPl6w>.

KENNEDY, C. *Projecting the adjective: The syntax and semantics of gradability and comparison*. Tese – University of California, 1999.

McCREADY, E. Varieties of conventional implicature. *Semantics and Pragmatics*, v. 3, n. 8, pp. 1-57, 2010.

POTTS, C. *The logic of conventional implicatures*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

POTTS, C. The expressive dimension. *Theoretical Linguistics*, n. 33, pp. 165-97, 2007.

EFEITOS DA VAGUEZA NA INTERPRETAÇÃO DE ADJETIVOS*THE ROLE OF VAGUENESS IN ADJECTIVE UNDERSTANDING**Ana Paula Quadros Gomes¹***RESUMO**

A vagueza é característica das línguas naturais. Apesar de ser ubíqua, ela identifica especialmente a classe dos adjetivos de grau relativos. O estudo da denotação dos adjetivos rendeu desafios persistentes (PARTEE, 2007). Kamp (1975) mostrou que muitos dos adjetivos antes considerados impossíveis de tratar como modificação intersectiva eram realmente intersectivos, mas dependentes do contexto; isto é, vagos. Uma teoria de graus para a vagueza (KENNEDY; McNALLY, 2005) evoluiu para uma gramática da vagueza. Embora todos os adjetivos de grau sejam dependentes do contexto, uns são absolutos e outros relativos, devido aos seus diferentes tipos de parâmetro de comparação. Há ainda duas classes de absolutos: os de padrão mínimo e os de padrão máximo. Do ponto de vista da semântica de graus, num dado contexto, as condições de verdade de uma descrição contendo um adjetivo não serão sempre as mesmas. Há já bastante pesquisa empírica sobre as variedades de padrão, mas nem tantas conduzidas sobre o Português Brasileiro. Desenvolvemos um experimento. Seus resultados reforçam a importância da vagueza para a semântica dos adjetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Vagueza. Semântica de graus. Semântica experimental. Adjetivos. Português Brasileiro.

ABSTRACT

Vagueness is a typical feature of natural language meaning. Though pervasive, vagueness has been identified with one particular class of adjectives: the gradable adjectives called relative. The study of adjective denotations gave rise for long-standing puzzles (PARTEE, 2007). Kamp (1975) showed that many adjectives that at first looked like nonintersective were instead intersective but context dependent, i.e., vague. A degree theory of vagueness (KENNEDY; McNALLY, 2005) evolved to a grammar of vagueness. All gradable adjectives are context-dependent, but some are absolute, and some are relative, given the different types of standards they require. Among the absolute, there are yet two classes: minimal standard and maximal standard adjectives. So, from a degree semantics view, the truth conditions assigned in a context of utterance to a description containing a degree adjective will not be always the same. Some empirical research has been conducted about the varieties of standards of comparison, but not so many in Brazilian Portuguese. We conducted a survey on the subject. The results reinforce the importance of vagueness for the adjective semantics.

KEYWORDS: Vagueness. Degree semantics. Semantic experiment. Adjectives. Brazilian Portuguese.

Introdução: como a semântica dos adjetivos afeta a gramática

O interesse linguístico por adjetivos é vasto e antigo. Numa perspectiva tipológica, o cerne do debate tem sido sua universalidade. Dixon (1977) posicionou-se contra, defendendo que a expressão de valores semânticos como dimensões, cores, idades, propensões humanas etc. é feita por nomes ou verbos em diversas línguas, que não contam com modificadores nominais. O autor mudaria de ideia:

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anaquadrosgomes@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193>.

Agradeço aos pareceristas anônimos as sugestões (naturalmente, os erros permanecem meus); e agradeço à Cilene Rodrigues a generosa ajuda com a ferramenta de pesquisa.

Em um estudo anterior, eu opinei que ‘essa classe [dos adjetivos] está de todo ausente em algumas línguas’ (DIXON, 1977, p. 20; 1982, p. 2). O presente capítulo — baseado em um quarto de século de pesquisas — defende a hipótese de que a classe dos adjetivos pode ser reconhecida em toda e qualquer língua, embora os critérios que distinguem adjetivos de nomes e verbos possam ser algumas vezes muito tênues. (DIXON, 2004, p. 12)

Segundo Dixon (2004), a posição contrária à universalidade dos adjetivos decorre de um olhar eurocêntrico, que busca nas demais línguas naturais aquelas características exibidas pelos adjetivos nas indo-europeias. Um dos critérios propostos pelo autor para identificar adjetivos em línguas ainda pouco descritas é a intensificação. Tal critério coloca a gradação como algo presente nas línguas naturais em geral.

Justamente a natureza dessa gradação, responsável pela intensificação, vem sendo objeto de teorias formais. Há duas correntes em embate: a Semântica de Graus (KENNEDY, 1997; HEIM, 2000; SCHWARZCHILD; WILKINSON, 2002; KENNEDY; McNALLY, 2005 etc.) e a Semântica da Delineação (KLEIN, 1980; DOETJES *et al.*, 2009; BURNETT, 2014), também chamada de Vagueza Inerente ou abordagem neo-Kleiniana. Elas assumem posições diferentes quanto à semântica das comparativas, à morfologia do adjetivo e à sua composição semântica interna, bem como ao estatuto ontológico dos graus. A Semântica de Delineação trata predicados graduais como os não-graduais, postulando que os adjetivos ditos “de grau” se distinguem dos demais por sua sensibilidade a uma classe de comparação provida pelo contexto: sempre que o contexto muda, muda a interpretação do adjetivo. A extensão do adjetivo, contendo todos os indivíduos do domínio, é tripartida em extensão positiva (contendo os indivíduos que apresentam a propriedade), extensão negativa (contendo os indivíduos que não apresentam aquela propriedade) e *extension gap*, espaço onde estão os casos limítrofes, aqueles indivíduos muito próximos da fronteira entre a extensão negativa e a positiva para permitir uma classificação tranquila. Já a Semântica de Graus assume a existência de escalas, que são graus (existentes na nossa ontologia, como indivíduos) totalmente ordenados ao longo de uma dimensão ou propriedade; o adjetivo denota relações entre indivíduos e graus na escala, ou seja, mapeia o referente do seu argumento nominal ao grau da propriedade que ele exhibe. Um morfema de grau não-pronunciado, batizado de *pos* em função de se ligar à forma positiva do adjetivo, introduz um termo de comparação que fornece um segundo grau, a ser comparado com o atribuído ao argumento nominal do adjetivo. Não obstante essas diferenças de visão, as duas abordagens são equivalentes do ponto de vista do alcance descritivo ou explanatório, apresentando praticamente o mesmo alcance empírico. Vários defensores de uma ou de outra vêm procurando encontrar fatos empíricos que decidam a questão em prol de sua teoria favorita, mas até agora não foi apontada uma vantagem empírica indiscutível para nenhuma delas. Ambas pertencem ao quadro da Semântica Formal (HEIM; KRATER, 1989).

Este artigo reporta um experimento de semântica formal que explora uma questão tratável em ambas as abordagens mencionadas: a confirmação empírica de diferenças semânticas (de processamento e interpretação) entre tipos de adjetivos. Os tipos são: escalares ou não escalares, que também podem

ser descritos como divididos entre adjetivos de grau e sem grau, ou como divididos em altamente sensíveis ao contexto ou não; e dentro de uma dessas classes, a dos adjetivos graduáveis/escalares/sensíveis ao contexto, exploramos uma subdivisão conhecida na literatura como a distinção entre adjetivos absolutos/totais e adjetivos relativos/parciais (ROTSTEIN; WINTER, 2004; KENNEDY; McNALLY, 2005). Adotamos a Semântica de Graus, mas também a Delineação espera que as línguas naturais distingam entre esses tipos de adjetivos. Não temos a pretensão de que os resultados aqui reportados favoreçam uma das abordagens em detrimento de outra. Não obstante, nosso experimento verifica uma questão cara à semântica formal, investigando quais classes de adjetivos são relevantes para a interface sintaxe-semântica.

Ao longo da história da linguística, diferentes classes de adjetivos foram postuladas como intervindo na gramática das línguas naturais. Um critério bem conhecido é o nocional, que divide os adjetivos pela noção semântica expressa: cores, tamanho, idade etc., operante na literatura tipológica, como já mencionamos ao falar de Dixon, e também presente em compêndios gramaticais escolares. Teorias formais como a cartografia sintática também usam noções para tratar da ordem dos adjetivos empilháveis; Cinque (1994, p. 96) propôs a seguinte ordem para as línguas anglo-germânicas:

- (1) Qualidade > Tamanho > Forma > Cor > Nacionalidade > Nome

Entre as classes semânticas propostas para os adjetivos temos: qualificativos e relacionais (BOSQUE, 1993), predicativos e não-predicativos (CASTELEIRO, 1981), sincategoremáticos e categoremáticos (NETO, 1992) e predicados de mais de um lugar ou de um só lugar (MENUZZI, 1992). Não há consenso sobre os efeitos dessas classes na gramática das línguas naturais. Contudo, houve uma importante guinada na história da semântica formal, resolvendo o desafio ao princípio da composicionalidade² colocado pela diversidade e inconstância de significados do adjetivo, como relatado por Partee (2007):

Um grande desafio que as abordagens composicionais como a da semântica formal enfrentam é o de dar conta de significados dependentes do contexto sem abandonar o princípio da composicionalidade. Vamos defender que de fato a composicionalidade pode ser vista como uma das forças motoras das mudanças de interpretação por sensibilidade ao contexto. Nosso estudo de caso vai se centrar na semântica de diferentes tipos de adjetivos. A interação entre dependência do contexto e intensionalidade será ilustrada, mostrando que *'skillful'* 'habilidoso' é intensional, mas *'large'* 'grande' não é, apesar de podermos considerar algo como uma casa grande, sem considerar que se trate de um edifício grande. (PARTEE, 2007, p. 146)

Até a década de 70, 'habilidoso' e 'grande' eram considerados intratáveis composicionalmente e estrelavam argumentos favoráveis ao abandono da composicionalidade, sob a alegação de que ela não era aplicável aos adjetivos como classe. Generalizações sobre classes são pertinentes. Uma das

² Princípio da Composicionalidade: o significado do todo é uma função dos significados das suas partes e de como elas se combinam sintaticamente.

principais análises semânticas postula que os adjetivos são modificadores intersectivos. Em termos de teoria de conjuntos, isso equivale a dizer que o referente de um nome modificado pelo adjetivo tem de estar na intersecção de dois conjuntos, o denotado pelo nome e o denotado pelo adjetivo. Assim, ‘um carro brasileiro’ é ao mesmo tempo ‘um carro’ e ‘algo originário do Brasil’. Um teste linguístico para a verificação da intersectividade é o do acarretamento, na forma de um silogismo aristotélico:

- (2) premissa 1: O Gurgel é um carro.
premissa 2: O Gurgel é brasileiro.
 conclusão: O Gurgel é um carro brasileiro.

O fato de que, em (2), desde que as duas premissas sejam verdadeiras, a conclusão necessariamente também será, e caso a conclusão seja verdadeira, necessariamente ambas as premissas o serão, mostra que ‘brasileiro’ é intersectivo. Porém, há adjetivos que aparentemente não passam nesse teste³:

- (3) premissa 1: Francis é violinista.
premissa 2: Francis é um cirurgião habilidoso.
 conclusão: Francis é um violinista habilidoso (*non sequitur*)
- (4) premissa 1: Rita Najura é um animal.
premissa 2: Rita Najura é uma formiga grande.
 conclusão: Rita Najura é um animal grande. (*non sequitur*)

Evidentemente, os fatos de que Francis é habilidoso como cirurgião e de que ele toca violino não garantem que Francis seja habilidoso com o violino. Paralelamente, saber que Najura é um animal e que é uma formiga grande não garante que ela seja um animal grande; afinal, a maior formiga ainda está aquém do tamanho médio dos animais, sendo muito menor que um cachorro, um cavalo... Então ‘habilidoso’ e ‘grande’ não passaram nesse teste de intersectividade. Exemplos assim desafiavam a semântica formal, pois a intersectividade é um produto da composicionalidade, já que o significado do sintagma nominal modificado é a soma das contribuições do significado do nome e do significado do modificador; portanto, com muitos adjetivos não-intersectivos nas línguas naturais, o princípio da composicionalidade não poderia ser geral.

O princípio da composicionalidade foi reabilitado por uma reanálise de exemplos como (3) e (4). A proposta é simples e engenhosa: para que o silogismo seja válido, é necessário manter fixo o parâmetro de comparação. Em (3), salta aos olhos que o estrago na consequência lógica foi causado pela troca de ‘cirurgião’ por ‘violinista’. A premissa 2 assevera que Francis é habilidoso com os instrumentos cirúrgicos, ou enquanto cirurgião, e a conclusão afirma, sem base, que ele é habilidoso com o violino, ou enquanto violinista. Houve mudança no parâmetro de comparação, de “enquanto cirurgião” na premissa 2 para “enquanto violinista”, na conclusão; a troca de parâmetros é um passo ilegítimo em silogismos. No caso de (4), o parâmetro, não expresso, é inferido. Por influência do nome

³ Reproduzimos os argumentos de Partee (1970); (4) é adaptado de um exemplo dela.

com que o adjetivo ‘grande’ se compõe, tendemos a compreender a premissa 2 como asseverando que Rita Najura tem tamanho acima da média para uma formiga, e a conclusão como asseverando que Rita Najura tem tamanho acima da média para um animal. Ou seja, efetuamos uma troca ilegítima do parâmetro de comparação, de “enquanto formiga”, para “enquanto animal”, e é por isso que o silogismo não é válido. O silogismo será válido com um único parâmetro de comparação em todas as suas partes:

- (5) premissa 1: Rita Najura é um animal.
 premissa 2: Rita Najura é grande para uma formiga.
 conclusão: Rita Najura é um animal grande para uma formiga. (*válido!*)

Mantido o parâmetro de comparação, ‘grande’ se comporta tal como ‘brasileiro’. Os contraexemplos à composicionalidade eram ilusivos, pois trocavam, sem que se notasse, um componente importante do significado, o parâmetro de comparação. O que adjetivos como ‘grande’ têm de diferente é uma dependência ou sensibilidade ao contexto que adjetivos como ‘branco’ não apresentam. Veremos na próxima seção a análise desse componente contextual importante para a denotação de ‘grande’, segundo a semântica de graus. Defendemos que a relação do adjetivo com esse componente contextual é lida pela gramática, e tem efeitos no processamento e na interpretação dos adjetivos. Nesses moldes, duas grandes classes semânticas, com efeitos distintos na interface dos módulos sintático e semântico da gramática são, por um lado, os adjetivos com grau, como ‘grande’, que mudam de significado fortemente conforme o contexto, e, por outro lado, adjetivos sem grau, como ‘branco’, que não reagem ao contexto dessa mesma forma. A percepção do importante papel que o contexto desempenha na semântica de adjetivos levou a uma renovação da visão sobre tal categoria lexical. Passou-se a estudar os papéis das escalas, das expressões de medida, dos graus e da vagueza na semântica dos modificadores.

Na seção 1, apresentamos a teoria que nos respalda. Na 2, o experimento semântico que aplicamos para estudar os efeitos da distinção entre classes de adjetivos em PB. Na seção 3, apresentaremos nossas considerações finais.

1. Uma teoria sobre a incorporação do contexto à semântica dos adjetivos

Uma característica comum a todos os adjetivos é a indeterminação. Por exemplo, se ao ouvir ‘branco’ em isolamento visualizarmos certa cor, teremos dificuldade de mantê-la igual para todas as combinações com nomes que viermos a fazer com esse adjetivo. Certamente, não nos referimos a uma única e mesma tonalidade quando falamos de ‘cabelos brancos’, ‘chocolate branco’, ‘pele branca’, ‘papel branco’, ‘dentes brancos’, ‘carne branca’, ‘areias brancas’ etc. Mas apesar do grande espectro de tons de ‘brancura’, não temos dúvidas para decidir se algo conta como ‘branco’ ou não. Entretanto, no emprego de adjetivos como ‘grande’ podem surgir tais dúvidas. Como vimos, para decidir se Rita Najura é ou não grande, precisamos saber se falamos de grande para uma formiga

ou para um animal. Mesmo mantendo o nome em composição com o adjetivo, a instabilidade dos julgamentos de verdade das sentenças com adjetivos como ‘grande’ persiste. Por exemplo, saber que um copo tem diâmetro de 6,5 cm e 9,4 cm de altura não basta para decidir se ele é ou não grande. Para um cafezinho, o copo será grande demais. Para medir o açúcar da receita do bolo, que pede 190 ml de açúcar, esse copo não é grande nem pequeno, mas é justo, está certinho. Já para tomar chopp, o mesmo copo pode ser considerado pequeno, por alguém disposto a enfrentar uma caneca de 500 ml. Nesses cenários, não variou o tamanho do copo, e sim o propósito dele, ou o parâmetro segundo o qual fazemos o julgamento. Essas informações não correspondem a nenhum pedaço da sentença ‘Esse copo é grande’, mas provêm do contexto. Portanto, um fenômeno que destaca um grupo de adjetivos (‘branco’) de outro (‘grande’) é a vagueza, ou dependência do contexto.

Kennedy (2012, p. 2) diz que “uma teoria completamente satisfatória da gramática da vagueza não foi produzida ainda”, e recomenda as leituras de alguns de seus predecessores (SAPIR, 1944; MCCONNELL-GINET, 1973; KAMP, 1975; FINE, 1975; KLEIN, 1980; LUDLOW, 1989; KENNEDY, 1999; GRAFF, 2000). A Semântica Formal propõe alguns testes para distinguir entre adjetivos sujeitos à vagueza e os demais: modificação de graus (aceitar intensificadores), fazer parte de um par de oposições (adjetivos de valor positivo e negativo) dentro da mesma propriedade/dimensão, ser aceito em construções comparativas e poder figurar numa oração pequena/reduzida ou *small clause*. Vamos aplicar esses testes a ‘branco’ e ‘grande’:

- (6a) O sapato do palhaço é muito grande. / #Esse lápis de cor é muito branco.
- (6b) O contrário de ‘grande’ é ‘pequeno’. / O contrário de ‘branco’ é ???.
- (6c) Os sapatos do palhaço são tão grandes quanto os do jogador de basquete. / #Esse lápis de cor é mais branco que o outro.
- (6d) Achei grande esse sapato. / # Achei branco esse lápis de cor.

Os testes em (6) classificam ‘branco’ como um adjetivo sem grau e ‘grande’ como escalar ou adjetivo de grau (doravante, AG).

Kennedy (2012, p. 4) afirma: “os adjetivos de grau são os representantes típicos da classe dos predicados vagos”. Em *Vagueness and Comparison* (2010), esse autor discute as ligações entre vagueza e comparação, lembrando que várias das análises mais influentes para construções comparativas beberam em estudos anteriores sobre a vagueza; e que a noção de comparação tem um papel relevante em das várias abordagens disponíveis para o fenômeno da vagueza. Retomando seu trabalho de 2007, Kennedy analisa sentenças contendo adjetivos graduais na sua forma positiva, ou seja, AGs do tipo de ‘grande’, como comparações implícitas, ou seja, construções em que o morfema de comparação não é pronunciado e em que um dos termos comparados não é realizado abertamente.

Tanto em comparativas explícitas (de igualdade, inferioridade e superioridade) quanto em implícitas, dois objetos dados são ordenados entre si com respeito a determinada propriedade escalar. Nas explícitas, formas morfológicamente especializadas como ‘mais... que’, ‘menos... que’ e ‘tão...

quanto’ determinam a natureza dessa ordem. Nas comparativas implícitas, há um operador não pronunciado, *pos*, que, como o *_or* de ‘menor que’, institui uma ordenação entre os termos comparados. Mas só um dos termos da comparação está expresso na sentença, de modo que é preciso extrair do contexto o segundo objeto da comparação, um objeto que compartilhe com o objeto nomeado, que o AG modifica, a mesma propriedade gradual. Por essa análise, o significado de ‘grande’ é uma comparação de superioridade, o de ‘pequeno’ é uma comparação de inferioridade e o de ‘vazio’ é uma comparação de igualdade, como indicam as paráfrases a seguir:

- (7) O sapato está grande.
- (7i) O sapato está maior que algo (que o pé, que outro sapato saliente no contexto etc.)
- (8) O sapato está pequeno.
- (8i) O sapato está menor que algo (que o pé, que outro sapato saliente no contexto etc.)
- (9) A xícara está vazia.
- (9i) O conteúdo da xícara é igual a algo (a zero por cento do volume de sua capacidade de ocupação).

O termo comparado não realizado em sentenças com AGs, como (7, 8 e 9), chamado de parâmetro de comparação, é comumente computado em relação a uma norma (NORM), ou seja, a uma classe de comparação (um nível padrão), que pode permanecer implícito ou ser explicitado por um sintagma preposicionado (em PB, nucleado pela preposição ‘para’) ou por um sintagma nominal modificado (KLEIN, 1980). Em (7, 8 e 9) a classe de comparação está implícita, mas ela poderia ser realizada abertamente para (7) e (8), resultando em ‘Este sapato está grande para o meu pé’ (observe-se o efeito da vagueza: fica claro que a afirmação de que o sapato está grande não precisa se aplicar aos pés de outras pessoas) ou ‘O sapato está pequeno para o pé dela’ (podendo ser do tamanho certo para o pé da Cinderela).

Comparações de superioridade ou de inferioridade aceitam classes de comparação explicitadas, mas comparações de igualdade, não. Não há uma boa versão da sentença (9) que traga um sintagma de determinante encabeçado por ‘para’, expressando a classe de indivíduos de onde será extraído o segundo termo da comparação: *‘Sua xícara está vazia para uma xícara de café’ (como já tinha sido observado por SIEGEL, 1979). Isso marca uma diferença interna aos AGs, que foram subdivididos em relativos (equivalentes a comparativas de superioridade ou inferioridade) e absolutos (analisados como comparativas implícitas de igualdade). Há outras diferenças, que apontaremos a seguir.

1.1. AGs relativos e absolutos

A Semântica de Graus (KENNEDY; McNALLY, 2005) distingue entre os adjetivos vagos (os AGs) e os demais, como vimos na seção anterior. Entre os vagos, há dois subtipos: os relativos e os

absolutos. Seus comportamentos são distintos. A primeira diferença vem da natureza do parâmetro de comparação. Para alguns AGs, os absolutos, o parâmetro é primariamente fornecido por uma propriedade intrínseca do indivíduo a que o grau é atribuído, não sendo livremente extraído do contexto, mesmo que a escolha fique restrita a certa classe de comparação, o que explica a estranheza causada pelo acréscimo da classe ‘para uma xícara de café’ à sentença ‘Sua xícara está vazia’.

Os AGs ‘vazio’ e ‘cheio’, antônimos, compartilham a mesma dimensão ou propriedade, levando seus argumentos nominais a um grau na escala de OCUPAÇÃO, correspondente ao nível de conteúdo apresentado na situação relevante. Objetos que se pode ocupar são *containers*, como um balde. Se deixarmos um balde vazio debaixo de uma torneira aberta, assim que a água atingir a borda ela vai derramar. É esse nível máximo saliente, proveniente da natureza do objeto ocupado, que vai atuar como o segundo termo na comparação implícita de ‘cheio’. O estado de ocupação de ‘um balde cheio’ emula sua capacidade máxima. Da mesma forma, um recipiente ou um ambiente delimitado pode se apresentar sem nenhum conteúdo. Esse estado de ausência absoluta é o parâmetro não-pronunciado de uma sentença com o AG ‘vazio’. A sentença ‘O balde está vazio’ será verdadeira caso seu nível de ocupação na ocasião seja igual a zero. Uma consequência disso é que um balde com qualquer nível de conteúdo perceptivelmente diferente de 0% e de 100% não estará nem cheio nem vazio.

Relevamos pequenas diferenças. Por exemplo, uma garrafa de refrigerante será considerada cheia, mesmo não estando preenchida com bebida até a tampa. Essa atitude aproximativa, tolerante, que se aplica aos absolutos, levou linguistas como Kennedy a considerar que esses AGs não estão sujeitos exatamente à vagueza, mas à imprecisão. Apesar da tolerância, os falantes têm os mesmos julgamentos de valor de verdade para ‘A garrafa está cheia’ (verdadeira) ou ‘A garrafa está vazia’ (falsa), falando sobre uma garrafa de refrigerante que ainda não foi aberta.

Os julgamentos de valor de verdade não convergem da mesma forma com AGs relativos, que são os propriamente vagos. Consideremos 600 gramas de batatas fritas. Essa é uma porção grande? Depende. Para ser comida apenas por uma criança de seis anos, sim, é enorme. Para ser servida a um grupo de 12 convidados, é pequena. Se destinada a servir dois adolescentes, para se decidir se a porção é ou não grande será preciso saber quanta fome eles têm. Enfim, o julgamento não depende apenas do tamanho da porção, mas também do parâmetro de comparação escolhido. ‘Grande’ significa “ter um tamanho superior ao do parâmetro de comparação”, o que depende do parâmetro contextual. A vagueza é essa dependência do contexto. Nas palavras de Toledo e Sassoon (2011):

Kennedy defende que a vagueza surge exclusivamente na interpretação de adjetivos relativos, e contesta que a vagueza envolva um padrão mediano contextual. Os adjetivos absolutos, na conta de Kennedy, são interpretados relativamente a um limite semanticamente fixado, que se assume ser mais saliente que um padrão arbitrário, e, portanto, não dão margem à vagueza. (TOLEDO; SASSOON, 2011, p. 138)

Os adjetivos relativos (REL) apresentam escalas abertas (o outro termo de comparação é livremente tirado do contexto, e não sabemos previamente se apresentará grau maior ou menor que o referente do nome modificado) e os absolutos, fechadas; escalas podem ser fechadas nas duas pontas

ou apenas em uma. Os absolutos vêm em dois sabores: Amax (adjetivos de grau máximo) e Amin (adjetivos de grau mínimo). A escala da OCUPAÇÃO é fechada nas duas pontas, o que significa que cada adjetivo oposto tem seu próprio parâmetro de comparação: ‘cheio’ significa “com nível de ocupação igual a 100%” e ‘vazio’ significa “com nível de ocupação igual a 0%”. Dizemos então que tanto ‘cheio’ quanto ‘vazio’ são Amax, pois, para ambos, somente se o referente do nome modificado exibir certo grau específico a igualdade será satisfeita. Naturalmente, existem diversos níveis de ocupação distintos tanto de 100% quanto de 0%. Por isso, uma escala fechada nas duas pontas tem a característica de que a verdade da negação de um polo não acarreta a verdade da forma positiva do outro. Nesse quesito, adjetivos de escala completamente fechada se comportam como os REL: Maria pode não ser alta nem baixa, mas de estatura mediana.

No caso de escalas fechadas numa única ponta, o mesmo parâmetro de comparação é fixado para os dois polos da escala. Vejamos, por exemplo, a escala da RETIDÃO. Para ser considerada reta, uma linha não pode apresentar nenhum desvio, ou seja, tem de exibir um grau de retidão igual a 100%. Logo, ‘reta’ é um Amax. Mas para ser considerada torta, uma linha pode apresentar desvios menores ou maiores em relação ao parâmetro, podendo estar um pouquinho ou muito torta; ou seja, se a linha exibir qualquer grau de retidão diferente de 100%, estará torta. Por aceitarem diversos graus da propriedade associada ao adjetivo, exigindo apenas um mínimo (de tortura, no caso examinado), os adjetivos das pontas abertas (em escalas fechadas na outra ponta) são chamados de Amin. Toda escala parcialmente fechada tem então um Amax num polo e um Amin no outro polo. E o compartilhamento de um único parâmetro de comparação pelos dois polos leva a negação de um a acarretar a afirmação do outro. Ou seja, uma linha que não está reta necessariamente está torta, e vice-versa: se a linha não for torta, necessariamente será reta.

Há testes independentes que separam adjetivos relativos de absolutos, e Amax de Amim. Por exemplo, o teste de acarretamento captura uma característica única do Amin, que é a de acarretar a negação da outra ponta da escala, um Amax. A figura 1 resume a distinção obtida.

Figura 1: Teste de acarretamento⁴

TIPO DE ESCALA	ACARRETAMENTO	EXEMPLO
AG relativo (escala aberta)	$\neg \text{AR}_{\text{polo1}} \text{---}/\rightarrow \text{AR}_{\text{polo2}}$	Maria não é alta $\text{---}/\rightarrow$ Maria é baixa
Amax - Amax (escala totalmente fechada)	$\neg \text{Amax}_{\text{polo1}} \text{---}/\rightarrow \text{Amax}_{\text{polo2}}$	O copo não está vazio $\text{---}/\rightarrow$ o copo está cheio
Amax - Amin (escala parcialmente fechada)	$\neg \text{Amax} \text{---}\rightarrow \text{Amin}$ $\neg \text{Amin} \text{---}\rightarrow \text{Amax}$	A linha não é reta $\text{---}\rightarrow$ A linha é torta A linha não está torta $\text{---}\rightarrow$ A linha está reta

Fonte: (adaptada de KENNEDY; McNALLY, 2005)

O teste de acarretamento não distingue um adjetivo relativo (AGR) de um AMax. Mas Kennedy e McNally (2005) propõem outros testes que operam essa distinção. Há modificadores de grau (vulgo intensificadores) especializados em AGs absolutos:

⁴ O sinal \neg significa negação. A seta sem corte ($\text{---}\rightarrow$) indica que a verdade da negação da predição com um polo da escala implica logicamente a verdade da forma afirmativa do polo oposto; a seta com corte ($\text{---}/\rightarrow$) indica que a verdade da negação da predição com um polo da escala não acarreta a verdade da forma afirmativa do polo oposto.

(10a) A xícara está completamente/100% vazia.

(10b) *João é completamente /100% grande.

Pela aceitabilidade da combinação com ‘completamente’, ‘100%’ etc., pudemos separar AGRs de Amax. Esses testes da literatura semântica foram utilizados para classificar os adjetivos que foram usados no experimento.

Como vimos, na abordagem da semântica de graus, a estrutura da escala é indissociável da natureza do parâmetro. As escalas abertas apresentam vagueza em *stricto sensu*, e as fechadas, imprecisão. Em resumo, segundo a semântica de graus, todo adjetivo é indeterminado, mas só uma parte deles apresenta vagueza (os AGs relativos), enquanto a outra uma parte deles apresenta imprecisão (os AGs absolutos). Essa partição tem consequências para a gramática das línguas naturais e para o processamento. Podemos fazer algumas predições. Para julgar se uma sentença cujo predicado é um adjetivo sem grau, como ‘redondo’, é verdadeira ou falsa, o falante só precisa decidir se o indivíduo a que o argumento nominal se refere apresenta ou não a propriedade ligada ao adjetivo. Basta examinar o referente, pois nenhuma informação contextual é necessária para fazer esse julgamento. Já para o julgamento de valor de verdade de uma sentença cujo predicado é um AG absoluto, como ‘vazio’, o falante precisa examinar o estado do indivíduo a que o argumento nominal se refere na situação relevante e compará-lo a um parâmetro comparativo previamente definido (no caso, o estado do indivíduo tem de ser igual a zero por cento de ocupação). Por fim, para julgar verdadeira ou falsa uma sentença cujo predicado é um AG relativo, como ‘pequeno’, o falante precisa verificar a relação entre os dois termos da comparação, sendo um deles o grau atribuído ao referente do nome modificado e o outro, tirado do contexto. O julgamento vai depender do parâmetro escolhido, pois ‘pequeno’ significa “menor que o termo de comparação não pronunciado”. Por exemplo, um pardal é ‘um animal pequeno’ se comparado a um cavalo, mas não se comparado a uma abelha. Na próxima seção, apresentaremos o experimento online realizado entre falantes de PB para verificar os efeitos dessas três formas distintas de significado no julgamento de valor de verdade de sentenças com adjetivos.

2. Um experimento em semântica formal

O objetivo do experimento era verificar os efeitos de processamento do tipo de adjetivo em julgamentos de valor de verdade. O método utilizado neste estudo é uma variação do *truth value judgment task* (tarefa de julgamento de valor de verdade – CRAIN; THORNTON, 1998) e do método chamado *felicity judgment task* (tarefa de julgamento de felicidade – GUALMINI *et al.*, 2001; CHIERCHIA, 2001), já consagrados na literatura. A tarefa de julgamento de valor de verdade envolvia uma escolha forçada entre duas figuras, com a possibilidade de escolher a caixa preta, caso nenhuma das duas imagens fornecidas como opção satisfizesse a descrição definida singular contida na pergunta. (Descrições definidas são sintagmas nominais cujo determinante é um artigo definido – por exemplo, ‘o homem careca’.) O método é de associação entre sentido e referência, ligando certo

contexto discursivo a determinado estímulo visual. A conexão entre a imagem e a descrição linguística significa que os consultados consideram a descrição apropriada e verdadeira; a não-conexão, porém, como dizem Davis, Gillon e Matthewson (2014), pode se dar por diversos motivos, incluindo falsidade, falha de pressuposição (no caso, da pressuposição de unicidade relacionada à descrição definida singular) ou mesmo razões de ordem pragmática. A imagem visual representa uma situação fora da língua, e a escolha de uma entre diversas alternativas apresentadas revela como o participante interpretou a descrição definida (a expressão nominal encabeçada por um artigo definido singular) contendo como modificador um adjetivo.

Nosso experimento coloca distintos tipos de adjetivos dentro de descrições definidas, manipulando as três condições de satisfação das pressuposições ligadas pela literatura ao uso de artigos definidos. A ideia de variar a satisfação das pressuposições atreladas à descrição definida foi inspirada pelo experimento de Syrett, Kennedy e Lidz (2010), que era presencial, e solicitava ao participante que escolhesse, para entregar ao experimentador, entre um grupo de objetos com determinada propriedade, o referente de uma descrição definida singular (o comando, em inglês, era algo como “passe-me o bastão pequeno, por favor”, e o participante precisa escolher um entre sete tamanhos sequenciais, para satisfazer as instruções). A ideia por trás desse desenho é que, para adjetivos relativos, seria intuitivo e descomplicado escolher para entregar o menor entre os objetos disponíveis. Se os três bastões menores fossem retirados, e outros bem maiores acrescentados, para chegar a uma oferta de 7 opções, o menor no novo arranjo viria a ser entregue na próxima tarefa. No caso de um adjetivo absoluto de grau mínimo, como, por exemplo, ‘sujo’, diante de 7 objetos ordenados por grau crescente de sujeira, o mais sujo do grupo seria entregue, mas com certa relutância, por se tratar de uma acomodação pragmática, necessária para combinar a unicidade do artigo definido à condição dada pelo adjetivo, que é atendida por todos os 7 objetos, embora em graus diferentes, a de não estar limpo. Para adjetivos absolutos de grau máximo, como ‘vazio’, a presença de vasilhas com diferentes graus de ocupação não interferiria na escolha, já que um adjetivo de grau máximo é uma comparação implícita de igualdade (um recipiente vazio apresenta um grau de ocupação igual a zero). A unicidade requerida pelo artigo definido seria atendida apenas na condição de somente um entre os 7 objetos estar completamente desprovido de conteúdo. No caso de a modificação da descrição definida ser feita por adjetivos sem grau, como ‘verde’, todos os objetos dessa cor se enquadrariam na propriedade, tornando difícil a escolha de um só entre eles para atender à solicitação do condutor do experimento.

A fim de verificar se as respostas variam de acordo com o tipo semântico do adjetivo, tendo em vista as pressuposições de unicidade e existência da descrição definida singular, adaptamos os conceitos de Syrett, Kennedy e Lidz (2010) para um desenho não-presencial, em que o participante precisa examinar três imagens em cada tela, para dizer se somente uma das três, nenhuma das três ou duas delas representavam a referência da descrição definida presente no comando verbal. No comando, a descrição definida era modificada ora por um adjetivo sem grau (os controles), ora por um adjetivo de grau relativo (item-alvo), ora por um de grau absoluto do tipo Amax (item-alvo) e ora por um de grau absoluto do tipo Amin (item-alvo).

Recordando, nosso propósito era verificar experimentalmente se os adjetivos vagos (os relativos) seriam mais fáceis de acomodar às pressuposições do artigo definido que os absolutos, tal como previsto pela teoria. Caso essa hipótese se confirmasse, a vagueza como atributo exclusivo dos adjetivos relativos seria a responsável pelo efeito do tipo de adjetivo, permitindo que um mesmo objeto fosse considerado ‘o pequeno’ em comparação a outros, maiores que ele, numa situação, e, em outra, quando os demais objetos ali presentes fossem ainda menores, ele poderia ser apontado como ‘o grande’.

2.1. Materiais e Métodos

Para montarmos as descrições definidas singulares modificadas por adjetivos, primeiramente listamos exemplos de todos os tipos semânticos de adjetivos. Os sem grau foram mais numerosos, por funcionarem como distratores e controle. Os nossos itens-alvo são adjetivos de grau, separados em relativos e absolutos. Em cada um de nossas listas, havia mais itens distratores, em relação ao número de itens-alvo. O material manipulado pelo experimento eram adjetivos sem grau, adjetivos relativos e adjetivos absolutos (de grau máximo e de grau mínimo), relacionados na figura 2:

Figura 2: Lista de adjetivos manipulados e suas classificações

ADJETIVOS SEM GRAU (controles e distratores)		ADJETIVOS COM GRAU	
		Adjetivos relativos	
Ajoelhada	Morta	Alta	
Amarela	Natural	Baixa	
Aquático	Pendurada	Comprido	
Artificial	Plástico	Curto	
Azul	Posta	Estreita	
Branco	Pronto	Grande	
Careca	Quadrada	Larga	
Deitada	Recheado	Longo	
Desenhada	Sentada	Pequena	
Desligada	Terrestre	Absolutos	
Dourado	Típico	de grau máximo	de grau mínimo
Horizontal	triangular	Cheio	Aberta
Indígena	Verde	Espichada	Amassado
Larga	Vermelha	Esticado	Frouxa
Ligada	Vertical	Fechada	Rugosa
Líquido	Viva	Limpa	Suja
Mofado	Voador	Lisa	Torta
		Reta	
		Vazio	

Fonte: elaboração da autora

Uma vez elaborada a lista de adjetivos que seriam empregados como modificadores das descrições definidas, estas foram construídas, na forma de artigo definido + nome + adjetivo (ex., ‘o animal voador’), e inseridas em comandos do tipo “Onde está o animal voador?”. Então foram

pesquisadas imagens que correspondessem ao nome, algumas delas possuindo o atributo associado ao adjetivo e outras não. Por exemplo, entre as imagens de animais reunidas temos um beija-flor, um morcego, um elefante e um golfinho. Só as duas primeiras são ‘animais voadores’; as duas últimas, embora sejam ‘animais’, não são ‘voadores’. Essa variedade de imagens seria necessária para montar os materiais que cruzassem duas condições, a do tipo do adjetivo com a da satisfação (ou não) das pressuposições ligadas ao artigo definido singular. A cada página (tela) das lista on-line, o participante do experimento teria que apontar qual das imagens ou quais das imagens representava a descrição definida. Cada página (tela) continham sempre três opções para marcar: uma caixa preta e duas imagens. Os arranjos entre as três opções obedeciam às condições de satisfação das pressuposições da descrição definida, assim distribuídas:

Figura 3: lista de condições de satisfação das pressuposições da descrição definida

Pressuposições			Condição
existência insatisfeita	unicidade satisfeita	é uma impossibilidade lógica – algo não existindo, não pode ser o único exemplar presente	0
existência satisfeita	unicidade insatisfeita	Entre as imagens, há duas que correspondem à descrição definida	1
existência satisfeita	unicidade satisfeita	Apenas uma das imagens corresponde à descrição definida	2
existência insatisfeita	unicidade insatisfeita	Nenhuma das imagens corresponde à descrição definida	3

Vamos exemplificar como manipulamos essas condições. Uma das questões colocadas nas páginas era “Onde está o animal voador?” A descrição definida singular presente nessa pergunta traz como modificador um adjetivo do tipo semântico sem grau, ‘voador’. Na página/tela com a condição 1, o participante via a caixa preta, a imagem de um beija-flor e a imagem de um morcego. Ambas são imagens de animais voadores, o que, embora satisfaça a pressuposição de existência, deixa insatisfeita a pressuposição de unicidade da descrição definida singular. Na página com a condição 2, o participante via a caixa preta, a imagem de um beija-flor e a imagem de um elefante. Nesse caso, existe apenas um animal voador, o beija-flor, de modo que tanto a pressuposição de existência quanto a de unicidade são satisfeitas. Na página com a condição 3, o participante via a caixa preta, o elefante e o golfinho, o que deixa insatisfeitas tanto a pressuposição de existência quanto a de unicidade, já que nenhum dos animais representados pela imagem voa.

Os adjetivos da figura 2 foram arranjados nas três condições descritas na figura 3, depois divididos em listas distintas, de modo que nunca houvesse o mesmo adjetivo em mais de uma condição presente numa mesma lista. Interessava verificar sobretudo a diferença de resposta entre os tipos de adjetivos quando não há satisfação simultânea das duas pressuposições, ou seja, buscava-se ver se o tipo de adjetivo provoca respostas distintas nas condições 1 e 3. Isso porque a condição 2, com todas as pressuposições trivialmente satisfeitas, não apresenta desafios, qualquer que seja o tipo de adjetivo.

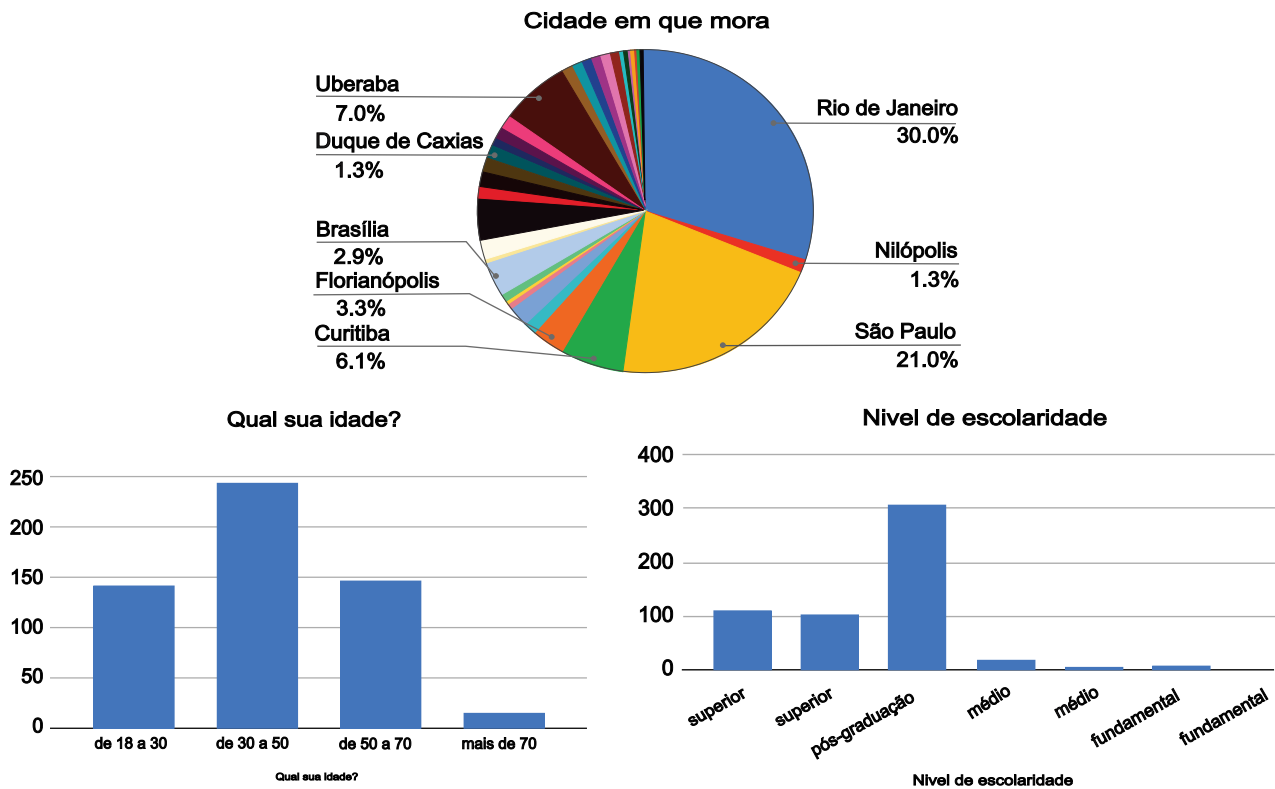
Já a condição 1 foi pensada como sensível ao tipo de adjetivo. Quando o adjetivo é sem grau, a escolha forçada entre dois objetos é difícil. Não há critérios para “desempatar” os candidatos. No caso dos AGs, o contraste entre dois objetos com graus notavelmente diferentes pode facilitar a escolha. Se a diferença de grau for muito pequena para ser notada, o desempate será difícil. Quando o adjetivo é Amax, espera-se algo próximo do resultado do adjetivo sem grau, mas não igual, pois a margem de tolerância, se não for muito estreita, leva a escolher o objeto mais próximo do grau máximo. Assim, talvez a tarefa de escolher ‘a porta fechada’, quando as duas portas da imagem estão praticamente fechadas, mas uma tem uma fresta, leve à escolha da que não tem fresta alguma visível, ou da que tem a fresta mais insignificante. No caso de um Amin, o contraste pode ser maior entre os dois objetos com a propriedade descrita, visto que, por exemplo, qualquer porta com abertura considerada diferente de zero será considerada ‘aberta’, e podemos mostrar portas ligeiramente ou completamente abertas (escancaradas). Nesse caso, poderia haver a releitura do comando “aponte a porta aberta” como “aponte a porta mais aberta”. Então nesse caso, poderá haver a tendência a escolher o maior grau de abertura. Espera-se menor dificuldade na condição 1 para escolher entre dois objetos que possam ser descritos por um adjetivo relativo. No caso de ‘grande’, por exemplo, espera-se que a escolha recaia sobre o objeto de maior tamanho; no caso de ‘pequeno’, que recaia sobre o menor objeto entre as duas imagens mostradas.

A condição 3 seria mais fácil de um ponto de vista exclusivamente semântico: o comando pede para encontrar um objeto que não está à vista; semanticamente, não há problemas em apontar que ele está escondido dentro da caixa preta. Porém, pragmaticamente, apontar a caixa preta parece uma solução a ser evitada, por uma resistência comportamental, dado que não encontrar o objeto descrito parece um *non-compliance*, ou seja, um não atendimento à instrução fornecida. Assim pode haver efeitos por tipo de adjetivo na resolução das tarefas em que há falha de pressuposição de existência.

Outro efeito esperado é que a mesma imagem receba julgamentos díspares com AGs relativos. Por exemplo, uma imagem de um objeto de mesmo tamanho pode ser considerada ‘pequena’ pela maioria dos participantes quando for a menor entre as duas examinadas, e ‘grande’ quando for a ‘maior’ entre as comparadas. Tal variação nos julgamentos deve ser menor com os Amin, muito menor com Amax e próxima a inexistente com adjetivos sem grau. É a vagueza que determina que um mesmo objeto possa representar um polo positivo da escala num dado cenário e um polo negativo dessa mesma escala em outro cenário.

2.1.1 Participantes

Tivemos ao todo 545 entradas para participações; esse não é o número de pessoas físicas que responderam ao teste, visto que cada voluntário poderia participar de quantos estudos quisesse. O objeto do teste, a diferença na interpretação entre classes de adjetivos, é tratado pela semântica formal, em particular pela semântica de graus. Por se considerar que o tema diz respeito a regras categóricas do PB, não houve cruzamento com variáveis não-linguísticas, tais como gênero, região de nascimento etc. Mas fizemos algumas perguntas para caracterizar os participantes sociolinguisticamente. O gráfico abaixo mostra as informações obtidas:

Figura 4: Perfil do participante

Fonte: elaboração da autora

2.1.2 Materiais

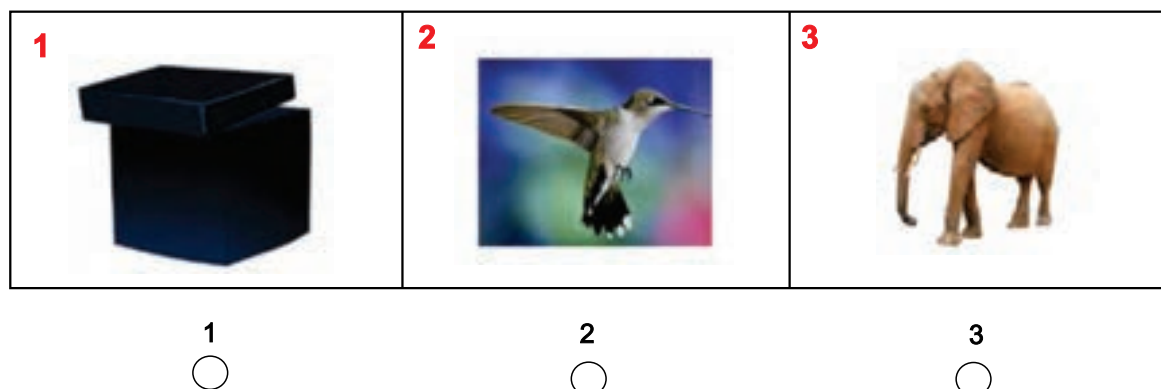
Os itens manipulados pelo experimento eram adjetivos sem grau, adjetivos relativos e adjetivos absolutos (de grau máximo e de grau mínimo, cf. a figura 2), apresentados dentro das três possibilidades lógicas explicitadas na figura 3. Esse cruzamento entre tipos de adjetivos e condições de atendimento à pressuposição de existência e de unicidade da descrição definida levou à montagem de várias páginas/telas, com três opções de imagem cada uma. Dessas imagens por página, uma sempre era a caixa preta. As outras duas sempre podiam ser descritas pelo nome presente na descrição definida, mas nem sempre pelo adjetivo presente nela. Os adjetivos nas diversas condições foram distribuídos em diferentes listas com 25 páginas cada uma, contendo por página a pergunta “Onde está artigo definido + nome + adjetivo?” e três imagens, para que uma fosse escolhida pelo participante. Cada uma das listas continha 4 adjetivos de grau relativos, 4 de grau máximo e 4 de grau mínimo, além de 13 adjetivos sem grau. Os adjetivos sem grau são também nossos elementos de controle e distratores, por isso são mais numerosos que os de grau (foram manipulados no total 34 sem grau e 23 com grau), mas, justamente por serem os distratores, não houve a preocupação de que todos os adjetivos sem grau aparecessem no conjunto das listas pelo menos uma vez em cada uma das três condições da figura 3. Os 23 adjetivos com grau tiveram, no conjunto do experimento, cada um uma página para si em cada condição da figura 3, o que rendeu 69 páginas ao todo, distribuídas pelas 10 listas com 25 páginas cada.

Em cada lista, havia alternância de distratores e itens-alvo, na sequência das imagens; cuidou-se também para que as condições de satisfação (ou não) das pressuposições variassem dentro de uma mesma lista. Ao acessar o link do experimento, o participante voluntário primeiramente respondia a algumas questões como seu local de nascimento, nível de escolaridade e sua faixa etária; em seguida, era informado de que se tratava de uma atividade sobre a correspondência entre linguagem verbal e linguagem visual; depois, lia instruções sobre como participar, e passava por um pequeno treinamento, com uma mini lista similar à que lhe caberia, porém com menos itens. Então ele dava início à marcação da imagem que contivesse aquilo que a descrição definida no comando da página pedia para ele localizar. O sistema randomizava as imagens de modo aleatório dentro de cada lista, a cada *log in*. Se o mesmo colaborador quisesse voltar a participar, poderia fazer outro estudo, ou seja, responder a uma lista diferente daquela que já tinha visto (o programa de experimento online reconhecia o IP que o acessasse, garantindo que o mesmo IP não acessasse mais de uma vez cada lista). Vejamos um exemplo de página:

Figura 5: Exemplos de páginas do experimento online

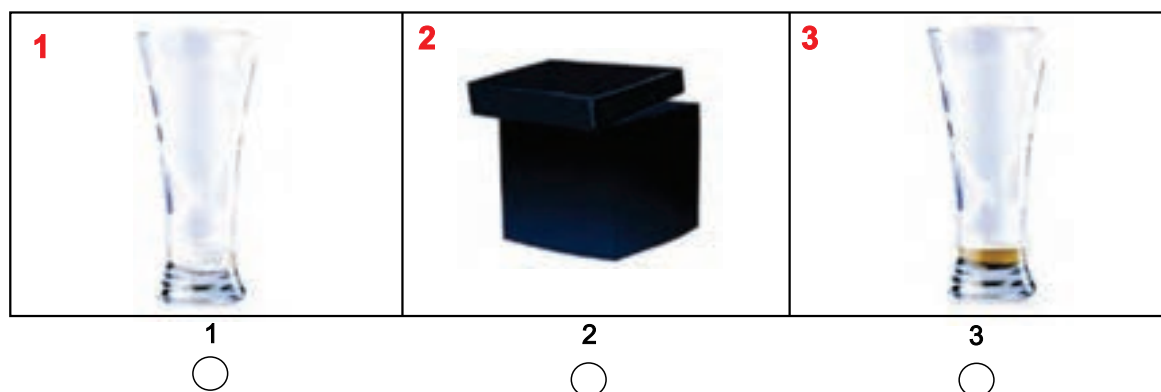
Página 5

Onde está o animal voador?



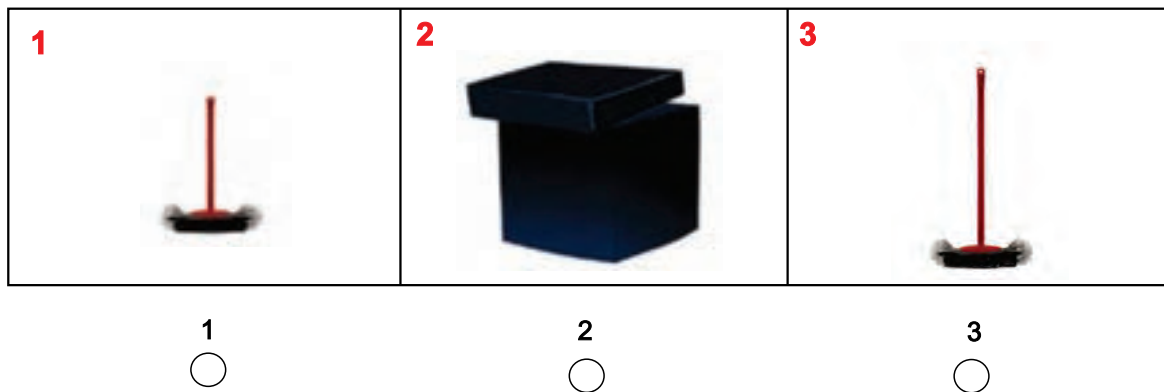
Página 16

Onde está o copo cheio?



Página 23

Onde está a vassoura de cabo comprido?



Na figura 5, vemos três páginas/telas de uma lista ou estudo, a título de exemplo. Observe-se que a posição da caixa na sequência de imagens foi alterada de uma página para outra, para evitar efeitos de *priming*. Na página 5, a mais acima, temos, além da caixa preta, dois animais, um beija-flor e um elefante, mas apenas um deles é voador, o beija-flor. Essa página traz ao participante um adjetivo sem grau na descrição definida, e o arranjo das imagens reflete a condição em que ambas as pressuposições, a de existência e a de unicidade, estão satisfeitas (a condição 2 da figura 3). Verifique-se que a página 16 traz na descrição definida um adjetivo de grau absoluto, um Amax, sendo que ambas as imagens são ‘copos’, mas nenhuma mostra um ‘copo cheio’, o que significa que as duas pressuposições da descrição definida permanecem insatisfeitas (o Amax está na condição 3 da figura 3). Na página 23, vemos um adjetivo relativo (‘comprido’) na condição 1 da figura 3: os dois cabos de vassoura são compridos em alguma medida.

2.1.3. Procedimentos

O experimento recebeu licença da Plataforma Brasil (projeto no 210/15, CAAE 48115214.0.0000.5257). Ele foi conduzido numa plataforma de pesquisa (www.onlinepesquisa.com), foi offline (o participante não estava plugado a aparelhos e não foi monitorado durante sua participação) e foi desenhado no modelo *within*, ou seja, entre participantes: os itens cruciais estão distribuídos por 10 estudos separados; cada lista teve um número diferente de participantes. A mesma pessoa poderia entrar em estudos diferentes se desejasse, mas não poderia responder duas vezes ao mesmo estudo, dado o controle exercido pelo sistema. Os estudos foram divulgados para interessados em participar voluntariamente em separado, e alguns receberam mais participantes que outros. Dado o anonimato dos participantes no sistema, não temos meios de identificar quem participou de apenas um estudo e quais estudos receberam o mesmo voluntário.




As dez listas de cada estudo contavam cada uma com 25 questões de escolha forçada, sendo 6 de treinamento (contendo adjetivos sem grau) e 19 questões válidas (contendo 7 adjetivos de grau e 12 sem grau, intercalados). As questões de treinamento não foram contabilizadas nos resultados.

Os 7 adjetivos apresentados em cada lista são de escalas distintas, ou seja, houve só um polo de casa escala por lista: ABERTURA ('aberto'/'fechado'), ALTURA ('alto'/'baixo'), COMPRIMENTO ('comprido' ou 'longo'/'curto'), ESTICA ('esticado'/'amassado'), LARGURA ('largo'/'estreito'), LISURA ('liso'/'enrugado'), OCUPAÇÃO ('cheio'/'vazio'), RETIDÃO ('reto'/'torto'), SUJEIRA ('limpo'/'sujo'), TAMANHO ('grande'/'pequeno') e TENSÃO ('espichado'/'frouxo'). Esse controle teve como finalidade não influenciar um julgamento de um polo de escala pelo julgamento dado a outro polo. Nenhum adjetivo foi repetido dentro de uma mesma lista. Os participantes poderiam fazer quantos delas quisessem, acessando-as pelo endereço da página.

A seguir, reproduzimos as instruções dadas aos participantes. Eles eram avisados de que o estudo de que iriam participar voluntariamente era sobre a ligação entre linguagem verbal e visual, e instruídos a encontrar a figura requerida pela pergunta a cada página, assinalando uma das três imagens.

Figura 6: exemplo de tarefa

Onde está o animal voador?

1 	2 	3 
1 <input type="radio"/>	2 <input type="radio"/>	3 <input type="radio"/>

No exemplo acima, a tarefa do participante era decidir se o 'animal voador' está no primeiro ou no segundo quadradinho. Esse é um experimento de escolha forçada. Caso ele não considerasse nem o beija-flor nem o golfinho como ilustrando 'o animal voador', ele marcaria o quadrinho com a caixa preta. Nesse exemplo, a resposta esperada era a do quadrinho 1, visto que o beija-flor é um animal voador, mas o golfinho não.

Concluída a apresentação do desenho do teste, recordamos que ele foi desenhado para capturar os efeitos da vagueza na semântica dos adjetivos. Primeiramente, procuramos por diferenças semânticas entre adjetivos sem grau, de um lado, e adjetivos escalares ou de grau (AGs), de outro. Também buscamos, internamente aos AGs, diferenças entre REL e absolutos, o que caracterizaria uma divisão concreta entre vagueza e imprecisão. Finalmente, entre os absolutos, objetivamos verificar distinções entre Amax e Amin. Nossa hipótese principal era a de que há diferença por tipo de adjetivo, de acordo com cada uma das condições. Diferenças tangíveis indicam que o tipo de adjetivo é uma condição influente, confirmando a nossa hipótese. A hipótese contrária à nossa é a de que não há efeito pela variação do tipo de adjetivo. Caso não haja efeito de tipo de adjetivo, o índice de respostas esperadas para AGs, como um todo, ou, mais especificamente, para Rel, Amax e Amin deve ser bem próximo.

Antes de anunciar os resultados, é importante lembrar que, ao contrário do que alguém não afeito a experimentos possa pensar, raramente se atinge 100% num resultado de experimento. Mesmo para itens de controle, há diversos fatores que podem interferir nos resultados, desde a formulação das questões até a taxa de atenção dos participantes. Uma vez constatado qual o índice de “acerto” recebido pelas questões de controle, essa linha servirá para regular a interpretação das respostas às várias condições investigadas.

2.2. Contabilização de respostas, percentuais e análise estatística

Estamos computando a escolha da imagem que apresenta, a cada questão, o objeto correspondente à descrição definida modificada pelo adjetivo. Inicialmente, observamos o efeito das diferentes condições sobre as respostas somadas dos 10 testes, fosse qual fosse o do tipo de adjetivo presente na descrição definida:

Figura 7: Tabela da consolidação dos resultados, somadas as respostas obtidas para os dez testes:

Condição 1 (resposta única)	Condição 2 (2 objetos c/ a propriedade)	Condição 3 (caixa preta)
5.711/6.049 – 94,41%	1.725/2.534 – 68,07%	1.857/2.411 – 77,02%

A figura 7 mostra que as condições interferem no resultado, independentemente do tipo de adjetivo. O experimento atesta, portanto, que as falhas de pressuposição impactam a interpretação de descrições definidas contendo adjetivos. A condição 1 é mais facilitadora para a tarefa, a condição 3 vem logo depois e a 2 é a pior de todas. O número da esquerda mostra o total de indicações de uma imagem correspondente à descrição definida do comando (ou da caixa preta, em sua ausência) em termos absolutos; o número à direita mostra o universo global de questões nessa condição, somados os 10 estudos; e o percentual mostra a proporção entre os dois números, ou seja, o percentual de respostas esperadas nessa condição. Vejamos o cruzamento das três condições com a classificação dos adjetivos em dois grupos, os de grau e os sem grau.

Figura 8: Tabela da consolidação dos resultados, somadas as respostas obtidas para os dez testes:

Tipo de adjetivo	Condição 1 (resposta única)	Condição 2 (2 objetos c/ a propriedade)	Condição 3 (caixa preta)
Sem grau	4.644/4.802 – 96,71%	188/264 – 71,21%	1.395/1.846 – 75,57%
Com grau	1067/1.247 – 85,57%	1.537/2.270 – 67,71%	462/565 – 81,77%

A figura 8 expressa uma correlação entre as variáveis condição e tipo de adjetivo tal que o efeito da condição não é o mesmo para os adjetivos com grau e para os sem grau. A condição única é a mais tranquila para qualquer adjetivo, mas com os adjetivos sem grau o participante se sai expressivamente melhor, com quase 97% de escolhas esperadas; o adjetivo de grau está mais de 10 pontos percentuais abaixo. A condição 2 é pior que a 1 no geral, mas os adjetivos de grau ainda ficam abaixo dos sem grau, embora agora a diferença seja pequena, de aproximadamente 4,5 pontos percentuais. Examinando

a última condição, salta aos olhos uma inversão: agora os AGs se saem melhor, apresentam um índice superior (em 6 pontos percentuais) ao dos adjetivos sem grau. Em resumo, a tabela na figura 6 mostra que ter (ou não) grau importa. Na condição 1 e na 2, a ausência de graus simplifica a tarefa de escolha forçada; na condição 3, dificulta. Sempre há efeitos de ter grau. Nessa terceira condição, o número de escolhas dentro do previsto para os AGs (81,77%) foi maior que o obtido para os adjetivos globalmente, apresentado na tabela da figura 8 (77,02%). Os adjetivos sem grau, para a condição 3, ao contrário, com 75,57%, ficaram abaixo do cômputo geral.

Em resumo, a tabela mostra que claramente varia a sensibilidade por condições quando o adjetivo é ou não de grau. Vejamos agora se existem efeitos da divisão interna dos AGs.

Figura 9: Correlação entre as três condições e adjetivos absolutos, relativos e sem grau

Tipo de adjetivo	Condição 1 (resposta única)	Condição 2 (2 objetos c/ a propriedade)	Condição 3 (caixa preta)
Absolutos	950/1.093 – 86,92%	477/717 – 66,53%	427/466 – 91,63%
Relativo	117/154 – 75,97%	1.060/1.553 – 68,26%	35/99 – 35,35%
Total de grau	1067/1.247 – 85,57%	1.537/2.270 – 67,71%	462/565 – 81,77%
Total sem grau	4.644/4.802 – 96,71%	188/264 – 71,21%	1.395/1.846 – 75,57%
Total geral	5.711/6.049 – 94,41%	1.725/2.534 – 68,07%	1.857/2.411 – 77,02%

A primeira e a segunda linha da tabela na figura 9 trazem subtipos de AGs; para facilitar a avaliação dos achados, a terceira linha repete a soma de todos os AGs; a terceira e a quarta linha repetem a informação dada na figura 8, e a última linha traz os mesmos dados fornecidos na figura 7. Separando os AGs em escala fechada (absolutos) e aberta (relativos), encontramos uma grande diferença. Na condição 1, os de escala fechada não se distanciam muito do resultado geral dos de grau, e ficam distantes dos adjetivos sem grau em 10 pontos percentuais; mas os de escala aberta se distanciam o dobro dos sem grau, em 20 pontos percentuais. Na condição 2, mais difícil para adjetivos com grau do que para os que não têm grau, não se verifica um grande contraste entre escalas abertas e fechadas, que estão separadas por menos de 2 pontos percentuais. Já na condição 3, um abismo de mais de 56 pontos percentuais separa absolutos de relativos. A condição 3 se revela muito mais difícil para escalas abertas que para escalas fechadas. Merece nota também o fato de que, na condição 3, em que há falha na pressuposição de existência, as escalas fechadas tiveram um índice de respostas esperadas bem mais próximo de 100%, bem acima do índice geral e bem acima do índice dos adjetivos sem grau e muito próximo do índice geral na sua melhor condição, a 1. A escolha da caixa preta para AGs de escala aberta aproxima-se do zero, enquanto as escolhas da caixa preta para AGs de escala fechada são melhores mesmo que em caso de os adjetivos não ter grau. Isso mostra que ser de escala fechada é um facilitador para julgamentos de valor de verdade quando a pressuposição de existência falha. Vemos que a natureza da escala se manifesta como um diferencial influente apenas em duas condições, a 1 e a 3, mas que sempre as escalas abertas dificultam mais a realização da tarefa do que as escalas fechadas, já em si indicando que a vagueza é mais custosa. Vejamos agora ainda em mais detalhes como se deu a resolução da tarefa de escolha forçada para os AGs.

Figura 10: Correlação entre as três condições e adjetivos Amax, Amin e Rel

Tipo	Condição 1 (resposta única)	Condição 2 (2 objetos c/ a propriedade)	Condição 3 (caixa preta)
Amax	656/729 – 89,99%	164/172 – 95,35%	341/378 – 90,21%
Amin	294/364 – 80,77%	313/545 – 57,43%	86/88 – 97,73%
Abs	950/1.093 – 86,92%	477/717 – 66,53%	427/466 – 91,63%
Rel	117/154 – 75,97%	1.060/1.553 – 68,26%	35/99 – 35,35%
Sem grau	4.644/4.802 – 96,71%	188/264 – 71,21%	1.395/1.846 – 75,57%

Na tabela da figura 10, acima da linha vermelha temos duas partes separadas da soma apresentada na primeira linha abaixo da faixa vermelha. Os adjetivos absolutos (Abs) se subdividem em adjetivos de grau máximo (Amax) e de grau mínimo (Amin). Repetimos abaixo da linha vermelha informações que já haviam aparecido antes, para facilitar a análise comparativa dos números. Os Abs e os Rel, somados, formam os AGs.

Na condição 1, há muita diferença de quase 10 pontos percentuais entre Amax e Amin; é mais fácil decidir se o objeto está na extensão do adjetivo se ele for um Amax, mas o maior contraste (de 15 a 20 pontos percentuais) permanece entre os subtipos de escala fechada (absolutos) e os de escala aberta (relativos). A condição 2 é mais interessante, revelando uma diferença substancial e nova: os Amax estão quase 38 pontos percentuais na frente dos Amin. É mais fácil apontar uma entre duas opções de referente para um Amax do que para um Amin – ou seja, a imprecisão é calibrada com mais facilidade quando a ponta da escala é fechada do que quando a ponta é aberta. Os Amin terem o pior resultado na condição em que falha a pressuposição de unicidade. Na condição 3, há uma inversão: os Amin apresentam o melhor resultado. Mas o imenso contraste na condição três fica entre escala fechada e aberta: os participantes relutaram sempre em apontar a caixa preta quando a descrição continha um AG relativo, na condição 3, o que, a nosso ver, é efeito da vagueza: eles poderiam buscar um contexto em que o grau da propriedade fosse quase invisível, mas ela estivesse presente em alguma medida. Portanto, não apenas o adjetivo ter ou não grau influencia a tarefa, mas ser o polo da ponta aberta ou fechada de uma escala, ou o polo de uma escala aberta também produz efeitos consideráveis e distintos na resolução da tarefa em todas as condições.

Como se saíram os tipos de adjetivo por condição? Vamos olhar para os mesmos fatos de outro ângulo, agora examinando como as condições afetaram cada tipo de adjetivo. Vimos que, para os sem grau, usados como controle, a condição única foi a melhor, com 96,71% de acerto; a condição com dois objetos apresentando a propriedade foi pior, confirmando a nossa expectativa: 71,21%; na condição 3, houve certa relutância em marcar a caixa preta, o que ocorreu em 75,57% das vezes. As quedas notadas nas taxas de resposta esperada da condição 1 para as demais são decorrentes da falha na pressuposição (de unicidade, na 2, ou de existência, na 3) atrelada à descrição definida que continha o adjetivo.

No caso dos relativos (adjetivos de grau de escala aberta), a condição 1 também foi a melhor, mas com desempenho (de 75,97%) abaixo do obtido pelos sem grau, por efeito da vagueza; a condição 2 foi aquela em que os relativos, com 68,26%, mais se aproximaram dos resultados dos sem grau, indicando que a vagueza é favorável à resolução da tarefa nessa condição; mas a condição sobre a qual a vagueza teve mais impacto (aqui, negativo) foi a 3, que foi extremamente difícil para os relativos, com pouco mais de 35,35% de marcação da caixa preta.

No caso dos Amax, interessantemente, a condição 1 não foi a melhor, mas a pior; a melhor foi a 2, que é a pior para os relativos e os sem grau; e o percentual de indicações de caixa preta dá a condição 3 como intermediária. Com os adjetivos de ponta fechada na escala ficou mais fácil resolver falhas de pressuposição do que com adjetivos de escala aberta ou sem grau. Porém, quando não havia falha de pressuposição, era mais difícil decidir se o objeto estava ou não na extensão da descrição definida contendo Amax do que quando o adjetivo contido era sem grau ou relativo.

Somente para os Amin a melhor condição foi a 3. A pior foi a 2, como é para os adjetivos sem grau e relativos, e diferentemente do que ocorreu com os Amax. A condição 1 foi a melhor para os Amin, tal como para os Relativos e os sem grau, e diferentemente do ocorrido com os Amax. Será preciso explicar por que esse subtipo de absolutos tem um comportamento mais próximo dos relativos e dos sem grau do que da outra subclasse dos absolutos quanto ao ranking de condições, e também por que apresentou taxas pronunciadamente mais baixas na condição 2. Falaremos mais sobre isso a seguir. Na subseção seguinte, vamos interpretar e discutir os resultados obtidos.

2.2.1. Tratamento Estatístico

Recordamos que o estudo é formado a partir da coleta de respostas de questionários via web. São 10 estudos (questionários) e um participante responde cerca de 19 questões em cada estudo; um respondente pode participar de mais de um desses 10 estudos (não há controle ou identificação para isso). Houve 11.534 observações (registros) de até 75 respondentes por estudo (múltiplas observações da variável dependente por respondente). Cada pessoa respondeu cerca de 19 questões de um (ou mais) estudo(s) gerando os registros distribuídos segundo a tabela abaixo:

Figura 11: Correlação entre as três condições e adjetivos Amax, Amin e Rel

Tipo de adjetivo	Condição de resposta			Total geral
	0. Resposta única	1. Caixa preta	2. Resposta dupla	
Sem grau (controle)	5.042	1.899	380	7.321
Relativo	155	97	1.580	1.832
Absoluto (max)	677	457	172	1306
Absoluto (min)	442	88	545	1.075
Total geral	6.316	2.541	2.677	11.534

Figura 12: Correlação entre adjetivos com e sem graus:

Tipo de adjetivo	Condição de resposta			Total geral
	0. Resposta única	1. Caixa preta	2. Resposta dupla	
Sem grau (controle)	94,5%	81,9%	67,1%	89,8%
Com grau	86,1%	84,3%	71,8%	78,0%
Total geral	92,8%	82,5%	71,1%	85,5%

Figura 13: Correlação entre as três condições e adjetivos Amax, Amin e Rel:

Tipo de adjetivo	Condição de resposta			Total geral
	0. Resposta única	1. Caixa preta	2. Resposta dupla	
Sem grau (controle)	94,5%	81,9%	67,1%	89,8%
Relativo	76,1%	36,1%	74,2%	72,3%
Absoluto (max)	92,8%	91,9%	95,3%	92,8%
Absoluto (min)	79,4%	97,7%	57,4%	69,8%
Total geral	92,8%	82,5%	71,1%	85,5%

Conforme a última tabela, a da figura 13, o padrão de resposta para a condição não é o mesmo para todos os tipos de adjetivo, isto é, o percentual médio de acerto em cada casela da condição de resposta não segue a mesma ordenação entre os níveis de tipo de adjetivo. Isso sugere a existência da chamada “interação” entre essas variáveis, que será testada posteriormente. Outro ponto relevante é que há medidas repetidas para participantes e para questões, isto é, um participante respondeu mais de uma vez e há mais de um participante respondendo cada questão. Tanto os participantes quanto as questões são uma amostra do universo de participantes e questões possíveis, respectivamente. Desse modo, do ponto de vista estatístico, essas variáveis deveriam ser tratadas como efeitos aleatórios, ao passo que Tipo de Adjetivo e Condição de Resposta são efeitos físicos. Por questões de planejamento do experimento, a inserção de Questão e/ou Participante como efeito aleatório não foi possível, não houve convergência do modelo. Assim, só serão testados os efeitos fixos (Tipo e Condição), que possuem o número de níveis definido. Em virtude disso o modelo estatístico proposto foi o da regressão logística (família de Modelos Lineares Generalizados, com família binomial e link logit), aplicado aos efeitos fixos de Tipo e Condição, considerando a interação entre eles. A regressão logística é um tipo de modelo estatístico da classe de Modelos Lineares Generalizados, apropriado para respostas do tipo Binomial (com duas categorias, p. ex., certo ou errado, verdadeiro ou falso). Aqui foi utilizado o link logit para o ajuste. O valor esperado do modelo é interpretado como a probabilidade média da resposta sob os fatores especificados. Nessa aplicação, seria por exemplo, a probabilidade de um indivíduo acertar uma determinada questão dado o tipo de adjetivo (Controle, Relativo, Absoluto Amax ou Absoluto Amin) e a condição dada (Resposta única, Resposta dupla ou Caixa preta).

Figura 14: Fac-símile dos resultados obtidos por medições no Programa RSoftware: REstimativas do modelo:

```
> vaguezal <- glm (Recode ~ Tipo2 * Condição, data=A, family=binomial)
```

Call:

```
glm(formula = Recode ~ Tipo2 * Condição, family = binomial, data = A)
```

Deviance Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-2.7511	0.3368	0.3368	0.6312	1.4278

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)	
(Intercept)	2.84122	0.06170	46.048	< 2e-16	***
Tipo21. Relativo	-1.68146	0.19826	-8.481	< 2e-16	***
Tipo22.1. Amax	-0.29050	0.16065	-1.808	0.0706	.
Tipo22.2. Amin	-1.49130	0.13283	-11.227	< 2e-16	***
Condição1. Caixa preta	-1.32908	0.08582	-15.487	< 2e-16	***
Condição2. Resposta dupla	-2.12827	0.12541	-16.970	< 2e-16	***
Tipo21. Relativo:Condição1. Caixa preta	-0.40247	0.29592	-1.360	0.1738	
Tipo22.1. Amax:Condição1. Caixa preta	1.20770	0.24243	4.982	6.31e-07	***
Tipo22.2. Amin:Condição1. Caixa preta	3.74035	0.72994	5.124	2.99e-07	***
Tipo21. Relativo:Condição2. Resposta dupla	2.02371	0.23353	8.666	< 2e-16	***
Tipo22.1. Amax:Condição2. Resposta dupla	2.59798	0.41089	6.323	2.57e-10	***
Tipo22.2. Amin:Condição2. Resposta dupla	1.07781	0.19254	5.598	2.17e-08	***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

Null deviance: 9547.2 on 11533 degrees of freedom
Residual deviance: 8414.5 on 11522 degrees of freedom
(51 observations deleted due to missingness)
AIC: 8438.5

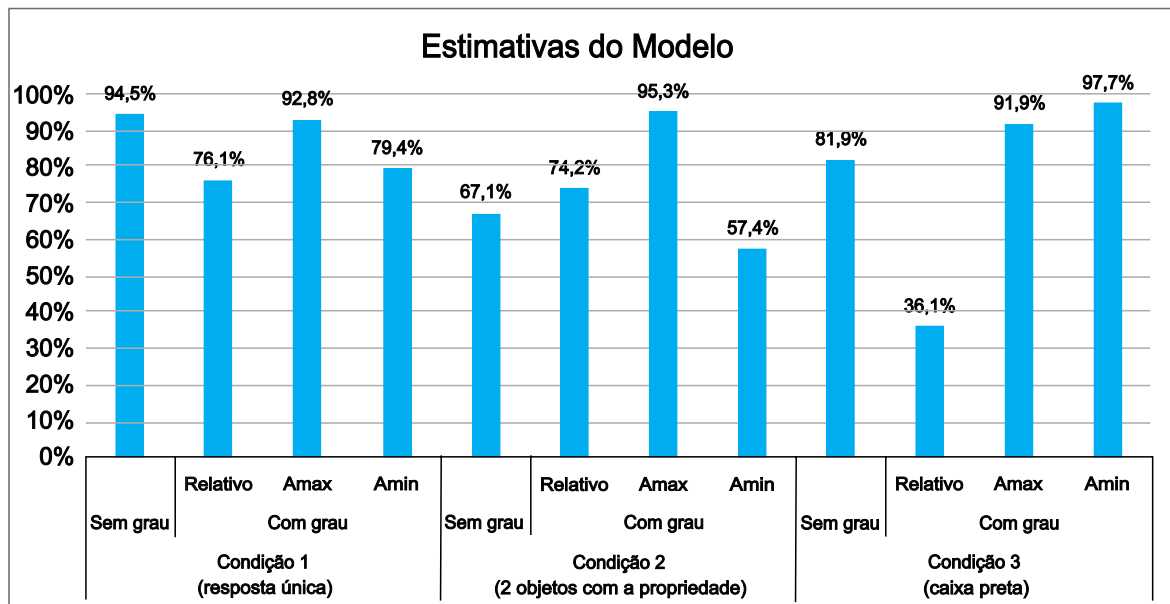
Number of Fisher Scoring iterations: 6

Verifica-se que todos os efeitos e interação são significantes, considerando um nível de significância de 5%, ou seja, a inclusão dos fatores “Tipo” e “Condição”, além da interação entre eles, é significativa estatisticamente.

Figura 15: Estimativa, p-valor e Intervalos de confiança para os parâmetros*

Coeficiente do modelo	Estimativa pontual	p-valor	Estimativa IC (95%)	
			Limite inferior	Limite superior
(Intercepto)	2,84	< 0,0001	2,72	2,96
Tipo - sem grau	referência			
Tipo - grau relativo	-1,68	< 0,0001	-2,06	-1,28
Tipo - grau absoluto Amax	-0,29	0,0706	-0,60	0,04
Tipo - grau absoluto Amin	-1,49	< 0,0001	-1,75	-1,23
Condição - resp. única	referência			
Condição - 2 objetos	-2,13	< 0,0001	-2,37	-1,88
Condição - caixa preta	-1,33	< 0,0001	-1,50	-1,16
Interação: grau relativo x 2 objetos	2,02	< 0,0001	1,56	2,47
Interação: Amax x 2 objetos	2,60	< 0,0001	1,84	3,47
Interação: Amin x 2 objetos	1,08	< 0,0001	0,70	1,45
Interação: grau relativo x caixa preta	-0,40	0,1738	-0,99	0,17
Interação: Amax x caixa preta	1,21	< 0,0001	0,73	1,69
Interação: Amin x caixa preta	3,74	< 0,0001	2,55	5,56

No modelo de casela de referência, o nível “Controle” da variável Tipo e o nível “Resposta única” da variável Condição são estimadas com o intercepto.

Figura 16: gráfico com as estimativas de probabilidades de acerto estimadas pelo modelo.

O tratamento estatístico indicou que os resultados obtidos não são aleatórios no nosso estudo. O tipo de adjetivo tem significância nas respostas obtidas. Há ainda efeitos de significância das diferentes condições de atendimento às pressuposições atreladas à descrição definida singular.

2.3. Discussão dos resultados obtidos

Apesar de um experimento não presencial, feito pela web, sem interação com o aplicador, apresentar muitas zonas escuras em relação àqueles em que se pode observar, sem interferir, indícios comportamentais do participante durante as respostas, os testes sustentaram as hipóteses. Em primeiro lugar, o tratamento estatístico confirmou que ser de grau tem efeitos diferentes de ser sem grau em geral (para todas as condições de atendimento às pressuposições). Isso evidencia que a interpretação, o processamento e a semântica de AGs e de adjetivos sem grau são marcadamente distintos. Esse resultado replicou os achados de estudos realizados em língua inglesa (SYRETT; KENNEDY; LIDZ, 2010). O fato de termos convergência entre a língua inglesa e o PB é interessante. Trata-se de línguas de famílias e troncos linguísticos sem nenhuma ligação, o que sugere que essa divisão semântica interna aos adjetivos possa vir a se configurar como um universal linguístico, de natureza pré-sintática, tal como se propõe na literatura para o contraste massivo-contável quanto aos nomes. De que outra forma se pode explicar que línguas estruturalmente tão diversas manifestem diferenças entre os mesmos itens lexicais da classe dos adjetivos, traduzidos? ‘Big’ e ‘grande’ são relativos, ‘full’ e ‘straight’ são absolutos de grau máximo, ‘dirty’ e ‘sujo’ são absolutos de grau mínimo etc. E o mesmo quadro macro de diferença de interpretação entre adjetivos que passam no teste de grau e adjetivos que não passam nos testes de grau aparecem em estudos feitos nas duas línguas.

Podemos analisar a diferença que as três condições apresentam no cômputo geral também assumindo que a descrição definida está atrelada à pressuposição de unicidade e de existência em ambas as línguas, inglês e português. Como era esperado, a condição 1 foi de longe a mais fácil, porque respeita as pressuposições de existência e de unicidade atreladas à descrição definida. Como é habitual nos experimentos, o “acerto” não foi de 100%, mas chegou perto disso, ficando ligeiramente abaixo de 95%. Sendo essa a condição a mais fácil, esse será considerado nosso desvio padrão: 5%. O melhor resultado que podemos esperar terá como teto esses (aproximados) 95%.

A expectativa de que a condição três fosse mais difícil que a um para os adjetivos em geral se realizou: encontramos aqui um nível de “acertos” um resultado intermediário entre o melhor e a pior condição. Nesse caso, atribuímos a dificuldade a uma condição semântica e a uma pragmática. A semântica vem da falha na pressuposição de existência atrelada à descrição definida, na situação em que o objeto detentor da propriedade não está visível; mas esse problema da semântica poderia ser contornado imaginando que o objeto em questão está dentro da caixa preta, coberto, fora da vista, mas presente. O atravessamento da condição pragmática é mais sério, em nosso entender. Dado o comando que leva a uma escolha forçada, escolher a caixa preta assume a forma de uma atitude de *non compliance*, de não atendimento às instruções recebidas.

Quanto à condição 2, a expectativa era a de que fosse a mais difícil, dado que o desenho do teste permitia a marcação de apenas um dos três quadrinhos com imagens, e a pergunta trazia uma descrição definida no singular, com pressuposição de unicidade. Era completamente inesperado, dadas as instruções, encontrar como opções dois objetos que estivessem na denotação da descrição

definida contendo o adjetivo crítico. Os participantes se sentiriam diante de uma pegadinha, ou seja, de uma questão desenhada para desafiar sua esperteza, que tinha de ser respondida com o manejo de um truque ou de uma saída inusitada. De fato, no cômputo geral, essa condição obteve o menor índice de acertos. Os três índices gerais apresentados, computando todas as respostas, independentemente do tipo de adjetivo, apontam diferenças palpáveis entre condições. Nesse aspecto, os nossos achados replicam, *mutatis mutantis*, os de Syrett, Kennedy e Lidz (2010), segundo os quais “as representações semânticas das crianças de três anos sobre adjetivos de grau e sobre o determinante definido estão no mesmo nível que as dos adultos” (SYRETT; KENNEDY; LIDZ, 2010, p. 2). Embora nós não tenhamos trabalhado com crianças, mas com adultos, nem com o inglês, mas com o português, vale notar que o efeito do não-atendimento às pressuposições disparadas por descrições definidas foi verificado com adultos nos dois estudos; no caso do citado, com o grupo controle, ao qual o desempenho das crianças foi comparado.

Bem, quanto aos efeitos do tipo de adjetivo, para medi-los devemos correlacionar a variável tipo de adjetivo com a variável condição. Primeiramente, analisemos o contraste entre os adjetivos com grau (AGs) e os sem grau em cada uma das condições. Na condição 1, os sem grau levam vantagem. A nosso ver, o pior resultado dos AGs reflete a necessidade de buscar informações contextuais para incorporar ao julgamento de valor de verdade. Afinal, AGs são comparações implícitas, com um dos seus termos não-pronunciado, extraído do contexto. A vagueza e a imprecisão se imiscuem então na tarefa de escolha forçada, com um custo extra de processamento. Na semântica de graus que adotamos, a diferença verificada entre AGs e adjetivos sem grau na condição 1 é esperada. A oposição mais forte entre adjetivos escalares e adjetivos sem grau aparece a condição 1. A condição 2, com falha na pressuposição de unicidade, foi a pior tanto para os adjetivos com grau quanto para os sem, com pequena diferença. Porém, como debateremos adiante, essa proximidade entre AGs e controles na condição 2 é ilusiva, pois os resultados das divisões internas dos AGs são bem distintos. As condições 1 e 2 refletem o fato de que ter grau torna a computação mais complexa. Mas na condição 3, ao contrário, ter grau leva a uma ligeira melhora. Apesar de a condição 3, em que a falha de pressuposição de unicidade oferecia um escape, a caixa preta, mas que trazia um peso pragmático, de *non compliance*, ter sido de dificuldade média para ambas as classes de adjetivo, os AGs apresentaram índices acima dos sem grau. A nosso ver, a mesma complexidade (comparação implícita, com dependência contextual – na forma de vagueza ou de imprecisão) que piora o resultado dos AGs na tarefa 1 melhora a performance dos AGs na 3. Podemos concluir que a comparação entre os percentuais obtidos por AGs e por adjetivos sem grau indica diferenças na correlação tipo de adjetivo e tipo de condição que refletem propriedades semânticas de cada (sub)tipo de adjetivo com consequências diversificadas na solução de tarefas conforme a condição. Então, além dos efeitos das condições manipuladas, verificamos neste experimento também um efeito da gradabilidade.

Agora cabe avaliar os resultados quanto à diferenciação entre estruturas de escalas. Há evidências de que os falantes distinguem entre tipos de escala? Para responder a essa questão, vamos examinar os

absolutos (escalas fechadas) e os relativos (escalas abertas) em separado. E a resposta da comparação é sim. Nas respostas da condição 2 (em que apareciam dois objetos adequados à descrição definida), emergiu o peso de ser de grau relativo; o fator ser AG Rel apresentou significância para a acomodação da pressuposição de unicidade, levando à resolução do conflito pelo apontamento do objeto com grau mais alto, na mesma condição que apareceu como uma violação de pressuposição menos contornável com outros tipos de adjetivos. Então, foi constatado neste estudo que os falantes diferenciam absolutos de relativos: as propriedades da escala fechada (da imprecisão) ajudam na resolução da tarefa com falha de pressuposição de existência, enquanto as propriedades de escalas abertas (da vagueza) ajudam na resolução da tarefa com falha de pressuposição de unicidade. E a vagueza atrapalha bastante na resolução da tarefa com falha de pressuposição de existência. Os resultados do experimento estão de acordo com a hipótese de que a vagueza tenha um custo computacional maior que a imprecisão, já que, na condição 1, em que todas as pressuposições acionadas pela descrição definida são respeitadas, o percentual de acerto para os AGs absolutos está mais de 10 pontos percentuais acima do dos AGs relativos. Isso também está de acordo com nossas previsões. Atribuímos essa diferença à atuação dos fatores imprecisão e vagueza, exclusivos dos adjetivos de grau. Como esperávamos, na condição 2 os relativos superam os absolutos.

Na condição 1, os Amax ficaram acima dos Amin, que superaram os Rel, muito embora os AGs como um todo tenham ficado abaixo dos adjetivos sem grau. Nessa condição, os Amax são os AGs que mais se aproximam dos controles, indicando que comparação implícita de igualdade com um único grau facilitou a resolução da tarefa de escolha forçada. O resultado demonstra que os polos de ponta fechada da escala são impermeáveis à presença no contexto de um objeto exibidor da mesma propriedade em outro grau. A teoria que assumimos explica esse resultado: a comparação de igualdade requerida por um polo fechado de escala vai levar a dispensar uma das figuras como apresentando um grau não-máximo da propriedade relevante, embora próximo do máximo. A estratégia usada pelos participantes para se livrarem do conflito com o não atendimento da pressuposição de unicidade é calibrar para menos a tolerância à imprecisão. Uma vez aumentado o rigor no exame da condição de igualdade com o grau máximo, a imprecisão desfaz a falha da pressuposição de unicidade, levando o falante a considerar que há naquele contexto um único objeto descrito pela pergunta.

Na condição 3, a falha na pressuposição de existência não é tão facilmente contornada com um aumento de tolerância à imprecisão, levando a alto nível de escolhas de caixa preta para os AGs de ponta fechada da escala. Esse resultado é também uma decorrência da semântica dos Amax, que requer igualdade com um único grau específico.

O desempenho dos Amin na condição 1 é fruto de sua semântica: qualquer grau distinto daquele exigido pelo polo fechado coloca o objeto na extensão do polo aberto. Decidir se o objeto exibe algum dos muitos graus possíveis para o objeto ficar na extensão do Amin requer escrutínio. Na condição 2, pelo fato de qualquer grau da propriedade distinto do máximo resultar em o objeto estar na denotação do Amin, se um dos competidores não tiver inequivocamente um grau máximo da propriedade, os dois objetos vistos na questão necessariamente estarão na extensão do adjetivo, gerando um conflito

difícil de resolver num cenário de falha de pressuposição de unicidade. Daí o percentual registrado pelos Amin ter sido o segundo índice mais baixo de todo o experimento. A semântica dos Amin também explica o resultado de quase 100% de indicação da caixa preta na condição 3: primeiramente, o parâmetro de comparação é fixo, não havendo recurso à manipulação do contexto; e, em segundo lugar, aumentar a tolerância à imprecisão não ajuda, porque aumentaria a faixa de objetos que estariam na denotação da ponta fechada da escala, mantendo o objeto fora da extensão do Amin. A ausência dos diversos graus da propriedade que colocariam o objeto na denotação de um adjetivo dessa classe é irrecorrível tanto em termos de vagueza quanto em termos de imprecisão, levando à marcação da caixa preta, apesar de essa opção poder ser vista como uma atitude de *non compliance*.

Podemos asseverar, com segurança, que a proximidade entre escalas fechadas e abertas na condição 2 era ilusiva: os relativos foram muito mais bem resolvidos que os absolutos. Tais resultados são um reflexo da semântica de graus. Se a vagueza não ajuda a resolver a falha de pressuposição de unicidade, por outro lado é ainda mais difícil escolher entre uma figura com menor grau e uma com maior grau da propriedade quando esses graus são evidentemente não-máximos. No caso de relativos, uma boneca pode ser grande sem ser pequena, e acrescentar uma condição como “grande para uma miniatura” pode ajudar a contornar a falha de pressuposição. Mas para a comparação com o grau máximo não admite interferência do contexto: ou o objeto apresenta o grau máximo, ou apresenta o mínimo. Tudo o que não atinge o grau máximo numa escala fechada apresenta grau mínimo, entrando na extensão do polo Amin. Manipular o contexto não faz diferença alguma no caso de Amin, não favorece a tarefa de escolha forçada. Então os absolutos não são todos iguais, o que se reflete nos resultados da condição 2. Na condição 2, fazem-se notar as propriedades diferenciadoras de pontas fechadas e abertas de escalas.

Na condição 3 surge oposição mais direta entre imprecisão e vagueza. O peso de *non compliance* com adjetivos absolutos ficou em menos de 10% para os de grau máximo e em menos de 3% para os de grau mínimo. Logo, ser absoluto facilita consideravelmente a superação de obstáculos para a indicação da caixa preta. Inversamente, a vagueza tornou a decisão muito mais difícil, quando o adjetivo dentro da descrição definida era relativo. Esse resultado é uma consequência da vagueza: manipulando o contexto, o colaborador consegue “reinterpretar” um objeto que consideraria isoladamente como não apresentando a propriedade como um objeto que apresenta alguma forma da propriedade, evitando assim o efeito de *non compliance* decorrente da escolha da caixa preta.

Em síntese, nossos achados estão de acordo com a teoria adotada (KENNEDY; McNALLY, 2005). A vagueza ajuda a resolver o dilema da falha na pressuposição de unicidade, ao permitir escolher um contexto em que a ordem requerida entre os termos da comparação (para ser ‘grande’, a mesa tem de ser a maior entre os termos comparados, e para ser ‘pequena’, tem de ser a menor entre os termos comparados _ isso garante que a mesmíssima mesa possa ser julgada ‘grande’ quando comparada a um elemento de menor tamanho e ‘pequena’ quando comparada a um elemento de maior tamanho). Ou seja, a manipulação do contexto, por meio de diferentes fixações do termo de comparação não

pronunciado, pode pôr o objeto na extensão do adjetivo ou o tirar de lá, eliminando o problema da falha na pressuposição de unicidade da descrição definida. Esse resultado é semelhante aos do estudo de Syrett, Kennedy e Lidz (2010), e respalda a teoria de vagueza que adotamos. Apesar da pressão (de ordem pragmática) na condição 3 para não cair em *non compliance*, só com os adjetivos relativos a escolha da caixa preta pode mesmo ser evitada em uma escala maior. Os resultados das condições 2 e 3 evidenciam a importância da vagueza no julgamento de valor de verdade.

A teoria da vagueza encontra apoio num outro aspecto do experimento. Algumas imagens foram aproveitadas em mais de uma questão dos estudos, variando-se os competidores. É interessante verificar se determinado objeto (representado pela imagem, repetida em diversos itens) foi unanimemente considerado como estando dentro ou fora da extensão do adjetivo crítico, ou se houve discordância entre os participantes dos estudos. Para os adjetivos sem grau, não se espera oscilação nos julgamentos, daí eles servirem de controles e distratores no experimento. Quanto aos absolutos, espera-se que a imprecisão resulte em uma pequena variação nos julgamentos, dado que a tolerância pode ser calibrada (ou seja, certa vez, um copo praticamente completo pode ser incluído na denotação do Amax ‘cheio’, e, em outra vez, o mesmo copo pode ser considerado menos do que ‘cheio’; mas um copo com conteúdo até a metade nunca será incluído na extensão de ‘cheio’, visto que não é possível chegar a uma comparação de igualdade com a capacidade máxima do recipiente nem mesmo com a máxima complacência). As maiores oscilações nos julgamentos devem aparecer para as escalas abertas, visto que a teoria postula que um mesmo objeto pode ser comparado a outro com maior ou menor grau da propriedade. Assim, uma bola de 30 centímetros será considerada ‘grande’ em comparação com uma bola de tênis, mas ‘pequena’ quando comparada a uma bola de pilates. Para checar essa predição, vamos trazer alguns estudos de caso.

Quase nada aconteceu quando foram mudadas as figuras concorrentes com a representação de objetos na extensão de adjetivos sem grau. Por exemplo, a figura de uma mulher deitada apareceu com o comando “onde está a mulher deitada?” ao lado de uma mulher em pé numa lista, ao lado de uma mulher sentada na cadeira em outra e ao lado da imagem de uma mulher ajoelhada em outra, sem que a alteração do concorrente produzisse qualquer diferença significativa: a mulher deitada foi escolhida na totalidade das vezes (100%) nas três listas, independentemente do competidor. A figura de um peixe apareceu ora competindo com um outro peixe, ora com um elefante, e não foi apontada por ninguém como “o animal terrestre”. A figura de um vaso com uma planta completamente seca recebeu 1,52% de indicações como “a planta viva” quando o competidor era uma planta murcha e zero por cento quando o competidor era uma samambaia verde; competindo com a samambaia verde, o vaso seco recebeu 97,87% das indicações para “a planta morta”, e competindo com a plantinha murcha, recebeu, para “morta”, 95,25% das indicações. A variação na escolha de um mesmo objeto como estando ou não na extensão de um adjetivo sem grau nunca atingiu 5% neste experimento. Isso indica que o julgamento de valor de verdade em descrições definidas contendo adjetivos sem grau foi impermeável ao contexto.

Para ilustrar a extensão dos adjetivos de grau, foram selecionadas 7 figuras com graus positivos crescente da propriedade. Quando a escala era fechada, os graus iam de zero a 100%. Por exemplo, para a escala fechada de FROUXIDÃO (ou ESTIRAMENTO), com os polos ‘espichada’ (Amax) e ‘frouxa’ (Amin), uma das figuras tinha zero frouxidão, ou seja, era a figura de uma pipa com o barbante completamente esticado. Essa figura apareceu como 91,49% das escolhas forçadas quando o competidor era uma figura com a corda em frouxidão 2, e 95,16% das escolhas forçadas quando o competidor era uma figura com a corda em frouxidão 4, frouxidão 2, e a instrução pedia “a corda espichada”; e recebeu 0,00% das indicações, concorrendo com a figura de frouxidão 2, 4,35% competindo com a figura de frouxidão 1 e 2,67% competindo com a figura de frouxidão 7, quando a instrução pedia para escolher “a corda frouxa”. Como se vê, a mesma figura, com uma propriedade representada por escala fechada numa das pontas, apresentou níveis de variação no julgamento de valor de verdade muito semelhantes aos verificados com adjetivos sem grau. Para a escala de ABERTURA, foram usadas imagens das portas de um vagão de metrô, com diferentes graus (de zero a 7). A imagem com grau zero de abertura foi escolhida como “a porta fechada” (Amax) por 97,92% dos participantes em competição com um objeto apresentando grau 1 da mesma propriedade (uma porta quase fechada), e foi escolhida por 94,87% dos participantes em competição com um objeto apresentando grau 7 da mesma propriedade (uma porta escancarada); em concorrência com uma imagem de objeto apresentando o grau 2 da propriedade, com as instruções pedindo “a porta aberta” (Amin), a mesma imagem com zero abertura recebeu zero indicações. Verifica-se que os julgamentos também não variam para além de 5% quando as imagens correspondem aos polos das pontas fechadas da escala, ou Amax. Já a imagem do outro extremo, o maior grau da ponta aberta da escala (correspondendo a um Amin), apresentou maior variação de julgamentos: a figura com abertura teve 1,28% das escolhas em competição com a figura de abertura zero e 8,00% em comparação com a figura de abertura 4, quando a descrição definida era “a porta fechada”; e foi escolhida por 78,67% dos participantes quando estava competindo com a figura de abertura 4 quando a descrição definida era “a porta aberta”. Figuras que também representavam Amin, mas tinham um grau mais baixo da propriedade sofreram ainda maior variação de julgamentos. A imagem etiquetada como abertura 4 foi apontada como “a porta aberta” por 12% dos participantes num teste em que competia com a imagem da abertura 7 e foi apontada como “a porta fechada” em outra teste, tendo o mesmo competidor, por 74% dos participantes. Encontrar o referente da ponta fechada de uma escala (o polo correspondente a um Amax) é encontrar um objeto de que seja verdade uma relação de igualdade com determinado grau (uma porta fechada é uma porta com nenhum espaço, ou seja, com zero grau de abertura). A imprecisão pode promover um desprezo por diferenças irrelevantes para a igualdade com o grau zero, mas não há uma vasta gama de graus que possam ser todos considerados como iguais a zero. Além disso, como já mencionado, uma porta que não está fechada está necessariamente aberta, há um caso de implicação lógica entre a negação de um polo e a afirmação do outro, numa escala fechada numa única ponta: há um ponto em que a tolerância acaba e um polo se torna falso e o outro,

verdadeiro. O julgamento não é influenciado por outros objetos presentes no contexto, visto que o parâmetro de comparação, preestabelecido, é esse grau máximo. A semântica de graus prevê então a impermeabilidade do julgamento de um objeto presente na extensão de um Amax. Os resultados estão de acordo: os Amax foram avaliados consistentemente, com variações muito próximas das percebidas para adjetivos sem grau (a variação não ultrapassa 5 pontos percentuais), sem a troca do competidor influenciasse a escolha forçada. No caso da ponta aberta das escalas, basta que o grau de propriedade apresentado pelo objeto seja diferente do grau zero. Portanto, a teoria prevê que diversos graus atendam à descrição definida contendo um Amin. A porta pode estar entreaberta, ligeiramente aberta, medianamente aberta, bastante aberta ou completamente aberta.

Entendemos que o julgamento de uma descrição definida contendo um Amin é influenciado até certo ponto pelo contraste entre o grau de propriedade exibido pelos objetos em competição. Quando o objeto está num grau extremo (como uma porta completamente aberta), a diferença entre os julgamentos atingiu 10 pontos percentuais, o dobro da margem encontrada para a oscilação com Amax. Quando o objeto tinha um grau intermediário da propriedade (abertura média), ele foi considerado ‘fechado’ por mais de 10% dos participantes ao competir com uma porta bem aberta, e foi considerado ‘aberto’ por mais de 70% das pessoas ao competir com uma porta menos aberta. O resultado do nosso experimento replica os do estudo de Syrett et al (2006) nesse ponto: esses autores também encontraram oscilações no julgamento de Amin. Nós também observamos que os Amin (principalmente em graus intermediários, como 50% de ocupação, sujeira etc.) são bem mais sensíveis à troca do competidor que os Amax: o julgamento muda quando a diferença entre os objetos comparados é extrema (a variação nos julgamentos dados ao mesmo objeto atinge 50 pontos percentuais). Duas conclusões podem ser extraídas do exame do julgamento da mesma figura, quando o exame é de escalas fechadas: (i) a variação no julgamento de pertencimento ou não à extensão de um Amax é desprezível, ficando bem perto da variação encontrada para adjetivos sem grau; (ii) a variação no julgamento de pertencimento ou não à extensão de um Amin é mais marcada, mostrando que está sujeito à influência do grau de propriedade exibido pelo competidor. O exame do julgamento recebido pela mesma figura em contextos variados respalda a visão da semântica de graus sobre escalas fechadas, quanto à diferença semântica entre polos abertos e fechados.

No caso das escalas abertas, com adjetivos relativos nas duas pontas, a escolha da figura que trazia o objeto na extensão do adjetivo oscilou muito em função da troca do competidor, em consonância com a teoria da vagueza. A escala de TAMANHO apresentava 7 imagens, em graus diferente, para uma boneca russa. A boneca de grau 7 (a maior de todas) e a de grau 1⁵ (a menor de todas) tiveram menos variação nos julgamentos, mas as de tamanho intermediário receberam avaliações bem diferentes, conforme o competidor. A figura de grau 1 teve 98,00% de indicações para ‘pequena’ quando comparada à boneca de grau 7 num teste e 83,02% em outro teste, com o mesmíssimo

⁵ Numa escala fechada, temos graus zero, mas não é possível ter grau zero numa escala aberta, pois é preciso que o objeto exiba algum grau positivo da propriedade para poder ser comparado a outro objeto provido pelo contexto quando a essa propriedade.

competidor; em um terceiro teste, obteve 93,33% das escolhas concorrendo com o tamanho 3, que não é tão maior. A maior de todas as bonecas (a figura de grau 7) recebeu 91,94% de indicações para ‘grande’ quando comparada ao tamanho 6 (a segunda maior), e foi considerada ‘pequena’ 18,18% quando competindo com a uma figura de grau 5, 11,32% quando competindo com a figura de grau 1 e nenhuma vez, quando teve como competidor a figura de grau 2. Já um tamanho intermediário, como a figura de grau 5, não recebeu nenhuma indicação para recebeu ‘grande’ quando seu competidor era a figura de grau 7, mas recebeu apenas 11,32% para ‘pequeno’, quando o competidor era um pouco maior, o de grau 6. Esses fatos ilustram dois pontos da semântica de graus: (i) um objeto que não está na extensão de um polo de escala aberta não necessariamente estará na extensão do polo oposto – daí um objeto poder não ser grande nem pequeno, mas médio; (ii) a vagueza interfere no julgamento de muitas formas – a presença de um competidor com marcada diferença de grau influi (há uma tendência para escolher, entre as duas apresentadas na tarefa, a figura de menor tamanho como ‘pequena’ e a de maior tamanho como ‘grande’), mas também pode ser adotado pelo falante um elemento de comparação não representado pelas imagens, pois o falante é livre para adotar qualquer outro termo de comparação dotado pelo contexto (assim, ainda que as figuras tenham tamanhos diferentes, elas podem estar ambas abaixo da média ou serem as duas bem menores que o objeto que o falante tem em mente como referência, e, nesse caso, nenhuma delas se classificará como ‘grande’, visto que a semântica de ‘grande’ é “de grau superior ao termo de comparação não-pronunciado”). Essa sujeição à vagueza resulta numa grande oscilação no julgamento sobre um mesmo objeto estar ou não na extensão de um AG REL, oscilação essa bem maior que a observada para absolutos. Vejamos mais alguns resultados ligados à volubilidade no julgamento de objetos estarem ou não na extensão de polos de escalas abertas. Na escala de LARGURA, o estímulo foram gravatas em 7 graus distintos. A gravata de grau 7 (maior de todas) foi apontada como ‘larga’ por 83,33% dos participantes quando o competidor era a de grau 1 (a mais estreita de todas) e nunca foi considerada ‘estreita’ por ninguém, nem no teste em que competia com a largura 1 nem no teste em que o competidor era a gravata de largura 5. Já a gravata de grau 1 foi apontada como ‘estreita’ por 95,45% dos participantes competindo com a de grau 7, recebeu 33,87% das indicações para ‘estreita’ competindo com a de grau 5, e foi considerada ‘larga’ por 4,00% dos participantes no teste em que o competidor tinha grau 7. Mesmo nos extremos, na maior e na menor altura, uma oscilação forte é notada. Nas larguras intermediárias as diferenças de julgamento são ainda maiores. Competindo sempre com a gravata de maior altura, a gravata de grau 5 foi considerada ‘larga’ 2,08% das vezes num teste e ‘estreita’ 22,64% das vezes em outro teste. Isso é possível porque o outro termo da comparação assumido pelo participante pode ser um objeto cuja imagem não está presente; e porque uma gravata de largura média não é nem ‘estreita’ nem ‘larga’. A escala de COMPRIMENTO foi representada por cabos de vassoura com 7 tamanhos sequenciais. O maior cabo foi considerado ‘longo’ por 91,94% dos participantes, quando competiam com o grau 2, e por 82,61% dos participantes, quando competiam com o segundo maior cabo, em outro teste, em que o competido também era o segundo maior cabo, o maior de todos não

foi considerado ‘curto’ por ninguém; em outro teste, o competidor tinha grau 4, e ninguém considerou o maior dos cabos ‘curto’. A figura do segundo cabo mais longo foi considerada ‘curto’ por 41,03% dos participantes competindo com o mais longo de todos, e foi considerado ‘comprido’ por 98,48% dos participantes competindo com o grau 4, mas por só 14,58% dos participantes competindo com o grau 6 e apenas 4,35% competindo com o cabo mais comprido de todos. O cabo de grau 4 não recebeu nenhuma indicação para ‘comprido’ ao competir com o grau 6, mas foi considerado ‘curto’ por 4,26% dos participantes num teste, e por 96,59% em outro teste, em que o competidor apresentava o grau 7 de comprimento. É uma diferença muito pronunciada, que aparece nos relativos, mas não nos adjetivos sem grau nem nos absolutos.

Em suma, as figuras associadas a REL apresentaram níveis de oscilação de julgamento não encontrados nas escalas fechadas ou nos adjetivos sem grau, como efeito da vagueza como exclusiva das escalas abertas. Já a imprecisão não é homogênea do ponto de vista da não fixação dos julgamentos: Amax apresentam resultados próximos de adjetivos sem grau, e Amin apresentam faixas de oscilação intermediárias entre as associadas a Amax e as associadas a Relativos, o que também ratifica empiricamente a proposta da semântica de graus.

3. Conclusões

Diversos estudos anteriores investigaram como o contexto intervém na interpretação de adjetivos. Não tendo como falar de todos, mencionaremos apenas alguns exemplares. Segundo Syrett *et al.* (2006), as crianças distinguem subclasses de adjetivos de grau, reconhecendo a dependência contextual do parâmetro de comparação dos AGs relativos como algo que não está presente nos absolutos. Entre os absolutos, as crianças distinguem os Amax dos Amin, mas ainda não dominam os parâmetros das pontas fechadas das escalas tal como ocorre na gramática dos adultos. Frazier *et al.* (2008, p. 15) afirmam que “processar a estrutura da escala e o parâmetro de comparação parece ser parte obrigatória da computação envolvida na compreensão linguística”. Mais adiante, os autores dizem que “as escalas semânticas introduzidas pelos adjetivos parecem ser consideradas na interpretação de uma sentença contendo o adjetivo”. Os experimentos de Syrett, Kennedy e Lidz (2010) em língua inglesa indicaram que aos 30 meses de idade as crianças já usam o input linguístico como evidência para distinguir um adjetivo do outro segundo a estrutura da escala, se aberta ou fechada. Nas palavras deles:

(...) aos 30 meses de idade as crianças sabem que os adjetivos podem variar quanto à estrutura da escala e esperam que essa variabilidade conduza a uma assinatura distribucional na língua a que estão expostas. (SYRETT; KENNEDY; LIDZ, 2010, p. 279)

Frazier *et al.* (2008) também verificaram diferenças entre absolutos e relativos. Os experimentos de Tribushinina (2011) indicaram que na ausência de fatores mais salientes, uma classe normativa ou uma referência default pode ser usada como parâmetro de comparação de adjetivos de grau relativos, Aparicio *et al.* (2016) investigaram como a informação contextual se integrava ao processamento de

adjetivos relativos e absolutos, verificando que a integração do contexto ocorre cedo para a semântica dos relativos, como parte do processamento lexical, ao passo que a sensibilidade dos adjetivos absolutos ao contexto aparece mais tarde, associada a um alto custo processual, sugerindo que a imprecisão influencia sua interpretação.

Diante disso, o que podemos concluir a partir dos resultados aferidos no nosso experimento? Eles estão de acordo com a hipótese de que todos os adjetivos são indeterminados, mas só alguns, os relativos, são vagos; os demais adjetivos de grau, os absolutos, se comportam de modo diverso; os resultados mostram que há distinção entre Amax e Amin. Uma investigação presencial poderia vir a revelar ainda mais sensibilidades da gramática ao tipo de adjetivo, mas, assim como os estudos anteriores citados, este experimento revela indiscutivelmente que a divisão da classe dos adjetivos em categorias como com e sem grau, de escala aberta e de escala fechada, e de ponta fechada ou aberta na escala têm consequências importantes para operações semânticas em Português Brasileiro. As classes de adjetivos da semântica de graus são parte do conhecimento dos falantes, e por seus efeitos semânticos deveriam ter mais espaço nas escolas e na pesquisa linguística que classificações nocionais como cor, tamanho, nacionalidade, disposição etc.

Partindo de hipóteses falsificáveis e reproduzíveis, testamos hipóteses teóricas consolidadas; os resultados são compatíveis com a análise da vagueza oferecida pela semântica de graus, indicando que as hipóteses foram confirmadas. Novos experimentos, com maior controle de variáveis na mecânica de escolha, tal como com uso da técnica de leitura monitora, para medição do tempo levado para a resposta de cada questão, podem elucidar mais os motivos pelos quais obtivemos os resultados verificados. Isso envolve completar uma investigação com metodologia *off-line* com outra, com metodologia *on-line*, para controle do tempo de resposta. A continuidade da investigação por experimentos pode trazer novas respostas e levantar novas questões para as análises teóricas.

Não obstante os limites do estudo realizado, ele dá sustentação à nossa hipótese de que a relação do adjetivo com esse componente contextual é lida pela gramática, e tem efeitos no processamento e na interpretação dos adjetivos. encontramos respaldo empírico para propor que as grandes classes semânticas a ter efeito na interface dos módulos sintático e semântico da gramática sejam os adjetivos com grau e os sem grau. Além disso, há diferenças finas entre os adjetivos de grau, verificadas neste experimento semântico, que mostram que o falante de PB percebe diferentemente relativos, Amax e Amin. Assim, propomos que mais pesquisas linguísticas, experimentais ou não, sejam conduzidas levando em conta essa linha de classificação dos adjetivos, que se mostra promissora.

Referências

APARICIO, Helena; XIANG, Ming; KENNEDY, Christopher. Processing gradable adjectives in context: A visual world study. *In: Semantics and Linguistic Theory*, 2016, pp. 413-32.

BOSQUE, Ignacio. SOBRE LAS DIFERENCIAS ENTRE LOS ADJETIVOS RELACIONALES Y LOS CALIFICATIVOS. *Revista Argentina de Lingüística*, v. 9, pp. 9-48, 1993.

BURNETT, Heather. A delineation solution to the puzzles of absolute adjectives. *Linguistics & Philosophy*, v. 37, pp. 1-39, 2014.

CASTELEIRO, João Miguel. *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1981.

CINQUE, Guglielmo. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In: *Paths towards Universal Grammar: Studies in honor of Richard S. Kayne*, ed. by CINQUE, Guglielmo *et al.*, pp. 85-110. Washington, DC: Georgetown UP. 1994.

CRAIN, Stephen; THORNTON Rosalind. *Investigations in Universal Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press. 1998.

DOETJES, Jenny; CONSTANTINESCU, Camelia; SOUČKOVÁ, Kateřina. A neo-Kleinian approach to comparatives. In: CORMANY, Ed; ITO, Satoshi; LUTZ, David (eds.), *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory (SALT 19)*, pp. 124-41. Ithaca: CLC Publications. 2009.

DIXON, R. M. Adjectives Classes in Typological Perspective. In: DIXON, R. M. *et al.* (eds.). *Adjective classes: A cross-linguistic typology*, v. 1. Oxford University Press. p. 12, 2004.

DIXON, R. M. *Where have all the adjectives gone?: and other essays in semantics and syntax*. 1977. Republicado por Walter de Gruyter, 2010.

FINE, Kit. Vagueness, truth and logic. *Synthese*, v. 30, pp. 265-300, 1975.

FRAZIER, Lyn; CLIFTON JR, Charles; STOLTERFOHT, Britta. Scale structure: Processing minimum standard and maximum standard scalar adjectives. *Cognition*, v. 106, n. 1, pp. 299-324, 2008.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2009. cap. 7, pp. 129-58.

GRAFF, Delia. Shifting sands: An interest-relative theory of vagueness. *Philosophical Topics*, v. 20, pp. 45-81, 2000.

GUALMINI, Andrea. *The unbearable lightness of scalar implicatures*. Doctoral Research Paper, University of Maryland at College Park, 2001.

HEIM, Irene; KRATZER, Angelika. *Semantics in generative grammar*. Oxford: Blackwell, 1998.

KAMP, Hans. Two theories about adjectives. In: KEENAN, E. (org.). *Formal semantics of natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. pp. 123-55.

KENNEDY, C. *Projecting the adjective*. PhD Dissertation. University of California at Santa Cruz, 1997.

KENNEDY, Christopher. The landscape of vagueness. Ms., Northwestern University. *Seen*, v. 17, n. 1, p. 2009, 2002.

KENNEDY, Christopher. *Vagueness and grammar: The semantics of relative and absolute gradable predicates*. *Linguistics and Philosophy*, v. 30, pp. 1-45, 2007.

KENNEDY, Christopher. Vagueness and comparison. In: *Vagueness and language use*. Palgrave Macmillan, London, 2011. pp. 73-97.

- KENNEDY, Christopher; McNALLY, Louise. From event structure to scale structure: Degree modification in deverbal adjectives. *In: Proceedings from SALT IX*, ed. MATTHEWS, Tanya; STROLOVITCH, Devon. Ithaca, NY: CLC Publications, 1999, pp. 163-180.
- KENNEDY, Christopher; McNALLY, Louise. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language*, pp. 345-81, 2005.
- KLEIN, Ewan. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy*, v. 4, pp. 1-45, 1980.
- LUDLOW, Peter. Implicit comparison classes. *Linguistics and Philosophy*, v. 12, pp. 519-33, 1989.
- MCCONNELL-GINET, Sally. *Comparative constructions in English: a syntactic and semantic analysis*. University of Rochester, 1973.
- MENUZZI, Sergio. “*Sobre a Modificação Adjetival do Português: Uma Teoria da Projeção dos Adjetivos*”. Tese de Doutorado inédita. Campinas: IEL/UNICAMP, 1992.
- NETO, José Borges. Adjetivos sincategoremáticos: um problema para a semântica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 22, 1992.
- PARTEE, Barbara H. Compositionality and coercion in semantics: The dynamics of adjective meaning. *Cognitive foundations of interpretation*, pp. 145-61, 2007.
- ROTSTEIN, Carmen; WINTER, Yoad. Total adjectives vs. partial adjectives: Scale structure and higher-order modifiers. *Natural language semantics*, v. 12, n. 3, pp. 259-88, 2004.
- RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Mind*, v. 56, n. 14, pp. 479-93, 1905.
- SAPIR, Edward. Grading: A study in semantics. *Philosophy of Science*, v. 11, pp. 93-116, 1944.
- SCHWARZCHILD, Roger; WILKINSON, Karina. Quantifiers in comparatives: A semantics of degree based on intervals. *Natural language semantics*, v. 10, n. 1, pp. 1-41, 2002.
- SIEGEL, Muffy E. A. Measure adjectives in Montague grammar. *In: DAVIS, S.; MITHUN, M. (eds.), Linguistics, Philosophy and Montague Grammar*, Austin: University of Texas Press. 1979.
- STRAWSON, Peter F. On referring. *Mind*, v. 59, n. 235, pp. 320-44, 1950.
- SYRETT, K. *et al.* Shifting standards: Children’s understanding of gradable adjectives. *In: K. U. DEEN; J. et al. (eds.), Proceedings of the Inaugural Conference on Generative Approaches to Language Acquisition - North America*, v. 2, pp. 353-64. Cambridge, UMass: *Conn Occasional Papers in Linguistics* v. 4, 2006.
- SYRETT, Kristen; KENNEDY, Christopher; LIDZ, Jeffrey. Meaning and context in children’s understanding of gradable adjectives. *Journal of semantics*, v. 27, n. 1, pp. 1-35, 2010.
- TOLEDO, Assaf; SASSOON, Galit W. Absolute vs. relative adjectives-variance within vs. between individuals. *In: Semantics and linguistic theory*. 2011, pp. 135-54.
- TRIBUSHININA, Elena. Once again on norms and comparison classes. *Linguistics*, v. 49, n. 3, p. 525, 2011.

A EXPRESSÃO DA ESPÉCIE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOMES NUS E DEFINIDO GENÉRICO ¹

THE EXPRESSION OF KIND IN BRAZILIAN PORTUGUESE BARE NOUNS AND DEFINITE GENERIC

*Roberta Pires de Oliveira*²

RESUMO

Este artigo investiga a expressão da espécie no Português Brasileiro em que quatro formas competem: os nominais nus, singular e plural, *Periquito está em extinção* e *Periquitos estão em extinção*, e os definidos genéricos, singular e plural, *O periquito está em extinção* e *Os periquitos estão em extinção*. Argumenta que esse sistema é evidência de que as línguas naturais diferenciam dois tipos indivíduos genéricos: a espécie singular e a espécie soma máxima plural. Esses indivíduos estabelecem relações distintas com os seus “elementos”. O singular nu e o definido genérico singular denotam o indivíduo. O acesso ao elemento é indireto. O plural nu e o definido plural denotam a soma máxima de elementos, uma propriedade cumulativa. O artigo definido genérico carrega pressuposição de familiaridade, enquanto o singular nu é indefinido, não carrega pressuposição.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes nus. Definido genérico. Espécie singular. Espécie plural. Português Brasileiro. (In)definitude.

ABSTRACT

This paper investigates kind expressions in Brazilian Portuguese, where four forms compete: singular and plural bare nominals, *Periquito está em extinção* and *Periquitos estão em extinção*, and singular and plural generic definites, *O periquito está em extinção* e *Os periquitos estão em extinção*. It argues that this system is evidence that natural languages differentiate two individuals: singular kinds, and maximal sums. These individuals entertain distinct relations with their “elements”. Individuals realize a kind and are parts of maximum sums. We argue that the difference is: singular expressions denote the atomic kinds, plurals, the plural individual. The definite generic carries a presupposition of familiarity, while bare nominals are indefinites, they do not carry presuppositions.

KEYWORDS: Bare nominals. Definite generics. Singular kinds. Plural kinds . Brazilian Portuguese. (In) definites.

Introdução

A semântica do sistema nominal, na vertente formal, conheceu um crescimento exponencial desde a sua fundação nos idos da década de 70. Este artigo pretende ser uma contribuição efetiva para a área sem perder de vista o leitor menos familiarizado com as formalizações. O modelo teórico baseia-se em Carlson (1977), Chierchia (1998, 2010, 2021), Dayal (2004), Pires de Oliveira (2022)

¹ Meus agradecimentos aos comentários e sugestões feitos pelos revisores. Agradeço ao CNPq pelo financiamento de meu projeto de pesquisa PQ-1C. A primeira versão deste artigo foi produzida durante minha estadia de pós-doutorado senior em Harvard, graças a Bolsa Pós-Doutorado Senior do CNPq.

² Pesquisadora PQ-1C CNPq, professora titular Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ropiolive@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4946-7205>.

e é um estudo sobre a genericidade nominal no português brasileiro contemporâneo (PB),³ uma língua considerada “exótica” (NUNES, no prelo), porque não se comporta como as demais línguas românicas, que ou não aceitam nomes nus, como é o caso do francês, ou aceitam marginalmente o plural nu (PNu), como é o caso do português europeu; as outras línguas românicas não aceitam o singular nu (SNU), em posição argumental (MÜLLER; OLIVEIRA, 2004). No PB, tanto o SNU quanto o PNU expressam a espécie (SCHMITT; MUNN, 1999, 2002; PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011, entre outros), já que compõem com predicados de espécie, como exemplificado em (1):

- (1) a. Periquitos estão em vias de extinção.
b. Periquito está em vias de extinção.⁴

estar em vias de extinção é um predicado de espécie porque não se combina com nomes próprios, **João está em vias de extinção*.⁵

Além dos nominais nus, os sintagmas encabeçados pelo artigo definido singular e plural (2a-b) são sintagmas genéricos, isto é, denotam a espécie. O artigo indefinido, em (2c), veicula que uma subespécie está em extinção, logo não é um sintagma genérico:

- (2) a. Os periquitos estão em vias de extinção.
b. O periquito está em vias de extinção.
c. Um periquito está em vias de extinção. Subespécie

Em (2a) temos um sintagma Definido Genérico Plural (DgP) e em (2b), um Definido Genérico (DG). A pergunta neste artigo é: há diferença entre as diferentes expressões da espécie? Afinal, as sentenças em (1) e em (2a-b) dão a mesma informação: os periquitos estão se acabando. No entanto, quando combinamos essas expressões com outros predicados verbais, vemos emergir diferenças sutis, que descortinam a riqueza das línguas naturais. Este artigo é sobre essas diferenças sutis. Ele argumenta que para entendermos essa variedade de formas precisamos mobilizar a espécie enquanto um indivíduo em uma hierarquia e a espécie enquanto uma soma de indivíduos, e combinar com informações sobre o fundo conversacional. A hipótese é que o SNU e o DG denotam a espécie singular, o PNU, a espécie plural. O DG carrega uma pressuposição de familiaridade, enquanto o SNU não carrega pressuposições. Apenas apontamos algumas particularidades do DgP.

Iniciamos com uma análise do PNU em inglês, porque essa é a origem da hipótese de que há espécies na ontologia (CARLSON, 1977). Carlson introduz o indivíduo espécie. Chierchia

³ Neste artigo, utilizamos as seguintes abreviações, apresentadas em ordem alfabética: DG = Definido Genérico Singular; DgP = Definido Genérico Plural; PB = Português Brasileiro, PNU = Plural Nu; SNU = Singular Nu,

⁴ Müller (2002) argumenta que o SNU não é gramatical com predicados de espécie. Essa não é a intuição de Schmitt e Munn (1999, 2002) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011). Resultados experimentais mostram que ao menos para algumas variedades do PB o SNU é gramatical com predicados de espécie (MARIANO, 2018).

⁵ Utilizamos itálico para as línguas objetos, o inglês e o PB.

(1998) introduz a ideia de espécie plural. Dayal (2004) propõe que o DG em inglês denota a espécie singular e que o PNu é um indivíduo plural. Para os nossos propósitos interessa que há, portanto, dois indivíduos espécie. A segunda seção é sobre o DG. Mostramos que a espécie singular não é um grupo, porque estabelece uma hierarquia com os espécimes e sugerimos que carrega uma pressuposição de familiaridade. A terceira seção apresenta Pires de Oliveira (2022) que propõe que o SNu denota a espécie singular e o PNu, o indivíduo plural intensional. A quarta seção compara o DG e o SNu no PB, já que ambos denotam a espécie singular e propõe que o DG carrega uma pressuposição de familiaridade, associada ao artigo definido singular. Assim, nosso interesse não é revisar a literatura sobre os nominais nus PB,⁶ nem sobre a sintaxe e semântica dos nominais através das línguas ⁷ e tampouco sobre o definido genérico,⁸ mas comparar os sintagmas genéricos para averiguar se há diferenças e propor uma explicação semântica.

1. A espécie: indivíduo e soma máxima intensional

A tese de doutorado de Carlson (1977), “Reference to kinds in English”, é um estudo aprofundado sobre a semântica do PNu em inglês. Sua proposta explica a variabilidade de interpretação desse sintagma, exemplificada em (3) abaixo, pela contribuição do predicado verbal. O PNu *dogs* (‘cachorros’) tem sempre a mesma interpretação, denota a espécie, a variação na sua interpretação é derivada do predicado verbal:

- | | | | |
|-----|----|--------------------|-----------|
| (3) | a. | Dogs are barking. | Episódica |
| | b. | Dogs bark. | Genérica |
| | c. | Dodos are extinct. | Espécie |

Em (3a) a leitura é existencial, há alguns cachorros que estão latindo. Em (3b), a leitura é genérica: em geral, os cachorros latem. Finalmente, em (3c), a espécie dos Dodôs está extinta. A comparação do PNu com o sintagma encabeçado pelo artigo indefinido, *a dog* (‘um cachorro’) por exemplo, leva o autor a propor que o PNu denota a espécie:

- | | | |
|-----|----|---|
| (4) | a. | Dogs are everywhere. |
| | b. | *A dog is everywhere. |
| | c. | John killed mosquitos the whole afternoon. |
| | d. | *John killed a mosquito the whole afternoon. ⁹ |

⁶ Veja Ferreira (2021) para uma revisão dos nominais nus no PB.

⁷ Veja Dayal e Sag (2019) para uma revisão das questões principais relativas aos nominais nus e os sintagmas determinantes.

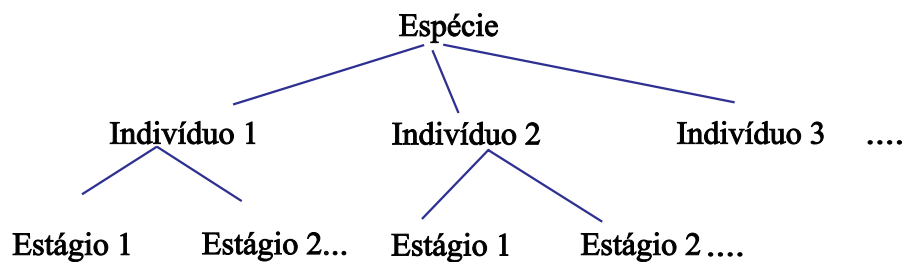
⁸ Ojeda (1991) propõe que o artigo definido é ambíguo. Dayal (2004) entende que o predicado é ambíguo e o artigo definido é sempre o operador *t*.

⁹ O símbolo * indica que a sentença não tem a interpretação em questão. # indica que a sentença pode ter a interpretação em questão, mas exige um contexto em particular.

(4a) afirma que há cachorros em todos os lugares, mas (4b) é agramatical, porque o quantificador tem escopo sobre o sintagma nominal, gerando a leitura de que existe um cachorro que está em todos os lugares. Em (4c), *mosquitos* ('mosquitos') está sob o escopo de *the whole afternoon* ('a tarde inteira'), gerando a interpretação de que John ficou a tarde inteira matando mosquito. Já *a mosquito* ('um mosquito') em (4d) parece ter escopo sobre o advérbio gerando a leitura bastante estranha de que há um mosquito que John passou a tarde inteira matando. O fenômeno em (4c-d) é recebe o nome de escopo diferenciado com advérbio pluracional¹⁰. Voltaremos a ele ao longo deste artigo.

Esses são alguns dos testes que Carlson (1977) utiliza para mostrar que o PNu não é um sintagma encabeçado por um artigo indefinido encoberto, mas um nome próprio como *John*; ele nomeia a espécie. A ontologia é sortida em espécies, indivíduos e estágios de indivíduos. As espécies ocorrem em vários lugares ao mesmo tempo. Os indivíduos ocupam um único lugar num certo momento do tempo, mas se esparramem em estágios no tempo. Os estágios são tempo e espacialmente localizados. "Um indivíduo é (no mínimo) aquilo o que quer que seja que junta uma série de estágios para torná-los estágios de alguma coisa."¹¹ As espécies são abertas no tempo e no espaço. *Ser mulher* é uma propriedade do indivíduo, porque ocorre em todos os seus estágios. Já *estar escrevendo esse artigo* é uma propriedade de um estágio de um indivíduo. Abaixo a ontologia em Carlson (1977):

Figura 1: Ontologia em Carlson (1977)



Carlson (1977, p. 117)

Espécies são realizadas por indivíduos, que se realizam em estágios. Os estágios são as realizações dos indivíduos e das espécies, por isso são os primitivos do sistema.

Em (3a), o predicado *are barking* ('estão latindo') exige interação com estágios porque denota um evento que está transcorrendo no momento em que a sentença é proferida, logo o agente não é a espécie, mas estágios de indivíduos. A operação de Realização ocorre e o resultado é a interpretação de que há cachorros que estão latindo no momento em que a sentença é proferida. A sentença em (3b) é genérica. Há consenso de que sentenças genéricas são fechadas por um operador genérico que irá obrigar a realização da espécie, gerando a interpretação: em geral, se algo é a realização da espécie cachorro, então esse algo late. Finalmente, em (3c) *dodos* ('dodôs') é o argumento do predicado de espécie *to be extinct* ('estar extinto') que seleciona espécies; logo, denota a espécie dodô, um indivíduo.

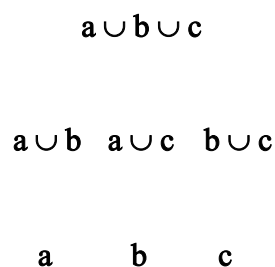
¹⁰ Do inglês, *differentiated scope with pluractional adverb*.

¹¹ Tradução da autora: "An individual is (at least) that whatever-it-is that ties a series of stages together to make them stages of the same thing." (CARLSON, 1977, p. 117).

Há muitas controvérsias em jogo com relação às sentenças em (4), mas a linha de explicação baseia-se na ideia de que o PNu denota a espécie. Em (4a), o quantificador universal distribui para cada canto um estágio da espécie cachorro. A estranheza de (4b) é o indefinido ter escopo amplo e gerar a significação de que há um cachorro que está em todo lugar; que é uma contradição. Nomes próprios não interagem com quantificadores, são inertes. Como o PNu é um nome próprio, entendemos a interpretação de (4c). A proposta de Carlson (1977) foi um grande avanço.

Chierchia (1998, 2021) reformula essa proposta adotando uma ontologia em que os indivíduos estão organizados em uma estrutura semi-reticulada, como em Link (1983), isto é, uma estrutura em que os indivíduos são somas e partes de soma, como na figura abaixo¹²:

Figura 2: Exemplo de semi-reticulado



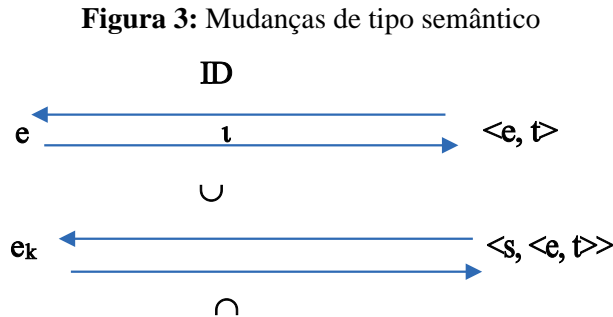
A proposta de Link (1983) também é um grande avanço na compreensão da semântica dos nomes, porque permite modelarmos formalmente nomes plurais, como *periquitos* e nomes massivos como *água*.¹³ A figura 2 é um exemplo de um reticulado composto por 3 átomos: o indivíduo a, o indivíduo b e o indivíduo c. Eles são os átomos porque são os elementos que não têm parte própria. O rabo da minha cachorro é uma parte dela sem ser ela. Sintagmas nominais singulares como *João*, *o meu computador*, *aquela mesa* denotam átomos. Sintagmas plurais como *os meninos* ou *João e Maria* denotam indivíduos plurais, isto é, indivíduos que são somas de indivíduos, representados por $a \cup b$. Somas são compostas por partes, se $a \cup b$, então a é parte dessa soma, representado por $a \leq a \cup b$, e b também é, $b \leq a \cup b$.

Chierchia também introduz o par de operadores de mudança de tipo, *down* \cap e *up* \cup , no triângulo de mudanças de tipo proposto por Partee (1987). Algumas dessas mudanças são encobertas, outras são abertas morfologicamente. O artigo definido em inglês, *the*, corresponde ao operador ι , que transforma um predicado em indivíduo, $\langle \langle e, t \rangle, e \rangle$. Por exemplo, *miss Brasil* é um predicado, enquanto que *a atual miss Brasil* é um sintagma determinante que denota um indivíduo. A operação ID, identidade, é encoberta e explica casos como *Esse é o João*, em que um nome próprio se transforma num predicado. Chierchia introduz as contrapartes intensionais de ι e ID: a “nominalização” de uma

¹² Landman (1991) trata os reticulados como conjuntos; enquanto Link (1983) trata como indivíduos. Chierchia afirma que as abordagens são equivalentes.

¹³ Não vamos discutir neste artigo a semântica dos nomes de massa.

propriedade transforma uma propriedade, $\langle e, t \rangle$, na espécie, um indivíduo intensional, tipo $\langle s, e \rangle$, e a “predicativização” transforma uma propriedade nominalizada, tipo $\langle s, e \rangle$, no predicado, $\langle e, t \rangle$. Abaixo está a representação dessas mudanças; utilizamos o subscrito k para marcar que se trata de indivíduos espécie:



Em Chierchia (1998), propriedades são transformadas em espécies, se a espécie é um átomo no universo de discurso. “Se DOG (ou mais precisamente $\lambda w. \text{dog}_w$ é a propriedade de ser um cachorro, então seja ^DOG a espécie correspondente” (CHIERCHIA, 1998, pp. 348-9).¹⁴ Após Chierchia (2010), a operação que forma espécies passa a exigir que o predicado seja cumulativo, ou seja, o predicado não é atômico.

- (5) a. $P = \lambda w. \iota x P_w(x)$ definido somente se P é uma propriedade fechada em soma
- b. $k = \lambda w \lambda x \begin{cases} x \leq k_w, \text{ se } k_w \text{ é definido} \\ 0, \text{ de outro modo} \end{cases}$ (CHIERCHIA, 2021, p. 33)

“Assim em geral, pluralidades maximamente homogêneas podem ser pensadas como sendo ‘espécies’”.¹⁵ Como em Carlson, o PNu sempre denota a espécie e o predicado verbal é o responsável pelas mudanças. A grande diferença é que ao longo dos modelos de Chierchia, a espécie deixa de ser tratada como um indivíduo singular e passa a ser um indivíduo plural. Suponha que o PNu em inglês denota esse indivíduo intensional plural máximo. Dayal (2004) mostra que a semântica do DG é evidência de que a noção de espécie singular é necessária para explicar as línguas naturais.

2. O Definido Genérico – DG – e a espécie singular

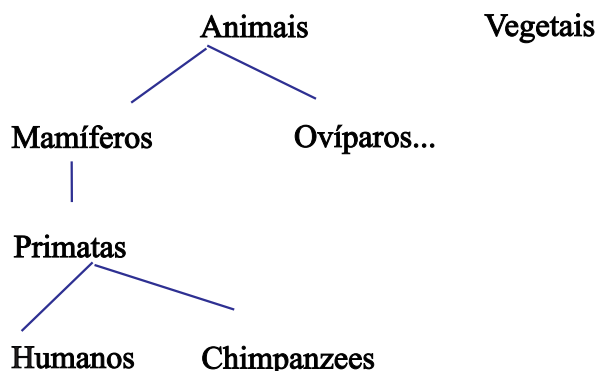
Dayal (2004) entende que o PNu em inglês denota a espécie plural seguindo Chierchia (1998) e propõe que o DG em inglês, como *the dinosaur* (‘o dinosauro’) em (6), denota a espécie taxonômica, isto é o indivíduo que faz parte de uma taxonomia, como exemplificada na figura 4 abaixo:

¹⁴ “If DOG (or more precisely $\lambda w. \text{dog}_w$) is the property of being a dog, then let ^DOG be the corresponding kind” (CHIERCHIA, 1998, pp. 348-9)

¹⁵ “So in general, maximal homogeneous pluralities can be thought of as ‘kinds.’” (CHIERCHIA, 2010, p. 114).

(6) The dinosaur is extinct.

Figure 4: Exemplo de Taxonomia



A autora sugere que as espécies singulares são grupos, como *comitê*, por exemplo, porque são semanticamente plurais e gramaticalmente atômicos. Se ele é gramaticalmente atômico, então não dá acesso direto às instâncias. Por exemplo, (7) não tem a interpretação de que John passou a tarde matando realizações da espécie; a única interpretação é de que ele passou a tarde matando o mesmo mosquito:

(7) *John killed the mosquito the whole afternoon.

Para Dayal isso ocorre porque estamos diante de um indivíduo atômico. Ao mesmo tempo, o DG é plural, já que se combina com predicados plurais como *gathers* ('se reúne'):

(8) The lion gathers near acacia trees when it is tired. (DAYAL, 2004, p. 429, exemplo (62b))

Sua proposta é que as espécies atômicas são criadas pela pressão da morfologia de singular do nome. $\hat{\cap}$ não pode se aplicar a um predicado singular, mas o sistema precisa da espécie, então o predicado é transformado num predicado de espécie e ι se aplica:

(9) $\text{Prek}(\hat{\cap}\text{lion}) = *^{\hat{\cap}}(\text{SING}) \Rightarrow \text{Predk}(\iota\text{X}[\text{LION}(X)])$ (DAYAL, 2004, p. 435).

Os nomes são ambíguos entre predicados de indivíduos, representados em minúsculas, lion em (9), e predicados taxonômicos, em maiúsculas, LION. O sintagma definido *the lion* é ambíguo, mas o artigo não é, *the* corresponde a ι , logo, faz sempre a mesma operação, atuando sobre predicados de indivíduo ou sobre os predicados taxonômicos. Eis o raciocínio: em (6), o predicado *is extinct* ('estar extinto') requer espécie, $\hat{\cap}$ não pode se aplicar porque o predicado é singular, dinosaur, então o sistema muda para o predicado taxonômico DINOSAUR, que é um conjunto unitário; ι se aplica e retorna o dinossauro espécie.

A sentença em (10) é agramatical se o predicado for taxonômico, RACCON, porque o predicado *ruined my garden* ('arruinou o meu jardim') não é de espécie:

(10) *The raccoon ruined my garden.

Embora essa seja uma proposta perspicaz, a noção de grupo não parece ser apropriada para entendermos a semântica do DG. O operador de grupo \uparrow , introduzido por Link (1983) e desenvolvido em Landman (1989), transforma um indivíduo plural num átomo impuro ou grupo. Átomos impuros não têm estrutura interna e não acarretam inferência para as instâncias, o que, segundo Dayal, explica (7). Landman (1989) afirma que, se em (11a) *the boys* é um grupo, então não acarreta (11b), mas acarreta (11c):

- (11) a. The boys (\uparrow John \cup Peter) carried the piano.
 b. John carried the piano.
 c. John was involved in the carrying of the piano.

“Podemos assumir (sendo plausíveis) que somas, mas não grupos, exigem o envolvimento de todos os membros.” (LANDMAN, 1989, p. 574).¹⁶ As somas exigem o envolvimento de todos os membros, logo grupos não são somas. Grupos não bloqueiam a inferência para os seus elementos, apenas não exigem isso.

Carlson (1977) argumenta que o PNu em inglês não é um grupo, porque é sobre os elementos. Se combinamos o predicado *is big* com um grupo, a interpretação é que o grupo é grande, mas com o PNu, o predicado é interpretado como uma propriedade das instâncias. (12a) é verdadeira, se a companhia tiver muitos tratores mesmo que eles sejam pequenos; (12b) é verdadeira se forem poucos meninos, mas todos devem ser grandes. Em (12c), o total da frota deve pesar 30 tons, mas em (12d) cada um dos meninos deve pesar 300 k; não há a leitura de que os meninos juntos pesam 300 k:

- (12) a. The PIE truck-fleet is big.
 b. Boys are big.
 c. The PIE truck-fleet weighs 30 ton.
 d. Boys weigh 300 k.

Dayal não discute sentenças com o definido genérico e predicados como *big*, mas se tomarmos como base o PB e avaliarmos as sentenças em (13), interpretadas genericamente, isto é, sobre a espécie, vemos que o DG parece se comportar como o PNu em inglês e não como grupo:

- (13) a. # O dinossauro é enorme.
 b. # O dinossauro pesa em média 300 k.

¹⁶“we can make the (plausible) assumption that sums but not groups require involvement of all the members.” (LANDMAN, 1989, p. 574).

As sentenças em (13) exigem um contexto em que a questão em discussão é sobre tipos de animais, como em *Que bicho é grande?*, por exemplo.¹⁷ Retornaremos a essa questão mais adiante. O ponto aqui é que em (13a) *enorme* não é uma propriedade da espécie como o um todo e (13b) não é o peso do grupo de dinossauros. Descritivamente, (13a) afirma que em geral, se comparado com outros animais, o dinossauro prototípico é enorme, embora haja dinossauros pequenos; em (13b), o dinossauro prototípico pesa em média 300 k.

Essas são evidências de que o DG não denota um grupo. Nossa proposta é que a DG denota a espécie singular, que se caracteriza por estabelecer relação de hierarquia conforme já definimos. As espécies estão em estruturas de ordenação em classes hierárquicas. Os grupos não são hierárquias. Na próxima seção, retornamos as relações hierárquicas.

Sem contexto, a sentença em (14a), como (10) em inglês, é ruim na interpretação genérica de espécie; diferentemente do que ocorre com os nominais nus - veja o exemplo em (3a) para o inglês e a próxima seção para o PB, o DG é incompatível com um predicado episódico. No entanto, ao menos no PB, o DG parece melhor como resposta no diálogo em (14b), em que o fundo conversacional inclui espécies:

- (14) a. *O guaxinim arruinou o meu jardim.
 b. Que bicho arruinou o seu jardim?
 # O guaxinim.

Propomos que o DG carrega uma pressuposição de que a questão em discussão é sobre espécies. Assim, a resposta em (14b) informa qual é a espécie envolvida na ruína do jardim, o que acarreta que houve pelo menos um guaximin que esteve envolvido no evento da ruína do jardim que está em questão.¹⁸

O DG é feliz, isto é, tem sua pressuposição satisfeita, em contextos em que o que está em questão é a espécie, por isso, ele ocorre naturalmente em sentenças de leitura de objeto representativo da espécie (KRIFKA *et al.*, 1995) como em:

- (15) O cavalo entrou na América com os portugueses.

Sabemos que o predicado verbal em (15) denota um episódio da história da espécie, ligado à colonização portuguesa, um fato histórico, e por isso o DG cai como uma luva. Não há incompatibilidade como ocorre com (14), porque embora ambos sejam predicados episódicos, em (15) o predicado é sobre um fato histórico de uma comunidade; em (14), denota um evento ordinário, por assim dizer.

¹⁷ Question under Discussion (QUD) é uma proposta de unificação semântica-pragmática, introduzida por Roberts (1996) que iremos assumir informalmente.

¹⁸ Como essa leitura ocorre é uma questão que deixamos em aberto, mas nossa sugestão é que seja via morfologia do nome que denota tanto a espécie quanto o espécime.

Em posição de objeto, o DG é severamente restrito. Ele ocorre com predicados de invenção, como no famoso exemplo:

(16) Babbage inventou o computador.

Mas, também, por exemplo, na seguinte situação: imagine que o falante está visitando um zoológico e profere (17a) se referindo à espécie. Nessa situação, é possível proferir (17a) mesmo que haja vários leões. A sentença em (17b), se for sobre a espécie, (e.g., como resposta à pergunta *Que bicho você fotografou hoje?*) pode ser verdadeira mesmo que mais de uma girafa tenha sido fotografada:

- (17) a. Eu vim ver o leão.
b. Fotografei a girafa.

A restrição parece ser, portanto, de ordem semântico-discursivo: o DG é feliz se o contexto é taxonômico, porque satisfaz a pressuposição de que há uma única espécie saliente no contexto que tem aquele “nome”, leão ou girafa. Estamos dando nomes aos bichos. Não são generalizações.

A sentença em (18), a tradução de (6), é realmente inaceitável como sendo sobre a espécie; a questão é explicar por que isso ocorre:

(18) *O João matou o mosquito a tarde inteira.

Não há realização da espécie, se houvesse ela deveria significar que João passou a tarde matando mosquito. Esse argumento levou Dayal (2004) à noção de grupo. No entanto, em nenhum dos exemplos em que o DG é aceito em posição de objeto, ele tem leitura de realização da espécie. Considere (16) e (17). Babbage não inventou as realizações e embora a fotografia seja das girafas, a sentença é sobre o tipo de animal que foi fotografado. Assim, o bloqueio de (18) deriva do fato de que *o mosquito* é um indivíduo em particular. Talvez seja nesse sentido que o artigo é um “quantizador”, não importa se de espécime ou espécie. A leitura de que o João ficou matando o mesmo indivíduo a tarde inteira, o que não é possível.

Como alertamos vamos apenas mencionar o definido genérico plural. Talvez o primeiro dado a ser investigado com mais profundidade é o fato de que no inglês o sintagma definido plural, exemplificado em (19), não é um sintagma genérico. (19a) é agramatical e (19b) significa que há certos cachorros que latem, não tem leitura genérica, por isso está asteriscado (bloqueio da leitura genérica):

- (19) a. *The dogs are in extinction.
b. *The dogs bark.

Chierchia (2022) afirma que o definido plural, em inglês, carrega um índice contextual, que bloqueia a interpretação genérica. Seja como for, esse não é o caso do PB. Em (2a), *Os periquitos estão em extinção*, o definido plural expressa a espécie, logo é um sintagma genérico. A sentença (20a) é genérica. (20b-e) não parecem marcadas, admitindo tanto leitura de espécie quanto de espécime:

- (20) a. Os cachorros latem.
 b. Os guaxinins arruinaram meu jardim.
 c. Vim ver os leões.
 d. Babbage inventou os computadores.
 e. João matou os mosquitos a tarde inteira.

Deixamos o tópico em aberto. Em resumo nessa seção, aprofundamos Dayal (2004), que propõe que o DG em inglês denota a espécie singular. As espécies singulares estabelecem estruturas de hierarquias. Assumimos tacitamente Dayal (2004) e distinguimos o predicado dos espécimes, cachorro, do predicado taxonômico, CACHORRO. Na nossa perspectiva, essas são possibilidades de uma única raiz nominal que se atualizam diferentemente a depender do contexto sintático. Em outros termos, não se trata de uma ambiguidade, mas de polissemia. Seja como for, o DP, como *o cachorro*, é ambíguo/polissêmico entre o indivíduo objeto saliente no contexto, o Bidu por exemplo, ou denotar a espécie saliente no contexto. Buscamos mostrar que espécies não são grupos, porque a relação com os elementos não é de participação, mas de realização. Propusemos que a espécie é realizada pelos indivíduos; mas o acesso a esses indivíduos é indireto, por isso o estranhamento das sentenças em (13) e (14). Adicionamos também uma pressuposição, quando sugerimos que a leitura de espécie para essas sentenças parece ser possível, se o contexto garantir que a questão em discussão são as espécies. O definido plural em inglês não permite leitura de espécie, ao passo que no PB o definido plural tem leitura de espécie. Além disso, no PB, o DgP parece ser menos restrito do que o DG. Na próxima seção, apresentamos a proposta de Pires de Oliveira (2022) sobre os nominais nus no PB.

3. Os nominais nus no PB

As sentenças em (1) mostram que tanto o PNu, *Periquitos estão em extinção*, quanto o SNu, *Periquito está em extinção*, denotam a espécie no PB. Pires de Oliveira e Rothstein (2011) comparam os nomes nus com o sintagma indefinido, *um cachorro*, nos contextos em que Carlson (1977) comparou o PNu com o indefinido no inglês e concluem que eles denotam a espécie. Se os nominais nus fossem indefinidos, deveriam ter o mesmo comportamento do sintagma indefinido, mas não é esse o caso. Por exemplo, (21a) é ambígua porque a negação interage com o indefinido: ou o indefinido tem escopo sobre a negação e a interpretação é de que João encontrou algum jogador, mas não todos, ou a negação tem escopo sobre o indefinido e João não encontrou nenhum jogador. As sentenças com os nomes nus só têm a leitura em que a negação tem escopo amplo: ele não encontrou com nenhum jogador:

- (21) a. João não encontrou com um jogador de futebol $\exists \neg$ or $\neg \exists$
 b. João não encontrou com jogadores de futebol. $\neg \exists$
 c. João não encontrou com jogador de futebol. $\neg \exists$

Na famosa leitura de escopo diferenciado com respeito ao advérbio pluracional, a sentença com o indefinido em (22a), assim como ocorre com o definido singular, exemplificado tem a interpretação estranha de que o João ficou matando o mesmo mosquito a tarde inteira. Os nomes nus têm a interpretação de que o João esteve envolvido na atividade de matar mosquito a tarde inteira:

- (22) a. # João matou um mosquito a tarde inteira.
 b. João matou mosquitos a tarde inteira.
 c. João matou mosquito a tarde inteira.

A conclusão é que nem o SNu nem o PNu no PB são sintagmas indefinidos (contra Müller 2002). Eles se comportam como o PNu em inglês. Logo, denotam a espécie. Note que não pode ser a espécie singular que discutimos na seção anterior sobre a sentença (18), porque se fosse, então as sentenças em (22b) e (22c) deveriam ser ruins, mas elas não são. Voltaremos a essa questão adiante.

Alguém poderia imaginar que não há diferença entre (22b) e (22c); o SNu apenas perdeu a morfologia de plural. É um PNu sem flexão de plural. Schmitt e Munn (1999, 2002) afirmam que o SNu não é um plural “disfarçado”. Os autores mostram que com nomes que têm alternância vocálica, a forma do SNu não é a forma plural menos a flexão, mas é a forma singular. Por exemplo, dizemos [Δ vu] para *ovo*, mas [σ vus] para *ovos*. A forma * $[\sigma$ vu] não é gramatical:

- (23) Ele encontrou ovo de tartaruga naquela praia. [Δ vu] * $[\sigma$ vu]
 (SCHMITT; MUNN, 2002, p. 109, exemplo (12b))

A distribuição e a interpretação dos nominais nus também não é a mesma. (24a) tem interpretação existencial, algumas mulheres discutiram futebol, mas (24b) é “marcada” e a interpretação parece ser genérica:

- (24) a. Mulheres discutiram futebol ontem.
 b. # Mulher discutiu futebol ontem.

“É importante notar que a restrição nas leituras existenciais só ocorre na posição de sujeito.” (SCHMITT; MUNN, 1999, p. 347)¹⁹. Retornaremos a essa questão mais adiante.

(25a) é ambígua: há alguns artigos de linguística que os alunos estão procurando ou os alunos estão procurando artigos de linguística não importa quais. (25b) só tem a leitura em que os alunos buscam artigo de linguística sem ter nenhum em mente:

¹⁹ “It is important to note that the restriction on existential readings only holds in subject position.” (SCHMITT; MUNN, 1999, p. 347).

- (25) a. Os alunos estão procurando artigos de linguística para apresentar (ambígua)
 b. Os alunos estão procurando artigo de linguística para apresentar.
 (SCHMITT; MUNN, 2002, p. 192, exemplos (15a) e (15b)).

Pires de Oliveira e Rothstein (2011) também mostram que os nominais nus não têm exatamente a mesma interpretação. Apenas o SNu pode ter interpretação não cardinal. Em um contexto em que um pescador está escolhendo entre duas latas, só (26a) pode ser verdadeira se a lata tem um número menor de minhocas, mas elas são maiores. Nessa situação, (26b) é falsa:

- (26) a. Tem mais minhoca nessa lata que naquela. volume ou cardinal
 b. Tem mais minhocas nessa lata cardinal

O PNu só admite leitura cardinal; o SNu admite outras medidas de comparação além da cardinalidade.²⁰

Pires de Oliveira (2022) argumenta que essas pequenas diferenças entre os nominais nus no PB, entre outras, se devem à denotação desses sintagmas. O PNu denota o indivíduo plural, como Chierchia (1998, 2021) propõe para o PNu no inglês, e o SNu denota o indivíduo singular, a espécie. Esses indivíduos estabelecem relações diferentes com seus “elementos”. O indivíduo plural é uma soma máxima intensional (isto é, sua denotação varia conforme o mundo). Somas são homogêneas e cumulativas: cachorros mais cachorros são cachorros e cachorros é formado por cachorros mais cachorros, como representado na figura 2. Logo, os indivíduos estão sempre acessíveis.

A espécie singular estabelece uma relação assimétrica com seus elementos, como representado na figura 1. Como já apontamos na seção sobre o DG, na nossa proposta, a espécie é mais do que a soma de todos os indivíduos e de todos os estágios; é a intersecção de todas as propriedades que definem unicamente aquela espécie. Suponha que os rabos de todos os cachorros foram cortados. Ter rabo pode continuar a ser uma propriedade da espécie, mesmo que não seja uma propriedade da soma dos indivíduos em todos os mundos. Pode ser que a propriedade da espécie humana seja ter pelos, mas suponha que todos os humanos foram totalmente depilados, a soma dos humanos não tem pelos, embora a espécie tenha. Por outro lado, a espécie cavalo tem a propriedade de ter sido introduzida no Brasil durante o século XVI com a colonização portuguesa, mas não é claro que essa seja uma propriedade da soma máxima de cavalos, afinal apenas alguns chegaram com os portugueses, os chamados representativos da espécie.

Espécies são hierarquicamente superior aos indivíduos, como representado na figura 4 (p. 333). Os indivíduos, neste tipo de estrutura, realizam a espécie, mas a espécie não realiza o indivíduo e nem a própria espécie. Suponha dois indivíduos, a e b. Se b realiza a, então, a não realiza b e a não realiza a. Bidu realiza a espécie cachorro, mas a espécie cachorro não é uma realização de Bidu e também não é uma realização da espécie cachorro. Realização é uma estrutura em que um indivíduo não pode

²⁰ A comparação coloca várias questões inclusive se há efetivamente nominais nus nessa construção.

ser superior a si mesmo e um indivíduo é superior a outros. Essas estruturas formam taxonomias. Há muito a entender sobre como elas funcionam. As espécies plurais, por outro lado, são somas de indivíduos; as instâncias são partes próprias do indivíduo plural. Ou seja, o indivíduo plural máximo é uma soma de si mesmo. Há assim dois indivíduos espécie: a soma máxima e o indivíduo singular. Como já dissemos, na nossa proposta, eles estão morfológicamente ligados, mas denotam indivíduos distintos, talvez como em *mulherada* e *mulheres*.

Assim, as sentenças em (1) afirmam a extinção de periquitos, mas realizam isso através de diferentes sentidos: (27a) corresponde a sentença (1a), *Periquitos estão em extinção*, que afirma algo sobre a soma máxima dos indivíduos; (27b) corresponde a (1b), *Periquito está em extinção*, e afirma que a espécie está em extinção:

- (27) a. Há um evento de extinção que está em curso e o tema desse evento é a soma de todos os periquitos.
 b. Há um evento de extinção que está em curso e o tema desse evento é a espécie periquito.

Essas sentenças são verdadeiras se a espécie periquito estiver em extinção. Como dissemos, a diferença entre elas é sutil e aparece mais claramente em poucos contextos: (i) como sujeito de predicados episódicos, em (24), (ii) no chamado escopo intermediário, em (25), (iii) na possibilidade de leitura de volume para o SNu (26) (iv) e também na retomada anafórica que não exemplificamos. Pires de Oliveira (2022) sustenta que a sua proposta explica esses contextos. Dado os nossos propósitos, vamos discutir apenas o caso em (i).

Considere o PNu, (24a), *Mulheres discutiram futebol ontem*. A incompatibilidade entre o predicado verbal, que é episódico, e a espécie, que é genérico, leva naturalmente a espécie a ser interpretada como sendo sobre algumas mulheres, porque *mulheres* denota a soma máxima de mulheres num contexto. O resultado é a interpretação: algumas mulheres discutiram futebol ontem, como parcialmente representado em (28):

- (28) $\exists ev [Discutir\ futebol_w (ev) \wedge Agente (ev, \exists x^{w \cap} (Mulher_w(x)) \wedge MEv < MF]$; em que MEv é o momento do evento e MF é o momento de Fala.

Isto é, houve um evento de discutir futebol e o agente foram algumas mulheres.

Com o SNu, (24b), *Mulher discutiu futebol ontem*, também há uma incompatibilidade, mas a resolução dessa incompatibilidade não é automática, tanto que ela é marcada. Além disso, a interpretação não é de que foram algumas mulheres que discutiram futebol, mas de que a categoria mulher esteve envolvida no evento. Nossa proposta é que, neste caso, o predicado verbal é alçado a predicado da espécie, porque o SNu denota a espécie singular em que o acesso aos espécimes não é direto. Assim, o alçamento do predicado só ocorre com o SNu por causa da sua denotação, como último recurso para salvar a derivação. Isso não ocorre com o PNu, porque esse é um indivíduo plural,

logo as instâncias são automaticamente acessadas. O recurso para salvar a derivação, i.e. elevar o predicado, gera a interpretação de que esse é um evento da história da espécie:

- (29) $\exists ev [\text{DISCUTIR FUTEBOL}_w (ev) \wedge \text{Agente} (ev, m_k) \wedge \text{MEv} < \text{MF}]$; em que MEv é o momento do evento e MF é o momento de Fala.

Isto é, houve um evento de discussão de futebol e o agente é a espécie mulher.

Na posição de sujeito de predicados episódicos, o SNu é interpretado como espécie (MENUZZI *et al.*, 2014) ou a derivação se estilhaça. Claro que eventos que envolvem a espécie são raros, mas os falantes do PB são livres para veicular esse significado, se assim desejarem, usando o SNu.

Tanto o PNu quanto o SNu podem ter a leitura de objeto representativo, em que o evento constituiu parte da história de uma espécie. No entanto, o SNu é marcado, o que não deveria ser, se ele denota a espécie, retornaremos a essa questão na próxima seção:

- (30) a. Cavalos entraram na América no século passado.
b. # Cavalo entrou na América no século passado.

Em posição de objeto, o PNu é sempre sobre alguns indivíduos, há um fechamento existencial local²¹, que vem acompanhado por uma implicatura generalizada de pluralidade (SPECTOR, 2007); semanticamente, o PNu é inclusivo, isto é, inclui os átomos, e a exclusão dos átomos é uma implicatura.²² Assim explicamos a interpretação em (22b), *João matou mosquitos a tarde inteira*. Para o SNu em (22c), *João matou mosquito a tarde inteira*, a denotação à espécie resulta em um tipo de incorporação ao verbo, gerando uma interpretação de atividade, em que os indivíduos não estão salientes. O PNu denota a soma de indivíduos, que estão salientes.

Se em posição de objeto, o PNu é interpretado como sendo sobre alguns indivíduos, então entendemos por que não se combina com predicados de invenção, que exigem espécie, (31a). Há duas maneiras de explicarmos o bloqueio em (31b): por isso *inventar* pressupõe espécie bem estabelecida e o SNu introduz espécies no discurso, retornaremos a esse problema na próxima seção:

- (31) a. *Babagge inventou computadores.
b. * Babagge inventou computador.

Nos contextos genéricos que discutimos na seção anterior com o DG, os nominais nus são ligeiramente diferentes. A sentença em (32a) é sobre o tipo de animal que o falante veio ver, enquanto

²¹ Veja a regra Derived Kind Predication em Chierchia (1998, 2021).

²² Se o plural fosse exclusivo, a sentença em (42a) deveria significar que apenas famílias com mais de um filho recebem o auxílio, mas não é esse o seu significado. Em contextos de acarretamento para baixo, como em (42b), o significado deveria ser que um menino entrou no pátio; a negação negaria as somas. No entanto, (42b) significa que nenhum menino entrou no pátio. Logo, o plural, como mostrou Sauerland (2003) para o inglês, é inclusivo.

- (i) a. Famílias com filhos recebem auxílio saúde.
b. Meninos não entram no pátio.

que (32b) é sobre o indivíduo plural. Em (32c), o falante afirma que houve uma fotografia do animal em questão; em (32d), embora possa ser sobre o animal, os indivíduos estão salientes não a espécie:

- (32) a. Vim ver leão.
 b. Vim ver leões.
 c. Fotografei girafa.
 d. Fotografei girafas.

Há muito mais a ser compreendido sobre os nominais nus no PB, focamos no contexto genérico porque nosso objetivo é entender a referência à espécie. Defendemos que as diferenças, que são sutis, podem ser explicadas pelo tipo de relação que eles estabelecem com os espécimes: o PNu é uma soma de indivíduos, que estão sempre acessíveis, enquanto que o SNu é o indivíduo espécie que é realizado por espécimes, por isso acessibilidade é indireta. Na posição de sujeito de predicados episódicos, o SNu força a elevação do predicado, o que torna a expressão marcada, enquanto que o PNu permite leitura existencial. Em posição de objeto, o SNu denota a espécie e o PNu denota pluralidades. Suponha que seja isso: o PNu é uma pluralidade e o SNu é a espécie e que isso explica os contrastes entre eles. Na próxima seção, comparamos o SNu ao DG, nos contextos que já discutimos.

4. Comparando o SNu e o DG

Propusemos que o DG e o SNu denotam a espécie singular, no entanto, ao longo deste artigo, vimos vários contrastes entre eles, que vamos retomar a seguir. Com predicados de espécie, o DG, em (33a), é mais natural que o SNu, em (33b):

- (33) a. O cavalo entrou no Brasil no século XV.
 b. # Cavalo entrou no Brasil no século XV.

(33b) dá a sensação de que estamos numa lista: os cavalos entraram no século XV, as moscas antes.

Embora tanto o DG quanto o SNu sejam marcados com predicados episódicos, o que se explica pelo fato de que ambos são genéricos, a leitura genérica parece ser mais facilmente acessada pelo SNu, já que no contexto de resposta para a pergunta *Que bicho arruinou o seu jardim?*, (34a) parece ser sobre o espécime:

- (34) a. ?? O guaximin arruinou o meu jardim.
 b. # Guaximin arruinou o meu jardim.

O DG simplesmente não parece ser compatível com o predicado episódico; é preciso mais suporte linguístico para chegar a leitura de espécie. Compare as sentenças em (35):

- (35) a. # Mulher discutiu futebol ontem de noite
 b. ?? A mulher discutiu futebol ontem de noite.

A leitura mais saliente de (35b) é de que há uma mulher em particular que realizou o evento; a leitura genérica parece bloqueada. Já em (35a) a leitura proeminente é sobre a categoria mulher.

Nossa proposta para explicar esses contrastes é que o DG carrega uma pressuposição de familiaridade, em que é conhecimento compartilhado que estamos falando sobre as espécies. O SNU não carrega essa pressuposição e introduz a espécie. Isso explica o estranhamento em (33b), porque o predicado pressupõe que é conhecimento compartilhado que esse é um predicado de espécie. Logo, introduzir a espécie causa estranhamento. Em (34) e em (35), a incompatibilidade é o predicado episódico e a denotação da espécie. Mesmo que o contexto favoreça a interpretação de espécie, o DG não é aceito, enquanto que o SNU é melhor, porque essa é a única possibilidade de interpretar. Com o sintagma definido, a interpretação de espécime está disponível, mas daí a leitura não é genérica.

Fora de contexto, a sentença em (36a) não tem leitura genérica, mas (36b) tem:

- (36) a. # A garrafa azul tem gargalo estreito.
 b. Garrafa azul tem gargalo estreito.

Esse é o chamado contexto de espécies bem definidas (KRIFKA *et al.*, 1995). O SNU introduz a espécie; o DG pressupõe a espécie no fundo compartilhado. Suponha, por exemplo, que estamos numa fábrica com vários tipos de garrafas e em que os tipos estão associados a diferentes cores. Nesse contexto, (36a) denota um certo tipo de garrafa. Se entendemos que a definitude está associada a entidades já introduzidas no contexto, o SNU é indefinido, mas o DG retoma uma espécie. Nesse sentido, eles diferem com relação à definitude. Por isso, o DG é mais restrito do que o SNU.

Em posição de objeto, eles se comportam de forma inversa: o SNU tem leitura genérica sempre, enquanto o DG só tem essa leitura quando o contexto é de espécie. Isso ocorre porque o SNU introduz espécies, enquanto o DG retoma:

- (37) a. Vim ver leão.
 b. Fotografei girafa.
 c. Vim ver o leão.
 d. Fotografei a girafa.

Sugerimos também que o SNU na posição de objeto dá acesso aos espécimes; enquanto o DG não dá acesso aos indivíduos. Assim, como vimos, o DG está bloqueado em contextos de advérbios pluracionais, enquanto o SNU é gramatical e gera a leitura de atividade de matar mosquito:

- (38) a. João matou mosquito a tarde inteira.
 b. *João matou o mosquito a tarde inteira.

Sugerimos que o DG é um sintagma quantizado pelo artigo definido, o que impede realizações dos espécimes. O SNU por não ser quantizado permitiria a realização.

5. Conclusão

Neste artigo focamos na expressão nominal genérica, isto é, expressões que se combinam com predicados de espécie como *estar extinto*. No PB, quatro formas competem: o SNU, *cachorro*, o DG, *o cachorro*, o PNU, *cachorros*, e o DgP, *os cachorros*. Nossa proposta é que sua distribuição se explica pela combinação das denotações e a pressuposição, conforme a tabela abaixo. *O cachorro* e *cachorro* denotam a espécie singular e diferem quanto a presença de pressuposição; *cachorro* denota a espécie singular e *cachorros* a espécie plural:

Indivíduo/Contexto	+Pressuposição	-Pressuposição
Singular	o cachorro	cachorro
Plural	os cachorros	cachorros

Inúmeras questões estão em aberto. Pouco falamos sobre o DgP, *os cachorros*. Talvez a questão que mereça atenção mais imediata é como implementar esse sistema, tendo em vista princípios minimalistas. Sugerimos, ao longo deste artigo, que as diferentes denotações do sintagma nominal estão associadas morfologicamente, mas não mostramos como isso ocorre. Se no léxico há predicados de indivíduo e predicados de espécie, eles têm que estar conectados. Como se dá essa conexão? Como exatamente geramos o SNU e o DG? Essas são questões para serem investigadas.

Referências

- CARLSON, Gregory N. *Reference to kinds in English*. 1977. 331f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Massachusetts, Amherst, 1977. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/dissertations/AAI7726414/>
- CHIERCHIA, Gennaro. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language and Semantics*, v. 6, pp. 339-405, 1998.
- CHIERCHIA, Gennaro. Mass nouns, vagueness and semantic variation. *Synthese*, v. 174, pp. 99-149. 2010.
- CHIERCHIA, Gennaro. Mass vs. Count: Where do we stand? Outline of a theory of semantic variation. In: KISS, Tibor; PELLETIER, Jeff; HUSIC, Halima (eds.) *Things and Stuff: The Semantics of the Count-Mass Distinction*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2021, pp. 21-54.
- CHIERCHIA, Gennaro. Argument Formation: The view from Romance. Handout of the Conference at Romance Languages: recent contributions to linguistic theory, 2022.
- DAYAL, Veneeta. Number marking and (in)definiteness in kind terms. *Linguistics and Philosophy*, v. 27, pp. 393-450, 2004.
- DAYAL, Veneeta; SAG, Yagmur. Determiners and bare nouns. *Annual Review of Linguistics*, pp. 173-94, 2019.

FERREIRA, Marcelo. Bare Nominals in Brazilian Portuguese. In: CABREDO HOFHERR, Patricia; DOETJES, Jenny (eds.). *Oxford Handbook of Grammatical Number*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

KRIKFA, Mandred *et al.* Genericity: An Introduction. In: CARLSON, Gregory; PELLETIER, Francis Jeffrey (eds.). *The Generic Book*. Chicago: University of Chicago Press, 1995, pp. 1-124.

LANDMAN, Fred. Groups I. *Linguistics and Philosophy*, 12, pp. 559-605, 1989.

LANDMAN, Fred. *Structures for Semantics*. Dordrecht: Kluwer, 1991.

LINK Godehard. The Logical Analysis of Plurals and Mass terms. In: BÄUERLE, Rainer; VON STECHOW, Arnim; SCHWEZER, Christoph (eds.). *Meaning, use, and the interpretation of language*. Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1983, pp. 302-23.

MARIANO, Ruan. *A Aquisição da genericidade-D no Português Brasileiro*. 2018. 246f. Tese (Doutorada em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2018.

MENUZZI, Sérgio de Moura; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; DOETJES, Jenny. 2014. Subject Bare Singulars in Brazilian Portuguese and Information Structure. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 14, n. 1, pp. 7-44, 2015.

MÜLLER, Ana Lúcia. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*, v. 18, pp. 287-308, 2002.

MÜLLER, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Fátima. Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 3, pp. 9-36, 2004.

NUNES, Jairo. Generalized phasal defectivity in Brazilian Portuguese. *Isogloss*. No prelo.

OJEDA, Almerindo. Definite Descriptions and Definite Generics. *Linguistics and Philosophy*, v. 14, pp. 367-98, 1991.

PARTEE, Barbara. Noun Phrase Interpretation and Type-Shifting Principles. In: GROENENDIJK, Jeroen; DE JONGH, Dick; STOKHOF, Martin, (eds.). *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*. Foris: Dordrecht, 1987.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Brazilian and English bare nouns: Language variation, experiments, and L2s. *Toronto Working Papers in Linguistics*, 44. Proceedings of ExPortLi 2021: Third Experimental Portuguese Linguistics Workshop, 2022.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; ROTHSTEIN, Susan. Bare Singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, v. 121, pp. 2153-75, 2011.

ROBERTS, Craige. Information Structure: towards an integrate theory of pragmatics, *Working Papers in Linguistics*, v. 49, Ohio State University, 1996.

SAUERLAND, Uli. A new semantics for number. In: YOUNG, Robert B.; YUPING, ZHOU (eds.). *Proceedings of SALT 13*. Ithaca: CLC Publications, 2003, pp. 258-75.

SCHMITT, Cristina; ALAN, Munn. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. *In: TAMANJI, Pius; HIROTANI, Masako; HALL, Nancy (eds.). Proceedings of NELS 29.* Amherst, MA: GLSA, 1999, pp. 339-54.

SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook 2*, pp. 253-69, 2002.

SPECTOR, Benjamin. Aspects of the pragmatics of plural morphology: on higher-order implicatures. *In: SAUERLAND, Uli; STATEVA, Penka (eds.). Presupposition and implicature in compositional semantics.* Londres: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 243-81.